

Revista Linguística

Volume 20, número 1, jan./abr. de 2024

Organizadores da edição:

Diogo Pinheiro, Augusto Soares da Silva e
André V. Lopes Coneglian

Linguagem e intersubjectividade

Language and intersubjectivity

A intersubjetividade tem sido apontada como um dos fatores mais importantes para o sucesso evolutivo da espécie humana - e não há dúvidas de que a linguagem é um dos seus componentes centrais. Diante disso, este número reúne estudos que investigam, a partir de diferentes perspectivas teóricas, a relação entre *linguagem e intersubjetividade*. Ao todo, são 14 artigos que se debruçam sobre as manifestações da intersubjetividade humana na gramática, no discurso e na interação.

ISSN: 2238-975X

UFRJ

COMISSÃO EDITORIAL

Editor-chefe

Gean Nunes Damulakis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Editores

Aniela Improta França, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Isabella Lopes Pederneira, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Marcus Maia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Marije Soto, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Brasil

Aleria Lage, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Editores Honorários

Maria Luiza Braga, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Editor Fundador

Lilian Ferrari, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Conselho Editorial

Anthony Naro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fernanda Ferreira Spoladore, Michigan State University, EUA

Gabriela Matos, Universidade de Lisboa, Portugal

Kees Hegenveld, Universidade de Amsterdam, Holanda

Leticia Sicuro Correa, Departamento de Letras - PUC/RJ

Leo Wetzels, Universidade Livre de Amsterdam, Holanda

Luiz Amaral, University of Massachusetts, USA

Maria Armanda Costa, Universidade de Lisboa, Portugal

Maria Cecília Mollica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Roberto Almeida, Concordia University, Canada

Ruth Lopes - Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Organização da Edição

Diogo Pinheiro (UFRJ)

Augusto Soares da Silva (UCP - Braga, Portugal)

André V. Lopes Coneglian (UFMG)

Redação e Assinaturas

Programa de Pós-Graduação em Linguística - Faculdade de Letras da UFRJ

Av. Horácio de Macedo, 2151 - Sala F. 321. Ilha do Fundão Cidade Universitária

CEP 21941-917 - Rio de Janeiro - RJ. E-mail: ppglinguistica@letras.ufrj.br

Editor Operacional e Editoração Eletrônica

Patricia Mabel Kelly Ramos, pattydesign/Brasil

Revista **Linguística**

RIO DE JANEIRO | VOLUME 20 | NÚMERO 1 | JAN. - ABR. DE 2024

LINGUAGEM E INTERSUBJECTIVIDADE | LANGUAGE AND INTERSUBJECTIVITY

UFRJ

Programa de Pós-Graduação em Linguística Faculdade de Letras
Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

Apresentação

- 6** **O que nos faz humanos: intersubjetividade na gramática, no discurso e na interação**
Diogo Pinheiro, Augusto Soares da Silva e André V. Lopes Coneglian

Artigos

- 24** **Advérbios fóricos como expressão de intersubjetividade**
Roberto Gomes Camacho e Pedro Henrique Truzzi de Oliveira
- 48** **De oração modal ou condicional a operador argumentativo de acréscimo: o papel da intersubjetividade na emergência de [sem falar] no português**
Monclar Guimarães Lopes e Brenda da Penha de Oliveira
- 71** **Construções concessivas, escalaridade e intersubjetividade: análise contrastiva de [ainda que p, q] e [mesmo que p, q]**
Gabriela Ribeiro e Lilian Ferrari
- 87** **(Inter)subjetificação no processo de construcionalização de [por conta de(x)]causal na Língua Portuguesa: uma análise diacrônica**
Sueli Maria Coelho e Luís Filipe Lima e Silva
- 108** **Construcionalização e paradigmaticização das construções epistêmicas no português brasileiro**
Letícia de Almeida Barbosa
- 126** **As onomatopeias na Libras**
Graciele Kerlen Pereira Maia e Elidéa Lúcia Almeida Bernardino
- 147** **A relação entre metáfora e frames na construção de sentido do conceito de política nos discursos de Jair Bolsonaro**
Vitor Fernandes Gonçalves e Fernanda Carneiro Cavalcanti
- 164** **Ironia e textualidade**
Mônica Magalhães Cavalcante e Mariza Angélica Paiva Brito
- 178** **Mescla conceitual em sonhos na pandemia: novas perspectivas para um diálogo entre linguística e psicanálise**
Flávia Alvarenga de Oliveira, Gilson de Paulo Moreira Iannini, Mara Passos Guimarães e Ricardo Augusto de Souza

- 196** **Lacan e linguística cognitiva: novos diálogos em torno da intersubjetividade**
Augusto Ismerim e Christian Ingo Lenz Dunker
- 218** **Processos intersubjetivos de conceptualização da referência espacial na interação entre criança com trissomia do 21 e terapeutas**
Jan Edson Rodrigues Leite, Paulo Vinícius Ávila-Nóbrega e Marianne C. Bezerra Cavalcante
- 238** **A construção da intersubjetividade nas solicitações de primeiras histórias na mediação judicial *online*: um estudo de fala-em-interação**
Paulo Cortes Gago e Daniel Souza Cruz
- 268** **Sobre entrevistas de pesquisa, intersubjetividade e a importância de não se negligenciar a situação**
Liana de Andrade Biar
- 288** **Diacronia de processos de construção de textos em cartas de leitor paulistas**
Eduardo Penhavel, Alessandra Regina Guerra, Joceli Catarina Stassi-Sé, Michel Gustavo Fontes e Solange de Carvalho Fortilli

O QUE NOS FAZ HUMANOS: INTERSUBJETIVIDADE NA GRAMÁTICA, NO DISCURSO E NA INTERAÇÃO*WHAT MAKES US HUMAN: INTERSUBJECTIVITY IN GRAMMAR, DISCOURSE, AND INTERACTION**Diogo Pinheiro¹**André V. Lopes Coneglian²**Augusto Soares da Silva³*

O dicionário Michaelis oferece duas definições para o substantivo “intersubjetividade”: “Qualidade ou característica de intersubjetivo” e “Situação de comunicação entre indivíduos em que ocorre o diálogo das consciências individuais”⁴. A primeira não é particularmente esclarecedora, mas a segunda ilumina com clareza o território semântico que o termo recobre: trata-se de fazer referência a situações em que dois ou mais organismos *estabelecem interação*, de maneira tal que ações ou perspectivas de um passam a levar em conta as ações ou perspectivas do outro.

Nas últimas décadas, a noção de intersubjetividade se tornou crescentemente relevante para disciplinas como a psicologia cognitiva, a neurociência e a biologia evolutiva (Schore, 2021; Zlatev *et al.*, 2008; Gärdenfors, 2008; Decety; Chaminade, 2003). A razão para esse interesse tem a ver, ao menos em parte, com o debate sobre o sucesso evolutivo da espécie humana (medido a partir de critérios como dispersão geográfica, consumo de biomassa e tamanho da população⁵). Se, para Aristóteles, a superioridade da nossa espécie residia na razão, cientistas contemporâneos já arrolaram mais de uma dezena de atributos que justificariam o sucesso evolutivo humano – de polegares opositores à capacidade de fabricação de ferramentas; da escassez de pelos corporais à música e à linguagem (para uma síntese, ver Vermeij (2023)). Nos últimos anos, porém, um número crescente de estudiosos, de áreas diversas, parece estar convergindo em direção a uma história diferente, segundo a qual o sucesso evolutivo da espécie humana se deve, em última instância, às nossas formas únicas, e especialmente desenvolvidas, de interação e socialização – em uma palavra, à nossa *intersubjetividade* (Enfield;

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), diogopinheiro@letras.ufrj.br, <https://orcid.org/0000-0003-2403-5040>.

² Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), coneglian03@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0003-1726-8890>.

³ Universidade Católica Portuguesa (UCP - Braga, Portugal), assilva@ucp.pt, <https://orcid.org/0000-0001-7951-5194>.

⁴ Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/intersubjetividade/>

⁵ Como notam Desmond e Ramsey (2023), definir critérios objetivos para estabelecer o *Homo sapiens* como a espécie mais bem sucedida da história da vida está longe de ser trivial – e, além disso, afirmações sobre o sucesso da espécie parecem estar sempre carregadas de conotações ideológicas. Seja como for, parece haver poucas dúvidas de que “as conquistas cognitivas, sociais e econômicas [da espécie humana] nos tornaram a espécie mais poderosa dentre todas as que já vagaram pela Terra” (Vermeij, 2023, p. 103).

Sidnell, 2022, 2019, 2014; Tomasello 2019, 2018, 2014; Tomasello; Gonzalez-Cabrera, 2017; Gowdy e Krall, 2016; Zlatev *et al.*, 2008; Trevarthen; Aitken, 2001; Trevarthen, 1979)⁶.

Esta não é uma tese trivial. Afinal, boa parte das habilidades sociocognitivas que poderiam ser plausivelmente reunidas sob o guarda-chuva da intersubjetividade parece estar presente em outros animais. Como observa Tomasello (2019), há evidências de que pelo menos alguns grandes símios caçam em grupo, adquirem novos comportamentos por meio de aprendizado social e agem com base em um senso de reciprocidade, dentre outras manifestações de um comportamento claramente orientado para o outro. Se isso é verdade, que traço da intersubjetividade humana distinguiria a nossa cognição social daquela presente em outras espécies, incluindo nossos parentes mais próximos, como chimpanzés e bonobos?

A resposta que tem sido sugerida por Michael Tomasello e colegas (Tomasello, 2019, 2018, 2014; Tomasello, Gonzalez-Cabrera, 2017) é a de que a especificidade da intersubjetividade humana reside na **intencionalidade compartilhada** (“shared intentionality”), entendida como a capacidade de formar com o outro um **agente compartilhado** – isto é, um “nós” que opera como uma entidade única, na medida em que os sujeitos que a compõem compartilham intenções, conhecimentos e valores sociais/morais. De acordo com essa abordagem, grandes símios são dotados apenas de **intencionalidade individual**, o que significa que, embora sejam capazes de compreender o outro como agente intencional e levar em consideração a perspectiva alheia, eles não atuam cooperativamente, formando um único “nós” fundado em objetivos comuns. Para Tomasello (2019, p. 14), mesmo quando caçam em grupo, cercando uma presa, os grandes símios não estão de fato trabalhando juntos, de forma cooperativa, em prol de uma meta comum. Em vez disso, cada um deles estaria focado em sua meta individual, de maneira que cada indivíduo estaria usando o outro, de forma autocentrada, como uma espécie de “ferramenta social” para atingir o seu objetivo particular (Tomasello, 2019, p. 13)⁷. Isso é muito diferente do que ocorre em um sem-número de atividades coletivas humanas – como jogar futebol, tocar em uma banda ou participar de um procedimento cirúrgico –, em que todos os agentes devem enxergar a si mesmos como membros de uma entidade superordenada – o time, a banda ou a equipe cirúrgica – e, como consequência, atuar cooperativamente, de forma sincronizada, em prol de uma meta comum, cujo êxito será benéfico para todos os envolvidos.

A ideia aqui, portanto, é a de que, enquanto a sociabilidade dos grandes símios é em grande medida autocentrada e baseada na competição, a sociabilidade humana está largamente fundada em uma tendência à cooperação – e essa diferença decorreria, precisamente, do fato de que apenas os seres humanos são capazes intencionalidade compartilhada. Como se vê, à luz dessa tese, o que nos distingue das demais espécies não é a mera presença de alguma manifestação de intersubjetividade

⁶ É claro que as diferentes explicações não precisam ser tomadas como excludentes; na verdade, é provável que elas se reforcem mutuamente (Vermeij, 2023). Por exemplo, tanto polegares opositores quanto a intersubjetividade contribuem para a fabricação de ferramentas.

⁷ Uma das evidências disso é o fato de que grandes símios demonstram clara preferência por não compartilhar o alimento obtido na caça coletiva (Tomasello, 2019, p. 14).

(grandes símios e muitas outras espécies certamente apresentam comportamentos orientados para o outro), mas uma forma particular de intersubjetividade, fundada na ideia de intencionalidade compartilhada e, por conseguinte, em uma forte tendência à cooperação (em oposição à competição).

Até este ponto, mencionamos alguns exemplos em que a capacidade de intencionalidade compartilhada permite que o indivíduo forme, com outras pessoas, um grupo circunstancial que executa, aqui e agora, uma **ação conjunta** – como jogar futebol, tocar uma música ou realizar uma cirurgia. Mas a verdade é que o ser humano é capaz de formar – e se sentir membro de – grupos muito mais amplos e temporalmente estáveis (por exemplo, a sociedade brasileira ou a sociedade portuguesa; a torcida do Flamengo, do Cruzeiro ou do Sporting Clube de Braga; a comunidade umbandista ou a comunidade católica). Por um lado, o princípio em operação aqui não é fundamentalmente diferente: trata-se de reconhecer a si mesmo como parte de uma entidade maior. Neste caso, porém, não estamos mais falando de um grupo de pessoas que unem suas habilidades para levar a cabo uma tarefa específica, em uma situação interacional particular, mas de um conjunto de indivíduos que se reconhecem como membros de um grupo sociocultural relativamente estável, definido pelo compartilhamento de símbolos, artefatos, práticas sociais e valores morais.

Para Tomasello (2019), essas duas capacidades são faces da mesma moeda, mas emergem ontogeneticamente – e emergiram filogeneticamente – em momentos distintos. A primeira, a que ele se refere como **intencionalidade conjunta** (“joint intentionality”), amadurece em torno dos 9 meses de idade e teria se disseminado na espécie *Homo heidelbergensis* há cerca de 400 mil anos, como resultado da necessidade de obter comida de forma colaborativa (Tomasello, 2019, p. 14-15). A segunda, referida como **intencionalidade coletiva** (“collective intentionality”), amadurece em torno dos 3 anos e teria se disseminado há cerca de 150 mil anos, já na espécie *Homo sapiens*, como resultado do aumento populacional e do acirramento da competição entre grupos (Tomasello, 2019, p. 18-19). Dito de outro modo, a tendência humana à cooperação, ancorada na capacidade de intencionalidade compartilhada, propicia tanto um comportamento cooperativo no aqui-e-agora interacional, ancorado no reconhecimento de objetivos temporários comuns, quanto um movimento de cooperação em larga escala, que se funda no compartilhamento de um conjunto de convenções (símbolos, práticas e valores, instituições – em uma palavra, cultura).

Entre essas convenções, estão certamente os sistemas linguísticos – aqui entendidos, essencialmente, como um inventário de formas fonológicas, morfológicas e sintáticas convencionalmente associadas a significados/funções particulares⁸. Mas há motivos para supor que a língua não é apenas mais uma dentre as muitas convenções criadas pelos seres humanos como resultado da intencionalidade coletiva. Isso porque, em primeiro lugar, as convenções linguísticas são usadas como *instrumento* para a coordenação de atividades sociais – o que significa, em outras palavras, que se trata de convenções necessárias à execução de outras convenções (Tomasello, 2019,

⁸ A compreensão dos sistemas linguísticos como inventários de convenções, que claramente permeia a obra de Tomasello, é tributária do modelo da Gramática de Construções (Pinheiro; Soares da Silva; Freitas Jr, 2023; Hoffmann, 2022).

p. 19)⁹. Além disso, as línguas parecem desempenhar um papel importante na coesão de grupos sociais na medida em que permitem expressar proposições genéricas (do tipo “Leopardos são perigosos”). Essas proposições são úteis porque traduzem não o ponto de vista de um indivíduo particular, e sim algo que é sentido como uma “verdade absoluta” (mas que corresponde, a rigor, à perspectiva de um determinado grupo social – isto é, trata-se de uma perspectiva intersubjetiva). Nesse sentido, a linguagem produz a sensação de que existiria uma “perspectiva objetiva”, externa ao indivíduo e compartilhada por todos os membros de uma dada coletividade (Tomasello, 2019, p. 19-20).

Mas isso não é tudo. Tomasello (2019, 2018) chega a sugerir também, ainda que em caráter mais especulativo, que a natureza inerentemente perspectival da linguagem seria uma condição necessária à própria emergência da Teoria da Mente (ToM) durante os primeiros anos de vida do indivíduo. Essa “natureza inerentemente perspectival” diz respeito ao fato de que qualquer língua humana permite codificar uma mesma entidade ou situação de diferentes maneiras: a mesma planta pode ser referida como uma “rosa”, uma “flor” ou um “presente”; um mesmo evento pode ser referido como “impeachment”, “golpe” ou “crime”¹⁰. A hipótese de Tomasello é a de que a emergência da ToM durante a ontogenia depende do engajamento das crianças em situações comunicativas nas quais diferentes perspectivas são linguisticamente apresentadas e negociadas. Para ele, essa experiência levaria a criança a desenvolver a compreensão de que o outro pode ter crenças diferentes das dela própria – um pré-requisito necessário para a emergência da Teoria da Mente.

Em suma, a proposta de Tomasello e colegas é a de que a espécie humana conta com uma cognição social única no reino animal, que resulta da capacidade de intersubjetividade compartilhada e produz uma forte tendência à cooperação. Para eles, além disso, a linguagem desempenha um papel central no desenvolvimento das nossas formas de socialização, tanto por permitir a coordenação de um sem-número de atividades sociais quanto por viabilizar a emergência da percepção de que existem perspectivas supraindividuais.

Assim como Tomasello e colegas, também N. J. Enfield e Jack Sidnell vêm desenvolvendo um arcabouço teórico que visa a investigar as particularidades da intersubjetividade humana (Enfield; Sidnell, 2022, 2019, 2014). Em grande medida, as duas propostas coincidem: tanto Tomasello e colegas, de um lado, quanto Enfield e Sidnell, de outro, assumem que apenas a intersubjetividade humana é marcada pela possibilidade de realização de **ações conjuntas** – isto é, atividades francamente cooperativas em que “dois indivíduos se juntam para formar uma unidade” (Enfield; Sidnell, 2022, p. 4). Por outro lado, enquanto o foco de Tomasello e colegas recai sobre a *capacidade psicológica* que permite a realização de ações conjuntas (a saber, a capacidade de intencionalidade compartilhada, como vimos acima), o interesse de Enfield e Sidnell se concentra primariamente sobre a *dinâmica e organização interna* de tais ações¹¹.

⁹ E, poderíamos acrescentar, servem ainda como instrumento para transmissão intergeracional das convenções – práticas, normas e valores – de um dado grupo por meio de instrução explícita.

¹⁰ Essa ideia está na própria gênese da Linguística Cognitiva – ver, em particular, a noção de “construal”, central à Gramática Cognitiva langackeriana (Langacker, 1991, 1987).

¹¹ Esta diferença de ênfase decorre, como é natural, do fato de que as duas propostas se originam em tradições de pesquisa bastante diversas. Voltaremos a esse ponto adiante.

Provavelmente por essa razão, Enfield e Sidnell (2022) atribuem grande peso ao caráter *normativo e público* da intersubjetividade humana. Para eles, com efeito, a marca distintiva da sociabilidade humana é a *accountability*, definida como a propriedade, atribuída a cada indivíduo, de poder ser responsabilizado pelos seus atos e ter a obrigação de responder por eles perante os outros¹². Como os autores explicam, nós estamos o tempo todo cientes de que nossas ações estão sendo avaliadas à luz de um conjunto de normas tácitas de comportamento (e, como consequência, sabemos que podemos a qualquer momento ser questionados, acusados, elogiados, corrigidos...). Esse fato, a que os autores se referem como “tirania da *accountability*”, rege cada detalhe da nossa vida social, determinando nosso comportamento não apenas em eventos solenes, como uma missa ou um funeral, mas em rigorosamente qualquer situação pública. É por causa da “tirania da *accountability*” que nós não desligamos subitamente o telefone depois de termos obtido a informação desejada, não nos posicionamos no elevador de costas para a porta (e sim de frente para ela) e não andamos mais rápido que o nosso parceiro quanto saímos para uma caminhada a dois¹³.

A preocupação central de Enfield e Sidnell (2022), no entanto, não diz respeito à relação entre “*accountability*” e intersubjetividade humana, e sim à relação entre linguagem e intersubjetividade. Especificamente, eles defendem a tese de que *a intersubjetividade é, ao mesmo tempo, causa e consequência da linguagem*. A sugestão aparentemente paradoxal se resolve com o reconhecimento de dois tipos distintos, ainda que relacionados, de intersubjetividade: de um lado, uma *intersubjetividade primária* (“primary intersubjectivity”), que teria funcionado como pré-requisito para a emergência da linguagem (e seria, portanto, filogeneticamente anterior a ela); de outro, uma *intersubjetividade potencializada* (“enhanced intersubjectivity”), que é possibilitada pela própria existência da linguagem. Nas palavras de Enfield e Sidnell (2022, p. 5), “1. a intersubjetividade torna a linguagem possível e 2. a linguagem toma a intersubjetividade para si e a transforma”¹⁴. Nesse sentido, para Enfield e Sidnell (2022), a intersubjetividade humana é essencialmente linguística por natureza.

A fim de compreendermos o raciocínio por trás dessa tese, devemos lembrar que a intersubjetividade humana necessariamente envolve, para Enfield e Sidnell (2022), a realização de ações conjuntas, em que dois ou mais indivíduos se percebem como partes de um todo maior. Em situações desse tipo, nas quais a agência (ou agencialidade) é distribuída entre as partes, a atividade só pode ser plenamente bem-sucedida quando todos envolvidos se comportam, a cada momento,

¹² Uma tradução bastante precisa é *responsabilizabilidade* – isto é, a propriedade de (*alguém*) *ser responsabilizável* (compare-se com “*exequibilidade*”, que denota a propriedade de (*algo*) *ser exequível*). Nesta apresentação, porém, a fim de não cometermos esse neologismo, manteremos o termo original em inglês.

¹³ A atividade social de *caminhar juntos* (“walking together”) foi analisada por Gilbert (1990, *apud* Enfield e Sidnell (2022)).

¹⁴ No original:

“1. Intersubjectivity makes language possible,
and
2. language takes intersubjectivity and transforms it”.

da maneira esperada¹⁵. Para que isso ocorra, porém, três condições parecem ser necessárias: (i) os participantes devem conhecer normas coletivas de comportamento; (ii) os participantes devem saber que estão sendo monitorados e avaliados no que se refere à adesão a essas normas; e (iii) os participantes devem saber que, como resultado desse monitoramento, seu comportamento pode ser, a qualquer momento, publicamente tematizado e caracterizado (isto é: criticado, reprovado, elogiado, questionado, etc.).

É no domínio da condição número (iii) que a linguagem desempenha, para Enfield e Sidnell (2022), um papel central. O raciocínio aqui é bastante direto: se a “tirania da *accountability*” requer que comportamentos sociais sejam publicamente tematizados e caracterizados, sua implementação exige a existência de algum sistema de comunicação cujas propriedades (estruturais e funcionais) permitam essa tematização e caracterização – e esses sistemas seriam, precisamente, as línguas humanas. Nas palavras de Enfield e Sidnell (2022, p. 11-12), “apontar alguém como responsável por ter deixado de cumprir uma obrigação dentro de uma atividade conjunta só é possível se o comportamento do outro puder ser tematizado e caracterizado. Para isso, precisamos de uma forma de descrever o que foi feito. A linguagem nos dá isso”.

Mas, afinal, quais são as propriedades das línguas humanas que viabilizam a tematização dos comportamentos sociais? A mais básica é talvez a possibilidade de *referenciar*. Como notam Enfield e Sidnell (2022), é possível fazer referência a uma entidade por meios não linguísticos (por exemplo, apontando para ela), mas a linguagem permite referenciar uma porção muito mais vasta da realidade concebível do que aquela que pode ser apontada com o dedo – por exemplo, podemos fazer referência a *todos os unicórnios que vivem fora do sistema solar*, à *fundação de Roma* e à *insistência do Joãozinho em desobedecer às minhas ordens*. Isso é importante por duas razões. Em primeiro lugar, e muito simplesmente, porque a *accountability* requer que nós sejamos capazes de fazer referência não apenas a entidades concretas, mas também a situações, comportamentos e mesmo propriedades (a gafe do José; o fato de que a Maria ficou três horas em pé; a falta de noção do Paulo), o que parece demandar, necessariamente, o recurso a signos linguísticos. Mas, para além disso, há ainda o fato crucial de que linguagem – diferentemente do gesto de apontar (Enfield; Sidnell, 2022, p. 109) – viabiliza a referência à *fala* do outro. Isso, por seu turno, potencializa a “tirania da *accountability*”, porque nos permite responsabilizar o outro (questionando, chamando a atenção, criticando, etc.) não apenas em relação pelos comportamentos não verbais (bater em alguém, dormir até tarde), mas também, e crucialmente, pelos seus comportamentos verbais (uma descrição inexata, uma promessa não cumprida).

¹⁵ Em termos concretos, suponha que uma dupla está arrumando uma cozinha. Num dado momento, uma das pessoas está responsável por lavar os pratos e a outra está responsável por secá-los e guardá-los no armário. A atividade deve ser sincronizada: quando o primeiro termina de lavar um prato, o segundo estende o braço para recebê-lo. Se, em um certo momento, o comportamento da segunda pessoa se desvia do esperado (por exemplo, se ela executa um passo de dança em vez de estender o braço), a ação conjunta é prejudicada de alguma forma.

A segunda propriedade relevante é o caráter perspectival da linguagem (a que Enfield e Sidnell (2022) se referem simplesmente como “semântica”). Conforme já observamos, todas as línguas humanas permitem codificar uma mesma entidade ou situação de diferentes formas (esta planta pode ser uma “rosa”, uma “flor” ou um “presente”). Isso é importante porque, ao selecionar uma palavra específica, evocamos um conjunto de direitos e deveres associados à entidade em questão. Isto é, o próprio fato de designar uma mulher como “mãe” – e não como “atleta”, “brasileira” ou “doadora de órgãos”, mesmo que todos esses termos sejam igualmente adequados do ponto de vista extensional – é suficiente para evocar um conjunto de expectativas sociais tácitas. A importância do caráter perspectival das línguas humanas para a “tirania da *accountability*” fica evidente, por exemplo, na óbvia diferença pragmática entre as formulações “You didn’t talk to that man” (“Você não falou com aquele homem”) e “You didn’t say hello to your friend” (“Você não disse oi para o seu amigo”) – apenas a segunda parece contar como uma admoestação, isto é, um chamado de atenção diante do fato de que o interlocutor descumpriu uma norma social (Enfield; Sidnell, 2022, p. 156).

Por fim, Enfield e Sidnell (2022) destacam ainda três propriedades gramaticais que facilitariam, ou viabilizariam, a permanente prestação pública de contas que caracteriza a sociabilidade humana. Essas três propriedades são (i) a capacidade de conectar, por meio da oração, um referente a um predicado (o que permite ao falante não apenas chamar a atenção para um comportamento, como em *a insistência do Joãozinho em desobedecer às minhas ordens*, mas ainda predicar explicitamente acerca dele, como em *a insistência do Joãozinho em desobedecer às minhas ordens está pegando muito mal*); (ii) a capacidade de conectar, por meio de diferentes mecanismos gramaticais, o espaço-tempo do evento de fala ao espaço-tempo do evento narrado (o que permite, por exemplo, acusar alguém de ter tido um comportamento desviante no passado); e (iii) a capacidade de conectar, também por meio de uma variedade de mecanismos gramaticais, a língua à própria língua, propriedade à qual os autores se referem como reflexividade (e que se mostra fundamental para que as pessoas respondam não apenas pelos seus comportamentos não verbais, mas também pelas suas ações linguísticas: “Você disse que ia me ligar e não ligou!”; “Você chamou ele de adolescente, mas ele é só uma criança”).

Em suma, para Enfield e Sidnell (2022), a linguagem viabiliza a tematização e a caracterização tanto de comportamentos não verbais (aí incluídos comportamentos esperados, hipotéticos, etc.) quanto, reflexivamente, de comportamentos verbais. Ao fazer isso, ela institui a “tirania da *accountability*” – e, com isso, acaba por transformar qualitativamente a **intersubjetividade primária**, elevando-a ao patamar de **intersubjetividade potencializada**.

Em certo sentido, o arcabouço erigido por N. J. Enfield e Jack Sidnell é sensivelmente diferente do quadro teórico desenvolvido por Michael Tomasello e colegas. Enquanto a abordagem tomaselliana se alinha às tradições da psicologia cognitiva e da biologia evolutiva do desenvolvimento (a chamada Evo-Devo), o modelo de Enfield e Sidnell assume uma perspectiva radicalmente pragmática, ou microsociológica, com raízes fincadas firmemente no campo da Análise da Conversa. Como resultado, a abordagem de Tomasello é marcadamente internalista, com o olhar voltado para a emergência

ontogenética e filogenética de *capacidades intersubjetivas*, ao passo que o modelo de Enfield e Sidnell é fortemente externalista, com foco sobre as *ações públicas realizadas pelos sujeitos* e sobre as *normas sociais que as orientam*. A despeito dessas diferenças de perspectiva e (consequentemente) de foco, ambas as abordagens convergem em relação a diversos aspectos – aí incluído o papel central da linguagem para a intersubjetividade humana.

Este volume da revista *Linguística* busca explorar, precisamente, a relação entre linguagem e intersubjetividade. A fim de mapearmos o campo dos estudos que investigam essa relação, podemos, em primeiro lugar, tomar como critério o *tipo de intersubjetividade* considerado em cada caso. À luz do que foi discutido nas últimas páginas, parece seguro estabelecer aqui uma distinção entre dois tipos: de um lado, uma *intersubjetividade situada*, restrita ao aqui-e-agora interacional e ancorada na capacidade de intencionalidade conjunta; de outro, uma *intersubjetividade expandida*, caracterizada pela adesão a crenças e normas sociais e ancorada na capacidade de intencionalidade coletiva¹⁶. Aqui, portanto, o que se estabelece é, essencialmente, uma distinção entre o nível micro da *interação* e o nível macro da *cultura*¹⁷.

Em segundo lugar, podemos tomar como critério o *objeto de análise*. Aqui, temos em mente a distinção entre estudos com viés léxico-gramatical, que vistam à identificação e descrição de *formas linguísticas particulares* (palavras, estruturas sintáticas, contornos prosódicos, etc.), e estudos com viés discursivo, que se propõem a analisar *tipos particulares de discursos ou encontros interacionais* (uma entrevista de pesquisa, uma consulta médica, o discurso jornalístico sobre obesidade¹⁸, etc.).

¹⁶ Os termos “intersubjetividade situada” e “intersubjetividade expandida”, da maneira como os empregamos aqui, não são sinônimos, respectivamente, de “intersubjetividade primária” e “intersubjetividade aprimorada”. Afinal, como vimos, Enfield e Sidnell (2022) tratam a intersubjetividade primária como um tipo de engajamento intersubjetivo *anterior* à emergência da linguagem. Apesar disso, há claros paralelos entre os dois conceitos. Em particular, tanto a intersubjetividade primária quanto o que estamos chamando aqui de intersubjetividade situada envolvem atenção conjunta em uma cena triádica (interlocutor 1 + interlocutor 2 + foco de atenção); além disso, tanto a intersubjetividade potencializada quanto o que estamos chamando aqui de intersubjetividade expandida pressupõem a existência de crenças culturais e normas sociais compartilhadas em uma da comunidade, cuja existência ultrapassa os limites estritos do aqui-e-agora interacional. Por fim, vale dizer que o adjetivo “situada”, neste texto, diz respeito a encontros interacionais particulares, isto é, *interações espaço-temporalmente situadas e pontuais* (duas pessoas falando ao telefone, uma conversa face a face entre médico e paciente, uma aula, etc). Ou seja: embora seja verdade que, em um sentido importante, a intersubjetividade expandida também seja situada – dado que ela é culturalmente específica –, não é a esse tipo que situacionalidade que nos referimos por meio do adjetivo “situada”. O conceito ao qual nos referimos como “intersubjetividade situada” é em grande medida coincidente com o que Tantucci (2021) chama de “intersubjetividade imediata” (“immediate intersubjectivity”) – com a diferença importante de que para este autor, mas não para nós, a intersubjetividade é uma categoria especificamente linguística.

¹⁷ Note-se que essa distinção é diferente da oposição entre, de um lado, um sentido mais *fundamental* de intersubjetividade como dimensão inerente da própria linguagem em interação com a dimensão cognitiva (i.e dimensão social e dimensão cognitiva/psicológica da linguagem) e, de outro, um sentido mais *superficial ou instrumental* de intersubjetividade como expressões (lexicais, gramaticais, pragmáticas) marcadoras de intersubjetividade. Ambos os tipos de intersubjetividade assumidos aqui dizem respeito a esse sentido mais fundamental (o que afasta nossa proposta da abordagem de Tantucci (2021), conforme observamos na nota 13).

¹⁸ O discurso jornalístico sobre a obesidade foi investigado por Gavin Brookes e Paul Baker a partir da análise de notícias sobre obesidade publicadas em 10 jornais britânicos entre 2008 e 2017 (Brookes; Baker, 2021).

Note-se que a diferença fundamental está relacionada essencialmente ao desenho da pesquisa. Isto é: ainda que estudos com viés léxico-gramatical possam vir a incluir análises de excertos textuais relativamente longos e estudos com viés discursivos necessariamente reconheçam a função de formas linguísticas particulares na construção do sentido, esses dois tipos se distinguem em relação àquilo que é tomado, *antes do início da pesquisa*, como objeto de análise: se a pesquisa se apresenta como a investigação de uma determinada forma linguística (digamos, a estrutura passiva, as palavras “golpe” e “impeachment” ou o sufixo “-eiro”), e a partir daí analisa diversos excertos que a contêm, estamos diante de um estudo de viés léxico-gramatical; se a pesquisa se apresenta como a investigação de um determinado tipo de discurso ou encontro interacional (digamos, uma consulta médico, o discurso político, etc.), e a partir daí identifica em um dado *corpus* o papel de formas linguísticas particulares, então estamos diante de um estudo de viés discursivo¹⁹.

Naturalmente, se cruzarmos os critérios *tipo de intersubjetividade* e *objeto de análise*, chegaremos a uma matriz com quatro possibilidades: (i) viés léxico-gramatical com foco sobre a intersubjetividade situada; (ii) viés léxico-gramatical com foco sobre a intersubjetividade expandida; (iii) viés discursivo com foco sobre a intersubjetividade situada; e (iv) viés discursivo com foco sobre a intersubjetividade expandida. Interessantemente, essas quatro possibilidades parecem de fato corresponder a quatro frentes de pesquisa efetivamente identificáveis no campo dos estudos sobre linguagem e intersubjetividade. Essas frentes de pesquisa estão apresentadas no quadro 1, a seguir.

Quadro 1: Frentes de investigação sobre intersubjetividade em linguística

	Eixo léxico-gramatical	Eixo discursivo
Intersubjetividade situada	(1) Identificação e descrição de elementos linguísticos especificamente dedicados ao gerenciamento da interação comunicativa	(2) Análise pragmática / microsociológica da própria interação comunicativa
Intersubjetividade expandida	(3) Identificação e descrição de elementos linguísticos que codificam convencionalmente as perspectivas (crenças) e normas de um dado grupo cultural	(4) Análise discursiva de um tipo de discurso ou encontro interacional, em um <i>corpus</i> ou arquivo previamente selecionado, com foco sobre o reconhecimento de formações discursivas / sistemas de coerências.

Fonte: Elaboração dos autores.

¹⁹ O objetivo aqui não é, de modo algum, determinar que tipo de investigação pode legitimamente reivindicar *status* de análise discursiva ou gramatical. Certamente, há vertentes quantitativas de análises do discurso (baseadas em grandes *corpora* eletrônicos) que definem como objeto, antes do início da análise, uma palavra ou conjunto de palavras. Neste artigo, como observamos acima, os adjetivos “léxico-gramatical” e “discursivo” caracterizam tão somente tipos distintos de *percursos metodológicos de pesquisa*, nos quais o que se define previamente como objeto de análise é, respectivamente, uma forma linguística específica ou um conjunto específico de textos. Com base nessa classificação metodológica, análises discursivas que se debruçam sobre uma grande quantidade de ocorrências de uma mesma palavra pertencem à nossa célula (3), vinculada ao eixo léxico-gramatical.

Como se observa, cada célula do quadro acima corresponde a uma frente possível de pesquisa linguística acerca da intersubjetividade humana. A célula (1) reflete a vasta e heterogênea empreitada intelectual da linguística funcional-cognitiva, frequentemente em sua interface com a pragmática e a linguística de *corpus*. Aqui, destacam-se pelo menos dois caminhos. De um lado, temos estudos diacrônicos que se debruçam sobre processos de mudança linguística, aí incluídos processos de *intersubjetificação* (em que um determinado elemento originalmente não intersubjetivo desenvolve uma função intersubjetiva, passado a atuar no gerenciamento da interação; ver, por exemplo, a análise de Tantucci (2021) para as construções “you don’t want X” e “believe it or not” ou a proposta de Traugott (2022) para o desenvolvimento de “after all”) e de *mudança pragmática* (em que um elemento que tem originalmente uma função intersubjetiva desenvolve uma função intersubjetiva nova; ver, por exemplo, a análise de Fedriani (2019) para os marcadores de polidez do italiano). De outro lado, estão os estudos sincrônicos que identificam a função intersubjetiva de construções ou família de construções particulares (ver, por exemplo, as descrições propostas por Verhagen (2005) para diversas “construções de intersubjetividade” ou o tratamento de Engberg-Pedersen e Thomsen (2016) para três partículas dialógicas do dinamarquês). Na história da Linguística Cognitiva (LC), este parece ter sido um movimento que se iniciou já no século XXI, quando o interesse original sobre as habilidades mentais de um único sujeito conceptualizador passou a coexistir com estudos que se debruçavam sobre *a negociação da conceptualização* por dois ou mais sujeitos. A razão principal desse interesse (tardio) tem sobretudo a ver com a chamada “viragem social” da LC, ocorrida já no século XXI (a esse respeito, ver o número especial de 2016 da revista *Cognitive Linguistics*, bem como Soares da Silva (2021) e Boogart e Reuneker (2017)).

Na célula (3), imediatamente abaixo, cabem as tradições de estudos do léxico em que os significados das palavras refletem, em alguma medida, configurações culturais. Uma dessas tradições é a da Linguística Cultural, que partilha dos mesmos princípios da Linguística Cognitiva (Sharifan (2017), Palmer (1996)). Outra é a empreitada capitaneada por Anna Wierzbicka com o objetivo autodeclarado de “compreender as culturas através de suas palavras-chave”²⁰ (Wierzbicka, 1997; ver, por exemplo, sua análise comparativa entre palavras associadas à noção de LIBERDADE em inglês, russo e polonês, com o objetivo de mostrar que cada palavra codifica uma representação cultural distinta). Por fim, há ainda a Análise do Discurso Lexical, que busca “ganhar acesso ao discurso através das palavras” (Née; Veniard, 2012; ver, por exemplo, sua análise das palavras francesas “insécurité”, “sécurité” e “sûreté” a partir de uma análise de notícias do jornal *Le Monde* no contexto da campanha presidencial de 2001 e 2002).

A célula (2) reflete, essencialmente, a tradição da Análise da Conversa Etnometodológica, da Sociolinguística Interacional e de outras áreas no campo dos estudos da fala-em-interação. Aqui, estamos especificamente no domínio da intersubjetividade situada, isto é, na microanálise dos

²⁰ Esta frase corresponde a uma tradução quase literal do título do livro publicado por Wierzbicka em 1997 (no original, “Understanding cultures through their keywords”).

movimentos que compõem eventos interacionais particulares – o que inclui, por exemplo, os sistemas de tomada de turnos, as muitas formas de organização sequencial da conversa e, mais amplamente, a negociação conjunta de significados no aqui-e-agora interacional. Note-se que, no caso da célula (2), diferentemente do que se vê em (1) e (3), o objeto de análise não são elementos linguísticos específicos (isto é, uma determinada palavra, construção, estrutura sintática, contorno prosódico, etc.); em vez disso, o pesquisador se debruça sobre a totalidade das sequências linguísticas (e manifestações paralinguísticas) produzidas no encontro interacional em questão.

Por fim, a célula (4) corresponde aos estudos que focalizam a intersubjetividade expandida (ancorada na intencionalidade coletiva) por meio de uma análise discursiva (em oposição a gramatical). Essa célula guarda afinidades, portanto, tanto com a célula (2) quanto com a célula (3). Assim como no caso de (2), a pesquisa não parte de elementos linguísticos, e sim de textos (ou conjuntos de textos) completos. Por outro lado, assim como no caso de (3), a pesquisa se volta para o reconhecimento de representações culturais/ideológicas associadas a uma coletividade. A célula (4) é, portanto, o espaço por excelência das diversas ramificações da Análise do Discurso, como, por exemplo, a Análise do Discurso Francesa, a Análise do Discurso Crítica (aí incluída a Análise do Discurso Crítica e Cognitiva; ver, por exemplo, Hart (2010)), a Análise do Discurso Assistida por Corpus e mesmo a Análise de Narrativa.

O presente volume reúne estudos situados, majoritariamente, nas células (1) e (2) – isto é, aquelas vinculadas à intersubjetividade imediata, nos eixos léxico-gramatical e discursivo –, com exceção do sexto artigo, que ocupa a célula (4)²¹. Vejamos:

Quadro 2: Mapeamento dos artigos deste volume de acordo com a classificação do quadro 1

	Eixo léxico-gramatical	Eixo discursivo
Intersubjetividade situada	1, 2, 3, 4, 5	7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14
Intersubjetividade expandida		6

Fonte: Elaboração dos autores.

Neste volume, os artigos estão ordenados, em larga medida, em função dessa grade classificatória (ainda que outros critérios também tenham sido considerados). Assim, começamos pela célula (1), voltada para estudos gramaticais sobre elementos linguísticos intersubjetivos; passamos para a célula (4), com um único estudo discursivo sobre representações ideológicas; e terminamos na célula (2), com um conjunto de artigos que se debruçam, sob diferentes perspectivas, sobre o encontro interacional (seja ele síncrono ou assíncrono).

²¹ A escassez de artigos na célula (4) parece ser reflexo do fato de que a palavra “intersubjetividade” não é tipicamente associada a análises discursivas de nível macro, orientada para a construção de conhecimento sobre crenças ideológicas e representações culturais de uma coletividade.

Abre o Dossiê o artigo “Advérbios fóricos como expressão de intersubjetividade”, de Roberto Gomes Camacho e Pedro Henrique Truzzi de Oliveira. Os autores discutem a intersubjetividade no âmbito da Gramática Discursivo-Funcional (GDF) (Hengeveld e Mackenzie, 2008), argumentando que a explicação teórica para esse fenômeno está vinculada ao Componente Contextual da GDF. Com base em dados de língua falada e de língua escrita, Camacho e Oliveira propõem que usos de advérbios fóricos, como *cá* e *lá*, entre outros, revelam matizes de intersubjetividade na medida em que ativam diferentes elementos contextuais. Em última instância, os autores aproveitam a discussão sobre intersubjetividade na GDF para discutir o lugar que essa teoria assume no contínuo das propostas funcionalistas e cognitivistas, segundo a avaliação de Butler e González García (2005).

O artigo “De oração modal ou condicional a operador argumentativo de acréscimo: o papel da intersubjetividade na emergência de [sem falar] no português”, de Monclar Guimarães Lopes e Brenda da Penha de Oliveira, descreve os usos e a emergência de “sem falar” como um operador (aditivo) argumentativo, mostrando que essa expressão surge no português, de um ponto de vista diacrônico, a partir do processo de analogização motivado pelo mecanismo cognitivo da intersubjetividade. O estudo apresentado no artigo está calcado teórico-metodologicamente na Linguística Funcional Centrada no Uso (Rosário, 2022), mas muito pertinentemente aproveita reflexões da Linguística Textual (Koch, 2004) e da Semântica Argumentativa (Ducrot, 1973), sendo esta última a fonte do termo “operador argumentativo”, usado por Lopes e Oliveira para dar nome à nova categoria de “sem falar” no português.

O artigo “Construções concessivas, escalaridade e intersubjetividade: análise contrastiva de [ainda que p, q] e [mesmo que p, q]”, de Gabriela Silva Ribeiro e Lilian Vieira Ferrari, enquadra-se na Linguística Cognitiva, mais especificamente, na Teoria dos Espaços Mentais (Dancygier e Sweetser, 2005), e na proposta de intersubjetividade estendida de Tantucci (2021). Com base em dados de língua escrita, as autoras desenvolvem a proposta de que construções concessivo-condicionais com *ainda que* e *mesmo que* assemelham-se na medida em que constroem espaços mentais que estabelecem relações causais incongruentes, típicos da concessividade, e compartilham natureza intersubjetiva e escalar. No entanto, diferem quanto à postura epistêmica (Fillmore, 1990): enquanto *ainda que* sempre sinaliza postura epistêmica positiva, *mesmo que* pode sinalizar tanto postura neutra quanto negativa. As autoras ainda propõem que as correlações modo-temporais verificadas nessas construções concessivo-condicionais, para além da construção da factualidade/potencialidade do evento descrito na oração concessivo-condicional, são responsáveis por marcar a postura epistêmica do falante quanto à relação causal incongruente estabelecida entre *p* e *q*.

No artigo “(Inter)subjetificação no processo de construcionalização de [por conta de (x)]_{causal} na língua portuguesa: uma análise diacrônica”, Sueli Maria Coelho e Luís Filipe Lima e Silva ancoram-se em um entendimento genérico de intersubjetividade, com base em propostas discursivas de Bakhtin (1999) e de Benveniste (1989), segundo o qual intersubjetividade diz respeito à dinâmica que envolve as duas primeiras pessoas do discurso. A análise de ocorrências da construção [por conta de (x)] nos

séculos XIII a XX revela que a matiz causal dessa construção aparece no português no século XVI. Os autores atribuem o surgimento desse significado causal a mecanismos de intersubjetificação.

Também na linha das investigações dos processos de mudança está o artigo “Construcionalização e paradigmática das construções epistêmicas no português brasileiro”, de Letícia de Almeida Barbosa, que propõe uma análise de construções parentéticas epistêmicas, fundamentada nos Modelos Baseados no Uso (Bybee, 2016, entre outros). Com base em uma amostra de *corpora* diversos, tanto de língua escrita quanto de língua falada e de diferentes diacronias do português, a autora analisa os estágios de desenvolvimento construcional da construção parentética epistêmica e defende que o surgimento desse tipo de construção, no português, deve-se a mecanismos de intersubjetividade, uma vez que tais construções são usadas para revelar uma consideração mais detida por parte do falante com relação à interpretação do destinatário.

O artigo “As onomatopeias na Libras”, de Graciele Kerlen Pereira Maia e Elidéa Lúcia Almeida Bernardino, apresenta uma detalhada análise do uso de onomatopeias na Língua Brasileira de Sinais. Por meio da análise de vídeos, as autoras procuram discutir as contribuições expressivas e intersubjetivas do uso de onomatopeias na construção do discursos narrativo e fabulístico em Libras, argumentando que o uso desses recursos pode, inclusive, mudar o sentido de uma sinalização.

O artigo “A relação entre metáfora e frames na construção de sentido do conceito de política dos discursos de Jair Bolsonaro”, de Vitor Fernandes Gonçalves e Fernanda Carneiro Cavalcanti, apresenta uma análise do conceito de política com base em uma amostra de 15 trechos de 187 discursos do ex-presidente do Brasil Jair Bolsonaro. Pautados pela Teoria da Metáfora Conceptual (Lakoff; Johnson, 1980) e respaldados pela Abordagem Crítica da Metáfora (Mulsoff, 2016), os autores identificam e descrevem diferentes metáforas, tais como POLÍTICA É ATO RELIGIOSO, sistematicamente relacionadas a frames específicos, como os frames DISCURSO_MILITAR e DISCURSO_CRISTÃO. Gonçalves e Cavalcanti apontam, afinal, que a metáfora do PAI SEVERO é o fator unificador conceptual entre outros domínios metafóricos e os frames acionados pelo discurso do ex-presidente.

Em perspectiva linguístico-textual, o artigo “Ironia e textualidade”, de Mônica Magalhães Cavalcante e Mariza Angélica Paiva Brito, defende que a análise da ironia deve levar em conta o “circuito comunicativo” (nos termos das autoras) em que o ato irônico se realiza, no que diz respeito, por exemplo, à projeção de intencionalidade por parte de um falante, ao reconhecimento de pré-discursos por parte dos interlocutores, e à identificação de incongruências entre o dito e o comunicado. Conduzindo uma análise de textos de diferentes gêneros discursivos, as autoras apresentam elementos linguísticos, discursivos e contextuais que, por si só não asseguram a obtenção do efeito irônico no texto, mas configuram-se como sensíveis a esse efeito. Cavalcante e Brito apontam, finalmente, a ironia como uma estratégia interativa e persuasiva e, portanto, de natureza fortemente intersubjetiva.

Os dois artigos seguintes estabelecem interface entre a Linguística Cognitiva e a Psicanálise, por caminhos diferentes. No artigo “Mesclagem conceitual em sonhos na pandemia: novas perspectivas para um diálogo entre linguística e psicanálise”, Oliveira *et al.* articulam o modelo de mesclagem conceptual (Fauconnier e Turner, 2002) e os conceitos freudianos de condensação e deslocamento, os

quais, segundo os autores, correspondem aos conceitos de metáfora e metonímia, respectivamente, na Linguística Cognitiva. Em direção complementar, Ismerim e Dunker, no artigo “Lacan e linguística cognitiva: novos diálogos em torno da intersubjetividade”, propõem uma aproximação entre a epistemologia da Linguística Cognitiva com as ideias psicanalíticas de Jacques Lacan, autor cujas ideias dialogam com a Linguística Estruturalista há décadas. No percurso de aproximação entre esses dois campos epistemológicos, Ismerim e Dunker discutem três empecilhos: a distância epistemológica entre os campos, a não coincidência entre os objetos teóricos de cada campo e, finalmente, a vinculação política de cada campo. No artigo de Oliveria *et al.*, a intersubjetividade é examinada especificamente nos processos de mesclagens de sonhos; no artigo de Ismerim e Dunker, o exame da intersubjetividade se centra no próprio problema da “teoria da interação” oferecida pela psicanálise e avaliada pela perspectiva cognitivista. Nos dois artigos, os autores são favoráveis à ideia de que a Linguística Cognitiva parece oferecer um aparato complementar ao da psicanálise para o tratamento e análise da linguagem como um fenômeno psicossocial.

O artigo “Processos intersubjetivos de conceptualização da referência espacial na interação entre criança com trissomia do 21 e terapeutas”, de Leite *et al.*, parte da concepção da linguagem como uma “arena intersubjetiva de negociação dos sentidos” (p. 219, deste volume). Com base nesse entendimento, os autores investigam o desenvolvimento do raciocínio espacial infantil por meio de uma análise dos processos de atencionalidade, atenção conjunta e comunicação intersubjetiva na aquisição da linguagem da criança. Por meio de estudo de caso, os autores mostram que o processo de construção conceptual da referência espacial só pode ser satisfatoriamente explicado se se levar em conta questões interacionais, atencionais e intersubjetivas.

No artigo “A construção da intersubjetividade nas solicitações de primeiras histórias na mediação judicial online: um estudo de fala-em-interação”, com base na Análise da Conversa, Paulo Cortes Gago e Daniel Souza Cruz estudam a mediação como um método para a solução consensual de conflitos, mostrando que a intersubjetividade se constrói e se desenvolve em trajetórias distintas, condicionadas pela tarefa institucional da mediação judicial online. A análise dos autores mostra que as estruturas sequenciais da fala-em-interação são responsáveis pela manutenção do foco de atenção conjunta entre os participantes, sendo, portanto, a própria arena de construção e manutenção das relações intersubjetivas.

No artigo “Sobre entrevistas de pesquisa, intersubjetividade e importância de não se negligenciar a situação”, Liana de Andrade Biar reflete sobre a relevância das relações de intersubjetividade que se configuram entre pesquisadores e colaboradores em entrevistas de pesquisa. Com base na Análise de Narrativa de linha goffmaniana, Biar mostra que pressuposições sociais, trabalho de face e manejo de estigma ajudam o pesquisador a estar atento às respostas dos colaboradores nas entrevistas, de modo que seja possível identificar estranhezas ou, até mesmo, desconfiar de respostas oferecidas. No contexto das reflexões de Biar, a intersubjetividade está vista não só na linguagem mas na própria dimensão acional que acompanha o uso linguístico.

Fecha o Dossiê o artigo “Diacronia de processos de construção de textos em cartas de leitor paulistas”, de Penhavel *et al.* O artigo reporta resultados obtidos no âmbito do Projeto para a História do Português Brasileiro, com base no aparato teórico-metodológico da Perspectiva Textual-Interativa. Os autores examinam cartas do leitor publicadas em jornais paulistas nos séculos XIX e XX, analisando aspectos diacrônicos da organização tópica, da parentetização e da repetição. Os autores apontam inúmeras diferenças significativas na estruturação textual das cartas dos dois séculos, diferenças estas que eles atribuem ao fato de ter havido uma mudança tanto de finalidade da carta do leitor quanto de estilo. Tal mudança, segundo os autores, é um reflexo do enquadramento intersubjetivo que caracteriza as cartas do leitor ao longo da história.

A coleção de artigos neste Dossiê revela a diversidade de perspectivas pelas quais pode-se dar conta da intersubjetividade nos diversos usos da língua e nas interações humanas. Muito interessante é perceber a mobilização da “intersubjetividade”, como categoria teórico-analítica, pelos autores nos artigos.

Em quase todos os artigos deste Dossiê a “intersubjetividade” é invocada como um mecanismo causal que explica, pelo menos em parte: a) fenômenos de mudança linguística no plano construcional (são exemplos os artigos de Lopes e Oliveira, de Barbosa, de Coelho e Lima e Silva, entre outros) e no plano textual (é exemplo o artigo de Penhavel *et al.*); b) distribuições sincrônicas de construções gramaticais (como discutem Camacho e Oliveira; Ribeiro e Ferrari; Maia e Bernardino); c) procedimentos de organização textual-discursiva (como mostram os artigos de Oliveira *et al.* e de Penhavel *et al.*); d) conduta interacional e acional dos usuários da língua em situações de interação (como sugerem os estudos de Gago e Cortez, e de Biar); e, por fim, e) influências no processo de aquisição da linguagem infantil (como mostra o estudo de Leite *et al.*). Em seu caráter ontológico – e não como categoria explanatória – a intersubjetividade figura, neste dossiê, no ensaio de Ismerim e Dunker.

Em conjunto, os artigos deste Dossiê apresentam rumos para a investigação linguística da intersubjetividade, seja pela sua natureza ontológica, seja como mecanismo causal que determina a estrutura linguística.

Espera-se, afinal, que dos estudos incluídos aqui surjam novas frentes de investigação desse fenômeno tão complexo, tão linguístico e tão humano.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1999 [1920].

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989 [1966].

BOOGART, R; REUNEKER, A. Intersubjectivity and grammar. *In*: DANCYGIER, B. *The Cambridge Handbook of Cognitive Linguistics*. Cambridge: University Press, 2017.

- BROOKES, G.; BAKER, P. *Obesity in the news: Language and representation in the press*. Cambridge: University Press, 2021.
- BUTLER, C. S.; GONÇÁLVES-GARCIA, F. Situating FDG in Functional-Cognitive space: an initial study. In: MACKENZIE, J. L.; GÓMEZ-GONZÁLEZ, M. (eds.) *Studies in Functional Discourse Grammar*. Bern: Peter Lang, pp. 109-158, 2005.
- BYBEE, J. *Língua, uso e cognição*. Tradução: Maria Angélica Furtado da Cunha. Revisão téc. Sebastião Carlos Leite Gonçalves. São Paulo: Cortez, 2016.
- DANCYGIER, B.; SWEETSER, E. *Mental Spaces in grammar: conditional constructions*. Cambridge: Cambridge University Press. 2005.
- DECETY, J.; CHAMINADE, T. Neural correlates of feeling sympathy. *Neuropsychologia*, v. 41, n. 2, pp. 127-38, 2003.
- DESMOND, H.; RAMSEY, G. Introduction: The manifold challenges to understanding human success. In: DESMOND, H.; RAMSEY, G. (eds.). *Human success: Evolutionary origins and ethical implications*. Oxford: University Press, 2023.
- DUCROT, O. *La prevue et le dire*. Paris: Maison Mame, 1973.
- ENFIELD, N. J.; SIDNELL, J. *Consequences of language: From primary to enhanced intersubjectivity*. Cambridge, MA: The MIT Press, 2022.
- ENFIELD, N. J.; SIDNELL, J. The normative nature of language. In: Roughley, N.; Bayertz, K. (eds.). *The normative animal? On the anthropological significance of social, moral, and linguistic norms*. Oxford: University Press, 2019.
- ENFIELD, N. J.; SIDNELL, J. Language presupposes an anchronic infrastructure for social interaction. In: DOR, D.; KNIGHT, C.; LEWIS, J. *The social origins of language: Studies in the evolution of language*. Oxford: University Press, 2014.
- ENGBERG-PEDERSEN, E.; THOMSEN, D. B. The socio-cognitive foundation of Danish perspective-mixing dialogue particles. In: Dancygier, B.; Lu, W.; Verhagen, A. *Viewpoint and the fabric of meaning: Form and use of viewpoint tools across languages and modalities*. Berlin: De Gruyter Mouton, pp. 125-142, 2016.
- FAUCONNIER, G.; TURNER, M. *The way we think*. New York: Basic Books, 2002.
- FEDRIANI, C. A pragmatic reversal: Italian *per favore* 'please' and its variants between politeness and impoliteness. *Journal of pragmatics*, v. 142, pp. 233-244, 2019.
- FILLMORE, C. Epistemic stance and grammatical form in English conditional sentences. *Chicago Linguistic Society*, v. 26, pp. 137-162, 1990.
- GOWDY, J.; KRALL, L. The economic origins of ultrasociality. *Behavioral and Brain Sciences*, v. 39, 2016.
- HART, C. *Critical Discourse Analysis and Cognitive Science: New perspectives on immigration discourse*. Basingstoke: Palgrave, 2010.

HENGEVELD, Kees; MACKENZIE, J. Lachlan. *Functional Discourse Grammar: A typologically-based theory of language structure*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

HOFFMANN, T. *Construction Grammar: The structure of English*. Cambridge: University Press, 2022.

GÄRDENFORS, P. Evolutionary and developmental aspects of intersubjectivity. *In: LILJENSTRÖM, H.; ARHEM, P. (eds.). Consciousness transitions: Phylogenetic, ontogenetic, and Physiological aspects*.

KOCH, I. G. V. *Argumentação e Linguagem*. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metaphors we live by*. 1. ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.

LANGACKER, R. W. *Foundations of Cognitive Grammar – Vol I: Theoretical prerequisites*. Stanford: University Press, 1991.

LANGACKER, R. W. *Foundations of Cognitive Grammar – Vol. II: Descriptive application*. Stanford: University Press, 1987.

MUSOLFF, A. *Political metaphor analysis: Discourse and scenarios*. 1. ed. London: Bloomsbury Publishing Plc, 2016.

NÉE, E.; VENIARD, M. Lexical Discourse Analysis: Toward a revival using a semantic approach. *Langage et société*, v. 140, n. 2, pp. 15-28, 2012.

PALMER, G. B. *Toward a theory of Cultural Linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1996.

PINHEIRO, D.; Soares da Silva, A.; Freitas Jr, R. Gramática de Construções Baseada no Uso. *Solettras*, v. 45, pp. 1-15, 2023.

ROSÁRIO, I. C. (org.). *Introdução à Linguística Funcional Centrada no Uso*. Teoria, método e aplicação. Niterói: Eduff, 2022.

SCHORE, A. N. The interpersonal neurobiology of intersubjectivity. *Frontiers in Psychology*, 12, 2021.

SHARIFIAN, F. *Cultural Linguistics: Cultural conceptualisations in language*. Amsterdam: John Benjamins, 2017.

SOARES DA SILVA, A. Figurative language: Intersubjectivity and usage. *In: SOARES da SILVA, A. (ed.). Figurative Language: Intersubjectivity and Usage*, Amsterdam: John Benjamins, pp. 1-15, 2021.

TANTUCCI, V. *Language and social minds: The semantics and pragmatics of intersubjectivity*. Cambridge: University Press, 2021.

TOMASELLO, M. *Becoming human: A theory of ontogeny*. Cambridge, MA / London, England: The Belknap Press of Harvard University Press, 2019.

TOMASELLO, M. How children come to understand false beliefs: A shared intentionality account. *PNAS*, v. 115, n. 34, pp. 8491-8498, 2018.

TOMASELLO, M. *A natural history of human thinking*. Harvard: University Press, 2014.

TOMASELLO, M.; GONZALEZ-CABRERA, I. The role of ontogeny in the evolution of human cooperation. *Human Nature*, v. 28, pp. 274-288, 2017.

TRAUGOTT, S. *Discourse structuring markers in English*. Amsterdam: John Benjamins, 2022.

TREVARTHEN, C. Communication and cooperation in early infancy. A description of early intersubjectivity. In: M. Bullowa (ed.), *Before Speech: The Beginning of Human Communication*, pp. 99-136. London: Cambridge University Press, 1979.

TREVARTHEN, C.; AITKEN, K. J. Infant intersubjectivity: research, theory, and clinical applications. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, v. 42, n. 1, pp. 3-48, 2001.

VERMEIJ, G. The origin and evolution of human uniqueness. In: DESMOND, H.; RAMSEY, G. *Human success: Evolutionary origins and ethical implications*. Oxford: University Press, 2023.

VERHAGEN, A. *Constructions of intersubjectivity: Discourse, syntax, and cognition*. Oxford: University Press, 2005.

WIERZBICKA, A. *Understanding cultures through their Keywords: English, Russian, Polish, German, and Japanese*. Oxford: University Press, 1997.

ZLATEV, J. *et al.* *The shared mind: Perspectives on intersubjectivity*. Amsterdam: John Benjamins, 2008.

ADVÉRBIOS FÓRICOS COMO EXPRESSÃO DE INTERSUBJETIVIDADE¹*PHORIC ADVERBS AS AN EXPRESSION OF INTERSUBJECTIVITY**Roberto Gomes Camacho²**Pedro Henrique Truzzi de Oliveira³***RESUMO**

Ao tratar de como a subjetividade e a intersubjetividade atuam na Gramática Discursivo Funcional, Mackenzie (2017) situa as relações objetivas no Nível Representacional e as relações subjetivas e intersubjetivas no Nível Interpessoal. As de natureza subjetiva ficam restritas ao falante, enquanto o fio condutor que rege as relações intersubjetivas consiste basicamente numa ênfase na orientação do falante para o ouvinte, permitindo distinguir três subcategorias de intersubjetividade: a atitudinal, orientada para o falante, a responsiva, orientada para o ouvinte, e a textual, que serve para organizar o discurso de que ambos são participantes. Pretendemos nos limitar a esse terceiro tipo de intersubjetividade. Com base em Mackenzie (2014) o fenômeno que elegemos aqui como objeto de estudo são advérbios fóricos de natureza locativa, como *aqui, cá, aí, ali e lá*, que fazem referência endofórica a entidades anteriormente mencionadas (anáfora) e a entidades posteriormente mencionadas (catáfora). A presente análise se baseia em exemplos de uso real da língua falada retirados do banco de dados *Iboruna* (Gonçalves; Tenani, 2008), e exemplos de uso real da língua escrita retirados de edições da revista *CartaCapital*, especificamente das edições de junho de 2019 a junho de 2020. Os resultados mostram a existência da escala [Contexto Discursivo > Contexto Situacional Restrito > Contexto Situacional Abrangente], que prevê a existência de um acordo tácito entre os interlocutores na interação sobre a distância maior ou menor entre o conteúdo referenciado e o advérbio fórico envolvido. Quanto mais distante a relação, maior o ruído que causa na comunicação, situação que requer a reativação do referente mediante o uso do fórico junto com um sintagma preposicionado especificador.

PALAVRAS-CHAVE: Intersubjetividade. Conte advérbio fórico.

ABSTRACT

When dealing with how subjectivity and intersubjectivity operate in Functional Discourse Grammar, Mackenzie (2017) inserts objective relations into the Representational Level and subjective and intersubjective relations into the Interpersonal Level. Those of a subjective nature are restricted to the speaker, while the guiding thread governing intersubjective relations basically consists of an emphasis on the speaker's orientation towards the listener, making it possible to distinguish three subcategories of intersubjectivity: attitudinal, speaker-oriented, responsive, listener-oriented, and textual, which serves to organize the discourse in which both are participants. We intend to limit ourselves to this third type of intersubjectivity. Based on Mackenzie (2014), the phenomenon we have chosen as our object of study are locative adverbs, such as *here (aqui, cá) and there*

¹ Agradecemos as críticas e sugestões d(a)os pareceristas, que deram uma valiosa contribuição para o aperfeiçoamento deste texto. Os problemas que restarem são, todavia, de nossa inteira responsabilidade.

² Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, campus de São José do Rio Preto, roberto.camacho@unesp.br, <https://orcid.org/0000-0002-8897-7953>.

³ Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, campus de São José do Rio Preto, pedro.truzzi@unesp.br, <https://orcid.org/0000-0001-7514-8438>.

(*aí, ali, lá*), which make endophoric reference to previously mentioned entities (anaphora) and to subsequently mentioned entities (cataphora). This analysis is based on examples of real spoken language use taken from the Iboruna database (Gonçalves; Tenani, 2008), and examples of real written language use taken from issues of *CartaCapital* magazine, specifically from June 2019 to June 2020 issues. The results show the existence of the scale [Discoursal Context > Narrower Situational Context > Broader Situational Context], which predicts the existence of a tacit agreement between the interlocutors in the interaction about the greater or lesser distance between the referenced content and the adverbial phrase involved. The more distant the relationship, the greater the noise it causes in communication, a situation which requires the reactivation of the referent through the use of the adverb together with a specifying prepositional phrase.

KEYWORDS: Intersubjectivity. Context. Adverbial phrase.

Introdução

Ao erigir as bases da Linguística moderna, Saussure (1977 [1916]) já havia apontado para uma natureza epistemológica inerente às ciências da linguagem, ao afirmar que é o ponto de vista que cria o objeto. Esse aforismo serviu como base argumentativa para Saussure afirmar também que o fenômeno ao mesmo tempo multiforme e heteróclito da linguagem encontra homogeneidade na língua, organizada como um sistema de valores. Colocar em relevo a língua, no entanto, levou os herdeiros da linguística saussuriana a reduzirem a dimensão subjetiva e intersubjetiva da linguagem, pondo em segundo plano a agentividade dos sujeitos participantes e, em primeiro plano, o protagonismo do próprio sistema de signos e de regras.

Foi com Benveniste (1974) que o tema do agenciamento, mediado pelas dimensões da subjetividade e da intersubjetividade, aflorou ainda bem cedo nos estudos da linguagem. Ainda assim, a associação entre a linguística estruturalista, que floresceu até meados do século XX, e uma epistemologia notadamente *objetivista* (Lakoff; Johnson, 1999), foi, segundo Silva “alimentada pela concepção da mente como espelho da realidade, do pensamento como abstrato e desvinculado da experiência e do contexto, e da linguagem como faculdade autónoma” (Silva, 2011 p. 95). Neste cenário, a (inter)subjetividade na linguagem não foi considerada como tema relevante de investigação, ficando no limbo, por algum tempo, o postulado de Benveniste sobre o efeito da presença dos interlocutores na língua.

Para Benveniste, a noção da linguagem como instrumento de comunicação acaba pondo, na realidade, o homem em oposição à natureza, que é tão só pensada como um instrumento material para se entender como essa oposição distancia dois elementos que são, na verdade, constituídos por relação mútua, já que a linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou, como fabrica um instrumento de trabalho (Benveniste, 1974, p. 285).

A observação da linguagem em sua prática cotidiana, que mostra haver não apenas uma troca entre interlocutores, mas também um objeto de troca, dá a entender, como o faz Saussure, que o intercâmbio linguístico possa se restringir à instrumentalização do objeto de troca. Na realidade, o homem é um ser de linguagem, não um ser que instrumentaliza a linguagem para um fim definido. A linguagem e o homem fazem parte de uma mesma gênese, na medida em que “viabiliza a existência de eu-tu, como sujeitos, mediante o respeito à condição de interação” (Werner, 2006, p. 398); na

medida em que o outro é condição necessária para a prática da linguagem, é na linguagem e pela linguagem que o homem se constitui como *sujeito*, porque só a linguagem fundamenta na realidade, na *sua* realidade que é a do ser, o conceito de “ego” (Benveniste, 1974, p. 286).

Assim, também fica perceptível que a subjetividade, conforme pensa Benveniste, não se limita ao *eu*, mas à relação de intersubjetividade estabelecida pelo par *eu-tu*, relação dialógica por natureza. Além de apontar a emergência da subjetividade (e da intersubjetividade) através da linguagem, Benveniste considera a dêixis como elemento crucial. A dêixis surge na capacidade humana de apontar, de dizer mostrando, de indicar, mas de indicar sempre para um outro. Além da referência a si mesmo, a indicação da (inter)subjetividade também acontece através da indicação do tempo e do espaço: as formas temporais (como os tempos verbais) e os índices de ostensão (como *este*, *aqui* e etc.). Ambas as categorias, espaço e tempo, são dependentes da categoria de pessoa. Por fim, além dos elementos dêiticos, a subjetividade pode ser indiciada por todas as formas que configuram uma atitude do enunciador (Benveniste, 1974, p. 85). Nessa mesma linha, afirma Lyons (1982) que a subjetividade é o modo como as línguas naturais, na sua estrutura e no seu modo normal de funcionamento, permitem ao agente locucionário exprimir-se a si próprio e às suas próprias atitudes e crenças (Lyons, 1982, p. 102).

Em que pesem as ideias de Benveniste (1966), secundadas pelo postulado de Lyons (1982), foi somente nas duas últimas décadas, segundo Silva, com o desenvolvimento da Linguística Cognitiva e da Linguística Funcional, que a subjetividade na linguagem passou a ser tema central de investigação linguística. Isso se deve, “à epistemologia *experencialista* (Lakoff; Johnson 1999) que sustenta as perspectivas cognitivista e funcionalista da linguagem, em particular à assunção dos princípios da cognição *corporizada* e socioculturalmente *situada* e da linguagem como parte integrante da cognição e como expressão da experiência individual, social e cultural” (Silva, 2011, p. 95).

Do mesmo modo que o suporte do cognitivismo e do funcionalismo é um parceiro imprescindível na apreciação das relações constitutivas entre *eu* e *tu*, a verificação de procedimentos argumentativos permite avaliar os efeitos pragmáticos do uso de advérbios locativos na construção textual-discursiva. Está em nossos objetivos verificar o que ocorre basicamente no Componente de Saída da Gramática (Hengeveld; Mackenzie, 2008) com vistas ao gatilho cognitivo das expressões fóricas fincado na intersubjetividade, cuja origem, no modelo teórico da Gramática Discursivo-Funcional (doravante GDF) se assenta basicamente na relação entre o Componente Contextual e o Componente Conceptual, situados à margem do Componente Gramatical, mas estabelecendo com ele fortes relações de interdependência.

Pode ocorrer que a empreitada proposta acabe em final inglório. Em uma avaliação que fazem do maior ou menor peso que as abordagens funcionalistas dão à dimensão cognitiva da gramática, Butler e Gonçalvez-García (2005) tomam como base de comparação a análise de 35 propriedades aplicadas a seis modelos funcionais (GDF, RRG, LSF, Goldberg, Fillmore *et alii* e Gramática Cognitiva).

O agrupamento mais impermeável à dimensão cognitiva é o que contém a GDF e a Gramática de Papel e Referência (RRG), seguido de perto pelo que contém a variante de Gramática de Construção de Goldberg e a Gramática Cognitiva (Langacker, 1987). Esse agrupamento elaborado por Butler e González-García (2005) reitera a inserção dos dois modelos mais formais, a GDF e a RRG, no tipo identificado por Croft (1995; 2015 *apud* Butler; González-García 2005) como “formalista/funcionalista misto”.

A associação seguinte que inclui as abordagens mais conectadas une, por um lado, o modelo construcionista de Goldberg com o da Gramática Cognitiva, e, por outro, a Linguística Sistêmico Funcional e o modelo cognitivista de Fillmore *et alii* (1998 *apud* Butler; González-García, 2005). Embora a GDF dê maior peso a fatores cognitivos que sua predecessora, a Gramática Funcional de Dik (1997), essa posição não se reflete numa possível tendência do modelo para o agrupamento que abriga as abordagens mais claramente cognitivas e construcionistas. Na verdade, conforme apontam Butler e González-García (2005), a GDF mantém similaridade em grau elevado com a RRG, um dos modelos mais voltados para o polo formalista.

Em que pese a situação da GDF nessa escala, pretendemos insistir no argumento de que esse arcabouço mantém uma abertura para a dimensão cognitiva, ainda que considerada reduzida por Hengeveld e Mackenzie (2008), e escorada no Componente Conceptual, considerado externo ao gramatical. O fenômeno que elegemos como objeto de estudo são os advérbios locativos *aqui, cá, aí, ali e lá*, que fazem referência endofórica no interior do texto a entidades anteriormente mencionadas (anáfora) e a entidades posteriormente mencionadas (catáfora). Em geral, a definição da referência mediante o uso de fóricos locativos tem um forte comprometimento com as atitudes do falante em relação ao conhecimento de curto e longo prazo de seu interlocutor, o que, de fato, consiste em indiciadores de intersubjetividade.

Para tanto, este trabalho se organiza da seguinte maneira: a seção 1 trata brevemente do arcabouço teórico da GDF e o modo como a intersubjetividade é tratada dentro do modelo; a seção 2 apresenta os mais recentes desenvolvimentos do Componente Contextual, o mais comprometido com intersubjetividade; a seção 3 faz a apresentação dos dados e da amostra; a seção 4 descreve e analisa a expressão da intersubjetividade no uso mediante o uso de advérbios fóricos; para finalizar, as considerações finais dão algumas generalizações sobre o papel da intersubjetividade na GDF.

1. A Gramática Discursivo-Funcional e o conceito de intersubjetividade

A GDF, “um modelo gramatical que constitui um componente de uma teoria geral de interação verbal mais ampla com o objetivo de ser igualmente válida para todos os tipos de línguas”⁴ (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 25), tem quatro níveis de análise: o Nível Interpessoal (NI), o Nível Representacional (NR), o Nível Morfossintático (NM) e o Nível Fonológico (NF).

⁴ Cf. o original: *it is a grammatical model that constitutes one component of an overall theory of verbal interaction and aims to be equally valid for all types of languages.*

Os dois primeiros são níveis de Formulação, um processo que “diz respeito às regras que determinam o que constitui representações pragmáticas [NI] e semânticas [NR] subjacentes válidas em um idioma”⁵ (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 2). Os outros dois são níveis de Codificação, que “convertem essas representações pragmáticas e semânticas em representações morfossintáticas [NM] e fonológicas [NF]”⁶ (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 2).

O processo de produção, tal como concebido pela teoria, inicia-se com uma intenção comunicativa no Componente Conceptual, que passa pelo Componente Gramatical em seus dois níveis de Formulação, o Interpessoal e Representacional, e os dois níveis de codificação, o Morfossintático e o Fonológico até a articulação do enunciado. Os autores buscam, com essa orientação descendente, garantir o princípio de adequação cognitiva do modelo, isto é, refletir a ordem adequada da produção conforme evidência psicolinguística (Levelt, 1989 *apud* Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 2).

Ao tratar de como a subjetividade e a intersubjetividade atuam na GDF, Mackenzie (2017) lembra o conceito de subjetividade na filosofia e de seu reflexo na linguagem. Segundo Mackenzie (2017), o conceito de Langacker (1985) de subjetividade está intimamente relacionado com a dêixis, já que, ao fazer referência ao contexto, essa categoria pragmática torna explícita a presença do falante. Outros mecanismos lexicais, como o uso do modificador *infelizmente*, podem ser usados para exprimir a atitude subjetiva do falante sobre o Conteúdo Comunicado, uma das dimensões do Nível Interpessoal. Segundo entende Ferrari, “em linhas gerais, a subjetividade envolve tipicamente um sujeito da consciência, que desenvolve uma visão pessoal e subjetiva dos fatos, representando-a no discurso” (Ferrari, 2018, p. 73). O ponto de vista objetivo tende a ser visto como um simulacro de como as situações se apresentam na realidade; um ideal, segundo Ferrari (2018), que nunca se observa na prática. Como as línguas são indissociáveis dos falantes, a pressuposição de neutralidade consiste numa idealização. Relações objetivas e subjetivas são uma questão de gradiência, segundo Traugott e Dasher (2002): as expressões mais objetivas requerem que a construção do significado se assente num número mínimo de inferências e as expressões (mais) subjetivas são as que identificariam dêixis espacial e temporal e marcas explícitas de atitude dos participantes do processo de interação.

Em razão disso, Mackenzie (2017) situa as relações objetivas no Nível Representacional da GDF e as relações subjetivas e intersubjetivas no Nível Interpessoal. Há, todavia, modificadores com escopo em camadas próprias do Nível Representacional, cujo significado pode ser considerado mais objetivo, como *carro verde*, e mais subjetivo, como *carro maravilhoso*. Também modalizadores epistêmicos conferem certo grau de subjetividade ao conteúdo de uma proposição. No entanto, para Mackenzie (2017), as de natureza subjetiva ficam restritas ao falante, como o uso de modificadores atitudinais, enquanto o fio condutor que rege as relações intersubjetivas consiste basicamente numa ênfase na orientação do falante para o ouvinte, o que implica envolver os dois participantes da situação

⁵ Cf. o original: *Formulation concerns the rules that determine what constitute valid underlying pragmatic and semantic representation in a language.*

⁶ Cf. o original: *Encoding concerns the rules that convert these pragmatic and semantic representations into morphosyntactic and phonological ones.*

interacional, de um modo muito próximo também da visão pioneira de Benveniste (1974)⁷.

Tanto a subjetividade quanto a intersubjetividade são propriedades amplamente discutidas na literatura cognitivista. A esse respeito, Verhagen (2005 *apud* Mackenzie, 2017, p. 51) propõe como intersubjetividade a coordenação dos sistemas cognitivos de conceptualizadores presentes numa situação dialógica. Para esse autor, deve-se incluir a negação mediante o uso de *não* no rol dos mecanismos de intersubjetividade em razão de rechaçar a opinião de outro sobre o mesmo conteúdo comunicado. Por conseguinte, a ideia na qual se assenta o conceito de intersubjetividade é a orientação do falante para o ouvinte, na visão de Narrog (2012 *apud* Mackenzie, 2017). Ghesquière, Brems e Van de Velde (2012 *apud* Mackenzie, 2017) distinguem três subcategorias de intersubjetividade: a atitudinal, orientada para o falante, a responsiva, orientada para o ouvinte, e a textual, que serve para organizar o discurso de ambos os participantes. Pretendemos nos limitar a esse terceiro tipo de intersubjetividade voltado para a coesão textual.

Sobre os mecanismos de intersubjetividade orientados para o texto, Mackenzie (2017) argumenta que, por ser o Componente Contextual um terreno comum partilhado pelo Falante e pelo Ouvinte, ele representa a sobreposição das experiências individuais que resultam da interação verbal. Menciona entre diversos outros fenômenos, o *priming* estrutural, ou seja, a reutilização de estruturas morfossintáticas, como a que se dá em (1b e 2b), cuja explicação não pode se restringir nem à objetividade, nem à subjetividade.

- (1) a. A reunião correu bem?
b. Correu.
- (2) a. A reunião não correu bem?
b. Correu, correu (Mackenzie, 2017, p. 60)

Ao produzir o enunciado (1a), o falante evoca um conjunto de elementos ativados no Componente Contextual, a saber, os Estado de Coisas *reunião* e *correr*, e o modificador *bem*. Em (2a), os mesmos elementos são evocados, uma vez que o artigo definido e o operador de negação são constituintes que já dispõem, por si sós, de um elevado grau de intersubjetividade. A relação de intersubjetividade derivada do uso do artigo definido é um reflexo da inferência do falante de que a informação do evento, a reunião, está ativada como dada na mente do ouvinte.

A intersubjetividade, presente no Componente Contextual durante a produção de um enunciado, está na assunção pelo falante de que determinadas informações não precisam ser codificadas, por já estarem suficientemente disponíveis no contexto e, conseqüentemente, no Componente Conceptual

⁷ O tratamento da evidencialidade na GDF é crucial para se entender como essa categoria opera no Nível Interpessoal e no Nível Representacional, ou seja, como um fundamento subjetivo e como fundamento objetivo, respectivamente. Hengeveld e Dall'Aglio Hattner (2015) entendem que, como resultado de um raciocínio dedutivo, a evidencialidade pertence à gramática objetiva e, portanto, ao Nível Representacional: quando, por outro lado, o falante não apresentar suas próprias deduções do processo e sentir a necessidade de indicar que é outra a fonte da informação, como é caso da evidencialidade reportativa, a evidencialidade pertence à gramática subjetiva e tem sua origem no Nível Interpessoal.

da GDF. A noção de inferência sugerida, aqui também relevante, e postulada por Traugott e Dasher (2002), assenta-se na premissa de que a interação é um evento essencialmente colaborativo construído pelos participantes e, nesse caso, para os autores, trata-se da atenção que o falante presta à autoimagem do ouvinte. Está no centro desse processo de cognição social o apontamento dêitico, que se destaca pela orientação de um foco para o qual se dirige a atenção do interlocutor.

Marques de Lima (2009, p. 333), por um lado, considera o que chama de “dêitico espacial” como uma pista linguística capaz de organizar a cena comunicativa em diferentes planos de atenção, atribuindo à relação entre dêixis e contexto um caráter mais refinado do que aparenta ter. Oliveira (2023), por outro lado, menciona esse aspecto, mas o relaciona à orientação de um foco que dirija a atenção do interlocutor, para situar o tipo de perspectivização processada pelos pronomes locativos, que é como ela designa as formas *aqui*, *cá*, *aí*, *ali*, e *lá*, fenômenos que constituem seu objeto de pesquisa como participantes privilegiados de um processo de construcionalização de expressões como *olha aqui*, *segura aí*, *fale lá* etc.

Preferimos, no entanto, designar essa categoria fórica por “advérbio locativo”. A categoria de palavras gramaticais que designamos por essa expressão é caudatária do termo “proadvérbio” (*proadverb*), empregado por Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 401) para identificar uma categoria gramatical em oposição a uma classe de palavras lexicais, como a dos advérbios propriamente ditos, que atuam como modificadores no Nível Interpessoal e no Representacional.

Por conseguinte, os advérbios locativos, fenômenos aqui eleitos como objeto de estudo, são vistos em outra dimensão de intersubjetividade, em que atuam como entidades tipicamente fóricas, no caminho entre o Componente Conceptual e o Componente Contextual da GDF. O que propomos discutir, portanto, é o modo como o arcabouço da GDF consegue explicitar formalmente a economia discursiva propiciada pelo contexto para evitar a repetição desnecessária de constituinte. Veja, a esse propósito, a representação⁸ de (1) em (3).

- (3) a. A reunião correu bem?
 $(e_1 (f^1 : (\text{correr})_v : (\text{bem})_{\text{Mann}} (e_2 : \text{reunião} (e_2)) (f^1)) (e_1))$
- b. Correu.
 $(e_1 (f^1 : \text{correr}_v (f^1)) (e_1))$

Apesar de (3b) codificar somente a palavra *correu*, estão subentendidos no enunciado, o sentido de um evento, como *reunião* atuando como argumento de *correr* e o modo como se processa o Estado de Coisas, *bem*. Esses recursos *in absentia* somente podem ser usados em (3) mediante uma relação intersubjetiva entre os interlocutores, com especial atenção ao fato de as informações que o falante pretende modificar serem facilmente acessadas pela memória de curto prazo do ouvinte, presentes, no caso, no estrato semântico do Componente Contextual.

⁸ Nessa representação, “e” identifica um estado de coisas, ou seja, um entidade de segundo grau que pode ser localizada no espaço e no tempo e pode ser avaliada em termos de sua realidade; “f” representa uma propriedade configuracional, ou seja, uma relação não hierárquica entre o predicado e seus argumentos; finalmente “Mann” (*Manner*), representa um modificador de modo.

A influência de fatores contextuais é fundamental para uma teoria que se propõe descrever como se produzem os enunciados de uma língua natural, como a GDF. Em uma visão mais rígida, o contexto é entendido como um conjunto de elementos bem delimitados, cuja influência na mente do falante tem caráter discreto, determinável, oferecendo, assim, alto poder preditivo. Já outra noção de contexto, mais flexível, permite que ele seja concebido como um conjunto de elementos menos delimitados em sua forma generalizante, mas com alto poder explicativo em seus casos particulares. Para exemplificar o caso mais flexível, vejamos (4).

- (4) Inf.: ah ele nunca chegô(u) a me contá(r) que/ como foi essa **história de suicídio** mas **ele já me falô(u) que tentô(u) se matá(r)**... mas nunca:: chegamo(s) ao ponto de como que foi essa/ as histórias (de sui/) como ele tentô(u) se matá(r) mas... (AC-043; NR: L. 104-106)

Em uma narrativa, o falante evoca a existência de uma história de suicídio que havia sido mencionada por um amigo. Embora a narrativa maior envolva outra temática, essa breve menção do suicídio o deixa, por um tempo determinado, disponível na memória de curto prazo dos interlocutores, de maneira que podem fazer menção a possíveis causas ou circunstâncias relacionadas a esse evento mediante recursos morfossintáticos, como o artigo definido, que indicam o status de informação dada.

Apesar da disponibilidade de *história de suicídio* não ser recuperável cotextualmente de fragmentos anteriores do discurso, qualquer usuário da língua entende perfeitamente o uso de um pronome demonstrativo como referência ao tópico. Basta haver concordância entre os falantes sobre o status de informação dada na situação interacional. Por outro lado, uma visão mais rígida de análise da influência do contexto no discurso vai se pautar apenas pelas informações mais facilmente observadas na situação comunicativa ou no discurso anteriormente mencionado, que dependem pouco ou quase nada de um exercício de inferência. Um bom exemplo é o mencionado em (5).

- (5) ¡Qué pálid-a est-ás!
 What pale-F.SG COP-IND.PRS.2.SG.FAM
 “Como você está pálida!” (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 10)

A categoria de gênero no feminino da palavra *pálida* é reconhecida, no espanhol e no português, como um processo de natureza flexional e, portanto, obrigatório. O uso do morfema *-a* codifica a informação de gênero, disponível apenas no contexto da interação face a face. Trata-se de um caso em que a informação contextual, que é não inferível, mas facilmente apreensível, é responsável pela codificação sistemática de um morfema na oração em (5).

A GDF, em seus princípios teóricos, preocupa-se em explicar como informações linguísticas de natureza pragmática ou semântica são responsáveis pela codificação sistemática na morfossintaxe ou na fonologia de uma determinada língua. Trata-se do Princípio de Codificação Formal (Keizer, 2015, p. 15). Hengeveld e Mackenzie (2008) não se dedicam, no entanto, a explicar a complexidade

teórica que implica o conceito de contexto, mas ressaltam a relevância gramatical desse componente em termos formais com base na justificativa de “haver tantos aspectos envolvidos no contexto de interação, que se poderia argumentar, que têm um impacto incidental sobre as escolhas linguísticas de um falante; desse modo, modelá-los em nossa teoria a privaria de grande parte de seu poder”⁹ (Hengeveld, Mackenzie, 2008, p. 10, tradução nossa).

Não obstante essa posição, os autores elencam alguns fenômenos linguísticos como altamente dependentes de contexto, como a anáfora, a voz reflexiva e os encadeamentos narrativos. Para abordar esses fenômenos, tratam os dois primeiros no limite do ato discursivo e mencionam que o terceiro, por se tratar de um fenômeno que abrange porções textuais maiores, é justamente objeto de exame de uma gramática do discurso.

Um olhar sobre a obra de Hengeveld e Mackenzie (2008) mostra que o foco recai sobre o Componente Gramatical. No entanto, o refinamento do Componente Contextual, bem como o do Conceptual e o de Saída, contribuiria, certamente, para aumentar o poder explanatório da teoria.

Alguns autores se debruçaram sobre esse tema dentro do arcabouço da GDF, analisando o contexto e sua relevância para a produção do discurso: Connolly (2007) e Hengeveld e Mackenzie (2014), adicionam a distinção entre os componentes situacional e discursivo. Giomi (2014), por seu lado, propõe como se dá a interação entre os Componentes Contextual, Conceptual e Gramatical (2014), e como essa interação participa da organização das informações na mente do ouvinte. Na seção seguinte, trataremos dos desenvolvimentos teóricos do Componente Contextual no arcabouço da GDF.

2. O componente contextual na GDF

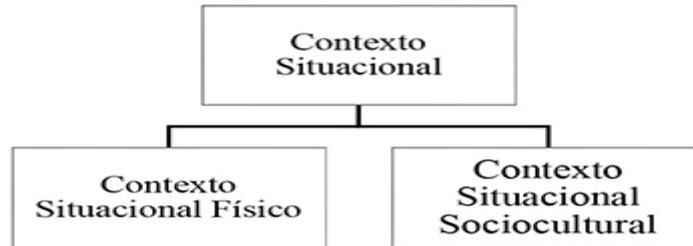
Em um estudo que antecede a publicação de Hengeveld e Mackenzie (2008), Connolly (2007) já postulava uma visão dinâmica do Componente Contextual para dar conta do armazenamento de enunciados no contexto que podem vir a ser recuperados na produção de enunciados posteriores. O autor elenca quatro tipos distintos de contexto (Connolly, 2007, p. 14), sendo o mais fundamental o que se dá entre o Contexto Discursivo e o Situacional. Enquanto o Contexto Discursivo se ocupa das informações relevantes disponíveis para o enunciador (linguísticas, contextuais, conceptuais, pré-verbais) o Contexto Situacional, abarcando as informações disponíveis externas ao discurso, não se relaciona, em um primeiro momento, com a gramática da língua. As distinções propostas incluem as seguintes subcategorias: (a) Contexto Discursivo versus Contexto Situacional; (b) Contexto Físico versus Contexto Sociocultural; (c) Contexto Restrito versus Contexto Abrangente; (d) Contexto Mental versus Contexto Extramental.¹⁰

⁹ Cf. o original: *There are so many aspects of the context of interaction that could be argued to have an incidental impact upon a speaker's linguistic choices that modelling them within our theory would deprive it of much of its power.*

¹⁰ O Contexto Mental e o Extramental, tal como propostos por Connolly (2007), tratam, respectivamente, das informações já disponíveis na mente do falante e das que ainda podem ser incluídas. No entanto, trata-se de uma distinção pouco relevante para o presente trabalho, que pretende focar enunciados efetivamente produzidos, e, portanto, já disponíveis no contexto mental.

Nesse contexto teórico, o contexto situacional pode ser dividido entre contexto físico e contexto sociocultural, conforme mostra a figura 1.

Figura 1: O Contexto Situacional



Fonte: Adaptado de Connolly, 2007, p. 15

O Contexto Situacional Físico é responsável por armazenar informações como o tempo, o espaço e os participantes presentes na situação comunicativa, ao passo que o Contexto Situacional Sociocultural armazena os fenômenos não materiais, como a organização social de normas e comportamentos. A relevância dessa distinção para a análise de alguns enunciados foi reconhecida mais tarde, por Hengeveld e Mackenzie (2014). Por se tratar apenas de material linguístico, o contexto discursivo não comporta uma distinção física e sociocultural.

Quanto a outra possível divisão, aplicável tanto ao Contexto Discursivo quanto ao Situacional, é a que se dá entre Contexto Situacional e Discursivo Restrito ou Abrangente, conforme mostra a figura 2.

Figura 2: Componentes Contextuais



Fonte: Adaptado de Connolly, 2007, p. 15

O Contexto Discursivo Restrito, ou cotexto, consiste em enunciados já produzidos no discurso e de fácil acesso para a memória discursiva do ouvinte, estando ainda mais salientes no registro escrito, já que o texto é consultável e editável depois de emitido. Esses enunciados contribuem com informações de curto prazo para a organização informacional entre novo e dado, além de servir de âncora para a organização coesiva. Para entender como se dá essa relação, considere-se a ocorrência (6).

(6) Doc.: mas ela mordeu sua irmã?

Inf.: mordeu... porque minha tia falô(u) que era pra ela mordê(r)... minha mãe nossa minha mãe chorô(u) ficô(u) muito chateada éh::... qua/ queria embora (antes de)... queria í(r) embora pra praia... quase que ela perdeu a amizade com/ com meu tio... porque meu tio falô(u) que... ele fica do lado da esposa dele... aí minha mãe foi ela ficô(u) emba(i)xo de chuva com a minha irmã no colo... e com a minha tia foi telefoná(r) porque ela num usava o telefone da casa do meu tio ela ia no orelhão... telefoná(r)... **então ela ligô(u) pro meu pai... éh::... pro meu pai ela foi contá(r) isso...** (AC-056; NR: L. 71-88)

O fragmento discursivo em (6) mostra como o emprego da palavra gramatical *isso* encapsula completamente uma narrativa dada antes, um processo licenciado apenas pela consideração de informações disponíveis no Componente Contextual Discursivo Restrito.

Já no que concerne ao Contexto Discursivo Abrangente, Connolly (2007, p. 15) destaca o uso do termo *intertexto*, postulado por Cook (1992), para definir informações cotextuais acessíveis com base em outro texto já enunciado previamente. A título de exemplo, pode-se mencionar o exemplo (4), aqui repetido por conveniência.

(4) Inf.: ah ele nunca chegô(u) a me contá(r) que/ como foi essa **história de suicídio** mas **ele já me falô(u) que tentô(u) se matá(r)...** mas nunca:: chegamo(s) ao ponto de como que foi essa/ as histórias (de sui/) como ele tentô(u) se matá(r) mas... (AC-043; NR: L. 104-106)

Nesse fragmento textual, a evocação da narrativa de suicídio, não disponível no texto corrente da situação comunicativa, é capaz de ativar novo enunciado. Como se trata de um texto efetivamente produzido, é relevante referir-se a ele cotextualmente, e não contextualmente.

O Contexto Situacional Restrito, por seu lado, refere-se a informações circunstanciais presentes no evento comunicativo, que permitem, por exemplo, codificar o morfema de gênero feminino no espanhol e no português. Observa-se a ativação desse contexto no português pelo uso do dêitico espacial (*d*)*aqui* no exemplo (7), que pressupõe um acordo intersubjetivo em que se fala do lugar em que se encontram os interlocutores.

(7) sempre tem que sê(r) no/ na última rodada faz todo mundo sofrê(r) então foi éh foi boa sim... eu/ eu/ eu achei... eu achei óh por/ por mais que:: **você sai daqui vai lá pa Goiânia...** (AC-033; NE: L. 120-122)

Connolly (2007) acrescenta que, a diferença possível entre o lugar evocado no enunciado e o lugar da comunicação corrente implica a necessidade de compartilhar o contexto situacional restrito com informações contidas em ambos os espaços.

A última divisão postulada é a distinção entre Contexto Mental e Contexto Extramental, justificada pelo autor com base na possibilidade de o primeiro já influenciar as escolhas comunicativas

do falante e de o segundo conter todo o restante das informações compartilhadas na interação, mas não disponíveis na mente dos participantes.

Concordamos, aqui, com a visão de Connolly (2007) da impossibilidade de acessar objetivamente o que se passa na mente do enunciador. Os contextos discursivo e situacional, sejam restritos ou abrangentes, sejam físicos ou socioculturais, são mentais porque se acham disponíveis ao falante na interação e, portanto, facilmente acessíveis no processo de comunicação. O contexto extramental estaria disponível apenas depois de atingir um grau suficiente de relevância discursiva.

Passemos, agora, a examinar uma contribuição relevante de Giomi (2014) para o desenvolvimento do Componente Contextual. Partindo do conceito de gramática da GDF, que, como vimos, tem uma orientação descendente, totalmente voltada para a produção, esse autor propõe uma inversão do fluxo de comunicação, previsto pelo modelo, para ser possível incluir também o outro lado da moeda, ou seja, o processo de compreensão, o que implica, portanto, a necessidade de atribuir relevância ao papel do contexto.

É relevante ressaltar que tanto Giomi (2014) quanto Connolly (2007) concordam com o fundamento situacional das informações compartilhadas tanto no processo de Formulação quanto no de Codificação. Concordam também que a informação contextual é, primeiramente, inserida no Componente Conceptual para depois passar para o Componente Gramatical. Hengeveld e Mackenzie (2014) propuseram um acréscimo significativo no Componente Contextual da teoria, que dialoga com algumas das ideias apresentadas por Connolly e Giomi.

Hengeveld e Mackenzie (2014) lançaram um novo olhar sobre o Componente Contextual, em comparação ao texto de 2008, o que permitiu fazer acréscimos relevantes no arcabouço teórico. Preservam, no entanto, o postulado de que “a relação estreita (do Componente Contextual) com a Componente Gramatical implica, a nosso ver, que esta não abrange tudo o que é tratado como ‘contexto’ na vasta literatura pragmática, mas deve ser limitado a interagir com o Componente Gramatical de uma forma de uma forma restrita e baseada em princípios”¹¹ (Hengeveld; Mackenzie, 2014, p. 204; tradução nossa).

Informações contidas no Componente Contextual são relevantes apenas quando forem responsáveis pelos efeitos sistemáticos que provocam na gramática de uma língua, em atendimento ao Princípio da Codificação Formal (Keizer, 2015, p. 15), que postula ser relevante para a GDF apenas a informação que apresentar algum reflexo na morfossintaxe ou na fonologia da língua descrita.

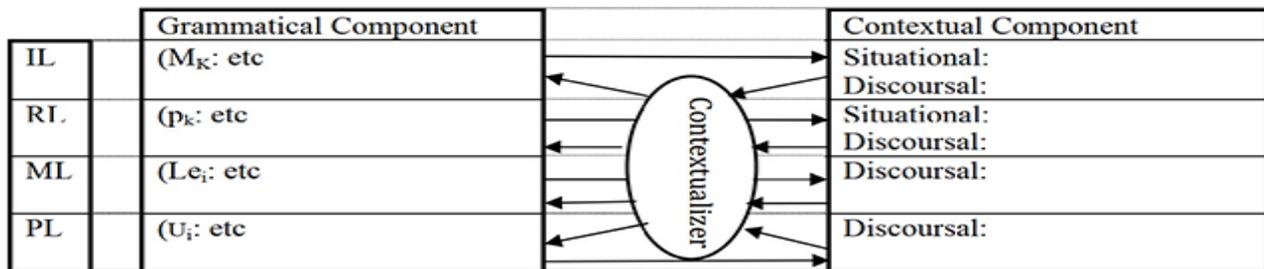
Desse posicionamento, emergem duas consequências: (i) para Hengeveld e Mackenzie (2014), o Componente Contextual não tem universalidade do ponto de vista translinguístico, uma vez que diferentes tipos de informações são relevantes para a gramática de diferentes línguas, não havendo, assim, a necessidade de postular primitivos contextuais; (ii) para manter a atuação do componente dentro do escopo do princípio da codificação formal, os autores excluem da proposta de gramática

¹¹ *The close relation with the Grammatical Component entails, in our view, that it does not cover everything that is dealt with under ‘context’ in the vast pragmatics literature but must be constrained to interact with the Grammatical Component in a restricted and principled manner.*

evocados no discurso, sendo o grau de ativação de que passam a dispor representado na expansão das variáveis ao longo da oração. O nível de ativação, no entanto, ressaltam Hengeveld e Mackenzie (2014), é bastante subjetivo e depende de fatores como gosto pessoal e até a obsessão do falante por uma entidade referencial.

Outro acréscimo proposto pelos autores é a intervenção de um *Contextualizador*, que, atuando entre os dois componentes envolvidos, faz a passagem da informação contextual para o Componente Gramatical, assim como das informações gramaticais para o Componente Contextual. A figura 3 ilustra o funcionamento do Contextualizador.

Figura 3: Relações entre os níveis do Componente Gramatical e os níveis do Componente Contextual



Fonte: Hengeveld; Mackenzie, 2014, p. 213.

Tendo discutido as três propostas, passemos, agora, aos aspectos teóricos que permitem compreender o lugar da intersubjetividade na GDF no que concerne à análise dos advérbios locativos. A proposta que optamos por preservar é a de Hengeveld e Mackenzie (2014) em razão de incorporar a existência de um Componente Contextual Discursivo e de um Componente Contextual Situacional.

Concordamos, por outro lado, com Connolly (2007) que o contexto situacional dispõe das informações restritas e abrangentes. As restritas, lugar e momento da comunicação, são explicitamente mencionadas por Hengeveld e Mackenzie (2014), enquanto as abrangentes, apesar de não mencionadas explicitamente pelos autores, podem ser incluídas quando forem pertinentes para a análise, sem necessidade de apelar para outros meios de formalização.

O contexto discursivo, por sua vez, interage com os quatro níveis e mostra uma convergência entre as propostas de Hengeveld e Mackenzie (2014) e Connolly (2007) no conceito compartilhado de Componente Contextual Discursivo Restrito ou cotexto. Quando se fala em intersubjetividade, no entanto, é relevante separar um cotexto inerente ao texto corrente (Componente Contextual Discursivo Restrito) e um cotexto derivado da relação do texto corrente com outros textos (Componente Contextual Discursivo Abrangente), com a finalidade de diversificar a quantidade de informações disponível na mente dos interlocutores.

Por outro lado, a dificuldade de representar formalmente a noção de contexto sociocultural nos obriga a descartá-lo da análise, uma vez que os tipos de valores que ele incorpora têm baixo grau de influência na codificação morfossintática e fonológica de enunciados em respeito ao Princípio de Codificação Formal.

Outra opção teórica que assumimos é considerar que o Componente Contextual passa primeiramente as informações relevantes na produção do enunciado para o Componente Conceptual, que são, em seguida, usadas, na orientação descendente do modelo, no processo de formulação e de codificação do Componente Gramatical. Acrescente-se ainda, no entanto, que o Componente Contextual deve de fato dispor de estratos correspondentes a cada nível, de tal modo que as informações emergem à medida em que se processa a produção do enunciado.

Com base em todas essas alterações propostas para o Componente Contextual, passamos a discutir, na seção seguinte, como a articulação dos componentes da GDF permite dar uma explicação teoricamente pertinente para a intersubjetividade. Articulando a proposta de Mackenzie (2017) sobre a intersubjetividade na GDF e os acréscimos de Hengeveld e Mackenzie (2014) no arcabouço teórico do Componente Contextual na teoria, vamos enfocar, a seguir, a análise de advérbios locativos como um caso exemplar de intersubjetividade ancorada formalmente na codificação morfossintática desse tipo de palavra gramatical.

3. Apresentação dos dados e da amostra

A presente análise se baseia em exemplos de uso real da língua falada retirados do banco de dados *Iboruna*, que foi constituído no bojo do projeto ALIP (Amostra Linguística do Interior Paulista), inicialmente proposto pelos membros do GPGF, o Grupo de Pesquisa em Gramática Funcional da UNESP de São José do Rio Preto (Gonçalves, Tenani, 2008), e exemplos de uso real da língua escrita retirados de edições da revista *CartaCapital*, especificamente das edições de junho de 2019 a junho de 2020.

Tem pertinência para a análise a aplicação a dados falados e escritos uma vez que, no registro escrito, a disponibilidade do contexto situacional restrito (cotexto) é permanente, não dependendo, portanto, apenas da memória de curto prazo dos interlocutores, como no caso do registro falado. Compõem a amostra 65 dados do registro falado e 25 dados do registro escrito. Por se tratar de uma análise de natureza qualitativa, e não quantitativa, esse número é suficiente e perfeitamente satisfatório para a observação de diferenças de funcionamento do contexto nas duas modalidades. O olhar direto voltado para os dados nos permitiu identificar as cinco categorias, elencadas na primeira coluna da tabela 1, de conformidade com a proposta de Connolly (2007) e Hengeveld e Mackenzie (2014).

Tabela 1: Usos Contextuais de fóricos no Português

Usos Contextuais	Amostra Falada		Amostra Escrita	
	n	%	n	%
Anafóricos Cotextuais	33	52,3	12	48
Catafóricos Cotextuais	12	19,0	2	8
Anafóricos Situacionais Restritos	7	11,1	6	24
Anafóricos Situacionais Abrangentes	1	1,5	5	20
Catafóricos de especificação	10	15,8	0	0
Total	63		25	

Fonte: Elaborada pelos autores

Identificamos como *Anafóricos Cotextuais* as ocorrências em que emerge um fórico locativo após prévia menção no discurso: uma reativação com ancoragem cotextual de uma entidade mencionada previamente nas circunstâncias da interação. Esse uso, mais recorrentemente encontrado, pode ser visto no exemplo (10).

- (10) **a Pernambucanas** dá do tamanho do shopping aqui de tão/ de tão GRANde (cara) éh nem tinha shopping aqui em Rio Preto naquela época que eu fui lá... enorme e é boNIta viu? (AC-069; DE: L. 211-213)

Em (10), o advérbio anafórico *lá* retoma um constituinte previamente mencionado no texto, *Pernambucanas*. Um processo similar acontece com os casos identificados como Catafórico Cotextual: ocorre um elemento catafórico, que remete a um referente mencionado posteriormente no cotexto, como mostram (11) e (12).

- (11) aí até que o namorado dela o que mora aqui em Rio Preto foi pra **lá... pra São Paulo...** pra fazê(r) a escolinha e ficô(u) lá definitivo... (AC-046; NR: L. 172-174)
- (12) Num artigo de revista, o pastor ouviu falar de uma cidade do interior do Brasil, geograficamente protegida em caso de conflito nuclear. A ainda incipiente comunidade mudou-se, então, para **lá - Belo Horizonte**. (CartaCapital, abril, 2020, n. 1103, p. 45)

Em (11), *lá* funciona como um dêitico catafórico referindo-se a *São Paulo*. Já em (12), *lá* ativa previamente a evocação de *Belo Horizonte*. Um olhar cuidadoso sobre esses dois dados permite perceber que o uso de *lá* é tanto catafórico, ao participar da referência de um elemento que a ele se segue, quanto, provavelmente, anafórico, já que, ao empregar a palavra *lá*, o falante faz a reflexão tardia para alertar o interlocutor da posição demasiado distante do referente anterior na superfície textual, o que demanda, portanto, uma reativação como um ato interpessoal de correção (Pezatti; Camacho, 2023).

Já os usos de situacionais restritos, mostrados em (13) e (14), identificam casos em que o constituinte na função Locativo não encontra ancoragem cotextual, prevista pelo Componente Contextual Discursivo, mas nas próprias circunstâncias de interação, como prevê o Componente Contextual Situacional restrito.

- (13) Inf.: eu vô(u) falá(r) como/ como/ como eu faria pra saí(r) **daqui** e chegá(r) na casa do meu pai... (AC-083; RP: L. 292-293)
- (14) O movimento de vocês é ilegal. Vocês têm cinco minutos para pegarem os seus parentes, as suas esposas e seus filhos e saírem **daqui** em paz. (CartaCapital, março 2020, n 1095, p. 19)

Tanto em (13) quanto em (14), a recuperação da referência do advérbio fórico (*d*)*aqui* depende de um acordo intersubjetivo sobre a identificação do lugar físico onde se encontram falante e ouvinte. Digamos, portanto, que o falante leva seriamente em conta a autoimagem de seu destinatário para que ele seja plenamente capaz de acessar as informações veiculadas no contexto da interação. Em (13), o falante, na condição de entrevistado, considera o advérbio locativo *aqui* representando o lugar da interação, podendo, por isso, evocá-lo em seu enunciado com a certeza de ser plenamente acessível ao interlocutor. Já em (14), um participante faz um ato declarativo sobre a ilegalidade do movimento a um grupo de policiais que protestam dentro de um quartel. O ato de alerta, *saírem daqui*, pode ser enunciado sem mesmo ter sido o local textualmente ativado; nesse caso, os interlocutores são plenamente capazes de ativar o referente pretendido acessando o componente contextual situacional restrito.

Outro uso na amostra, mostrado em (15) e (16), identificado como o mais abrangente do componente contextual situacional, configura uma relação de intersubjetividade que requer um grau ainda mais elevado de dependência do destinatário, uma vez que a referência depende de um processo de inferência. Pode-se recuperar o referente do constituinte anafórico, contemplando-se apenas a observação do contexto situacional abrangente, que identifica informações disponíveis por inferência, não presentes, portanto, na situação de interação.

- (15) ele ligô(u) pa polícia... da divisa aqui de Fronte(i)ra... e disse pa polícia o seguinte... que:: era uma denúncia anônima... e que mais ou menos por volta de tal hora tal:: de tardezinha... que **ia passá(r) por lá**... né? (AC-109; NR: L. 242-244)
- (16) No dia seguinte, as redes sociais explodiam em elogios uma criatura que só não anda **por aí** com uma auréola de santo porque não acredita, ele mesmo na santidade. (CartaCapital, março 2020, n 1097, p. 54)

Em (15), a menção à polícia da divisa da cidade de Fronteira torna suficientemente disponível o referente de *delegacia de polícia*, que, apesar de não ter sido evocado no discurso, é facilmente inferível como referente do advérbio dêitico locativo *lá*. Apesar de *andar por aí* não fazer menção a

um lugar específico, trata-se de um locativo cujo espaço físico é conhecido pelos dois participantes da interação como uma generalização.

O último caso que identificamos representa um uso enfático do locativo catafórico com tendência de ocorrer na posição imediatamente anterior ao Pp locativo, como mostram os exemplos (17) e (18).

- (17) Inf.: ah eu gosto mais... aqui em casa Eles gostam mais tam(b)ém... (a)inda/ ainda mais depois desse do Habib's aí cê... né::?... num sei no começo quando... eu ia **lá em Jundiá** eu gostava de í(r) lá (AC-096; RP: L. 315-317)
- (18) aí eu i/ tinha que vim **aqui pa minha casa** que tava em reforma (AC-066; NE: L. 7-8)

Tanto em (17) quanto em (18), o uso dos advérbios fóricos *lá* e *aqui* não ativa um ato discursivo de correção, já que os casos de (17) e (18) não mostram processos de hesitação mediante uso de pausa. Como se trata de uma construção mais ou menos fechada com um único constituinte locativo *lá em Jundiá* e *aqui pa minha casa*, o uso de advérbio locativo *aqui* acompanhado do Pp indica um procedimento de especificação do referente locativo em função do excesso de generalidade dos advérbios fóricos envolvidos. A relação de intersubjetividade nesse caso se assenta no cuidado do falante com sua própria autoimagem e com a autoimagem do ouvinte. O uso de um advérbio fórico generalizante na situação de interação, como *aqui*, pode indicar um contexto abrangente demais. Logo, antes que seja corrigido pelo ouvinte numa tomada de turno, o falante emprega um sintagma preposicionado na posição imediatamente posterior ao advérbio, o que implica também tornar a informação mais acessível ao destinatário e, ao mesmo tempo, salvar sua própria face de um ato de correção (Pezatti; Camacho, 2023). Esses casos representariam potencialmente uma etapa significativa do processo de gramaticalização ou construcionalização discutido por Oliveira (2023), para construções V_m Loc, como *espera lá, olha aqui, sei lá*.

Como esse tipo de construção contém um advérbio fórico em uma relação catafórica muito próxima de seu alvo referencial, ele não será objeto de análise de intersubjetividade. Na sequência, passamos a mostrar o modo como a relação de intersubjetividade se aplica aos quatro primeiros casos, por evocação do componente contextual com base em acordos tácitos entre os interlocutores.

4. A expressão de intersubjetividade nos dados

A intersubjetividade é uma propriedade relevante para o arcabouço da GDF, se não romper com o Princípio da Codificação Formal, na medida em que fatores semânticos e pragmáticos com alguma regularidade forem responsáveis por influenciar sistematicamente a morfossintaxe e a fonologia dos enunciados de uma língua. O nível de regularidade dessas informações depende do tipo de informação observada. No caso do gênero de um indivíduo referenciado no discurso é óbvio haver pouca ou nenhuma abertura para ambiguidade referencial em razão da codificação regular das marcas de gênero na morfossintaxe.

Também os referentes cotextualmente ativados admitem um grau razoável de regularidade na codificação: é maior o grau de recuperabilidade do termo, quanto mais próximo estiver de sua retomada anafórica. Por outro lado, comportam algum grau de ambiguidade referencial na interação os casos de reativação cotextual, como o uso de *lá* em referência a um espaço previamente mencionado em (19), ou seja, a escolinha em São Paulo, e a eventual enunciação da entidade referencial, *pra São Paulo*, logo após o constituinte locativo, conforme mostra (20).

- (19) ele começô(u) a fazê(r) **escolinha em São Paulo da polícia**... aí:: aí começô(u) a fazê(r) escolinha da polí::cia e tal... então assim o contato foi fican(d)o um po(u)co maior... um po(u)co mais pra frente... aí que aconteceu?... ele ia pra **lá** e ele nossa era muito apaixonado por ela (AC-046; NR: L. 156-159)
- (20) aí até que o namorado dela o que mora aqui em Rio Preto **foi pra lá... pra São Paulo...** pra fazê(r) a escolinha e ficô(u) lá definitivo... (AC-046; NR: L. 172-174)

Finalmente, casos de referência por inferência, como o de (21), são ainda menos regulares por dependerem de um acordo mais específico entre os falantes. Inferências podem, por vezes, demandar um ato de esclarecimento. O uso de um locativo semanticamente indeterminado e genérico, como *onde*, no turno de A, leva B a uma ilocução interrogativa solicitando especificação, reiterada no último turno por A.

- (21) A: Aí ele voltou pra **onde** tudo começou.
- B: Pra **casa dele**?
- A: Pra **casa dele**. Era o melhor lugar para começar do zero.

Na tabela 1, elencamos cinco categorias: *anafóricos cotextuais*, *catafóricos cotextuais*, *anafóricos situacionais restritos*, *anafóricos situacionais abrangentes* e *catafóricos de especificação* de conformidade com a proposta de Connolly (2007), secundada por Hengeveld e Mackenzie (2014). A intersubjetividade nos anafóricos e catafóricos cotextuais está no acordo tácito entre os sujeitos interagentes sobre qual elemento previamente mencionado no contexto discursivo é referenciado pelo fórico locativo. Um advérbio fórico como *aqui* se licencia como receptor de todos os operadores gramaticais e os modificadores lexicais que seu referente pode receber.

- (22) **a Pernambucanas** dá do tamanho do shopping aqui de tão/ de tão GRANde (cara) éh **nem tinha shopping aqui em Rio Preto naquela época que eu fui lá... enorme** e é **boNIta** viu? (AC-069; DE: L. 211-213)

Sem precisar acrescentar nenhuma informação, o falante pode adicionar os modificadores *enorme* e *bonita*, a *Pernambucanas*, retomada pelo advérbio locativo endofórico *lá*.

O postulado de Hengeveld e Mackenzie (2014) de que o Componente Contextual atua no encadeamento do discurso a partir da ativação de determinados elementos do contexto, disponíveis na mente dos interlocutores, licencia trechos longos de conversação em que se usam locativos fóricos para garantir o encadeamento, sem a necessidade de repetir a evocação do lugar, o que implicaria num esforço redundante. Incluímos em (23)-(25) uma sequência de trechos extraídos de uma mesma entrevista (AC-093), em que é possível observar a atuação de advérbios locativos licenciando o encadeamento narrativo.

- (23) Inf.: éh tem sim éh:: **inclusive estamos indo amANHÃ éh pra lá** eu gosto muito de pescaria... e nós temos **lá uma fazenda em Mato Grosso éh::/ éh um bocado longe daqui lá né?** (AC-093; DE: L. 157-159)
- (24) distrai então a gente... toda/ todo ano esse mês de julho normalmente **a gente vai pra lá com a família fica lá...** oito ou dez dias (AC-093; DE: L. 167-169)
- (25) então **é um lugar** assim que... éh num tem energia num tem gelade(i)ra a gente quando **vai assim pra lá** tem que... tem que levá(r) éh gelo... (AC-093; DE: L. 174-175)

Os contextos discursivos situacionais, restrito ou abrangente, por outro lado, são responsáveis por atribuir propriedades pragmáticas e semânticas a um determinado constituinte evocado em vista do acordo intersubjetivo sobre sua disponibilidade no contexto. Os fragmentos em (26a) poderiam ser alterados em (26b) para adicionar um modificador adjetival, *pequena*, e um aposto, o Np *a casa*.

- (26) a. ninguém::... gasta dinhe(i)ro assim::... ah... vai lá e chama o pintor **pra vim aqui** fazê(r) o orçamento não::... (AC-106; DE: L. 435-437)
- b. ninguém::... gasta dinhe(i)ro assim::... ah... vai lá e chama o pintor **pra vim aqui** fazê(r) o orçamento não::... *e é pequena, a casa, não deve ficar caro.*

O uso de *aqui* em (26a) é facilmente recuperável como espaço compartilhado pelos interlocutores, e o de (26b), um exemplo construído, constitui uma alteração possível, em que o morfema de feminino no modificador *pequena* está ativado, em um primeiro momento, apenas em razão de informações do contexto situacional restrito. No entanto, o falante pode escolher ser solidário com seu ouvinte e mencionar explicitamente o constituinte núcleo *a casa* na sequência discursiva.

Note-se que o mesmo ocorre com o componente contextual situacional abrangente, exemplificado em (27a).

- (27) a. ele ligô(u) pa polícia... da divisa aqui de Fronte(i)ra... e disse pa polícia o seguinte... que:: era uma denúncia anônima... e que mais ou menos por volta de tal hora tal:: de tardezinha... que **ia passá(r) por lá...** né? (AC-109; NR: L. 242-244)

- b. ele ligô(u) pa polícia... da divisa aqui de Fronte(i)ra... e disse pa polícia o seguinte... que:: era uma denúncia anônima... e que mais ou menos por volta de tal hora tal:: de tardezinha... que **ia passá(r) por lá**... né? *Fica escondidinha, assim, na beira da rodovia, a delegacia.*

Qualquer constituinte acessível no componente contextual situacional é menos ancorado do que os disponíveis no componente contextual discursivo. Dessa maneira, o referente de *delegacia* é menos acessível em (27a) do que o referente *casa* em (26a). O primeiro depende de um esforço mental maior de inferência do que o segundo para ser reativado. Ainda assim, as duas possibilidades se repetem: o modificador *escondidinha* pode receber flexão de gênero em vista do referente que modifica, caso a sequência do enunciado contivesse uma referência ao Np *a delegacia* no exemplo construído de (27b).

O que se nota, ao olhar para essas quatro ativações do contexto na produção de um enunciado, é que o acesso ao componente contextual não depende unicamente de uma percepção objetiva da realidade, e nem unicamente subjetiva e individual, mas de um acordo intersubjetivo sobre as informações não referencialmente problemáticas. Essa situação acaba por influenciar a codificação desses referentes perfeitamente recuperáveis por meio de percepção ou de inferência realizadas pelos sujeitos interagentes.

Por fim, apesar de não tratarmos especificamente dos casos de catafóricos de especificação, reafirmamos a hipótese de que o uso de um locativo anafórico relativamente distante de seu referente acaba exigindo a repetição dele em posição imediatamente adjacente ao do advérbio locativo, o que pode levar à reiteração de uma construção de [Advérbio locativo fórico + preposição+ lugar], conforme mostra (28), que representa os casos de (29-32).

(28) $[[A_{dv} \text{Loc}_{catafórico}] + [[Prep] [Lugar]]]_{pp}$.

(29) aí eu i/ tinha que vim **aqui pa minha casa** que tava em reforma (AC-066; NE: L. 7-8)

(30) aí ele foi preso né? foi **lá na delegaci::a**... e uma coisa que eu vi tam(b)ém na delegacia a do(u)tora S. lá a delegada [Doc.: sei] ela da mulher... bateu na cara de::le tudo... (AC-039; NE: L. 22-24)

(31) “óh cê vai tê(r) que dá(r) a volta **aqui na lagoa aqui** né?” —... e eu:: né? —“que lagoa linda né?” (AC-069; DE: L. 166-167)

(32) saindo **daqui da/ da Cristóvão Colombo** em fren/ de frente pro Ibilce (AC-083; RP: L. 293)

Observe-se ainda que os dados do registro falado são quantitativamente mais numerosos que os do registro escrito, e que esses casos de reiteração de locativo são exclusivos da amostra falada, o que se pode atribuir à necessidade constante de reativar os referentes que se pretende preservar como acessíveis ao interlocutor. Na modalidade escrita, essa necessidade é atenuada ou mesmo

impedida pela disponibilidade das palavras no suporte físico, situação em que o leitor pode recuperar as informações que julgar necessárias para a compreensão dos trechos subsequentes.

Considerações finais

O presente trabalho se propôs a demonstrar, com base em dados reais de uso dos advérbios fóricos locativos, o lugar da intersubjetividade no arcabouço da Gramática Discursivo-Funcional (Hengeveld; Mackenzie, 2008. Para isso, partimos dos postulados de Connolly (2007), Hengeveld e Mackenzie (2014) e Mackenzie (2017) para demonstrar que o contexto é, em certo grau, sistematizável com índices regulares, na morfossintaxe, dos traços de um evento comunicativo enunciado. Nesse caso, a intersubjetividade dos advérbios fóricos para a GDF é uma propriedade resultante de um pacto entre os sujeitos interagentes de que só se podem obter certas informações, sejam elas de natureza pragmática ou semântica, a partir desse acordo tácito, em que percepções e inferências influenciam o processo de produção dos enunciados.

A análise dos dados nos permitiu ver quatro categorias analisáveis de contexto, nas quais postulamos três graus de recuperabilidade do referente: em primeiro lugar, situam-se os casos de contexto anafórico ou catafórico, como os mais facilmente recuperáveis por estarem, de fato, disponíveis no texto para ancorar os processos morfossintáticos. Em segundo lugar, situam-se os casos de contexto situacional restrito, que dependem de maneira mais significativa do acordo entre falantes, que utilizam o conteúdo referencial para indiciar informações situacionais do evento comunicativo, como no caso do gênero em línguas com esse tipo de flexão (Hengeveld; Mackenzie, 2008). Por fim, situam-se em terceiro lugar os casos que ativam o componente contextual situacional abrangente. Por não se tratar de informações recuperáveis no discurso, esses conteúdos referenciais dependem exclusivamente das relações intersubjetivas, em que o ouvinte necessita fazer inferências sobre o referente evocado pelo falante mediante o uso de um advérbio fórico. A dependência da comunicação nessa crença e no acordo sobre as inferências licenciadas ou não é a mais clara evidência de intersubjetividade no discurso de um ponto de vista da GDF.

Para resumir, então, a intersubjetividade pelo uso do Componente Contextual em relação ao Componente Conceptual, o esquema contido no gráfico 1 relaciona os tipos de contexto com o grau de intersubjetividade neles envolvido.

Gráfico 1: Tipo de contexto e grau de intersubjetividade

Contexto Discursivo	>	Contexto Situacional Restrito	>	Contexto Situacional Abrangente
-grau de intersubjetividade			+grau de intersubjetividade	

Fonte: Elaborado pelos autores

Reafirmamos que essa escala prevê a existência de um acordo tácito entre os interlocutores na interação sobre a distância maior ou menor entre o conteúdo referenciado e o advérbio fórico

envolvido. Quanto mais distante a relação, maior o ruído que causa na comunicação, situação que requer a reativação do referente mediante o uso do fórico junto com um sintagma preposicionado especificador na forma $[[A_{dv} Loc_{catafórico}]+[[Prep] [Lugar]]]_{pp}$. Como, para Traugott e Dasher (2002), as dimensões de subjetividade/objetividade devem ser concebidas em termos gradientes, a escala acima mostra claramente que as expressões mais objetivas, situadas no extremos esquerdo da escala, são justamente as que requerem um grau mínimo de inferências.

Agora, para finalizar esta seção, reavaliando o espaço que Butler e Gonçalvez-García (2005) conferem à GDF na escala em que as abordagens funcionalistas centram foco na dimensão cognitiva, é possível, em face dos resultados aqui discutidos, isolar a GDF da posição no polo mais formalista, que lhe atribui os autores, para dar ao modelo um espaço diferenciado entre esse polo mais formalista e o polo mais cognitivista, não obstante a natureza pré-verbal conferida por Hengeveld e Mackenzie (2008) ao Componente Conceptual.

Referências

- BENVENISTE, Émile. Da subjetividade na linguagem *In: Problemas de linguística geral II*. Tradução de Eduardo Guimarães *et al*; revisão técnica de Eduardo Guimarães. Campinas SP: Pontes, 1974.
- BUTLER, Christopher S.; GONÇÁLVEZ-GARCIA, Francisco. Situating FDG in Functional-Cognitive space: an initial study. *In: MACKENZIE, J. Lachlan; GÓMEZ-GONZÁLEZ, María de los A. (ed.) Studies in Functional Discourse Grammar*. Bern: Peter Lang, 2005, pp. 109-158.
- CONNOLLY, John H. Context in Functional Discourse Grammar. *Alfa*, São Paulo, v. 51 n. 2, pp. 11-32, 2007.
- COOK, Guy. *The discourse of advertising*. London: Routledge, 1992.
- CORNISH, Francis. Text and discourse as context: Discourse anaphora and the FDG contextual component. *In: WANDERS, Gerry; KEIZER Evelien. (org.). Web Papers in Functional Grammar*. v. 82, Special Issue: the London Papers, 18p., 2009.
- FERRARI, Lilian. *Introdução à Linguística Cognitiva*. São Paulo: Editora Contexto, 2018.
- GIOMI, Ricardo. Grammar, context and the hearer: A proposal for an addressee-oriented model of Functional Discourse Grammar. *Pragmatics. Quarterly Publication of the International Pragmatics Association (IPrA)*, v. 24, n. 2, pp. 275-296, jun. 2014
- GONÇALVES, Sebastião Carlos Leite; TENANI, Luciani Ester. Problemas teórico-metodológicos na elaboração de um sistema de transcrição de dados interacionais: o caso do projeto ALIP (Amostra Linguística do Interior Paulista). *Gragoatá (UFF)*, v. 25, 2008, pp. 165-183
- HENGEVELD, Kees; MACKENZIE, J. Lachlan. *Functional Discourse Grammar: A typologically-based theory of language structure*. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- HENGEVELD, Kees; MACKENZIE, J. Lachlan. Grammar and context in Functional Discourse Grammar. *Pragmatics* v.24, n. 2, pp. 203-227, 2014.

- HENGEVELD, Kees; DALL'AGLIO HATTNER, M. M. Four types of evidentiality in the native languages of Brazil. *Linguistics*, v. 53, n. 3, pp. 479-524, 2015.
- KEIZER, Evelien. *A Functional Discourse Grammar for English*. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- LANGACKER, Ronald. W. *Foundations of Cognitive Grammar*. Vol. I. Theoretical Prerequisites. Stanford: Stanford University Press, 1987
- LYONS, John. Deixis and subjectivity: *Loquor, ergo sum?* In: JARVELLA, Robert J.; KLEIN, Wolfgang (org.), *Speech, Place, and Action: Studies in Deixis and Related Topics*. New York: Wiley, 1982, pp. 101-124.
- MARQUES DE LIMA, Carmen Rita Guimarães. Os dêiticos espaciais como instrumento de orientação da atenção. In: MIRANDA, Neusa Salim; SALOMÃO, Maria Margarida Martins (org.), *Construções do português do Brasil*. Da gramática ao discurso. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2009, pp. 331-353.
- OLIVEIRA, Mariângela Rios de. Pronomes locativos no português na perspectiva da Linguística Funcional Centrada no Uso. In: OLIVEIRA, Mariângela Rios de. (org.) *Articulação do espaço no português*. Campinas, Pontes, 2023, pp. 83-118.
- PEZATTI, Erotilde Goreti; CAMACHO, Roberto Gomes. Uma análise discursivo-funcional da correção. *Confluência*. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, n. especial, pp. 31-66, 2º semestre, 2023.
- RIJKHOFF, Jan. Layers, levels and contexts in FDG. In: GARCÍA VELASCO, Daniel; RIJKHOFF, Jan. *The noun phrase in Functional Discourse Grammar*. Berlin: Mouton de Gruyter. 2008, pp. 63-115.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, [1916] 1977.
- SILVA, Augusto Silva da. Inter-subjetificação na linguagem e na mente. *Revista Portuguesa de Humanidades. Estudos Linguísticos*, v. 15, n. 1, pp. 93-110, 2011.
- TRAUGOTT, Elizabeth Closs; DASHER, Richard. *Regularity in Semantic Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- VERHAGEN, Arie. *Constructions of Intersubjectivity: Discourse, Syntax, and Cognition*. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- WERNER, Kelly. A intersubjetividade antes da subjetividade na teoria da enunciação de Benveniste. *Revista Signótica*, v. 18, n. 2, pp. 397-411, 2006.

DE ORAÇÃO MODAL OU CONDICIONAL A OPERADOR ARGUMENTATIVO DE ACRÉSCIMO: O PAPEL DA INTERSUBJETIVIDADE NA EMERGÊNCIA DE [SEM FALAR] NO PORTUGUÊS

FROM MODAL OR CONDITIONAL CLAUSE TO ARGUMENTATIVE ADDITIONAL OPERATOR: THE ROLE OF INTERSUBJECTIVITY IN THE EMERGENCE OF [SEM FALAR] IN PORTUGUESE

Monclar Guimarães Lopes¹

Brenda da Penha de Oliveira²

RESUMO

Neste artigo, descrevemos o uso e a emergência do operador argumentativo [sem falar] no português, empregado, no fluxo textual, para a inclusão de novos argumentos convergentes. Paralelamente, buscamos identificar as possíveis motivações cognitivas subjacentes a sua origem. Para esse fim, recorreremos aos pressupostos teórico-metodológicos da Linguística Funcional Centrada no Uso (Rosário, 2022), em especial no que se refere às noções de intersubjetividade (Traugott; Dasher, 2002) e processos cognitivos gerais (Diessel, 2019). A pesquisa foi realizada com base em 301 ocorrências, extraídas de variados *corpora* (um sincrônico e três diacrônicos), analisadas em perspectiva quali-quantitativa. Os dados sincrônicos evidenciam que [sem falar] tem sido empregado preferencialmente como uma estratégia argumentativa para adicionar argumentos convergentes, a que se pode atribuir o estatuto de argumento de lambuja (cf. Koch, 2004). Paralelamente, os dados diacrônicos sugerem que [sem falar] surge no português por meio da analogização a uma construção de função semelhante: [sem contar]. No processo de mudança, sugerimos, a partir de nossas análises, que a nova categorização tenha sido motivada pela ação do mecanismo cognitivo da intersubjetividade, uma vez que esse uso inovador leva o ouvinte ou o leitor a atribuir, contextualmente, um novo sentido à construção: acréscimo, no lugar de modo ou condição negativos.

PALAVRAS-CHAVE: Sem falar. Operador Argumentativo de Acréscimo. Abordagem Pancrônica. Intersubjetividade. Linguística Funcional Centrada no Uso.

ABSTRACT

In this paper, we describe the uses and the emergence of the argumentative operator [sem falar] in Portuguese, used in the textual flow to include new convergent arguments. At the same time, we seek to identify the possible cognitive motivations underlying its origin. To this end, we resort to the theoretical-methodological assumptions of Functional-Cognitive Linguistics (Rosário, 2022), especially regarding the notion of intersubjectivity (Traugott; Dasher, 2002) and also the notion of general cognitive processes (Diessel, 2019). The research was carried out based on 301 tokens, extracted from two corpora (one synchronic and the other one diachronic), analyzed from a qualitative and quantitative perspective. The synchronic data show that [sem falar] has been used preferably as an argumentative strategy to add convergent arguments, which can be attributed the status of a knock-out argument (cf. Koch, 2004). At the same time, diachronic data suggest that [sem falar] appears in Portuguese through the analogization of a construction with an analogous function: [sem contar]. In the

¹ Universidade Federal Fluminense (UFF) - Professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da UFF, monclarlopes@id.uff.br, <https://orcid.org/0000-0002-6238-958X>.

² Universidade Federal Fluminense (UFF) - Mestranda em Estudos de Linguagem pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da UFF, brendapenha99@gmail.com, <https://orcid.org/0009-0005-9531-9122>.

process of change, we suggest, from our analyses, the new categorization was motivated by the action of the cognitive mechanism of intersubjectivity, since this innovative use leads the listener or reader to attribute, contextually, a new meaning to the construction: addition, instead of negative or conditional mood.

KEYWORDS: Sem falar. Argumentative Additional Operator. Panchronic perspective. Intersubjectivity. Functional-Cognitive Linguistics.

Introdução

Na literatura gramatical e linguística, a palavra *sem* é classificada como uma preposição essencial com valor de subtração, ausência (ou negação) e desacompanhamento (cf. Bechara, 2009; Cunha; Cintra, 2017; Rocha Lima, 2018). Segundo Neves (2018), na articulação oracional, esse elemento é recrutado para a introdução de orações hipotáticas adverbiais de modo ou condição, tanto na forma reduzida de infinitivo quanto na forma desenvolvida, quando, adjungido ao *que*, resulta na locução conjuntiva *sem que*. Abaixo, seguem duas ocorrências na forma reduzida, extraídas da plataforma *Now do Corpus do Português*, como ilustração³:

- a) **Modo:** Podemos ficar anos *sem falar* – já não ouvimos os seus discos com tanta frequência, maldizemos os últimos, reclamamos o preço do bilhete⁴.
- b) **Condição:** É impossível falar de Microsoft *sem falar de Bill Gates!*⁵

Além desses usos já previstos pela literatura, identificamos, no português contemporâneo⁶, um novo emprego para essa preposição, a qual, quando justaposta a um verbo *dicendi*, como *falar*, por exemplo, atua como um operador argumentativo para a inclusão de argumentos convergentes. Como ilustração, segue uma ocorrência do português contemporâneo, também extraída do mesmo *corpus*:

(01) Marvel's Avengers prometia tornar-se em um dos grandes jogos da E3 2019, mas após a apresentação do primeiro trailer, as opiniões dividiram-se sobre o que foi apresentado. Há críticas sobre a ausência de gameplay concreto e facilmente identificável, *sem falar* na ausência de uma demo transmitida on-line para todo o mundo, os visuais e especialmente o design dos personagens, que têm dado muito que falar⁷.

Em (01), temos um trecho de um texto em que o enunciador enumera três pontos fracos do novo jogo da empresa E3: (1) ausência de gameplay concreto e facilmente identificável; (2) ausência de uma demo transmitida on-line para todo o mundo; (3) visuais e design dos personagens que têm dado muito que falar. Conforme podemos observar, o acréscimo do segundo argumento (2) é antecedido por

³ Optamos por não apresentar exemplos da forma desenvolvida porque elas não interessam diretamente a esta pesquisa.

⁴ Disponível em: <https://observador.pt/2019/06/21/eddie-vedder-em-lisboa-bem-vindo-a-casa-velho-amigo/> - Acesso em: 09 fev. 2024.

⁵ Disponível em: https://www.jm-madeira.pt/opinioes/ver/2623/Camuflados_de_Verdinhos - Acesso em: 09 fev. 2024.

⁶ Neste trabalho, usamos dados tanto do PE quanto do PB. Nossa intenção é a de mostrar a convencionalidade desse operador argumentativo no português contemporâneo, sem considerar especificidades quanto às variedades.

⁷ Disponível em: <https://www.eurogamer.pt/marvels-avengers-o-design-dos-personagens-nao-sera-alterado> - Acesso em: 09 fev. 2024.

sem e falar, que, em nosso ponto de vista, juntos operam uma função distinta daquela apresentada nos exemplos *a* e *b*, anteriormente. Enquanto nestas ocorrências há manutenção da noção de negação – *podemos ficar anos, E NÃO nos falarmos; é impossível falar de Microsoft, E NÃO falar de Bill Gates* –, essa ideia encontra-se esmaecida na ocorrência (01), haja vista que o enunciador efetivamente apresenta (“fala”) os argumentos que, a princípio, não iria mencionar: *há críticas (...) E HÁ ausência de uma demo (...)*.

Por esse motivo, argumentamos que ocorre, no dado (01), uma neoanálise de parte dos elementos da oração hipotática adverbial modal, dado que *sem e falar* atuam, no discurso, em prol da inclusão de novos argumentos convergentes. Nesse processo, entendemos que *sem* se afasta de seu sentido básico original e se vincula ao verbo *dicendi falar*, formando uma nova unidade de sentido, à qual atribuímos a função de operador argumentativo de acréscimo.

Vale ressaltar que optamos por categorizar [sem falar] como um operador discursivo de acréscimo, e não conector de acréscimo, porque entendemos que ele ainda resguarda muitas características das categorias-fonte *preposição* e *verbo*. Dessa maneira, o emprego de uma terminologia textual-discursiva, e não necessariamente sintática, parece-nos mais adequada. Neste texto, assumimos, em conformidade com Ducrot (1973), Ducrot e Vogt (1979) e Anscombe e Ducrot (1983), que os operadores argumentativos – ou OAs – são elementos que não pertencem a uma classe específica da gramática, mas que incidem sobre a configuração dos *topoi* (lugares comuns argumentativos), determinando ou restringindo a progressão textual.

Voltando à apreciação da ocorrência (01), compreendemos que a plausibilidade em classificar [sem falar] como um operador discursivo de acréscimo possa ser atestada por meio de testes de alternância, em que *sem falar* pode ser substituído por um conector hipotático canônico de função equivalente, como, por exemplo, *além de*, conforme é possível notar em (01’):

(01’) Marvel’s Avengers prometia tornar-se em um dos grandes jogos da E3 2019, mas após a apresentação do primeiro trailer, as opiniões dividiram-se sobre o que foi apresentado. Há críticas sobre a ausência de gameplay concreto e facilmente identificável, *além da* ausência de uma demo transmitida on-line para todo o mundo, os visuais e especialmente o design dos personagens, que têm dado muito que falar.

Neste artigo, além do objetivo de descrever esse tipo de uso, análogo ao visto em (01), buscamos investigar sua origem histórica, bem como identificar as possíveis motivações cognitivas subjacentes ao processo de mudança. Partimos da hipótese inicial de que o operador argumentativo (OA) de acréscimo [sem falar] seria o resultado da neoanálise da oração hipotática adverbial modal ou condicional reduzida de infinitivo [[sem][falar]]. Nesse processo, haveria o aumento da vinculação entre *sem e falar*, bem como perda parcial de composicionalidade do sentido negativo de *sem*. Além disso, a mudança da noção de *modo* ou *condição* para a de *acrécimo* seria o resultado contextual da atuação de processos intersubjetivos⁸.

⁸ Essa hipótese precisou ser reformulada posteriormente, como discutiremos na seção dedicada à análise de dados.

No intuito de verificar a plausibilidade de nossas hipóteses, estruturamos um estudo baseado em dados reais de uso e recorreremos aos pressupostos teórico-metodológicos da Linguística Funcional Centrada no Uso (cf. Rosário, 2022), em diálogo com as pesquisas sobre a intersubjetividade (cf. Traugott; Dasher, 2002) e os processos cognitivos gerais (cf. Diessel, 2019). Ao todo, trabalhamos com 301 ocorrências, sendo 200 sincrônicas, extraídas da plataforma *Now*, do *Corpus do Português*; 101 diacrônicas, extraídas dos seguintes *corpora*: Vercial, Tycho Brahe e Colônia⁹. Os dados foram interpretados sob uma metodologia quali-quantitativa.

Este texto está dividido em seis partes. Além desta introdução, há as seis seções: 1. Arcabouço teórico e categorias analíticas; 2. Procedimentos metodológicos; 3. Resultados; 4. Considerações finais. Por fim, incluímos as Referências bibliográficas.

1. Arcabouço teórico e categorias analíticas

A teoria funcionalista, nas suas mais diferentes vertentes, configura-se como uma abordagem que considera a gramática como um sistema adaptativo complexo, cuja constante reconfiguração se dá em decorrência de fatores internos e externos (cf. Du Bois, 1985), naturalmente implicados nas situações reais de interação. Exatamente por entender que a gramática está em constante refazimento, uma das agendas de trabalho mais promissoras para a abordagem funcionalista tem sido aquela voltada para a descrição dos usos gramaticais menos canônicos, ainda não registrados pela literatura gramatical vigente, como é o caso de nosso objeto de estudo.

O modelo funcionalista que adotamos – conhecido no Brasil como Linguística Funcional Centrada no Uso (cf. Rosário, 2022) – ou LFCU – representa um novo estágio do Funcionalismo Norte-Americano (cf. Givón, 1995; Hopper, 1991; Traugott; Heine, 1991; entre outros), que passa a adotar parte dos pressupostos da Linguística Cognitiva, em especial aqueles atinentes às abordagens construcionais da gramática (cf. Goldberg, 1995; Traugott; Trousdale, 2013; Diessel, 2019; entre outros). Nessa perspectiva, a língua é definida como uma rede multidimensional de construções (cf. Diessel, 2019) – isto é, de pareamentos de forma e conteúdo, os quais representam uma espécie de cristalização da experiência humana em padrões de uso. Esses padrões organizam-se em diferentes níveis de abstração e são apreendidos em decorrência da atuação dos processos cognitivos gerais.

Há, em nosso ponto de vista, uma vantagem especial em se empregar a abordagem construcional para a análise de expressões complexas, sobretudo aquelas de função mais procedural, como é o caso de [sem falar]. Nessa construção, por exemplo, identificamos a perda de composicionalidade – o sentido de negação, próprio do *sem*, encontra-se esmaecido, conforme argumentamos na introdução deste artigo –, bem como o aumento da vinculação (processo de *chunking*) entre preposição e verbo,

Os dados sugerem que a neoanálise ocorrera preliminarmente com um outro operador de acréscimo: [sem contar]. Posteriormente, por meio de analogização, esse operador teria recrutado novos elementos para a posição do verbo, como *falar*, por exemplo.

⁹ Exploramos mais detalhes acerca dos *corpora* na seção dedicada aos procedimentos metodológicos.

dado que os dois elementos, conjuntamente, passam a desempenhar uma nova função: a de OA de acréscimo. Cabe frisar que esses dois aspectos, perda de composicionalidade e aumento de vinculação entre os elementos da construção, são bastante comuns na formação da construção procedural complexa, como já têm atestado diversos estudos de viés construcionista, tanto no Brasil quanto no exterior¹⁰.

Diessel (2019), em sua obra *The Grammar Network. How linguistic structure is shaped by language use*, mostra-nos o papel dos processos cognitivos na emergência de novos usos. O autor identifica onze processos cognitivos, distribuídos em três grandes domínios: o da cognição social, o da conceptualização e o dos processos relativos à memória. Em virtude de nosso objeto, exploraremos aqui somente parte desses processos. Num primeiro momento, trataremos do domínio da cognição social, mais particularmente dos processos relativos à (inter)subjetividade. Por fim, trataremos das questões relativas à categorização e à automatização, pertencentes ao domínio dos processos relativos à memória. Ao longo de nossa exposição, cotejaremos a perspectiva de Diessel (2019) com a de outros estudos relevantes na área.

Segundo Diessel (2019, p. 25, tradução nossa), “o uso linguístico é uma forma particular de interação social, que depende diretamente da habilidade de levar em consideração o conhecimento, as intenções e as crenças de outrem”¹¹. Em outras palavras, quando interagimos com alguém, levamos em consideração que nem sempre o significado do que se diz é uma derivação do sentido das palavras dos enunciados. Com muita frequência, precisamos fazer inferências sobre as reais intenções do falante, sobretudo quando estamos diante de um padrão que nos soa novo ou inusitado. Para Tantucci (2021), a noção de Cognição Social está ancorada em uma Teoria da Mente (ToM), em que falante e ouvinte reconhecem que ambos têm uma mente em que habitam crenças e intenções, e, por isso, entendem que nem sempre aquilo que se diz efetivamente corresponde àquilo que se pretende dizer.

Essa visão também é compartilhada por Traugott e Dasher (2002), que declaram que muitas mudanças linguísticas – semânticas e/ou estruturais – decorrem desse processo: o ouvinte, quando está diante de um uso atípico ou novo, tende a atribuir-lhe um sentido em conformidade com aquilo que acredita ser o objetivo comunicativo do falante.

Se assumirmos que “gramática” é “sistema linguístico” e “código”, o link entre “gramática” e “uso” é a díade falante/escritor – ouvinte/leitor, que negociam significado de maneiras interativas, respondendo ao contexto e criando contexto (...). Embora essa díade possa parecer simétrico (...), na verdade não é: falantes/escritores têm estados mentais e produzem significados que podem não ser compreendidos pelos ouvintes/leitores da mesma maneira pretendida. Embora os dois membros da díade estejam situados no contexto particular de fala ou do evento de leitura, o falante/ouvinte, quando em seu turno de fala, tem um papel central

¹⁰ Como ilustração, podemos citar os estudos de Alonso, Oliveira e Fumaux (2019) sobre as construções binominais quantitativas em perspectiva distinta; a revisão de literatura proposta por Bybee (2015) sobre a formação do futuro verbal nas línguas românicas (Seção 6.3).

¹¹ No original: *Language use is a particular form of social interaction, which crucially relies on the ability to take another person's knowledge, intentions and beliefs into account.*

no contexto. (...) esse papel central do falante/escritor exige uma visão de mudança linguística orientada para a produção de linguagem e serve para explicar por que o principal tipo de mudança semântica é a subjetificação (Traugott; Dasher, 2002, p. 6-7, tradução nossa)¹².

Com base nessa concepção de mudança, Traugott e Dasher (2002) formulam uma teoria calcada na noção de intersubjetividade, a que dão o nome de Teoria da Inferência Sugerida na Mudança Semântica – ou IITSC, do inglês *Invited Inference Theory of Semantic Change*. O objetivo desse modelo é o de dar conta da convencionalização de significados pragmáticos e sua reinterpretação como significados semânticos.

Para esses estudiosos, a inferência sugerida é o mecanismo cognitivo disparador da mudança semântica. Ela decorre do fato de o ouvinte ou o leitor estar diante de uma estrutura nova, ou ainda de um uso inovador de uma estrutura já conhecida. Para atribuir significado, portanto, é comum que o ouvinte ou o leitor faça uma inferência sobre o material linguístico que tenha diante de si, partindo daquilo que ele acredita ter sido a intenção do falante ou do escritor. A esse processo de (de)codificar significados com base nas crenças, atitudes e eventuais intenções dos falantes atribui-se o nome (inter)subjetificação.

Segundo Traugott e Dasher (2002, p. 23, tradução nossa), expressões mais (inter)subjetivas envolvem, dentre outros aspectos:

- a) Marcadores explícitos da atitude do falante/escritor para o que é dito, incluindo atitude epistêmica para com a proposição;
- b) Marcadores explícitos da atitude do falante/escritor para o relacionamento entre a estrutura da informação (o que precede e o que segue); muitos aspectos da dêixis estão incluídos aqui;
- c) Marcadores explícitos de atenção do falante/escritor para com o ouvinte/leitor, e.g. *hedges*, marcadores de polidez, títulos honoríficos¹³.

Entendemos que [sem falar] apresenta traços de intersubjetividade, mais especificamente os indicados em *b*. Como ilustração, analisemos uma ocorrência:

¹² No original: *If we assume that 'grammar' is 'linguistic system' and 'code', the link between 'grammar' and 'use' is the SP/W – AD/R dyad, who negotiate meaning in interactive ways, both responding to context and creating context (see e.g. Silverstein 1976a, Schiffrin 1987, and various papers in Duranti and Goodwin 1992). Although this dyad may appear symmetric (and indeed has been memorialized as such by models like Saussure's 'talking heads'), in fact it is not: SP/Ws have mental states and produce meanings that may not be understood by AD/Rs in the way intended. Although both members of the dyad are "ground" in the sense of participants assumed in the context of a particular speech or reading event, SP/W, when exercising his or her turn, has the central role in the context. As we will discuss below, SP/W's central role calls for a production-oriented view of language change, and accounts for why the major type of semantic change is subjectification.*

¹³ No original: *a) explicit markers of SP/W attitude to what is said, including epistemic attitude to the proposition; b) explicit markers of SP/W attitude to the relationship between what precedes and what follows, i. e. to the discourse structure; many aspects of discourse deixis are included here; c) explicit markers of SP/W attention to AD/R, e.g. hedges, politeness markers, and honorific titles.*

(02) Ainda que não tenha restrições de idade e nenhum tipo de seletiva prévia- nem mesmo controle de *doping* ou impedimento de atletas banidos – o Rachão é bem seletivo por natureza. Esqueça a ideia de “venha pedalar com a gente na Marginal”. Na linguagem dos ciclistas, a prova é “só pra quem é”, como brinca Zanata junto de outros competidores, referindo-se à enorme exigência física e tática de uma competição longa decidida normalmente em um *sprint* final, **sem falar** nos infindáveis desafios do percurso. Em outras palavras, quem está ali sabe bem o que está fazendo.

Este arriscado cardume urbano tem atraído nomes fortes do esporte por aqui. É o caso de Francisco Chamorro, tetracampeão da Copa América e vencedor do Rachão inaugural de 2016 (...).¹⁴

Em (02), o enunciador busca tornar explícita a ideia de que o evento ciclístico sobre o qual fala – o Rachão – não é para amadores. Para persuadir o enunciatário de seu ponto de vista, apresenta o argumento de que são necessários enorme habilidade física e conhecimento tático para participar da prova. Em seguida, no intuito de tornar a adesão ao seu ponto de vista ainda mais eficaz, acrescenta um último argumento, a título de lambuja: há infindáveis desafios no percurso. Potencialmente, um leitor que seja atleta inexperiente e que pretende participar dessa prova ficará um tanto quanto desestimulado após a leitura desses argumentos, sobretudo do último: afinal, que infindáveis desafios são esses? Será que corro o risco de me acidentar feio?

Veremos, na seção dos resultados, que [sem falar] é frequentemente empregado como um último argumento de uma sequência. A ideia subjacente a seu emprego poderia ser explicitada por meio da seguinte paráfrase: *os argumentos anteriores que apresentei já são suficientes para sustentar o meu ponto de vista, mas além desses ainda há Y*. Normalmente, esse último argumento (Y) é apresentado superficialmente, não sendo promovido a tópico discursivo no fluxo textual. Na ocorrência (02), por exemplo, o texto não elucida que infindáveis desafios são esses. Inclusive, acreditamos que a motivação comunicativa para esse tipo de uso resida exatamente neste fato: na ideia de que vou citar um argumento, mas não vou explorá-lo, devendo o enunciatário recorrer a seu próprio conhecimento de mundo para fazer as associações necessárias.

Por esse motivo, consideramos [sem falar] como uma construção intersubjetiva, na medida em que marca as intenções do falante em relação à estrutura da informação. Entendemos que esse tipo de argumento possa ser identificado sob o rótulo *argumento de lambuja*. Segundo Koch (2004, p. 73), esse tipo de argumento se caracteriza por “introduzir, de maneira sub-reptícia, um argumento decisivo, apresentando-o a título de acréscimo, como se fosse desnecessário, justamente para dar o golpe final”.

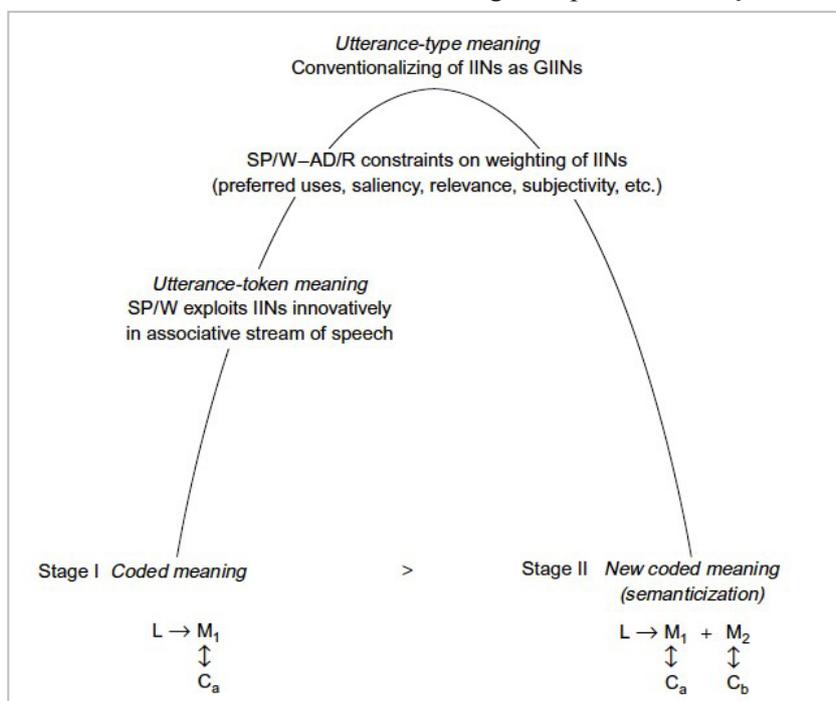
Voltando para a questão da ITTSC – Teoria da Inferência Sugerida para a Mudança Semântica –, aventamos a hipótese de que o uso de [sem falar], na condição de OA de acréscimo, seja mais recente do que [[sem][falar]], na condição de oração hipotática adverbial modal/condicional. Isso

¹⁴ Disponível em: <https://esporte.uol.com.br/reportagens-especiais/onde-bikes-sao-proibidas-ciclistas-colocam-a-vida-em-risco-em-competicao-pirata-em-sp/> - Acesso em: 09 fev. 2024.

decorre do fato de os estudos linguísticos evidenciarem largamente que categorias mais procedurais – como é o caso de um OA, ligado à articulação de unidades de informação no fluxo textual – derivam de outras menos procedurais ou mais lexicais – como é o caso da oração com função de advérbio. Soma-se a isso o fato de [sem falar] apresentar perda de composicionalidade e aumento de vinculação entre suas subpartes (conforme já mencionamos previamente), o que também é normalmente atestado como uma característica prototípica das categorias que assumem funções mais procedurais.

Para Traugott e Dasher (2002), a inferência sugerida, por si só, não resulta em mudança linguística. Para que a mudança linguística se efetive, é necessário que essa inferência seja compartilhada por uma comunidade de falantes e resulte em semanticização, quando um lexema ou uma construção passa a codificar um novo significado. Esse processo está representado na figura 1.

Figura 1: Modelo da Teoria da Inferência Sugerida para a Mudança Semântica



Fonte: Traugott; Dasher, 2002, p. 38.

Em linhas gerais, a figura pode ser explicada do seguinte modo: no estágio 1, um lexema ou uma construção apresenta um determinado significado relativo a uma estrutura conceitual ($L \rightarrow M_1 \leftrightarrow C_a$); posteriormente, em uma determinada situação de enunciação, o falante/escritor utiliza esse mesmo lexema ou essa mesma construção de maneira inovadora no curso de sua fala/escrita; o ouvinte/leitor, por sua vez, por reconhecer que o significado convencional daquele lexema ou daquela construção não é compatível com o que o falante/escritor quer dizer, deduz, a partir do mecanismo da *inferência sugerida*, um novo significado a partir das pistas contextuais e daquilo que acredita ser a intenção do enunciador. A nova interpretação atribuída ao lexema ou à construção não resulta diretamente no estágio 2. Para que isso ocorra, é necessário que o novo uso prospere e

seja compartilhado entre uma comunidade de falantes. Só assim, haverá convencionalização de um novo significado pragmático, isto é, semanticização. Nesse processo, L passa a veicular não apenas um, mas dois significados: $(L \rightarrow M1 \leftrightarrow Ca; M2 \leftrightarrow Cb)$.

Em todo esse processo de mudança semântica, bem como naqueles em que também ocorre a recategorização, a inferência sugerida é apenas um dos fenômenos cognitivos implicados. Na semanticização de um novo significado pragmático, outros processos também atuam, como aqueles relativos à categorização e a automatização.

A Linguística Cognitiva tem elucidado que a mente humana é um instrumento de identificar e agrupar padrões, com base em suas semelhanças de forma e significado. Esses padrões vão se organizando de forma multidimensional, constituindo uma rede de nós dinâmicos interconectados, em diferentes níveis de abstração.

Segundo Traugott e Trousdale (2013), quando uma construção é posta em uso e seu significado corresponde aos padrões experienciais prévios (isto é, aos usos e significados usualmente atribuídos a essa construção), ocorre a sanção completa de um esquema já conhecido. Quando, por sua vez, parte da forma ou do conteúdo de uma construção não corresponde a esses padrões, pode ocorrer uma sanção parcial ou, ainda, uma incompatibilidade com um esquema previamente estocado na memória. Nesse momento, aciona-se o mecanismo da inferência sugerida e, paralelamente, associa-se esse uso a um outro esquema já existente ou, ainda, origina-se um novo esquema.

Muitas vezes, a mudança semântica é acompanhada por nova categorização, quando uma classe morfossintática passa não só a veicular um novo sentido, mas também uma nova função linguística. Acreditamos que essa seja a procedência do OA de acréscimo, cuja origem hipotética é a oração hipotática adverbial modal ou condicional, como exploraremos na seção dedicada aos resultados.

Um outro aspecto interessante de se explorar na recategorização da construção complexa está relacionado à reconfiguração das relações sequenciais (cf. Diessel, 2019). Embora tenhamos a impressão de que selecionamos, à medida que o discurso se desenvolve, uma palavra após a outra, o planejamento da fala (ou da escrita) não se dá dessa maneira. Há muitos idiomatismos e semi-idiomatismos, que são recrutados para o uso em bloco – e também são interpretados dessa maneira. Essas estruturas formam-se na língua como resultado da atuação da automatização, que atua sobre a reconfiguração das relações sequenciais.

Uma vez que a automatização é um processo gradual dirigido pela frequência de ocorrência, as relações sequenciais variam em um contínuo. Em condições esperadas, quanto maior a frequência com que uma cadeia de elementos linguísticos é processada, mais fortes são os *links* sequenciais entre eles. (Bybee, 2002; 2019, p. 33-37). O resultado cognitivo desse desenvolvimento é a emergência gradual de uma “unidade” ou “chunk”. Langaker (1987) usa a noção de “unidade” como um termo técnico para sequências automatizadas que os falantes ativam e executam como um todo integrado (Diessel, 2019, p. 63, tradução nossa)¹⁵.

¹⁵ No original: *Since automatization is a gradual process driven by frequency of occurrence, sequential relations vary on a continuum. Other things being equal, the more often a string of linguistic elements is processed, the stronger are*

A automatização é uma consequência da elevada frequência de uso. Sequências lexicais altamente rotinizadas desenvolvem propriedades idiossincráticas, como perda de propriedades semânticas e aumento de vinculação entre os elementos. Quando aventamos a hipótese de que o OA de acréscimo [sem falar] seja o resultado da recategorização da oração hipotática adverbial modal ou condicional [[sem][falar]], baseamo-nos no fato de a noção de acréscimo atribuída à construção não estar associada à combinação de *sem* com qualquer verbo, mas com um verbo *dicendi*. Em nossas pesquisas, verificamos que há OAs de acréscimo com outros verbos *dicendi*, mas não com outros tipos de verbo, como os mentais, os materiais, os existenciais etc¹⁶.

Dessa maneira, à medida que [sem falar] começa a ser cada vez mais utilizado como OA de acréscimo, mais essa sequência se torna automática e mais essa construção se torna elegível para o uso em uma comunidade de falantes.

2. Procedimentos metodológicos

Para esta pesquisa, analisamos 301 ocorrências da sequência de palavras *sem + falar* em quatro diferentes *corpora*, assim distribuídas: 200 ocorrências da plataforma *Now* do *Corpus do Português*¹⁷, um *corpus* sincrônico de mais de 1 bilhão de palavras, constituído de textos de mídia digital, em especial jornais, revistas e blogs; 100 ocorrências diacrônicas, sendo 55 do *Vercial*, um *corpus* diacrônico de aproximadamente 15 milhões de palavras, constituído de textos clássicos da literatura portuguesa dos séculos XVI a XX; 17 do Tycho Brahe, composto de textos em português escritos por autores nascidos entre 1380 e 1845, em gêneros variados, como cartas, gramáticas, romances etc.; 28 do Colônia, composto por obras variadas em língua portuguesa, dos séculos XVI ao XX. Cabe frisar que, do *corpus* sincrônico, escolhemos um recorte do total de 200 dados (de 8.712 ocorrências), enquanto, do *corpus* diacrônico, utilizamos todas as ocorrências¹⁸.

Em nossa análise, trabalhamos com ocorrências tanto do PB quanto do PE, *sem*, nesse momento, buscar identificar diferenças quanto a esses usos. Observamos que o fenômeno é utilizado em ambas as variedades do português, apresentando funções análogas. Optamos por descartar os dados em que *sem + falar* faziam parte de uma construção concessiva, como *ainda sem falar*, *mesmo sem falar*, por exemplo.

Reconhecemos que a seleção de *corpora* tão distintos quanto aos gêneros e tipos textuais está longe de ser o ideal para nossa pesquisa, cujo objeto é usualmente empregado em contextos mais

the sequential links between them (Bybee 2002; 2010: 33-37). The cognitive result of this development is the gradual emergence of a “unit” or “chunk”. Langacker (1987) uses the notion of “unit” as a technical term for automated sequences that speakers activate and execute as integrated wholes.

¹⁶ Lopes e Moura (2022) identificam OAs de acréscimo formados pelos seguintes verbos *dicendi*: contar, falar, dizer, mencionar, negar e referir.

¹⁷ Nossa escolha pela base de dados *Now* se deve a sua extensão, que nos permite captar inúmeras ocorrências da sequência *sem + falar* e verificar a produtividade das construções sob análise.

¹⁸ Vale pontuar que chegamos a investigar outros *corpora* diacrônicos mais extensos, como a base histórica do *Corpus do Português*, constituída por aproximadamente 45 milhões de palavras. No entanto, as 232 ocorrências existentes no *corpus* são do final do século XX, enquanto o *Vercial* nos retorna dados a partir do século XVI.

argumentativos. O ideal seria que conseguíssemos recorrer a *corpora* diacrônicos semelhantes ao *Now*, em que os textos de tipologia argumentativa predominam. No entanto, essa é uma limitação da pesquisa histórica, dado que não dispomos de *corpora* diacrônicos em que predominem textos dessa natureza. Portanto, procedemos conforme orienta Labov (1992): buscamos fazer o melhor uso dos maus dados.

Em nossa análise, empregamos o método quali-quantitativo ou misto, definido como “o equacionamento entre a metodologia qualitativa e a quantitativa” (Lacerda, 2016, p. 85). Buscamos alcançar os seguintes objetivos:

- a) Descrever as diferenças semânticas e morfossintáticas entre a oração hipotática modal/condicional [[sem][falar]] e o OA de acréscimo [sem falar];
- b) Aferir a produtividade da sequência *sem + falar* como subpartes da oração hipotática modal/condicional [[sem][falar]] e do OA de acréscimo [sem falar], ao longo do tempo;
- c) Verificar a hipótese de que [sem falar] tem como origem [[sem][falar]];
- d) Comparar os usos de [sem falar] com outros elementos do domínio das relações aditivas.

3. Resultados

Para uma apresentação mais clara dos resultados, dividimos esta seção em quatro subseções, uma para cada um dos objetivos delineados ao final da seção *procedimentos metodológicos*.

3.1. Diferenças semânticas e morfossintáticas entre [[sem][falar]] e [sem falar]

Segundo Hopper e Traugott (1993), é relativamente comum que, no processo de mudança linguística – como nos casos de gramaticalização, por exemplo –, haja a persistência de traços da categoria-fonte. Em se tratando do uso do OA [sem falar], por exemplo, podemos ter a impressão de que estamos, ainda, diante de uma oração hipotática adverbial modal ou condicional. No entanto, há diferenças semânticas e, sobretudo, morfossintáticas entre os dois usos. Para tratar dessas diferenças, observemos, inicialmente, três ocorrências:

- (03) O PAN Madeira continuará a apresentar as suas ideias, *sem falar especificamente deste ou daquele partido, de modo sério*, negando-se às comuns “peixeiradas políticas” – sem promessas que não possamos cumprir, porque, como pessoas vulgares, é assim, e só assim que entendemos a política. Optamos por uma campanha sóbria, que se iniciará oficialmente a partir de 8 de setembro, em vez de a começarmos com 3 meses de antecedência, como alguns já o estão a fazer¹⁹.

¹⁹ Disponível em: https://www.jm-madeira.pt/opinioes/ver/2623/Camuflados_de_Verdinhos - Acesso em: 11 fev. 2024.

- (04) Mas é lógico que eu não poderia encerrar a crítica *sem falar novamente de Gafinho*. Além de representar a essência do filme, com sua crise de identidade entre ser brinquedo e ser lixo, entre ser o achado e o perdido, o trabalho de voz de Tony Hale é estupendo, daqueles que podem desde já figurar no panteão dos dubladores pela sua expressividade e evolução ao longo das sequências²⁰.
- (05) Eu não quero que se acabe o 25 de Abril. Porém, como todos os lugares-comuns, a ideia de uma revolução sem sangue só parcialmente é verdadeira. *Sem falar* nas mortes ocorridas durante o chamado PREC, o dia 25 de Abril é marcado pelo desaparecimento de cinco pessoas²¹.

Nas ocorrências (03) e (04), *sem falar* pode ser classificado, respectivamente, como uma subparte de uma oração hipotática adverbial modal e de uma oração hipotática adverbial condicional, ambas reduzidas de infinitivo. Na ocorrência (05), por sua vez, *sem falar* atua como um OA de acréscimo.

Sob um ponto de vista semântico, podemos entender que há uma dessemantização da preposição *sem*. Enquanto, no uso modal ou condicional, *sem* mantém seu sentido básico de negação, na medida em que a ação do verbo da oração hipotática não se realiza – e.g.: *apresentou suas ideias sem falar especificamente deste ou daquele partido* = *apresentou suas ideias E NÃO falou especificamente deste ou daquele partido*; *não poderia encerrar a crítica sem falar novamente no Gafinho* = *não poderia encerrar a crítica E NÃO falar novamente no Gafinho* –, e no emprego como OA, a ação do verbo é desenvolvida. Na ocorrência (05), por exemplo, quando o enunciador diz “*Sem falar nas mortes ocorridas durante o chamado PREC, o dia 24 de Abril é marcado pelo desaparecimento de cinco pessoas*”, ele acaba por citar, apresentar o argumento, do qual não iria tratar. Entendemos, portanto, que a ideia de negação se encontra esmaecida, pelo menos em algum nível. É como se dissessemos: *ALÉM DAS mortes ocorridas durante o chamado PREC, o dia 24 de Abril é marcado pelo desaparecimento de cinco pessoas*.

Dissemos, anteriormente, que o sentido de negação se encontra esmaecido “pelo menos em algum nível” porque entendemos que ele ainda pode ser recuperado em um segundo plano. Normalmente, quando o enunciador faz uso desse tipo de construção, como a do caso em tela, é como se ele dissesse parafrasticamente: “eu apresentei tais argumentos, os quais são suficientes para ratificar minha visão dos fatos, sem para isso precisar falar sobre Y”. Sendo assim, ele espera, na maioria das vezes, que seu enunciatário complete as eventuais lacunas deixadas por esse último argumento com base em seu próprio repertório, isto é, que o enunciatário pense, por exemplo, quais seriam essas mortes ocorridas durante o chamado PREC a que ele se refere.

Enquanto o critério semântico é pouco preciso para justificar a diferença entre as duas categorias – o uso modal/condicional e o de operador argumentativo –, o morfossintático é mais categórico.

²⁰ Disponível em: <https://www.planocritico.com/critica-toy-story-4-sem-spoilers/> - Acesso em: 11 fev. 2024.

²¹ Disponível em: https://www.dn.pt/edicao-do-dia/30-jun-2019/interior/25-de-abril-a-revolucao-que-nao-foi-assim-tao-branda-11056529.html?target=conteudo_fechado – Acesso em: 11 fev. 2024.

O escopo da oração hipotática adverbial modal/condicional é sempre o verbo da oração matriz. Na ocorrência (03), observamos que *sem falar* refere-se diretamente à locução verbal *continuará a apresentar*; e, em (04), à locução verbal *poderia encerrar*. Tais orações representam, portanto, acessórios do verbo da oração matriz. Na ocorrência (05), por sua vez, isso não ocorre. *Sem falar* não tem como escopo a locução verbal *é marcado* da oração que lhe sucede. Se voltarmos às ocorrências (01) e (02), também observaremos o mesmo fenômeno: em (01), *sem falar* não retoma o verbo *haver*; em (02), não recupera nenhum dos verbos que lhe antecedem na oração matriz: nem *ser*, nem *brincar*, nem *referir-se*. Na verdade, *sem falar*, na condição de OA, não escopa os verbos nem nenhum outro elemento linguístico da superfície linguística. Ele está ali para estabelecer uma relação discursiva mais ampla, de orientação metalinguística, relativa à inclusão de novos argumentos convergentes, de onde decorre a noção de acréscimo.

Um outro tipo de diferença morfossintática que identificamos em [sem falar], em comparação a [[sem][falar]] está associado ao tipo de vinculação. Como veremos mais detalhadamente na próxima subseção, dos 200 dados sincrônicos levantados da sequência *sem + falar*, 97 ocorrências apresentam a função de OA de acréscimo. Desse número, 43 são estruturas desgarradas. Como ilustração, podemos observar as ocorrências (06) e (07), a seguir:

- (06) A história, que mescla ficção científica, mitologia e space opera (e criada nos quadrinhos pela lenda Jack Kirby), seria a coroação definitiva à nova fase estelar de Keanu. *Sem falar* no que isso traria de bom à própria Marvel, que vem apostando mais e mais em conteúdo viral com suas novas estrelas²².
- (07) Aquele galho (sem trocadilhos) dos tempos do colégio vira namoro e depois casamento. O que seria terrível: a Gracinha ficou gorda e (mais uma vez, sem trocadilhos) perdeu completamente a graça. *Sem falar* nos cinco meninos que ela teve. Tá certo que se casou com um crente, que não admitia anticoncepcional²³.

Cabe ressaltar que Decat (2011) descreve as orações hipotáticas desgarradas como a possibilidade de elas constituírem sozinhas unidades de informação, sem estarem, portanto, vinculadas sintaticamente com a matriz. Por isso, estruturas desgarradas não atuam como um constituinte de uma oração matriz. É o que observamos nas ocorrências (06) e (07), haja vista a presença de uma ruptura sintática, pela presença de um novo período, entre [sem falar] e a sua “eventual” oração matriz.

É interessante destacar quão expressiva é a produtividade do desgarramento sintático nos dados, que chega aproximadamente a 45% das ocorrências em que [sem falar] atua como OA. O mesmo fenômeno já não ocorre nos casos em que atua como oração hipotática modal ou condicional. Como veremos na próxima subseção, identificamos 71 usos como oração hipotática modal ou condicional nos dados. Desse total, não há nenhum caso de desgarramento sintático.

²² Disponível em: <https://entretenimento.uol.com.br/noticias/redacao/2019/06/12/que-ano-horri-vis-que-nada-2019-e-o-ano-de-keanu-reeves.htm> - Acesso em: 11 fev. 2024.

²³ Disponível em: https://www.acidadeon.com/campinas/blogs/bulhufas/BLOG,0,0,1429461,blog++_ramificando.aspx - Acesso em: 11 fev. 2024.

Acreditamos que a produtividade do uso desgarrado esteja associada à mudança funcional de [sem falar]. De um lado, ao começar a utilizar a função de OA de acréscimo, os falantes, por meio de analogia, associam-no a outros operadores de natureza hipotática, como *além de*, *além disso*, *ademais*, entre outros, que com frequência são empregados como unidades de articulação supraoracional. De outro, a veiculação da noção de acréscimo/adição, normalmente decorre de conteúdos que estão menos integradas semanticamente entre si (diferentemente das noções de modo e/ou condição).

Por fim, retomemos a motivação que nos levou a categorizar [sem falar] como sendo um OA, e não meramente um conectivo ou conector, conforme abordamos inicialmente na introdução deste artigo. Como sabemos, a tradição gramatical costuma relegar à classe dos conectivos, como preposições e conjunções, a função de relacionar unidades discursivas (em especial, as de nível suboracional e oracional). No entanto, entendemos que estamos diante de uma construção que resguarda parte dos traços da categoria-fonte. Como um todo, ela apresenta características muito próximas às orações hipotáticas adverbiais modais reduzidas de infinitivo, com a preposição *sem* introduzindo uma unidade de informação e com o verbo *falar* exigindo um complemento, geralmente preposicionado. Os conectores, por sua vez, são normalmente construções mais gramaticalizadas ou em vias mais avançadas de gramaticalização.

Sob esse ponto de vista, o conceito de operador argumentativo parece-nos mais adequado. Pertencente à Semântica Argumentativa (cf. Ducrot, 1973; Ducrot; Vogt, 1979; Ducrot; Anscombe; Ducrot, 1983), os OAs não têm uma classe gramatical específica.

Os OAs exercem algumas outras funções. Eles podem, por exemplo, atuar sobre um termo oracional específico, como no segmento “eu *até* quero ser prefeito”, em que o OA *até* condiciona a progressão argumentativa do texto, na medida em que exige que sua continuidade se dê por meio de uma unidade discursiva de contraste – e.g.: “eu *até* quero ser prefeito, **mas** não vou me filiar a esse partido de jeito nenhum”. Em síntese, os OAs se caracterizam como elementos que incidem sobre a configuração dos *topoi*, determinando ou restringindo a progressão argumentativa do texto (Lopes; Bittencourt; Boechat, 2024, p. 95-96)

Como ilustração, pensemos na noção de conclusão. As gramáticas descritivas, via de regra, listarão uma série de conectivos, que formam uma classe de palavras gramaticais altamente especializadas para esse fim, como: *portanto*, *logo*, *por conseguinte* etc. A Semântica Argumentativa, por sua vez, considerará que a noção de conclusão, na relação entre unidades de informação (suboracionais, oracionais ou supraoracionais), pode ser expressa também por outras classes, como, por exemplo, uma expressão adverbial complexa menos gramaticalizada – e.g.: *com base nos argumentos expostos* –, uma oração – e.g.: *para concluir* – etc. Dessa maneira, entendemos que [sem falar], a despeito de ter uma estrutura distinta da de outros conectores hipotáticos, concorre para o uso em contextos análogos.

3.2. Produtividade de [[sem][falar]] e [sem falar] ao longo do tempo

Tabela 1: Distribuição dos usos diacrônicos de *sem + falar*

	O.H.A ²⁴ . Modal	O.H.A. Condicional	OA de acréscimo (integrado)	Dados descartados
Século XVI	16 (100%)	-	-	-
Século XVII	09 (100%)	-	-	-
Século XVIII	13 (100%)	-	-	-
Século XIX	21 (87,5%)	-	03 (12,5%)	-
Século XX	22 (57,89%)	01 (2,63%)	13 (34,21%)	02 (5,26%) ²⁵
Totais	81 (81%)	01 (1%)	16 (16%)	02 (2%)

Fonte: Elaboração dos autores.

Na investigação diacrônica, as primeiras ocorrências da sequência de palavras *sem + falar*, nos *corpora* investigados, datam do século XVI. Entre os séculos XVI e XVIII, todos os usos identificados nos *corpora* foram modais. Somente no século XIX, flagramos os primeiros usos do OA de acréscimo. Vejamos uma ocorrência para cada um dos séculos, sendo as três primeiras modais; as duas últimas de acréscimo:

- a) Século XVI
 - (08) “Senhor, que vossa alteza seja a mesma justiça como o feito he convosco vos soes parte”; e elrey com payxam passeou hum pouco polla casa *sem falar* nada²⁶.
- b) Século XVII
 - (09) Finalmente, determinou-se o santo a os reder por força, rcorrendo às suas armas, e *sem falar* a um no outro, nem trazer à memória a questão, afeiçoou e persuadiu a cada um em particular que fossem devotos²⁷.
- c) Século XVIII
 - (10) Basta, ao princípio, saber as declinações e conjugações, *sem falar* nos dialectos²⁸.
- d) Século XIX
 - (11) Quase todos estavam contrariados; *sem falar* dos conspiradores que se haviam emprazado para concertarem seu plano de campanha, os outros, cujo divertimento era caçar e bater os matos, não recebiam a ordem com prazer²⁹.

²⁴ O.H.A é uma sigla para *oração hipotática adverbial*.

²⁵ Optamos por descartar dois dados em que *sem* fazia parte de uma construção concessiva: *ainda sem falar*, *mesmo sem falar*.

²⁶ Vercial: Livro das Obras Prosa: historia GR 1545.

²⁷ Vercial: Sermões Maria Rosa Mística: sermão AV 1686.

²⁸ Tycho Brahe: LuiAVer – Verdadeiro Método de Estudar- 109631.

²⁹ Colônia: JosdAle-O_Guarani-5124.

e) Século XX

- (12) A parte mais interessante da sua mensagem, *sem falar* nas fascinantes evocações históricas que ela contém, é talvez a em que há uma ponderada advertência contra os perigos do nacionalismo.

Em relação à tabela 1, é interessante observar a distribuição dos usos de [sem falar] em relação a [[sem][falar]], dado que há um aumento de produtividade no século XX em comparação ao século anterior: 12,5% de usos como operador argumentativo integrado³⁰ no século XIX contra 34,21% no século XX. Vejamos, agora, como essa distribuição ocorre no século XXI:

Tabela 2: Distribuição dos usos sincrônicos de *sem + falar* (século XXI)

O.H.A. Modal	O.H.A. Condicional	OA de acréscimo (integrado)	OA de acréscimo (desgarrado)	Dados descartados
57 (28,5%)	14 (7%)	54 (27%)	43 (21,5%)	32 (16%)
O. H. A Modal ou Condicional		OA de acréscimo (integrado ou desgarrado)		
71 (35,5%)		97 (48,5%)		

Fonte: Elaboração dos autores.

Como podemos notar, há um aumento considerável na produtividade de [sem falar] no século XXI, representando quase 50% de todos os usos de *sem + falar* no *corpus*. Além disso, somente neste período, flagramos os usos desgarrados, também bastante produtivos (43 de 97 ocorrências). Tais informações servem como evidência da alta convencionalidade da construção, isto é, indicam que essa nova função e esse novo significado já estão devidamente semanticizados na língua. Com base em Traugott e Dasher (2002), podemos afirmar que a construção passou do estágio 1 ($L \rightarrow M1 \leftrightarrow Ca$) para o estágio 2 ($L \rightarrow M1 \leftrightarrow Ca; M2 \leftrightarrow Cb$).

3.3. Hipótese sobre a emergência de [sem falar]

Traugott e Trousdale (2013) elaboraram o modelo da construcionalização e das mudanças construcionais para a descrição da mudança linguística em perspectiva diacrônica. Segundo os autores, há dois mecanismos principais responsáveis pela mudança linguística: a neoanálise e a analogização. A primeira se dá quando a mudança decorre de uma série de micropassos, os quais afetam as propriedades formais e funcionais de uma dada construção, resultando em uma nova. Mudanças por neoanálise normalmente são lentas e graduais. Podem levar séculos até que uma nova construção se convencionalize e seja compartilhada em uma ampla comunidade de falantes. A segunda, por sua vez, ocorre usualmente de forma instantânea, com base em construções altamente produtivas, que servem de modelo para a criação de novas. Um bom exemplo de analogização no português é a entrada de

³⁰ O termo *integrado* é utilizado aqui para diferenciar ao contexto de desgarramento. Sendo assim, operadores argumentativos integrados coocorrem no mesmo período da oração matriz.

verbos por empréstimo. Normalmente, entram na 1ª conjugação, que é a forma assumida pela grande maioria dos verbos portugueses: *to delete* → *deletar*; *to stalk* → *estalquear*; *to ship* → *shipar* etc. As mudanças que decorrem da ação da neoanálise são mais facilmente captadas, haja vista que os dados históricos nos permitem identificar os diferentes estágios da mudança. Tais estágios podem ser tratados pelo modelo de análise contextual de Diewald (2006, p. 4):

Quadro 1: Estágios de Mudança

Estágio	Contexto	Sentido/Função
0. Uso original	Contexto típico	
I. Pré-condições de gramaticalização	Contextos atípicos	Implicatura conversacional
II. Desencadeamento da gramaticalização	Contexto crítico	Opacidade múltipla
III. Reorganização e diferenciação	Contexto isolado	Polissemia/heterossemia

Fonte: Diewald (2006, p. 4) – Adaptado.

O primeiro estágio de mudança (I) se caracteriza pela presença de um uso inovador. É o contexto da inferência sugerida (cf. Traugott; Dasher, 2002), em que o ouvinte/leitor, em virtude de uma sanção parcial ou de uma incompatibilidade do uso inovador com os usos daquela construção registrados em sua memória, precisa atribuir-lhe um novo sentido, de modo a tornar o enunciado coerente com aquilo que acredita representar as intenções do falante. O segundo estágio representa uma fase de maior espraiamento do novo uso, em que há ambiguidade não só semântica, mas também estrutural. O último estágio representa a consolidação da mudança, quando falante/escritor, bem como ouvinte/leitor, reconhecem que os dois usos configuram duas construções distintas. Uma vez que normalmente é possível detectar, ao longo da história, as etapas de desenvolvimento de uma nova construção, a neoanálise pode ser tomada como uma evidência empírica de como se deu a trajetória da mudança.

Não obstante, o mesmo raciocínio não vale para a analogização. Por ser um procedimento usualmente instantâneo, normalmente julgamos que uma mudança se deu por meio desse mecanismo em decorrência de dois fatores: de sua semelhança formal e funcional com uma outra construção de elevada produtividade; em decorrência da falta de evidências da existência de etapas de mudança. Por esse motivo, costumamos afirmar que a analogização não serve como prova cabal de como se deu o processo. Ela pode representar a hipótese mais plausível, mas não necessariamente uma prova. Muitas vezes, inclusive, a inexistência de dados que deflagrem as etapas da neoanálise está associada à insuficiência do *corpus*, e não aos fatos linguísticos em si.

Em se tratando de [sem falar], a hipótese inicial, como vimos, era a de que a construção tivesse se originado da neoanálise de [[sem][falar]], em que o mecanismo da inferência sugerida – relativa aos processos intersubjetivos –, teria levado à reinterpretação semântica, bem como à recategorização. No entanto, após a análise dos dados, julgamos ser mais plausível defender que o novo uso tenha surgido por meio de analogização a uma outra construção semelhante: [sem contar]. Essa, sim, teria passado pelos estágios de neoanálise, se consolidado como um OA de acréscimo e, posteriormente, por meio de analogização, passado a recrutar verbos *dicendi*, como *falar*, *mencionar*, *dizer* etc.

Nos estudos diacrônicos, percebemos que [sem contar] já apresenta seu uso como OA de acréscimo a partir do século XVIII. Veja:

- (13) Na noite de 16 para 17 as 10 horas morreu de 68 anos feitos a 17 de outubro a Duquesa do Cadaval de uma constipação por haver estado ao ar frio que em três dias a matou não fez testamento dizem que por não fazer dano as legítimas filhas se as renúncias não valerem e tinha segundo se diz vinculado no morgado a sua terça e deixou 39 descendentes *sem contar* os bastardos do Duque Dom Jaime e 12 famílias anojadas (...) ³¹.
- (14) Há, pelo menos, 125 expositores na classe dos cereais, 80 na de grassinos, 75 na de legumes, 21 na de condimentos, 123 na de bebidas fermentadas, *sem contar* os produtos coloniais ³².

Em (13) e (14), o OA de acréscimo é constituído de duas partes: a preposição *sem* e o verbo numérico, de natureza matemática *contar*, forma homônima do verbo *dicendi*. Os primeiros usos que localizamos nos *corpora* ³³ são todos dessa natureza, em que é possível identificar um contexto numérico no entorno linguístico do OA.

Posteriormente, essa construção começa a ocorrer em contextos em que a evocação de um valor numérico é menos evidente, como ocorre em (15) e (16):

- (15) O moço deixava-se ir indolentemente, *sem contar* os benefícios do ar ³⁴.
- (16) O projecto da viagem excitou a indignação dos ulemás e dos fanáticos, *sem contar* a oposição interessada dos altos funcionários que vivem dos abusos do regime vigente, e que receiam que o sultão regresse da sua excursão com ideias novas, fatais à má influência ³⁵.

Acreditamos que esse último tipo de contexto suscitou um tipo de analogia: *contar*, em (15) e (16), não é o verbo numérico, mas, sim, o verbo *dicendi* que é homônimo a ele. Isso favoreceu que outros verbos *dicendi* – tais como *dizer*, *explicar*, *mencionar* etc. – fossem recrutados para a mesma estrutura por meio de um processo analógico: *sem contar* está para *sem falar*, assim como *contar* está para *falar*. Em suas pesquisas, Lopes e Moura (2022, p. 245) demonstram que outros verbos *dicendi* são recrutados para esse uso de operação argumentativa de acréscimo, sendo *contar* e *falar* os mais frequentes.

Essa conclusão a que chegamos – mais adequadamente chamada de nossa melhor hipótese sobre a emergência de [sem falar] – se deve a não termos identificado, nos dados diacrônicos da

³¹ Tycho Brahe: FraXMen-Gazetas_manuscritas_da_Biblioteca_de_Évora_Vol_I (1729-1731).

³² Vercial: Colaboração no Distrito de Évora Prosa: Ensaio EQ 1868.

³³ Os corpora diacrônicos utilizados para [sem contar] foram os mesmos empregados para [sem falar].

³⁴ Vercial: Noites de Lamego Prosa: contos CCB 1872.

³⁵ Tycho Brahe: Varios-Jornais_da_Bahia (1945-1948)-133276.

análise de *sem + falar*, em seus diferentes usos, contextos que nos sirvam como evidência do processo de neoanálise. Isto é, não identificamos contextos modais ou condicionais que suscitassem dúvidas quanto à classificação. Os dados ou se incluíam em uma categoria ou em outra, o que nos levou a formular a hipótese da analogização e de como ela deve ter se dado na história do português, a partir da semelhança com [sem contar], cujo surgimento é atestado no *corpus*, no século XVIII, isto é, um século mais cedo em relação a [sem falar].

3.4. O lugar de [sem falar] no domínio das relações aditivas

No domínio das relações aditivas, há recursos linguísticos variados. Nesta seção, compararemos o uso de [sem falar] com o das seguintes construções: a conjunção aditiva prototípica [e], bem como o conector hipotático aditivo de extensão [além de]. Embora reconheçamos que haja diferenças não só funcionais como também formais entre essas construções, nosso foco recairá, especialmente, sobre as diferenças funcionais.

Em um primeiro momento, gostaríamos de justificar por que escolhemos o termo *acrécimo* para a classificação semântica de [sem falar], e não *adição*. Na literatura gramatical e linguística (cf. Cunha; Cintra, 2017; Rocha Lima, 2018), é relativamente comum que se associe a noção de adição diretamente ao quadro da parataxe, em que a vinculação ocorre entre elementos da mesma natureza. Em linhas gerais, a parataxe lida com relações semânticas mais simétricas. Por sua vez, tanto [além de] quanto [sem falar] operam no campo da hipotaxe. Nesse sentido, há naturalmente um diferente estatuto entre as orações vinculadas por esses elementos: os argumentos, por estarem em uma relação de assimetria, o foco discursivo cai sobre um dos elementos. Portanto, para diferenciar essas duas relações, reservamos o termo *adição* para a parataxe; *acrécimo* para a hipotaxe. Para observar essa diferença, analisemos as seguintes frases:

- a) Ontem, fiz musculação **e** *spinning*;
- b) Ontem, **além de** musculação, fiz *spinning*;
- c) Ontem, fiz musculação. **Além** disso, fiz *spinning*.

Em *a*, a simetria estabelecida entre musculação e *spinning* coloca-os no mesmo estatuto morfossintático e pragmático. Considerando-se a estrutura da informação (cf. Chafe, 1979), pode-se dizer que tanto musculação quanto *spinning* representam a informação nova dentro desse enunciado. Por sua vez, em *b*, musculação ocorre dentro de uma estrutura de informação velha. Muito provavelmente, o enunciatário da frase *b* já compartilha do conhecimento de que o enunciador pratica musculação. No caso, a informação nova, diferente, é a prática de *spinning*, que exatamente por ser nova, está em relevo na frase. Por fim, em *c*, os dois elementos, que aparecem em períodos distintos, têm o estatuto de informação nova. No entanto, o relevo informativo recai sobre o segundo elemento: *spinning*.

Estruturalmente, [sem falar] está mais próximo a [além de], dado que as duas construções são de natureza hipotática, em que o relevo da informação recai apenas sobre um dos argumentos. No entanto, muito embora ambas as construções sejam usualmente alternáveis – inclusive, promovemos, ao longo deste texto, testes de substituição de uma forma pela outra para atestar sua compatibilidade funcional –, elas apresentam algumas diferenças³⁶. Como ilustração, analisemos três ocorrências:

- (17) A maioria das escolas brasileiras ainda opta pela reprovação. Elenice Lobo, do Colégio Santo Américo, em São Paulo, acredita no modelo. “As consequências negativas da retenção não dão conta da realidade. Se o aluno é retido, ele tem defasagem de conteúdo. Apesar do desconforto nos primeiros dias de aula, ao longo do ano ele resgata aquilo que lhe faltava e tem um desempenho acadêmico melhor”, afirma. Para minimizar os efeitos colaterais, a escola investe na integração do reprovado com a nova classe, *além de esclarecer dúvidas com pais e pedir esforço redobrado do professor*³⁷.
- (18) De acordo com o professor da Escola de Arte, Ciências e Humanidades da USP, Sidnei Raimundo, o principal problema é o dejetos, que pode transmitir a larva *Migrans cutânea*, mais conhecida como bicho geográfico. As fezes também podem propagar doenças a outros animais, *sem falar* na transmissão de raiva, caso o cão não esteja devidamente vacinado³⁸.
- (19) Isso significa dizer que zerar o déficit atual demandaria R\$ 21,4 bilhões e 360 novas unidades prisionais, *além de* mais vagas futuras no ritmo atual, até 2025, *sem falar* nos custos de manutenção. Nada disso, contudo, é objeto de um debate nacional³⁹.

Em (17), temos uma ocorrência analisada por Rosário e Santos (2020) em um artigo voltado para a descrição do conector *além de*. Nela, o enunciador argumenta por que é favorável à reprovação escolar. Pondera que, como a reprovação é uma situação frustrante para a família e para o aluno, devem-se minimizar os efeitos colaterais por meio de duas ações: a) investir na integração do reprovado com a nova classe; b) esclarecer dúvidas com pais e pedir reforço redobrado do professor. Segundo Rosário e Santos (2020, p. 54), o uso de *além de*, na introdução do segundo argumento, “não é gratuito nem ‘neutro’”. Para os autores (op. cit.), “há uma estratégia para chamar a atenção do leitor e também convencê-lo de que a escola é eficiente e faz muito mais do que o essencial: ela excede o esperado”. Por atribuírem esse sentido de excedência não apenas nesse uso, mas aos usos gerais de *além de*, consideram que o acréscimo promovido pelo conector está associado a uma noção de “ultrapassamento”.

³⁶ Sob a perspectiva da Abordagem Construcional da Gramática, toda diferença de forma resulta em alguma diferença funcional, seja semântica, seja pragmática – ver *princípio da não sinonímia* (cf. Goldberg, 1995).

³⁷ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/educacao/reprovacao-nas-escolas-e-o-melhor-caminho> - Acesso em: 12 fev. 2024.

³⁸ Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Colunas/planeta-bicho/noticia/2019/06/movimento-pela-liberacao-de-caes-nas-praias-brasileiras-ganha-forca.html> - Acesso em: 12 fev. 2024.

³⁹ Disponível em: <https://opinioao.estadao.com.br/noticias/espaco-aberto,nos-cumpridos-do-crime-organizado,70002859679>. Acesso em: 12 fev. 2024.

Em (18), temos uma matéria jornalística que trata de um movimento para a permissão de cães na praia das grandes capitais. No trecho, temos a ponderação de um professor da USP, que fala da propagação de doenças em decorrência da presença de cães na areia. Em síntese, há perigos para os seres humanos, que podem contrair bicho geográfico, mas também para os cães, no que diz respeito à transmissão de raiva. Nessa ocorrência, [sem falar] ocorre na introdução desse último argumento. Assim como no uso de [além de], a escolha de [sem falar] não é neutra. A ideia subjacente que enxergamos em seu emprego – com base na persistência dos traços semânticos dos elementos –, é a de que o(s) argumentos(s) apresentados anteriormente já é (são) suficiente(s) por si só(s). Nesse sentido, trata-se de um argumento excedente, isto é, um argumento de lambuja (cf. Koch, 2004), conforme argumentamos previamente.

Um outro aspecto que é relativamente presente nas ocorrências de [sem falar] está relacionado a sua posição. Normalmente, esse operador introduz o último argumento de uma sequência, que não tende a ser promovido a tópico discursivo no fluxo textual, exatamente porque a intenção do enunciador por trás de seu uso está em “jogá-lo” no discurso, sem precisar desenvolvê-lo com mais detalhes. É o que observamos em (19), em que o enunciador apresenta inicialmente dois argumentos de natureza mais específica – os R\$ 21,4 bilhões, as 360 novas unidades prisionais e o aumento de vagas futuras – e depois introduz, por meio de [sem falar], um de natureza vaga e genérica: os custos de manutenção. Nesse caso, não se especifica que gastos são esses, se são baixos, adequados ou altos. O contexto dá a entender que sejam altos, mas esse entendimento fica a cargo do enunciatário.

Como podemos notar, as diferentes construções do domínio da adição codificam essa noção de modo distinto. Por meio de sua análise contextual, é possível depreender os processos intersubjetivos – o sistema de crenças e intenções dos enunciadores – implicados nos diferentes usos.

Considerações finais

Neste artigo, buscamos descrever a emergência do operador argumentativo (OA) de acréscimo [sem falar] como oriunda da recategorização diacrônica da oração hipotática adverbial modal/condicional reduzida de infinitivo [[sem][falar]]. Para isso, recorreremos aos pressupostos da Linguística Funcional Centrada no Uso, em especial aos estudos relativos à ação da intersubjetividade e dos processos cognitivos gerais.

Com base na análise de 301 ocorrências da sequência de *sem + falar* em *corpora* diversificados (tanto sincrônicos quanto diacrônicos), diferenciamos essas duas construções. Concluimos, que a oração modal/condicional, em relação ao OA de acréscimo, apresenta diferenças morfossintáticas – no que diz respeito ao escopo de *sem falar* – e semânticas – dado que a noção de negação atribuída à preposição *sem* encontra-se esmaecida no OA.

Paralelamente, identificamos, nos *corpora*, que é provável que a emergência de [sem falar] tenha se dado no século XIX, dado que nesse século identificamos as primeiras ocorrências de uso. Também sustentamos a hipótese de que a construção tenha surgido por meio da analogização de [sem

contar], cujos usos com função de acréscimo datam de um século antes. Nosso entendimento é o de que, à medida que os falantes começam a empregar [sem contar] em um contexto não declaradamente numérico, esse verbo se confunde com sua forma *dicendi* homônima, fenômeno que acaba por promover sua analogização, por meio do recrutamento de outros verbos de mesma natureza, como *dizer*, *mencionar*, entre outros.

Por fim, apresentamos as diferenças funcionais de [sem falar] em relação a outras construções do domínio da adição. Concluímos que [sem falar] se difere funcionalmente das demais construções porque representa um argumento excedente – de lambuja –, geralmente não promovido a tópico discursivo, de natureza pouco específica, cujos sentidos devem ser acionados por parte do enunciatório, com base em seu próprio repertório.

Referências

- ALONSO, K. S. B.; OLIVEIRA, D. L.; FUMAUX, N. C. A. Construções binominais quantitativas em perspectiva distinta: uma análise colostrucional. *Revista Odisseia*, v. 4., pp. 173-193, 2019.
- ANSCOMBRE, J-C; DUCROT, O. *L'argumentation dans la langue*. Liège: Mardaga, 1983.
- BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BYBEE, J. *Language Change*. United Kingdom: Cambridge University Press, 2015.
- CHAFE, W. *Significado e estrutura linguística*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.
- CUNHA, C. E.; CINTRA, L. F. L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 7. ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora, 2017.
- DECAT, M. B. N. *Estruturas desgarradas em Língua Portuguesa*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.
- DIESSEL, H. *The Grammar Network*. How linguistic structure is shaped by language use. New York: Cambridge University Press, 2019.
- DIEWALD, G. Context types in grammaticalization as constructions. *Constructions*, SV1-9, 2006.
- DU BOIS, J. W. Competing Motivations. In: HAIMAN, J. (ed.). *Iconicity in Syntax*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1985.
- DUCROT, O. *La prevue et le dire*. Paris: Maison Mame, 1973.
- DUCROT, O.; VOGT, C. De magis a mais: uma hipótese semântica. *Revue de Linguistique Romane*, V. 1, pp. 317-340, julho-diciembre, 1979.
- GIVÓN, T. *Functionalism and Grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 1995.
- GOLDBERG, A. *A Construction Grammar Approach to Argument Structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

- HOPPER, P. On some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (eds.). *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1991, Vol I.
- HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- KOCH, I. G. V. *Argumentação e Linguagem*. São Paulo: Editora Contexto, 2004.
- LABOV, W. Building on empirical foundations. In: LEHMAN, W.; MALKIEL, Y. (ed.). *Perspectives in Historical Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 1982, pp. 17-82.
- LACERDA, P. F. A. C. O papel do método misto na análise de processos de mudança em uma abordagem construcional: reflexões e propostas. *Revista Linguística*, v. esp., pp. 83-110, 2016.
- LOPES, M. G.; BITTENCOURT, B. A. F.; BOECHAT, A. L. C. Usos do operador argumentativo ‘for a isso’ no português contemporâneo. *Revista Confluência*, n. 66, 2024, pp. 90-123.
- LOPES, M. G.; MOURA, S. C. [SEM Vdicendi QUE]: um conector hipotático de adição do português. *Revista Percursos Linguísticos*, v. 12, n. 30, pp. 245-255, 2022.
- NEVES, M. H. de M. *A gramática do português revelada em textos*. São Paulo: UNESP, 2018.
- ROCHA LIMA, C. H. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 54. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2018.
- ROSÁRIO, I. C. (org.). *Introdução à Linguística Funcional Centrada no Uso*. Teoria, método e aplicação. Niterói: Eduff, 2022.
- ROSÁRIO, I. C.; SANTOS, M. S dos. Construções hipotáticas oracionais aditivas de extensão. *Revista Estudos da Linguagem*, v. 18, n. 1, pp. 45-64, 2020.
- TANTUCCI, V. *Language and social minds. The Semantics and Pragmatics of Intersubjectivity*. New York: Cambridge University Press, 2021.
- TRAUGOTT, E. C.; DASHER, R. *Regularity in Semantic Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (ed.). *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins, 1991, Vol I.
- TRAUGOTT, E. C.; TROUSDALE, G. *Constructionalization and Constructional Changes*. New York: Cambridge University Press, 2013.

CONSTRUÇÕES CONCESSIVAS, ESCALARIDADE E INTERSUBJETIVIDADE: ANÁLISE CONTRASTIVA DE [AINDA QUE P, Q] E [MESMO QUE P, Q]

CONCESSIVE CONSTRUCTIONS, SCALARITY AND INTERSUBJECTIVITY: CONTRASTIVE ANALYSIS OF [AINDA QUE P, Q] AND [MESMO QUE P, Q]

Gabriela Silva Ribeiro¹

Lilian Vieira Ferrari²

RESUMO

Sob a perspectiva teórica da Linguística Cognitiva, este trabalho contrasta as construções concessivas [AINDA QUE P, Q] e [MESMO QUE P, Q] do português brasileiro em textos jornalísticos escritos. Com base em dados retirados do corpus do português (www.corpusdoportugues.br) e do Corpus NILC/ São Carlos (<https://www.linguateca.pt>), o objetivo é estabelecer a diferença semântico-pragmática entre as referidas construções (Goldberg, 1995). Para além da relação sintática de subordinação destacada pelas gramáticas tradicionais, estabelece-se a hipótese de que, em termos semânticos, ambas as construções sinalizam relações de incongruência entre P e Q, mas diferem pragmaticamente em relação às noções de factualidade e eventualidade, associadas à escalaridade (Dancygier e Sweetser, 2005). A escalaridade, por sua vez, está relacionada com a experiência social do falante, de modo que a relação causal estabelecida se enquadra na noção de Intersubjetividade Estendida (Tantucci, 2021). A análise preliminar das construções concessivas demonstra que as construções [AINDA QUE P, Q] e [MESMO QUE P, Q] se diferenciam, em termos pragmáticos, com base nas noções de factualidade e eventualidade, associadas à Postura Epistêmica (Fillmore, 1990a, b). Mais especificamente, a análise indica que a associação ou dissociação mental do falante pode estar relacionada ao evento descrito em P ou, ainda, à relação causal estabelecida entre P e Q.

PALAVRAS-CHAVE: Construções Concessivas. Escalaridade. Intersubjetividade. Postura Epistêmica.

ABSTRACT

From the theoretical perspective of Cognitive Linguistics, this work contrasts the concessive constructions [AINDA QUE P, Q] and [MESMO QUE P, Q] in Brazilian Portuguese journalistic texts. Based on data extracted from the Portuguese corpus (www.corpusdoportugues.br) and the NILC/ São Carlos corpus (<https://www.linguateca.pt>), the goal is to establish the semantic-pragmatic difference between the mentioned constructions (Goldberg, 1995). Beyond the syntactic subordination relationship highlighted by traditional grammars, the hypothesis is established that, in semantic terms, both constructions signal incongruence between P and Q but differ pragmatically in relation to the notions of factuality and eventuality, associated with scalarity (Dancygier and Sweetser, 2005). Scalarity, in turn, is related to the speaker's social experience, so the established causal relationship fits into the notion of Extended Intersubjectivity (tantucci, 2021). The preliminary analysis of concessive constructions demonstrates that the constructions [AINDA QUE P, Q] e [MESMO QUE P, Q] differ based on the notions of factuality and eventuality associated with Epistemic Stance (Fillmore, 1990a, b). More specifically, the analysis indicates that the mental association or dissociation of the speaker can be related to the event described in P or, alternatively, to the causal relationship established between P and Q.

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), gabrielaribeiro@letras.ufrj.br, <https://orcid.org/0000-0003-1801-9212>.

² Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), lilianferrari@letras.ufrj.br, <https://orcid.org/0000-0001-7808-4425>.

KEYWORDS: Concessive Constructions, Escalariety, Intersubjectivity, Epistemic Stance.

1. Introdução

Este trabalho contrasta as construções concessivas [AINDA QUE P, Q] e [MESMO QUE P, Q] do português brasileiro, com base em dados de uso retirados do *corpus* do português (www.corpusdoportugues.br) e do *corpus* NILC/São Carlos (<https://www.linguateca.pt>). A análise adota a perspectiva teórica da Linguística Cognitiva e, mais especificamente, da Teoria dos Espaços Mentais (Fauconnier, 1994, 1997) e da Gramática de Construções Cognitiva, levando em conta o Princípio de Não-Sinonímia (Goldberg, 1995). O objetivo é analisar as características semântico-pragmáticas dessas construções, relacionando as noções de escalaridade (Dancygier e Sweetser, 2005), intersubjetividade (Tantucci, 2021) e postura epistêmica (Fillmore, 1990 a, b).

O artigo está organizado em três seções principais. Na seção 2, apresentam-se os pressupostos teóricos, detalhando-se o Princípio de Não-sinonímia e os conceitos de postura epistêmica, escalaridade e intersubjetividade. A seção 3 enfoca a metodologia, explicitando a origem dos dados, o tipo de análise, os objetivos e hipóteses da pesquisa. Na seção 4, a análise destaca que as construções [AINDA QUE P, Q] e [MESMO QUE P, Q] constroem espaços que estabelecem relações causais incongruentes, apresentando, em Q, uma consequência inesperada em relação a P, que, por sua vez, representa o ponto máximo de uma escala. Por outro lado, as construções diferem quanto à postura epistêmica, na medida em que [AINDA QUE P, Q] expressa postura epistêmica positiva (factualidade), enquanto [MESMO QUE P, Q] sinaliza postura epistêmica neutra ou negativa, indicando a potencialidade ou não-factalidade de P.

2. Pressupostos teóricos

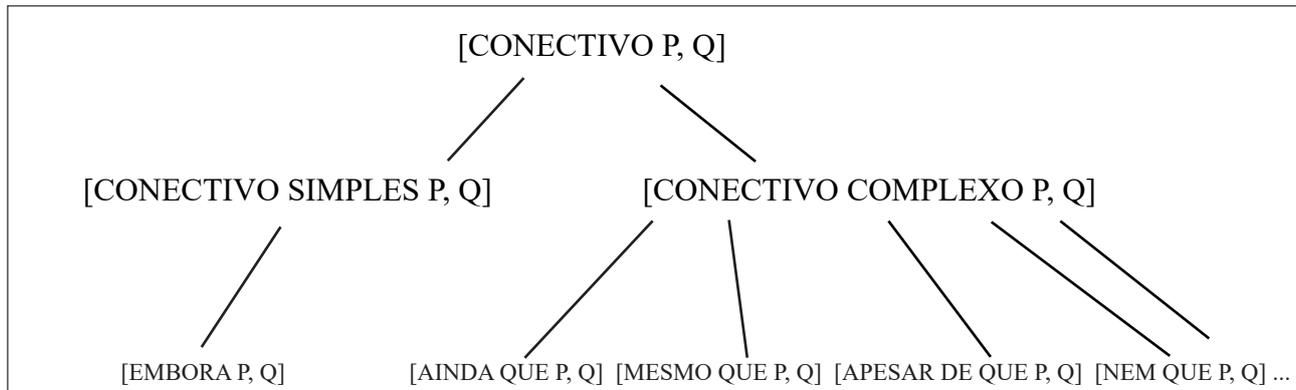
Nesta seção, a base teórica que fundamenta o trabalho é detalhada. Inicialmente, um panorama geral da rede de construções concessivas é apresentado, destacando-se o papel do Princípio de Não-Sinonímia na relação entre as construções concessivas analisadas. Na seção 2.2, a noção de Postura Epistêmica, proposta inicialmente por Fillmore (1990a, b) é enfocada. A seção 2.3 resume a proposta de Dancygier e Sweetser (2005), baseada na Teoria dos Espaços Mentais, para descrever relações entre espaços mentais em concessivas iniciadas por *even if* (“mesmo que/ainda que”) em inglês. Por fim, o modelo de intersubjetividade proposto por Tantucci (2021) e, mais especificamente, a noção de intersubjetividade estendida, é retomado e relacionado às construções concessivas sob estudo.

2.1. Construções Concessivas e Princípio de Não-Sinonímia

No português brasileiro, as construções concessivas [CONNECTIVO P, Q] são constituídas por uma cláusula subordinada iniciada por conjunção concessiva e uma cláusula principal. A conjunção da cláusula subordinada, por sua vez, pode ser instanciada por um item morfossintaticamente simples,

como “embora”, ou itens morfossintaticamente complexos, tais como “ainda que”, “mesmo que”, “apesar de que”, “nem que”, etc. A rede de construções concessivas pode ser assim representada:

Figura 1: Rede de Construções Concessivas.



Fonte: Elaboração das autoras.

Tomando por base o Princípio de Não-Sinonímia (Goldberg, 1995), que estabelece que se duas construções forem sintaticamente distintas e semanticamente semelhantes, então serão pragmaticamente distintas, é possível estabelecer a hipótese de que as diferentes instanciações da construção concessiva apresentam diferenças pragmáticas. Em estudo anterior (Ferrari; Ribeiro, 2022), foram contrastadas a construção [Embora P, Q] e a condicional concessiva [Se P, Q]³, destacando-se que a primeira indica postura epistêmica positiva, enquanto a segunda indica postura epistêmica neutra ou negativa por retomar uma fala reportada no discurso antecedente.

O presente trabalho, por sua vez, enfoca as instanciações [AINDA QUE P, Q] e [MESMO QUE P, Q], com base na hipótese de que ambas indicam a concessividade e escalaridade. Por outro lado, considerando-se o Princípio de Não-Sinonímia, as semelhanças semânticas e diferenças pragmáticas entre ambas serão analisadas, com base nas noções de postura epistêmica, intersubjetividade e escalaridade.

2.2. A noção de postura epistêmica

A noção de postura epistêmica foi inicialmente proposta por Fillmore (1990 a, b) para contrastar construções condicionais e temporais. Observemos a diferença entre os seguintes exemplos:

³ Vale destacar que a condicional concessiva iniciada por “se”, em português, ocupa posição limítrofe entre as construções condicionais e as construções concessivas, apresentando características de ambas (ex. Se ele é inteligente, não é educado). Como destacam Ferrari e Ribeiro (2022), o uso dessas construções está relacionado ao grau de comprometimento do falante em relação ao evento descrito na cláusula subordinada P. No caso da condicional concessiva, o falante apenas retoma o discurso de outrem, não se compromete com a verdade de P. Já na concessiva prototípica iniciada por “embora” (ex. Embora ele seja inteligente, não é educado), o falante apresenta seu próprio ponto de vista, adotando postura epistêmica positiva em relação à cláusula subordinada (isto é, o falante acredita na factualidade de P).

- (1) Quando o rapaz decidir fazer o Enem, vai ter que estudar muito.
- (2) Se o rapaz decidir fazer o Enem, vai ter que estudar muito.
- (3) Se o rapaz decidisse fazer o Enem, teria que estudar muito.

Na construção temporal, ilustrada no exemplo (1), o falante adota postura epistêmica positiva, estabelecendo associação mental com o evento descrito na prótase, de modo a considerá-lo uma descrição de um estado de coisas real (“o rapaz decidir fazer o Enem”). Já nas construções condicionais, nos exemplos (2) e (3), o falante adota postura epistêmica neutra e negativa, respectivamente. O exemplo (2) indica que o falante não se identifica com P (“o rapaz pode ou não decidir fazer o Enem”), nem com não-P (“o rapaz não decidir fazer o Enem”), isto é, o falante mantém neutralidade em relação à possibilidade de que um determinado rapaz faça o Enem. O exemplo (3), por sua vez, indica postura epistêmica negativa, sugerindo que o falante não acredita que o rapaz decida fazer o Enem.

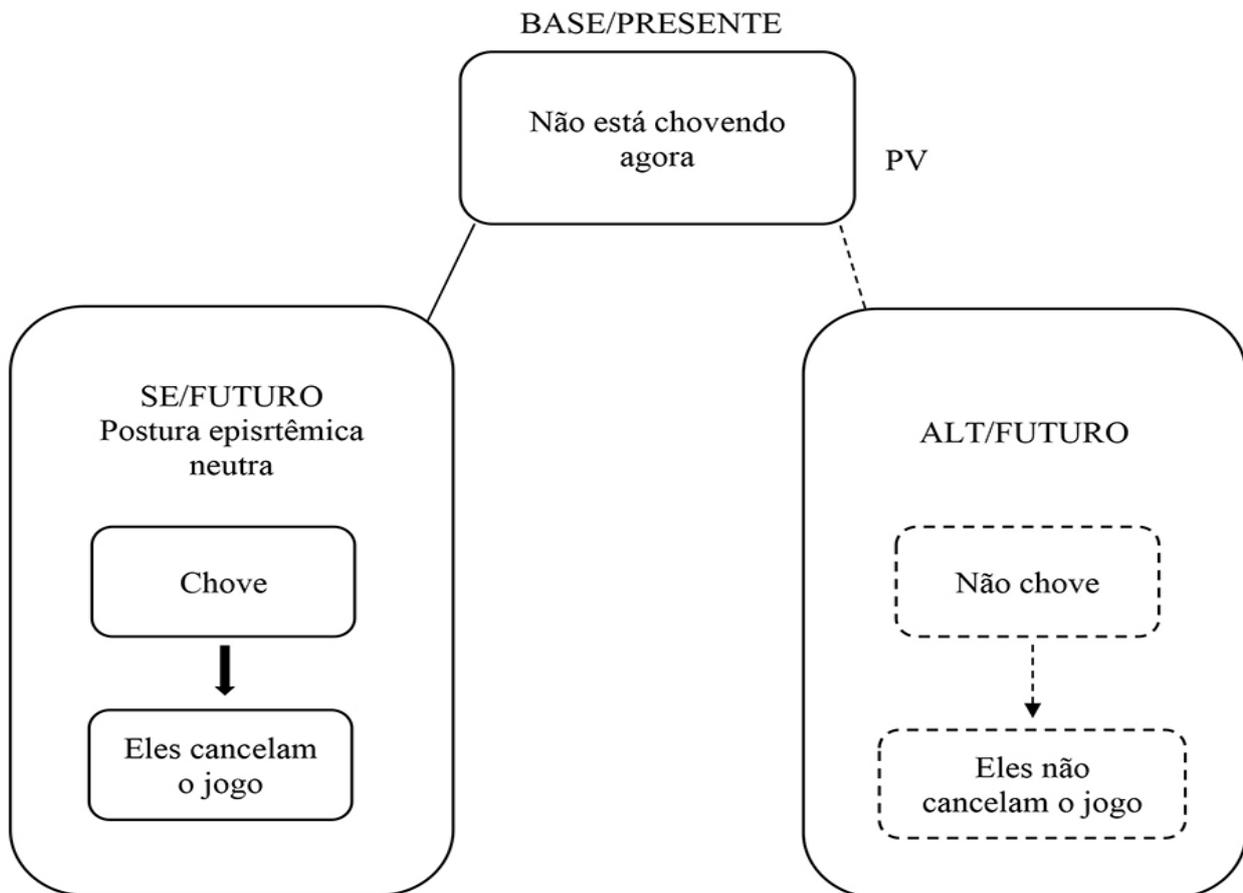
Em estudo baseado em conversações espontâneas do inglês americano, Kärkkäinen (2003) destacou que a postura epistêmica é uma noção pragmática. A autora argumenta que a demonstração de compromisso com o status da informação é uma atividade interacional, ancorada na interação entre os coparticipantes da conversação. Sendo assim, argumentamos que a noção de postura epistêmica é especialmente relevante para estabelecer a diferenciação pragmática entre as concessivas [Ainda P, Q] e [Mesmo P, Q] em português (Coneglian, 2015). Ao mesmo tempo, ambas as instanciações da construção concessiva têm em comum a noção de escalaridade, usada na descrição das condicionais-concessivas introduzidas por “*even if*” em inglês. É o que será descrito na subseção a seguir.

2.3. Condicionais concessivas introduzidas por “*Even if*” em inglês

A Teoria dos Espaços Mentais (TEM), proposta por Fauconnier (1994, 1997), desempenha papel destacado no âmbito da Linguística Cognitiva. Em especial, a TEM parte do princípio de que domínio conceituais, os espaços mentais, são criados à medida que o discurso se desenvolve, contendo representações parciais de entidades e relações em um cenário percebido, lembrado ou imaginado. Sendo assim, a partir da Base, espaço ancorado na situação comunicativa envolvendo falante, ouvinte(s), momento e local da enunciação, outros espaços são criados com representações de eventos passados ou futuros, locais distintos da Base, hipóteses, e assim por diante.

Em livro que aborda condicionais em inglês sob a perspectiva da Teoria dos Espaços Mentais, Dancygier e Sweetser (2005) abordam diferentes tipos de construções condicionais. Por exemplo, a condicional preditiva *If P, Q* (“Se P, Q”) é uma construção que estabelece uma relação causal hipotética entre os eventos descritos. Por exemplo, na condicional “Se chover, eles cancelam o jogo”, a relação entre a prótase P (“se chover”) e a apódose Q (“eles cancelarão o jogo”) pode ser assim representada:

Figura 2: Representação da condicional preditiva “Se chover, eles cancelarão o jogo”.



Fonte: Elaboração das autoras.

Como ilustrado na figura 2, as condicionais preditivas criam uma correlação de parâmetros que estruturam dois conjuntos de espaços alternativos, ambos interpretados como futuros potenciais em relação à Base, que atua como Ponto de Vista (PV). O primeiro conjunto contém um espaço fundação, em que chove, e sua **expansão**, em que cancelam o jogo; o outro conjunto cria espaços alternativos, em que não chove e o jogo não é cancelado.

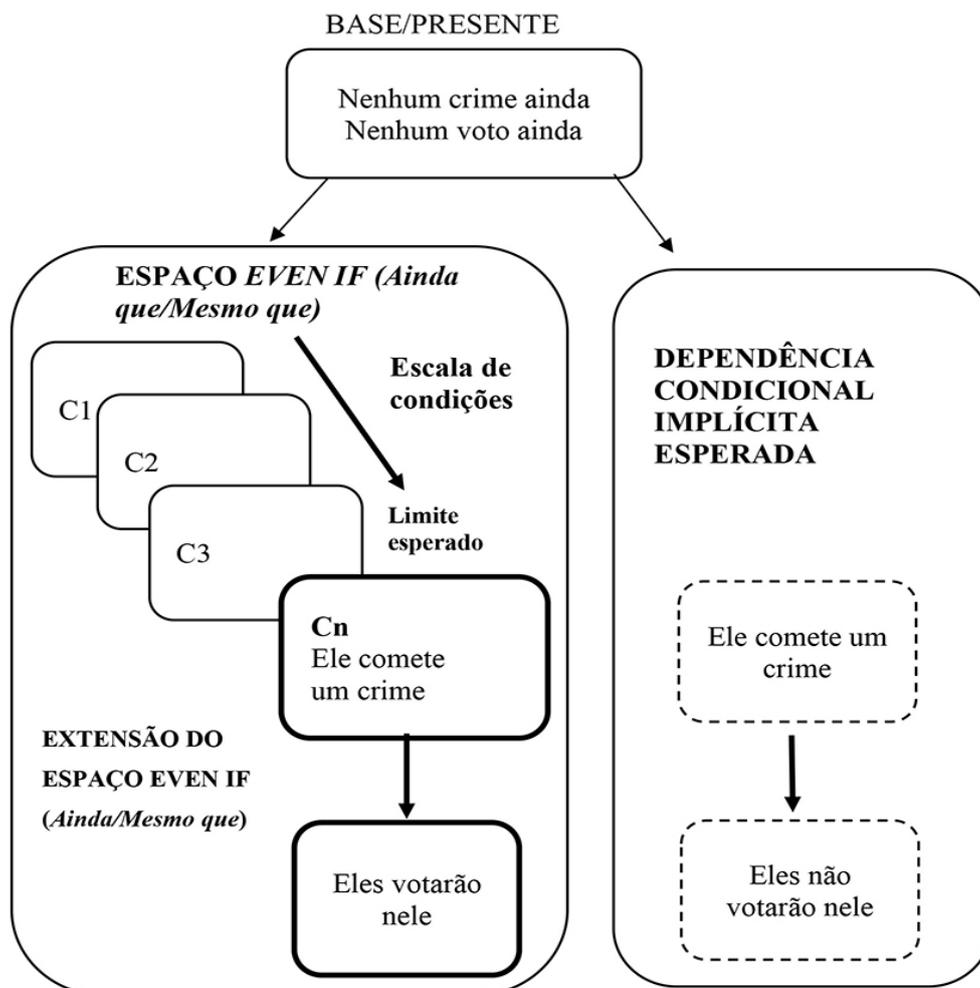
Já com relação às condicionais concessivas *Even if P, Q*, a análise proposta pelas autoras tem como objetivo demonstrar que essas construções estabelecem predições - tal como as condicionais preditivas *If P, Q* -, mas diferentemente dessas últimas, não estabelecem espaços alternativos. Ao invés disso, envolvem a noção de escalaridade. As autoras discutem o seguinte exemplo (p. 157):

- (4) *Even if he commits a crime, they'll vote for him.*

“Ainda/Mesmo que ele cometa um crime, eles votarão nele”.

No exemplo (4), a condicional-concessiva [*Even if P, Q*], em inglês, sugere que os eleitores não vão mudar de ideia nem no caso extremo em que o candidato tenha cometido um crime. Como indicado na tradução do exemplo, essa construção pode corresponder, em português, às instanciações [AINDA QUE P, Q] e [MESMO QUE P, Q]⁴. O diagrama, a seguir, representa essa conceptualização:

Figura 3: *Even if he commits a crime, they'll vote for him*



Fonte: (Adaptado de Dancygier e Sweetser, 2005)

Como representado na figura 3, as condicionais concessivas [*Even if P, Q*] em inglês (e as correspondentes [AINDA QUE P, Q] e [MESMO QUE P, Q] em português) indicam escalaridade, de modo que o evento representado em P corresponde ao ponto máximo de uma escala. Sendo assim, nessas concessivas, a construção de espaços não envolve apenas um espaço alternativo, mas uma

⁴ O fato de que a construção [*Even if P, Q*] corresponda, em português, a [Ainda que P,Q] e [Mesmo que P, Q] indica que, diferentemente do inglês, há duas concessivas em português associadas à noção de escalaridade. Como ficará claro no decorrer deste trabalho, em português, há outro fator pragmático que diferencia essas duas concessivas escalares, que é a noção de postura epistêmica.

escala pragmática de espaços, incluindo desde espaços que têm maior probabilidade até espaços com probabilidade muito menor de causar Q. Tem-se, portanto, a inferência de que Q ocorrerá (“votarem nele”) sob quaisquer circunstâncias.

Além disso, como apontado por Dancygier (1988), nas condicionais concessivas, há a implicação de uma cadeia causal “normal”, prevista socialmente, que faz com que se espere que P (“cometer um crime”) levará a “não Q” (“eles não votarão nele”), como indicado na estrutura implícita da figura 3. Apesar disso, essas concessivas estabelecem, explicitamente, uma relação anormal e surpreendente entre P e Q, sugerindo que o que se prevê (“eles votarem nele”) decorre de outras causas não mencionadas nas sentenças e, portanto, cadeias normais de causalidade não são válidas. De qualquer forma, o fato de que haja uma dependência causal implícita esperada remete a outra noção importante, que é a intersubjetividade, abordada na subseção a seguir.

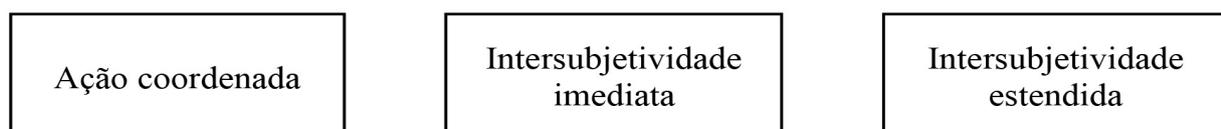
2.4. Intersubjetividade

Os fenômenos de subjetividade e intersubjetividade têm sido tratados em estudos sobre mudança semântica e gramaticalização (Traugott; Dasher, 2005), assim como em propostas no âmbito da Linguística Cognitiva (Langacker, 1990; Verhagen, 2005). Em que pese as diferenças entre as abordagens, esses estudos descrevem, em geral, a subjetividade e a intersubjetividade em termos da referência (implícita ou explícita) ao falante e ao(s) ouvinte(s), respectivamente.

Em proposta recente, Tantucci (2021) propõe um refinamento da noção de intersubjetividade, argumentando que as construções intersubjetivas podem apresentar diferentes graus, já que a noção de pertencimento a um grupo social (“consciência social”) pode ser codificada linguisticamente por diferentes construções, em vários níveis de complexidade.

A proposta de Tantucci (2021) é a de que há uma gradiência semântica entre a consciência das emoções e crenças de interlocutores específicos e a habilidade de estabelecer empatia com uma *persona* social genérica e fazer referência a convenções culturalmente estabelecidas. Há um *continuum*, portanto, que inclui as seguintes etapas: a. atos linguísticos que objetivam exclusivamente alcançar algo que beneficia o falante; b. atos linguísticos que expressam claramente a preocupação do falante com a reação do interlocutor ao que está sendo dito; e c. atos linguísticos que expressam claramente um sentido social e marcam, portanto, a preocupação do falante com a reação de qualquer pessoa na sociedade ao que está sendo dito. Em suma, o autor propõe que há uma trajetória unidirecional de crescente complexidade da cognição social, que vai da **ação coordenada** (“*co-actional activity*”), para a **intersubjetividade imediata** (*I-I*) e para a **intersubjetividade estendida** (*I-E*):

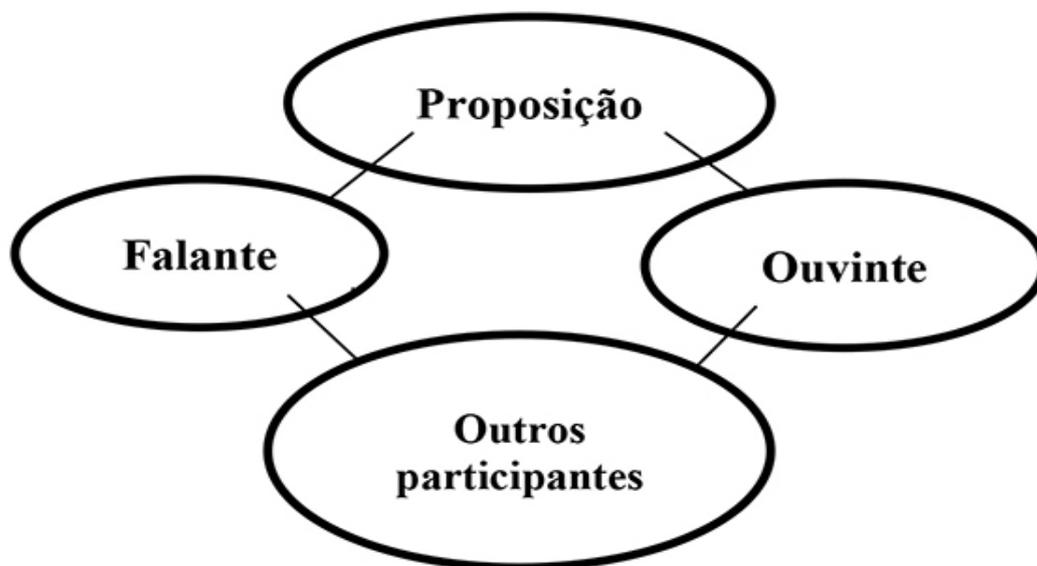
Figura 4: Complexidade crescente da cognição social.



Fonte: Elaboração das autoras.

As etapas apresentadas na figura 4 podem ser observadas em qualquer evento de fala que envolva, pelo menos, dois agentes. A ação coordenada é egocêntrica, no sentido de que a coordenação busca algo que é benéfico para o falante. Por exemplo, é o que ocorre quando uma criança diz para a mãe “quero o brinquedo”, em que a criança expressa, proposicionalmente, sua vontade. Nesse caso, coloca a si própria em proeminência e também a proposição, deixando o ouvinte subfocalizado. No que se refere à intersubjetividade imediata, o falante faz uso de construções linguísticas locais para expressar consciência da mente de um interlocutor específico. Por exemplo, na sentença “Para ser sincera, essa roupa não fica bem em você”, o uso de “para ser sincera” expressa intersubjetividade imediata, porque, nesse caso, o falante prepara o ouvinte para ouvir algo que pode, potencialmente, desagradá-lo. Assim, diferentemente da etapa anterior, o ouvinte também é colocado em proeminência. Por fim, na intersubjetividade estendida, o falante faz uso de construções linguísticas locais não apenas para expressar consciência de um interlocutor específico, mas também de uma terceira pessoa, ou de qualquer outro membro do grupo social. Nesse estágio, a linguagem se torna uma forma de reconhecimento social, de modo que os atos linguísticos são marcados como algo que pode ser reconhecido, apoiado e entendido por qualquer pessoa. É o que ilustra a representação a seguir, em que outros participantes também são colocados em proeminência:

Figura 5: Intersubjetividade estendida.



Fonte: (Adaptado de Tantucci, 2021)

A representação na figura 5 pode ser ilustrada pela sentença “Essa saia fica bem com blusa social. Com qualquer tipo de blusa, para ser honesta”, o uso de “para ser honesta”, diferentemente do exemplo apresentado na etapa anterior, não se dirige apenas ao interlocutor, mas a qualquer pessoa que, potencialmente, pudesse ouvir a sentença.

Em linhas gerais, diferentemente da ação cooperativa, a intersubjetividade imediata e a intersubjetividade estendida acrescentam uma camada de significado intersubjetivo. Nos exemplos, as sentenças teriam o mesmo conteúdo proposicional na ausência da expressão “para ser sincera” e “para ser honesta”, mas acrescentam uma camada de significado intersubjetivo na medida em que levam em conta as reações do interlocutor. Com relação às concessivas em discussão, a noção de intersubjetividade estendida permite explicar a incongruência entre P e Q, como será discutido na análise.

3. Metodologia

A pesquisa baseia-se em dados de uso, retirados do *Corpus* do Português (<https://www.corpusdoportugues.org/>), especificamente, da aba NOW, e do *Corpus* NILC/ São Carlos (<https://www.linguateca.pt/>), analisando um total de 114 construções concessivas; mais especificamente, 45 construções [AINDA QUE P, Q] e 69 construções [MESMO QUE P, Q].

Vale destacar que, embora tenham sido encontradas ocorrências em que uma das orações apresenta natureza sintagmática⁵, o trabalho enfoca apenas as construções concessivas em que as cláusulas P e Q são oracionais, como ilustrado a seguir:

- (5) BR (16-12-05) Sob a ótica do advogado, **ainda que** a intenção de o STF seja descriminalizar o aborto, é preciso ponderar o direito ao nascituro e à paternidade.

(Fonte: Jornal do Comércio (*Corpus* do Português/NOW). Disponível em: http://jcrs.uol.com.br/_conteudo/2016/12/geral/534462-decisao-do-stf-sobre-aborto-gera-controversia.html)

- (6) BR (19-01-24) **Mesmo que** eu não tenha qualquer simpatia por Bolsonaro, e esteja terrivelmente preocupado sobre o que ele pode fazer com o Brasil, hoje ele é uma voz muito mais legítima, e está em uma posição legítima para condenar o regime autoritário de a Venezuela.

(Fonte: UOL (*Corpus* do Português/NOW). Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2019/01/25/bolsonaro-acerta-em-apoiar-saida-de-maduro-venezuela-diz-steven-levitsky.htm>)

Em (5), embora a relação causal “normalmente esperada” seja entre “intenção de descriminalizar o aborto” e “não ponderação do direito ao nascituro e à paternidade”, a concessiva [AINDA QUE P, Q] destaca a proposta de um advogado em favor da ocorrência dos eventos P e Q (“intenção do STF de descriminalizar o aborto” e “ponderação do direito ao nascituro e à paternidade”). De forma análoga, em (6), apesar da relação causal mais evidente ser a do jornalista “não ter simpatia por Bolsonaro” e

⁵ Os seguintes exemplos ilustram essa possibilidade:

- (1) (...) a Macrométrica (...) é a que apresenta visão mais positiva, ainda que com diversas ressalvas.
- (2) É notável como a equipe de a The Chinese Room conseguiu criar um mundo realmente vivo, mesmo que inabitado.

considerar que o político “não tem posição legítima para condenar o regime autoritário”, a estrutura [MESMO QUE P, Q] constrói uma causalidade entre P e Q (“não ter simpatia pelo Bolsonaro” e “considerá-lo em posição legítima para o debate sobre o regime autoritário na Venezuela”).

A partir desse recorte do objeto de estudo, o objetivo geral do trabalho é contrastar as construções concessivas [AINDA QUE P, Q] e [MESMO QUE P, Q] no português brasileiro, com base no Princípio de Não-Sinonímia. Mais especificamente, busca-se identificar as semelhanças semânticas e diferenças pragmáticas entre ambas, com base nas seguintes hipóteses:

- (i) o significado comum entre as construções envolve as noções de escalaridade e intersubjetividade;
- (ii) a diferença pragmática entre ambas está relacionada à postura epistêmica do falante/redator em relação ao evento descrito em P.

Na seção a seguir, a análise detalha cada um desses aspectos nos dados selecionados.

4. Análise

Nesta seção, é apresentada a análise contrastiva das construções concessivas [AINDA QUE P, Q] e [MESMO QUE P, Q]. Na seção 4.1, é abordada as características intersubjetivas associadas à escalaridade, que aparentam sinalizar o significado comum a ambas as construções, a partir das noções de intersubjetividade e escalaridade. Na seção 4.2, analisam-se fatores associados à diferença de postura epistêmica entre as construções.

4.1. Intersubjetividade e escalaridade

As construções [AINDA QUE P, Q] e [MESMO QUE P, Q] representam intersubjetividade estendida, na medida em que o falante expressa consciência de um grupo social mais amplo ao afirmar uma relação causal que vai contra o que é “normalmente” esperado. Observemos os seguintes exemplos retirados do corpus:

- (7) FSP940102-153: **Ainda que** não possa prever como uma espécie vai evoluir, o mecanismo da seleção natural é o mais convincente para explicar como a evolução se dá.

(Fonte: Folha de São Paulo (*Corpus* NILC/ São Carlos). Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/1/02/mais!/22.html>)

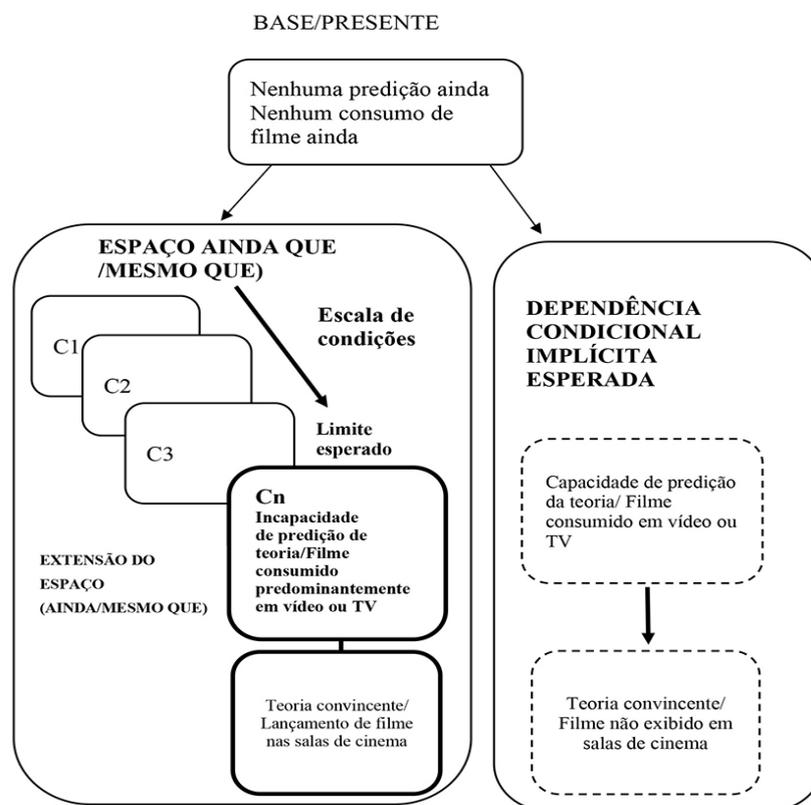
- (8) FSP940101-116: Aníbal Massaini Neto, presidente do Sindicato da Indústria Cinematográfica de São Paulo, dá mais um motivo para a sobrevivência do cinema: **mesmo que** um filme seja consumido predominantemente no vídeo ou na TV, o lançamento nas salas é cada vez mais importante para sua divulgação.

(Fonte: Folha de São Paulo (*Corpus* NILC/ São Carlos). Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/1/01/ilustrada/9.html>)

O exemplo (7) nega a relação causal “normalmente esperada” na comunidade científica entre capacidade de predição e capacidade de convencimento de uma teoria científica (no caso, a teoria de seleção natural). O mesmo se observa em (8), na medida em que não é “socialmente esperado” que seja importante lançar, nas salas de cinema, um filme consumido predominantemente em vídeo ou TV. Nesse sentido, ambos os exemplos indicam intersubjetividade estendida, na medida em que promovem uma ruptura com o que é “socialmente esperado”.

Além disso, ambas as construções apresentam, em P, uma situação que pode ser considerada o limite máximo de uma escala. No caso do exemplo (7), as teorias científicas podem ter diferentes graus de predição de um determinado fenômeno, sendo a incapacidade total de predição o limite máximo. E, em (8), a predominância de consumo, em vídeo ou TV, representa uma situação considerada altamente “adversa” para o lançamento de filmes em salas de cinema. É o que resume o diagrama a seguir:

Figura 6: Escalaridade nos exemplos (7) e (8).



Fonte: Elaboração das autoras.

A figura 6 representa a escalaridade de P, que constitui um elemento comum entre as concessivas introduzidas por “ainda que” e “mesmo que”. A representação inclui uma escala de condições que poderiam levar a uma determinada consequência (C1 a C3), mas a condição válida (Cn) é aquela que ultrapassa o limite máximo esperado dessa escala. Por fim, na representação da Dependência Condicional Implícita Esperada, há uma relação direta daquilo que é socialmente disseminado e o

efeito esperado. No caso, a capacidade de predição de uma teoria está relacionada com o fato dessa teoria ser convincente e o filme, que é predominantemente exibido em vídeo ou na televisão, não ser exibido nas salas de cinema. Na seção a seguir detalha-se a diferença pragmática entre as construções referidas.

4.2. Diferença pragmática: postura epistêmica

Com relação à diferença pragmática entre as construções sob estudo, observamos que as concessivas [AINDA QUE P, Q] indicam postura epistêmica positiva, de modo que o falante se compromete com a factualidade do evento descrito em P. Já as concessivas [MESMO QUE P, Q] indicam postura epistêmica neutra ou negativa; nesse caso, o falante trata P como uma possibilidade ou como uma impossibilidade, respectivamente.

Retomemos ao exemplo (5):

- (5) Sob a ótica do advogado, **ainda que** a intenção de o STF seja descriminalizar o aborto, é preciso ponderar o direito ao nascituro e à paternidade. “Lembrando que não estamos falando de um feto doente ou de uma mãe que sofreu um estupro, mas do simples arbítrio de desistir da gestação”, observa.

(Fonte: Jornal do Comércio (*Corpus* do Português/NOW). Disponível em: http://jcrs.uol.com.br/_conteudo/2016/12/geral/534462-decisao-do-stf-sobre-aborto-gera-controversia.html)

No exemplo (5), apresentado anteriormente, faz-se referência a uma intenção já conhecida do STF (“descriminalizar o aborto”) e, portanto, a um fato (postura epistêmica positiva). Por outro lado, o emprego de “Mesmo que”, em (9), evidencia uma distinção em relação a esse parâmetro:

- (9) BR (17-06-17) **Mesmo que** o fornecimento de energia elétrica chegue de forma reduzida a essas aldeias com a empresa pública “Kenia Power”, o preço de a fatura, de 500 xelins quenianos por mês (cerca de R\$ 20), torna o acesso a eletricidade inacessível para pessoas que sobrevivem com menos de R\$ 4 por dia.

(Fonte: UOL (*Corpus* do Português/NOW). Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/efe/2017/06/17/hero-i-que-niano-ilumina-aldeias-remotas-com-a-forca-da-agua.htm>)

No exemplo (9), a cláusula P (“**Mesmo que** o fornecimento de energia elétrica chegue de forma reduzida a essas aldeias (...)”) estabelece uma possibilidade (postura epistêmica neutra).

Com relação à combinação modo-temporal, os exemplos (5) e (9) apresentam a combinação [P (Presente do Subjuntivo) – Q (Presente do Indicativo)], que foi a mais frequente em ambas as construções, correspondendo a 55% do total de dados de [AINDA QUE P, Q] e 43% do total de dados de [MESMO QUE P, Q]. Além disso, como observado na tabela 1, a comparação entre as duas

construções quanto ao uso da combinação [P (Presente do Subjuntivo) – Q (Presente do Indicativo)] se mostrou relativamente equilibrada:

Tabela 1: Frequência da combinação modo-temporal (P) Presente do Subjuntivo - (Q) Presente do Indicativo nos dados de [AINDA QUE P, Q] e [MESMO QUE P, Q].

Combinação modo-temporal	[AINDA QUE P, Q]		[MESMO QUE P, Q]	
	Frequência	%	Frequência	%
(P) Presente do Subjuntivo - (Q) Presente do Indicativo	25/55	45%	30/55	55%

Fonte: Elaboração das autoras.

O fato de que a combinação modo-temporal mais frequente nos dados - [(P) Presente do Subjuntivo] - (Q) Presente do Indicativo] - seja compatível com ambas as construções, como indicado na tabela 1, destaca o papel primordial dos conectivos concessivos “ainda que” e “mesmo que” na sinalização das posturas epistêmicas positiva e neutra, respectivamente.

Por outro lado, combinações modo-temporais prototipicamente associadas à postura epistêmica negativa, como [P (Pretérito Imperfeito do Subjuntivo)- Q (Futuro do Pretérito do Indicativo)]⁶, foram pouco frequentes em ambas as construções, correspondendo a 2% do total de dados de [AINDA QUE P, Q] e a 7% do total de dados de [MESMO QUE P, Q]. Entretanto, a comparação entre as duas construções indica uma preferência pelo uso da combinação [P (Pretérito Imperfeito do Subjuntivo – Q (Futuro do Pretérito do Indicativo)], na construção [MESMO QUE P, Q]. Consideremos a tabela a seguir:

Tabela 2: Frequência da combinação modo-temporal [(P) Pretérito Imperfeito do Subjuntivo - (Q) Futuro do Pretérito do Indicativo] nos dados de [AINDA QUE P, Q] e [MESMO QUE P, Q].

Combinação modo-temporal	[AINDA QUE P, Q]		[MESMO QUE P, Q]	
	Frequência	%	Frequência	%
(P) Pretérito Imperfeito do Subjuntivo (Q) Futuro do Pretérito do Indicativo	1/6	17%	5/6	83%

Fonte: Elaboração das autoras.

A tabela 2 indica que embora pouco frequente em termos gerais, a combinação [P (Pretérito Imperfeito do Subjuntivo)- Q (Futuro do Pretérito do Indicativo)] predomina com a construção [MESMO QUE P, Q], como ilustra o exemplo a seguir:

⁶ Em construções condicionais do português brasileiro, por exemplo, a combinação [Pretérito Imperfeito do Subjuntivo, Futuro do Pretérito do Indicativo] tem sido descrita na literatura como associada a postura epistêmica negativa. Sendo assim, em uma sentença como “Se chovesse, eles cancelariam o jogo”, assume-se que o falante não acredita que vá chover (Ferrari, 2005, 2015).

- (10) A inadequação das receitas do FMI é, portanto, refém de uma teoria ruim, mas **mesmo que** a teoria fosse corrigida (criando-se diferentes possibilidades de “mix” de políticas fiscais, cambiais, monetárias, etc.), a dificuldade continuaria.

(Fonte: Folha de São Paulo (*Corpus* NILC/ São Carlos). Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/1/02/mais!/8.html>)

O uso de “mesmo que” no exemplo (10) é compatível com postura epistêmica negativa, na medida em que se estabelece uma situação hipotética e improvável (“a teoria ser corrigida”).

Vale destacar, entretanto, que houve ocorrência da combinação [P (Pretérito Imperfeito do Subjuntivo)-Q (Futuro do Pretérito do Indicativo)] na construção [AINDA QUE P, Q], como ilustrado a seguir:

- (11) O impacto ambiental das cidades e indústrias persistiria, **ainda que** não nascesse mais nenhuma criança no Terceiro Mundo. Esse é um dos argumentos apresentados em «População, Meio Ambiente e Desenvolvimento» para desnudar falácias do uso da demografia na ecologia.

(Fonte: Folha de São Paulo (*Corpus* NILC/ São Carlos). Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/1/09/mais!/26.html>)

Em (11), embora seja aventada, em P, uma situação hipotética e improvável (“não nascer mais nenhuma criança no terceiro mundo”), não ocorre a construção [MESMO QUE P, Q], como seria de se esperar. Nesse caso, é possível que a relação causal entre P e Q seja priorizada, de modo que a postura epistêmica positiva indicada na construção [AINDA QUE P, Q] não se refira ao evento descrito em P, mas à relação causal entre P (“não nascer nenhuma criança”) e Q (“persistência do impacto ambiental das cidades e indústrias”).

Em linhas gerais, parece ser possível concluir que as concessivas sob estudo sugerem um aprofundamento da noção de postura epistêmica, que pode focar a associação ou dissociação mental do falante em relação ao evento P (tal como ocorre nas condicionais), mas também pode focar postura epistêmica positiva direcionada à relação causal entre P e Q.

Considerações finais

Este trabalho contrastou as construções concessivas [AINDA QUE P, Q] e [MESMO QUE P, Q] do português brasileiro, com base em dados reais de uso retirados de textos jornalísticos escritos.

Tomando como ponto de partida o Princípio de Não-Sinonímia, o trabalho analisou as semelhanças semânticas e diferenças pragmáticas entre as referidas construções. Os resultados indicaram que as referidas construções compartilham a natureza intersubjetiva e escalar, na medida em que sinalizam uma incongruência da relação causal entre P e Q em termos do que é “socialmente esperado”, em um contexto em que P representa o limite máximo de uma escala de situações adversas

para a ocorrência de Q. Por outro lado, as construções se diferenciam quanto a postura epistêmica, de modo que [AINDA QUE P, Q] sinaliza postura epistêmica positiva (o falante trata o evento descrito em P (ou a relação causal entre P e Q como fato)), e [MESMO QUE P, Q] indica neutralidade ou dissociação do falante em relação a P (postura epistêmica neutra ou negativa, respectivamente).

Por fim, parece ser possível afirmar que as relações entre postura epistêmica e combinações modo-temporais não estão associadas apenas à factualidade/potencialidade do evento descrito em P, mas podem sinalizar a postura epistêmica do falante referente à relação causal entre P e Q. A investigação detalhada desse aspecto merece ser aprofundada em trabalhos futuros.

Referências

CONEGLIAN, A. *Os juntivos causais e concessivos do português brasileiro na perspectiva cognitivo-funcional: uma análise da ligação conceptual dos elementos gramaticais em uso nessa zona adverbial*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2015. Disponível em: <http://dspace.mackenzie.br/handle/10899/25339>. Acesso em: 17 mar. 2024.

DANCYGIER, B. Conditionals and concessives. *Papers and Studies in Contrastive Linguistics*, v. 24, 1988, pp. 111-121.

DANGYGIER, B.; SWEETSER, E. *Mental Spaces in grammar: conditional constructions*. Cambridge: Cambridge University Press. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511486760.014>. Acesso em: 17 mar. 2024.

FAUCONNIER, G. *Mental Spaces: Aspects of Meaning Construction in Natural Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994. ISBN 9780511624582 Disponível em: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511624582>. Acesso em: 17 mar. 2024.

FAUCONNIER, G. *Mappings in Thought and Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. ISBN 9781139174220. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/CBO9781139174220>. Acesso em: 17 mar. 2024.

FERRARI, L. Modalidade e condicionalidade no Português do Brasil. In Recorte - Revista de Linguagem, Cultura e Discurso, ano 2, n.3, pp. 1-17, 2005.

FERRARI, L. Semântica objetivista ou semântica cognitiva? Implicações do modelo semântico na análise de condicionais. In Gragoatá, Niterói, n. 38, pp. 142-162, 1. sem. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/gragoata.v20i38.33304>. Acesso em: 05 maio 2024.

FERRARI, L; RIBEIRO, G. Construções gramaticais e ponto de vista: as concessivas [Embora P, Q] e as condicionais concessivas [Se P, Q]. *Matraga*, Matraga - Revista Do Programa De Pós-Graduação Em Letras Da UERJ, v. 29, n. 56, pp. 379-393, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/matraga.2022.62828>. Acesso em: 17 mar. 2024.

FILLMORE, C. *Epistemic stance and grammatical form in English conditional sentences*. Chicago Linguistic Society 26: pp. 137-162, 1990a.

FILLMORE, C. The contribution of linguistics to language understanding. Aura Bocaz (ed.), *Proceedings of the First Symposium on Cognition, Language and Culture*. Universidad de Chile, pp. 109-128, 1990b.

Disponível em: <http://www.icsi.berkeley.edu/pubs/ai/contributionof.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2024.

GOLDBERG, A. *Construções; a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

KÄRKKÄINEN, E. *Epistemic stance in English conversation: A description of its interactional functions, with a focus on I think*. Amsterdam: John Benjamins, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0047404507270058>. Acesso em: 13 mar. 2024.

LANGACKER, R. Subjectification. *Cognitive linguistics*, 1, pp. 5-38, 1990. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/cogl.1990.1.1.5>. Acesso em: 13 mar. 2024.

TANTUCCI, V. *Language and social minds; the semantics and pragmatics of intersubjectivity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2021. ISBN 9781108676441 Disponível em: <https://doi.org/10.1017/9781108676441>. Acesso em: 17 mar. 2024.

TRAUGOTT, E.; DASHER, R. *Regularity in Semantic Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. ISBN 9780511486500 Disponível em: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511486500>. Acesso em: 13 mar. 2024.

VERHAGEN, A. *Construções of intersubjectivity: Discourse, Syntax, and Cognition*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

(INTER)SUBJETIFICAÇÃO NO PROCESSO DE CONSTRUCIONALIZAÇÃO DE [POR CONTA DE(X)]_{CAUSAL} NA LÍNGUA PORTUGUESA: UMA ANÁLISE DIACRÔNICA

(INTER)SUBJECTIFICATION IN THE CONSTRUCTIONALIZATION PROCESS OF THE CONSTRUCTION [POR CONTA DE(X)]_{CAUSAL} "ON ACCOUNT OF(X)"_{CAUSAL} IN PORTUGUESE: A DIACHRONIC ANALYSIS

Sueli Maria Coelho¹

Luís Filipe Lima e Silva²

RESUMO

A partir da observação de 437 dados representativos de oito séculos de Língua Portuguesa (séc. XIII ao séc. XX), coletados no *Corpus* do Português (Davies; Ferreira, 2006), investigou-se o processo de mudança linguística que originou a construção causal [por conta de(X)] no português. O estudo adotou uma perspectiva de análise que considera a natureza intersubjetiva da língua(gem) (Traugott, 2010; 2014). A investigação empreendida revelou que a propriedade de estabelecer uma relação de causa entre dois termos, que configura uma função gramatical desse pareamento forma-sentido, emerge na língua no séc. XVI, a partir de um processo de abstração semântica que aflora no século anterior. Até esse período, empregava-se a construção [por conta de(X)] apenas em seu sentido concreto, para marcar relações ligadas ao universo da economia. No século XV, registra-se uma expansão semântica que, mediante um mecanismo de subjetificação, estende os sentidos da construção para o campo das relações sociais. Os sentidos já subjetificados passam, no século seguinte, a codificar sentidos centrados no interlocutor, o que configura a intersubjetificação, responsável pela sagração da mudança linguística.

PALAVRAS-CHAVE: Intersubjetividade. Mudança linguística. Construção causal.

ABSTRACT

From the analysis of 437 data representing eight centuries of the Portuguese Language (13th century to the 20th century), we investigated the process of linguistic change that gave rise to the causal construction [por conta de(X) "on account of (X)"]. This study adopted an analytical perspective that considers the intersubjective nature of language (Traugott, 2010; 2014). The investigation undertaken have revealed that the property of establishing a causal relationship between two nominal terms emerges in the language in the 16th century, based on a process of semantic abstraction that emerged in the previous century. Until this period, the construction was used only in its concrete sense, to mark relationships related to the universe of economics. In the 15th century, there is a semantic expansion via subjectification that extended the meanings of the construction to the field of social relations. In the following century, the subjectified construction started to encode meanings centered on the interlocutor via intersubjectification, process responsible for the consecration of linguistic change.

KEYWORDS: Intersubjectivity. Language change. Causal construction.

Considerações iniciais

A máxima laboviana de que a variação e a mudança linguística são inerentes às línguas

¹ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sucoelho@ufmg.br, <https://orcid.org/0000-0003-4021-0339>.

² Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), luisf.1397@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0003-0188-2861>.

humanas, porque estas servem à interação e, conseqüentemente, estão sujeitas à interferência do falante tende a ser ponto pacífico no campo dos estudos linguísticos. Quando se pensa no papel do falante no processo de mudança, há, contudo, uma tendência a se associá-lo prototipicamente ao EU, ignorando-se, assim, o caráter dialógico da língua(gem), conforme postulado por Bakhtin (1999 [1920]) e ressaltado por Benveniste (1989 [1966]), quando da proposição do aparelho formal da enunciação. Sob esse ponto de vista, não se pode desconsiderar que o termo *falante*, enquanto agente do processo de variação e mudança linguística, deve ser concebido numa perspectiva de mão dupla, já que o EU se alterna com o TU no processo de interação. Isso implica assumir, portanto, que tanto o EU quanto o TU estão diretamente imbricados no processo de mudança linguística, não só porque ambas as pessoas se alternam nos turnos de fala, como também, e principalmente, porque a mudança linguística pressupõe tanto a intencionalidade do falante quanto o modo como esta é recebida/processada pelo ouvinte, com base no conhecimento partilhado e nas experiências de ambos. É, portanto, essa dinâmica envolvendo as duas pessoas do discurso que estamos concebendo como *intersubjetividade* no processo de mudança linguística³ e é sob essa perspectiva que pretendemos analisar, nos domínios deste artigo, o processo de mudança linguística que deu origem à construção [por conta de(X)]⁴ na língua portuguesa, em contextos como os apresentados a seguir, coletados no *Corpus do Português* (<https://www.corpusdoportugues.org/>)⁵:

- (1) “O país enfrenta uma onda de rebeliões em cadeias e presídios **por conta de** maus tratos e explosão populacional”. (séc. XX)
- (2) “Enquanto a PM tem uma certa dificuldade junto à população, **por conta da** violência, o bombeiro é uma instituição leve [...]” (séc. XX)
- (3) “[...] nenhum séquito tinha que o seguisse, nem quem lhe adiantasse um ceitel **por conta da** conjuração [...]” (séc. XIX)
- (4) “[...] não podem eles passar e, **por conta disto**, saíram de suas terras jurando pelas almas [...]” (séc. XVIII)

Uma primeira generalização que emerge dos dados acima é a semelhança de valor funcional: nos quatro contextos apresentados, representativos de três séculos de língua portuguesa, a construção [por conta de(X)] instancia uma relação causal, a exemplo da construção [por causa de], já documentada na língua em período bem anterior, certamente por ser mais composicional, mais transparente e, conseqüentemente, menos abstrata, nos termos de Traugott e Trousdale (2013):

³ Cf. também López-Couso (2010), Boye e Harder (2014), Linell (2014), Aijmer (2020), Brems (2021), Traugott (2022), Enfield e Sidnell (2022), Jarrett e Amaral (2023), entre outros.

⁴ Na construção [por conta de(X)], (X) representa uma possível combinação da preposição [de] com artigos e pronomes, como [por conta d(a) confraternização], [por conta d(ele)] etc.

⁵ Todos os dados apresentados ao longo deste texto foram coletados na base de dados do *Corpus do Português*, na interface de dados históricos (Davies; Ferreira, 2006), conforme descrito na seção 2, destinada à descrição da metodologia adotada. Portanto, a partir de agora, ao se apresentarem os dados, não será indicada a fonte, senão apenas o século da ocorrência.

- (5) “Carta de contenda entre o Rei e Paio Anes de Loiras **por causa duns** moinhos e outros bens que foram de Urigo Rodrigues”. (séc. XIII)

Tal semelhança funcional tem promovido não só o aumento da frequência gramatical da construção [por conta de(X)] na contemporaneidade, conforme será mostrado na seção de análise dos dados, como também discussões⁶ acerca da adequação de uso de uma expressão pela outra, fato natural quando do processo de variação entre duas ou mais formas linguísticas, sobretudo em se tratando da forma inovadora comparativamente à forma padrão.

Outra reflexão que os dados apresentados evocam diz respeito à semelhança de padrão da construção [por conta de(X)] não apenas com a construção [por causa de(X)], mas também com outras como [por receio de(X)], [por meio de(X)], [por cima de(X)], [por trás de(X)] ..., o que indicia a influência do mecanismo da analogização (Cf. Traugott; Trousdale, 2013). Embora nem todas instanciem o mesmo valor de verdade, apresentam uma forma abstrata comum, a saber, [preposição POR, NOME⁷, preposição DE(X)], o que mostra que esse é um padrão construcional produtivo na língua em se tratando de locuções prepositivas e, portanto, um esquema cognitivo familiar ao falante, o que, em tese, favorece a mudança linguística e a ampliação das possibilidades do sistema (Bybee, 2001, 2003).

Identificado o valor causal da construção que elegemos como objeto de nosso estudo, cabe-nos tentar entender o processo de mudança que permitiu que o *slot* do NOME fosse preenchido pelo substantivo *conta* e como isso culminou num novo pareamento forma-função na língua. Antes, contudo, de procedermos ao cumprimento de nosso objetivo, julgamos relevante tratar da intersubjetividade não apenas enquanto uma característica geral das línguas, mas também enquanto elemento subjacente ao processo de variação e mudança linguística, o que será abordado brevemente na primeira seção deste texto, assim como o conceito de *construção* assumido. Na sequência, descrevemos os procedimentos metodológicos adotados para a coleta dos dados que serviram de base para nossa análise, apresentada na terceira seção, à qual se seguem nossas considerações finais.

1. A natureza intersubjetiva da língua(gem) e seu papel latente no processo de mudança

A natureza subjetiva da língua(gem) tornou-se célebre a partir do pensamento de Benveniste (1989 [1966]). Segundo postulou, “o ato individual pelo qual se utiliza a língua introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação. Antes da enunciação, a língua não é senão possibilidade da língua” (p. 83). Entretanto, desde que “se declara locutor e assume a língua, ele implanta o *outro* diante de si [...]. Toda enunciação é, explícita ou implicitamente,

⁶ Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/coluna/duvidas-portugues/por-causa-de-ou-por-conta-de-qual-e-o-certo>. Acesso em: 21 jan. 2024.

⁷ O termo NOME na representação abstrata da construção não se restringe ao substantivo, mas à classe nominal, incluindo-se o advérbio.

uma alocação, ela postula um alocutário” (Benveniste, 1989 [1966]), p. 84). Cuyckens, Davidse e Vandelanotte (2010) defendem que “do mesmo modo que todo uso da linguagem pode ser considerado subjetivo em um sentido geral, é intersubjetivo em um sentido geral, refletindo o impacto da situação de fala, que não envolve apenas um locutor, mas uma relação comunicativa entre falante e ouvinte” (p. 13, tradução nossa⁸).

Quando analisadas em sua essência, as duas perspectivas de se conceber a natureza (inter) subjetiva da língua(gem) dialogam intimamente e evocam, ambas, o pensamento bakhtiniano. Ao refletir sobre a eficiência do objetivismo abstrato para captar o ponto de vista da consciência subjetiva do locutor, o filósofo traz uma reflexão que se mostra curiosa para o estudo do processo de mudança linguística e pertinente para nossos objetivos. Sob sua óptica,

[...] para o locutor, o que importa é aquilo que permite que a forma lingüística figure num dado contexto, aquilo que a torna um signo adequado às condições de uma situação concreta dada. Para o locutor, a forma lingüística não tem importância enquanto sinal estável e sempre igual a si mesmo, mas somente enquanto signo sempre variável e flexível. [...] Mas **o locutor também deve levar em consideração o ponto de vista do receptor. [...] É impossível reduzir-se o ato de descodificação ao reconhecimento de uma forma lingüística utilizada pelo locutor como forma familiar, conhecida [...]; o essencial na tarefa de descodificação não consiste em reconhecer a forma utilizada, mas [em] compreendê-la num contexto concreto preciso, [em] compreender sua significação num contexto particular. Em suma, trata-se de perceber seu caráter de novidade e não somente sua conformidade à norma. Em outros termos, o receptor, pertencente à mesma comunidade lingüística, também considera a forma lingüística utilizada como um signo variável e flexível e não como um sinal imutável e sempre idêntico a si mesmo.** (Bakhtin, 1999 [1920], p. 92-3, negritos nossos)

Eis aí, talvez, as primeiras centelhas de uma concepção intersubjetiva de linguagem e de sua latência nos processos de variação e mudança linguística. Resguardadas obviamente as devidas especificidades terminológicas referentes aos quadros teóricos adotados pelos respectivos autores ora referenciados, nota-se claramente nos excertos transcritos a consciência de que o uso da língua envolve uma relação dialógica entre os dois atores envolvidos no ato enunciativo para cujo sucesso a cooperação entre ambos se impõe. Ademais, todo o processo cognitivo envolvido no uso da língua pressupõe a codificação – a cargo do falante – e a descodificação/processamento, tarefa que cabe ao interlocutor/ouvinte. Assim sendo, se o falante busca constantemente formas inovadoras para traduzir/codificar suas intenções, estas precisam ser aceitas e processadas enquanto tais pelo receptor. É nesse sentido que Traugott (2010, p. 32), ao estudar a relação entre (inter)subjetividade e gramaticalização concebe a intersubjetividade como “o ambiente contextual em que ocorre a mudança linguística e para

⁸ Do original: “Just as all language use can be said to be subjective in a general sense, it is intersubjective in a general sense, reflecting the impact of the speech situation which not just involves a speaker but a communicative relationship between speaker and hearer” (Cuyckens; Davidse; Vandelanotte, 2010, p. 13).

o qual ela contribui” (p. 32, tradução nossa⁹). Na concepção da autora, a subjetificação é o mecanismo por meio do qual “significados são recrutados pelo falante para codificar e regular atitudes e crenças” (Traugott, 2010, p. 35, tradução nossa¹⁰). Assim concebida, ela pressupõe a intersubjetividade, pois, “na medida em que a subjetificação envolve o recrutamento de significados não apenas para codificar, mas também para regular atitudes e crenças, inevitavelmente envolve algum grau de intersubjetividade” (Traugott, 2010, p. 15, tradução nossa¹¹).

No que toca especificamente à relação de tais conceitos com o processo de mudança linguística, Traugott e Dasher (2002, p. 225) propõem o seguinte *cline*:

não-/menos subjetivo > subjetivo > intersubjetivo

Vê-se, a partir do contínuo proposto, não apenas uma precedência da subjetividade no processo – já que esta procede do falante, fonte da enunciação –, mas também o protagonismo do interlocutor, que colabora com o falante na apreensão do significado pretendido (*invited inference*, nos termos de Traugott; Dasher, 2002). Tal modo de conceber a dinâmica do processo faz eco com a visão de Weinreich, Labov e Herzog (1968), para os quais a mudança pressupõe tanto a inovação quanto a adoção do conhecimento partilhado (e replicado) pela comunidade de fala, implicando que a intersubjetividade subjaz aos processos de mudança.

1.1. Construção como unidade básica da língua

Um dos princípios fundamentais da Gramática de Construções é o de que a unidade básica da língua é a *construção*, concebida como um pareamento forma-significado (Goldberg, 1995, 2006; Croft, 2001; Traugott; Trousdale, 2013)¹². Como tais, as construções são unidades simbólicas, convencionais e não composicionais: “padrões frasais são considerados construções apenas se suas formas ou sentidos não são estritamente previsíveis a partir das propriedades das partes que as compõem ou de outras construções” (Goldberg, 1995, p. 4, tradução nossa¹³). Vê-se, pois, que não é o tamanho da forma que determina o estatuto de construção, mas o pareamento entre esta e seu

⁹ Do original: “Intersubjectivity is the ambient context in which linguistic change takes place and to which linguistic change contributes” (Traugott, 2010, p. 32)

¹⁰ Do original: “[...] meanings are recruited by the speaker to encode and regulate attitudes and beliefs (subjectification) [...]” (Traugott, 2010, p. 35)

¹¹ Do original: “[...] in so far as subjectification involves the recruitment of meanings not only to encode but also to regulate attitudes and beliefs, it inevitably involves intersubjectivity to a certain degree” (Traugott, 2010, p. 15).

¹² Embora Croft (2001) e Traugott e Trousdale (2013) especifiquem as propriedades da forma – sintáticas, morfológicas e fonológicas – e do significado – semânticas, pragmáticas e discursivo-funcionais – e Goldberg (1995) não o faça, o cerne do pareamento forma-significado permanece em todos os autores.

¹³ Do original: “Phrasal patterns are considered constructions if something about their form or meaning is not strictly predictable from the properties of their component parts or from other constructions” (Goldberg, 1995, p. 4).

respectivo significado, do que se deduz que tanto um morfema quanto um sintagma podem constituir construções. Isso decorre do pressuposto assumido pela teoria de que não há distinção rígida entre léxico e gramática, antes constituem um contínuo de complexidade. Nessa perspectiva, a diferença entre construções lexicais e construções gramaticais é determinada tanto pela função quanto pelo grau de complexidade interna (Goldberg, 1995), que tende a ser mais complexo no âmbito da gramática.

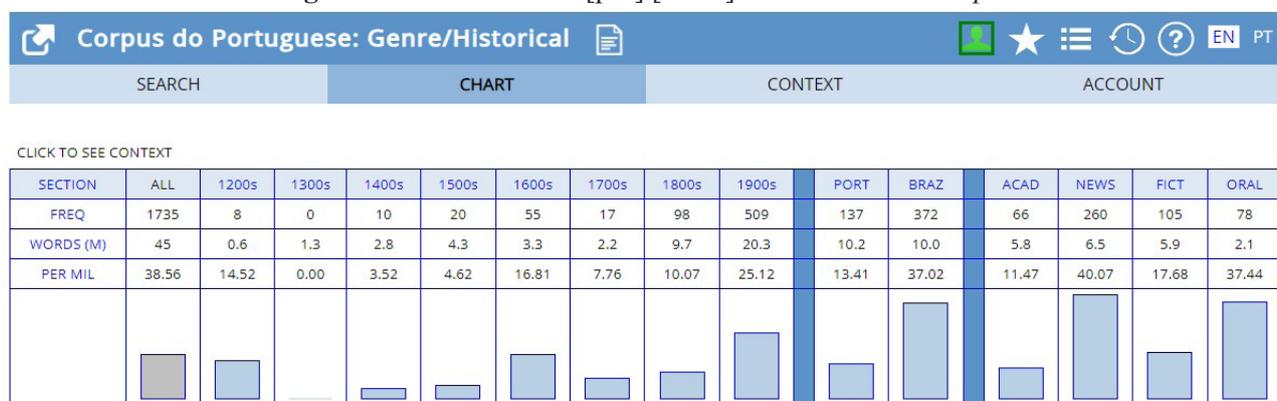
Traugott e Trousdale (2013), que propuseram um modelo teórico para a compreensão da mudança linguística a partir da noção de construções organizadas hierarquicamente em redes, defendem a existência de dois tipos de processo: (i) mudança construcional – quando a mudança afeta apenas um dos níveis do pareamento não resultando, portanto, numa nova construção – e (ii) construcionalização – quando a mudança promove alterações tanto no plano da forma quanto no do conteúdo, gerando, assim, uma nova construção. A construcionalização pode atuar tanto no plano do léxico, originando um novo pareamento forma-significado com sentido lexical, quanto no plano da gramática, processo responsável pelo surgimento de um novo pareamento com função gramatical, como é o caso da construção [por conta de(X)], que, no curso da língua, passa a relacionar dois termos nominais, estabelecendo entre eles uma relação causal.

2. Procedimentos metodológicos

Como nosso objetivo se volta para a descrição da mudança linguística que culminou na construção causal [por conta de(X)] no português, nosso estudo é de natureza diacrônica e se circunscreve a um intervalo de tempo que vai do séc. XIII ao séc. XX. A base de dados eleita para a coleta dos dados foi o *Corpus do Português* (<https://www.corpusdoportugues.org/>), mais especificamente a base dedicada às pesquisas históricas (*genre/historical*), que contempla cerca de 45 milhões de palavras dos anos 1200 a 1900.

O procedimento de coleta dos dados adotou o sistema de busca da própria plataforma e, visando a obter o maior número de exemplares, bem como informações contextuais que nos permitissem interpretar o processo de mudança, adotamos a seguinte chave de busca: [por] [conta]. A partir dela, o sistema de busca gerou um gráfico geral de ocorrências por século, conforme figura 1 a seguir:

Figura 1: Ocorrências de [por] [conta] identificadas no *corpus*



Fonte: *Corpus do Português*

Eliminamos da coleta ocorrências em que o *slot* de [*conta*] era ocupado por um substantivo precedido de determinante e cujo significado correspondia a *operação aritmética* ou era uma metonímia de *terço/rosário*, como se ilustra, respectivamente, a seguir:

- (6) “Nos anos de seiscentos e oitenta de Mahamede **pela conta dos arábios**, e do nascimento de Jesus Cristo” (séc. XVI)
- (7) “[...] duas religiosas corriam os dedos pálidos **pelas contas dos seus rosários**.” (séc. XIX)

Foram igualmente eliminadas do *corpus* 70 ocorrências (15 dados do séc. XIX e 55 dados do séc. XX) correspondentes à construção lexical [por conta própria]. Embora tal construção expresse também a ideia de responsabilidade, um dos sentidos identificados na construção objeto de nosso estudo, a opção por eliminá-la dos dados se deveu à forma, já que o *slot* [de(X)] encontra-se vazio, o que entendemos tratar-se de novo pareamento forma-significado, conforme proposta de Goldberg (1995).

Eliminadas tais acepções, coletamos todos os dados obtidos pelo sistema de busca do séc. XIII até o séc. XIX. Em se tratando do século XX, o gráfico categoriza separadamente os dados do Português Europeu (PE) e do Português Brasileiro (PB), acusando uma frequência maior de uso da construção no PB (cf. figura 1). Nesse século específico, restringimos a busca às ocorrências do PB.

Adotando-se os critérios de coleta ora estabelecidos, chegamos a um total de 437 (quatrocentos e trinta e sete) dados, assim distribuídos por século:

Tabela 1: Distribuição quantitativa dos dados por século

Século	Total de ocorrências	Porcentagem
XIII	07	1,60%
XIV	-	-
XV	08	1,83%
XVI	13	2,97%
XVII	46	10,53%
XVIII	15	3,43%
XIX	71	16,25%
XX	277	63,39%
	437	100%

Fonte: Elaboração dos autores

Os dados coletados em cada um dos oito séculos analisados foram inicialmente categorizados segundo as acepções semânticas extraídas do dicionário Houaiss eletrônico, tanto no verbete *conta* (cf. figura 2), quanto na locução *por conta de* (cf. figura 3):

Figura 2: Verbete *conta* no dicionário Houaiss eletrônico

conta (sXIII cf. IVPM) 

princ. loc. etim. gram.

substantivo feminino

- 1 ato ou efeito de contar, de calcular
- 2 operação aritmética <c. de somar> <c. de subtrair>
- 3 (sXV) pequena peça de materiais diversos (vidro, cerâmica, metal, madeira, plástico etc.), com um furo que a atravessa pelo centro, por onde se pode enfiar arame, fio de linha etc., us como adorno em colares, pulseiras, brincos, ou aplicada em bordados [Ger. é esférica, mas pode ter outros formatos.] <colar de contas>
- 4 p.met.(da acp. 3) esse tipo de peça arrumado como um terço ou um rosário
- 5 anotação das despesas feitas em restaurante, hotel, hospital etc., fornecida pelo estabelecimento e que devem ser pagas pelo responsável pela despesa
- 6 fatura que é mandada para a casa do usuário cobrando por fornecimentos de várias espécies (eletricidade, gás, água, telefone etc.) <c. de gás, de luz etc.>
- 7 m.q. **conta-corrente** (no sentido de 'inscrição em instituição bancária')
- 8 m.q. **prestação** (no sentido de 'quitação periódica') <pagar a c. do crediário>
- 9 m.q. **crediário** (no sentido de 'dívida contraída') <encerrei a c. nesta loja>
- 10 fig. dívida moral para com alguém ou a sociedade <irá pagar a Deus essa c.>
- 11 fig. conceito, reputação <ter alguém em alta (ou boa, ou má) c.>
- 12 (sXVIII) fig. atitude de respeito e consideração; atenção, deferência, importância <sempre dava c. aos mais velhos>
- 13 fig. obrigação de responder pelas ações próprias ou dos outros; responsabilidade <deixou todo o serviço por c. dela>
- 14 comunicação, informação <deu c. do que lhe cabia>
- 15 CONT condensação das operações financeiras e patrimoniais de uma firma, por meio de débitos e créditos, classificados segundo os tipos, apresentando os saldos a favor ou contra
- 16 PUB, MKT contrato mantido com uma agência para que esta realize serviços publicitários, promocionais ou de marketing para determinada organização, marca ou produto

contas : substantivo feminino plural (1500) REL

m.q. terço

Fonte: https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v6-1/html/index.php#1

Figura 3: Locução *por conta de* no dicionário Houaiss eletrônico**por conta de**

- 1 em nome de; para deduzir de <dê-lhe dois mil por c. do seu pagamento>
- 2 por incumbência ou sob a responsabilidade de <despediu-os por c. do diretor>
- 3 mantido, financiado, sustentado por <vive por c. do marido>
- 4 a pretexto de <por c. de sua doença não vai às reuniões de condomínio>
- 5 por causa de <p. conta da nova lei, os impostos serão aumentados>

Fonte: https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v6-1/html/index.php#1

Uma vez estabelecidas as acepções semânticas por século, estas foram agrupadas em três macroacepções segundo os três tipos de relação instanciados, a saber: (i) relações econômicas; (ii) relações sociais e (iii) relação de causa. Os dois primeiros tipos de relação correspondem a usos lexicais da construção e o terceiro configura seu uso gramatical. Identificaram-se também alguns contextos de ambiguidade nos quais havia ora uma confluência entre relações econômicas e sociais, ora uma confluência entre relações sociais e causa. Tais contextos intermediários mostraram-se relevantes para nos fornecer pistas acerca do processo de mudança que culminou na construção causal objeto deste estudo.

Os dados foram, então, quantificados por categoria, considerando-se tanto sua frequência bruta quanto sua frequência relativa. A normalização da frequência é um procedimento necessário para assegurar a confiabilidade dos resultados quando o *corpus* não é balanceado, isto é, quando apresenta

certa discrepância no número de palavras entre os textos ou entre as seções que o compõem. A frequência bruta (ou absoluta) é o número real de ocorrências de uma palavra ou construção num *corpus*. Nesse sentido, a quantificação dos dados será necessariamente impactada pelo número de palavras de cada texto ou seção do *corpus* (no caso do *Corpus* do Português, esse impacto se estabelecerá no número de palavras de cada século), ou seja, quanto maior o número de palavras de um texto ou seção do *corpus*, maior será a chance de que a palavra ou a construção que se está estudando ocorra. Em decorrência disso, adotamos um procedimento de normalização da frequência para que a distribuição dos dados fosse verificada de forma mais fidedigna. Esse procedimento forneceu-nos a frequência relativa (ou normalizada), obtida por meio da seguinte fórmula:

$$\text{frequência relativa} = \frac{\text{frequência absoluta}}{\text{n}^\circ \text{ de tokens do corpus}} \times \text{base para normalização}$$

A frequência relativa é calculada, portanto, dividindo-se a frequência absoluta de uma palavra ou construção pelo número de palavras de um texto ou de uma seção do *corpus* e, posteriormente, multiplicando-se esse número por uma base para normalização, que varia de acordo com as características de cada *corpus* (cf. Biber; Conrad; Reppen, 1998). A frequência relativa pode ser entendida, portanto, como “[...] a média das frequências da palavra em amostras hipotéticas de x tokens do *corpus*, onde x é a base para a normalização [...]” (Brezina, 2018, p. 43, tradução nossa)¹⁴. No caso deste estudo, obtivemos a frequência relativa de ocorrência da construção em cada século por meio de um *script* desenvolvido em linguagem *Python*, que tem como base de normalização o número de 1 milhão (cf. Silva, 2023). A significância estatística da distribuição dos dados naquilo que se refere à verificação se a proporção das classes (lexical e gramatical) é diferente ao longo dos séculos foi aferida pelo teste do qui-quadrado, realizado também em linguagem *Python*, com auxílio da biblioteca *SciPy* (Virtanen *et al.*, 2020). Para a visualização dos dados, utilizou-se a biblioteca *Seaborn* (Waksom, 2021).

3. Análise do processo de mudança da construção causal [por conta de(X)] no português

Nesta seção dedicamo-nos ao cumprimento da tarefa que motivou nosso estudo, qual seja, compreender o processo de mudança que fez com que a construção [por conta de(X)] passasse a estabelecer uma relação de causa na língua portuguesa, bem como analisar o papel da intersubjetificação nesse processo. Iniciemos nossa análise dos dados pela frequência categorial da construção estudada, o que nos permitirá identificar em qual século se processou a mudança.

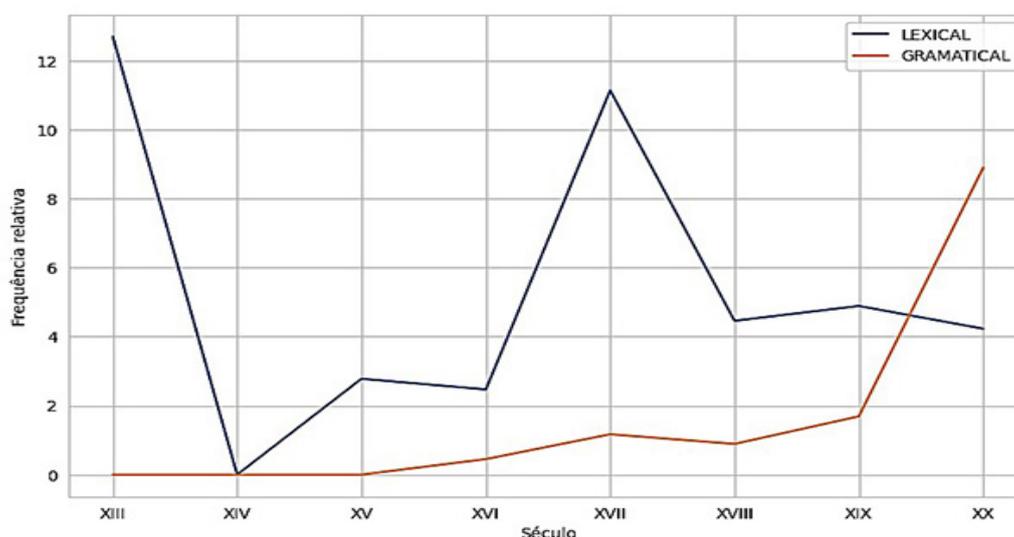
¹⁴ Do original: “(...) the mean of the frequencies of the word in hypothetical samples of x tokens from the corpus, where x is the basis for normalization (...)” (Brezina, 2018, p. 43).

Tabela 2: Distribuição dos dados de acordo com a classe da construção: frequência bruta e frequência relativa (por milhão de palavras)¹⁵

Século	Lexical (Freq. bruta)	Lexical (Freq. rel.)	Gramatical (Freq. bruta)	Gramatical (Freq. rel.)
XIII	7	12,70	0	0
XIV	0	0	0	0
XV	8	2,78	0	0
XVI	11	2,47	2	0,45
XVII	38	11,14	4	1,17
XVIII	10	4,46	2	0,89
XIX	49	4,89	17	1,69
XX	88	4,23	185	8,90

Fonte: Elaboração dos autores

Os dados dispostos na tabela 2 mostram que o uso gramatical da construção, isto é, sua propriedade de instanciar uma relação de causa entre dois termos, surge no século XVI. Comparando-se a frequência relativa dos dois tipos de construção analisados (lexical e gramatical), percebe-se a linearidade do processo de mudança, que parece se consolidar no século XX, quando a frequência gramatical é consideravelmente superior à lexical. Dado que o resultado do teste do qui-quadrado foi estatisticamente significativo ($\chi^2=88,69$, $p=2,50 \times 10^{-18}$), podemos rejeitar a hipótese nula e assumir que a proporção das classes lexical e gramatical é diferente ao longo dos séculos. Os dados dispostos no gráfico 1 nos ajudam a visualizar melhor o processo de mudança:

Gráfico 1: Distribuição de [por conta de(X)] de acordo com a classe ao longo dos séculos

Fonte: Elaboração dos autores

¹⁵ Os dados ambíguos entre uma leitura lexical e uma leitura gramatical (“em favor de ~ causa”, por exemplo) não foram computados nesta tabela (cf. tabela 3).

A frequência relativa dos dois tipos de construção ao longo dos séculos mostra uma oscilação nos usos lexicais e uma ascendência do uso gramatical a partir do século XVI, com uma leve queda no séc. XVIII. A primeira metade do século XIX é o marco da intersecção entre os dois usos, havendo uma expansão do uso gramatical no século XX, acompanhada de uma queda nos usos lexicais, fato que atesta a construcionalização de [por conta de(X)], já que emerge na língua um novo pareamento forma-significado para estabelecer uma relação de causa entre dois termos.

Considerando-se que, conforme Silva (2012)¹⁶, “tal como muitas outras mudanças linguísticas em geral e toda a mudança semântica em particular (ver Silva 2008a), envolve não só factores pragmático-discursivos, mas também factores cognitivos” (Silva, 2012, p. 7-8), passemos, a partir dos dados dispostos na tabela 3 e no gráfico 2, à análise do deslizamento semântico da construção [por conta de(X)] ao longo dos séculos, no intuito de entender as origens desse novo pareamento no português:

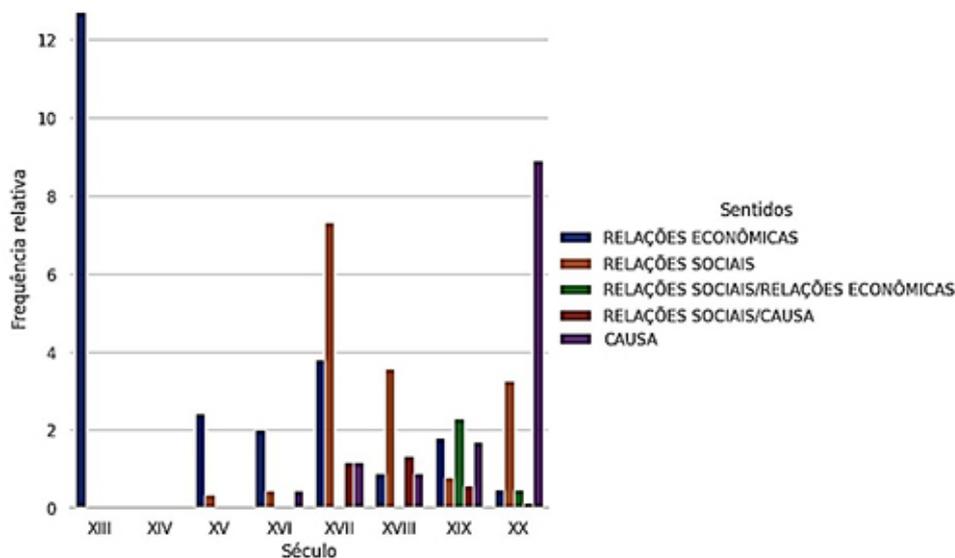
Tabela 3: Distribuição dos dados de acordo com os sentidos da construção: frequência bruta e frequência relativa (por milhão de palavras)

Século	Relações econômicas	Relações sociais	Relações sociais/ec.	Relações sociais/causa	Causa
XIII	7 [12,7]	0 [0]	0 [0]	0 [0]	0 [0]
XIV	0 [0]	0 [0]	0 [0]	0 [0]	0 [0]
XV	7 [2,43]	1 [0,34]	0 [0]	0 [0]	0 [0]
XVI	9 [2,02]	2 [0,45]	0 [0]	0 [0]	2 [0,45]
XVII	13 [3,81]	25 [7,33]	0 [0]	4 [1,17]	4 [1,17]
XVIII	2 [0,89]	8 [3,57]	0 [0]	3 [1,34]	2 [0,89]
XIX	18 [1,79]	8 [0,79]	23 [2,29]	6 [0,59]	17 [1,69]
XX	10 [0,48]	68 [3,27]	10 [0,48]	3 [0,14]	185 [8,90]

Fonte: Elaboração dos autores

¹⁶ Cf. também Silva (2015).

Gráfico 2: Relações semânticas de [por conta (de)] ao longo dos séculos: frequência relativa (por milhão de palavras)



Fonte: Elaboração dos autores

O sentido etimológico da construção [por conta de(X)] e que corresponde a seu uso mais concreto diz respeito a noções relacionadas ao universo da economia, preponderantemente identificados no século XIII, em dados da construção [per conta], que exibem o sentido de valor/quantia de algum pagamento para abatimento do valor total de algum negócio efetuado entre as partes envolvidas, por meio de uma transação financeira:

- (8) Séc. XIII: [per conta] {relações econômicas}
- a. “E se os dñeyros ou ouro ou prata recebeo s o sarradura e ñ **per conta**, ñe per peso, ñe seya ousado dos tomar”.
 - b. “E isto mandamos nos emprestidos que ñe son **per conta** ou per medida ou per peso”.

Tal sentido é oriundo do próprio significado da palavra *conta* (do latim *computus* ‘cálculo, conta’) e se mostra o mais produtivo até o séc. XVI. O sentido instanciado pela construção [por conta de(X)] em seus primeiros estágios se restringe, portanto, à expressão de traços associados a noções econômicas, do campo financeiro, como ilustra ainda o exemplo (9) abaixo, cujo significado remete ao superfaturamento dos senhores dos engenhos com a produção de cana-de-açúcar. Nesse contexto, a construção é ainda bastante composicional e o nome *conta* tem o sentido de titularidade de escrituração para fins de movimentação financeira de algum indivíduo; no caso, dos senhores dos engenhos, que realizavam movimentação financeira oriunda da comercialização do açúcar produzido pela mão de obra escrava nos engenhos.

(9) Séc. XVI: [por conta de(X)] {relações econômicas}

“Ainda que estes gastos são mui grandes, os rendimentos não são menores, antes mui avantajados, porque um engenho lavra no ano quatro ou cinco mil arrobas, que pelo menos valem em Pernambuco cinco mil cruzados, e postas no Reino **por conta dos** mesmos senhores dos engenhos (que não pagam direitos por dez anos de açúcar que mandam por sua conta, e estes dez acabados não pagam mais que meios direitos) valem três em dobro”.

A partir do século XV, emerge um processo de mudança semântica, que promove uma extensão dos sentidos associados estritamente ao universo das relações econômicas para o campo das relações sociais, isto é, um domínio mais amplo de expressão das atividades humanas, conforme ilustra este dado:

(10) Séc. XVI [por conta de(X)] {relações sociais}

“E de todas as outras Provincias, desdo Ganges até a China, davam de todas as fazendas, que naquela Cidade entrassem, a quarta parte a ElRei pela avaliação da Alfandega, e esta avaliada por seus Oficiais, que sempre punham o que valia doze em oito; e que lhes pagariam em outras fazendas, também por avaliação dos mesmos Oficiais que sempre a faziam de feição, que nela ganhavam aqueles Reis a vinte por cento. Isto montava muito áqueles Reis pela grande cópia de navios, e fazendas, que todos os anos iam áquele porto; e a estes costumes chamavam na sua língua, Bullubulião, que se foram também arrecadando **por conta d’ElRei**, pagando-lhes as fazendas em outras, que os Governadores da India mandavam todos os anos pera isso”.

O trecho descreve o sistema de tributação de mercadorias [fazendas] que entravam numa cidade asiática, por meio do qual o rei de Portugal que, na época, detinha o domínio da região, obtinha muitos lucros. Nota-se que o sentido de [por conta de] já não remete mais à noção de titularidade de uma escritura para fins de transações financeiras, mas sim a uma faceta de uma relação social estabelecida mediante a posição hierárquica que o rei ocupa numa escala social e que lhe permite obter vantagens que lhe são concedidas pela imposição materializada pelo domínio territorial levado a cabo pelo sistema político-institucional de expansão, dominação e supremacia monárquicas. A construção em negrito pode ser parafraseada, por conseguinte, como “[...] que se foram arrecadando *em favor d’ElRei*”, fazendo pressupor que o apreço ou que a consideração¹⁷ pelo Rei ou por aquilo que sua figura representava motivava, em alguma medida, a arrecadação.

¹⁷ Semelhante valor é ainda produtivo na contemporaneidade em contextos como este: “O ator ainda deixou no ar a ideia de que Tiago Leifert não tem talento e que só estaria na TV Globo **por conta do** seu pai, que faz parte do quadro de diretores da emissora”. Disponível em: <https://radiojornal.ne10.uol.com.br/noticia/2021/12/14924646-fogo-no-parquinho-icaro-silva-insinua-que-tiago-leifert-so-esta-na-globo-por-conta-do-pai-veja-o-que-ele-disse.html>. Acesso em: 12 fev. 2024, negritos nossos.

No século XVII, emerge outro sentido da construção [por conta de(X)], pertencente ainda ao mesmo campo das relações sociais: trata-se da expressão da ideia de responsabilidade, como ilustra o dado (11):

(11) Séc. XVII [por conta de(X)] {relações sociais}

“Tem obrigação os Meirinhos, e Alcades, de tomarem as armas defezas, prenderem os que acharem de noite, e darem cumprimento aos mandados de prizoens, e execuçoens, que se lhes encarregaõ: dissimulam, e passaõ por tudo, pelo dobraõ, e pela pataca, que lhes metem na bolça; e seguem-se dahi mortes, roubos, e perdas intoleraveis. Corre **por conta dos** guardas, e rendeiros a defenzaõ dos pastos, vinhas, olivais, coutadas, que não as destruaõ os gados alheos; quem os tem avença-se com elles por pouco mais de nada, que vem a ser muito; porque concorrem os poucos de muitas partes, que ficaõ livres para poderem lograr as fazendas alheas, como se foraõ proprias, sem incorrerem nas coimas”.

Nesse trecho, o emprego da construção [por conta de] imputa aos guardas e aos rendeiros a responsabilidade pela proteção das terras de seus respectivos proprietários, embora, não raro, fossem coniventes com a exploração alheia dessas mesmas terras, uma vez que poderiam obter lucros com isso. A paráfrase mais adequada para ilustrar esse outro sentido seria “corre *sob a responsabilidade* dos guardas e rendeiros a defesa dos pastos [...]”, uso que não se aproxima do sentido etimológico mais concreto da construção¹⁸.

Consideramos que esse dado ilustra um caso de subjetificação nos termos de Traugott (2010), uma vez que, por meio desse mecanismo de mudança semântica, o falante usa uma construção que revela sua crença a respeito de quem se responsabiliza pela defesa da terra e das propriedades que nela se encontram, evitando-se uma afirmação de ordem mais neutra e categórica como, por exemplo, “os guardas e rendeiros defendem os pastos [...]”. Esse construto (Traugott; Trousdale, 2013) subjetificado constitui, desse modo, uma estratégia de preservação da face do locutor, na medida em que o isenta de qualquer responsabilidade em relação ao impacto que o conteúdo de uma afirmação mais categórica possa eventualmente causar em seu interlocutor. Note-se que a subjetificação, nesse caso, só é possível a partir da abstração semântica resultante da extensão de sentido para o campo das relações sociais, domínio mais propício para a emergência de marcas subjetivas no enunciado.

O dado (12) reforça o processo de subjetificação ilustrado no exemplo anterior. O trecho apresenta, num diálogo apologético, uma crítica a uma medida do governo português que exigia que o bagaço da azeitona fosse remoído para que se tentasse extrair dele ainda mais azeite. Tal ação ficaria

¹⁸ Observe-se que esse sentido é usado corriqueiramente em contextos nos quais alguém encarrega outrem de realizar alguma tarefa, estabelecendo-se assim um compromisso entre as partes: “O bolo ficará **por conta da** Maria, já os doces e os salgados ficarão **por conta do** João”, ou seja, ficará *sob a responsabilidade da* Maria a compra do bolo, bem como ficará *sob a responsabilidade do* João a compra dos doces e dos salgados, para a realização da festa. Esse é, aliás, o sentido que legitima, segundo os mais puristas (cf. orientações do *Guia do Estudante*, cuja referência se encontra na nota 6), o emprego da construção [por causa de] cuja paráfrase é “a cargo de” (relação social) ou “à custa de” (relação econômica). Outro uso que ilustra o sentido relativo ao domínio das relações sociais é a construção cristalizada [por sua conta]: “Ande rápido porque não estou **por sua conta**”, isto é, realize a sua tarefa imediatamente porque não estou *ao seu total e absoluto dispor*.

sob a responsabilidade da Fazenda Real. Mais uma vez, portanto, é possível observar não apenas a extensão de sentido do domínio das relações econômicas para o campo das relações sociais, como também o mecanismo de subjetificação da construção [por conta de(X)]: ficava *a cargo da (sob a responsabilidade)* Fazenda Real remoer o bagaço da azeitona, do que poderia obter alguma vantagem:

(12) Séc. XVII [por conta de(X)] {relações sociais}

“Basta, que dessa maneira se governa o mundo, ou há quem queira governá-lo! Fonte Velha - Mas, se cuidáreis que são fábulas?! sendo vivos entre nós os Directores do Bagaço, que foi ainda pior que isto, metendo um não sei quem em cabeça a certos Ministros de Portugal que tomassem para a fazenda de el-Rei o bagaço da azeitona, para que, remoído **por conta** da Fazenda Real, tornasse a dar azeite, que ficaria livre a el-Rei com grande utilidade”.

No século XVIII, já está fixado um sentido que se vinha processando desde o século XVI, e que culmina na construcionalização de [por conta de(X)], para a expressão da noção gramatical de causa. O dado (13) mostra uma argumentação contra as apreciações de um indivíduo denominado no texto como “Crítico” que, segundo o autor, tece termos acres para as obras de certos autores, sobretudo as de Chagas, a quem o Crítico, segundo o autor, deveria respeitar por ser um homem [Varaõ] de vida canonizável, motivo suficiente para que suas obras amorosas não fossem censuradas. O sentido de causa resulta de uma abstração das noções expressas no campo das relações econômicas (não subjetivas) e das relações sociais (subjetivas) e o construto não é mais composicional, podendo ser parafraseada, neste exemplo, como “[...] muito mais censurando as suas obras amorosas, **por causa das** quais fez tão ásperas penitências”.

(13) Séc. XVIII [por conta de(X)] {causa}

“O Crítico não poderá negar, que sem reбуço algum trata com termos muito acres aos nossos mais distintos Autores, nomeando os pelos seus proprios nomes, como o Camoens, o Vieira, o Chagas, &c. e a respeito deste ultimo Autor nasce mayor escandalo; porque com o sobrenome de Chagas he hum Varaõ de vida canonizavel, e não devia motejallo o Crítico, usando deste appellido, muito mais censurando as suas obras amorosas, **por conta das** quaes fez taõ asperas penitencias”.

Em função de o falante expressar, por meio da construção, seu intuito de fornecer ao destinatário alguma motivação para o conteúdo veiculado, ocorre, nesse tipo de uso, um caso de intersubjetificação, entendido como o mecanismo por meio do qual uma construção já subjetificada “pode ser recrutada para codificar sentidos centrados no destinatário [...]” (Traugott, 2010, p. 35, tradução nossa¹⁹). Com base nesses dados diacrônicos e no deslizamento semântico ora descrito, estamos propondo que o uso intersubjetificado da construção [por conta de(X)] tenha se desenvolvido a partir de um

¹⁹ Do original: “[...] may be recruited to encode meanings centred on the addressee [...]” (Traugott, 2010, p. 35).

uso já subjetificado, qual seja, o de expressar relações sociais. Essa hipótese pode ser atestada pela existência de dados ambíguos entre uma leitura que expressa o domínio das relações sociais e uma leitura convencionalizada de causa, conforme se ilustra a seguir:

(14) Séc. XVII [por conta de(X)] {relações sociais/causa}

“[...] o que bem poderá relevarme da censura, quando neste me alargue, mais do que quisera ao fervor dos leitores; a quem em vez da elegancia (alhea, ou escusa) ofereço a verdade das cousas, e a incorrupção dos affectos: de que não duvidará, quem conhecer, servem de materiaes, a esta obra, os proprios avisos, cartas, e informaçoes dos Cabos, que obrarão a empreza. Cõ os quaes (igualmente q cõ seus èmulos) eu estou naquella desejada igualdade, raras vezes conseguida de outro, que haja escrito historia de homens viventes. Não tomarei (como costumão os historiadores) **por conta de** meu juizo os secretos dos Principes; nẽ por ostentar misterios, inteligencias, e confianças, passarei do necessario ao incompetente”.

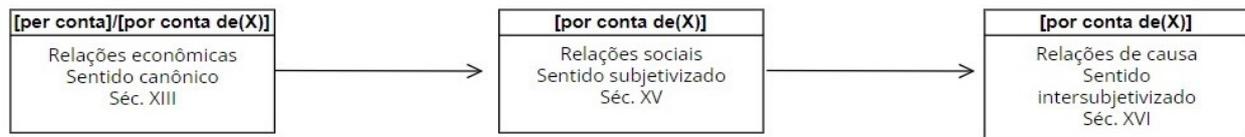
Nesse trecho, o autor se defende de possíveis críticas alegando que oferece a verdade das coisas por meio de fontes confiáveis de indivíduos que participaram dos fatos. Ele ainda diz que não adotará o costume dos historiadores, que tomam, sob sua responsabilidade ou por causa do seu juízo, os segredos dos príncipes. A construção [por conta de meu juízo] é, pois, ambígua entre uma leitura que enaltece a responsabilidade de o autor não tomar os segredos dos príncipes e uma leitura que fornece a causa de ele não realizar tal ação, cabendo ao destinatário a interpretação de uma ou outra acepção.

A possibilidade de se deslocar para o início do período o constituinte causal introduzido pela construção [por conta de(X)], uso, aliás, muito comum no século XX, evidencia de modo mais claro que a construcionalização de [por conta de(X)] como instanciadora de uma relação gramatical de causa deixa entrever o mecanismo de intersubjetificação por meio do qual se estabelece um sentido precípua ao interlocutor. Observe-se que, no dado (15), a supressão do constituinte causal não compromete a legibilidade do enunciado, não obstante ele se faz presente não apenas para especificar textualmente o motivo da compra de três carteiras imobiliárias pela Caixa, mas, sobretudo, para dar a conhecer ao interlocutor tal motivo. Dessa forma, é centrado na relação com o interlocutor que o constituinte causal, em posição deslocada, emerge como uma construção intersubjetiva na língua.

(15) Séc. XX [por conta de(X)] {causa}

“**Por conta da crise**, a Caixa comprou, só em Pernambuco, três carteiras imobiliárias de instituições financeiras liquidadas pelo Banco Central - Econômico, Banorte e Bamerindus - e recebeu, como cessão, as carteiras da Associação de Poupança e Empréstimo de Pernambuco (Apepe) e da Tabajara”.

Em face da análise diacrônica desenvolvida, estamos, pois, em condições de sistematizar o processo de mudança que resultou num novo pareamento forma-significado para instanciar relações de causa no português. A figura 4, a seguir, sintetiza nossa proposta:

Figura 4: Processo de mudança da construção [por conta de(X)] no português

Fonte: Elaboração dos autores

Do séc. XIII ao séc. XVI, a construção [por conta de (X)] era empregada na língua portuguesa predominantemente para instanciar relações econômicas, ligadas ao sentido etimológico do substantivo *conta*. Trata-se, portanto, de um uso mais concreto e não subjetivo, em que o pareamento forma-significado era mais composicional e mais transparente. A partir do século XV, observa-se uma abstração dos usos, que se estendem do campo das relações econômicas, para o das relações sociais. Nesse processo de deslizamento semântico, a construção adquire sentidos outros, ligados a relações de apreço/consideração e de responsabilidade, tornando-se, assim, mais opaca. Tais sentidos denotam subjetividade, já que são mobilizados pelo falante para veicular atitudes e crenças, ao mesmo tempo em que evocam intersubjetividade. Isso porque ao interlocutor cabe o papel de compreender esses novos usos num contexto particular, valendo-se, para tanto, de seu pertencimento à mesma comunidade linguística do falante. Assim é que, no séc. XVI, emerge no português um novo *type* da classe dos conectores lógicos representado pela construção [por conta de(X)]_{causal}. As noções de apreço/consideração e de responsabilidade, que denotam relações sociais abstraídas do sentido concreto do substantivo *conta* (relação econômica), passam a ser concebidas como a fonte, a origem e, por conseguinte, o motivo, estabelecendo, assim, uma relação de causa entre dois termos nominais, conforme se ilustra a seguir:

(16) Séc. XVIII [por conta de(X)] {relações econômicas, relações sociais, causa}

“Foy chamado ao Apostolado juntamente com seu Irmaõ, e a ambos chamou Christo Boanerges, isto he, filhos do Trovaõ. hum, e outro foraõ dos mais favorecidos do Divino Mestre; Assistiraõ com Pedro às glorias de Thabor, e à Oração do Horto. **Por conta do** estreito parentesco, que tinhaõ com Christo, se atreueo sua mãy a pedir ao mesmo Senhor lhe desse as Cadeiras de seus lados. Prégou em Judea, samaria, e depois em Hespanha, e Portugal”

Nesse excerto, é possível vislumbrar nuances das três relações propostas. Ainda que de modo pouco transparente e, portanto, abstrato, a construção [por conta de(X)] pode evocar resquícios de uma relação econômica, ao sugerir que o “estreito parentesco com Cristo”, expressão metafórica para simbolizar relação próxima, pode ser tomado como crédito para a transação pretendida (a concessão das Cadeiras ao lado do Senhor). Por se tratar de permuta não material, tal crédito pode ser interpretado no plano das relações sociais, significando apreço, consideração, influência. Nesse contexto, o falante

busca se valer do prestígio que uma estreita relação com Cristo pode lhe propiciar para obter as graças que deseja. Por fim, no plano da intersubjetividade, o aludido “estreito parentesco com Cristo” pode ser tomado como o motivador (a causa, portanto) capaz de encorajar a mãe a pedir o benefício pretendido, instaurando, assim, a relação de causa, que se mostrou, em nossos dados, a mais produtiva no séc. XX. Dado que o processo de mudança linguística é lento e gradual e que, no caso em estudo, não há concorrência entre as formas, senão coexistência de relações que se dispõem ao longo de um *continuum* de abstração, é natural e previsível que os três tipos de relação identificados convivam na língua em graus distintos de produtividade. Além disso, espera-se que essas formas entrem em processo de concorrência com outras que se equivalham funcionalmente, como é o caso de [por conta de(X)] e de [por causa de(X)]. Não se trata, contudo, de eleger qual das duas é a construção correta para traduzir a relação de causa, mas de reconhecer a (inter)subjetividade dos usos.

Considerações finais

Motivados pela alta frequência da construção [por conta de(X)] para instanciar relações de causa no português, propusemo-nos, nos domínios deste artigo a analisar o processo de mudança linguística que culminou nesse pareamento forma-significado na língua, pautando-nos, para tanto, numa abordagem intersubjetiva de língua(gem) (Traugott, 2010; 2014) e, conseqüentemente, de mudança linguística. Para alcançarmos tal objetivo, empreendemos um estudo de natureza diacrônica cujos dados foram coletados na base de dados do *Corpus do Português* (Davies; Ferreira, 2006) no período compreendido entre os séculos XIII e XX. Estabelecidos os critérios de coleta e de análise dos dados (Cf. seção 2), chegamos a um total de 437 (quatrocentos e trinta e sete) dados. Esse quantitativo de exemplares foi normalizado com base em um *script* desenvolvido em linguagem *Python*, adotando como base de normalização o número de 1 milhão. A significância estatística das frequências lexicais e gramaticais do pareamento em estudo foi calculada com base no teste do qui-quadrado realizado também em linguagem *Python*, com auxílio da biblioteca *SciPy* (Virtanen *et al.*, 2020). Visando a recuperar o processo de mudança semântica que deu origem à relação gramatical de causa, identificamos, numa primeira etapa, os sentidos dos 437 dados integrantes de nosso *corpus* tomando por parâmetro as acepções semânticas listadas pelo dicionário Houaiss eletrônico (https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v6-1/html/index.php#1) e, em seguida, reagrupamos tais sentidos segundo três tipos de relação identificadas: (i) relações econômicas; (ii) relações sociais e (iii) relação de causa.

A análise empreendida revelou que, no séc. XIII, [por conta de(X)] era empregada apenas em seu sentido concreto, ligado a *cálculo* ou *operação financeira*. Seu uso limitava-se, portanto, ao campo das relações econômicas. A partir do séc. XV, nota-se um processo de abstração e extensão dos usos do campo das relações econômicas para o campo das relações sociais. Nesse contexto, emergem as noções de responsabilidade/financiamento e de apreço/consideração, fruto da subjetificação do falante, que visa a codificar suas atitudes e crenças. O uso da construção [por conta de(X)] com valor

causal surgiu na língua no séc. XVI, a partir de um mecanismo de intersubjetificação, por meio do qual uma construção já subjetificada passa a codificar sentidos centrados no interlocutor. O *continuum* da mudança pode, pois, ser assim sintetizado:

[por conta de(X)]LEXICAL	>	[por conta de(X)]LEXICAL	>	[por conta de(X)]CAUSAL
relações econômicas	>	relações sociais	>	relação de causa
não-subjetiva	>	subjetiva	>	intersubjetiva

Identificado o percurso da mudança que culminou na emergência de um novo pareamento forma-significado [por conta de(X)] para instanciar relação de causa no português, bem como um aumento paulatino de sua frequência nessa função na língua ao longo dos séculos, há que se admitir seu processo de variação e concorrência com a variante [por causa de(X)]. Não constituiu objetivo deste estudo analisar tal processo, tampouco especular acerca da vitória de uma das variantes, senão registrar sua existência e legitimidade na língua. Fica, pois, para estudo futuro a análise dessa concorrência.

Referências

- AIJMER, Karin. Contrastive Pragmatics and Corpora. *Contrastive Pragmatics: A Cross-Disciplinary Journal*, v. 1, n. 1, pp. 28-57, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1163/26660393-12340004>. Acesso em: 14 fev. 2024.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1999 [1920].
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989 [1966].
- BIBER, Douglas; CONRAD, Susan; REPPEN, Randi. *Corpus Linguistics: Investigating Language Structure and Use*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- BOYE, Kaspar; HARDER, Peter. (Inter)subjectification in a functional theory of grammaticalization. *Acta Linguistica Hafniensia*, v. 46, n. 1, pp. 7-24, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03740463.2014.950073>. Acesso em: 14 fev. 2024.
- BREMS, Lieselotte. Intersubjectivity and Intersubjectification. In: WEN, Xu; TAYLOR, John R. (org.). *The Routledge Handbook of Cognitive Linguistics*. New York; London: Routledge, 2021. pp. 333-343.
- BREZINA, Vaclav. *Statistics in Corpus Linguistics: A Practical Guide*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.
- BYBEE, Joan. *Phonology and Language Use*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- BYBEE, Joan. Cognitive Processes in Grammaticalization. In: TOMASELLO, Michael (org.). *The New Psychology of Language: Cognitive and Functional Approaches to Language Structure*. Vol. 2. Mahwah; London: Lawrence Erlbaum Associates, 2003. pp. 145-167.

- CROFT, William. *Radical construction grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- CUYCKENS, Hubert; DAVIDSE, Kristin; VANDELANOTTE, Lieven. Introduction. In: DAVIDSE, Kristin, VANDELANOTTE, Lieven, CUYCKENS, Hubert (org.). *Subjectification, intersubjectification and grammaticalization*. Berlin; New York: De Gruyter Mouton, 2010. pp. 1-28.
- DAVIES, Mark; FERREIRA, Michael. *Corpus do Português: Historical Genres*. 2006. Disponível em: <http://www.corpusdoportugues.org/hist-gen/>. Acesso em: 10 jan. 2024.
- ENFIELD, Nick; SIDNELL, Jack. *Consequences of language: From primary to enhanced intersubjectivity*. Cambridge: The MIT Press, 2022.
- GOLDBERG, Adele. *Constructions: A Construction Grammar Approach to Argument Structure*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
- GOLDBERG, Adele. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- JARRETT, Dylan; AMARAL, Patrícia. Usage-Based Approaches to Semantic Change. In: DÍAZ-CAMPOS, Manuel; BALASCH, Sonia (org.). *The Handbook of Usage-Based Linguistics*. Hoboken: Wiley, 2023. pp. 435-454.
- LINELL, Per. Interactivities, intersubjectivities and language: On dialogism and phenomenology. *Language and Dialogue*, v. 4, n. 2, pp. 165-193, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1075/ld.4.2.01lin>. Acesso em: 14 fev. 2024.
- LÓPEZ-COUSO, María José. Subjectification and Intersubjectification. In: JUCKER, Andreas H.; TAAVITSAINEN, Irma (org.). *Historical Pragmatics*. Berlin; New York: De Gruyter Mouton, 2010. pp. 127-164.
- SILVA, Augusto Soares da. Gramaticalização, reanálise e subjetificação. Para uma revisão do conceito de gramaticalização. In: SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel Mouviraldo; LIMA-HERNANDES, Maria Célia. *História do Português Paulista*. Série Estudos Vol. III. Campinas-São Paulo: UNICAMP/Publicações do Instituto de Estudos da Linguagem, 2012. pp. 25-44.
- SILVA, Augusto Soares da. Subjetificação, objetificação e (des)gramaticalização nas construções completivas infinitivas em português, em comparação com outras línguas românicas. In: ENGWALL, Gunnel; FANT, Lars (org.). *Festival Romanistica. Contribuciones lingüísticas – Contributions linguistiques – Contributi lingvistici – Contribuições linguísticas*. Stockholm: Stockholm University Press. 2015, pp. 64-91.
- SILVA, Luis Filipe Lima e. *Corpus do Português Relative Frequency Calculator*. v. 1.0 [software], 2023.
- TRAUGOTT, Elizabeth Closs. (Inter)subjectivity and (inter)subjectification: a reassessment. In: DAVIDSE, Kristin, VANDELANOTTE, Lieven, CUYCKENS, Hubert (org.). *Subjectification, intersubjectification and grammaticalization*. Berlin; New York: De Gruyter Mouton, 2010. pp. 29-74.
- TRAUGOTT, Elizabeth Closs. Intersubjectification and clause periphery. In: BREMS, Lieselotte; GHESQUIÈRE, Lobke; VAN DE VELDE, Frank (org.). *Intersubjectivity and Intersubjectification in Grammar and Discourse: Theoretical and descriptive advances*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2014. pp. 7-28.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs. *Discourse Structuring Markers in English: A historical constructionalist perspective on pragmatics*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2022.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs; DASHER, Richard B. *Regularity in Semantic Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs; TROUSDALE, Graeme. *Constructionalization and constructional changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

VIRTANEN, Pauli *et al.* SciPy 1.0: Fundamental Algorithms for Scientific Computing in Python. *Nature Methods*, v. 17, n. 3, pp. 261-272, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41592-020-0772-5>. Acesso em: 12 fev. 2024.

WAKSOM, Michael L. Seaborn: Statistical Data Visualization. *Journal of Open Source Software*, v. 6, n. 60, pp. 1-4, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.21105/joss.03021>. Acesso em: 14 fev. 2024.

WEINREICH, Uriel, LABOV, William; HERZOG, Marvin. Empirical foundations of a theory of language change. In: LEHMAN, Winfred Philip; MALKIEL, Yakov (org.). *Directions for Historical Linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968. pp. 95-188.

CONSTRUCIONALIZAÇÃO E PARADIGMATIZAÇÃO DAS CONSTRUÇÕES EPISTÊMICAS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

CONSTRUCTIONALIZATION AND PARADIGMATIZATION OF EPISTEMIC CONSTRUCTIONS IN BRAZILIAN PORTUGUESE

Letícia de Almeida Barbosa¹

RESUMO

Este artigo apresenta um refinamento das análises sobre as construções parentéticas epistêmicas (doravante CPE), para apresentar os micropassos da mudança e a paradigmatização das construções de base verbal, adjetival e nominal no português brasileiro. Considerando que, segundo Barbosa (2023), as CPE consolidam-se como construções adverbiais modais por meio de construcionalização gramatical, mudança que consiste na criação de um novo nó na rede dos modalizadores, busca-se, por intermédio da taxonomia contextual de Diewald e Smirnova (2012), descrever os quatro estágios da mudança, considerados pelas autoras como *atípico*, *crítico*, *isolante* e *paradigmático*. Para esta análise, optou-se pela pesquisa em *corpora* constituído de um conjunto de cartas escritas entre os séculos XVIII e XXI, e de amostras de língua falada que registram a variedade do português brasileiro no interior paulista (Gonçalves, 2007). Os resultados encontrados mostram que os subesquemas descritos em Barbosa (2023) evidenciam estágios distintos que são gerados por meio de mudanças construcionais que levam o esquema genérico a alcançar a construcionalização gramatical.

PALAVRAS-CHAVE: Construcionalização. Paradigmatização. Construções Epistêmicas.

ABSTRACT

This paper presents a refinement of the analyzes on epistemic parenthetical constructions (EPC) to present the microsteps of change and the paradigmaticization of *verbal*, *adjectival* and *nominal* in Brazilian Portuguese. According to Barbosa (2023), EPC are consolidated as modal adverbial constructions through grammatical constructionalization, a change that consists of the creation of a new node in the network of modalizers. With the contextual taxonomy of Diewald and Smirnova (2012), it's possible to describe the four stages of change, considered by the authors as *atypical*, *critical*, *isolating* and *paradigmatic* contexts. The analysis of empirical data is based on a corpus consisting of letters written by Brazilian missivists between the 18th and 21st centuries, supplemented, in the latter period, by texts of letters and chronicles published in Brazilian online magazines and samples of speech from a variety of BP (Gonçalves, 2007). The results found show that the subschemes described in Barbosa (2023) demonstrate distinct stages that are generated through constructional changes that lead the generic schema to achieve grammatical constructionalization.

KEYWORDS: Constructionalization. Paradigmatization. Epistemic constructions.

Introdução

O comportamento das construções parentéticas epistêmicas (doravante CPE) é investigado por diversos autores, entre os quais Casseb-Galvão (1999, 2000), Gonçalves (2003, 2015), Fortilli (2013), Carvalho (2017) e Barbosa (2019, 2023). Sob o viés da abordagem construcional (Croft, 2001;

¹ Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/IBILCE) e membra do Grupo de Estudos Sociofuncionalistas (GESF), leticiaalmeidabarboza@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0001-9386-8199>.

Goldberg, 2006; Traugot; Trousdale, 2013), essas construções têm revelado diversos micropassos que atestam gradiência e mudança linguística.

Barbosa (2023) atesta que CPE de base *verbal, adjetival e nominal*, tais como as apresentadas em (1), originam-se de esquemas de subordinação e consolidam-se na rede de construções modais do português brasileiro (doravante PB) como um novo esquema construcional que se dá por meio da *construcionalização gramatical*, processo responsável pela consolidação dos usos apresentados a seguir:

- (1) [[([COP]) ([EU]) [PRED] ([EU]) ([que])]]_{CONSTRUÇÃO PARENTÉTICA EPISTÊMICA}
- a. Fico pensando no que ela pode me dar e antecipadamente sofro os choques que **imagino** estejam reservados para mim [20,1 CP BA]
 - b. cresci... estudei fiz Turismo na Unorp... (**claro**)... morei em Cuiabá também... um ano... [AC-051-NE, L.29]
 - c. Os cidadãos de meia-idade tiveram de se reinventar no cotidiano do trabalho, com a adesão maciça ao home office. Mas, seis meses depois do início da quarentena, pode-se afirmar que as crianças e os adolescentes... Houve, **é verdade**, um louvável empenho das instituições escolares para oferecer aulas por vídeo nesse período (Revista Veja Abril – Carta ao leitor: Uma lição necessária)

Em estudo pancrônico, Barbosa (2023) evidencia aspectos sintático-semânticos como a mobilidade sintática, alteração de escopo e ausência de cópula em CPE nominais que comprovam a consolidação das CPE na rede adverbial modal do PB. Segundo a autora, é somente a partir do século XX que o estatuto adverbial das CPE é definitivamente alcançado, devido ao aumento da variabilidade de posição, que é típica dos adverbiais e a possibilidade de escopo parcial, aspectos característicos da categoria adverbial.

Considerando que o surgimento das CPE se encontra amplamente descrito em Barbosa (2023), neste artigo, focaliza-se o aspecto contextual dessas construções. Para tanto, investiga-se o *cline* contextual que se materializa na existência dos contextos *atípico* e *crítico* que resultam de mudanças construcionais; do contexto *isolado*, quando há diferenciação dessas construções dentro da rede, resultado da construcionalização gramatical, e *paradigmático*, momento em que essas construções passam a compor o inventário das construções adverbiais modais no português.

Visando à descrição dos contextos mencionados acima, este artigo estrutura-se da seguinte maneira: na primeira seção, são apresentados os Modelos Baseados no Uso e as etapas contextuais de Diewald e Smirnova (2012), aspectos teóricos relevantes para esta análise; na segunda seção, são expostos os aspectos metodológicos que embasam a interpretação analítica do fenômeno; a terceira seção contempla as análises e interpretações dos dados; e na última seção, apresentam-se as considerações finais.

1. Os Modelos Baseados no Uso

Ancorando-se na abordagem construcional dos Modelos Baseados no Uso (*MBU*, daqui em diante), compreende-se a língua como um inventário constituído por pareamentos de forma e significado organizados em rede (Bybee, 2016; Traugott; Trousdale, 2013; Goldberg, 1995, 2006). Para os *MBU*, a língua não deve ser concebida como um produto pronto e acabado, mas como um sistema adaptativo complexo, pois, apesar de exibir estrutura aparente e regularidade de padrões, ela exibe, ao mesmo tempo, variação e gradiência (Bybee, 2016, p. 17).

De acordo com Barlow e Kemmer (2000), os *MBU* atuam com base em oito princípios básicos que estão sintetizados a seguir:

- a. *Frequência de uso*: com a rotinização, novas construções vão sendo consolidadas na língua e, conseqüentemente modelam o sistema linguístico;
- b. *Compreensão e produção integradas*: estrutura e comportamento mental encontram-se integrados, pois performance é parte da competência do falante;
- c. *O foco na experiência durante a aquisição da linguagem*: durante o processo de aprendizagem, produção e compreensão são significativos, visto que, primeiramente, as crianças dominam o uso de certas construções e só depois assimilam o uso de padrões linguísticos que regulam a gramática;
- d. *A emergência das representações linguísticas*: o conhecimento linguístico emerge do uso e não é aleatoriamente estocado no sistema cognitivo, pois surge dentro de um contexto sociocomunicativo;
- e. *A importância dos dados de uso*: as teorias linguísticas devem se pautar no uso efetivo da língua, a partir de dados empíricos em corpora;
- f. *Uso, variação sincrônica e mudança diacrônica*: quanto mais os usuários da língua se interagem, maior é a padronização de usos. O falante é a fonte de pequenas mudanças que, em cada estágio, operam as motivações que afetam percepção e produção;
- g. *Sistema linguístico e processos cognitivos gerais*: os processos cognitivos que operam no uso da língua são os mesmos que operam em outros domínios da cognição;
- h. *O papel do contexto*: os significados emergem no contexto que influenciam todos os aspectos da língua(gem) e são capazes de moldar todo sistema linguístico.

O conjunto de princípios apresentados acima evidencia a compreensão do surgimento e da regularização de padrões linguísticos de uso, a partir da consideração dos fatores internos e externos que atuam no processamento da linguagem. Assim, busca-se analisar a linguagem de modo mais amplo, abrangendo além da sua dimensão formal, a dimensão semântica e contextual do sistema linguístico.

A concepção de língua como um sistema adaptativo complexo, cuja estrutura emerge no uso (Hopper, 1987, p. 156), dá ênfase à atuação de processos cognitivos de domínio geral que subjazem

a qualquer atividade humana. Com base nessa premissa, Bybee (2016), ao tratar do modo como esses processos atuam sobre a língua, destaca cinco mecanismos de domínio geral que permitem compreender o modo como a cognição processa a linguagem humana.

O primeiro mecanismo cognitivo apresentado em Bybee (2016) é a *categorização*, entendido como um emparelhamento inconsciente de unidades que ocorrem quando palavras ou construções são associadas a conhecimentos já existentes na mente humana.

Segundo Bybee (2016):

Categorias de exemplares construídas por meio da experiência (em vários domínios) exibem efeitos prototípicos, os quais derivam de pertencimento graduado a uma categoria: alguns exemplares são membros mais centrais da categoria enquanto outros são marginais (Bybee 2016, p. 131).

No domínio da linguagem, a *categorização* pode ser visualizada quando, a partir de um exemplar já existente, o falante é capaz de relacionar outros usos linguísticos considerando as características compartilhadas entre ambos.

Para ilustrar como esse mecanismo processa-se na linguagem, toma-se, como exemplo, o conjunto dos verbos cognitivos *achar*, *calcular* e *supor*. Esses predicados, por apresentarem ao menos uma nuance modal em sua matriz semântica, são recrutados para o domínio *epistêmico* para atuarem ao lado de construções como *crer* e *acreditar* que já são modais por natureza. Assim, em um enunciado como “A reunião será produtiva, *eu acredito*”, a CPE *eu acredito* poderia ser substituída, sem prejuízo de significado, por *eu acho*, *eu calculo* ou *eu suponho*.

O segundo mecanismo cognitivo que atua na linguagem humana é a *analogia*, explicada em Bybee (2016) como um processo cognitivo de domínio geral basilar à mente humana. Aplicado ao domínio da linguagem, esse mecanismo contribui para a criação de novos enunciados em contextos distintos a partir de experiências linguísticas prévias.

Nos dizeres de Bybee (2016), a analogia constitui:

[...] uma fonte importante de criatividade e produtividade na língua que permite a expressão de novos conceitos e a descrição de novas situações é a habilidade de expandir posições esquemáticas nas construções, para preenchê-las com novos itens lexicais, sintagmas ou outras construções. Evidência significativa desse processo se refere a conjuntos específicos de itens que foram previamente usados e armazenados na memória (Bybee, 2016, p. 99).

Na esteira dos mecanismos cognitivos, há a *memória enriquecida*, considerada como um dos processos que se constitui a partir das experiências vividas e estocadas em formas de representações cognitivas. A principal função da analogia é o armazenamento de categorias linguísticas e não linguísticas, pois sua atuação ocorre em diversos domínios do conhecimento humano.

No uso da linguagem, a *memória enriquecida* é concebida como a “estocagem mental de detalhes da experiência humana com a língua, incluindo detalhes fonéticos para palavras e sintagmas,

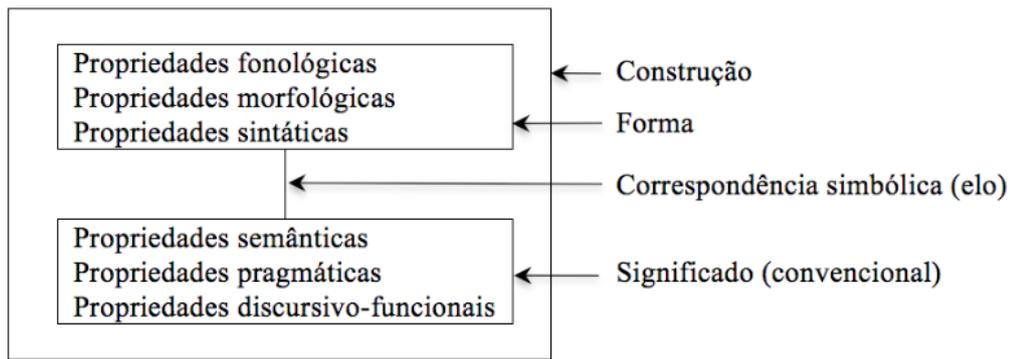
contextos de uso, significados e inferências associadas a enunciados” (Bybee, 2016, p. 27). Esse mecanismo permite que o armazenamento de características decorrentes da experiência do indivíduo com a língua e apresenta relação intrínseca com o processo de categorização, pois ele tem como principal fator o armazenamento de categorias linguísticas e não linguísticas. Para além do domínio linguístico, a atuação da *memória enriquecida* permite que o indivíduo compreenda novos conceitos a partir de conhecimentos prévios.

Outro mecanismo cognitivo importante para a compreensão das construções é o *chunking*, que pode ser concebido como um agrupamento de unidades. Esse processo, no domínio geral da cognição, constitui-se a partir de exemplares construídos com base em experiências consideradas idênticas. Essas experiências exercem impacto nas representações cognitivas e na estrutura neurológica do indivíduo, desenvolvendo *chunks*, ou seja, sequências “embaladas” juntas na cognição humana.

O *chunking* faz com que sequências de unidades linguísticas sejam combinadas, formando unidades mais complexas, porém de processamento mais simples. Esse fenômeno torna-se possível a partir da repetição, que é responsável pelo aumento da frequência de uso, possibilitando que duas ou mais construções sejam processadas como uma só unidade. Esse processo pode ser visto em usos com o morfema *-mente* do português, pois, quando esse morfema é somado aos adjetivos *feliz* e *legal*, possibilita o surgimento das construções adverbiais *felizmente* e *legalmente*, altamente frequentes no PB.

A *associação transmodal*, outro processo cognitivo de domínio geral, relaciona-se à atuação simultânea dos sentidos sob a percepção dos objetos dentro de um contexto específico, assim, os processos implícitos que atuam na detecção de padrões ocorrem entre os níveis encadeados mais altos de nódulos ativados. Por estar implícita no uso da linguagem, a *associação transmodal* permite ao falante identificar o padrão de uso e, em seguida, associá-lo a um pareamento de forma e significado já existente no sistema linguístico.

A língua, como outros sistemas cognitivos, é uma rede de nós ligados por elos, e as associações entre esses nós expressam elos de herança (Langacker, 1987), o que permite identificar construções de origens distintas ligadas em uma mesma rede. Considerá-la um inventário de construções estruturado por meio de redes construcionais leva-nos à interpretação de que toda a arquitetura da língua(gem) é composta por *links* simbólicos de forma e sentido, tal como define Croft (2001):

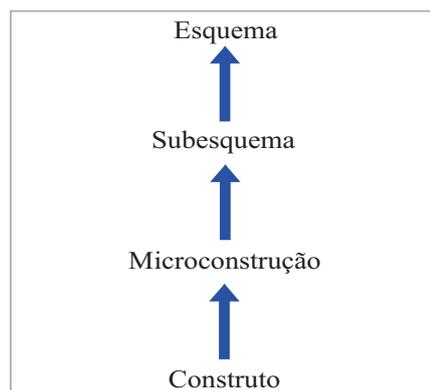
Figura 1: A estrutura simbólica de uma construção

Fonte: Croft (2001, p. 18; tradução da autora)

Com base na representação simbólica da construção esquematizada na figura acima, entende-se que a língua se desenvolve por meio da relação entre as propriedades da forma e as propriedades do sentido, articuladas por meio de um elo de correspondência simbólica, que liga propriedades sintáticas, morfológicas e fonológicas a propriedades semânticas, pragmáticas e discursivas.

Postula-se em Traugott (2008) que, embora as construções tenham o estatuto de independentes, elas encontram-se ligadas a um sistema hierárquico que apresenta diferentes níveis de esquematicidade, podendo, ainda, se interseccionarem.

Traugott e Trousdale (2013) apresentam uma proposta atualizada para a hierarquia construcional, e substituem os termos *macroconstruções*, *mesoconstruções* e *microconstruções*, de Traugott (2008). Os autores reforçam que a língua pode ser compreendida como uma hierarquia organizada em três níveis: *esquemas*, *subesquemas* e *microconstruções*, como se vê abaixo:

Figura 2: Níveis construcionais

Fonte: Elaboração da autora.

Na figura acima, notam-se quatro diferentes níveis que apresentam diferentes graus de generalidade. Os *construtos* são os *tokens* empiricamente comprovados, o lócus da mudança.

As *microconstruções* correspondem às construções individuais já convencionalizadas, e os *subesquemas* representam as características compartilhadas por diferentes microconstruções. O nível do *esquema* apresenta natureza altamente genérica e abstrata, pelo fato de englobar todas as características sintático-semânticas apresentadas nos níveis inferiores.

Consoante Traugott e Trousdale (2013), para caracterizar uma construção, devem ser considerados três parâmetros de análise: *esquematicidade*, *composicionalidade* e *produtividade*.

A *esquematicidade* define-se como generalizações que evidenciam a abstratização de construções linguísticas na mente do falante. Para explicar a *esquematicidade*, Traugott e Trousdale (2013) consideram o aumento de polissemia e os graus de abstratização de uma construção, assim, quanto mais ela se torna polissêmica, maiores possibilidades de uso e graus de abstratização são evidenciados.

Como explicação desse parâmetro, Bybee (2016) sugere que as construções são esquemáticas, porque podem conter partes fixas e partes variáveis, representadas por *slots* que podem ser preenchidos por itens semanticamente relacionados, definindo, dessa forma, construções com significado mais geral ou mais restrito, a depender dos critérios sintático-semânticos de seleção dos elementos linguísticos de cada *slot*.

Segundo Traugott e Trousdale (2013), o parâmetro *composicionalidade* está intimamente ligado ao grau de transparência entre forma e significado. Para os autores, ela se refere à extensão do significado de uma dada construção, ou seja, se o significado resulta da soma do significado das partes da construção, ele é considerado composicional; se o significado se forma a partir do todo da construção, e é autônomo em relação às partes que a compõem, será, portanto, não composicional.

Somado ao parâmetro semântico apresentado acima, a composicionalidade sintática também pode ser avaliada no reconhecimento de uma construção. Uma construção é menos composicional sintaticamente, quando a integridade morfosintática de suas subpartes perde propriedades gramaticais da categoria fonte, e mais composicional sintaticamente, quando essas propriedades morfosintáticas se mantêm.

Em relação à *produtividade* de uma construção, segundo Traugott e Trousdale (2013), ela se refere ao grau com que os esquemas mais abstratos sancionam outras construções menos esquemáticas e o quanto esses esquemas são restringidos, passando a ser especificados a partir do grau de restrição de seus *slots*. Assim, para mapear o grau de produtividade de uma construção mais esquemática deve-se investigar sua capacidade de atrair construções menos esquemáticas na língua.

Destaca-se que o parâmetro *produtividade* envolve a frequência *type* e *token* de uma construção. A frequência de tipo (*type frequency*) é ligada ao nível mais esquemático da construção, podendo ser verificada no subesquema ou na microconstrução. A frequência de ocorrência (*token frequency*) é recuperada e associada tanto à frequência de uma dada construção quanto à frequência de um construto. Nesse sentido, a análise da frequência *type* e *token* será visualizada com base no nível analisado, ou seja, o nível da rede em que se opera.

Em Barbosa (2023), a análise da *esquematicidade, composicionalidade e produtividade* das CPE amplia a compreensão da natureza dessas construções, no que diz respeito ao seu desenvolvimento enquanto construções adverbiais modais.

Além dos pressupostos até aqui apresentados, para compreensão da organização das redes de construções, destacam-se, em abordagem construcional, dois tipos fundamentais à configuração e reconfiguração de redes: a *construcionalização* e a *mudança construcional*.

De acordo com Traugott e Trousdale (2013):

Construcionalização é a criação de signos a partir da combinação entre uma nova forma e um novo significado. Surge, desse modo, um novo nó com uma nova sintaxe ou morfologia e um novo significado codificado na rede linguística dos falantes. Esse processo é acompanhado por mudanças nos níveis de esquematicidade, produtividade e composicionalidade. A construcionalização de esquemas sempre resulta de uma sucessão de micropassos, atestando, assim, a gradualidade do processo (Traugott; Trousdale, 2013, p. 22, tradução da autora).²

Para os autores, a *construcionalização* ocorre associada ao processo de *neoanálise* (nova análise) das propriedades morfossintáticas e semântico-pragmáticas, mudanças que afetam a esquematicidade, produtividade e composicionalidade das construções. Traugott e Trousdale (2013) apresentam dois tipos de construcionalizações que podem ocorrer no processo de mudança: *lexical* e *gramatical*.

Construções que apresentam mudanças na forma e no significado e passam a funcionar como elementos lexicais, como substantivos e verbos, caracterizam processos de *construcionalização lexical*. Quando se trata de mudanças na forma e no significado que levam construções a funcionar como elementos gramaticais, como pronomes ou operadores textuais, são caracterizados processos de *construcionalização gramatical*.

A *mudança construcional* afeta os subcomponentes de uma construção, ou seja, seus fatores sintáticos, morfológicos, fonológicos, semânticos e pragmáticos (Traugott, 2012). Nesse processo não há uma mudança em todos os subcomponentes da construção, mas apenas no polo da forma ou do significado/função.

Neste artigo, parte-se da comprovação de que as CPE resultam de *construcionalização gramatical*, visto que as análises dessas construções em Barbosa (2023) revelam a existência de um esquema genérico $[(COP)] ([EU]) [PRED] ([EU]) ([que)]_{CPE} \leftrightarrow \text{modalização epistêmica}$ que consolida três subesquemas com base distintas: $[(EU)] [PRED]_V ([EU]) ([que)]_{CPE}$, $[[É] [PRED]_N]_{CPE}$ e $[[É] [PRED]_{ADJ}]_{CPE}$ no PB.

Em Barbosa (2023), o surgimento das CPE é amplamente descrito por meio do detalhamento das mudanças construcionais que desencadeiam uma construcionalização gramatical representada pelo novo pareamento de forma e sentido.

² Constructionalization is the creation of form new-meaning new (combinations of) signs. It forms new type nodes, which have new syntax or morphology and new coded meaning, in the linguistic network of a population of speakers. It is accompanied by changes in degree of schematicity, productivity and compositionality. The constructionalization of schemas always results from a succession of micro-steps and is therefore gradual (Traugott; Trousdale, 2013, p. 22).

Para ampliar ainda mais a compreensão da gradualidade da mudança, o presente artigo descreverá, com base na proposta de Diewald (2006) e Diewald e Smirnova (2012), os contextos de surgimento de uma construção, seguindo os estágios apresentados no quadro abaixo:

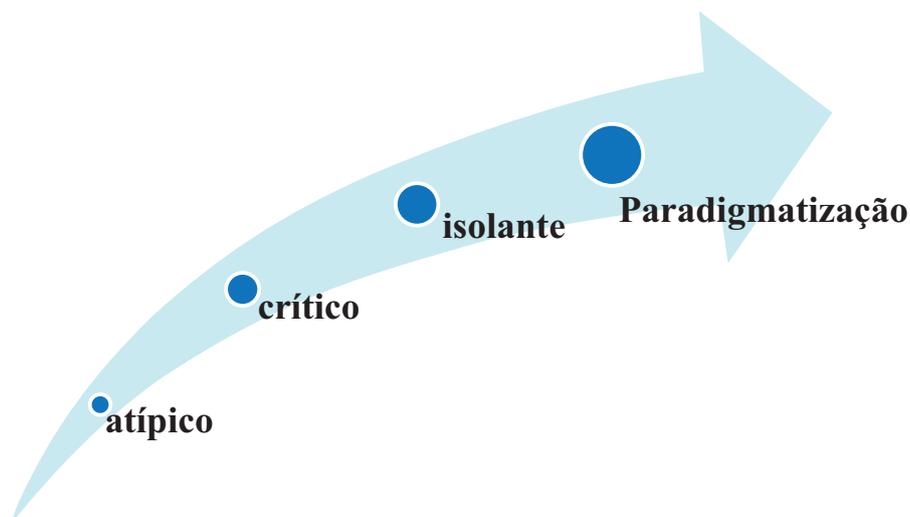
Quadro 1: Tipos de contextos em gramaticalização

Estágio	Contextos	Características
Pré-condições de gramaticalização	Atípico	Implicatura conversacional
Desencadeamento do processo de gramaticalização	Crítico	Opacidade múltipla
Reorganização e diferenciação	Isolamento	Polissemia
Integração paradigmática	Paradigmatização	Oposições/distinções paradigmáticas com significados gramaticais

Fonte: Adaptado de Diewald, 2006, p. 4.

Segundo o quadro acima, a mudança por gramaticalização inicialmente ocorre em contextos *atípicos*, que evidenciam polissemia e inferências ao nível pragmático-discursivo; em seguida, o uso em mudança passa a ocorrer em contextos *críticos*, pois, além da ambiguidade semântica gerada no estágio anterior, ocorre a opacidade estrutural, estágio em que a categoria gramatical já não é mais tão evidente. Posteriormente, a mudança consolida-se no contexto *isolado*, visto que o novo uso se diferencia em relação àquele que lhe serviu de fonte, passando a concorrer com o uso anterior em contextos específicos, e por fim, as autoras propõem a *paradigmatização*, estágio no qual ocorre a inserção do novo item isolado numa específica categoria gramatical da língua.

Figura 3: Os estágios de surgimento de uma construção



Fonte: Elaboração da autora.

Ressalta-se que, neste artigo, focaliza-se o último estágio proposto em Diewald e Smirnova (2012), sob a hipótese de que, logo após o estágio de isolamento, as CPE do PB descritas em Barbosa (2023) consolidaram-se por meio de *construcionalização gramatical*, momento em que a perda de complementizador *que* e escopo parcial tornam-se evidentes.

Para ampliar a compreensão dos micropassos de mudança situados em cada um dos contextos, cada estágio será minuciosamente descrito na quarta seção deste artigo, cujo foco é a análise e a discussão dos resultados. Assim, na próxima seção, será apresentada a metodologia utilizada para alcançar os objetivos desejados nesta pesquisa.

2. Metodologia da pesquisa

Neste trabalho, a investigação dos contextos de surgimento das CPE é de ordem qualitativa e tem como base a utilização de dados de língua fala e de escrita, visto que tais modalidades não se excluem, ao contrário, se completam, em um contínuo composto por traços que as diferenciam, mas que também as aproximam (Koch, 2004).

Abaixo, apresentam-se as fontes das amostras seguidas de um detalhamento de como realizou-se o recorte:

- Tycho Brahe;
- Projeto Para História do Português, Bit-Prohpor;
- Revistas *on-line*: *Veja*, *Superinteressante*, *Galileu* e *Subjetiva*, e cartas do leitor disponíveis na *Folha.com*;
- Banco de dados do Centro de Lexicografia da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, Araraquara, disponível para consulta na sede do Projeto (para ampliação da amostra);
- Banco de Dados do Iboruna (Gonçalves, 2007) – Amostra Censo

Para a investigação dos contextos de surgimento das CPE entre os séculos XVIII, XIX e XX, optou-se pela modalidade “cartas”, organizando-se um conjunto de amostras de cartas oficiais, cartas da administração pública, cartas de leitores e redatores, cartas particulares e cartas pessoais. Com o objetivo de elaborar uma amostra representativa do PB, a seleção de cartas contempla missivistas de diversos estados do Brasil, de forma a evitar tendências de um único espaço geográfico.

Compostas por um pouco mais de trezentas mil palavras, essas amostras distribuem-se em três sincronias, cada uma com uma média de 105 mil palavras. Com o objetivo de elaborar uma amostra representativa do PB, a seleção de cartas contempla missivistas de diversos estados do Brasil, de forma a evitar tendências de um único espaço geográfico. Para o PB do século XXI, tendo em vista a escolha por manter cartas como gênero norteador, selecionaram-se, inicialmente, todas as cartas ao leitor disponibilizadas por quatro revistas *on-line*: *Veja*, *Superinteressante*, *Galileu* e *Subjetiva*, e cartas do leitor disponíveis no site *Folha.com*, de responsabilidade do jornal Folha de São Paulo.

Para a modalidade falada do século XXI, foi utilizado o Banco de Dados do Iboruna (Gonçalves, 2007), mais especificamente a Amostra Censo (AC). Trata-se de um banco de dados de médio porte,

com pouco mais de 1 milhão de palavras, e composto por dois tipos de amostras de fala do interior paulista: Amostra Censo (AC), com 151 entrevistas sociolinguisticamente controladas, e Amostra de Interação Dialógica (AI), com 11 interações dialogadas, coletadas secretamente em situações de livre interação social.

O intuito de incluir amostras de fala na investigação diacrônica deve-se tão somente ao interesse de reunir, tanto quanto possível, uma maior diversidade de padrões de CPE. A tabela abaixo mostra a quantidade de dados encontrados entre as quatro sincronias:

Tabela 1: CPE de base verbal e adjetival entre os séculos XVIII a XXI

Forma de base	XVIII	XIX	XX	XXI	Σ
Verbal	2	4	22	66	94
Adjetival	-	-	45	55	100
Nominal	1	1	19	3	24
Σ	3	5	86	124	218

Fonte: Elaboração da autora.

A seguir, serão apresentadas as discussões acerca do surgimento das CPE de base *verbal*, *adjetival* e *nominal* no PB. Para esta investigação, toma-se como base os pressupostos de Diewald (2006) e Diewald e Smirnova (2012), já discutidos na seção anterior, serão analisadas algumas ocorrências que comprovam a existência dos quatro estágios propostos e corroboram para a compreensão da gradualidade da mudança na abordagem construcional.

3. Análise e discussão dos resultados

O mapeamento dos estágios da mudança das CPE de base verbal, adjetival e nominal permite um maior detalhamento do *continuum* descrito por Barbosa (2023). No PB, o novo pareamento de forma e significado leva essas construções à mudança de categoria, diferenciando-as dos usos de origem.

No contexto atípico, primeiro estágio da mudança, as CPE aparecem em contextos de encaixamento, evidenciando modalidade epistêmica, como se vê em (1), (2) e (3):

- (1) **Acho que** *ele não considera a possibilidade de cidades como Volta Redonda, Campinas, São José dos Campos e Jundiaí se beneficiarem* com a expansão imobiliária (São Paulo, SP - Cartas do leitor - *Folha.com*)
- (2) Permitir a Marcha da Maconha seria como permitir manifestações pelo aborto ou pela pena de morte. Cenas típicas de ditadura não devem ser mais aceitas pela sociedade. **É óbvio que** *o Estado deve seguir o protesto da marcha de perto* e não permitir afronta aos que pensam de outra forma. Mas, de uma vez por todas, precisamos ver e ouvir todas as diferentes visões sobre os mais variados temas, só assim poderemos evoluir socialmente. (Cartas ao leitor – Antônio Palocci, Marcha da maconha, alcoolismo, Ustra - *Folha.com*)

- (3) A Mariana, com seu olhar inocente, não sabe o que se passa lá fora. O seu mundo é cercado de colo e de carinho. **É verdade que**, às vezes, *perdemos um pouco a paciência*. Fora isso, Mariana só recebe amor. Uma avalanche de amor por todos os lados. (Mimimi – Crônicas – Revista Subjetiva)

Os usos em que as CPE ocorrem acima já se encontram em contextos atípicos, pois apresentam os primeiros indícios, ou pré-condições para a formação de novos advérbios modalizadores.

Nesses contextos, há uma expansão que possibilita às construções um significado sugerido, que aparece como uma implicatura conversacional cujo significado, para as de base verbal, pode ser traduzido como *dúvida/incerteza*, e, para as de base adjetival, como expressão de *certeza categórica*.

Em Barbosa (2023), usos como *acho que, parece que, é verdade que* caracterizam o primeiro micropasso da mudança, pois, mesmo com a presença do complementizador *que*, elas não configuram o encaixamento sintático.

O segundo estágio proposto em Diewald e Smirnova (2012) gera opacidade múltipla, pois se perde a possibilidade de identificar a categoria gramatical a qual pertence, uma vez que a construção indica, simultaneamente, características de predicador e advérbio.

A seguir, nas ocorrências (4) e (5), as construções *acho que* e *é verdade que* deslocam-se para posição medial e deixam de apresentar um encaixamento sintático, configurando um contexto crítico da mudança. Em (6), observa-se o apagamento de cópula, característica considerada em Fortilli (2013) e Barbosa (2023) como o indício da mudança das construções de base adjetival, e conseqüentemente, um exemplar do contexto crítico proposto em Diewald e Smirnova (2012).

- (4) Inf.: oito... doEU... assim::... o que doeu mais foi na hora do pon::to... que eu acho que... na hora que eu machuquei num:: foi muita dor não.

Doc.: não?... e depois? você ficô(u) de repo::uso?

Inf.: fique::i **acho que**:: *uma semana um mês uma semana... eu num sei se/ eu acho que já tava pra chegá(r) as férias aí eu acho que eu fiquei uma semana... duas... sem í(r) na escola... mas foi um MÊS de repo::uso... (BDI – AC – 009 – NE: L. 109)*

- (5) Seu intimo amigo e coniventes **é verdade que** *ellas naõ foraõ ainda aprovadas*, mas espera-se que agora o sejaõ, e naõ tenhaõ a mesma sorte que outra ora tiveraõ as mal dirigidas deligencias do incansavel Antonio d'Arruda e Amaral, que achou no Capitam Ioze Correia, hoje seu mais cordial amigo a mesma opposiçaõ. (Livro de Notas / Lançamento de Sesmaria – PHPP - Século XIX)
- (6) Ø **Claro que** *serão anos muito difíceis para o país*, mas, como ocorreu na Argentina, com um plano independente e desenvolvimentista, poderá recuperar sua economia e sua autoestima. (Leitor comenta com ceticismo crise grega - Cartas ao leitor - *Folha.com*)

Ao deslocar-se para a posição medial, as construções de base verbal e adjetival desencadeiam seu real do processo de mudança, que pode ser visualizado por meio do surgimento de um uso particular caracterizado por inúmeras ambiguidades sintático-semânticas, que levam o interlocutor a várias interpretações possíveis.

Em contextos isolantes, como pode ser visto em (7) e (8) consolida-se o processo de gramaticalização³, pois surge o novo significado gramatical, que se isola do significado anterior, desvinculando-se dele, assim, embora o segundo uso tenha surgido do primeiro, devido aos contextos específicos, há uma quebra de dependência entre ambos.

- (7) Doc.: como que é a biblioteca? Inf.: a biblioteca tem::...dois computadores... éh::... seis MEsas... mais ou menos... e VÁRIOS LIVros... *uns troféis que o:::...colégio ganhô(u) eu acho...* (BDI - AC-0013-NE: L. 54)
- (8) Quando terminei o filme, olhei em volta e me vi sozinho, deitado, sem sono, e sem vontade de fazer nada. Já estava assim há três dias. Não por tristeza ou algo do tipo. Pelo contrário. Me sinto confortável, e consigo assumir sem culpa que essa condição também faz parte da minha natureza humana. Ficar sozinho, fazendo nada, por mais que pareça um desperdício de existência, a cada dia se torna uma das minhas atividades favoritas. Também amo ver pessoas, encontrar amigos, viajar *e me divertir de diversas formas, é claro*. Mas é um estilo de vida cansativo. (Carpie diem? - Cartas ao leitor - *Revista Subjetiva*)
- (9) (...) foi **acho** a fase *pi:::or da minha vida...* (BDI - AC - 022 - NE: L. 39)
- (10) Enfim, 1968 não foi um ano qualquer — *outros tiveram imensa relevância, é verdade*, como 1848, o da Primavera dos Povos na Europa; ou 1989, o ano da queda do Muro de Berlim. Mas nenhum deles ecoou tanto...(Um grande ano para Veja - Carta ao Leitor, Revista Veja Abril)

Esses contextos isolantes evidenciam a existência de construções polissêmicas, visto que podem ser acessadas na língua como predicados ou advérbios modais. Em contexto isolado, há dois subesquemas no PB: o primeiro $[(\text{EU}) [\text{PRED}]_v (\text{EU}) [\text{que}]]_{\text{CPE}}$ formado pelas microconstruções *creio que* e *creio eu*, e $[[\text{É}] [\text{PRED}]_N]_{\text{CPE}}$ pela microconstrução *é verdade*. Embora esses subesquemas já estejam presentes desde o século XVIII, eles vão se consolidando a partir das demais sincronias com o aumento da frequência *type* e *token*. No século XIX, novas microconstruções são recrutadas ampliando a produtividade da rede de CPE no PB.

O subesquema de base verbal $[(\text{EU}) [\text{PRED}]_v (\text{EU}) [\text{que}]]_{\text{CPE}}$ passa a licenciar as microconstruções *parece (que)* e *julgo*, que atuam juntamente com *creio que* e *creio eu*. Os usos entre (5) e (8) atestam a mudança devido à mobilidade sintática adquirida, no entanto, nessa fase, o escopo ainda recai no todo do enunciado, da mesma forma que ocorre em contexto de encaixamento.

³ Destaca-se que o processo de gramaticalização e de construcionalização são considerados complementares, embora o primeiro busque focalizar o item, isoladamente, e o segundo toda a construção analisada, inclusive os seus contextos de uso.

Em Barbosa (2023), comprova-se a hipótese de que, em contextos de parentetização, há a possibilidade de a expressão modal recair sobre um ou outro constituinte da sentença, independentemente da posição que ocupam essas construções.

Na posição *medial*, a tendência mais sutil é a de as CPE de base verbal e adjetival escoparem apenas uma parte do conteúdo. Já as que ocorrem em posição *final* tendem mais sutilmente a incidir sobre o enunciado como um todo. Com a mudança de posição, ocorre o aumento de (inter) subjetividade, que se dá a partir da construção do fluxo de atenção linguístico, que tem como ponto de partida o enunciado e não a marca de opinião.

Quando a construção passa para o contexto de isolamento, ocorre sua reorganização e diferenciação, permitindo a consolidação do processo de mudança e uma posterior *paradigmatização*, estágio de que será apresentado a partir daqui.

Para demonstrar a integração paradigmática das CPE em uma nova categoria gramatical, a seguir, apresentam-se as ocorrências (10), (11) e (12) definidas em Barbosa (2023) como construções adverbiais modais, por apresentarem as seguintes características: (i) mobilidade sintática, visto que podem ocorrer em posição medial e final; (ii) perda de constituintes oracionais, por não apresentarem encaixamento entre matriz e subordinada, e (iii) escopo parcial, podendo modalizar todo o enunciado ou parte dele. Esses aspectos sintático-semânticos, segundo Barbosa (2023), são fundamentais para a consolidação da nova construção gramatical.

A rede do século XX apresenta um novo subesquema que é licenciado pelo padrão genérico [([COP]) ([EU]) [PRED] ([EU]) ([que])] _{CPE} ↔ modalização epistêmica]. O novo subesquema representa a consolidação das CPE no PB, pois, além da ampliação da rede, novas microconstruções são licenciadas.

O subesquema de base verbal [([EU]) [PRED]_v ([EU]) ([que])] _{CPE} passa a recrutar nessa sincronia os *types* (*eu*) *creio* (*eu*), *acredito eu*, *penso eu*, *presumo*, (*eu*) *acho* e *parece*. O subesquema de base nominal [[É] [PRED]_N] _{CPE} recruta os *types* *é verdade* e *é fato*, e o subesquema de base adjetival [([É]) [PRED]_{ADJ}] _{CPE} surge com seis *types* disponíveis (*é*) *claro*, *é lógico*, *é certo*, *é óbvio*, *é evidente* e *é possível*.

- (11) Esse homem, lavrador, creio, andando de noite pela fazenda, caíra em um poço abandonado, sem cobertura, e só fora encontrado horas depois, *de manhã*, **penso eu**. (Banco de Dados do Centro de Estudo Lexicográficos da Unesp de Araraquara - Correspondências de Vinicius de Moraes: Querido poeta)
- (12) Que o natal e o ano novo te tragam tudo o que você (e **claro eu!**) sempre sonhou (PHPP - Cartas pessoais - De fã para fã)
- (13) Agora, com a entrada de mais seis cursos o que elevou para vinte e três as modalidades colocadas sob a mira da pesquisa, a USP sofreu uma queda considerável. Manteve, **é verdade**, doze primeiros lugares na graduação e chegou a somar duas novas lideranças às dez que conquistara na pós-graduação no ano passado. mas foi pouco. (Século XX –

Banco de Dados do Centro de Estudo Lexicográficos da Unesp de Araraquara, Corpus mínimo – Revista Veja)

A parte sublinhada ao lado de cada CPE indica o conteúdo escopado pela construção modalizadora. Nesse novo estágio, a categoria adverbial passa a abrigar essas construções, possibilitando ao usuário da língua utilizá-la entre as que já são pertencentes dessa categoria (talvez, possível, provável, certeza, sem sombra de dúvidas, etc.).

O contexto de *paradigmatização* é constatado no momento em que essas construções passam a escopar parte do conteúdo integrando-se na categoria adverbial, como se vê em (11), (12) e (13).

Na ocorrência em (11), reconhece-se o funcionamento típico de advérbio modal devido ao escopo de *penso eu* que recai em apenas parte do enunciado. Ao focalizar a locução adverbial temporal “de manhã”, o locutor demonstra dúvida acerca do momento da queda do homem. Semelhantemente, na ocorrência (12), nota-se o escopo de *é claro* recaindo apenas no pronome de primeira pessoa “eu”. Ao escopar apenas esse termo, o locutor dá ênfase a sua posição como protagonista ao desejar que o natal traga coisas boas.

Por meio dos contextos de uso encontrados, observa-se que as CPE de base nominal seguem o mesmo caminho das demais. Em usos como o encontrado na ocorrência (13), *é verdade* escopa um constituinte do enunciado, cumprindo sua função enquanto advérbio modalizador epistêmico. No contexto de paradigmática, a trajetória de mudança se completa, originando uma nova construção gramatical.

O quadro abaixo apresenta o processo de integração paradigmática, decorrente dos processos de reorganização e diferenciação, que são observados no contexto de isolamento.

Quadro 2: Integração paradigmática das construções parentéticas epistêmicas

Aspectos sintáticos dos esquemas construcionais	[[[COP]] ([EU)] [PRED] ([EU)] [que]] _{MATRIZ}	[[[COP]] ([EU)] [PRED] ([EU)] ([que)]] _{CPE}	[[[COP]] ([EU)] [PRED] ([EU)]] _{CPE}	[[[COP]] ([EU)] [PRED] ([EU)]] _{CPE}
Posição	Inicial	Medial/final	medial/final	medial/final
Escopo	Total	total	total	parcial
Estatuto adverbial	-	+/-	+	+
Contexto de mudança	Atípico	crítico	isolamento	paradigmatização

Fonte: Elaboração da autora

Ressalta-se que a *construcionalização gramatical* descrita em Barbosa (2023) resulta em isolamento contextual, pois consiste em um momento de diferenciação do esquema [[[COP]] ([EU)] [PRED] ([EU)]]_{CPE} ↔ *modalização epistêmica*.

Segundo Barbosa (2023), a alteração entre as subpartes, a nova ordenação dos constituintes e a perda de conexão sintática visualizada no esquema somadas à função intersubjetiva atestam o novo nó na rede dos modalizadores epistêmicos.

Os subesquemas $[[[EU]] [PRED]_V ([EU]) ([que])]_{CPE}$, $[[[É] [PRED]_N]_{CPE}]$ e $[[[É] [PRED]_{ADJ}]_{CPE}]$ passam a integrar o grupo de construções adverbiais modais e, na sincronia atual, embora a rede não apresente novos subesquemas, alguns *types* como *suponho eu* são licenciados e recrutados pelo subesquema de base verbal; já a construção *lógico*, passa a ocorrer sem cópula como um subesquema das CPE de base adjetival.

Considerações finais

A análise dos processos de mudança das CPE do português evidencia quatro contextos de uso distintos: *atípico*, *crítico*, *isolado*, *paradigmático*. Cada um desses contextos está ligado ao comportamento dessas construções, aos micropassos de mudança e seu encaixamento após a construcionalização.

O contexto *atípico* apresenta de inovador o significado epistêmico que as construções de base verbal, adjetival e nominal expressam na língua em contextos de encaixamento sintático. Embora elas ainda se comportem como predicados, reconhece-se que há um comportamento inovador, pelo fato de evidenciarem alto grau de subjetividade.

O contexto *crítico* é reconhecido no momento em que essas construções epistêmicas adquirem mobilidade sintática, aspecto marcante da adverbialidade, e, embora ainda apresentem a presença do complementizador *que*, passa a ocorrer em posição medial, indicando o prenúncio de um novo estatuto categorial.

Perante os dados analisados, interpreta-se como contexto de *isolamento* o momento em que há apagamento do complementizador *que*, mudança que desencadeia a diferenciação entre os subesquemas analisados. Com o aumento da independência sintática, o subesquema $[[[COP]] ([EU]) [PRED] ([EU])]_{CPE}$, definitivamente, adquire o estatuto adverbial.

O contexto *paradigmatização* torna-se evidente quando as CPE, além de desvincularem-se morfossintaticamente das sentenças que se associam, passam a escopar um enunciado parcialmente. Com essa nova característica adquirida, elas passam a expressar intersubjetividade apenas uma parte do enunciado escopado, considerada como aquela que o falante deseja atribuir maior ênfase.

Como resultado dessa mudança, as CPE figuram-se como mais (inter)subjetivas que as construções matrizes de que se originam, porque revelam, por parte do locutor, uma preocupação mais acentuada com a interpretação do destinatário em relação ao conteúdo informado. Nesse sentido, compreende-se que o processo de *construcionalização gramatical* defendido em Barbosa (2023) conduz as CPE à *paradigmatização*, ou seja, ao enquadramento dos seus usos na rede das construções adverbiais modais do PB.

Referências

- BARBOSA-SANTOS, L. A. *O uso de verbos cognitivos em construções parentéticas epistêmicas: uma abordagem do ponto de vista da gramaticalização*. Três Lagoas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2019, 110 p. (Dissertação de Mestrado)
- BARBOSA, L. A. *Construções parentéticas epistêmicas do português brasileiro em perspectiva construcional*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto, 2023, 155p.
- BARLOW, M.; KEMMER, S. *Usage-Based Models of Language*. Stanford: CSLI, 2000.
- BYBEE, J. *Língua, uso e cognição*. Tradução Maria Angélica Furtado da Cunha. Revisão téc. Sebastião Carlos Leite Gonçalves. São Paulo: Cortez, 2016.
- CARVALHO, C. S. De cláusulas matrizes a construções parentéticas epistêmicas: uma abordagem construcional. *Cadernos de Letras da UFF*, Niterói, v. 27, n. 55, pp. 17-41, 2017.
- CASSEB-GALVAO, V. C. *O 'achar' no Português do Brasil: um caso de gramaticalização*. 1999. 167f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- CASSEB-GALVAO, V. C. A atuação de mecanismos desencadeadores de processos de gramaticalização. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 4, n. 7, pp. 44-59, 2º sem. 2000.
- CROFT, W. *Radical Construction Grammar: Syntactic Theory in Typological Perspective*. Oxford: Oxford University Press. 2001.
- DIEWALD, G. Contexts types in grammaticalization as constructions. *In: Special volume 1: Constructions all over – case studies and theoretical implications*. Dusseldorf, 2006.
- DIEWALD, G; SMIRNOVA, E. Paradigmatic integration: the fourth stage in an expanded grammaticalization scenario. *In: DAVIDSE, K. et al. (eds). Grammaticalization and language change – new reflections*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2012, pp. 111-131.
- FORTILLI, S. de C. *Predicados matrizes adjetivais de orações subjetivas no português brasileiro: gramaticalização e dessentencialização*. 2013. 163 f. Tese de doutoramento (Doutorado em Estudos Linguísticos). Unesp/Ibilce. São José do Rio Preto. 2013.
- GOLDBERG, A. E. *A construction grammar approach to argument structure*. Chicago/London: University of Chicago Press. 1995.
- GOLDBERG, A. E. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press. 2006.
- GONÇALVES, S. C. L. *Gramaticalização, modalidade epistêmica e evidencialidade: um estudo de caso no português do Brasil*. Tese de doutoramento, Unicamp, 2003.
- GONÇALVES, S. C. L. *Banco de dados Iboruna: amostras eletrônicas do português falado no interior paulista*. 2007. Disponível em: <http://www.iboruna.ibilce.unesp.br>.

GONÇALVES, S. C. L. Orações completivas em posição argumental de sujeito e o alçamento a sujeito sob perspectiva funcional. In: HORA, D.; PEDROSA, J.; LUCENA, R. (org.). *ALFAL 50 anos: contribuições para os estudos linguísticos e filológicos*. João Pessoa: Ideia, 2015. pp. 367-417.

HOPPER, P. J. *Emergent grammar*. Berkeley Linguistics Society, n. 13, pp. 139-157, 1987.

KOCH, I. G. V. *Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

LANGACKER, R. *Foundations of cognitive Grammar: Theoretical prerequisites*. Standford: Standford University Press, 1987.

TRAUGOTT; E. C. Grammaticalization, constructions and the incremental development of language: Suggestions from the development of degree modifiers in English. In: ECKARDT, R.; JÄGER, G.; VEENSTRA, T. (ed.) *Variation, Selection, Development- Probing the Evolutionary Model of Language Change*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2008. pp. 219-250.

TRAUGOTT; E. C. The status of on set contexts in analysis of micro-changes. In: KYTÖ, M. (ed.). *English Corpus Linguistics: Crossing Paths*. Amsterdam: Rodopi, pp. 221-255, 2012.

TRAUGOTT; E. C.; TROUSDALE, G. *Constructionalization and constructional changes*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

AS ONOMATOPEIAS NA LIBRAS

ONOMATOPEIAS IN LIBRAS

Graciele Kerlen Pereira Maia¹

Elidéa Lúcia Almeida Bernardino²

RESUMO

Desde o reconhecimento do status linguístico das línguas de sinais, várias pesquisas têm reafirmado que as línguas espaço-visuais são línguas naturais, assim como as línguas orais-auditivas. Diante da necessidade de ampliar e enriquecer o conhecimento sistemático sobre as LS, evidencia-se a onomatopeia: figura de linguagem conhecida nas línguas orais por se basear em sons, constituindo-se um campo de estudo profícuo e de grande relevância para a expansão e a consolidação das especificidades das LS. Há poucos estudos que se dediquem exclusivamente em constatar na Libras a figura de linguagem – onomatopeia, que conforme o conceito extraído das línguas orais é uma figura em que palavra ou conjunto de palavras representa um ruído ou som. Empregase metodologia qualitativa de objetivo exploratório e procedimento documental. São utilizados os *softwares* ELAN e *Microsoft Paint* como recursos. Este estudo apresenta três etapas: estudo teórico conceitual; coleta de produções em Libras compondo o *corpus*; análise dos vídeos. Pela necessidade de preencher lacunas deixadas pelos estudos já realizados sobre LS, buscam-se semelhanças e diferenças entre os aspectos teóricos e práticos das onomatopeias na Libras e na LP. O principal objetivo é constatar o uso das onomatopeias na Libras, sendo objetivos específicos traçar semelhanças teóricas a partir de estudos já realizados sobre o tema e buscar similaridades na ocorrência desse recurso na Libras e LP, voltando-se para situações de uso da língua. Por fim, um objetivo que perpassa todos os outros, é o de contribuir de forma significativa para os estudos da Libras, prestigiando e respeitando suas especificidades.

PALAVRAS-CHAVE: Libras. Figuras de linguagem. Onomatopeia. Língua em uso.

ABSTRACT

Since the recognition of the linguistic status of sign languages, several studies have reaffirmed that spatial-visual languages are natural languages, just like oral-auditory languages. Given the need to expand and enrich systematic knowledge about SL, onomatopoeia stands out: a figure of speech known in oral languages for being based on sounds, constituting a fruitful field of study of great relevance for the expansion and consolidation of the specificities of SL. There are few studies dedicated exclusively to verifying the figure of speech in Libras – onomatopoeia, which, according to the concept extracted from oral languages, is a figure in which a word or set of words represents a noise or sound. Qualitative methodology with an exploratory objective and documentary procedure are used. ELAN and Microsoft Paint software are used as resources. This study presents three stages: conceptual theoretical study; collection of productions in Libras composing the corpus; video analysis. Due to the need to fill gaps left by studies already carried out on SL, similarities and differences are sought between the theoretical and practical aspects of onomatopoeia in Libras and LP. The main objective is to verify the use of onomatopoeia in Libras, with specific objectives being to draw theoretical similarities based on studies already carried out on the subject and to look for similarities in the occurrence of this resource

¹ Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), grakerlenmaia@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0002-9983-1650>.

² Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), elidea@ufmg.br, <https://orcid.org/0000-0002-3718-9631>.

in Libras and LP, focusing on situations of language use. Finally, an objective that permeates all others is to contribute significantly to Libras studies, honoring and respecting its specificities.

KEYWORDS: Libras. Figures of speech. Onomatopoeia. Language in use.

1. Introdução

A partir da necessidade de se desenvolver pesquisas que possam elucidar pontos ainda pouco explorados por estudos acerca da Língua Brasileira de Sinais (Libras), decidiu-se tratar da onomatopeia na Libras. O estudo das figuras de linguagem, no caso especificadamente a onomatopeia como recurso expressivo presente em línguas orais-auditivas e em línguas espaço-visuais valoriza não só a legitimidade da Libras como língua, mas também diversos níveis nos quais essa língua merece ser estudada.

Este artigo é um recorte da tese intitulada “*O uso da Libras sob a perspectiva das figuras de linguagem*” e incide nesse ponto, pouco explorado pelos estudos atuais, e propõe uma pesquisa que visa analisar as onomatopeias das línguas de sinais, especificamente na Libras. Esta pesquisa apresenta-se em três etapas. Em um primeiro momento, expõe-se um estudo teórico dos recursos expressivos, com o intuito de delinear um entrelaçamento entre os conceitos de figuras de linguagem – especialmente a onomatopeia – existentes nas línguas orais. Em um segundo momento, realiza-se uma investigação de situações de uso das onomatopeias na Libras. Nessa etapa, apresenta-se uma análise da coleta de vídeos, ou seja, produções em Libras em que há o emprego das onomatopeias, que foram registradas e divulgadas nas redes sociais de acesso e domínio público, com sinalizantes fluentes na Libras, disponíveis nas redes sociais como: *Youtube e Instagram*. Na última etapa da análise, o foco foi o registro. Esses três momentos de análise buscam apontar semelhanças e diferenças entre as motivações, funções e resultados do uso das onomatopeias na Libras.

2. Justificativa

Desde o reconhecimento do status linguístico das línguas de sinais, incitado pelos estudos de Stokoe, na década de 60, várias pesquisas têm reafirmado que as línguas espaço-visuais não são uma forma de linguagem desprovida de estrutura gramatical, mas línguas naturais, assim como as línguas orais-auditivas. Essa constatação fomentou o interesse de pesquisadores acerca das diversas óticas sob as quais as línguas de sinais merecem e precisam ser estudadas. Assim, percebendo que essas línguas careciam de estudos sistematizados, empreenderam-se pesquisas com o intuito de evidenciar e descrever o funcionamento dos aspectos fonológicos, morfológicos, sintáticos, semânticos e pragmáticos das línguas de sinais. (Klima; Bellugi, 1979; Liddell; Johnson, 1990; Quadros, 1995; Quadros; Karnopp, 2004; Stokoe, 1960).

Apesar de já existir uma quantidade considerável de estudos e conhecimentos acerca das línguas de sinais, eles ainda são quantitativamente muito menores em relação aos que existem sobre as línguas orais-auditivas. (Bolgueroni; Viotti, 2013). Diante disso, da necessidade de ampliar e enriquecer o conhecimento sistemático sobre as línguas de sinais, as onomatopeias enquanto figuras de

linguagem, como recurso intrínseco das línguas orais-auditivas e das espaço-visuais, constituem um campo de estudo profícuo e de grande relevância para a expansão e consolidação das especificidades das línguas de sinais.

Embora a atenção de estudiosos como Wilcox (2000); Fowler; Heaton (2006) e Kaneko (2020) de línguas de sinais, já tenha se voltado para as figuras de linguagem, grande parte das pesquisas já empreendidas e em andamento dedica-se à compreensão de apenas algumas das diversas figuras de linguagem conhecidas. Na Libras, há um interesse mormente pela análise de metáforas e de metonímias (Faria, 2003, 2006; Costa, 2015, 2020). E, apesar de os estudos acerca dessas figuras de linguagem serem de suma importância, faz-se necessário atentar-se também para a ocorrência, o funcionamento e as particularidades de outras figuras de linguagem na Libras, no nosso caso a onomatopeia.

Nesse ponto, após reconhecer a relevância da percepção das onomatopeias da Libras, é preciso atentar-se para o quanto um estudo que descreva e analise as especificidades da Libras é capaz de fortalecer seu *status* de língua. Um estudo assim constitui-se um caminho para atribuir maior prestígio à Libras e ampliar nossa compreensão da língua em cada um dos níveis em que ela pode ser analisada. Segundo Quadros (2004), a língua de sinais apresenta todos os níveis de análise de quaisquer outras línguas, ou seja, o nível sintático (da estrutura), o nível semântico (do significado), o nível morfológico (da formação de palavras/sinais), o nível fonológico (das unidades que constituem uma língua) e o nível pragmático (envolvendo o contexto conversacional).

Encarar a presença da onomatopeia, uma figura de linguagem utilizada como recurso expressivo para transmitir através de palavras escritas um som contido no discurso, a fim de torná-lo mais vivo, mais comunicativo e mais rico (Lopes, 1961), dentro de uma língua cuja modalidade não é oral-auditiva, ou seja, uma língua visual espacial motora é um desafio. Diante disso, este estudo nos permite uma reflexão voltada para a especificidade que a Libras traz enquanto língua de modalidade diferente das línguas orais e, por isso, possibilita-nos a expansão dos estudos dessa língua.

3. Objetivos da pesquisa

A partir da necessidade de preencher lacunas deixadas pelos estudos já realizados sobre línguas de sinais, pretende-se buscar semelhanças e diferenças entre os aspectos teóricos e práticos das onomatopeias enquanto figuras de linguagem “sonoras³” na Libras e na Língua Portuguesa. Tem-se, então, por principal objetivo desta pesquisa constatar o uso das onomatopeias na e da própria Libras.

Assim, como forma de pavimentar os estudos sobre as onomatopeias, objetiva-se, em um primeiro momento, traçar semelhanças teóricas a partir de estudos já realizados sobre o tema. Objetiva-se também, em um segundo momento, buscar similaridades na ocorrência desses recursos na Libras e na Língua Portuguesa, voltando-se, após uma reflexão em nível conceitual, para situações de uso da língua. Por fim, há um objetivo que perpassa todos os outros, que é o de contribuir de forma

³ A palavra “sonora”, indicada entre aspas, refere-se ao conceito extraído da LP como figura de linguagem que reproduz, por escrito, sons e ruídos do mundo físico. No entanto, este conceito, baseado em som, não se aplica à Libras, pois esta é uma língua de modalidade visual espacial motora, ou seja, não baseada em som. Por questões de entrelaçamento de conceitos entre língua oral e Libras, foi citado entre aspas.

significativa para os estudos da Libras, prestigiando e respeitando suas especificidades. Cada novo estudo leva-nos à identificação de mais aspectos relevantes da estrutura específica das línguas de sinais (Nascimento, 2013).

4. Figuras de linguagem

Antes de conceituar onomatopeia propriamente, é preciso conversarmos sobre as figuras de linguagem, pois as onomatopeias pertencem a esse grupo.

Figuras de linguagem constituem um amplo grupo de recursos expressivos que buscam incrementar a forma como um indivíduo se comunica; é uma forma especial de expressão do pensamento. (Amaral, 2013; Brandão, 1989; Cegalla, 2002, Lopes, 2010).

As figuras de linguagem são recursos especiais que servem àquele que utiliza da língua oral, escreve ou sinaliza, para comunicar à expressão mais força, cor, intensidade e beleza (Cegalla, 2002).

Lopes (2010); Bergamin *et al.* (2013) configuram as figuras de linguagem como recursos linguísticos utilizados pelos autores para que as obras se tornem mais expressivas. Esses recursos exploram os sons, os movimentos, os sentidos, e as estruturas da língua, bem como suas relações com as coisas do mundo, para criar sentidos novos e expressivos. Elas são capazes de conseguir um determinado efeito que influirá na interpretação do texto pelo leitor. Entretanto, as figuras de linguagem também fazem parte do nosso cotidiano.

Faz parte do senso comum reconhecer que as figuras de linguagem são recursos expressivos utilizados na comunicação que consistem em empregar palavras de forma figurada para criar impacto, produzir e transmitir significados e sentidos não convencionais ou não literais, ou seja, utilizar do sentido figurado, sendo então, formas especiais de expressão que exploram a conotação das palavras, visando surpreender e sensibilizar os interlocutores. O conhecimento dessas estratégias contribui para a compreensão, interpretação e apreciação da linguagem em diversos contextos, como textos jornalísticos, literários e publicitários. Além disso, elas não se limitam à literatura, sendo também usadas na comunicação cotidiana, isto é, conectam o sentido figurado à linguagem poética e cotidiana para ampliar sentidos, criar efeitos expressivos e transmitir emoções.

No decorrer do estudo, refutaremos a afirmativa trazida pelos autores Amaral (2013); Brandão (1989); Cereja; Magalhães (2013); Cereja; Vianna; Damien (2016); Guiraud (1970); Nicola; Infante (1997); Ormundo e Siniscalchi (2018); Ramos (2013); de que as figuras de linguagem seriam baseadas exclusivamente na linguagem figurada ou sentido figurado.

Honeck e Hoffman (2020), no livro *Cognition and Figurative Language*, conceituam a linguagem figurada como o uso do sentido conotativo, metafórico ou subjetivo da linguagem. Ela é aquela que proporciona interpretações abstratas que vão além do sentido literal das palavras e das definições que aparecem nos dicionários. A linguagem figurada é usada para dar mais expressividade ao discurso, para tornar mais amplo o significado da palavra. Além disso, serve para criar significados diferentes ou quando o interlocutor não encontra um termo adequado para o que deseja comunicar.

Podemos dizer, baseados em Dancygier e Sweetser (2014), que o Sentido Figurado significa que um uso é motivado por uma relação metafórica ou metonímica com algum outro uso, um uso que pode ser rotulado como literal. E literal não significa uso cotidiano, normal, mas um significado que não depende de uma extensão figurada de outro significado.

Como supracitado, para pensar um significado como figurado, precisamos pensar que existe algum significado literal a partir do qual ele é ‘estendido’ por alguma relação figurada. Linguagem figurada, entendida aqui como linguagem metafórica baseada na Teoria da Metáfora Conceptual, consiste em compreender e experienciar uma coisa em termos de outra (Lakoff; Johnson, 1980).

Partindo dessa premissa, a linguagem figurada está diretamente relacionada à linguagem conotativa e, diante dessa afirmativa, há um equívoco ao afirmar que as figuras de linguagem são recursos expressivos baseados no uso das palavras e expressões em sentido figurado.

Notadamente, é esta a noção que tem sustentado a abordagem das figuras, e que ainda se encontra amplamente difundida em materiais de ensino de línguas, tais como gramáticas, livros didáticos e dicionários, a noção de que as figuras de linguagem estão enraizadas na linguagem figurativa ou linguagem conotativa. Percebe-se, no entanto, que há figuras que têm, em sua essência, o emprego da linguagem literal ou sentido literal.

Do exposto até aqui, depreende-se que as figuras de linguagem em sua totalidade não podem ser enquadradas numa sistemática de natureza conotativa figurativa. Para Fiorin (2014), o contrário de sentido figurado é o sentido literal.

Muitas são as discussões sobre a questão do sentido literal e as divergências sobre o tema. Assumimos, contudo, que o sentido literal nada mais é que um sentido básico que se entende quando se usa a língua em situações naturais (Marcuschi, 2008), assim, o sentido literal está em oposição ao sentido figurado. Não se trata do sentido dicionarizado, não está vinculado à forma automatizada das palavras, pois elas podem ter vários sentidos literais. O sentido é um efeito do funcionamento da língua e não uma simples propriedade inerente ao item lexical como tal.

Ariel (2002) define que o sentido literal (SL) foi tido originalmente como codificado, composicional, contextualmente invariante, sentencial e vericondicional (condição significativa para identificar a verdade dos enunciados). Seria, segundo a autora: automático, obrigatório, normal – contrário de fortuito, não marcado, não figurativo. Sugere ainda, três aspectos pelos quais o SL poderia ser tomado como básico ou mínimo. Seriam eles: linguisticamente (que se acha inscrito nos usos comuns, dicionarizados); psicolinguisticamente (que se dá como aquele que surge pelos usos intencionais); interacionalmente (que ocorre nos processos interativos negociadamente).

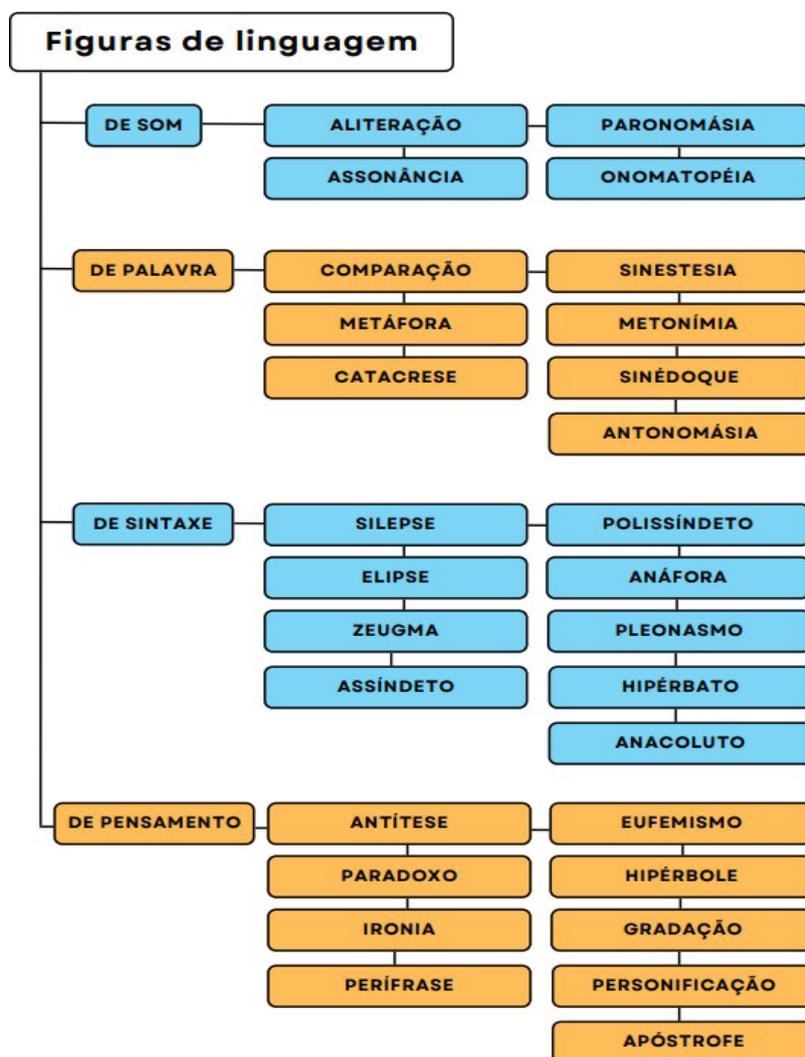
Assim, se um dos aspectos centrais da noção de SL supracitado é sua invariância contextual, sendo que sua essência estaria no conhecimento linguístico dos itens lexicais e de suas regras linguísticas de combinação, isto já não é mais tão seguro. O SL não pode ser mais tido simplesmente como aquilo que é dito, completamente determinado, explícito e convencional. É por isso que há uma discussão entre os estudiosos sobre a não possibilidade de distinção entre sentido literal e sentido figurado da maneira tradicional, já que o SL requer um suporte contextual (tal qual o sentido figurado).

O processamento do SL é, por vezes, inferencial e do sentido figurado é automático em muitos casos – isso sugere que é até mais fácil lidar com o sentido figurado). As formas linguísticas não estão obviamente classificadas entre sentido literal e sentido figurado e vale ressaltar que tal como Searle (1978), citado por Marcuschi (2008), muitos enunciados tomados em sentido literal exigem contextos para sua interpretação.

Trazemos aqui uma classificação comumente referenciada na língua portuguesa por Guimarães e Lessa (1988), que referem a figuras de linguagem como modo de dizer diferente do comum, recursos que enfatizam as sensações, servindo para expressar aquilo que a linguagem comum aceita por todos não consegue expressar satisfatoriamente, portanto são embasadas na linguagem figurada. Ou seja, é uma forma de o ser humano assimilar e expressar experiências diferentes, desconhecidas, novas. Revelam a sensibilidade de quem as produz.

Os autores classificam as figuras em 4 grupos, sendo: figuras de palavras (tropos), figuras de sintaxe ou de construção, figuras de pensamento, figuras de som ou de harmonia, conforme quadro abaixo:

Figura 1: Principais Figuras de Linguagem – Guimarães e Lessa



Fonte: Elaboração das autoras – baseado em Guimarães e Lessa (1988).

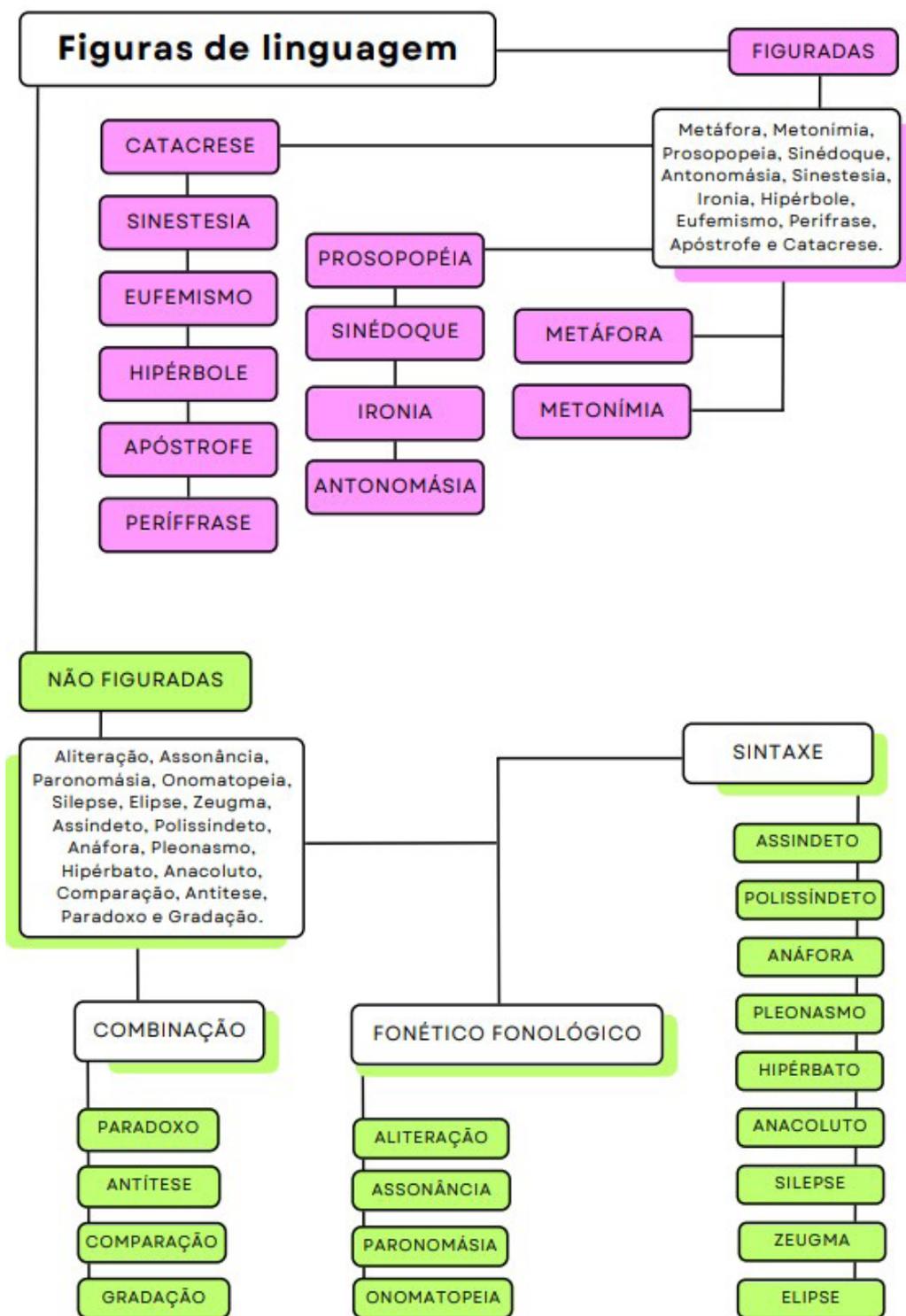
Através desta pesquisa constatamos que existem figuras de linguagem onde ocorre alteração de sentido, ou seja, aquelas que se comportam como linguagem figurada (aqui nomeadas de Figuradas), também chamadas na retórica de Tropos, e aquelas que não se comportam como linguagem figurada (denominadas aqui de Não Figuradas).

Figuras de linguagem Figuradas se comportam como Tropos, e de acordo com Fiorin (2014), Tropos é direção, maneira, mudança, alteração de sentido da palavra, conseqüentemente sentido figurado/conotativo. Sendo a partir de um significado literal ele é ‘estendido’ por alguma relação figurada. É a alteração de significado, é o sentido não literal. É uma expressão lexical usada em um significado considerado ‘não literal’ ou ainda, considerando linguagem figurada como metafórica, as figuras de linguagem figuradas são uma reconceitualização de um domínio (o alvo) em termos de outro (a fonte) (Dancygier; Sweetser, 2014).

As figuras de linguagem ‘Não Figuradas’ são ações enunciativas utilizadas para intensificar e, conseqüentemente, para abrandar o sentido. O emissor, objetivando avivar ou atenuar o sentido, utiliza-se das figuras como adjunção ou repetição com conseqüente aumento do enunciado, supressão com a natural diminuição do enunciado; a transposição dos elementos, ou seja, troca de seu lugar no enunciado; e a mudança ou troca de elementos, o que não quer dizer que elas não provoquem efeitos especiais quando usadas (Fiorin, 2014), ou seja, a movimentação no nível fonológico, morfológico, sintático e semântico causa efeitos tanto quanto as figuras de linguagem que lançam mão da linguagem figurada.

A partir dessa afirmativa que se passa a cogitar na conciliação do critério de ser ‘Figurada’ e ‘Não Figurada’, admitindo que nada de novo é estabelecido, mas apenas se atinge uma esquematização situada em razoáveis níveis de coerência, tendo como meta primordial a de chegar a um sistema que seja simples e coerente, sem deixar de ser abrangente. Foi desse conceito de “Figurado” que partimos para tentar uma classificação para as figuras de linguagem, propondo, assim, uma macro organização baseada na definição de ‘Figurado’ ou ‘Não Figurado’ que as figuras se relacionam.

Figura 2: Figuras de linguagem – nova classificação



Fonte: Elaboração das autoras, baseado na pesquisa.

Portanto, a classificação definida através desta pesquisa é: as figuras de linguagem são divididas em dois macrogrupos, sendo denominados de ‘Figuradas’ e ‘Não Figuradas’. As não figuradas se dividem em: figuras ‘Fonético-fonológicas’, de ‘Sintaxe’ e de ‘Combinação’.

As formas da língua existem para construir sentidos e, por esse motivo, as figuras são ações enunciativas para intensificar, criar o sentido de determinado componente do discurso. São “mecanismos de construção do discurso” (Pires-de-Melo, 2001).

Resumidamente, ao longo da pesquisa, pode-se definir que as figuras de linguagem são recursos estilísticos que consistem no uso da linguagem figurada ou não, seguindo então para uma macro divisão de figuras ‘Figuradas’ e ‘Não figuradas’. As figuradas têm como base e ou comportamento a linguagem figurada. É a criação de um significado a partir da reconceitualização de um domínio (o alvo) em termos de outro (a fonte). Consiste em atribuir a um termo o significado de outro termo, estabelecendo uma relação de semelhança ou de analogia. São elas: Metáfora, Metonímia, Prosopopeia, Sinédoque, Antonomásia, Sinestesia, Ironia, Hipérbole, Eufemismo, Catacrese, Perífrase e Apóstrofe.

Já as Não Figuradas são aquelas que não se comportam como linguagem figurativa, compreendendo as que comportam como sentido literal em nível fonético-fonológico, sintático, imagístico/pensamento. São maneiras de falar distantes daquelas naturais e ordinárias (Brandão, 1989), utilizadas nos níveis: fonético-fonológico – *figuras fonético-fonológicas*, assim chamadas devido aos efeitos produzidos relacionarem-se com os parâmetros fonético-fonológicos da língua; nível do uso de sentido figurado – *figuras figuradas*, caracterizado por criar um novo sentido através do uso do sentido figurado/metafórico; das estruturas sintáticas – *figuras de sintaxe* figuras que movimentam as palavras dentro da frase diferenciando da norma ditada pela gramática normativa da língua; o nível do significado por combinação – *figuras de combinação*, caracterizado como recursos expressivos que trabalham com a combinação de palavras, termos, orações ou expressões dentro do texto, promove um novo dimensionamento ao sentido lógico da frase, do período, da oração. São elas: Aliteração, Assonância, Paronomásia, Onomatopeia, Silepse, Elipse, Zeugma, Assíndeto, Polissíndeto, Anáfora, Pleonasma, Hipérbato, Anacoluto, Comparação, Antítese, Paradoxo e Gradação.

Atentamo-nos então para as figuras Não Figuradas especificamente para as “*figuras fonético-fonológicas*”, pois a figura na qual estamos estudando - a onomatopeia pertence a esse grupo.

Em línguas orais, no caso aqui em estudo a língua portuguesa, as figuras de som também são chamadas de Figuras de dicção, dizem respeito à oralidade, ou às particularidades fônicas do texto, caracterizadas por alteração na pronúncia ou na estrutura das palavras (Pires-de-Melo, 2001). Figuras de som são assim denominadas as figuras de linguagem cujos efeitos produzidos relacionam-se aos sons das palavras (Lopes, 2010).

Entende-se, então, que em determinadas situações, os falantes sentem a necessidade de explorar sons para produzir efeitos de sentido. O uso frequente de alguns desses efeitos sonoros acaba por fazer com que tais efeitos passem a designar figuras de linguagem específicas, chamadas de figuras sonoras ou de som.

Pensando nas figuras de som no contexto de línguas de sinais, há uma diferença marcante que é chamada de modalidade. Isto é, enquanto as línguas orais são produzidas pela articulação vocal e percebidas pelo ouvido, as línguas de sinais são produzidas por movimentos corporais que são percebidos visualmente. Tal diferença reside no canal de comunicação que, muitas vezes, é considerado ser a causa última das diferenças estruturais entre as línguas orais e gestuais.

Portanto, ao se tratar das línguas embasadas na modalidade visual espacial motora, as figuras fonético-fonológicas não exploram os sons, as vias dessa modalidade, mas se fundamentam nos parâmetros fonético-fonológicos da Libras, sendo: configuração de mão, movimento, localização, orientação da mão (Liddell; Johnson, 2000) e expressões não manuais. O estudo fonético-fonológico das línguas de sinais inclui a produção e a percepção de sinais manuais e não manuais.

As figuras de linguagem fonético-fonológicas das línguas de sinais utilizam vários articuladores, como mãos, corpo, expressões faciais, olhos, boca (articulação-boca, gestos-boca), cabeça, movimento, entre outros. Pfau; Quer (2010) enfatizam que além das mãos, o corpo, a cabeça e a face também desempenham papéis importantes e complexos na gramática das línguas de sinais. Os marcadores não manuais, incluindo expressões faciais, são divididos em regiões superior e inferior do rosto, cada uma relacionada a diferentes aspectos sintáticos e morfológicos. Estudos indicam que, durante a comunicação em línguas de sinais, os sinalizantes direcionam sua atenção principalmente para o rosto, onde informações gramaticais essenciais são codificadas de forma não manual (Siple, 1978; Swisher *et al.*, 1989 *apud* Pêgo, 2021).

5. Metodologia

Na busca por identificar e extrair as onomatopeias na Libras, a pesquisa apresenta abordagem qualitativa de objetivo exploratório e procedimento documental. Como recurso metodológico, foram utilizados os *softwares* ELAN e *Microsoft Paint*.

A extração das onomatopeias ocorreu em três etapas. Em um primeiro momento, um estudo teórico conceitual. Em segundo, a coleta de produções em Libras para composição do corpus. Na última etapa, análise dos vídeos.

Na etapa um, o foco esteve em delinear os conceitos de figura de linguagem - onomatopeia existentes nas línguas orais para, com base neles, identificar e descrever os mesmos conceitos na Libras, a partir das semelhanças teóricas conceituais existentes. A comparação das produções dessa figura nas línguas orais e nas línguas de sinais foi meramente conceitual. Assim, como forma de pavimentar os estudos sobre as figuras de linguagem na Libras, em um primeiro momento, o objetivo foi traçar semelhanças teóricas conceituais a partir de estudos já realizados sobre o tema.

Após estudo conceitual das figuras de linguagem a serem analisadas, na etapa dois, foi realizada a coleta de vídeos para a pesquisa, seguindo a linha de método de pesquisa documental de vídeos. Pois, como afirmam os autores Prodanov; Freitas (2013), a pesquisa documental baseia-se em materiais que não receberam ainda um tratamento analítico científico ou que podem ser reelaborados de acordo

com os objetivos da pesquisa, onde são organizadas as informações que se encontram dispersas, conferindo-lhe uma nova importância como fonte de consulta.

A escolha por pesquisa documental de vídeos se justifica pelo fato de que vídeos são utilizados como meio de registro pelas comunidades surdas; o registro da Libras, na maioria das vezes, é em forma de vídeo. Portanto, esta pesquisa foi realizada a partir da coleta de documentos em formato de vídeos em Libras que haviam sido registrados e divulgados em redes sociais, de acesso e domínio público, por sinalizantes fluentes na Libras, disponíveis nas redes sociais como: *Youtube* e *Instagram* que continham as figuras de linguagem que foram alvo desta pesquisa. Cabe salientar que pesquisas em páginas públicas na Internet que não requerem inscrição ou autorização do administrador para se ter acesso ao conteúdo, dispensam avaliação ética e o registro de consentimento. São exemplos aquelas pesquisas realizadas em *websites, blogs, Youtube* etc.” (Ensp/ Fiocruz, 2020)⁴.

Na etapa três, dentre as produções pré-selecionadas, foram escolhidas algumas para análise mais detalhada, ou seja, nesta fase sucedeu-se a análise e registro das ocorrências de situações de uso da onomatopeia na Libras de acordo com os conceitos apurados e expostos no estudo teórico conceitual, de forma mais sistemática, por meio do uso do *software* ELAN e do aplicativo *Microsoft Paint*⁵.

Vale ressaltar que foram selecionados vídeos produzidos originalmente em Libras, ou seja, traduções e interpretações não foram consideradas. Todos os vídeos coletados para análise estão disponíveis, na íntegra, para acesso através de um *QR Code* contendo as sinalizações.

Os vídeos selecionados que compõem nosso *corpus* de análise estão alocados no quadro 1, contendo o título do vídeo e a plataforma da qual foi extraído. Na quarta coluna, tem-se o gênero textual com o qual o vídeo é identificado e por último o link para acessar as produções.

Quadro 1: Identificação dos vídeos selecionados e analisados

VÍDEOS SELECIONADOS	PLATAFORMA	AUTOR	GÊNERO TEXTUAL	LINK PARA ACESSO
Os três machados	Youtube	Rimar R.Segala	Narrativa	https://www.youtube.com/watch?v=dj3MJnJvsY&t=3s
Os Seis Animais Doutores	Youtube	Nelson Pimenta	Fábula	https://www.youtube.com/watch?v=TNQ-mdhFt9g

Fonte: Elaboração das autoras

6. Resultados da pesquisa

Como resultado, por intermédio de estudos teóricos e análises presentes na pesquisa, podemos constatar a presença das onomatopeias na Libras.

⁴ Orientações sobre Ética em Pesquisa em Ambientes Virtuais. Disponível em: https://cep.ensp.fiocruz.br/sites/default/files/orientacoes_eticapesquisaambientevirtual.pdf.

⁵ *Paint* é um *software* que compõe os programas do sistema operacional *Windows* e que possibilita a criação de desenhos e pequenas edições de imagens.

6.1. Onomatopeias

Onomatopeia é uma figura de linguagem não figurada pertencente ao grupo fonético- fonológico em que palavra ou conjunto de palavras representa um ruído ou som. (Guimarães e Lessa, 1988). Para Pires-de-Melo (2001) é a palavra ou expressão que visa reproduzir vozes de animais, ruídos ou sons, naturais ou provocados, por meio da voz humana.

Onomatopeia consiste no aproveitamento de palavras, cuja pronúncia imita sons como vozes de animais, ruídos associados a determinadas emoções e comportamentos humanos, barulhos da natureza e de objetos e outros. É um recurso fonêmico ou melódico que a língua proporciona ao escritor. (Amaral *et al.*, 2013; Cegalla, 2002; Cherubim, 1989; Lopes, 2010; Ormundo; Siniscalchi, 2020; Ramos, 2013).

Nas línguas de sinais, existem estratégias que são usadas para representar os sons, no caso as onomatopeias, de maneira visual e gestual.

Uma das estratégias observadas durante a análise dos vídeos é que os sons onomatopaicos são produzidos pelas articulações-boca que, segundo Pêgo (2021) se constituem em ação, pois a forma de produção é resultado da interpretação visual do surdo sobre o contato com a língua oral que o cerca, ou seja, em movimentos de boca que se originam da língua oral circundante. (Boyes Braem; Sutton-Spence, 2001; Mohr, 2012).

De acordo com Pêgo (2021), dentro do âmbito das expressões não manuais, temos os movimentos de boca, ou ações-boca. Essas ações se dividem em dois principais grupos: as articulações-boca e os gestos-boca. A diferença básica entre esses dois grupos se resume ao fato de que a primeira deriva da língua oral circundante, enquanto o segundo é inseparável da língua de sinais (Crasborn *et al.*, 2008 *apud* Pêgo, 2021). De acordo com a definição supracitada, utiliza-se nessa tese o termo articulação-boca por referir à figura de linguagem ‘onomatopeia’ que é uma estratégia expressiva das línguas orais que imita sons, ou seja, boca é uma incorporação linguística da experiência visual dos surdos sobre a língua oral circundante e ocorre devido ao fato de ela ser mais semelhante à língua oral.

Articulação-boca com foco na produção da figura de linguagem onomatopeia evoca uma imagem sensorial vívida associada ao referente som. Sua principal função é adicionar uma camada imagética de significado a um discurso. Isso pode ser feito através do uso de diferentes aparências visuais formadas pela boca. Essas ações-boca podem não ter um significado proposicional, mas acrescentam ricas imagens sensoriais a uma descrição expressiva.

Interessante refletir que, mesmo os sons, aos quais a maioria dos surdos não têm acesso ou têm acesso limitado, são representados por articulação-boca. Eles não são a representação direta da entrada auditiva, mas sim a reinterpretação de sons experimentados por surdos. Nesse sentido, as articulações bucais onomatopaicas podem ser vistas como uma janela através da qual podemos observar a experiência sensorial única das pessoas surdas.

Alguns padrões de boca na língua de sinais cumprem funções semelhantes às dos ideofones na língua oral. Eles evocam certas sensações ou experiências sensoriais, a única diferença é que suas formas são visuais e não auditivas.

Fowler e Heaton (2006) produziram uma das primeiras publicações voltadas, exclusivamente, para esse tema. Eles apontam que a onomatopeia na língua de sinais envolve uma camada extra de reexperimentação do som: enquanto a onomatopeia oral é uma cópia indireta do som, com a língua de sinais ela incorpora mais: um elemento extra de som como percebida através dos sentidos visuais e físicos, e não através da audição. É visto e sentido, não ouvido: ele replica e transmite a sensação surda do som.

Na narrativa contada por Rimar R. Segala intitulada “Os três machados” (Figura 3), o narrador conta a história de uma mulher bela e admirada por todos que foi transformada em uma sereia por uma bruxa invejosa. A bruxa estabeleceu que a mulher só recuperaria sua forma humana se encontrasse um homem honesto que falasse a verdade. A sereia passou muitos anos na lagoa, desanimada até que um lenhador apareceu. Ao perder seu machado na água, a sereia encontrou três machados, um de ouro reluzente, um de prata e outro velho e enferrujado. O lenhador escolheu o machado velho, mostrando sua honestidade. Surpreendentemente, quando ele recebeu o machado, a sereia se transformou de volta em mulher.

Figura 3: Vídeo “Os três machados - Rimar R. Segala e Sueli Ramalho”.



Fonte: Vídeo “Os três machados”, Segala (2009).

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dj3MJnJvsY&t=3s>

Na narrativa acima, encontram-se onomatopeias dos sons do machado batendo na árvore (03:58 a 04:06) e o som da árvore batendo no chão ao cair 00:04:08, todas representando os sinais manuais e articulação-boca como mostram as figuras abaixo:

Figura 4: Onomatopeia – articulação-boca “pa”



**AÇÃO CONSTRUÍDA - LENHADOR
BATENDO COM MACHADO
ARTICULAÇÃO-BOCA ‘p’**

**AÇÃO CONSTRUÍDA - LENHADOR
BATENDO COM MACHADO
ARTICULAÇÃO-BOCA ‘a’**

Fonte: Imagens do vídeo retirado do *YouTube*, do canal Rimar R. Segala

Figura 5: Onomatopeia – articulação-boca “pa”



**CLASSIFICADOR - LENHADOR
BATENDO COM MACHADO
ARTICULAÇÃO-BOCA ‘p’**

**CLASSIFICADOR - LENHADOR
BATENDO COM MACHADO
ARTICULAÇÃO-BOCA ‘a’**

Fonte: Imagens do vídeo retirado do *YouTube*, do canal Rimar R. Segala

Figura 6: Onomatopeia – articulação-boca – “boom”

**CLASSIFICADOR – ÁRVORE^CAIR
ARTICULAÇÃO-BOCA ‘b’**

**CLASSIFICADOR – ÁRVORE^CAIR
ARTICULAÇÃO-BOCA ‘om’**

Fonte: Imagens do vídeo retirado do *YouTube*, do canal Rimar R. Segala

Nas figuras 4, 5 e 6, a articulação-boca síncrona, produzida com o sinal manual (Pêgo, 2021), inicia juntamente com o sinal na posição vertical e termina quando a sinalização do sinal manual chega ao fim na posição horizontal na altura do tórax do sinalizante.

Na produção (figura 4) Rimar utiliza de uma ação construída⁶ incorporando um lenhador segurando pelo cabo e batendo com o machado na árvore, vale aqui destacar que o sinal de árvore foi realizado antes de a ação construída acontecer. A articulação-boca ‘pa’ segue a ação do sinalizante, conferindo característica onomatopeica do som do machado batendo na árvore. Na segunda composição (figura 5), o sinalizante utiliza de um classificador de instrumento ou manuseio, esse classificador, de acordo com Bernardino (2012), a configuração de mão pode representar tanto o movimento do instrumento ou a função da mão manuseando ou utilizando o instrumento. Uma das configurações de mão está representando tanto a lâmina do machado quanto o movimento dele ao bater na árvore; em contrapartida, na outra mão, há o sinal de árvore incompleto recebendo a pancada. Toda essa ação está associada à articulação-boca ‘pa’, som do machado batendo na árvore.

Em figura 6, tem-se a onomatopeia produzida pela articulação-boca ‘boom’ indicando a queda da árvore, sinalizada aqui por um classificador através da ação “ÁRVORE^CAIR”.

Nos três exemplos supracitados, constata-se a articulação-boca na produção dos sons onomatopeicos e ainda demonstra a simultaneidade dessa articulação síncrona com os sinais manuais produzidos.

⁶ Ação Construída se refere ao recurso das línguas de sinais em que o sinalizante se torna o objeto, assumindo assim o papel do referente que pode ser uma pessoa, um animal ou uma coisa (Quinto-Pozos, 2007; Bernardino *et al.*, 2019).

Na fábula “Os seis animais doutores”, escrita por Nelson Pimenta e identificada pela figura 7, numa extensa floresta, seis animais médicos se reúnem na tentativa de salvar a vida de uma tartaruga em estado terminal, com expectativa de vida de apenas cinco minutos. Durante uma acalorada discussão entre os animais sobre qual seria o melhor método para salvar a tartaruga, o tempo foi se esgotando e ela acabou morrendo sem que a intervenção médica pudesse ocorrer. A fábula, de forma clara, conclui com a mensagem de que existem diversos métodos e opiniões diferentes, mas o respeito mútuo e a união são essenciais para superar todos os obstáculos.

Figura7: vídeo “Os Seis Animais Doutores”



Fonte: Vídeo “Os Seis Animais Doutores”, Pimenta (2020).
Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TNQ-mdhFt9g>

Nelson Pimenta produz uma onomatopeia, o “rugir” do leão (00:19 a 00:21), lançando mão da articulação-boca. As imagens (figura 8) ilustram um exemplo de quando o autor produz a articulação-boca ‘roar’ com o sinal manual constante, ou seja, o sinal manual no caso aqui representado por uma ação construída (quando o sinalizante toma a forma do leão com as patas sobrepostas) está inativo, pois as mãos e os braços estão fixos na configuração da ação construída descrita, a ação-boca realiza a onomatopeia “independente”, sem a movimentação do sinal manual; o significado do rugido do leão ‘roar’ realizado pela articulação-boca preenche a ação construída realizada pelo sinalizante.

Figura 8: “Onomatopeia – articulação-boca “roar”

AÇÃO CONSTRUÍDA - LEÃO RUGINDO
ARTICULAÇÃO-BOCA ‘roar’

Fonte: Imagens do vídeo retirado do *YouTube*, do canal Nelson Pimenta

Na sinalização de Nelson Pimenta, o rugir do leão produz uma onomatopeia denominada pelo pesquisador Michiko Kaneko (2020) de “Onomatopeia icônica” onde as formas fonte e alvo pertencem ao mesmo sentido (mapeamento “som-som” ou mapeamento “visual-visual”), ou seja, o sinalizante entrega uma articulação-boca (movimento de cabeça, expressões faciais, mostra dos dentes e outros) que representa visualmente o referente com o movimento que o leão faz ao rugir, o que é um “som” perceptível visualmente e entregue visualmente (mapeamento visual-visual). Ao longo dessa sinalização, a onomatopeia produzida através da combinação articulação-boca com as demais expressões não manuais desempenha um papel fundamental ao fornecer ao receptor uma intensa sensação visual do bramir do leão, devido à descrição da cena, o que igualmente provoca uma resposta auditiva semelhante a uma onomatopeia das línguas orais.

As onomatopeias nas línguas de sinais são baseadas na expectativa e na interpretação do evento por pessoas surdas. Ao invés de sons reais (Fowler; Heaton, 2006), Rimar (figuras 4, 5 e 6) produz os sinais conjuntamente às articulações-boca ‘pa’ e ‘boom’, que evocam uma sensação física na mente da pessoa surda sinalizante através da visão, ou seja, ao bater o machado (‘pa’) e a queda da árvore (‘boom’), esses elementos criam um forte impacto representado por meio da ação-boca.

Observa-se que Nelson Pimenta, ao se referir ao rugido do leão, sinaliza a articulação-boca abrindo-a levemente e, depois, pressionando-a novamente. Essa sequência é a onomatopeia que é usada para produzir o som ‘roar’. A descrição desse rugido faz parte de uma expressão de emoções, transmitindo como som produzido. Como Fowler e Heaton (2006), Bridges (2007) enfatiza que os movimentos vêm da imitação visual de sons esperados, e não dos sons reais produzidos em tais ocasiões.

Percebe-se que as onomatopeias são recursos expressivos não figurados que desfrutam de recursos fonético-fonológicos, ou seja, o emissor escolhe, pelo acréscimo desses recursos, causar o sentido desejado no receptor, aqui pesquisados na Libras, destacando-se pelos usos das expressões

não manuais, ou mais especificadamente, as articulações-boca usadas conjuntamente aos sinais manuais. Compreendemos, portanto, que as onomatopeias produzidas através da articulação-boca não são mera decoração para sinais manuais, porém, têm igual valor e importância, assim como o poder de mudar inteiramente o sentido de uma sinalização. Elas contribuem para a entrega holística do discurso e muitas vezes oferecem uma interpretação simbólica. Além de permitir que o receptor da mensagem experimente visualmente o mesmo evento que o som provocaria em um ouvinte, adicionando mais expressividade, realidade e autenticidade à produção.

A onomatopeia da língua de sinais não é apenas capaz de recuperar o poder da arte de apelar para os sentidos, mas também de ampliar os limites da linguagem e destacar seu potencial criativo e expressivo.

Considerações finais

A onomatopeia é uma figura de linguagem não figurada que pertence ao grupo fonético-fonológico e tem como principal característica a representação de ruídos, sons naturais ou provocados, por meio da linguagem humana. Este recurso expressivo é observado tanto nas línguas orais quanto nas línguas de sinais, onde as articulações-boca, por meio de uso de classificadores e incorporação das expressões não manuais desempenham um papel fundamental na criação de imagens sensoriais vívidas e na reinterpretação dos sons experimentados pelos surdos.

A extração das onomatopeias ocorreu em três etapas. Inicialmente, realizou-se um estudo teórico conceitual, focado em delinear os conceitos de figura de linguagem e onomatopeia presentes nas línguas orais, com o objetivo de identificar e descrever esses conceitos na Libras, com base nas semelhanças teóricas e conceituais existentes.

Em seguida, procedemos à coleta de documentos em formato de vídeos em Libras, disponíveis em redes sociais de acesso público, como *Youtube* e *Instagram*, com sinalizantes fluentes na língua. Esses vídeos foram utilizados para compor o corpus.

Por fim, conduzimos uma análise detalhada dos vídeos coletados. Entre as produções pré-selecionadas, foram escolhidas duas do *Youtube*: uma narrativa intitulada “Os três machados” e uma fábula “Os Seis Animais Doutores”, sinalizadas por Rimar R. Segala e por Nelson Pimenta, respectivamente. Nesta fase, ocorreu a análise e registro das ocorrências de uso das onomatopeias na Libras, de acordo com os conceitos apurados no estudo teórico-conceitual, de forma mais sistemática, por meio do uso do *software* ELAN e do aplicativo *Microsoft Paint*.

Vale ressaltar que todos os vídeos coletados para análise estão disponíveis na íntegra para acesso, por meio de um *QR Code* contendo as sinalizações.

A onomatopeia na língua de sinais não se limita a ser uma mera decoração para os sinais manuais, mas possui um valor e importância igualmente significativos. Ela pode mudar, completamente, o sentido de uma sinalização, contribuindo para a entrega holística do discurso e permitindo que o receptor da mensagem experimente visualmente o mesmo evento que um som provocaria em um ouvinte. Isso adiciona expressividade, realismo e autenticidade à comunicação na língua de sinais.

Referências

- AMARAL, Emilia; FERREIRA, Mauro; LEITE, Ricardo. *Novas palavras*: 1º ano. 2. ed. São Paulo: FTD, 2013.
- ARIEL. Mira The Demise of a Unique Concept of Literal Meaning. *Journal of Pragmatics*, v. 34, n. 4, pp. 361-402, 2002.
- BERGAMIN, Cecília; BARRETO, Ricardo G.; SANTA BARBARA, Marianka G.; MARTINS, Matheus. *Ser Protagonista: língua portuguesa*. São Paulo, SP: Editora SM LTDA, v. 1-3, 2013.
- BERNARDINO, Elidéa L. A. O uso de classificadores na língua de sinais brasileira. *ReVEL*, v. 10, n. 19, 2012. Disponível em: <https://www.revel.inf.br/pt>. Acesso em: 01 fev. 2024.
- BERNARDINO, Elideia L. A.; MARTINS, Dinalva A.; MOURA, Jéssica C. B. M.; BASTOS, Stefanie V. A ação construída na Libras conforme a Linguística Cognitiva. *Signótica*, v. 32: e62990, p. 1-27, 2020. ISSN: 2316-3690. Disponível em: <http://https://www.revistas.ufg.br/sig/issue/view/2157>. Acesso em: 01 fev. 2024.
- BOLGUERONI, Thais; VIOTTI, Evani C. Referência Nominal em Língua de Sinais Brasileira (Libras). *Revista Todas as Letras*, v. 15, n. 1 (ja/ju), p. 15-50, 2013. Acesso em: 04 jan. 2024.
- BOYES BRAEM, Penny; SUTTON-SPENCE, Rachel (org.) *The hands are the head of the mouth*. Hamburg: Signum-Verlag, 2001. v. 1. 291p.
- BRANDÃO, Roberto O. *As Figuras de Linguagem*. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- BRIDGES, Byron *Making Sense of Visual Mouth Movement: A Linguistic Description*. Unpublished PhD diss., Lamar University. 2007.
- CEGALLA, Domingos P. *Novíssima gramática de língua portuguesa*. 45. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002.
- CEREJA, William R.; MAGALHÃES, Thereza C. *Português: linguagens*. São Paulo: Saraiva, 2013.
- CEREJA, William; VIANNA, Carolina D.; DAMIEN, Christiane; *Português Contemporâneo: Diálogo, Reflexão e Uso*. São Paulo: Saraiva, 2016.
- CHERUBIM, Sebastião *Dicionário de Figuras de Linguagem*. São Paulo: Pioneira, 1989.
- COSTA, Josiane M. da. *Leitura e Compreensão de expressões metafóricas em português como L2 por surdos sinalizadores*. 2015. Dissertação (Linguística Aplicada) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2015, 155 f.
- COSTA, Josiane M. da. *O ensino de metáforas em Língua Portuguesa para surdos bilíngues Libras-Português*. 2020. Tese de doutorado - Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos - Universidade Federal de Minas Gerais, 2020, 173 f. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/34045/1/Costa_2020_Tese_Doutorado.pdf. Acesso em: 4 jan. 2024.
- DANCYGIER, Barbara; SWEETSER, Eve *Mental spaces in grammar: conditional constructions*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

DANCYGIER, Barbara; SWEETSER, Eve, *Figurative Language*. Cambridge: Cambridge University Press. 2014. 242 p.

ELAN (Version 6.7) [Computer software]. (2023). Nijmegen: Max Planck Institute for Psycholinguistics, The Language Archive. Retrieved from <https://archive.mpi.nl/tla/elan>

FARIA, Sandra P. de. *A metáfora na LSB e a construção dos sentidos no desenvolvimento da competência comunicativa de alunos surdos*. 2003. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília, 2003. 310 f.

FARIA, Sandra P. de. *Metáfora na LSB: por debaixo dos panos ou a um palmo de nosso nariz?* ETD. Educação Temática Digital. N. 02, 2006. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/802>. Acesso em: 02 de fev. 2024.

FIORIN, José L. *Figuras de retórica*. São Paulo: Contexto, 2014.

FOWLER, David; HEATON, Mark Onomatopoeia in British Sign Language. In: *The Deaf Way II Reader: Perspectives from the Second International Conference on Deaf Culture*, ed. H. Goodstein, pp. 241-244. Washington DC: Gallaudet University Press, 2006.

GUIMARÃES, Hélio S.; LESSA, Ana C. *Figuras de Linguagem: Teoria e Prática*. São Paulo: Atual, 1988.

GUIRAUD, Pierre *A estilística*. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

HONECK, Richard P.; HOFFMAN, Robert R. (ed.). *Cognition and Figurative Language*. London: Routledge, 2020.

KANEKO, Michico Onomatopoeic Mouth Gestures in Creative Sign Language. *Sign Language Studies*, vol. 20, n. 3, 2020, pp. 467-490.

KLIMA, Edward; BELLUGI, Ursula *The signs of language*. Cambridge: Harvard University Press, 1979.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark *Metaphors we live by*. Chicago, the University of Chicago Press, 1980.

LIDDELL, Scott K. Four Functions of a Locus: Reexamining the Structure of Space. In *ASL. In Sign Language Research - Theoretical Issues*. Gallaudet University Press. Washington. 1990. pp.176-200.

LIDDELL, Scott K.; JOHNSON, Robert E. American Sign Language: The Phonological Base. In: VALLI, C. & C. LUCAS (org.). *Linguistics of American Sign Language: an introduction*. Washington, D. C.: Clerc Books/ Gallaudet University Press. 2000.

LOPES, Karolina *Minimanual de Gramática*. 1ª edição. São Paulo: DCL, 2010.

LOPES, Maria Teresa R. *Motivação poética: onomatopeias e palavras impressivas*. Lisboa: Estampa, 1961.

MARCUSCHI, Luiz A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MOHR, Susanne The visualgestural modality and beyond: mouthings as a language contact phenomenon in Irish Sign Language. *Sign Language & Linguistics*, v. 2, pp. 185-211, 2012.

- NASCIMENTO, Vinicius Contribuições bakhtinianas para o estudo da interpretação da língua de sinais. *Tradterm*, v. 21, pp. 213-236, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/tradterm/article/view/59364/62597>. Acesso em: 30 dez. 2023.
- NICOLA, José de; INFANTE, Ulisses. *Gramática contemporânea da língua portuguesa*. São Paulo: Scipione, 1997.
- ORMUNDO, Wilton SINISCALCHI, Cristiane *Se liga nas linguagens: português*. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2020.
- PFAU, Roland; QUER, Josep Nonmanuals: their prosodic and grammatical roles. In: BRENTARI, D. (ed.). *Sign languages* (Cambridge Language Surveys). Cambridge: Cambridge University Press, 2010. pp. 381-402.
- PÊGO, Carolina F. *Articulação-boca na libras: um estudo tipológico semântico-funcional*. Tese (doutorado) Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós Graduação em Linguística, Florianópolis, 2021.
- PIRES-DE-MELO, José G. *Figuras de estilo*. São Paulo: Rideel; Brasília: UniCEUB, 2001.
- PRODANOV, Cleber C.; FREITAS, Ernani C. *Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnica da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- QUADROS, Ronice M. *As categorias vazias pronominais: uma análise alternativa com base na LIBRAS e reflexos no processo de aquisição*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do RS. Porto Alegre. 1995.
- QUADROS, Ronice M.; KARNOPP Lodenir B. *Língua de sinais brasileira - Estudos Linguísticos*. Porto Alegre. Artes Médicas, 2004.
- QUINTO-POZOS, David. Why does Constructed Action seem obligatory? An analysis of “Classifiers” and the lack of articulator-referent correspondence. *Sign Language Studies*, v. 7, n. 4, pp. 458-506. Summer 2007.
- RAMOS, Rogério A. *Ser Protagonista: Língua Portuguesa, 1º ano: ensino médio/obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida por Edições SM*. 2. ed. São Paulo: Edições SM, 2013.
- STOKOE, William. *Sign Language Structure: An Outline of the Visual Communication Systems of the American Deaf*. *Studies in Linguistics: Occasional Papers*, 8, Washington, DC: Gallaudet University Press, 1960.
- WILCOX, Phyllis P. *Metaphor in American Sign Language*. Washington, DC: Gallaudet University Press. 2000, p. 213.

A RELAÇÃO ENTRE METÁFORA E FRAMES NA CONSTRUÇÃO DE SENTIDO DO CONCEITO DE POLÍTICA NOS DISCURSOS DE JAIR BOLSONARO

THE RELATION BETWEEN METAPHOR AND FRAMES IN THE MEANING CONSTRUCTION OF THE CONCEPT OF POLITICS IN THE SPEECHES OF JAIR BOLSONARO

Vitor Fernandes Gonçalves¹

Fernanda Carneiro Cavalcanti²

RESUMO

No presente artigo, discutimos, à luz dos postulados da Teoria da Metáfora Conceptual (Lakoff; Jonhson, 1980; Lakoff, 2002) – em especial da Abordagem Crítica da Metáfora (Charteris-Black, 2004; Musolff, 2004, 2016; Goatly, 2007) – e da Semântica de Frames (Fillmore, 1976, 1982; Duque, 2015), a construção de sentido do conceito de Política por Jair Bolsonaro em 15 trechos retirados do corpus, organizado por Gonçalves (2022), constituído por 187 discursos proferidos pelo ex-presidente da República, no ano de 2019. Para tal, adotou-se metodologia de tipo qualiquantitativa, a partir da qual, por meio do *software AntConc*, foram quantificadas as ocorrências do léxico relativo à Política para, em seguida, observar a forma pela qual seus sentidos são construídos pelo sujeito do discurso. Os resultados mostram, que, ao ativar os frames interacionais DISCURSO_MILITAR e DISCURSO_CRISTÃO, o sujeito do discurso, a partir de um conjunto de crenças e valores, motivado pelo modelo moral do PAI SEVERO (Lakoff, 2002), constrói os sentidos do conceito de Política com base nas metáforas conceptuais POLÍTICA É JORNADA, POLÍTICA É GUERRA, POLÍTICA É ATO RELIGIOSO.

PALAVRAS-CHAVE: Metáfora conceptual. Frames interacionais. Moralidade. Política. Jair Bolsonaro.

ABSTRACT

In this article, we discuss, in the light of the postulates of Conceptual Metaphor Theory (Lakoff; Jonhson, 1980; Lakoff, 2002) – especially the Critical Approach to Metaphor (Charteris-Black, 2004; Musolff, 2004, 2016; Goatly, 2007) – and Frame Semantics (Fillmore, 1976, 1982; Duque, 2015), the construction of meaning of the concept of Politics by Jair Bolsonaro in 15 excerpts taken from the corpus, organized by Gonçalves (2022), consisting of 187 speeches given by the former President of the Republic in 2019. To do this, a qualitative-quantitative methodology was adopted, using the AntConc software to quantify the occurrences of the lexicon relating to Politics and then observe the way in which its meanings are constructed by the subject of the discourse. The results show that, by activating the interactional frames MILITARY_SPEECH and CHRISTIAN_SPEECH, the subject of the discourse, based on a set of beliefs and values, motivated by the moral model of the STRICT FATHER (Lakoff, 2002), constructs the meanings of the concept of Politics based on the conceptual metaphors POLITICS IS JOURNEY, POLITICS IS WAR, POLITICS IS A RELIGIOUS ACT.

KEYWORDS: Conceptual metaphor. Interactional frames. Morality. Politics. Jair Bolsonaro.

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), fvitor.port@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0002-6838-6398>.

² Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), cavalcanti7fernanda@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0002-4660-1026>.

1. Introdução

Considerando o caráter eminentemente abstrato do conceito de Política e sua alta recorrência em discursos políticos (Lakoff, 2002; Charteris-Black, 2004; Musolff, 2004, 2016), analisamos, no presente artigo, com base em Gonçalves (2022), a construção do conceito de Política por Jair Bolsonaro em seus discursos proferidos no ano de 2019. Dessa forma, abordamos, de um lado, a relação entre léxico e os recursos de pensamento e de linguagem, como metáforas conceituais; de outro lado, a relação de tais recursos no âmbito do que é significativo para tal sujeito em suas interações sociais.

Vale ressaltar que, para Salomão (2009), a construção de sentidos de um conceito não se encerra, apenas, na relação entre léxico e metáfora conceptual, por exemplo. Em consonância com tal visão, lançamos mão, para além do conceito de frame interacional (Fillmore, 1976, 1982; Duque, 2015), dos postulados da Abordagem Crítica da Metáfora (Charteris-Black, 2004; Musolff, 2004, 2016; Goatly, 2007) - que tem promovido avanços teórico-metodológicos, nesse sentido, no âmbito da Teoria da Metáfora Conceptual (Lakoff; Johnson, 1980). Isso porque, de acordo com tais postulados, os recursos semânticos, de natureza cognitiva, ou ainda de natureza cognitivamente corporificada – como as metáforas conceituais – estariam, fundamentalmente, a serviço do que é significativo para um falante nas práticas sociais do agrupamento social do qual este faz parte.

Para tal, adotamos procedimentos metodológicos de caráter qualiquantitativo, preconizados por Charteris-Black (2004), a partir dos quais quantificamos, primeiramente, o léxico relativo à Política, encontrado nos discursos proferidos por Jair Bolsonaro, no ano de 2019, por meio do *software AntConc*; para, em seguida, descrevermos e explicarmos a construção de seus sentidos pelo sujeito em questão.

Assim sendo, organizamos o presente artigo, com base nas seguintes seções, para além desta introdução: A metáfora e suas relações, na qual são apresentados os conceitos de metáfora, moralidade e frames interacionais, relevantes para análise, aqui, empreendida; Dados e metodologia, na qual descrevemos o nosso *corpus*, sua coleta e o tipo de metodologia por nós adotada; Análise, na qual abordamos os nossos dados à luz dos conceitos discutidos em nossa fundamentação teórica; Considerações finais, nas quais discutimos os resultados da análise aqui empreendida e suas possíveis contribuições para os estudos da metáfora

2. A metáfora conceptual e suas relações

Nesta seção, apresentamos, de forma breve, os conceitos importantes para a análise aqui empreendida, tais como o de metáfora, o de moralidade, e o de frame interacional. A metáfora, para Lakoff e Johnson (1980), seria um recurso, de natureza eminentemente cognitiva, capaz de conceptualizar as experiências de um falante a partir do mapeamento entre domínios de conhecimento mais concreto e/ou experienciais, de um lado, e mais abstrato e/ou não experienciais, de outro lado. Os domínios de conhecimento mais concretos, para os autores em questão, resultariam do processo de categorização da nossa experiência, advinda da interação entre o nosso aparato sensorio-motor e o meio biofísico e sociocultural.

Assim, com base em tais domínios, seria possível para nós, compreendermos o domínio não experiencial, como o de POLÍTICA, em termos de conceitos fisicamente experienciados, como o de GUERRA. Além disso, segundo Lakoff e Johnson (1980), no pareamento entre os diferentes tipos de domínios de conhecimento – mais concreto e mais abstrato – determinados elementos constitutivos desses domínios, se mapeados ou não, poderiam destacar e/ou ocultar certos sentidos licenciados por uma metáfora.

Dessa forma, quando POLÍTICA é compreendido em termos de GUERRA, por exemplo, o sentido licenciado por tal metáfora é de que relações políticas são relações combativas; disputa entre inimigos, entre o que vence e o que perde. Disto decorre dizer que tal conceptualização não favorece à compreensão por parte do falante de que fazer política é, igualmente, fazer acordo e/ou negociação entre as partes envolvidas.

No que pese o impacto que tal visão de metáfora causou no âmbito dos estudos linguísticos, pesquisadores da metáfora, como Gibbs (2006) e Cameron (1999), reagiram ao método dedutivo adotado por Lakoff e Johnson (1980). Para tais pesquisadores, o método usado, na seminal obra *Metaphors, we live by*, seria circular e subjetivo, já que os exemplos, nela, analisados advieram da experiência e da intuição de seus autores, e não de usos reais da linguagem.

É nesse contexto que Chateris-Black (2004) lança as bases do que cunhou como Abordagem Crítica da Metáfora, a partir das quais preconiza que um analista da metáfora deve observar a relação entre as formações discursivas de determinado grupo social e as metáforas cognitivas acionadas, recorrentemente, pelo sujeito, em suas práticas e/ou interações sociais. Nesse esteio, Goatly (2007) pondera que a metáfora conceptual, doravante MC, além de organizar o nosso pensamento, o orienta em uma dada direção, fazendo com que percebamos e entendamos as nossas ações sociais a partir de um determinado ponto de vista. Dessa forma, se, nas práticas sociais e/ou nas formações discursivas de um dado grupo social, é prevalente a conceptualização de POLÍTICA em termos de ATO RELIGIOSO, tal prevalência apontaria para forma como seus membros se comportam e falam sobre Política.

Além disso, para Goatly (2007), as metáforas conceptuais prevalentes em discurso, como o político, teriam maior capacidade retórica, já que, por não serem vistas como tais, seus efeitos de convencimento seriam silenciosos, imperceptíveis. Dito de outra forma, a audiência, para qual se destina um discurso político, por exemplo, encararia e/ou naturalizaria o acionamento de tais tipos de metáfora por parte do sujeito desse discurso, sem questionar o seu poder retórico e/ou ideológico. Em suma, de acordo com a Abordagem Crítica da Metáfora, quanto mais o sujeito recorre a um tipo de metáfora em seu discurso, maior seria sua capacidade de orientar a visão de seus interlocutores, sobretudo, se tal visão for professada em alinhamento com conjunto de crenças e valores – ideologia – de grupo social hegemônico.

Dessa forma, interessa menos ao analista crítico da metáfora se debruçar sobre metáforas não-convencionais, considerando que, como tais, seu poder de influência seria menor por serem mais

facilmente percebidas pela audiência. Do contrário, interessa mais a esse tipo de analista – e à análise por nós aqui empreendida – se debruçar, de um lado, sobre quais metáforas o sujeito aciona, de forma recorrente, em seu discurso, no caso político; de outro lado, como esse sujeito, no caso Jair Bolsonaro, avalia tais metáforas para dirigir-se e convencer seu público-alvo do que é fazer política no Brasil.

2.1. Metáforas conceptuais e moralidade

Lakoff (2002), ao ponderar sobre o cabal caráter inconsciente das metáforas conceptuais em discursos políticos, vai ao encontro do que Charteris-Black (2004) estabeleceria, mais tarde, como relevante nos estudos da metáfora, ao afirmar que, nesse âmbito: o analista da metáfora “[...] objetiva revelar as intenções encobertas (e possivelmente inconscientes) do usuário da língua” (Charteris-Black, 2004, p. 34, tradução nossa)³. Nesse sentido, para Lakoff (2002), as MCs prevalentes no discurso político estadunidense apontariam para intenções, talvez encobertas, de seu sujeito, relacionadas aos valores morais da sociedade em questão, considerando que, para o autor, não seria possível discutir o conceito de política sem recorrer ao conceito de moralidade.

Por outro lado, a construção desses valores estaria, ainda para autor em questão, relacionada umbilicalmente ao que é professado nas famílias, dado que seria aí que uma criança começaria a aprender o que é errado ou certo na sociedade em que vive; ou ainda a um sistema de metáforas organizado no âmbito de dois tipos de modelos forjados no seio familiar: o do Pai Severo e o do Pai Protetor. O modelo do Pai Severo, que nos interessa na análise a ser aqui empreendida – por ser relacionado à formação de valores conservadores – professa a visão de que a vida é difícil e o mundo perigoso. De acordo com Feltes (2007b, p. 56), trata-se de um modelo de família nuclear, no qual “o pai é o provedor e a autoridade moral máxima, a quem cabe o poder de estabelecer as regras e governar a família [...]. As regras, de maneira geral, são impostas através de punições e recompensas”.

Dentre os vários sistemas de metáforas conceptuais motivados pelo Modelo do Pai Severo, nos deteremos naqueles relacionados à Autoridade Moral, à Ordem Moral, à Força Moral e aos Limites Morais a partir dos quais o presidente da república é conceptualizado em termos de pai ou ainda de autoridade moral máxima e os cidadãos, de bem, em termos de filhos que, por dever moral, obedecem à tal autoridade; a ordem moral é conceptualizada em termos de ordem natural, na qual Deus é superior aos seres humanos, estes aos demais animais, os homens a mulheres e os adultos a crianças; a força moral em termos de que as disputas ideológicas na sociedade são uma batalha entre forças do bem e do mal; e os limites morais em termos de bom e mau caminhos a seguir.

Vale ressaltar que, no que pese os resultados obtidos por Lakoff (2002) estejam relacionados com funcionamento da sociedade estadunidense, Musolff (2016) e Feltes (2007a) apontam para a presença de tais modelos em seus estudos acerca dos discursos políticos britânicos e em textos religiosos de imigrantes italianos no Brasil, respectivamente.

³ No original: “[Critical Metaphor Analysis is an approach to metaphor analysis that] [...] aims to reveal the covert (and possibly unconscious) intentions of language user”.

2.3. Metáforas conceituais e frames interacionais

De acordo com Fillmore (1982, p. 119), frames são definidos como um inventário de experiências esquematizadas na forma de cenas e/ou quadros que um falante de uma determinada comunidade traz consigo, em sua memória de longo prazo. Ao ativar um certo frame, por meio de determinados itens lexicais em uma dada situação, o falante atribui especificações semânticas a seus conceitos, permitindo, assim, que um analista tenha acesso a como o falante aciona suas experiências sociais. Para o autor, há dois tipos de frames, o interacional e o conceptual. Os frames interacionais – que nos interessam na análise a ser aqui empreendida – seriam definidos, por Fillmore (1976), nessa perspectiva, como a esquematização de cenas que, por meio de determinados itens lexicais, o falante infere as informações necessárias para se comunicar no tocante, por exemplo, a como o gênero discursivo no qual se encontra se desenvolve e quais conteúdos costumam aí ser tratados.

Para Duque (2015), os frames interacionais contemplam as inferências feitas por parte do falante sobre as intenções do sujeito do discurso. Por exemplo, no frame interacional DISCURSO_RELIGIOSO, o interlocutor espera que o seu sujeito seja, não o dono desse discurso, mas o veículo da mensagem enviada por uma entidade divina (Citelli, 2004). Em tal esquematização, portanto, as inferências dos usuários da língua e as informações disponíveis no contexto da situação discursiva preenchem os Elementos de Frame, doravante EF, para construir seu sentido. Com isso, no caso dos frames interacionais, o preenchimento do Elemento de Frame INTERLOCUTOR, doravante EF INTERLOCUTOR, é primordial para que o falante compreenda quem fala naquele discurso, para quem fala, em determinado contexto situacional.

Dessa forma, estimamos que tal abordagem nos permite ter um entendimento maior acerca da perspectiva adotada por Jair Bolsonaro, em seus discursos proferidos em 2019, para se referir à Política, no caso dos 15 trechos retirados dos 187 abordados por Gonçalves (2022). Isso porque não nos interessa abordar, conforme já assinalado, a construção de sentido de tal conceito levando em consideração apenas a relação entre o léxico relativo à Política e as metáforas conceituais acionadas recorrentemente por tal personagem. A nós, nos interessa, igualmente, discutir o ponto de vista por este adotado ao ativar determinado frame interacional, no caso, o discurso religioso e o militar, como veremos nas seções subsequentes.

3. Dados e metodologia

O corpus a ser, aqui, analisado é constituído de 15 trechos retirados dos 187 discursos, proferidos por Jair Bolsonaro, no ano de 2019, que foram, por sua vez, abordados por ocasião da dissertação de mestrado, do primeiro autor, intitulada *Nação e Política: uma análise dos discursos presidenciais do último ano de mandato de Jair Bolsonaro à luz da Teoria da Metáfora Conceptual* (Gonçalves, 2022). Para tal, foi adotada metodologia de tipo quali-quantitativa, em consonância com as seguintes etapas propostas por Charteris-Black (2004): i) identificação; ii) interpretação; e iii) explicação. Antes de dar início às três etapas previstas, foram coletados os 187 discursos, disponíveis no site do Palácio

do Planalto⁴, durante o governo de Jair Bolsonaro, para serem, posteriormente, compilados em um arquivo de texto.

Na etapa de identificação, foi lido, inicialmente, o corpus em busca do léxico relativo à Política para, em seguida, com base no software *AntConC*, ser feito o levantamento quantitativo dos itens lexicais relativos à Política. Na etapa interpretação, foi analisada – a partir da relação, devidamente quantificada, entre o léxico relativo à Política e determinadas metáforas conceptuais – a construção dos sentidos do conceito de Política por Jair Bolsonaro. Por fim, na etapa explicação, foi examinado, a partir de qual ponto de vista, o sujeito em questão perspectiva e avalia as metáforas por ele acionadas na construção de seu conceito de Política.

Quanto à organização e apresentação dos 15 trechos aqui analisados, além destes se encontrarem enumerados, foram, neles, destacados, em negrito, os itens lexicais abordados. Como foi adotada a notação no FrameNet⁵, foram assinalados, com sinal de chaves, os itens lexicais referentes ao EF INTERLOCUTOR, preenchido por quem profere o discurso; e, com fonte menor e em cor vermelha, o personagem que preenche tal EF. Foram assinalados ainda, com o sinal de colchetes, os itens lexicais referentes ao conceito de Política nos 15 trechos abordados.

4. Análise dos dados

Gonçalves (2022) encontrou, nos 187 discursos proferidos por Jair Bolsonaro, no ano de 2019, 805 ocorrências relativas à Política, licenciadas pelas metáforas conceptuais POLÍTICA É JORNADA, POLÍTICA É GUERRA e POLÍTICA É ATO RELIGIOSO. Para análise dos 15 trechos que selecionamos, dividimos essa seção em três subseções em acordo com a metáfora mais recorrentemente acionada por Jair Bolsonaro na construção de seu conceito de Política.

4.1. A metáfora POLÍTICA É JORNADA

A metáfora POLÍTICA É JORNADA emerge com grande frequência no corpus abordado por Gonçalves (2022), totalizando 496 ocorrências. Dessa forma, podemos corroborar com os resultados obtidos em estudos realizados por Charteris-Black (2004) e Mussolf (2004), segundo os quais tal metáfora é prevalente em discursos políticos. A título de análise, separamos dois conjuntos de trechos. O primeiro conjunto possui os cinco trechos, que se seguem:

- (t.1) “{Nós} **interlocutor: Jair Bolsonaro e governo** não pretendemos fazer isso, nós sabemos que aquele **caminho** tá errado, pode até ter um **caminho** melhor, mas o nosso **caminho** aqui é diferente do anterior”.
- (t.2) “Criaram comissões para {nos} **interlocutor: Jair Bolsonaro e Forças Armadas** desgastar, para nos desacreditar perante a opinião pública. Porque nós, das Forças Armadas, somos o último **obstáculo** para o [socialismo]”.

⁴ Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

⁵ Disponível em: <https://framenet.icsi.berkeley.edu/>.

- (t.3) “{A gente} **interlocutor: Jair Bolsonaro e governo** pede a {Deus} **interlocutor** que nos dê forças, inteligência e que, o **destino** da [Venezuela] seja aquele, o nosso hoje dia: [democracia], liberdade e prosperidade”.
- (t.4) “(...) a política no Brasil, {eu} **interlocutor: Jair Bolsonaro** acredito que ela tem muito a melhorar. Mas a **guinada** da [esquerda] para [centro], para o [centro direito], fez a diferença no [Brasil]”.
- (t.5) “Peço ao bom {Deus} **interlocutor** que {nos} **interlocutor: Jair Bolsonaro e governo** dê sabedoria para **conduzir** a [nação]”.

A partir desse conjunto de trechos, é possível notar que as ações políticas são conceptualizadas em termos de jornada – “caminho” ou “caminhada” – por Jair Bolsonaro. Este os qualifica como livres de “obstáculos” e/ou impedimento contra o andamento de tais ações, porque, com a sua vitória, a esquerda foi eliminada do poder. Para percorrer tal caminho e/ou caminhada, o EF INTERLOCUTOR, do frame interacional, referente ao próprio presidente da República – na condição de condutor – se dirige a membros do governo, integrantes das Forças Armadas e apoiadores, em termos de companheiros de jornada. Tal jornada tem um destino definido, a “democracia, liberdade e prosperidade”. Para chegar lá, o condutor desviou o itinerário, fazendo com que o Brasil, ao deixar de rumar para “esquerda”, fosse em direção à “centro-direita”. Como exemplo de que sua política está na direção correta, Jair Bolsonaro afirma que contrariou o destino que percorre a Venezuela, considerado, por ele, como um país de esquerda, que, como tal, não rumará em direção à “democracia, liberdade e prosperidade” (t.3).

O segundo conjunto de trechos é composto por dois trechos, que se seguem, nos quais os itens lexicais <aproximar> e <afastar> são licenciados pela metáfora POLÍTICA É JORNADA.

- (t.6) “A segunda missão será cumprida, ao lado das pessoas de bem do nosso [Brasil], daqueles que amam a [pátria], daqueles que respeitam à família, daqueles que querem a **aproximação** com [países] que têm a ideologia semelhante à {nossa} **interlocutor: Jair Bolsonaro, governo e militares**, daqueles que amam a [democracia] e a liberdade”.
- (t.7) “{Nos} **interlocutor: Jair Bolsonaro e brasileiros** **afastamos** da ideologia de [esquerda] cujo ato final era roubar a nossa liberdade”.

Para analisar, nos trechos acima, a conceptualização de Política como Jornada, ou ainda em termos de jornada de aproximação, é importante lembrar que, para Goatly (2007), quanto mais próximo um elemento é do outro, melhor é sua relação. Para o autor, não apenas RELAÇÃO É PROXIMIDADE, mas SIMILARIDADE É PROXIMIDADE. Dessa forma, é plausível afirmar que os elementos PROXIMIDADE e AFASTAMENTO do domínio-fonte JORNADA estão sendo mapeados em termos de COOPERAÇÃO POLÍTICA e FALTA DE COOPERAÇÃO POLÍTICA, respectivamente, a partir da ideologia professada pelo sujeito do discurso; ou ainda, para tal sujeito, a boa política é conceptualizada em termos de jornada de aproximação entre países do campo da direita e de afastamento de países do campo da esquerda.

Ressaltamos, ainda, que tais metáforas podem ter sido motivadas pelo sistema de metáforas dos Limites Morais do modelo do Pai Severo. Assim, o condutor da viagem, orienta a jornada para um bom caminho – “de países que têm a ideologia semelhante à nossa” (t.6) – e se afasta do mau caminho, que seria aquele da “ideologia de esquerda” (t.7).

Ademais, nos (t.2) e (t.6), Jair Bolsonaro, ativa o frame DISCURSO_MILITAR, ao preencher o elemento EF INTERLOCUTOR, na condição daquele que se afina à ideologia atribuída, por ele, às Forças Armadas, estabelecendo esta, como sua interlocutora. Nesse sentido, a boa política, para Jair Bolsonaro, é conceptualizada em termos de jornada na qual, ele, como condutor, afinado com ideologia das Forças Armadas, foi capaz de, ao alterar a rota da viagem, trazer obstáculos e empecilhos para o avanço do Socialismo no Brasil. Do mesmo modo, ao ativar o frame DISCURSO_CRISTÃO, nos (t.3) e (t.5), Jair Bolsonaro avalia que a política que faz é boa e positiva porque Deus é seu companheiro de viagem, dando-lhe força e inteligência, para que ele, ao proteger o Brasil, de destinos que levam à Venezuela, estabeleça novos e corretos rumos para o país.

Nesse aspecto, vale destacar, a menção importante que Jair Bolsonaro faz a um Deus cristão – 465 ocorrências – em todos os seus 187 discursos proferidos no ano de 2019. No que pese não analisarmos todos os trechos dos discursos proferidos pelo ex-presidente, no presente artigo, por uma questão de espaço, tal menção foi repertoriada em análise empreendida pelo primeiro autor em sua dissertação de mestrado. Além disso, como veremos na terceira subseção, a relação entre política e religião é tão consistente para Jair Bolsonaro que não será à toa a escolha do seguinte lema de sua campanha: “Deus acima de todos e o Brasil acima de tudo”. Diante do exposto, é possível apontar, desde então, para a relação robusta que o ex-presidente estabelece entre o seu conceito de Política e o conceito de moralidade contemplado pelo Modelo do Pai Severo, tendo em vista a defesa contundente que faz, nos seus discursos, dos valores cristãos, estabelecendo, para tanto, como pauta política de seu governo, os costumes.

Para concluir esta subseção, sistematizamos os mapeamentos da metáfora POLÍTICA É JORNADA, aqui discutidos, tal qual ilustra o quadro 1.

Quadro 1: Mapeamento metafórico de POLÍTICA É JORNADA

POLÍTICA	JORNADA
ALIADOS POLÍTICOS	COMPANHEIRO DE VIAGEM
OBJETIVO SOCIOPOLÍTICO	DESTINO
AÇÕES POLÍTICAS	CAMINHOS
IMPEDIMENTO	PEDÁGIO/BARREIRA
GOVERNAR	CONDUZIR
COOPERAÇÃO POLÍTICA	APROXIMAÇÃO
FALTA DE COOPERAÇÃO POLÍTICA	AFASTAMENTO
MUDANÇA POLÍTICA	MUDANÇA DE ROTA

Fonte: Adaptado de Gonçalves (2022, p. 66)

4.2. A metáfora POLÍTICA É GUERRA

De acordo com exame do corpus em Gonçalves (2022), Jair Bolsonaro acionou 239 vezes a metáfora conceptual POLÍTICA É GUERRA para a construção dos sentidos de seu conceito de Política. A título de análise, selecionamos seis trechos que se seguem.

- (t.8) “Um herói que não é de São Paulo, apenas, é de todo o nosso [Brasil]. {**Combatemos**} interlocutor: **Jair Bolsonaro, parlamentares, secretário de segurança e comandante da Polícia Militar** a [esquerda], que queria, pela força, roubar nossa liberdade, impondo um plano absoluto de poder”.
- (t.9) “A continência tem que ser simultânea porque {eu} interlocutor: **Jair Bolsonaro** digo para {ele} interlocutor: **Hamilton Mourão** que não sou mais capitão, nem ele é general, nós somos **soldados** do [Brasil]”.
- (t.10) “O [povo] cansou da velha [política], cansou-se daquelas [política] do toma-lá-dá-cá, das negociações e do péssimo exemplo dos [governos do PT], materializadas nas pessoas de [Lula e Dilma Rousseff]. Era tradição do [Brasil] [eleger] [presidentes] de mãos dadas com a corrupção e **inimigos** dos [Estados Unidos]”.
- (t.11) “{A minha bandeira, a sua, a do coronel Armando} interlocutors: **Jair Bolsonaro, deputada Carolina de Toni, coronel Armando**, é a mesma de antes de nos conhecermos: é o [Brasil] acima de tudo, é o respeito à família, é tratar com dignidade a coisa pública, é não negociar coisas menores dentro do [Parlamento], é **defender** a família, é **defender** a nossa [Pátria]”.
- (t.12) “A imprensa tem prestado um desserviço à [nação] ao se preocupar em {me} interlocutor: **Jair Bolsonaro atacar**”.
- (t.13) “Tudo que {vi} interlocutor: **Jair Bolsonaro** de errado acontecendo, {lá dentro} local: **Câmara dos Deputados** muitas vezes e fora, por influência de {nós} interlocutor: **Jair Bolsonaro e parlamentares** [parlamentares], eu disse que tinha que mudar. Adotei uma passagem bíblica: João 8:32 e fui à **luta**”.

De acordo com os trechos acima, notamos o claro acionamento da metáfora POLÍTICA É GUERRA na construção do sentido do conceito de Política por parte de Jair Bolsonaro quando este faz uso dos léxicos <combater>, <continência>, <soldados>, <inimigos>, <defender <atacar>. Notamos ainda que, como indicado por Goatly (2007, p. 73), a necessidade de impedir algo é conceptualizada, igualmente, como um combate. Assim, com base em tal metáfora, Jair Bolsonaro conceptualiza a si e seus aliados, de farda, sobretudo - ainda que estejam na condição de civis – em termos de soldados que lutarão contra “a corrupção e inimigos dos Estados Unidos” (t.10), como o/a presidente/a Lula, Dilma Rousseff, seus governos e a esquerda, de modo geral.

Além disso, nos (t.8) e (t.11), ao usar os itens lexicais, <combater> e <defender>, o ex-presidente destaca a necessidade de uma política de proteção contra algo – liberdade, família e pátria – que está sob o risco de sofrer novo ataque, com a possível volta ao poder de seus inimigos Lula e Dilma.

Nesse sentido, a metáfora **POLÍTICA É GUERRA** parece ter sido motivada pelo sistema de metáforas da Força Moral. Por meio de tal sistema, os cidadãos positivamente avaliados pelo modelo moral do Pai Severo precisam travar uma batalha contra aqueles que querem destruir moralmente a sociedade. Assim, a conceptualização de **POLÍTICA** em termos de **GUERRA** propicia a compreensão da Política em termos favoráveis a tal batalha polarizada entre as forças do bem – aliadas ao sujeito do discurso – e as forças do mal – contrárias a ele e seus seguidores.

Ademais, verificamos, novamente, que o sujeito do discurso ativa o frame **DISCURSO_MILITAR**, nos (t.8), (t.9) e (t.11); e o frame **DISCURSO_CRISTÃO**, no (t.13). No primeiro frame, Jair Bolsonaro, ao reiterar seu posicionamento como “chefe supremo das Forças Armadas” e de sua audiência prioritária, como general e coronel, perspectiva positivamente que a política seja conceptualizada por ele em termos de guerra, visto que os políticos que ali, conjunturalmente falam, são, antes de tudo, oficiais do exército, isto é, quadros formados para o combate e a guerra.

Por outro lado, no caso do frame **DISCURSO_CRISTÃO**, o ex-presidente perspectiva a metáfora **POLÍTICA É GUERRA** em termos de uma cruzada e/ou guerra religiosa, já que para derrota de seus inimigos, da esquerda, a fé é mencionada como arma relevante. Outro aspecto a ser mencionado é o fato de Jair Bolsonaro, de novo, pautar aspectos relacionados a costumes, a exemplo da defesa da família e de valores cristãos, como relevantes para seu conceito de Política. Diante da análise aqui empreendida, observamos que a Metáfora **POLÍTICA É GUERRA** apresenta os mapeamentos ilustrados no quadro 2.

Quadro 2: Mapeamento metafórico de **POLÍTICA É GUERRA**

POLÍTICA	GUERRA
POLÍTICOS	COMBATENTES/SOLDADOS
OPOSITORES	INIMIGOS
ESPAÇOS POLÍTICOS	CAMPO DE BATALHA
AÇÕES POLÍTICAS	ARMA DE COMBATE
RESPOSTA ÀS AÇÕES DOS OPOSITORES	RETALIAÇÃO
VITÓRIA NAS ELEIÇÕES	CONQUISTA DE TERRITÓRIO

Fonte: Adaptado de Gonçalves (2022, p. 78)

4.3. A metáfora **POLÍTICA É ATO RELIGIOSO**

A metáfora conceptual **POLÍTICA É ATO RELIGIOSO** foi acionada 76 vezes por Jair Bolsonaro para construção dos sentidos de seu conceito de Política de acordo com corpus analisado por Gonçalves (2022). Tal qual assinala Charteris-Black (2004), não surpreende que esse tipo de metáfora apareça em discursos políticos produzidos por membros de sociedades em que a religião possui, historicamente, um papel importante em sua formação e relações, como a brasileira. A título de análise, separamos dois trechos nos quais emerge a metáfora **POLÍTICA É ATO RELIGIOSO**.

(t.14) “E o **milagre** das [eleições], como Paulo Guedes bem disse aqui, {gastamos} **interlocutor: Jair Bolsonaro e aliados políticos** menos de um milhão de dólares para ocasião das [eleições], tínhamos o fake news contra, grande parte da mídia brasileira também contra nós (...)”.

(t.15) “Primeiro, eu quero agradecer a Deus por estar vivo, e agradecer a {Deus} **interlocutor também pela missão** que, de fato, {me} **interlocutor: Jair Bolsonaro** foi imposta a partir de 1º de janeiro do corrente ano”.

A metáfora conceptual POLÍTICA É ATO RELIGIOSO, segundo Charteris-Black (2004), conceptualiza atos políticos como atos religiosos. Nas palavras do autor, a “[r]eligião serve como domínio-fonte para invocar aspirações espirituais para o domínio político e conecta o presidente com um comprometimento com a crença religiosa cristã [...]” (Charteris-Black, 2004, p. 103-104, tradução nossa)⁶.

De acordo com (t.14), ainda que a sua campanha tenha tido pouco dinheiro e a mídia lhe tenha feito oposição, Jair Bolsonaro comemora a sua vitória nas eleições na condição de um milagre. Sabe-se que Deus – entidade divina celebrada na religião cristã – abençoa seus enviados com o dom de fazer e/ou receber milagres. Dessa forma, o sentido do conceito de Política, para Jair Bolsonaro, é, igualmente, relacionado ao âmbito do divino.

Além disso, o ex-presidente aciona mais uma vez a metáfora conceptual POLÍTICA É ATO RELIGIOSO por meio do item lexical <missão>, no (t.15), para conceptualizar seu mandato como missão sagrada e, ele, mesmo, como um enviado de Deus. Ou seja, para Jair Bolsonaro, o seu governo é entendido como missão conferida por Deus. Como o ex-presidente governa porque Deus lhe deu essa missão, é plausível inferirmos que os opositores a seu governo são, por este, conceptualizados como opositores aos desígnios de Deus, o que seria considerado um sacrilégio.

Vale ressaltar que Jair Bolsonaro, ao agradecer a Deus por estar vivo, no trecho em questão, insinua que tal fato seja um milagre igualmente, tendo em vista que sofrera tentativa de homicídio às vésperas das eleições.

No caso desta metáfora, acreditamos que seu mapeamento pode ter sido motivado pelo sistema de metáforas da Autoridade Moral e da Ordem Moral. Assim, uma vez que a autoridade moral máxima – Deus – concederia ao sujeito do discurso, além do milagre da eleição, a missão divina de governar, ele também se tornaria uma autoridade moral. Como Deus, a entidade moral máxima da ordem moral do Pai Severo, tutela o governo de Jair Bolsonaro, este se torna também uma entidade hierarquicamente superior na ordem moral.

O único frame interacional ativado, nos trechos abordados, foi o DISCURSO_CRISTÃO, sendo a metáfora POLÍTICA É ATO RELIGIOSO, assim, avaliada segundo valores morais do sujeito do discurso, contemplados, por sua vez, pelo modelo do Pai Severo, em especial pelo sistema de metáforas

⁶ No original: “Religion serves as a source domain for invoking spiritual aspirations into the political domain and links the president with a commitment to Christian religious belief [...]”.

Autoridade Moral, Ordem Natural, Limites Morais. Isso porque Jair Bolsonaro conceptualiza a si em termos de pai/autoridade moral máxima e os cidadãos de bem, temente a Deus, em termos de filhos que, por dever moral e em observância à ordem natural, lhe devem obediência. Qualquer oposição que venha sofrer em sua missão sagrada é conceptualizada como afronta à ordem natural das coisas e/ou desvios no bom caminho a ser trilhado por um cidadão de bem e/ou filho exemplar.

Para concluir, sistematizamos os mapeamentos da metáfora Política é Ato Religioso aqui discutidos, tal qual ilustra o quadro 3.

Quadro 3: Mapeamento metafórico de POLÍTICA É ATO RELIGIOSO

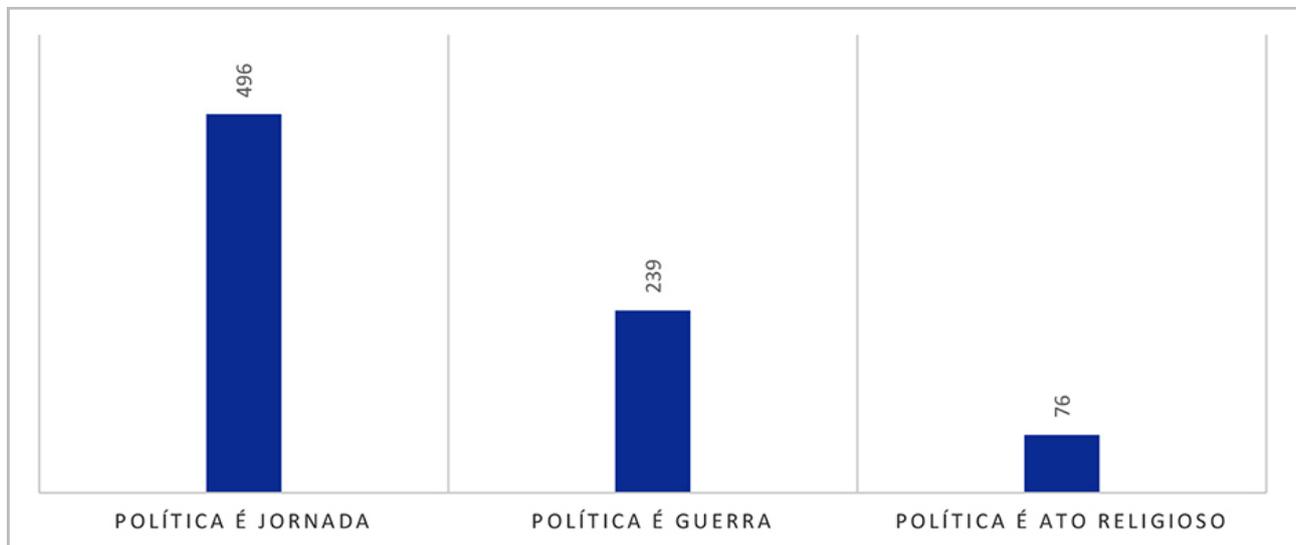
POLÍTICA	ATO RELIGIOSO
PRESIDENTE DA REPÚBLICA	ENVIADO DE DEUS
OPOSITORES	INIMIGOS DA FÉ
MANDATO	MISSÃO (RELIGIOSA)
ELEIÇÃO	MILAGRE

Fonte: Adaptado de Gonçalves (2022, p. 96)

Considerações finais

De acordo com a abordagem do corpus em Gonçalves (2022), foi possível verificar 806 ocorrências de metáforas que tiveram como domínio-alvo POLÍTICA, tal qual ilustra o gráfico 1.

Gráfico 1: Quantitativo de metáforas relativas ao conceito POLÍTICA



Fonte: Gonçalves (2022, p. 131)

A título de análise, no presente artigo, foi possível observar que, no caso da metáfora POLÍTICA É JORNADA, Jair Bolsonaro, ao conceptualizar POLÍTICA em termos de JORNADA, se entende como o condutor que levará o Brasil até o seu destino – “democracia, liberdade e prosperidade” –

afastando-se, para tanto de países do campo da esquerda, como a Venezuela, e aproximando-se de países de centro e de direita, como os Estados Unidos. Além disso, Jair Bolsonaro se entende como condutor, alinhado à ideologia professada pelas Forças Armadas, capacitado para mudar a rota feita pelo Brasil quando era conduzido por governos de Lula e Dilma. Assim o Brasil não terminaria no destino trilhado por países socialistas/comunistas.

No caso da metáfora conceptual *POLÍTICA É GUERRA*, Jair Bolsonaro, ao entender a si e seus aliados como soldados, entende, igualmente, que ações políticas, que deve empreender em seu governo, são ações de combate nas quais o seu exército, sob o seu comando, defenderá os valores cristãos da família e da pátria sob risco de ataques de seus inimigos.

Vale ressaltar, nesse sentido, que no corpus analisado na dissertação *Nação e Política: uma análise dos discursos presidenciais do último ano de mandato de Jair Bolsonaro à luz da Teoria da Metáfora Conceptual*, os itens lexicais referentes ao espectro político da Esquerda, no Brasil, encontram-se, costumeiramente, relacionados com o item lexical inimigo, que, como tal, ataca a democracia, a liberdade e os valores cristãos professados por Jair Bolsonaro aos moldes do modelo do PAI SEVERO.

No caso da metáfora conceptual *POLÍTICA É ATO RELIGIOSO*, observamos que Jair Bolsonaro conceptualiza sua eleição e mandato como um milagre e uma missão de Deus, respectivamente. Isso porque, o ex-presidente da República, ao se entender como um escolhido de Deus, compreende igualmente que todas as suas ações são desígnios divinos de tal sorte que, ao ser confrontado, confronta-se a ordem natural das coisas.

No que tange à relação entre frames e metáforas, percebemos que há alta incidência de itens lexicais ativados pelos frames *DISCURSO_MILITAR* e *DISCURSO_CRISTÃO*. Dessa forma, é plausível pleitear que, com base nos mencionados frames, Jair Bolsonaro – que ocupa todos os EF INTERLOCUTOR – avalia e perspectiva as metáforas aqui analisadas. Dito de outra forma, o ex-presidente, quando não assume a voz de um militar a partir da qual projeta, como seu público-alvo, integrantes das Forças Armadas, assume a voz de um cristão, estabelecendo como seu público-alvo, a comunidade cristã, em especial, a evangélica, como é sabido. A esse título, disponibilizamos, na tabela 1, o levantamento de itens lexicais relacionados ao âmbito militar e religioso encontrados no *corpus*, abordado por Gonçalves (2022).

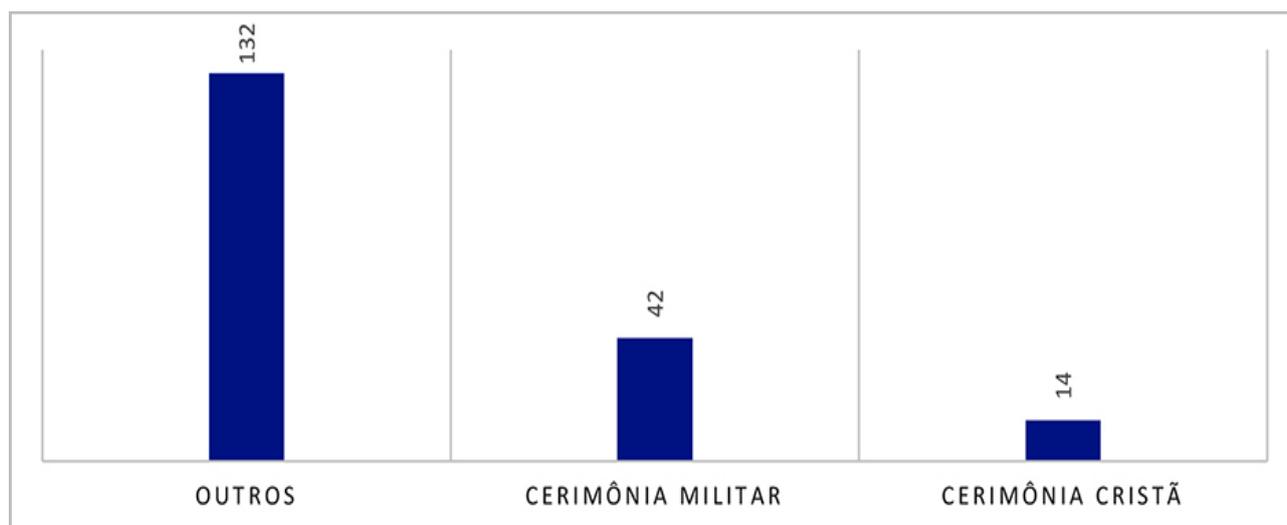
Tabela 1: Quantidade de itens lexicais que ativaram os frames DISCURSO_CRISTÃO e DISCURSO_MILITAR

DISCURSO_CRISTÃO		DISCURSO_MILITAR	
Item Lexical	Quantidade	Item Lexical	Quantidade
<deus>	465	<militar>	281
<cristão>	65	<exército>	174
<fé>	61	<pátria>	121
<religião>	40	<forças armadas>	92
<milagre>	40	<comandante>	79
<evangélico>	29	<capitão>	76
<judaico>	10	<patriota>	55
<católico>	9	<bandeira>	43
TOTAL	715	<paraquedista>	42
<almirante>		<marinha>	41
<aeronáutica>			39
<cadete>			27
<soldado>			26
<quartel>			26
<sargento>			6
<hino>			4
TOTAL			3
			1135

Fonte: Gonçalves (2022, p. 134-135)

Além disso, de acordo com gráfico 2, é possível observar o número expressivo de cerimônias levantadas no *corpus* abordado por Gonçalves (2022).

Gráfico 2: Ambientes nos quais ocorreram os discursos presidenciais



Fonte: Gonçalves (2022, p. 135)

Dessa forma, com base na análise aqui empreendida, conclui-se que Jair Bolsonaro, ao falar do lugar de um homem, militar e cristão – ou ainda de um conservador – para interlocutores favoráveis aos ideais militares e/ou cristãos, organiza a produção de sentido do seu conceito de Política, a partir das metáforas conceptuais *POLÍTICA É JORNADA*, *POLÍTICA É GUERRA* e *POLÍTICA É ATO RELIGIOSO* e nos frames interacionais relacionados ao *DISCURSO_MILITAR E CRISTÃO*. Nesse esteio, destacamos, mais uma vez, a relação entre as metáforas, por nós aqui abordadas, e o modelo moral do *PAI SEVERO* (LAKOFF, 2002) a partir da qual o sujeito do discurso avalia as Forças Armadas – em oposição aos ideais da Esquerda –, e a família nuclear tradicional, segundo sua visão cristã, como exemplos dos ideais morais a serem seguidos.

Para além disso, é preciso apontar para o fato de o lema da campanha – Deus acima de todos e o Brasil acima de tudo - de Jair Bolsonaro – que ocorre 57 vezes no *corpus* abordado por Gonçalves (2022) – estar intimamente ligado aos dois frames em questão. A título dessas 57 ocorrências, reproduzimos a seguinte afirmação feita por este por ocasião de uma cerimônia militar:

(t.A) “[o] meu jargão que usei no passado, emprestei uma parte do Exército Brasileiro e outra parte dos cristãos. É o Brasil acima de tudo e Deus acima de todos”.

É nesse sentido que Casali (s.d., p. 1) nos informa que “[o] brado ‘Brasil, acima de tudo’ é um dos símbolos de maior vibração e expressão entoadas pelos integrantes da Brigada de Infantaria Paraquedista”. Tal informação estaria, assim, em acordo com o passado de Jair Bolsonaro, uma vez que este foi paraquedista do Exército Brasileiro.

Com efeito, tal lema de campanha remonta ao início do período da Ditadura Militar no Brasil, quando da criação, por comandantes da Brigada de Infantaria Paraquedista, do grupo Centelha Nativista. Segundo Casali (s.d.), seus objetivos eram ressuscitar, no Brasil, o amor à pátria e criar formas de reforçar a identidade nacional, evitando, para tanto, a divisão da sociedade por meio da luta de classes promovida pelo Marxismo. Casali (s.d.), nesse sentido, indica que o Centelha Nativista assumia explicitamente a ideia de nacionalismo, o que é confirmado, também, pela semelhança entre o lema “Brasil acima de tudo” e o lema nazista – também fundado no nacionalismo – “Alemanha, acima de tudo”. No original: “Deutschland über alles”.

Com isso, é possível notar, mais uma vez, a relação entre o frame *DISCURSO_MILITAR* e o modo de conceptualizar o fazer político por Jair Bolsonaro. Observamos ainda a consistência de tal relação a partir do slogan “Pátria amada Brasil”, adotado pelo governo de Jair Bolsonaro, por meio, em especial, do item lexical <pátria>, o qual corrobora com a visão militarizada e patriótica do sujeito do discurso em relação a seu projeto de país ao qual o povo deve amor.

Além disso, há um paralelismo entre Brasil e Deus na construção do sentido do conceito de Política por Jair Bolsonaro aqui abordado. Em outras palavras, foi possível verificar aqui, uma interrelação entre elementos políticos e religiosos, os quais parecem expressar-se por meio da metáfora conceptual *POLÍTICA É ATO RELIGIOSO*. Tal metáfora, como discutido anteriormente,

marca a filiação do sujeito do discurso a uma determinada crença – a cristã – perspectivada pelo frame DISCURSO_CRISTÃO.

À guisa de conclusão, nós nos apoiamos em Salomão (2009), quando esta afirma que a palavra não dá conta sozinha de todo seu sentido, sendo, assim, necessários outros recursos para interpretá-la. Com esse trabalho, percebemos a relevância da relação entre recursos semântico-conceptuais – as metáforas conceptuais e os frames interacionais – e as práticas sociais adotadas pelo sujeito de discurso na construção e compreensão dos sentidos do conceito Política. Além disso, foi possível observar que tal conceito, ao ser construído com base nesses recursos, sofre avaliações à luz de valores e crenças do sujeito do discurso a partir de modelos morais conservadores como o do Pai Severo.

Assim sendo, estimamos que a Teoria da Metáfora Conceptual, em especial a Abordagem Crítica da Metáfora, e a Semântica de Frames apresentam poder de explicação consistente para que possamos compreender e abordar a construção de sentido de conceito, como o de Política em discursos políticos. Estimamos ainda que tal estudo pode contribuir, ainda que de maneira modesta, para que se aprofundem os nossos conhecimentos sobre como se estruturam os discursos, em especial, os discursos políticos tão fundamentais na construção de um melhor arranjo social em que possamos viver.

Referências

- ANTHONY, L. AntConc 3.5.8 (Windows). Tokyo: Faculty of Science and Engineering, Waseda University, 2019. Programa concordanciador. Disponível em: antlab.sci.waseda.ac.jp/. Acesso em: 20 jun. 2021.
- CAMERON, Lynne. Identifying and describing metaphor in spoken discourse data. In: CAMERON, Lynne; LOW Graham. *Researching and applying metaphor*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999, pp. 105-132.
- CASALI, Cláudio Tavares. *Brasil, acima de tudo*. Disponível em: <http://www.cipqdt.eb.mil.br/index-trabalhos-cientificos.php>. Acesso em: 25 mar. 2022.
- CHARTERIS-BLACK, Jonathan. *Corpus approaches to critical metaphor analysis*. 1. ed. New York: Palgrave Macmillan. 2004.
- CITELLI, Adilson. *Linguagem e Persuasão*. 16. ed. São Paulo: Ática, 2004.
- DUQUE, Paulo Henrique. Discurso e cognição: uma abordagem baseada em frames. *Revista da Anpoll*, Florianópolis, n. 39, pp. 25-48, jul./ago. 2015.
- FELTES, Heloisa. O modelo de Deus Pai Severo e a metáfora de Deus como Juiz no sistema moral religioso dos imigrantes italianos. *Organon*, Porto Alegre, n. 43, pp. 53-68, jul./dez. 2007a.
- FELTES, Heloisa. *Semântica cognitiva: ilhas, pontes e teias*. Porto Alegre: Edipurcs, 2007b.
- FILLMORE, Charles. Frame semantics and the nature of language. In: HARNARD, Steven; STEKLIS, Horst; LANCASTER, Jane (org.). *Origins and evolution of language and speech*. Nova York: New York Academy of Sciences, 1976, pp. 20-32.

FILLMORE, Charles. Frame semantics. *In: SEOUL INTERNATIONAL CONFERENCE OF LINGUISTICS*, 1981, Seoul. *Linguistics in the morning calm*. Seoul: Hanshin, 1982, pp. 111-137.

FILLMORE, Charles. FRAMENET, 2024. Página inicial. Disponível em: <https://framenet.icsi.berkeley.edu/>. Acesso em: 10 fev. 2024.

GIBBS, Raymond. Cognitive linguistics and metaphor research: past successes, skeptical questions, future challenges. *DELTA*, v. 22, pp. 1-20, 2006.

GOATLY, Andrew. *Whashing the brain: metaphor and hidden ideology*. 23. ed. Lancaster, UK: John Benjamins Publish Company. 2007.

GONÇALVES, Vitor Fernandes. *Nação e Política: uma análise dos discursos presidenciais do primeiro ano de mandato de Jair Bolsonaro à luz da Teoria da Metáfora Conceptual*. 2022. 257 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metaphors we live by*. 1. ed. Chicago: The University of Chicago Press. 1980.

LAKOFF, George. *Moral politics: how liberals and conservatives think*. 2. ed. Chicago: The University of Chicago Press. 2002.

MUSOLFF, Andreas. *Metaphors and political discourse*. 1. ed. Hampshire, UK. New York, USA: Palgrave Macmillan. 2004.

MUSOLFF, Andreas. *Political metaphor analysis: discourse and scenarios*. 1. ed. London: Bloomsbury Publishing Plc. 2016.

SALOMÃO, Maria Margarida Martins. A questão da construção do sentido e a revisão da agenda dos estudos da linguagem. *Veredas: Revista de Estudos Linguísticos, Juiz de Fora*, v. 3, n. 1, pp. 61-79, 2009.

IRONIA E TEXTUALIDADE*IRONY AND TEXTUALITY**Mônica Magalhães Cavalcante¹**Mariza Angélica Paiva Brito²***RESUMO**

A ironia sempre despertou interesse e debate em diversas áreas do conhecimento. No campo da linguística, estudiosos têm se dedicado a compreender e analisar as características e funções da ironia como uma forma peculiar de comunicação. A natureza paradoxal da ironia desafia abordagens convencionais, demandando uma investigação aprofundada em diversas áreas. Na análise dialógica de discursos, Brait (2008) a considera como parte de um cruzamento de vozes, destacando a intertextualidade. Este trabalho adota a perspectiva de Linda Hutcheon (2000), que, embora focada na crítica literária, integra a ironia ao contexto sociocultural. O objetivo é discutir a ironia não apenas por suas marcas linguísticas, mas como fenômeno textual-interacional e discursivo, analisando todo o circuito comunicativo. A abordagem privilegia uma visão descritiva e interpretativa, argumentando que a ironia deve ser compreendida dentro da “cena” em que ocorre. Hutcheon (2000) destaca que a ironia é parte de um processo comunicativo, enfatizando a importância de considerá-la nas relações entre intenções e interpretações. Os critérios propostos pela autora, como aresta crítica, complexidade referencial, intencionalidade atribuída, contrato comunicativo e marcadores de intertextualidade, são redefinidos nesta abordagem. O exemplar utilizado para análise foi extraído de postagens em redes sociais, representando diversos gêneros.

PALAVRAS-CHAVE: Ironia. Sarcasmo. Intencionalidade atribuída. Aresta. Contexto.

ABSTRACT

This article delves into the intriguing realm of irony, a distinctive form of communication that has sparked interest and debates across various fields. Linguistic scholars have dedicated themselves to understanding the paradoxical nature of irony, challenging traditional linguistic approaches and prompting in-depth investigations within specific areas of study. Brait's (2008) dialogical analysis emphasizes the interplay of discourses, intersecting with intertextual phenomena. Prioritizing Linda Hutcheon's (2000) perspective, the article focuses on integrating irony within the sociocultural context, emphasizing intertextual aspects. The objective is to discuss irony not merely as a linguistic phenomenon but as a complex interplay of textual, interactional, and discursive elements. Approaching irony under the condition of sarcasm, the study advocates for a linguistically-textual analysis that respects the entire communicative scene. Linda Hutcheon's criteria, such as critical edge, referential complexity, ascribed intentionality, communicative contract, and intertextual markers, are redefined for this purpose. In conclusion, the study aims to demonstrate that irony necessitates a comprehensive understanding within the linguistic-textual circuit, avoiding reductionism and emphasizing its role within the broader context of communication.

KEYWORDS: Irony. Sarcasm. Ascribed intentionality. Critical edge. Context.

¹ Universidade Federal do Ceará (UFC), monicamc02@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0002-5561-3993>.

² Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), marizabrito02@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0001-5375-5480>.

Este artigo marca uma das últimas publicações compartilhadas com a professora Mônica, minha companheira e interlocutora neste campo de estudos. Sua dedicação incansável e seriedade na pesquisa em Linguística Textual continuarão a inspirar e a influenciar estudantes e acadêmicos ao longo dos anos. A professora Mônica não apenas nos presenteou com suas pesquisas inovadoras, mas também nos cativou com sua gentileza, sabedoria e generosidade. Suas aulas envolventes e sua paixão pela pesquisa deixam uma marca duradoura em nossas vidas. Que possamos seguir adiante, honrando o compromisso da professora Mônica com a excelência acadêmica e a busca pelo avanço na área. Seu legado continuará vivo através de nosso trabalho contínuo e dedicado.

1. Introdução

Este artigo advoga em favor da tese de que a análise da ironia, numa perspectiva linguístico-textual, tem em conta aspectos atinentes ao circuito comunicativo em que o ato irônico tem lugar, como a projeção de intencionalidade feita por quem interpreta esse ato, o reconhecimento de uma aresta crítica, como pleiteia Hutcheon (2000), a consideração de dados pré-discursivos fundamentais para a contextualização das inferências, a identificação de não coincidências do dizer na duplicidade de sentidos expressa na construção referencial de uma oposição e as marcações tecnolinguageiras desse contraste de pontos de vista.

No tratamento analítico de um texto, a linguística textual incorpora diversos aspectos que contribuem para sua coerência em contexto. Esses elementos estão entrelaçados em diferentes dimensões e dependem das condições discursivas estabelecidas por meio de um contrato social presumido e de um circuito comunicativo, no qual os participantes desempenham papéis sociais reconhecíveis (Charaudeau, 2019).

O cenário que se desenvolve no texto não se limita à situação comunicativa imediata, mas abarca também as expectativas, a compreensão mútua entre as partes, a relevância e as condições históricas e sociais que moldam os atos de linguagem. Assim, forma-se uma unidade de sentido em contexto, conforme Cavalcante *et al.* (2022).

Essa interligação entre texto e contexto reforça a ideia de que o texto não é apenas uma sequência física e acabada de palavras, mas sim um evento que incorpora todo o contexto social e histórico necessário para que os participantes negociem significados e comuniquem-se efetivamente. Autores como Marcuschi (2008), Koch (2007), Fávero (2009) e Costa Val (2004), amplamente demonstraram que um texto deve fazer sentido dentro das circunstâncias específicas para as quais foi produzido. Quando assumimos que o acontecimento do texto comporta todo o contexto sócio-histórico que é por ele convocado, surgem diversas consequências. Uma delas é a redefinição da textualidade como o conjunto de características que fazem um texto ser um texto, indo além de uma mera sequência de frases ou palavras. Beaugrande, em 1997, quando propôs uma mudança de foco da análise linguística-textual dos “fatores de textualidade” para as “estratégias de textualização” enfatizou a necessidade de vê-lo como um processo em constante evolução (Cavalcante *et al.* 2022). Por isso, é preciso destacar que a ironia, ao expressar algo e sugerir o contrário, deve ser analisada dentro do contexto completo do texto, pois o contraste é recuperado de forma contextual e inferencial.

O trabalho se organiza em mais duas seções, além da introdução e da conclusão: uma que coteja brevemente as abordagens teóricas do fenômeno; outra que, ao reafirmar os pressupostos da Linguística Textual, demonstra, a partir de exemplos de tecnotextos, a relevância de aspectos contextuais, interacionais, enunciativos e argumentativo-discursivos para tratar de ironia.

2. Diferentes olhares para o ato irônico

A ironia, frequentemente caracterizada pela oposição de sentidos, é um fenômeno complexo e multifacetado que sempre suscitou o interesse de diferentes abordagens teóricas. A definição clássica de ironia envolve a inversão semântica, como expresso por Muecke (1995), que destaca que a ironia ocorre quando há uma inversão de significado, permitindo que se diga uma coisa para significar outra. Se alguns autores contestam a ideia de que a “oposição de sentido” é o traço básico da ironia, é talvez porque tomam a oposição como um traço exclusivamente semântico, alegando que ela não se revela como um critério suficiente para explicar a criação e interpretação de enunciados irônicos (Pedro, 2018, p.22). Todavia, como assevera Gabriela Pedro, o objetivo do ironista é comunicar o oposto do que é convencionalmente expresso. Importa muito examinar que efeitos esse jogo de contraste surte nas interações, levando a conotações negativas que provocam constrangimento, mas também, às vezes, acrescentando ao sarcasmo uma pitada divertida e criativa.

Assim, a ironia pode encorajar a exclusão social, ou, ao contrário, ser uma forma de o locutor se blindar de acusações de agressão. Como afirmam Olympio e Grácio (2013, p. 453-455), de uma perspectiva retórica:

A ironia opera em prol da restauração do que era admitido, ou em prol da contenção do processo de ruptura que está prestes a se realizar no acordo outrora firmado (e, neste caso, o seu efeito é didático, pois o medo do ridículo e da desconsideração que dele advém podem, de alguma forma, reprimir o ímpeto de seguir adiante). Em qualquer caso importa notar que a ironia, mais do que da racionalidade lógica em sentido estrito, está ligada a uma racionalidade sociológica, na qual as matizes culturais e grupais são decisivas nos processos de inclusão e de exclusão social e, correlativamente, nos processos de adesão e de rejeição dos discursos. Por meio dessa figura retórica se diz o contrário do que se quer dar a entender, mas, embora a sua forma argumentativa seja indireta (a oposição argumentativa que ela estabelece é menos frontal), nem por isso a sua força de persuasão é menor. De fato, é sempre o *ethos* que ela coloca em causa e, com isso, a própria seriedade, ou seja, a credibilidade do discurso.

Nos estudos pragmáticos, Austin (1990) observava que a ironia produz efeitos perlocucionários, porque pode levar ao constrangimento, à ridicularização. Grice (1982), ao desenvolver a ideia de implicatura conversacional, já apontava a ironia como um ato indireto de fala, uma ruptura proposital a máximas conversacionais, quando o sentido pretendido não correspondia ao conteúdo proposicional do dito, para a obtenção de efeitos outros nas implicaturas conversacionais.

De acordo com Brown e Levinson (1987), o ato de fala irônico viola a máxima da qualidade, pois o locutor afirma aquilo que sabe não ser verdadeiro. Há, como se percebe, mesmo em propostas

teoricamente dessemelhantes, uma ideia consensual de que, na ironia, diz-se alguma coisa quando se quer dizer outra. Do ponto de vista sociológico, Goffman (2011) mostrava como a ironia, por sua natureza contraditória e ambígua, pode ameaçar a fachada, pois pode conduzir a uma interpretação equivocada ou ofensiva por parte do interlocutor.

Nas pesquisas sobre impolidez, Culpeper (2011) toma a ironia como um “princípio de segunda ordem”, que permite ao falante ser impolido quando parece ser polido” (p. 142). O que parece uma metaestratégia de polidez realiza-se, na verdade, como uma polidez não sincera, propositalmente impolida para persuadir o outro.

Na Teoria da Relevância, Sperber e Wilson (2005, p. 246) descrevem a ironia como uma estratégia comunicativa explicável, pragmática e cognitivamente, pela explicitação do “eco” das proposições que não são ditas. Os autores propõem que a ironia verbal seja descrita como um uso ecoico da linguagem, porque o que o locutor diz ecoa implicitamente outro enunciado, para expressar crítica ou ridicularizar.

No campo da análise dialógica dos discursos, Beth Brait (2008) propõe uma consideração da ironia relacionada ao cruzamento de discursos que atravessam um enunciado irônico. Mesmo que toque em fenômenos intertextuais, o foco da autora é seguramente o contraste dialógico de vozes, que denunciam formações discursivas distintas.

Pedro (2018) investigou, com apoio na linguística de corpus, possíveis marcações linguísticas da ironia e as sintetizou em um quadro que inclui perguntas retóricas, pontuação específica, uso de diminutivos, aspas, adjetivos em oposição contrastiva, hipérboles, interjeições, intensificadores/modificadores, repetições de letra e expressões de riso.

A autora chama a atenção para o fato de os elementos linguísticos nem sempre atestarem uma oposição de proposições, argumentando, com isso, que muito há de implicitude na interpretação dos sentidos irônicos. A observação só reforça nossa reivindicação de que a ironia (o dizer algo e dar a entender o oposto) precisa ser analisada no texto como um todo, porque o contraste é recuperado contextualmente, inferencialmente.

Wick-Pedro e Vale (2020, p. 9-11) discutem exemplos de indícios linguísticos de atos irônicos, como dadas perguntas retóricas, alguns empregos de diminutivos, de aspas, de adjetivos polarizantes e emprego de hipérboles e superlativos:

- (a) Aumentar impostos é fácil, né?
- (b) Estão preocupados com o coitadinho do Cunha.
- (c) O PMDB é um partido tão “pequeno” que não consegue ser medíocre!
- (d) Nossos políticos corruptos aceitam de bom grado, pois vivemos um momento extraordinário nesse país!!!
- (e) Belíssimo modelo de ética e moral dos vermelhos chupins.

Em (a), é o uso do “né” que identifica a pergunta retórica, por dispensar a necessidade de resposta, e é por essa interrogativa que o comentário pode se tornar irônico, segundo os autores. Mas os ecos de um sentido não convencional só se fazem sentir num contexto que os favoreça, evidentemente.

Por raciocínio semelhante, o emprego do diminutivo, que muitas vezes conota afeto e intimidade, pode atender a uma intencionalidade irônica, como no exemplo (b), de Wick-Pedro e Vale. Note-se que o diminutivo “coitadinho” dispara o sarcasmo.

Mas só o sufixo diminutivo não bastaria para isso. Como propõe Hutcheon (2000), a complexidade semântica que o aspecto linguístico gera não é suficiente para caracterizar um ato irônico: é preciso relacioná-lo a conhecimentos compartilhados e a uma possível intencionalidade crítica do locutor projetada pelo interpretador desse ato. O saber pré-discursivo (Paveau, 2006), neste exemplo, de que o político Cunha esteve ligado a casos de corrupção é absolutamente necessário, por isso.

A marca tipográfica das aspas também pode constituir um indício de uso irônico. Wick-Pedro e Vale exemplificam com (c): *O PMDB é um partido tão “pequeno” que não consegue ser medíocre!*, e explicam que as aspas em “pequeno” fazem destoar o significado do adjetivo em relação ao restante do enunciado, já que, pelos conhecimentos compartilhados da época, o PMDB era o maior partido do país. As aspas induzem, portanto, a uma outra conotação, já muito bem descrita por Authier-Revuz (2004), como uma marca de heterogeneidade enunciativa, uma modalização autonímica. A ironia sempre manifesta uma não coincidência do dizer.

Wick-Pedro e Vale ressaltam outras formas de indicar a ironia, como o emprego de “adjetivos com alto grau de polaridade, quando usados na mesma sentença”. Ilustram esse caso com o exemplo (d): “Nossos políticos corruptos aceitam de bom grado, pois vivemos um momento extraordinário nesse país!!!”, em que “corruptos” contrastam com “extraordinário” nesse contexto.

Destacam ainda os autores o emprego de hipérboles e de superlativos como disparadores de ironia, como no exemplo (e): “Belíssimo modelo de ética e moral dos vermelhos chupins”. Observe-se que o superlativo acentua o contraste dos sentidos em relação a “modelo de ética e moral”, fazendo emergir o sentido contrário.

Outros disparadores de ironia são mencionados pelos autores, como o uso de certas interjeições, as repetições de letras ou palavras, as maiúsculas, além dos marcadores de riso no meio digital, como “kkkkkk”, os emojis e os gifs.

Marques (2016) examina a transformação de marcas típicas da oralidade em recursos de práticas interacionais em ambientes digitais. Por apresentar variação no nível acústico, a entonação está associada principalmente à expressão oral, por isso costuma ser contemplada nas análises de interações na oralidade, atentando para o modo como são transcritas e para seus reflexos na escrituralidade.

A retextualização desses elementos de entonação na escrita, explica Marques (2016), inclui inúmeros recursos expressivos, tais como a reprodução do prolongamento fônico, a representação gráfica do riso, recursos de intensificação e a representação de gestos. Esses recursos, conhecidos

como metairônicos, são selecionados intencionalmente pelo ironista para orientar o público na identificação e inferência do sentido irônico. Quando acontecem no ambiente digital, outros tipos de reprodução do tom irônico se reciam.

Hutcheon (2000) sustenta que a ironia se desenrola como parte integrante do processo comunicativo, enfatizando, portanto, a necessidade premente de considerá-la nas dinâmicas entre intenções e interpretações. Dessa forma, a interpretação da ironia é significativamente influenciada pelo contexto, tornando-se essencial reconstruir as pistas deixadas durante a interação para flagrar o irônico no texto.

3. Por uma abordagem (con)textual da ironia

Para a Linguística Textual (LT), o contexto desempenha um papel crucial na interpretação da ironia, sendo imperativo reconstruir as pistas deixadas na interação para identificar sua presença. Para alcançar tal intento, a LT sugere ponderar sobre o texto contendo ironia observando todo o circuito comunicativo. Alguns autores de outras perspectivas teóricas são convidados para esse tipo de análise. Dentre eles, ressaltamos Linda Hutcheon (2000), que, sob o ponto de vista da crítica literária e das teorias da recepção, propõe que se privilegie o olhar do interpretador que reconhece a ironia no ato de linguagem. O termo “interpretador” foi escolhido pela autora para deixar patente que nem sempre quem capta a ironia é o interlocutor direto, porque, às vezes, ela é dirigida a um terceiro, a um participante indireto, ou mesmo a um sujeito ausente. O fato é que a ironia tem um alvo, para o qual o ironista aponta sua seta crítica. Ela envolve três participantes: aqueles que a utilizam, os que a compreendem e, finalmente, os que não conseguem captar suas nuances. Importante ressaltar que, para Hutcheon, a falta de compreensão da ironia não deve ser atribuída à “incompetência” do interpretador.

Assim, para falar em nossos termos, é preciso levar em conta o contrato estabelecido entre os participantes da comunicação, em que ocorre o circuito comunicativo que gera o texto. O pressuposto de Hutcheon de que um dos traços fundamentais da ironia é a intencionalidade do locutor faz muito sentido para a abordagem da LT. Sobretudo porque, segundo Hutcheon (2000), a intencionalidade do locutor é uma projeção feita pelo interpretador da ironia, o que converge para nossa concepção, baseada em Charaudeau (2008) de que só podemos tratar de “efeitos possíveis” na interpretação de um ato de linguagem. Além disso, a LT ressalta a necessidade de considerar como os pré-discursos são atualizados em cada contexto textual, o que se aproxima da hipótese de Hutcheon de que, sem ter em vista o contexto, não é possível interpretar bem o ato irônico.

Justificam-se, assim, os pontos de contato que enxergamos entre a descrição da ironia por Linda Hutcheon (2000) e a abordagem linguístico-textual, já que a autora reconhece como traços a serem analisados no ato irônico: a aresta crítica, a complexidade semântica, a intencionalidade atribuída, os conhecimentos compartilhados e os marcadores contextuais.

O termo “contexto” engloba o conjunto de suposições de fundo que guiam a interpretação, relacionando-se com a comunidade discursiva e o contexto circunstancial, textual e intertextual. O cenário situacional, o contexto sócio-histórico e os marcadores contextuais favorecem o enquadramento necessário para atribuir ironia, o que abrange também processos intertextuais estritos e amplos.

Como vemos, por muitas razões, a ironia não se enquadra na simples substituição antifrásica do não dito pelo seu oposto, como frequentemente é concebida. Em vez disso, como constata Hutcheon (2000), a ironia tem o poder de complexificar, sendo incapaz de desambiguar. A dificuldade em abordar a semântica da ironia separadamente da sintaxe, da pragmática, das circunstâncias textuais e contextuais, bem como de suas condições de uso e recepção, reflete a frustração associada a esse fenômeno (Plett, 1982, p. 76).

A ironia, segundo Hutcheon (2000), também pode excluir e humilhar, ou mesmo, ao contrário, criar “comunidades amigáveis”. No campo emocional, a autora destaca uma posição julgadora negativa por parte do realizador da ironia em relação ao seu alvo. Aqueles que recebem a ironia podem sentir desconforto e até mesmo humilhação ao não captarem a aresta crítica subjacente.

Para ilustrar essa complexidade, vejamos, inicialmente, esse texto retirado de um artigo de Conrado Hübner Mendes. Nesse contexto, o autor explora, de início, dois traços fundamentais da ironia: a oposição de sentido e o olhar superior. Conforme proposto por Mueke (1995), considerar a ironia envolve não apenas flagrar um sentido oposto, mas também atentar para todo o contexto interacional, em que um locutor, com sentimentos de certa “superioridade”, enuncia de uma posição de poder ou de conhecimento elevado.

Exemplo 1: Conrado Hübner Mendes

(Professor de direito constitucional da USP, e doutor em direito e ciência política e membro do Observatório Pesquisa, Ciência e Liberdade – SBPC)

Generais não cometem crimes! Só resta ao governo apaziguar relações com os heróis da sobrevivência democrática.

Generais não cometem crimes. Nem contra humanos, nem contra a humanidade. Muito menos contra não humanos e o ambiente natural. Nem crimes contra criações filosóficas como o bem público.

Militares não praticam corrupção. Não enriquecem ilicitamente. Não estimulam filhas a ficarem solteiras para acumular aposentadorias vitalícias. Nem falseiam sua própria morte para que esposa receba pensão. Nem usufruem de apartamentos funcionais ilegalmente.[...]

Fonte: Folha de São Paulo. Edição 22.out.2023. Texto original: <https://is.gd/XYbTjN>

Dois traços básicos da ironia se revelam no exemplo: o sentido oposto e o olhar superior. Segundo Mueke (1995, p. 65), o locutor fica com sentimentos de superioridade, diverte-se e, simbolicamente, vê com um olhar do alto de uma posição de poder ou de conhecimento superior.

Conforme Alvarce (2009), o ironista pretende que o sentido seja apreendido pelo receptor da ironia, porém não imediatamente; ele almeja, ao contrário, que aquele a quem a ironia foi dirigida interprete as pistas que sugerem um discurso irônico, colaborando, por conseguinte, para a construção do sentido.

As pistas deixadas pela construção de sentidos no artigo do professor da USP, são muitas. Ao afirmar que “Generais não cometem crimes”, essa ironia é reforçada ao listar diversas ações moralmente questionáveis que são negadas de maneira enfática. As aspas são uma importante marcação porque induzem a uma outra conotação e expressam uma não coincidência do dizer (Authier-Revuz, 2004), uma marca de heterogeneidade enunciativa, uma modalização autonímica.

Ao dizer que os generais não cometem crimes “*nem contra humanos, nem contra a humanidade. Muito menos contra não humanos e o ambiente natural. Nem crimes contra criações filosóficas como o bem público*”, por exemplo, a ironia se estabelece pela aparente contradição entre essas negativas enfáticas e as acusações frequentes de envolvimento de militares em atividades controversas, como a tentativa de golpe de 08 de janeiro de 2023. O eco da oposição se faz ouvir na implicitude, como se o locutor-enunciador afirmasse: “estou dizendo isso para expressar o contrário, como uma denúncia”. Essa heterogeneidade enunciativa revela a ironia e sugere uma crítica às ações e posturas dos militares no cenário político.

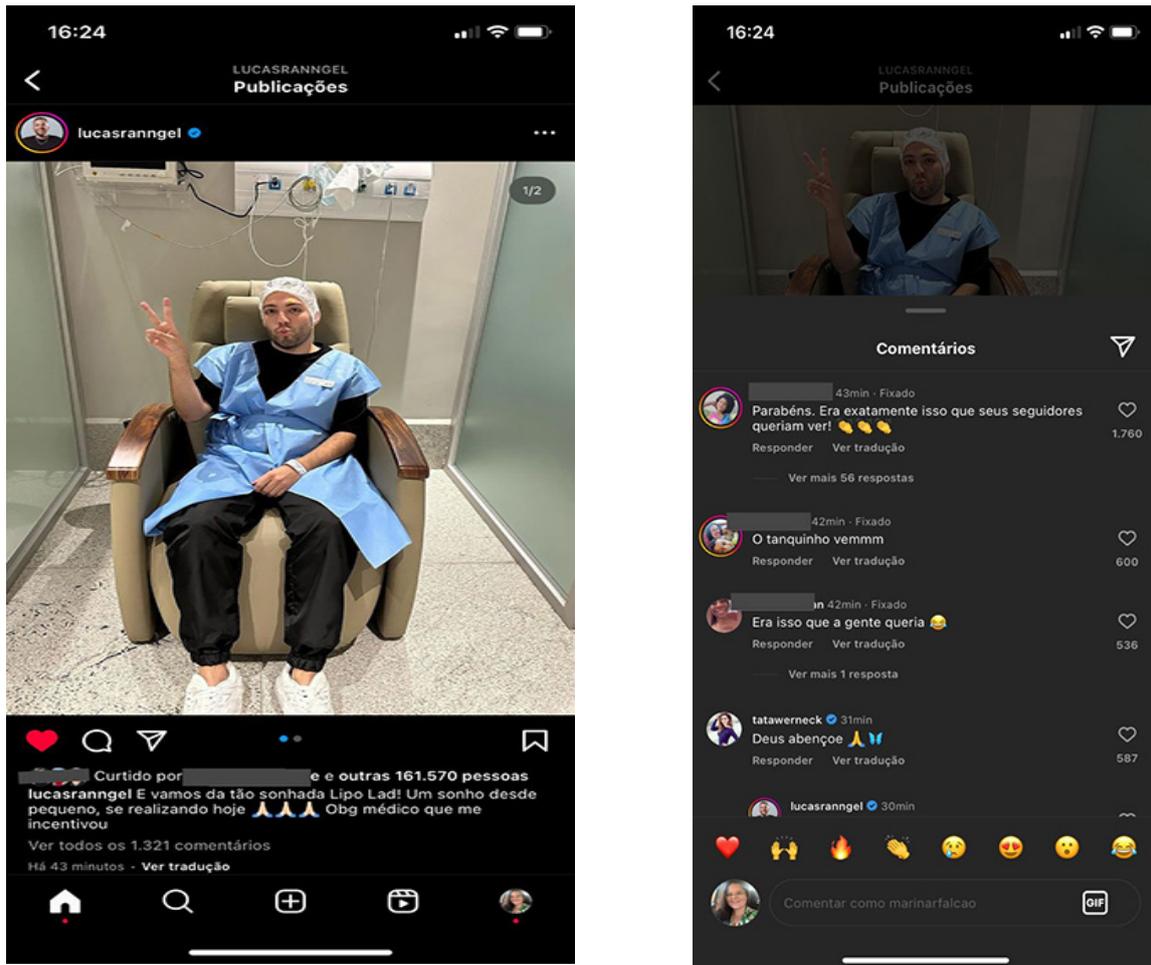
A afirmação de que “Militares não praticam corrupção. Não enriquecem ilicitamente” no texto apresenta uma construção irônica ao negar categoricamente comportamentos controversos atribuídos a generais. A ironia reside, mais uma vez, na contraposição entre as declarações de retidão moral e as críticas frequentes sobre o envolvimento de militares em situações questionáveis no governo da época. Essa utilização irônica visa provocar reflexão e destacar a disparidade entre a imagem idealizada que está sendo apresentada e as percepções negativas da sociedade em relação à conduta de alguns militares.

O cenário situacional, juntamente com o contexto sócio-histórico dos marcadores contextuais, contribuem significativamente para criar o enquadramento essencial que favorece a atribuição do ato irônico. Esse enquadramento abrange não apenas os elementos situacionais imediatos, mas também considera os processos intertextuais, tanto os estritos quanto os amplos. A interação entre esses diversos elementos possibilita a compreensão da ironia, uma vez que eles fornecem pistas e referências necessárias para interpretar a discrepância entre o discurso aparente e os sentidos subjacentes na declaração sobre os generais.

A ironia³, afirma Muecke (1995), pode desempenhar um papel de equilíbrio, suavizando situações levadas muito a sério, ou constranger, criticando quando a vida não é tratada com a devida seriedade. Isso se evidencia, por exemplo, na situação a seguir:

³ Como tomamos ironia não apenas por traços semânticos, mas sim, por um conjunto de aspectos textual-interacionais e discursivos, consideramos que o fenômeno da ironia, do ponto de vista linguístico-textual, que analisa todo o circuito comunicativo, será visto sob a condição de ser sarcástico, por isso, trataremos o fenômeno simplesmente como ironia.

Exemplo 2: A Lipo Lad de Lucas Rangel



Fonte: <https://www.instagram.com/p/Cy1QsCCOzu/?igsh=em1sYWkxcDJiZHN6>

Lucas Rangel foi um dos pioneiros na produção de conteúdo para a internet no Brasil. Com sua preferência por entretenimentos, soma mais de 55 milhões de seguidores em todo o Brasil e no mundo. Apoia e incentiva novos criadores de conteúdo, por isso se tornou uma estrela da internet. Trata-se de um influencer conhecido por sua vida de grife, e por ajudar financeiramente seus seguidores. Nunca ligou muito para estética em geral, como lipoaspiração. Ao postar que fez uma lipo lad – lipoaspiração de alta definição -, recebeu inúmeros comentários sarcásticos, como estes: “era isso que a gente queria”; “o tanquinho vem”; “parabéns. Era exatamente isso que seus seguidores queriam ver!”

Os comentários dos usuários apresentam diversas marcas textuais que contribuem para a expressão da ironia em relação à decisão de Lucas Rangel de fazer uma lipoaspiração de alta definição (lipo lad). Vamos destacar algumas dessas marcas:

- Expressões como “era isso que a gente queria” e “o tanquinho vem” funcionam como locuções irônicas porque contrastam com o ponto de vista que ele dizia defender e com a imagem social que criou: de alguém que não se preocupa com questões de estética.

Todos os referentes manifestos verbal e imageticamente nos comentários dos seguidores apontam uma aresta crítica para a contradição entre o que diz e mostra a postagem inicial e a representação social criada por Lucas Rangel.

- A utilização de ponto de exclamação em frases como “era isso que a gente queria!” intensifica o teor irônico, sugerindo uma surpresa exagerada e um tom de deboche em relação à atitude de ligar para a estética. A ironia está presente no contraste entre essa imagem positiva e a decisão de realizar uma lipoaspiração, uma escolha que não condiz com a expectativa dos seguidores.
- A menção à lipo lad, uma lipoaspiração de alta definição, contribui para o contraste de imagem, pois é uma intervenção estética que pode parecer incompatível com a imagem autêntica que Lucas Rangel busca transmitir.
- Comentários, como “parabéns. Era exatamente isso que seus seguidores queriam ver!”, predicam a intensidade do deboche.
- O uso de emojis específicos, como as palmas, a carinha de riso etc. são comuns em contextos digitais. O uso desses elementos foi utilizado para expressar sarcasmo, reforçando ainda mais as reações irônicas dos seguidores.

Diante dessas considerações, reiteramos que, em Linguística Textual, levamos em conta não apenas os traços semânticos da ironia, mas também os aspectos textual-interacionais e discursivos que permeiam todo o circuito comunicativo. Essa escolha visa evitar redundâncias e compreender a ironia sob a condição de, interacional e discursivamente, comportar traços de sarcasmo.

É fácil entender por que, na perspectiva da Nova Retórica, a ironia é analisada como um argumento pelo ridículo, sendo associada à transgressão de regras aceitas e utilizada como uma forma de condenação de comportamentos considerados inadequados. A ironia pode funcionar como um processo de inclusão ou exclusão, provocando confrontos de valores cujo desfecho é incerto, dependendo das matrizes culturais e grupais, podendo levar a processos de adesão ou rejeição dos discursos.

Vista sob o prisma da microsociologia, a ironia, de acordo com Goffman (2011), proporciona uma desresponsabilização do locutor, impedindo que os participantes se responsabilizem mutuamente pelo entendimento. Goffman observa que a ironia permite que nenhum dos participantes seja capaz de responsabilizar o outro pelo que foi entendido. Isso sugere que, ao utilizar a ironia, o locutor pode evitar assumir responsabilidade direta pelo significado expresso, criando um espaço no qual as interpretações podem variar, o que pode ser particularmente útil em contextos sociais delicados.

No terceiro exemplo intitulado “Psicanálise e o genocídio”, deparamo-nos com um texto irônico extraído do perfil do Twitter/X @direitasiqueira, autodenominado um perfil de paródia. Observe-se que só o leitor sabedor da contextualização histórica e do fato de se tratar de um perfil todo montado sobre a ironia pode interpretar o alcance da crítica.

Exemplo 3: Psicanálise e o genocídio

Fonte: https://twitter.com/search?q=coronel%20siqueira&src=typed_query

A publicação alega: “A Nathália Pasternak se horroriza com a psicanálise e não se horroriza com um genocídio?” Para captar o tom sarcástico do texto, o leitor precisaria resgatar, no mínimo, três informações cruciais.

Primeiramente, é necessário conhecer quem é Nathália Pasternak, uma microbiologista e divulgadora científica que desempenhou um papel destacado na defesa da vacina contra a Covid-19 durante a pandemia. Em segundo lugar, é preciso ter conhecimento de que ela causou polêmica ao descrever a psicanálise como “uma pseudociência” em seu livro mais recente, em coautoria com Carlos Orsi. Em terceiro lugar, o leitor deve estar a par de um manifesto⁴ atualmente divulgado, no qual empresários, executivos, pesquisadores e artistas assinaram um abaixo-assinado contra a decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em apoiar a petição da África do Sul, que acusa Israel de genocídio.

Esta petição busca investigar “atos e medidas que possam constituir genocídio ou crimes relacionados” e pede o cessar-fogo imediato de Israel na Faixa de Gaza. Entre as 119 personalidades que endossaram o manifesto estão a ex-ministra do Supremo Tribunal Federal Ellen Gracie, o empresário e economista Roberto Giannetti da Fonseca, o presidente da Suzano, Walter Schalka, o CEO de O Boticário, Artur Grynbaum, o CEO na Natura, Fábio Colletti Barbosa, o presidente do conselho do Hospital Albert Einstein, Claudio Lottenberg, o presidente do Google Brasil, Fábio Coelho, o cientista político Christian Lohbauer, a atriz Bruna Lombardi e a microbiologista Natália Pasternak.

As alusões realizadas na postagem de @direitasiqueira são pistas deixadas para que se compreenda a ironia do texto, evidenciando a aresta crítica que se estabelece entre a microbiologista que expressa horror diante da psicanálise e, aparentemente, não demonstra o mesmo horror diante da perda de vidas em Gaza.

Ao questionar por que Nathália Pasternak se horroriza com a psicanálise, mas não se sensibiliza com um genocídio, o locutor estabelece um contraste extremo, sugerindo uma aparente contradição nas preocupações da microbiologista. O próprio @direitasiqueira se autodenomina como um perfil de paródia, indicando que suas postagens devem ser interpretadas com uma lente de alcance para a ironia. Essa autorreferência reforça o caráter satírico do conteúdo.

⁴ <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/empresarios-lancam-peticao-contra-apoio-do-governo-lula-a-investigacao-de-israel-por-genocidio/>.

A pergunta retórica sugere a ironia e faz o leitor inferir que se trata de uma declaração crítica de quem se indigna com a falta de empatia em relação ao genocídio. O autor utiliza esse recurso de forma exagerada, pois não espera que o leitor acredite genuinamente que ela não se incomode com os fatos.

O tom sarcástico é amplificado quanto mais o interlocutor recorrer a conhecimentos pré-discursivos sobre quem é Nathália Pasternak e sobre qual foi seu papel como defensora da vacina contra a Covid-19. A identidade social construída em torno da pesquisadora entra em choque com sua crítica à psicanálise como “pseudociência”.

Segundo Plett (1982), a ironia geralmente requer algo que sirva como um contexto propício, algo que sugira um enquadramento. Contudo, a complexidade reside no fato de que esse elemento contextualizador pode variar entre diferentes interpretadores e até mesmo inexistir para alguns. A probabilidade de uma ironia ser interpretada corretamente como tal aumenta significativamente com a presença de uma aceitação mútua de convenções de sinalização, facilitando assim a interpretação do ato irônico.

4. Conclusão

A ironia, muitas vezes, está enraizada em contextos específicos, como evidenciado nos exemplos analisados. Seja nas interações digitais, como o texto de Marques (2016), seja em postagens parodísticas de redes sociais, como o caso de @direitasiqueira, o entendimento da ironia demanda uma apreciação sensível das nuances contextuais e do conhecimento compartilhado. A análise de elementos como a construção referencial, as marcas intertextuais, como alusões, a pontuação e os emojis auxilia no reconhecimento do ato irônico pelo interpretador, mas tais marcações, por si mesmas, não poderiam assegurar a existência da ironia. Eis por que Hutcheon (2000) defende que o ato irônico só pode ser visto em contexto. Nos termos da Linguística Textual, dissemos, em Cavalcante, Brito e Faria (2023), que a ironia requer, no mínimo, que, no circuito comunicativo em que ela ocorre, o interpretador atribua ao locutor-enunciador uma intencionalidade sarcástica, gerando uma aresta crítica; que exista um alvo a quem ela é dirigida (quer seja o interlocutor ou não); que se infira a relação com conhecimentos compartilhados no contexto; e que haja uma complexidade referencial favorecendo uma oposição de sentidos, o que pode ser atestado por inúmeras manifestações tecnolinguageiras, não somente por marcas estritamente linguísticas.

Assim, a ironia se mostra como uma estratégia interativa e persuasiva para influenciar o outro. Ao empregar a ironia, o locutor pode tentar, inicialmente, minar a credibilidade do adversário e desestabilizar suas convicções, como evidenciado nos exemplos analisados.

Sua presença em diversas esferas, cotidianas ou não, ressalta a necessidade de ela continuar sendo explorada e observada na tecnodiscursividade, em que a comunicação se torna cada vez mais dinâmica. A ironia persiste como uma ferramenta poderosa, capaz de desafiar, criticar e, muitas vezes, pôr sutilmente à mostra o que se oculta.

Agradecimento

CNPq / FUNCAP

Referências

- ALAVARCE, C. S. *A ironia e suas refrações: um estudo sobre a dissonância na paródia e no riso* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 208 p. ISBN 978-85- 7983-025-9. Available from SciELO Books.
- AUSTIN, J. *Quando dizer é fazer*. Tradução de Danilo M. de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. pp. 11-80
- BEAUGRANDE, R. *Linguística textual: para novas margens?*. REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM, v. 10, n. 1, pp. 43-60, 1997.
- BRAIT, Beth. *Ironia em perspectiva polifônica*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2008.
- BROWN, P.; LEVINSON, S. *Politeness: some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- CAVALCANTE, Mônica Magalhães et al. *Linguística Textual: conceitos e aplicações*. Campinas: Pontes, 2022.
- CAVALCANTE, Mônica Magalhães; BRITO, Mariza Angélica Paiva; FARIA, Maria da Graça dos Santos. *Atos linguageiros de ironia sarcástica: considerações argumentativas em linguística textual*. Revista da Anpoll, v. 54, n. 1, e1900, 2023. DOI: <https://doi.org/10.18309/ranpoll.v54i1.1900>.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso*. São Paulo: Contexto, 2008.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Reflexões para a análise da violência verbal*. Revista Desenredo, v. 15, n. 3, 2019.
- COSTA VAL, M.G. *Texto, textualidade e textualização*. Pedagogia Cidadã: Cadernos de Formação. São Paulo: UNESP, pp. 113-128, 2004.
- CULPEPER, J. *Impoliteness using language to cause offense*. Cambridge, Cambridge University Press, 2011. 292 p.
- FÁVERO, Leonor Lopes. *Coesão e coerência textuais* / 11. ed. - São Paulo: Ática, 2009
- GOFFMAN, E. *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Petrópolis – RJ: Vozes, [1967] 2011.
- GRICE, P. H. *Lógica e conversação*. Trad João W. Geraldi. In: DASCAL, Marcelo (org.). *Fundamentos metodológicos da linguística* (vol. IV): Pragmática - problemas, críticas, perspectivas da linguística. Campinas: UNICAMP, 1982.
- HUTCHEON, Linda. *Teoria e política da ironia*. Tradução de Júlio Jeha. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

KOCH, I. G. V. *O texto e a construção dos sentidos*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

MARQUES, Girllayne Gleyka Bezerra dos Santos. *Recursos de ironia em interações digitais: um estudo do gênero compartilhamento de notícias*. 2016. 211 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras-Linguística, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

MUECKE, David. *Ironia e o irônico*. São Paulo: Perspectiva, 1995.

OLÍMPIO, M.; GRÁCIO, R. A. Já estais saciados! A figura retórico-argumentativa da ironia no corpus paulinum. *Filologia e Linguística Portuguesa*, v. 15, n. 2, pp. 447-474, 2013.

PAVEAU, Marie-Anne. *Les prédiscours: sens, mémoire, cognition*. Presses Sorbonne Nouvelle, 2006.

PEDRO, Gabriela Wick. *ComentCorpus: identificação e pistas linguísticas para detecção de ironia no português do Brasil*. Dissertação (mestrado). 95p. São Paulo: Universidade Federal de São Carlos, 2018.

PLETT, H. F. Ironie als stilrhetorisches paradigma. *Ars semiotica* 4/5. v. 1, pp. 75-89, 1982.

SPERBER, Dan; WILSON, Deirdre. *Relevance: communication and cognition*. Blackwell. 1990.

WICK-PEDRO, G.; VALE, O. A. *ComentCorpus: description and analysis of irony in a corpus of opinion for brazilian portuguese*. *Cadernos de Linguística*, [S. l.], v. 1, n. 2, pp. 01-15, 2020. DOI: <https://doi.org/10.25189/2675-4916.2020.v1.n2.id207>. Disponível em: <https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/article/view/207>. Acesso em: 22 jan. 2024.

MESCLA CONCEITUAL EM SONHOS NA PANDEMIA: NOVAS PERSPECTIVAS PARA UM DIÁLOGO ENTRE LINGUÍSTICA E PSICANÁLISE

CONCEPTUAL BLENDING IN PANDEMIC DREAMS: NEW PERSPECTIVES FOR A DIALOGUE BETWEEN LINGUISTICS AND PSYCHOANALYSIS

Flávia Alvarenga de Oliveira¹

Gilson de Paulo Moreira Iannini²

Mara Passos Guimarães³

Ricardo Augusto de Souza⁴

RESUMO

Sonhos são um tipo de atividade mental complexo, com inegável importância evolutiva desde suas bases neurológicas, passando por seus possíveis impactos em experiências psicológicas dos sonhadores até seu valor coletivo, em certas culturas (Ribeiro, 2019). O presente trabalho apresenta a conjectura de que há fecundidade recíproca de um diálogo entre o posicionamento acerca da corporeidade basal na simbolização linguística defendida em Linguística Cognitiva e a concepção do psiquismo na teoria psicanalítica. Notadamente, a Psicanálise é um campo disciplinar que trata da subjetividade, abordando processos mentais atravessados por afetos e sobre os quais opera a agência de um ente desejante que constrói, por um saber inconsciente, sua relação com o mundo. Neste trabalho, iniciamos uma elaboração de tal conjectura através de uma análise motivada pela Teoria da Mesclagem Conceitual (Fauconnier, 1994; Fauconnier, 1997; Fauconnier; Turner, 2004) de narrativas oníricas que guardam um caráter singular. Trata-se de narrativas de sonhos de brasileiros coletadas durante o ano de 2020, ou seja, durante o auge pré-vacinação da pandemia de Covid-19, no contexto de um projeto interinstitucional que envolveu três importantes universidades públicas brasileiras (Dunker *et al.*, 2021). As análises apresentadas suportam a ideia de que a Teoria da Mesclagem Conceitual é capaz de dialogar com os conceitos freudianos de condensação e deslocamento, os quais correspondem, respectivamente, à metáfora e à metonímia, prevalentemente.

PALAVRAS-CHAVE: Mesclagem. Sonhos. Pandemia. Linguagem e psicanálise.

ABSTRACT

Dreams are a complex type of mental activity, with undeniable evolutionary importance from their neurological bases, and with possible impacts on dreamers' psychological experiences to their collective value, in certain cultures (Ribeiro, 2019). This study develops the conjecture that a dialogue between the position regarding basal corporeality in linguistic symbolization defended in Cognitive Linguistics and the conception of the psyche in psychoanalytic theory may be reciprocally fruitful. Notably, Psychoanalysis is a disciplinary field

¹ Secretaria de Educação de Contagem (SEDUC/Contagem) e Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG), flavia_alvarenga@live.com, <https://orcid.org/0000-0002-6454-2461>.

² Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), gilsoniannini@yahoo.com.br, <https://orcid.org/0000-0002-8233-5503>.

³ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mguimaraes.ufmg@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0003-0251-3013>.

⁴ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), ricsouza.ufmg@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0001-6690-3948>.

that deals with subjectivity, addressing mental processes influenced by affects and in which the agency of a desiring being operates and builds, through unconscious knowledge, their relationship with the world. In the study, we begin to elaborate such a conjecture by way of an analysis of dream narratives that have a unique character, motivated by the Theory of Conceptual Blending (Fauconnier, 1994; Fauconnier, 1997; Fauconnier; Turner, 2004). These are narratives of Brazilian dreams collected during 2020, that is, during the pre-vaccination peak of the Covid-19 pandemic, in the context of an interinstitutional project that involved three important Brazilian public universities (Dunker et al., 2021). The analysis presented supports the idea that the Theory of Conceptual Blending is capable of dialoguing with the Freudian concepts of condensation and displacement, which predominantly correspond, respectively, to metaphor and metonymy.

KEYWORDS: Blend. Dreams. Pandemic. Language and psychoanalysis.

1. Introdução

Uma referência comumente evocada com vistas à apresentação sintética e didática de dois grandes paradigmas em disputa nos estudos linguísticos desde meados do século XX mapeia esta área como cindida entre os campos formalistas e funcionalistas (França; Ferrari; Maia, 2016). Genericamente, podemos apontar o primeiro campo, que é prototipicamente exemplificado pela teoria da Gramática Gerativa, como aquele que se erigiu tendo por bússola o sucesso teórico-descritivo do empreendimento fonológico em Linguística, propondo, portanto, que a identificação de propriedades formais das expressões linguísticas e a descrição de seus condicionantes distribucionais alcançariam suficiência como explicação da linguagem e de seus fenômenos. Tal paradigma toma o interjogo de traços formais como o objeto de conhecimento relevante para a teoria linguística.

O segundo campo, por sua vez, pode ser genericamente reconhecido como aquele que reivindica o âmbito da significação como indispensável para a análise e a explicação em linguística, por tomar as pressões por comunicação intersubjetiva eficiente como o provável fator da origem filogenética da linguagem humana, assim como por entendê-lo igualmente como o fator que modula a aquisição da linguagem do ponto de vista ontogenético. Neste campo, ao tomar-se as funções comunicativas da linguagem como base para a compreensão de seu funcionamento, rejeita-se justamente a suficiência da descrição formal para a configuração de uma teoria de linguagem, à semelhança da insuficiência de descrições anatômicas para a explicação de mecanismos fisiológicos em Biologia (Givón, 2017).

O conjunto de modelos e abordagens teóricas que compõem a Linguística Cognitiva se alinha ao campo funcionalista. Todavia, há dentre esses modelos e abordagens aquelas que adotam heurísticas analíticas guiadas por análises minuciosas de distinções formais e de suas propriedades distribucionais, assim como caracterizadas por sistemas notacionais para a formalização de grande complexidade. São exemplos alguns quadros teóricos em Gramática de Construções, especialmente aqueles com forte compromisso com a implementação computacional (ex.: Boas; Sag, 2014). Portanto, não é um recuo a análises da forma linguística que perfaz a distinção entre as abordagens teóricas em Linguística Cognitiva das abordagens formalistas.

O corte epistêmico fundamental que a Linguística Cognitiva opera em relação ao campo formal é a rejeição da hipótese de que a linguagem é um módulo encapsulado da mente humana, separando-se e autonomizando-se de outras características e manifestações do psiquismo.

A modularização de funções mentais e o decorrente encapsulamento do tipo de informação com o qual um dado hipotético módulo opera, cabe observar, oferecem uma arquitetura mental que apoia, em âmbito teórico, a hipótese de que a linguagem é estruturada com níveis de computação de unidades mínimas e especializadas. Tal como argumenta França (2019), desenvolvimentos recentes na teorização gerativista permitem aos proponentes dessa teoria assumir uma posição de delimitação micromodularista de sistemas altamente específicos de computação linguística, sendo um dos objetivos da teoria a especificação de mecanismos de interface entre tais sistemas. Ou seja, a hipótese de modularidade de funções mentais é central para o campo formalista, uma vez que posições formalistas em linguística, tais como a Gramática Gerativa, encontram uma justificativa teórica ortogonal na modularidade da mente.

A Linguística Cognitiva, ao contrário, propõe o entendimento das manifestações linguísticas como uma faceta da inscrição psíquica da experiência humana, não como um módulo especial dela seccionado. Este campo teórico assume, portanto, uma posição experiencialista em relação à ontogênese e à organização da linguagem, tal como argumenta Ferrari (2011). Longe de apoiar-se na hipótese de micromódulos especializados, em Linguística Cognitiva reconhece-se a plausibilidade de identificação de subsistemas interseccionais (Talmy, 2018). A linguagem, como faceta experiencialista e interseccional da mente humana, emerge e estrutura-se por ser um produto privilegiado da alta capacidade humana de categorização. Em outras palavras, a linguagem se funda na representação e expansão simbólica de categorias perceptuais, através de processos metafóricos e metonímicos (Taylor, 1995; Lucy; Gaskins, 2003; Ferrari, 2011; Kövecses, 2021; Wen; Fu, 2021).

Mais ainda, o processo de expansão metafórico e metonímico que subjaz desde significação referencial até as construções sintáticas é inseparável da corporeidade da experiência vivida (Goldberg, 1995; Gibbs, Jr., 2014; Ibañez, 2021). Talmy (2018) propõe que os subsistemas mentais com os quais a linguagem tem interseções não se limitam a campos como percepção visual, auditiva ou cinestésica, incluindo também emoções, afetos, fatores sócio-históricos e padrões culturais. Seguindo tal proposta, entendemos que a dimensão da corporeidade que perfaz o languageiro diz respeito tanto ao corpo individual como entidade anatômica, fisiológica e pulsional quanto à situacionalidade desse corpo em um corpo social, tomado em sua totalidade ou em alguma de suas fraturas internas. Tal situacionalidade se realiza na ontogênese com o laço intersubjetivo entre o *infans*, ou seja, o bebê ainda não falante, e as figuras que perante ele exercem parentalidade ou agência de cuidado, progressivamente expandindo-se em complexidade através dos novos laços afetivos, assim como do compartilhamento coletivo de símbolos e de práticas e rituais culturalmente sancionados em um dado espaço de sociabilidade e tempo histórico.

A hipótese geral que fomenta o presente trabalho é que há fecundidade recíproca de um diálogo entre o posicionamento acerca da corporeidade basal na simbolização linguística defendida em Linguística Cognitiva e a concepção do psiquismo na teoria psicanalítica. Notadamente, a Psicanálise é um campo disciplinar que trata da subjetividade, abordando processos mentais atravessados por

afetos e sobre os quais opera a agência de um ente desejante que constrói, por um saber inconsciente, sua relação com o mundo.

Neste trabalho, iniciamos uma elaboração de tal hipótese através de uma análise motivada pela Teoria da Mesclagem Conceitual (Fauconnier, 1994; Fauconnier, 1997; Fauconnier; Turner, 2004) de narrativas oníricas que guardam um caráter singular. Trata-se de narrativas de sonhos de brasileiros coletadas durante o ano de 2020, ou seja, durante o auge pré-vacinação da pandemia de Covid-19, no contexto de um projeto interinstitucional que envolveu três universidades públicas brasileiras, a Universidade de São Paulo, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Universidade Federal de Minas Gerais (Dunker *et al.*, 2021). Trata-se, portanto, de um período crítico da história recente de nosso país, no qual os sonhantes encontravam-se mediante a urgência do confinamento social como a medida preconizada por cientistas para a prevenção contra a contaminação pelo vírus SARS-Cov-2 e, ao mesmo tempo, viviam o negacionismo, desprezo e aberto antagonismo das autoridades máximas do então governo federal brasileiro para com a recomendação de isolamento social e para com outras medidas sugeridas pela comunidade científica, como o uso de máscaras respiratórias e a própria vacinação.

Sonhos são um tipo de atividade mental complexo, com inegável importância evolutiva, desde suas bases neurológicas, passando por seus possíveis impactos em experiências psicológicas dos sonhadores até seu valor coletivo, em certas culturas (Ribeiro, 2019). Tomado enquanto manifestação discursiva, entendemos que o sonhar guarda interesse por se tratar inquestionavelmente de uma vivência subjetiva e íntima de natureza multimodal e multissensorial. Trata-se, ainda, de uma vivência da qual o compartilhamento intersubjetivo só é possível através de uma textualização da qual advém um relato verbal, ou seja, por uma atividade deliberada de tradução intersemiótica. Todavia, Freud (1900) concebe o sonho como um rébus, uma espécie de escrita pictográfica que mescla elementos de diferentes tipos, tais como imagens e palavras, assim materiais oriundos de diferentes fontes, incluindo restos de experiências sensoriais recentes e memórias inconscientes passadas. Ou seja, a teoria freudiana da elaboração onírica propõe que o sonho é uma manifestação psíquica na qual as experiências visuais e sensoriais que se apresentam ao sonhador perfazem uma função sígnica de valor verbal, seja por equivalência lexical ou até mesmo silábica, dimensão fundamental na leitura do inconsciente freudiano estruturado como linguagem, tal como proposta pelo psicanalista Jacques Lacan. Tal perspectiva instaura uma dialética na relação entre o sonhar e a linguagem, pois se a narrativa de um sonho pode ser tomada como a textualização de uma experiência multimodal, o ponto de vista psicanalítico sobre o sonho, em particular o sonho dos falantes, é que nele há uma composição multissensorial de um discurso de base eminentemente linguística.

Entendemos, assim, que sonhos oferecem um material fecundo para análises que buscam compreender as relações entre as manifestações linguísticas e a vida mental humana. É este entendimento que justifica para nós o estudo ora relatado.

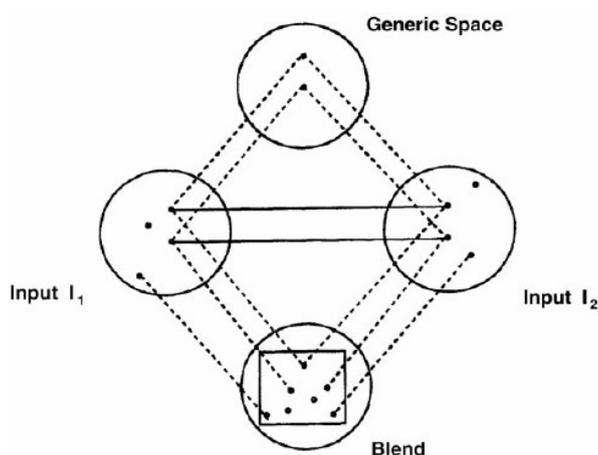
Nas seções seguintes deste trabalho, apresentaremos as bases da Teoria da Mesclagem Conceitual e, em seguida, elementos da teoria freudiana do sonho que são relevantes para nosso relato. Passaremos, então, a informações sobre o corpus do qual nos valem para a análise de narrativas oníricas, seguido de uma explicitação de nossos procedimentos para a análise. Expomos em seguida os resultados de nossa análise de metáforas que se manifestaram nas narrativas oníricas. Para encerrar o trabalho, discutiremos as implicações que entendemos serem trazidas por este estudo.

2. Teoria da Mesclagem Conceitual

Desenvolvida por Gilles Fauconnier e Mark Turner, a Teoria da Mesclagem Conceitual (TMC), também conhecida como Teoria da Integração Conceitual, faz parte do rol de teorias da Linguística Cognitiva e propõe que o significado pode ser compreendido e criado através da combinação de diferentes conceitos. Fauconnier e Turner (2002) salientam que a capacidade de mesclar informações está na base dos processos cognitivos humanos e propõem que o processo de mescla entre espaços mentais, ou seja, conceitos sobre os quais o falante armazena informações e conhecimentos na mente, seria governada por princípios que fazem a mescla acontecer.

A figura 1 apresenta o diagrama contendo os principais elementos envolvidos na mescla, quais sejam, o espaço genérico, os espaços de entrada e o espaço de mescla. O primeiro se refere a uma estrutura que existe no processo de mescla a fim de funcionar como um campo comum para integrar os elementos de entrada. Ele é gerado dinamicamente durante o processo e captura a estrutura compartilhada entre esses espaços e suas relações subjacentes. O segundo, por sua vez, se refere aos conceitos que servem de entrada para o processo de mesclagem. A partir do mapeamento da estrutura de cada espaço de entrada e da identificação de semelhanças entre os elementos, faz-se a seleção de elementos específicos relevantes para a mescla. O terceiro, dessa forma, é a própria mescla, que combina esses elementos e cria um novo espaço, agora integrado, que surge como um novo conceito, mas do qual ainda se pode resgatar os espaços de entrada e suas relações.

Figura 1: Diagrama da Mescla



Fonte: Fauconnier e Turner (2002), p. 46.

Isso significaria dizer que o processo de mesclagem tem o potencial de utilizar conhecimentos prévios, tanto provenientes de lembranças recentes quanto de memórias inconscientes de longo prazo e combiná-los, a fim de criar conceitos inovadores, tal como aparecem nos relatos de sonhos coletados durante a pandemia de Covid-19.

Fauconnier e Turner (1998) estabeleceram ainda “princípios de otimalidade”, a partir dos quais uma mescla pode ou não funcionar. Primeiramente, todos os espaços da mescla devem estar firmemente integrados, de modo que possam ser manipulados como um. Além disso, os espaços devem ser topologicamente compatíveis, a fim de que os elementos projetados na mescla tenham correspondências em ambos os espaços mentais. É preciso também que a mescla mantenha suas conexões com os espaços de entrada e que permita sua reconstrução, bem como a reconstrução do mapeamento e conexão entre eles. Por fim, faz-se necessário que todos os elementos presentes na mescla sejam relevantes e tenham significado. Assim, quanto mais uma mescla se enquadra a esses princípios, melhor ela será.

Outro aspecto relevante da Teoria da Mesclagem Conceitual é a existência do que Fauconnier e Turner (2002) chamam de “relações vitais”, as quais também guiaram a formação da mescla. Essas relações se referem a um conjunto de relações influenciadas por experiências socialmente compartilhadas e pela neurobiologia (Fauconnier; Turner, 2002). Muito embora os autores apresentem 15 relações vitais através das quais se dão as mesclas, interessa-nos aqui apenas cinco: analogia, desanalogia, causa e efeito, representação e mudança.

Primeiramente, a analogia é uma relação vital essencial para o mapeamento da estrutura da mescla. Ela envolve mapear elementos de dois espaços mentais baseando-se em sua estrutura comum, o que permite compreender um espaço em termos de outro, a partir de suas semelhanças.

Em segundo lugar, a desanalogia se refere à presença de incongruências e diferenças entre dois domínios que foram mapeados. Tanto a analogia quanto a desanalogia são relações vitais essenciais e se complementam, uma vez que são capazes de estabelecer semelhanças e contrastes entre os espaços de entrada da mescla.

Em terceiro lugar, há a relação de causa e efeito que relaciona dois espaços de entrada. Um deles corresponde à causa e o outro, à sua respectiva consequência. Essa relação vital constrói novos significados através da compressão dos espaços de entrada, da qual se pode depreender a informação emergente.

A quarta relação, de representação, conecta dois espaços de entrada, de modo que o primeiro corresponde à coisa representada e o segundo, àquilo que a representa. Assim, os espaços se mesclam em uma unidade da qual emerge uma nova estrutura em que um elemento é capaz de representar outro.

Por fim, a relação de mudança relaciona um elemento a outro que represente seu estado modificado. Ou seja, um elemento apresenta, em diferentes momentos, características diversas, sem que seja, no entanto, o mesmo elemento inicialmente apresentado.

3. Elementos da Teoria Freudiana

As bases da teoria psicanalítica do sonho foram formuladas por Freud entre os anos de 1895 a 1900 e publicados em sua obra seminal, a *Traumdeutung*, publicada em 1900. Esse livro sofreu inúmeras revisões ao longo de suas várias reedições. Reformulações de maior monta foram propostas a partir de 1920, com a revisão da hipótese fundamental de que todo sonho seria realização disfarçada de desejos reprimidos ou recalçados. Mas os aspectos que nos interessam aqui não dizem respeito à realização de desejo, nem sua posterior revisão. Para fins da presente investigação, reteremos nossa atenção a dois aspectos principais: os fundamentos dos dois principais mecanismos de trabalho do sonho (condensação e deslocamento) e a relação entre fontes e materiais do sonho.

No início do capítulo VI de sua “A interpretação do sonho” (1900/2024), em que examina os mecanismos de trabalho do sonho, Freud assinala que todas as tentativas de deciframento do sentido dos sonhos fracassam justamente pelo fato de tomarem o “conteúdo manifesto” como equivalente à totalidade da experiência onírica. Propõe então a distinção entre duas camadas do sonho: os pensamentos latentes e os conteúdos manifestos. Interpretar um sonho requer do pesquisador o rastreamento dos processos que transformam o pensamento latente em conteúdo manifesto. Estes apresentam-se como “duas figuras do mesmo conteúdo em duas linguagens distintas” (Freud, 1900/2024, s/p). Essas linguagens diferenciam-se em seus modos de expressão, em que signos [Zeichen] e leis de articulação [Fügungsgesetze] são transferidos, de modo análogo a processos de tradução intersemiótica. Nesse passo, vale a pena recorrer ao próprio texto freudiano: “O conteúdo do sonho é dado em uma espécie de escrita pictográfica [Bilderschrift], cujos signos devem ser transferidos, um a um, para a linguagem dos pensamentos do sonho. Seríamos, evidentemente, induzidos ao erro se quiséssemos ler esses signos de acordo com seu valor pictórico [Bilderwert], e não de acordo com sua relação semiológica” (Freud, 1900/2024, s/p).

O sonho compõe-se de forma homóloga a um enigma pictográfico, um rébus, que parece sem sentido ou insensato [unsinnig] apenas se tomarmos as imagens como imagens e não como signos. Os processos de transformação que presidem a transferência de signos e leis de articulação entre um e outro modo de expressão são vários, mas dois deles destacam-se entre os demais: a condensação e o deslocamento. A condensação refere-se a uma espécie de taxa de compressão, cujo valor não pode ser calculado, que resulta que cada elemento no sonho possa mesclar uma quantidade superabundante de conteúdos. As associações supervenientes que um sonhante produz ao relatar o sonho certamente estabelece novas ligações inexistentes no tecido do sonho. Mas mesmo essas novas ligações devem ser vistas como “circuitos paralelos [Nebenschließungen], curtos-circuitos [Kurzschlüsse], possibilitados pela existência de outras vias de ligação situadas em maior profundidade” (Freud, 1900/2024, s/p). Finalmente, o processo de condensação ocorre num eixo que o próprio Freud chama de “simultâneo”, na medida em que os pensamentos do sonho são mantidos lado a lado. Não por acaso, a leitura estruturalista de Lacan sugeriu que a condensação seria homóloga ao processo metafórico, preponderantemente sincrônico ou paradigmático, se quisermos nos valer das terminologias de

Saussure e Jakobson respectivamente. Mas Freud parece ir ainda mais longe ao sugerir que o processo condensatório envolve uma rede de signos caracterizada por ligações que sugerem um “emaranhado” [Gewirre] ou “entrelaçamento” [Verschlingung] de pensamentos. Mesclagem *avant la lettre*?

Já o processo de deslocamento tenta dar conta do fato de que muitas vezes o elemento mais importante do sonho não está nele representado, ou pelo menos não está representado com a intensidade ou valência que possui. Isso ajuda a explicar porque o sonho parece estar “centrado de outra maneira [anders zentriert]”. Ao contrário do estado de vigília, quando o valor de um pensamento ou de uma representação é indicado por sua valência, recorrência ou vivacidade, na formação do sonho pode ocorrer justamente o inverso. O centro de gravidade é deslocado para um detalhe ínfimo, ou um elemento aparentemente desprovido de sentido, justamente como forma de burlar a censura psíquica. Não por acaso, a apropriação lacaniana dos mecanismos do sonho situou o deslocamento como equivalente à metonímia, predominantemente diacrônica.

Todos esses processos e mecanismos do trabalho de sonho envolvem materiais de fontes diversas. Freud destaca especialmente dois tipos: os restos diurnos, que abrangem percepções ou pensamentos conscientes ou não do dia ou dos dias anteriores, que gozaram de maior ou menor atenção ou retenção; desejos fixados em nossa memória inconsciente e que apenas acedem à consciência ao burlar a censura, seja esta caracterizada por recalçamento ou repressão, conforme o caso. Fato é que o sonho mescla esses materiais provenientes de origens diversas, compondo um mosaico complexo de representações. Isso ajuda a explicar o caráter quase sempre enigmático do conteúdo onírico, cujo sentido não se entrega a não ser a partir de um método rigoroso de reconstrução.

4. O *Corpus*

Os sonhos aqui analisados foram coletados por meio de formulários eletrônicos durante o primeiro semestre de 2021 como parte do projeto de pesquisa *Sonhos Confinados*. O projeto envolveu pesquisadores de várias universidades brasileiras e tinha como objetivo coletar relatos de sonhos durante a pandemia de Covid-19 no Brasil.

Dos formulários, foram extraídos os relatos de sonhos dos participantes a fim de compilar um corpus com essas narrativas. A anotação do corpus foi feita com o software UAM CorpusTool e os sonhos foram categorizados segundo as emoções que retratavam. Tais classificações baseiam-se não apenas nos relatos em si, mas também nos comentários feitos pelos sonhadores no formulário de coleta. Foram criados, assim, 15 subcorpora, cada um relacionado a uma emoção, quais sejam, medo, esperança, tristeza, fraqueza, poder, vergonha, felicidade, alívio, dúvida, saudade, desesperança, culpa, preocupação, solidão e raiva.

Os dados analisados no presente trabalho estão contidos no subcorpus de medo, uma vez que essa emoção se mostrou a mais recorrente no corpus coletado. Esse dado é consistente com a pesquisa de Wang e colaboradores (2020), que pesquisaram sobre os impactos emocionais da pandemia de Covid-19 na China durante seus impactos iniciais e concluíram que seu impacto psicológico foi de moderado a severo, com muitos participantes relatando sintomas de ansiedade e depressão.

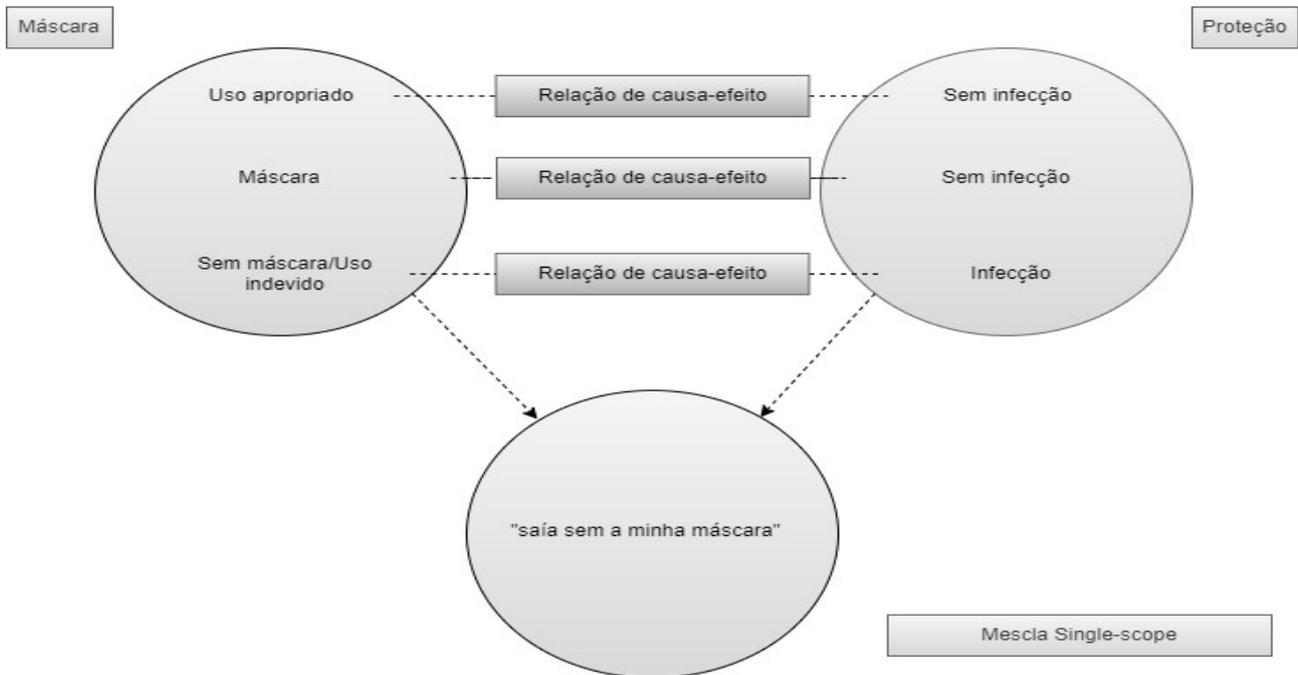
5. Análise dos relatos oníricos

Os relatos oníricos coletados durante a pandemia apresentam imagens características do cenário que se apresenta à sociedade. Nas narrativas, os sonhadores se veem constantemente em contextos que envolvem máscaras, aglomerações, sufocamento e mesmo pessoas falecidas. Muitas dessas imagens se formam por meio de mesclas entre elementos advindos da vida em vigília, os quais se comprimem e constroem representações oníricas de medo. As subseções a seguir apresentam mesclas cujas representações estão diretamente relacionadas ao contexto pandêmico em questão.

5.1. A mescla MÁSCARA COMO PROTEÇÃO

A pandemia de Covid-19 mudou a forma como as pessoas viviam, trazendo mudanças de hábitos e pensamentos. Especialmente pela ausência de referenciais simbólicos ou imaginários coletivos capazes de fornecer às pessoas modelos para o processamento e elaboração da experiência vivida. Uma dessas mudanças diz respeito à forma como as pessoas pensam sobre a máscara de proteção facial. Antes apenas utilizada em contextos hospitalares ou ligados à saúde e à pesquisa biomédica, a máscara passou a ser um item obrigatório no cotidiano, sem o qual as pessoas passaram a estar expostas ao vírus que assolava o Brasil e o mundo. Acrescente-se a isso a celeuma insuflada por agentes públicos negacionistas que alimentavam cotidianamente teorias conspiratórias as mais diversas, promovendo uma recepção no mínimo ambígua da obrigatoriedade do uso de máscaras. O mínimo que se pode dizer a esse respeito é que o cenário social envolvia dissonância cognitiva importante e polarização afetiva indiscutível, tornando a *máscara* um elemento aglutinador de disputas narrativas. Dessa forma, embora a máscara seja vista predominantemente como item de proteção, essa característica ganha novo significado, tornando-se um item de proteção indispensável, pois sua ausência representa grande ameaça para quem não a utiliza e potencializa a propagação do vírus.

Além disso, mudanças culturais como esta em uma determinada comunidade linguística influenciam os padrões de colocações entre palavras e o sentido expresso por estas combinações; isto é, sua prosódia semântica (Louw; Milojkovic, 2014; Stewart, 2010). Padrões prosódicos de sentido extrapolam a definição individual das palavras em uma colocação, pois elas se influenciam entre si justamente pelas instâncias de co-ocorrência. É importante salientar que a expressão de pensamentos e conceitos na comunicação verbal e os itens lexicais propriamente ditos têm entre si uma relação de causa e efeito, na qual o propósito rege a escolha da forma. Esta abordagem da língua como reflexo da cultura de seus falantes permite que as narrativas oníricas durante a pandemia sejam analisadas também a partir do contexto lexical no qual ocorrem as palavras e expressões apresentando mesclagens conceituais, oferecendo um rico retrato do cenário social brasileiro durante a pandemia como expresso pelo subconsciente de sua população. A figura 2 ilustra a mescla MÁSCARA COMO PROTEÇÃO.

Figura 2: Diagrama da Mescla MÁSCARA COMO PROTEÇÃO

Fonte: Adaptado de Oliveira (2023, p. 91).

A figura 02 ilustra a relação negativa de causa e consequência a partir da qual a máscara se torna sinônimo de proteção. A partir de seu uso, o sonhador é capaz de se livrar da infecção. No entanto, em sonhos de medo, o que normalmente ocorre é a ausência do item, tornando-o uma potencial vítima do vírus. A mescla apresentada se configura como *single-scope*, pois apenas a máscara é um elemento manifesto no sonho.

Faz-se importante explicitar que, embora o espaço genérico esteja apenas implícito no diagrama, é ele que permite à mescla manter suas conexões com os espaços de entrada e sua reconstrução, bem como a reconstrução do mapeamento e a conexão entre eles. Assim, apenas nos é possível analisar as mesclas que emergem da compressão dos espaços mentais se considerarmos a estrutura abstrata que permeia as conexões entre esses espaços.

Máscaras foram tema recorrente nas narrativas oníricas, mas sua prosódia semântica neste subcorpus não reflete sua denotação protetiva. As instâncias da palavra *máscara* nestas narrativas predizem relatos de insegurança, uma vez que está necessariamente colocada junto a itens lexicais representativos de ausência ou inadequação:

1. Sonhei que saía sem a máscara e ficava desesperada, por medo de pegar o vírus e de não poder entrar no local que eu estava indo.
2. Estar em algum lugar com várias pessoas, não conseguir achar a minha máscara e entrar em desespero com a situação.

3. Lembro de estar no meio de uma multidão, desesperada por estar sem máscara. Muitas pessoas sem máscara passavam por mim em locais fechados e eu usava minha blusa pra tapar o meu nariz e minha boca na tentativa de me proteger.
4. Saindo pra algum lugar e desesperada [porque] esqueci da máscara.
5. Sonhei que estava andando em uma rua, e havia muitas pessoas, andando juntas como se não houvesse pandemia, e eu então me percebo sem máscara, entrei em pânico, coloquei a mão cobrindo a boca e meu nariz, além de prender a respiração pelo máximo de tempo que consegui. As pessoas estavam todas sem máscaras, e eu me perguntava como é que pude esquecer de colocar a máscara e sair assim. O sentimento durante o sonho foi de total pânico, como se tivesse saído completamente nua.
6. sonhei [inúmeras] vezes que estava na rua sem máscara e aquilo me dava um desespero absurdo.
7. Ah e o desespero piorou pq estávamos sem máscara.
8. Eram pessoas conhecidas, e eu perguntava “você esqueceram?? Estamos em pandemia, não pode aglomerar” e ninguém concordava, todos dançando sem máscara e eu desesperada como se fosse a única ali que lembrava e se preocupava com a pandemia.
9. Um tópico muito claro no sonho era que somente eu estava usando máscara, mas isso não impedia as pessoas de comerem as tortas extremamente próximas uma das outras e rirem, como se não existisse pandemia. A parte mais bizarra foi que a minha máscara descia para o meu queixo o tempo todo, não como se estivesse escorregando, mas como se estivesse ali desde o início.
10. No ônibus, lotado, sou a única de máscara, apesar de a minha própria máscara desaparecer em alguns momentos.
11. Após isso percebo que estou sem máscara, começo a ficar desesperada procurando uma e penso “só uma não é suficiente” e surge outra máscara branca meio suja em minha mão, coloco as duas, mas sinto que já estou infectada e começo a correr e chorar desesperada, sentindo-me sozinha, não havia ninguém ali para me ajudar e eu não poderia ver meus pais uma vez que poderia passar o vírus.

Em todos estes trechos, o narrador ou as pessoas em volta do narrador não estão usando máscara, o que causa a sensação de medo como indicada pelo uso dos itens lexicais desespero (desesperada) e pânico, presentes nas colocações com a palavra *máscara*. A prosódia semântica destas narrativas é negativa por associar a máscara a sua ausência: neste corpus, a ocorrência desta palavra permite prever a ocorrência de sentimentos negativos, em direto contraste ao seu sentido denotativo e também ao seu papel durante a pandemia.

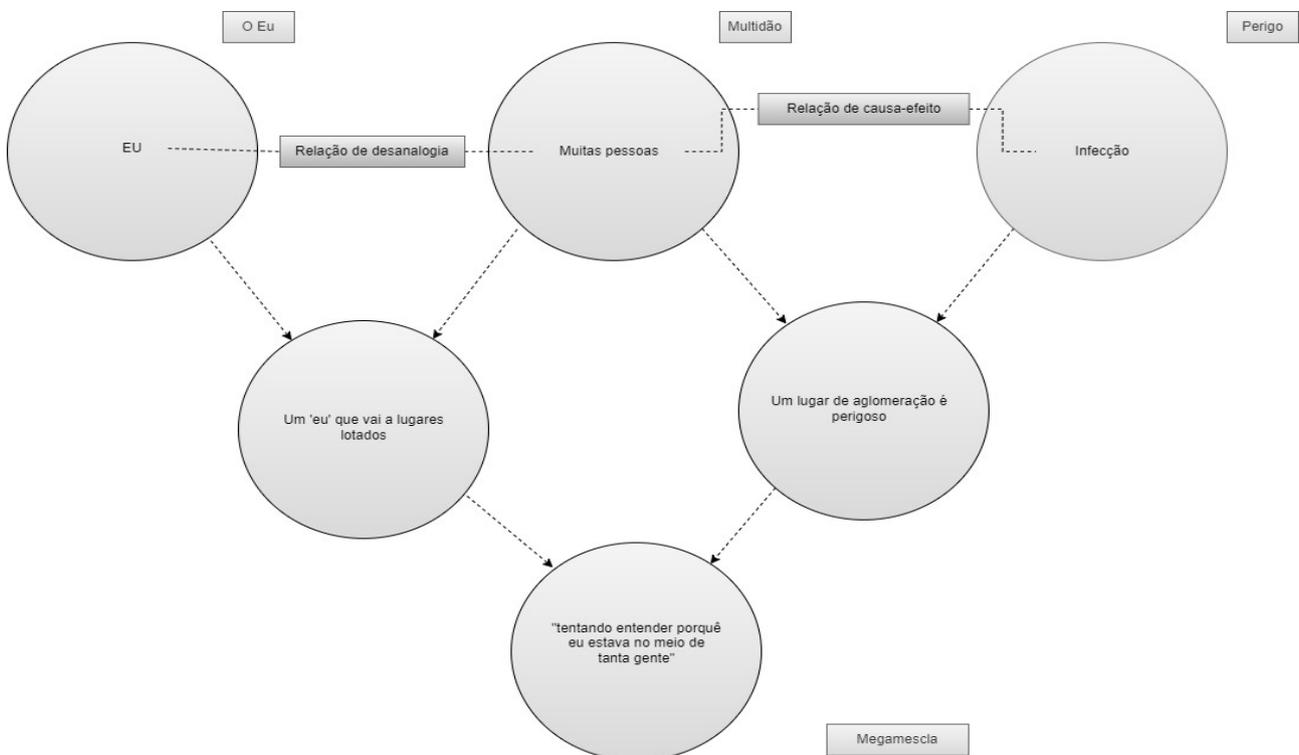
Em seu pioneiro estudo sobre os sonhos na época de ascensão do nazifascismo na Alemanha, a jornalista Charlotte Beradt (2017) coletou cerca de 300 sonhos, entre 1933 e 1939, e concluiu

que a violência da política hitlerista fora percebida nos sonhos antes mesmo que houvesse uma consciência social claramente formulada a esse respeito. Nesse caso, os sonhos funcionariam como uma espécie de sismógrafo da vida social e de como a esfera política invadiria até mesmo a atividade psíquica mais íntima dos sujeitos. Em que medida algo dessa natureza ocorre nos sonhos pandêmicos envolvendo a máscara e sua ausência é algo que só podemos conjecturar. Apesar da pequena amostra e da impossibilidade de pesquisarmos a fundo as crenças políticas dos sujeitos concernidos, nos sonhos examinados a ambiguidade vivida na vigília cede lugar à certeza da ligação entre a ausência da máscara e o perigo da morte. Se não podemos concluir nada a respeito, nada nos impede de formular essa hipótese, a ser investigada em estudo posterior.

5.2. A mescla AGLOMERAÇÃO COMO PERIGO

Assim como a mescla MÁSCARA COMO PROTEÇÃO, uma outra mescla que surgiu a partir do contexto pandêmico foi o de AGLOMERAÇÕES COMO PERIGO. Antes da pandemia, aglomerações de pessoas em locais públicos ou particulares serviam a diferentes propósitos, sendo que seu valor, positivo ou negativo, seria atribuído a cada caso em particular. No entanto, a partir do alastramento da COVID-19, as aglomerações se tornaram espaço para a contaminação. A figura 3 ilustra a referida mescla.

Figura 3: Diagrama da Mescla AGLOMERAÇÃO COMO PERIGO



Fonte: Adaptado de Oliveira (2023, p. 95).

A figura 3 apresenta uma megamescla, em que sucessivos processos de mescla parecem dar emergência ao conteúdo do sonho. O diagrama apresenta, à direita, uma relação de causa e consequência entre lugares com um grande número de pessoas e a iminente infecção do sonhador, criando assim um novo significado para a multidão que se apresenta no sonho. À esquerda, o diagrama ilustra o fato de que o sonhador não se identifica com as pessoas, normalmente sem máscara, que se aglomeram à sua volta, criando, em uma relação de desanalogia, ou seja, de diferença e incongruência, um “eu-sonhador” que, diferentemente do “eu-em-vigília”, se aglomera e, muitas vezes, não utiliza a máscara.

O diagrama também apresenta a relação de causa e efeito entre a presença do sonhador em lugares aglomerados e a infecção de Covid-19. Assim, embora o sonhador não se vê como alguém que frequenta locais cheios de pessoas, ele se encontra ali, temeroso por enfrentar as consequências de sua presença em meio à aglomeração.

Assim como acontece com a representação das máscaras nos sonhos pandêmicos, os padrões prosódicos também vão além do sentido usual da palavra *multidão*. Fica claro, a partir do contexto lexical dos relatos abaixo, que estar em meio a uma aglomeração é algo que incita medo e desespero no sonhante.

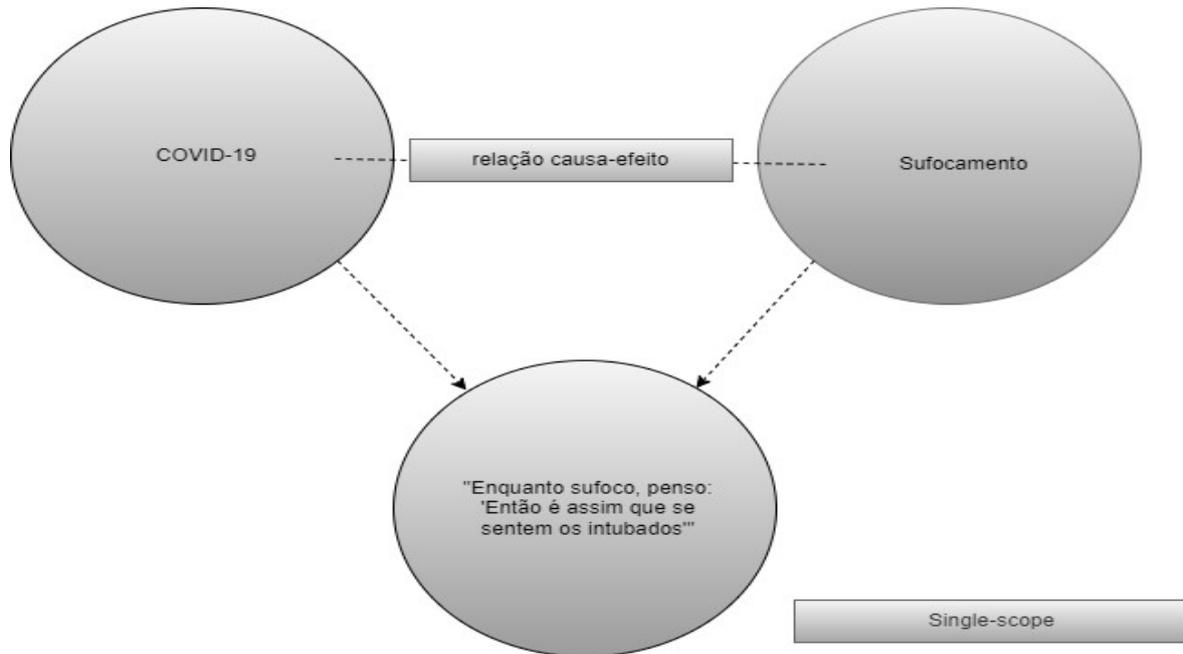
12. Eu senti medo o tempo todo do sonho, pensando que não gostaria de estar ali e tentando entender porquê eu estava no meio de tanta gente.
13. Estou na rua andando com muita gente em volta. Ah e o desespero piorou pq estávamos sem máscara. Fiquei desesperada e acordei.
14. No meu sonho tinha sido levada a uma festa sem saber, e lá tinha muita gente. Eu fiquei em desespero, e dizia que não queria estar ali, que queria ir embora, mas não conseguia sair e nenhuma pessoa à minha volta entendia o meu motivo.
15. Lembro de estar no meio de uma multidão, desesperada por estar sem máscara. Muitas pessoas sem máscara passavam por mim em locais fechados e eu usava minha blusa para tapar o meu nariz e minha boca na tentativa de me proteger.

Assim como ocorre com a máscara, é possível prever a ocorrência de emoções e situações negativas a partir do momento em que a aglomeração entra em cena.

5.3. A mescla COVID COMO SUFOCAMENTO

Uma das imagens relacionadas à Covid-19 que aparece em alguns relatos de sonhos é a do sufocamento, o qual pode acontecer em diferentes contextos. Assim, a mescla COVID COMO SUFOCAMENTO aparece no sonho em uma relação metonímica, na qual a infecção se manifesta por um único sintoma, comum a pacientes em estado grave da doença. A figura 4 ilustra essa mescla.

Figura 4: Diagrama da Mescla COVID COMO SUFOCAMENTO



Fonte: Autoria dos autores.

A figura 4 apresenta a relação de causa e efeito existente entre a contaminação pela Covid-19 e o sintoma de sufocamento apresentado por alguns pacientes. Esses espaços mentais se comprimem, de modo que a doença se manifesta por um único sintoma: o sufocamento, o qual é consequência da infecção pelo vírus.

Nas narrativas, o sufocamento acontece em contextos não necessariamente pandêmicos, o que aponta para elementos da vigília que servem, no sonho, como espaços de entrada para a mescla, conforme ilustram os relatos 16, 17 e 18.

16. Ouvimos um tiroteio seguido de correria. Era um confronto do morro com a polícia. O chefe me disse: - você vai se esconder aqui, eu vou colocar esse corpo em cima do seu, vou colocar esse cano em sua boca. Por ele você vai respirar e se alimentar. Não se mexa e finja de morta! Se assim fizer, você vai sobreviver! Assim fiz: eu me fingi de morta, controlava a minha respiração para não fazer barulho e nem ser percebida.
17. Sonhei que estava respirando com um pulmão de cada vez. Olhava para a minha caixa torácica e via o pulmão esquerdo inflando enquanto o direito permanecia inerte. Em seguida, inflava o pulmão direito enquanto o esquerdo permanecia inerte. Nessa alternância, seguia minha respiração.
18. Sonhei que estava deitada no meu quarto, que tem duas plantas. Chega uma terceira planta, nova, e eu começo a sufocar. Como se, instantaneamente, o gás carbônico fosse liberado em excesso. Enquanto sufoco, penso: “Então é assim que se sentem os intubados”.

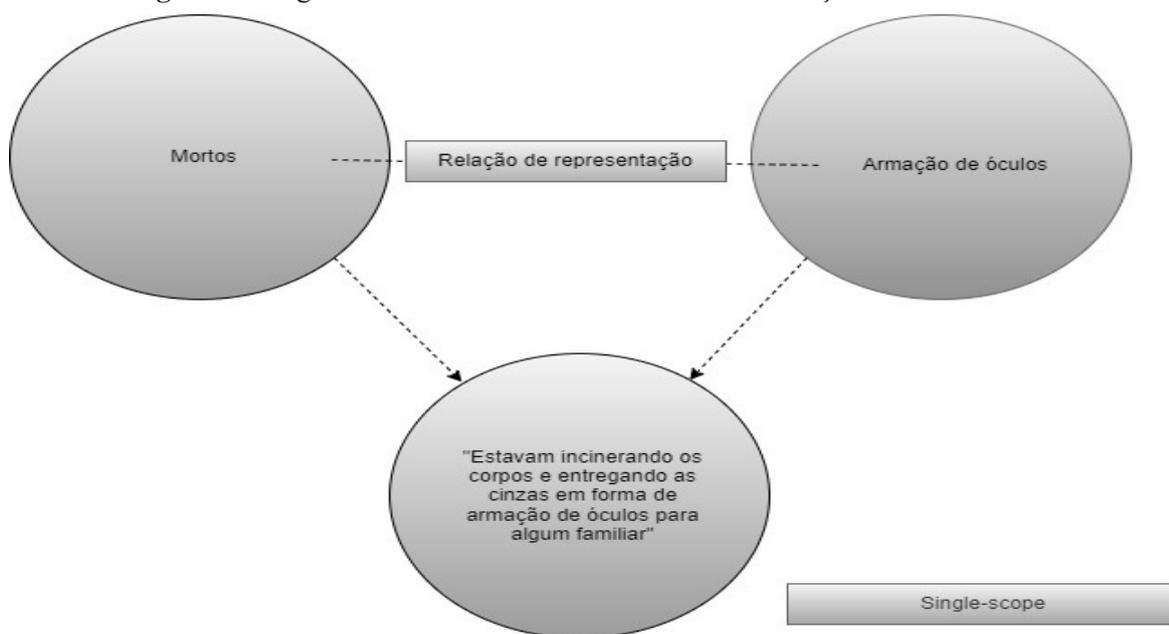
Percebe-se, a partir das narrativas, que, no processo onírico que se apresenta, a intubação, o mal funcionamento dos pulmões ou a falta de ar representam uma das faces da infecção por Covid-19, a qual relacionamos genericamente ao sintoma do sufocamento.

Além disso, essas narrativas apresentam ainda mesclas subjacentes que se mostram congruentes com o contexto da pandemia. Uma delas é, por exemplo, o fato do sonhador se fingir de morto, cria para si uma nova realidade em que a qualidade de morto se mescla a ele, em desanalogia com sua condição anterior de alguém vivo. De forma similar, o sonhador que, ao sufocar, se coloca no lugar dos intubados da Covid-19, atribui - ou seja, mescla - a condição de paciente à sua própria pessoa, tornando-se, assim, diferente do seu “eu” em vigília.

5.4. A mescla MORTOS COMO ARMAÇÕES DE ÓCULOS

A última mescla diretamente relacionada à pandemia de Covid-19, apresenta apenas uma ocorrência. Trata-se de uma narrativa em que os mortos são incinerados e entregues a suas famílias. Assim, o corpo incinerado se mescla aos óculos, se transformando, a partir da relação vital de mudança, em um continente para as cinzas dos falecidos. A figura 5 apresenta a referida mescla.

Figura 5: Diagrama da Mescla MORTOS COMO ARMAÇÕES DE ÓCULOS



Fonte: Autoria dos autores.

Na figura 5 é possível perceber a relação de representação, a partir da qual os mortos pela Covid-19 se equivalem à armação de óculos entregue às famílias. Além disso, há, conseqüentemente, uma mescla também entre as pessoas e a posse dos óculos, em que uma pessoa que usa os óculos é alguém que perdeu um familiar.

19. Minha mãe tinha morrido, e não havia mais lugar onde colocar os corpos das pessoas, então eu aguardei numa fila. Eles estavam incinerando os corpos e entregando as cinzas em forma de armação de óculos para algum familiar, o qual deveria usar os óculos no rosto. Assim quase todas pessoas da cidade usavam o objeto.

Aqui também o resultado da mescla é um novo conceito que, como pode ser esperado a partir dos itens lexicais que o contextualizam, tem valor negativo para o sonhador e que o amedronta, uma vez que a morte, nessa narrativa, atinge quase todas as pessoas da cidade, de modo que não há mais lugar para enterrar os que falecem.

6. Discussão e conclusões

As análises apresentadas suportam a ideia de que a Teoria da Mesclagem Conceitual é capaz de dialogar com os conceitos freudianos de condensação e deslocamento, os quais correspondem, respectivamente, à metáfora e à metonímia, prevalentemente.

A metáfora, ou condensação, se realiza a partir do alinhamento de dois espaços que estão manifestos no sonho, tal como as cinzas dos falecidos e as armações de óculos, os quais se comprimem em um único objeto por meio de uma relação de mudança. Assim, dois conceitos não anteriormente relacionados - as cinzas e os óculos - se mesclam e dão origem a um novo conceito que extrapola os anteriores.

Por sua vez, a metonímia, ou deslocamento, se constitui pela mescla de um espaço mental manifesto no sonho e um espaço latente, não presente no sonho. É o caso por exemplo da máscara, das aglomerações e dos tubos que aparecem manifestos nas narrativas oníricas, em contrapartida à covid e ao conhecimento de mundo ligados a ela, que em sua maioria são latentes e não se manifestam no sonho.

É conhecido de todos a aproximação entre psicanálise e linguística estrutural de matriz saussuriana, tal como foi proposta por Jacques Lacan a partir dos anos 1950. Entendemos que o estudo ora relatado aponta para a possível fecundidade de renovação dos campos de interseção entre linguística e psicanálise, apontando para a fecundidade de modelos oriundos da Linguística Cognitiva para a Psicanálise. Parece-nos singular iniciar tal retomada com sonhos. Insistimos que foi com uma teorização inovadora sobre esses eventos psíquicos, e na aposta que eles carregam significado subjetivo, que uma teoria propriamente psicanalítica do funcionamento mental humano vem a público, através da publicação de *A Interpretação do Sonho* (Freud, 1900). Resta como questão empírica para novos estudos explorar se, a semelhança da teoria freudiana do sonhar, uma interlocução entre a Linguística Cognitiva e a Psicanálise se desdobrará de modo produtivo na compreensão de outros eventos psíquicos tratados como manifestações do inconsciente.

Cabe notar que a proposta por nós explorada no presente estudo não se configura como a primeira tentativa de cotejamento entre a teoria do sonhar psicanalítica e perspectivas pós-estruturalistas em Linguística. Edelson (1973), citado em Mahony (1987), buscou estabelecer isomorfismos entre as noções gerativistas de estrutura profunda e estrutura de superfície e as concepções de conteúdo onírico latente e conteúdo onírico manifesto. Entretanto, Mahony (1987) questiona a propriedade dessa

tentativa de estabelecimento de isomorfismo, ponderando que ela omite um elemento central aos argumentos freudianos: a operação psíquica do recalçamento, subjetiva e advinda da história afetiva singular de cada sonhador, na configuração das condições de representatividade de conteúdo psíquico nos sonhos. É nosso entendimento que a teoria da mesclagem conceitual parece-nos uma resposta a tal questionamento de Mahony (1987). A mescla conceitual é uma operação dinâmica e emergente, não o produto de regras incidentes localizadamente sobre entidades simbólicas formalmente definidas (ex.: determinados tipos de sintagmas). Esse caráter dinâmico comporta a singularidade, a maleabilidade e a imprevisibilidade que são inerentes à subjetividade e ao condicionamento pela história pessoal que serão caras também ao conceito freudiano de recalçamento de representações psíquicas.

Por fim, acreditamos que o horizonte de investigações no qual situamos o presente relato encerra possibilidades interessantes para a teoria linguística. Eventos psíquicos expressivos de sentidos como os sonhos, dentre as formações do inconsciente que na Psicanálise incluem deslizamentos, esquecimentos, o humor, devaneios, a alucinação e certas manifestações sintomáticas corpóreas, inequivocamente convocam pontos de vista multimodal e intersemiótico de linguagem. Esses pontos de vista vêm ao encontro de posições compartilhadas entre a Linguística Cognitiva e outros modelos funcionalistas nos estudos da linguagem. A exploração de possibilidades de aliança entre a teoria psicanalítica e estes modelos nos estudos linguísticos parece-nos promissora para a investigação de facetas da linguagem humana moduladas pela história, pela intersubjetividade, facetas essas que nos parecem não serem suficientemente esclarecidas ao serem abordadas por chaves interpretativas que se restringem à modelos estritamente mecanicistas do funcionamento mental humano.

Referências

- BERADT, C. *Sonhos no Terceiro Reich*. São Paulo: Três Estrelas, 2017.
- BOAS, Hans, C.; SAG, Ivan. *Sign-Based Construction Grammar*. Stanford: CSLI Publications, 2014.
- DUNKER, Christian; PERRONE, Cláudia; IANNINI, Gilson; ROSA, Miriam Debieux; GURSKI, Rose. *Sonhos Confinados: O que sonham os brasileiros em tempos de pandemia*. São Paulo: Autêntica Editora, 2021.
- LOUW, B.; MILOJKOVIC, M. Semantic Prosody. In: STOCKWELL, P.; WHITELEY, S. (ed.). *The Cambridge Handbook of Stylistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014, pp. 263-280.
- STEWART, D. *Semantic Prosody: A Critical Evaluation*. New York, London: Routledge, 2010.
- FAUCONNIER, Gilles. *Mappings of Thought and Language*. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 1997.
- FAUCONNIER, Gilles. *Mental Spaces – Aspects of Meaning Construction in Natural Languages*. Cambridge/MA: The MIT Press, 1994.
- FAUCONNIER, Gilles; TURNER, Mark. Conceptual integration networks. *Cognitive Science*, v. 22, 1998.
- FAUCONNIER, Gilles; TURNER, Mark. *The Way We Think*. New York: Basic Books, 2002.

- FERRARI, Lilian. *Introdução à Linguística Cognitiva*. São Paulo: Contexto, 2011.
- FRANÇA, Aniela Improta; FERRARI, Lilian; MAIA, Marcus. *A Linguística no Século XXI - Convergência e Divergência no Estudo da Linguagem*. São Paulo: Contexto, 2016.
- FRANÇA, Aniela Improta. O problema de broca. In: OTHERO, Gabriel de Ávila; KENEDY, Eduardo (org.). *Chomsky – A Reinvenção da Linguística*. São Paulo: Contexto, 2019.
- FREUD, Sigmund. *A interpretação do sonho*. Tradução: Maria Rita Salzano Moraes. (Coleção Obras incompletas de Sigmund Freud). Belo Horizonte: Autêntica editora, 2024. (no prelo).
- GIBBS, Jr.; Raymond. Embodied metaphor. In: LITTLEMORE, Jeanette; TAYLOR, John (org.). *The Bloomsbury Companion to Cognitive Linguistics*. London/New York: Bloomsbury, 2014.
- GIVÓN, Talmy. *On Understanding Grammar – Revised Edition*. Philadelphia/Amsterdam: John Benjamins, 2017.
- GOLDBERG, Adele. *Constructions – A Construction Grammar Approach to Argument Structure*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
- IBAÑEZ, Francisco, J. R. M. Conceptual metonymy theory revisited: Some definitional and taxonomic issues. In: WEN, Xu; TAYLOR, John (org.). *The Routledge Handbook of Cognitive Linguistics*. New York/London: Routledge, 2021.
- KÖVECSSES, Zoltán. Standard and extended conceptual metaphor theory. In: WEN, Xu; TAYLOR, John (org.). *The Routledge Handbook of Cognitive Linguistics*. New York/London: Routledge, 2021.
- LUCY, John A.; GASKINS, Suzanne. Interaction of language type and referent type in the development of non-verbal classification preferences. In: GERTNER, Dendre; GOLDIN-MEADOW, Susan (org.). *Language in Mind – Advances in the Study of Language and Thought*. Cambridge/MA: The MIT Press, 2003.
- MAHONY, Patrick. *Psychoanalysis and Discourse*. Philadelphia: Brunner- Routledge, 1987.
- OLIVEIRA, Flávia Alvarenga. *From the virus to the elephant: an analysis of the blending mechanism in Brazilians' oneiric semantic representations of fear during the COVID-19 pandemic*. Tese (doutorado em Linguística). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 223. 2023.
- WANG, Cuiyan; PAN, Riyu; WAN, Xiaoyang; TAN, Yilin; Ho, Cyrus S.; HO, Roger S. Immediate psychological responses and associated factors during the initial stage of the 2019 coronavirus disease (covid-19) epidemic among the general population in china. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 17, mar 2020.
- RIBEIRO, Sidarta. *O Oráculo da Noite - A História e a Ciência do Sonho*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- TALMY, Leonard. *Ten Lectures on Cognitive Semantics*. Leiden/Boston: Brill, 2018.
- TAYLOR, John. *Linguistic Categorization – Prototypes in Linguistic Theory (2nd Edition)*. Oxford/New York: Clarendon Press, 1995.
- WEN, Xu; FU, Zhengling. Categorization. In: WEN, Xu; TAYLOR, John (org.). *The Routledge Handbook of Cognitive Linguistics*. New York/London: Routledge, 2021.

LACAN E LINGUÍSTICA COGNITIVA: NOVOS DIÁLOGOS EM TORNO DA INTERSUBJETIVIDADE*LACAN AND COGNITIVE LINGUISTICS: NEW DIALOGUES SURROUNDING INTERSUBJECTIVITY**Augusto Ismerim¹**Christian Ingo Lenz Dunker²***RESUMO**

Apesar das apostas históricas na relação entre linguística e psicanálise, o estado contemporâneo da relação entre as disciplinas é problemático e marcado por afastamentos. Visando reativar o diálogo entre os campos, discutimos a possibilidade de uma cooperação entre linguística cognitiva e psicanálise de influência lacaniana em torno da intersubjetividade. Ao menos desde 2001, há pesquisas aproximando a linguística cognitiva e a psicanálise. Contudo, é quase inexistente o contato dessas pesquisas com a obra de Lacan, não obstante sua insistência nas proximidades entre psicanálise e linguística. Além disso, são poucos os estudos que tematizam a dimensão epistemológica do diálogo, comparando as concepções de linguagem nos campos. Diante dos muitos desafios envolvidos neste intercâmbio, visamos demonstrar seu potencial interesse, desenvolvendo exercícios de aproximação baseados em três problemas: o lugar da linguagem entre natureza e humanidades, o trabalho com a significação e o papel da interação na constituição mútua do sujeito e da linguagem. Sugerimos, respectivamente, que ambos os campos demandam a construção de um quadro de relações complexas entre as variadas dimensões da linguagem humana; que a linguística cognitiva, com sua ênfase na construção dinâmica de significações, pode contribuir para a teorização da escuta clínica; e que a psicanálise lacaniana pode contribuir para uma teoria da interação em linguística, sublinhando as contradições em jogo na constituição de um sujeito falante.

PALAVRAS-CHAVE: Psicanálise. Lacan. Linguística cognitiva. Epistemologia.

ABSTRACT

Despite historical interest in the relationship between linguistics and psychoanalysis, the current state of this interdisciplinary exchange is problematic and marked by distances. In order to revitalize the dialogue between both disciplines, we highlight the chance for cooperation between cognitive linguistics and Lacanian psychoanalysis around intersubjectivity. At least since 2001, there have been studies bringing cognitive linguistics and psychoanalysis closer together. However, there is virtually no contact between these studies and the work of Lacan, despite his insistence on the proximity between psychoanalysis and linguistics. Furthermore, few studies address the epistemological dimension of dialogue, comparing the conceptions of language in the fields. In this paper, we advocate for the potential of this challenging interdisciplinary encounter, by carrying out exercises of approximation based on three problems: the place of language between nature and humanities, the clinical handling of meaning, and the role of interaction in the mutual constitution between subject and language. We suggest, respectively, that both fields require the construction of a complex framework to account for the multiple aspects of human language; that cognitive linguistics, with its emphasis

¹ Aluno do programa de Mestrado em Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), augustoismerim@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0002-8322-8718>.

² Prof. Dr. do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), Analista Membro de Escola do Fórum do Campo Lacaniano de São Paulo e membro da International Society for Psychoanalysis and Philosophy; chrisdunker@usp.br, <https://orcid.org/0000-0001-7335-4561>.

on the dynamic construction of meanings, can contribute to the theorization of clinical listening; and that Lacanian psychoanalysis can contribute to a theory of interaction in linguistics, emphasizing the contradictions at play in the constitution of a speaking subject.

KEYWORDS: Psychoanalysis. Lacan. Cognitive Linguistics. Epistemology.

1. Introdução

E como dispensar o encontro entre linguística e psicanálise? Para isso, seria preciso uma boa dose de pessimismo, e até de cinismo epistemológico. – Michel Arrivé (1999, p. 23).

Movimentos importantes na linguística contemporânea têm avançado em direção à intersubjetividade, enfatizando o papel das interações humanas e das trocas simbólicas na organização da linguagem. De maneira análoga, há aqueles que partem do terreno da intersubjetividade em direção à linguística, pretendendo encontrar nela fundamentos capazes de enriquecer suas práticas. Tanto em um sentido quanto no outro, poderíamos nos lembrar de uma cooperação interdisciplinar cuja promessa conhecemos há muitas décadas, mas que se vê atravessada por impasses: a cooperação entre psicanálise e linguística. Nesse âmbito, a relação específica da psicanálise lacaniana com a linguística cognitiva guarda alguns impasses especiais, mas, argumentaremos, pode ser também especialmente plena de potencial de pesquisa.

A psicanálise pode ser entendida como um campo dedicado às relações entre intersubjetividade, linguagem e psicopatologia. Nesse sentido, a prática psicanalítica consiste na produção de situações intersubjetivas *sui generis*, desenhadas para manifestar e transformar, sempre por meio da linguagem, aspectos do sujeito ligados a seu sofrimento, mal-estar ou sintoma (Dunker, 2016). O nó entre estes três aspectos da psicanálise (intersubjetividade, linguagem e psicopatologia) foi bem resumido na expressão “*talking cure*” – “cura pela conversa”³ –, alcunha formulada por Anna O., uma das famosas pacientes atendidas por Breuer e Freud no final do século XIX (Freud, 2006a).

A relevância teórica da linguagem para a psicanálise é uma ideia bem estabelecida na literatura acadêmica, e pode ser encontrada, por exemplo, nas leituras que mostram a relevância dos estudos sobre as afasias na formação do pensamento de Freud (Campos, 2010), ou naquelas que recuperam a transversalidade da questão da linguagem ao longo de sua obra (Forrester, 1980; Gabbi Jr., 1994). Mas a interpretação do lugar que a linguagem deveria ter para a psicanálise – central ou periférico, de fundamento ou de superfície – variou nas diferentes escolas e leituras. De modo similar, variou a ênfase dada ao parentesco da psicanálise com diferentes disciplinas: hermenêutica, literatura, semiologia etc. (Dunker; Paulon; Milán-Ramos, 2016).

³ A partir, centralmente, da psicanálise, uma série de outras práticas psicoterapêuticas (de “curas pela conversa”) foram desenvolvidas no último século. Parte dos argumentos desenvolvidos aqui a respeito do potencial de cooperação entre linguística e psicanálise poderia, certamente, ser estendida de modo a contemplar outras psicoterapias. Neste artigo, nos concentraremos na psicanálise, o que se justifica não só por ser essa a nossa especialidade, mas também pelo histórico existente de diálogos entre linguística e psicanálise e pela centralidade que a psicanálise tem no contexto das práticas psicoterapêuticas no Brasil.

Notavelmente, foi Lacan quem popularizou a ideia de um parentesco entre a psicanálise e a *linguística*, insistindo que a linguagem é basilar tanto nos trabalhos de Freud quanto na práxis psicanalítica, e que o modo adequado de formalizar o conhecimento psicanalítico deveria e poderia ser alimentado pelos paradigmas epistemológicos das ciências da linguagem. Lacan se apropriou de conceitos linguísticos (como as oposições significante e significado, enunciado e enunciação); colaborou com linguistas célebres (como Émile Benveniste); e inspirou inúmeros autores importantes na linguística, na filosofia da linguagem, na análise do discurso (como Michel Arrivé, Jean-Claude Milner e Michel Pêcheux).

O gesto lacaniano de aproximar a psicanálise da linguística pode ser enquadrado em um contexto mais amplo, o estruturalismo. No contexto estruturalista, pesquisadores de diferentes áreas das ciências humanas acreditaram poder encontrar na linguística estrutural uma espécie de guia metodológico para a formalização de seus problemas e para a autonomização de seus campos do conhecimento, um horizonte de cientificidade. Para o Lacan dos anos de 1950, a análise linguística e a psicanálise chegam, por vezes, a se confundir, como ciências irmãs que chegassem a se tornarem gêmeas. Ele diz, por exemplo, que as leis estruturais que permitem reconhecer um fenômeno como formação do inconsciente “recobrem de forma exaustiva”, “são estritamente identificáveis” com os modos essenciais de formação de sentido que a análise linguística permite conhecer (Lacan, 2024a, p. 29). A promessa lacaniana de uma integração profunda e direta entre psicanálise e linguística vai durar talvez até o início de 1970, quando ele cunha o termo *linguisteria*, marcando explicitamente uma divisão entre o modo como a linguagem deveria ser estudada em um campo e no outro (Machado, 2011).

Há várias maneiras de falar das dificuldades envolvidas na colaboração entre estas disciplinas. Michel Arrivé (1999) relata que, por conhecer a máxima lacaniana do “inconsciente estruturado como linguagem” tinha esperanças de facilmente entender a estrutura do inconsciente, dado que ele enquanto linguista já entendia algo sobre a estrutura da linguagem – e que essa esperança foi estilhaçada ao ler as primeiras linhas de Lacan. Ele se dava conta que os conceitos de linguagem e de significante em Lacan tinham apenas traços em comum com o uso que faziam deles os linguistas (e publicaria mais tarde importantes trabalhos delineando estes encontros e desencontros). Waldir Bevidas (2009) fala em uma relação *mal-começada*: os acenos iniciais e enérgicos feitos de um campo a outro no contexto do estruturalismo francês não encontraram continuidade em traduções conceituais que permitissem uma cooperação continuada entre ambos. André Green foi mais categórico, nomeando a tentativa de diálogo entre linguística e psicanálise como um fracasso (Arrivé, 1999, p. 11).

Talvez por conta destas dificuldades, o contato do pensamento psicanalítico com a linguística parece ser, há várias décadas, muito limitado. Na apresentação de um livro introdutório aos problemas de pesquisa atuais em linguística, Sírio Possenti pontua que temas bem conhecidos nos meios especializados:

são nada — eu disse ‘nada’, não disse ‘pouco’ — conhecidos nos meios que não se dedicam especificamente a essas questões, por mais que elas lhes sejam afetas. Este poderia bem ser o caso dos críticos literários, antropólogos, sociólogos, cientistas políticos, psicólogos, e mesmo psicanalistas. (...) O que justifica esse livro é sua capacidade de produzir uma certa ruptura. No caso dos intelectuais vizinhos, o efeito poderia ser de uma atualização mínima (Possenti, 2001, p. 12-13).

É necessária essa atualização. Desde o contato inicial de Lacan com as ideias de Saussure, a linguística continuou passando por muitas transformações. Dado o estado de distanciamento entre as disciplinas que transcorre já por muitas décadas, parece plausível que muitas pontes frutíferas poderiam ser construídas entre a psicanálise lacaniana e a linguística contemporânea. Tais sugestões seriam bem-vindas, como um modo de avançar o debate sobre linguagem e intersubjetividade em geral.

Neste artigo, nos concentraremos em uma ponte específica. A partir de sua colaboração com as ciências cognitivas, surge na linguística contemporânea uma abertura para um novo horizonte teórico e metodológico. É digno de atenção para a pesquisa em psicanálise que um movimento intelectual julgue oferecer um modelo de cientificidade para os universos do texto, do discurso, da poesia, da intersubjetividade. Nesse sentido, o encontro entre psicanálise lacaniana e linguística cognitiva poderia ser muito pertinente, pois a psicanálise lacaniana insiste que sua prática é fundada na estrutura da linguagem, enquanto a linguística cognitiva insiste na importância de se estudar a linguagem em uso, enfatizando a construção dinâmica e encarnada dos significados.

Existem, contudo, tensões evidentes. Poderíamos distinguir três níveis principais de dificuldades. O primeiro é a distância epistemológica entre os campos, compreensível, por exemplo, a partir do fato de que linguística cognitiva combina de tendências naturalistas e psicologistas, ambas as quais já foram duramente criticadas por Lacan. Na esteira lacaniana, a psicanálise tendeu a se afastar significativamente do campo das ciências (construir seus fundamentos em outros termos, como de um ponto de vista lógico (Miller, 1977), filosófico (Safatle, 2006) ou topológico (Krutzen, 2018)). O segundo nível de dificuldades é o da distância teórica, e é dado tanto pelo fato de que os objetos e termos das disciplinas não coincidem entre si (Arrivé, 1999; Kihlstrom, 2013) quanto pelo fato de que a psicanálise pós-lacaniana tenha buscado um modo flexível de produção de conhecimento, valorizando construções polissêmicas e associativas (Fontes, 2015). Esse modo polissêmico e associativo de saber se opõe aos conceitos unívocos, bem-definidos, e com alguma afinidade com metodologias empíricas tradicionais, como costumamos encontrar no campo cognitivista. O terceiro nível é político, pois há extensas disputas entre os campos, como podemos observar nas críticas dos lacanianos ao discurso cientificista do cognitivismo (Parker, 2003; Pavón-Cuéllar, 2004) ou nas clássicas acusações vindas do campo hegemônico das ciências de que a psicanálise seria obscurantista (Sokal, 2000), ou mesmo nas movimentações que têm visado proibir a psicanálise de tratar certas condições, priorizando as terapias cognitivo-comportamentais (Franceinfo, 2012).

Oferecer um exame detalhado dessas dificuldades ou de propor encaminhamentos para elas, é um trabalho de fôlego que foge do escopo deste artigo. Aqui pretendemos levantar alguns motivos que justifiquem pensarmos na possibilidade de uma aproximação, a despeito dessas dificuldades. Esse passo é importante pois, se convidamos dois campos marcados por tantas tensões a uma cooperação, precisamos de uma justificativa sólida que possa estimular que se faça, em um segundo momento, o trabalho de examinar detidamente essas dificuldades e de formular respostas à sua altura.

A atitude separatista (que reage à ideia de aproximação com antipatia imediata) é compreensível dentro da realidade autônoma de cada um destes programas de pesquisa, mas ignora a transdisciplinaridade de alguns problemas e objetos. O tópico da intersubjetividade põe esse terreno transdisciplinar em evidência. Assim como é fundamental para a psicanálise avançar em sua compreensão teórica dos fenômenos complexos de linguagem em uso que se dão na análise, é fundamental para a linguística avançar em sua compreensão do papel das relações de um sujeito com o Outro na constituição de seu sistema simbólico e conceitual. Nessa via, embora a interação histórica e política entre psicanálise e linguística - particularmente entre a psicanálise lacaniana e a linguística cognitiva - possa gerar uma atmosfera de pessimismo ou ceticismo epistemológico, podemos reconhecer uma vasta gama de interesses comuns entre os dois campos. A intersubjetividade funciona como um convite, àqueles interessados na linguagem, a olhar para o universo das relações e, inversamente; àqueles interessados em relações, a olhar para o universo da linguagem. É nesse sentido que compreendemos a afirmativa de Arrivé apresentada na epígrafe acima: como dispensar o encontro entre linguística e psicanálise?

Procuraremos justificar este encontro a partir de alguns exercícios iniciais de diálogo e cooperação. Na primeira seção, colocamos em evidência paralelos epistêmicos entre as questões de um campo e de outro. Na segunda e na terceira seções, passamos a algumas possibilidades de contribuições teóricas mútuas – respectivamente, no problema da significação como este aparece no contexto da clínica psicanalítica e no problema do papel constitutivo e paradoxal que a interação tem para a articulação da relação entre sujeito e linguagem. Considerando que as ideias iniciais apresentadas aqui demandariam elaborações mais cuidadosas no futuro, nosso objetivo é que elas possam iluminar caminhos de pesquisa possíveis e motivar psicanalistas e linguistas interessados nestes desafios.

2. Entre natureza e humanidades

O aparecimento do paradigma epistemológico que sustenta a linguística cognitiva marca uma ruptura com diversas concepções então vigentes na linguística. Marca uma ruptura com a concepção (de ascendência estruturalista) de que a linguagem é um sistema autônomo em relação à psicologia; bem como com a concepção (de ascendência logicista) de que a semântica deve se dedicar à relação entre linguagem e elementos do mundo, sem interesse pela mente ou pelo corpo do falante. Na linguística cognitiva, a significação assumirá um papel na estruturação de todo fenômeno linguístico, sendo entendida fundamentalmente como uma relação entre as formas linguísticas e

nossas estruturas conceituais – representações mentais. O resultado é uma mudança profunda na forma como o significado é investigado, e um acúmulo de modelos teóricos pouquíssimo conhecidos pelos psicanalistas. Nas palavras enfáticas de Gilles Fauconnier:

O empreendimento da linguística cognitiva, acreditamos, já foi notavelmente bem-sucedido. Não seria absurdo dizer que talvez pela primeira vez foi lançada uma genuína ciência do significado, de sua construção e de sua dinâmica. Isso foi alcançado ao se estudar e modelar intensivamente a cognição que está por trás da linguagem e que vai muito além dela, mas que a linguagem reflete de certas maneiras e que, por sua vez, sustenta a dinâmica do uso da linguagem, das transformações na linguagem e da organização da linguagem (Fauconnier, 1999, p. 96, tradução nossa).

Desde 2001, é possível identificar na literatura trabalhos aproximando a psicanálise de teorias da linguística cognitiva (Kövecses, 2001). Mais recentemente, entre 2010 e 2020, nossa busca preliminar encontrou cerca de dez publicações tendo como objeto central alguma forma de contato entre a psicanálise e o paradigma cognitivista na linguística. Essa onda recente faz parte de um quadro mais amplo, no qual os modelos da linguística cognitiva têm encontrado desdobramentos em disciplinas como a poética, a crítica literária e a análise do discurso (respectivamente, Stockwell, 2019; Burke e Troscianko, 2017; Tenbrink, 2015).

No campo psicanalítico, destacam-se o trabalho de Bolognesi e Bichisecchi (2013) mostrando como a análise psicanalítica de sonhos se aproxima de modelos desenvolvidos na teoria cognitivista das metáforas, e a pesquisa de Marco Casonato (2012, 2015) buscando descrever dinâmicas psicopatológicas nos termos da linguística cognitiva. Outros exemplos de pesquisas que visaram aproximar psicanálise e linguística cognitiva são Rosenbaum (2003), Buchholtz, Spiekermann e Kächele (2015) e Caspi (2018). Vale mencionar ainda a tese de doutorado do brasileiro Fabio Thá (2004), intitulada *Categorias conceituais da subjetividade*. Em seu trabalho temporão, Thá descreve os principais conceitos da linguística cognitiva e defende sua relevância para a formulação teórica na psicanálise, sugerindo também de que modo a psicanálise pode contribuir para as ciências cognitivas. Um trecho do resumo ajuda a ilustrar seu espírito:

Essa tese visa a resgatar a dimensão semântica, psicológica e cognitiva da obra freudiana, bem como articulá-la com as teorias cognitivas contemporâneas. [...] O desenvolvimento, no Século XX, do tratamento lógico-formal do pensamento humano e da semântica das línguas naturais mostrou seus limites e conduziu à consideração dos processos cognitivos neles envolvidos. A investigação da qualidade imagética e analógica que fundamenta as organizações categoriais do pensamento, e de como essas categorias organizam-se em redes ordenadas semanticamente, sugere que elas derivam-se da experiência do sujeito com seu corpo e com seu mundo. [...] Finalmente, o texto explora a experiência fragmentária que o sujeito tem de seu eu, retornando ao conceito fundamental da psicanálise freudiana, o conflito psíquico. A divisão do eu, longe de ser ocorrência isolada ou sinal de ‘doença’, revela a relação fundamentalmente conflituosa que o homem tem consigo próprio, que se manifesta na presença da incompatibilidade conceitual e da contrafatorialidade que atravessa sua vida mental. Esta constatação pode ser considerada a verdadeira contribuição teórica e prática

de Freud para as ciências da cognição, contribuindo decisivamente para a compreensão das bases cognitivas das categorias conceituais da subjetividade (Thá, 2004, p. viii).

O surgimento de publicações, especialmente na última década, relacionando psicanálise e linguística cognitiva pode sugerir um interesse crescente neste intercâmbio. No entanto, três pontos devem ser notados. Primeiro, os poucos trabalhos sobre psicanálise e linguística cognitiva parecem esparsamente distribuídos por revistas de diferentes disciplinas, autores de diferentes países e interesses em diferentes problemas. Segundo, não parece haver ainda trabalhos mais sistemáticos de aproximação, tecendo, por exemplo, um debate sobre as diferenças em como a linguagem é concebida teoricamente em um e outro campo. Terceiro, encontramos apenas um trabalho que faz menção à Lacan. É um artigo de Marcus Lepsqueur (2020), refletindo sobre a relação entre semiótica cognitiva e a psicose paranoica, o qual recorre ao conceito de imaginário em Lacan, ainda que não se aprofunde no diálogo com este autor. Nesse sentido, seria importante atuar nas três frentes aqui identificadas: integração e organização do campo, pesquisa epistemológica sobre as teorias da linguagem subjacentes e absorção da tradição lacaniana.

Dando um passo nessa direção, podemos considerar que há paralelos importante entre questões epistemológicas da linguística e questões epistemológicas da psicanálise. Um primeiro paralelo diz respeito ao lugar das ciências da linguagem entre as ciências naturais e as ciências humanas. É desafiador estudar a linguagem simultaneamente em sua dimensão “natural” – ligada aos processos neurológicos, evolutivos, cognitivos que a constituem e que são constituídos por ela – e em sua dimensão “humana” – ligada aos processos sociais, políticos, culturais, relacionais que a constituem e que são constituídos por ela (e cada uma dessas duas amplas dimensões compreende, em si, uma enorme multiplicidade de métodos e de enquadres). A tentativa de compor de enquadres voltados à “natureza” e às “humanidades”⁴ é particularmente desafiadora, de modo que, para alguns, chegaria a parecer algo inadequado ou mesmo impossível.

Para entender a relevância dessa questão na história da psicanálise, comecemos olhando para a fundação da psicanálise. Freud articulou uma clínica psicopatológica capaz de demonstrar o *sentido dos sintomas* (Freud, 2006b). Freud definiu o sentido como algo mental e cuja participação no fenômeno psicopatológico é essencial. Esses sentidos possuem determinados poderes causais: sintomas, por exemplo, são causados por sentidos que permaneceram atuando no inconsciente, a partir dos processos de deslocamento, condensação, somatização etc. que agiram sobre alguma representação originalmente recalcada. De modo geral, o sintoma torna-se inteligível e tratável na psicopatologia freudiana a partir de sua relação causal com certo sentido inteligível na experiência vivida do paciente.

⁴ Usamos aqui uma oposição provisória que certamente poderia vir a ser mais bem colocada a partir de contribuições encontradas na linguística cognitiva e na psicanálise. Exemplo dessa possibilidade são os quadros de trabalho mediacionistas ou sociocognitivos. Nyckees (2008), por exemplo, enfatiza o fato de que a linguagem revolucionou a existência humana, afetando tanto o desenvolvimento cognitivo individual quanto as condições coletivas e históricas de nossa atividade e de nosso pensamento. Com isso, ele pode concluir que a cognição humana é profundamente modificada pela história da linguagem e, por essa via, os próprios estudos cognitivos se veem obrigados a levar em conta fatores que vão muito além da biologia individual ou mesmo da história evolutiva da espécie.

O feito de colocar o *sentido* no lugar de *causa* e sua relevância para a constituição da psicanálise é bem exposto pela observação de Richard Simanke (2009): com Freud, interpretar e compreender não mais se distinguem de explicar. O que não é trivial, pois a isso se liga o tremor causado nas ciências pelo surgimento da psicanálise: ao situar as patologias mentais firmemente no interior de dinâmicas de significação, Freud delineava uma fratura entre os campos da natureza e do espírito (lembramos que a divisão entre *explicação* e *compreensão* fundava uma concepção clássica da distinção entre ciências naturais e humanas). Ao mesmo tempo, essa curiosa fratura parecia funcionar como borda, margem — talvez possível de atravessar.

Mas é preciso reconhecer que a relação entre natureza e linguagem foi um dos pontos mais disputados nas continuações da psicanálise desde a morte de Freud. Segundo Simanke (2009), é possível encontrar tanto psicanálises antinaturalistas (culturalismo norte-americano, psicanálise existencial, psicanálise lacaniana) quanto naturalistas (psicologia do ego, neuropsicanálise), sendo que nenhum dos casos parece contemplar propriamente a singularidade freudiana. Peter Dews concorda, em um tom um pouco mais pessimista. Para ele, o equilíbrio que dava força à posição freudiana continha ambiguidades e fragilidades que ocasionaram a fratura disciplinar que ocorreria na psicanálise após a morte de seu fundador:

A história dos desenvolvimentos pós-freudianos na psicanálise, entretanto, deixa claro o quão frágil era a ambiguidade – e o equilíbrio – que constituíam a força da obra de Freud. A síntese original freudiana – um compromisso com o determinismo no domínio da psique, uma inclinação para os modos biológicos de explicação, uma prática analítica fundada em uma hermenêutica da fala humana e (com Além do Princípio do Prazer) até um certo retorno à *Naturphilosophie* contra a qual Helmholtz e seus seguidores se rebelaram – mostrou-se muito complexo e instável para ser sustentado em sua totalidade por qualquer um dos herdeiros de Freud (Dews, 1987, p. 47, tradução nossa).

Podemos perguntar qual seria exatamente a fonte da instabilidade e da complexidade que poderiam ameaçar essa síntese. Uma hipótese aqui é a de que parte da questão passa pelo encontro entre natureza, linguagem e cultura. Que haja se consolidado um programa de pesquisa em linguística dedicado tanto ao funcionamento da significação em contextos poéticos e literários, quanto no diálogo interdisciplinar com abordagens naturalistas em psicologia, isso vem a chamar atenção sob o pano de fundo deste problema epistemológico que resta em aberto desde a morte de Freud.

Há várias razões pelas quais Lacan desviará do caminho naturalista de Freud. No ambiente intelectual francês de sua época, era comum a concepção de que entre ciências naturais e ciências humanas havia uma distinção rígida, de fundo ontológico. Além disso, a forma particular como o naturalismo se desenvolvera na psicanálise após a morte de Freud havia favorecido modelos psicopatológicos excessivamente desenvolvimentistas e normativos (Prado Jr., 1991a).⁵

⁵ Há ainda uma parte da crítica de Lacan ao naturalismo, especialmente em sua relação com a linguagem, que é na verdade uma crítica a certo *objetivismo*: uma crítica à ideia de que os objetos – do desejo, da experiência, referidos pela linguagem – são pré-existentes à constituição simbólica enquanto tal (Prado Jr., 1991b). Curiosamente, a crítica ao “objetivismo” da semântica formal é um dos motivos que leva à fundação da linguística cognitiva (Rohrer, 2010).

Vale mencionar nesse contexto a influência de Georges Politzer sobre Lacan.⁶ Como concordam seus comentadores (Gabbi Jr., 2004; Silveira, 2015; Prado Jr., 1991a), Politzer é o pai de uma família de leituras da psicanálise que afirmarão que é preciso separar um núcleo essencial da descoberta de Freud da roupagem grosseira de biologia e ciência natural em que veio envolvida. Ainda sem os termos da lógica e da linguística que marcariam a tomada da psicanálise pelo campo da linguagem nas décadas seguintes, Politzer enfatiza sobremaneira as dimensões do *sentido* e do *relato*, que abririam a psicanálise a ser tomada em novos termos. Politzer é uma referência ilustrativa, que ajuda a compreender o movimento simultâneo de Lacan em direção à linguagem e em oposição ao naturalismo. Notemos ainda que o entusiasmo de Lacan com o estruturalismo na linguística e na antropologia aparece como uma espécie de *resposta* aos problemas epistemológicos que tinham sido colocados para ele por Politzer (Silveira, 2015).

Nesse contexto, e combinando inúmeras outras referências, Lacan formulou contribuições à psicanálise da maior relevância. Lacan contribuiu para desvincular a clínica psicanalítica do horizonte desenvolvimentista e normativo que ele identifica em seus contemporâneos (Darriba, 2005), destacando o papel paradoxal que a alteridade da linguagem tem na constituição da estrutura da subjetividade (Scarano; Pertile, 2022), e concebendo uma modalidade psicanalítica de trabalho com o discurso que se mostrou importante tanto na clínica (Dunker, Paulon, Milán-Ramos, 2016) quanto nos estudos literários (Felman, 1980). Não à toa, isso aproximou a psicanálise da teoria literária, da antropologia, da filosofia continental; terrenos em que sua obra encontra clara ressonância até hoje.

Para dar a ver o paralelo que liga psicanálise e linguística, consideremos agora o caso da formação da *poética cognitiva*. A poética cognitiva surge quando modelos desenvolvidos na semântica cognitiva passam a ser mobilizados em aplicações à textos poéticos e literários (Stockwell, 2019). O campo, hoje bem estabelecido, viu à época de seu surgimento o desafio de fazer conversar campos de pesquisa de abordagens contrastantes no modo como tratam da linguagem: a linguística cognitiva, com sua tendência a explicações de fundo naturalista, e a análise poética-literária, com sua tendência a compreensões de fundo “simbólico” (estético, crítico, desconstrucionista, estrutural, existencial etc.). Reações comuns de pesquisadores originários da poética e da literatura foram o receio de que a análise de textos promovida pelos cognitivistas de enrijeceria em categorias estanques (de fundo supostamente naturalista), bem como afirmações de que, apesar das promessas de inovação, as leituras cognitivistas de poesia e literatura eram muito simples, ou não traziam nada de novo em relação às leituras já disponíveis no campo com outros métodos (Freeman, 2006).

Contudo, como parece ter se dado de fato, a aplicação do programa cognitivista em linguística à análise literária e poética não visou substituir as leituras já praticadas nesse campo, nem abdicar de suas ferramentas. Mais precisamente, a linguística cognitiva pode funcionar como um método complementar, com o objetivo de ajudar a explicar *como* essas (múltiplas) leituras são (cognitivamente)

⁶ Em 1928, Politzer escreve *A Crítica dos fundamentos da Psicologia* (2004), texto em que propõe um ambicioso projeto de refundação da psicologia. Esse projeto tem por partida uma avaliação crítica da epistemologia psicanalítica, e deixará marcas no modo que Lacan concebe tanto a psicanálise quanto a psicologia.

possíveis. Em que tipo de processos psicológicos se baseiam a produção de efeitos de sentido, de efeitos estéticos, de efeitos afetivos? Quais são os mecanismos que ligam a estrutura de um texto às recepções possíveis deste por um leitor? Nesse sentido, um importante potencial desse encontro estaria na possibilidade de que a linguística cognitiva fornecesse *uma base teórica para a intuição literária*. Combinam-se uma análise textual detalhada (de escolhas e de padrões linguísticos) e uma consideração sistemática dos processos mentais envolvidos no processo de interpretação:

A poética cognitiva [...] conecta o texto literário aos processos cognitivos da mente humana, fornecendo uma base teórica de linguística cognitiva para a intuição literária. É isso que a diferencia das abordagens puramente linguísticas ou literárias. Ela não substitui estas abordagens; na verdade, ela mostra como elas evidenciam os modos pelos quais um texto literário constrói pontes entre a mente e o mundo. É por esta razão, creio eu, que a poética cognitiva pode contribuir tanto para o empreendimento científico como para o humanístico. Ela não tenta transformar a investigação humanística numa ciência. Nem presume que a investigação científica possa substituir a investigação humanística como uma forma adequada de explicar a criatividade artística. À medida que “anda na linha” [*walks the line*] entre os dois, define o contorno [*boundary*] que separa e une os dois empreendimentos (Freeman, 2006, p. 11, tradução nossa).

A questão de fundo, na constituição da poética cognitiva, não é muito diferente da questão epistemológica da psicanálise contemporânea. A psicanálise lacaniana aproximou-se das humanidades, propondo um respectivo afastamento das ciências naturais. A apreciação da conexão profunda do universo psicanalítico com o universo do discurso viria ao preço – ou com a conquista – de sua separação de certos domínios teóricos. Quando pensamos em reaproximar a psicanálise pós-lacaniana de figuras contemporâneas do campo naturalista, encontramos as preocupações de que isso seria incompatível com a autonomia epistêmica da psicanálise (Laurent, 2014) ou de que dissolver-se-ia a sua navalha crítica em um banho ideológico cientificista ou psicologista (Parker, 2003). Mas isso talvez já seja pressupor uma distinção rígida entre natureza e humanidades, coisa que justamente a complexidade da linguagem humana parece nos obrigar a rever.

No caso da psicanálise, o medo de que seus métodos sejam esmagados pelo rolo compressor da cognição talvez seja uma preocupação especialmente razoável, se considerarmos a política que levou à hegemonia da terapia cognitivo-comportamental nos Estados Unidos, e de lá à grande parte do mundo. Mas, as ciências cognitivas são muito amplas. O programa epistemológico da linguística cognitiva tem muito pouco a ver com o programa político-econômico-clínico que levou à substituição da psicanálise nos EUA por práticas manualizadas, mais amigáveis à metodologia de estudos clínicos e alinhadas com seu paradigma psiquiátrico.⁷

Enfim, como no caso da poética cognitiva, poderíamos definir objetivos bem diferentes para a cooperação entre a linguística cognitiva e a psicanálise. Por exemplo, que essa linguística sirva de

⁷ O termo “cognição”, em comum entre um e outro, diz respeito aqui basicamente ao fato de que ambos compartilham do pressuposto, característico de todas as ciências cognitivas, de que é cientificamente possível e interessante estudar processos mentais “internos”.

base teórica para a “intuição analítica”, que ela ajude a explicar as múltiplas relações entre a estrutura do discurso e as considerações clínicas que um psicanalista tem de fazer. Retomando o quadro mais amplo dos desafios epistemológicos que constituem a psicanálise, uma aposta possível aqui é a de que a linguística cognitiva permitiria à psicanálise equilibrar a ênfase na linguagem trazida por Lacan com o delicado naturalismo de Freud.

3. O problema da significação

Outro ponto que pode motivar uma cooperação entre as disciplinas é o dos desafios envolvidos no estudo da significação. Tomando especificamente a psicanálise lacaniana e a linguística cognitiva, encontramos certa oposição: Lacan teria priorizado o significante em detrimento do significado, enquanto a linguística cognitiva teria resgatado o significado do menosprezo que recebia no gerativismo. Este paralelo e esta oposição se desdobram em implicações teóricas e metodológicas bastante concretas, cuja exploração oferece um primeiro exemplo de uma contribuição mútua potencial entre os campos.

Podemos considerar que a significação está em jogo na clínica psicanalítica desde o seu momento inicial, quando foi possível a Freud se perguntar sobre o sentido de um sonho, ou supor que um sintoma poderia ter um significado. O psicanalista deve, cotidianamente, examinar os efeitos de sentido dos ditos e dos não-ditos, acompanhar as transformações no significado do vocabulário de um analisante e distinguir, no discurso, elementos que se abrem a múltiplos sentidos. Deve, ainda, suspeitar de significações demasiado fixas, jogar com o *non-sense*, e sustentar que alguns significados possam faltar. Assim, a psicanálise parece demandar uma reflexão sobre a natureza destes fenômenos significativos e, em particular, sobre a possibilidade de se operar clinicamente – isto é, levando em conta considerações causais e contrafactuais – com algo como a significação.

Consideramos que o trabalho analítico envolve questões eminentemente semânticas. São exemplos: a identificação de sinônimos (o analista só reconhece uma repetição se o mesmo termo exato for usado, ou ele também escuta a repetição de termos com significados parecidos?), a nomeação (sob que condições um analista pode oferecer um nome alternativo para algo de que fala o analisante, introduzindo assim uma palavra nova no discurso?) e o jogo com metáforas (de que maneira o significado de uma expressão metafórica presente no discurso permite a criação de novas expressões relacionadas à primeira?).⁸ Podemos, portanto, levantar a hipótese de que a psicanálise necessitaria de uma teoria do significado mais rica e robusta, a fim justamente de tratar do uso dinâmico da linguagem que ocorre na clínica.

Por mais evidente que possa parecer a importância do significado linguístico para o trabalho do analista, esse tema recebeu pouca atenção na tradição lacaniana. Uma exploração detalhada dos motivos que levaram a esse encobrimento precisaria ser oferecida em outro lugar, mas ele se liga

⁸ Admitimos que esse trabalho possa ser feito, muitas vezes, de maneira inconsciente; o que não nos exime da tarefa de descrever suas condições.

certamente à ênfase dada por Lacan ao *significante*. São frequentes as leituras que resumem o papel do significado na psicanálise a algo secundário ou de menor valor, pautadas em afirmações do francês de que o significante precede o significado e o determina (Lacan, 2024b, p. 177, p. 164); de que o significado é imaginário, evanescente, e sedutor, mas é o significante que tem um papel essencial, mediador, primordial na investigação analítica (Lacan, 2024c, p. 44, p. 178); ou ainda de que a técnica do significante evita que o analista se perca nas confusões perpétuas do significado (Lacan, 2024a, p. 11). Entretanto, o significante em Lacan é um conceito polissêmico, cambiante, e que se sobrepõe, muitas vezes, com o plano do “significado” dos linguistas, como já foi decisivamente demonstrado por pesquisadores como Waldir Bevidas (2020) ou Patrick Juignet (2003).

Para compreender o sentido e da importância da teoria lacaniana do significante e de suas críticas à significação seria necessária uma análise detida e extensa, inviável neste espaço. Resumidamente, a sua proposta sobre o significante precisa ser entendida no contexto de sua teoria da constituição do sujeito, e não como uma teoria geral sobre a linguagem (Lyotard, 2011). É no nível da constituição do sujeito que o significante lacaniano é anterior ao significado: para encontrar um lugar no campo simbólico, o sujeito deve responder à negatividade Real da sexualidade e do reconhecimento com uma construção significativa contingente, a partir da qual será possível o advento de uma significação metafórica.

De todo modo, não parece que o psicanalista francês tenha buscado responder a questões fundamentais para uma teoria do significado como: o que quer dizer que um elemento linguístico, como uma palavra, tenha “significado”? Como definir e estudar relações de sentido entre diferentes palavras e expressões? E como é que elementos significativos podem se combinar para produzir outras entidades significativas, como palavras em sentenças ou sentenças em um discurso? O que implica que a relação entre forma linguística e significação, desde sempre no centro dos interesses psicanalíticos, não parece ter encontrado na psicanálise uma formulação à altura de seus desafios clínicos cotidianos de escuta e intervenção.

Nesse sentido, nossa hipótese é que a linguística cognitiva pode funcionar como um fundamento teórico e metodológico para a descrição e análise dos processos e decisões em jogo para um psicanalista. Como uma ferramenta para estudar a “intuição” analítica, ou, mais precisamente, a *escuta*. Dada a diversidade de fenômenos significativos na interação analítica e a diversidade de ferramentas para o estudo do significado na semântica cognitiva contemporânea, ofereceremos aqui apenas breves ilustrações da possível relevância metodológica desta última para a psicanálise, a servir mais como um convite e abertura que como demonstração conclusiva.

Uma característica definidora da linguística cognitiva é que ela seja uma perspectiva preocupada em mapear a estrutura e a dinâmica da linguagem em uso, visando explicar como funciona a construção interativa e contextualizada de significações; em uma convergência que reforça o atrativo da aproximação a ser tentada. Podemos nos lembrar do comentário de Fauconnier sobre o surgimento do campo:

Então você pergunta: como é que você se tornou um semanticista cognitivista? E a resposta é praticamente a mesma para mim e para meus amigos e colegas, Langacker, Talmy, Lakoff: o estudo da linguagem não nos deu escolha, a semântica provou ser profundamente, densamente cognitiva e inextricavelmente entrelaçada com a sintaxe, de modo que, se seríamos linguistas, certamente seríamos semânticos cognitivos. O que cada um de nós descobriu, entre outras coisas, foi que uma sentença em linguagem natural é cognitivamente complexa, porque fornece uma série de diversas instruções para a construção de significações contextualizadas (Fauconnier; Almeida; Lisboa, 2020, p. 200, tradução nossa).

O princípio mais importante sobre a abordagem cognitiva a mencionar aqui é a ideia de que *os fenômenos da significação podem ser descritos como a evocação, por expressões linguísticas, de apresentações conceituais*. Dentro desse paradigma, as formas linguísticas fornecem maneiras semiestruturadas, pistas, para a construção mental de estruturas conceituais complexas e perspectivadas (Langacker, 1991). É por esse motivo que, para entender a relação entre forma linguística e significação, seria preciso considerar a natureza de processos como a formação de conceitos (incluindo o papel da experiência corporificada e a estrutura do aparelho sensorial e cognitivo) ou a imaginação (incluindo a comparação metafórica e a composição de *blends*). Tanto quanto linguistas cognitivos, psicanalistas tem necessidade de supor certas conexões entre o uso da linguagem e a vivência de experiências, a estrutura de cenas e a faculdade da imaginação. Se uns colocam a linguagem no centro por serem, afinal, linguistas, os outros colocam a linguagem no centro pois é a partir do discurso dos analisantes que é possível vir a conhecer toda essa complexa arquitetura e, fundamentalmente, intervir sobre suas amarras.

Em um caso relativamente simples de “escuta”, palavras aparecem para o analista como elementos particularmente representativos de algo que se repete ao longo da análise. Geralmente, a importância dessas expressões destacadas está em sua capacidade de apontar para algo como uma posição subjetiva, a organização de um sintoma, ou o funcionamento de um gozo. Para entender como isso ocorre, precisaríamos explicar como certas palavras são capazes de registrar (ou organizar) as coordenadas de um espaço conceitual.

A palavra “aprovado” era uma dessas, em um caso clínico que acompanhei.⁹ O sujeito em questão chega à análise angustiado com questões surgidas em seu primeiro estágio profissional. Ele se queixava de extrema ansiedade com as demandas e com os comentários que recebia de seus superiores, querendo “gabaritar” as inúmeras tarefas que lhe eram dirigidas. Uma dificuldade para esse sujeito era o fato de que as devolutivas que recebia eram poucas e inexatas. Assim, sem saber como o outro o “avaliava”, sentia-se frequentemente inseguro, perdido, e sobrecarregava-se de mais tarefas buscando ser “aprovado” como um “profissional nota dez”. Fora do âmbito profissional, também lhe ocorria de sentir as relações pessoais como “testes” em que “não sabia o que ia ser cobrado”.

Como se vê, no discurso do caso multiplicam-se as expressões ligadas a provas, testes e avaliações. O trabalho de mapear as relações entre diferentes expressões, distinguindo conjuntos

⁹ Apresento esse fragmento de maneira parcialmente ficcionalizada, de modo a preservar a identidade do sujeito.

interligados, é uma tarefa essencialmente semântica e não apenas formal. Estipular a relação semântica entre os termos é um problema análogos, em certa medida, aos que levaram alguns linguistas aos modelos cognitivos, como foi o caso da semântica de quadros desenvolvida por Charles J. Fillmore (1982).

Uma boa descrição desse conjunto de relações semânticas não é possível se nos atermos a relações como sinonímia, hiperonímia etc. O que liga as expressões “prova”, “gabarito”, “nota” etc. é o fato de que o seu significado linguístico equivale a ativação de diferentes elementos em um mesmo *quadro conceitual esquemático* (Fillmore, 1982). A maior parte dos brasileiros falantes de português compartilha a experiência de realizar “provas” (pois o ensino escolar é praticamente universal), e compartilha também a esquematização dessa experiência em torno de certos elementos prototípicos como nota, conteúdo cobrado etc. (pois compartilhamos sistemas cognitivos parecidos e pois o discurso compartilhado ajuda a constituir esse sistema de lugares conceituais). Poderíamos assim dizer que o significado das expressões é a sua capacidade de ativar diferentes elementos do quadro conceitual esquemático.

No caso clínico, é marcante como o sujeito empregava o quadro conceitual da prova como uma espécie de grade interpretativa universal. Quando tentava compreender a si e aos outros nesses termos, dispunha seus conflitos em função dos lugares determinados por esse esquema: nota, estudo, conteúdo, gabarito etc. As palavras nomeiam e especificam esse enquadre, o analista escuta essa relação entre forma linguística e representação conceitual. Essa multiplicação de vocábulos ligados a um mesmo quadro, em particular quando ocorre para falar de seu sofrimento, pode sugerir a hipótese de que esse quadro foi empregado na construção fantasmática do sujeito. Constitui-se algo como uma metáfora, em que a prova passa a ser um quadro com que vai ser significada a vida, as relações, o desejo. É como se o sujeito fosse realmente *aprovado*, isso é, tornado prova.

A significação inconsciente se apresenta aqui como a construção de uma estrutura simbólica capaz de conceituar o enigma do reconhecimento. E vê-se como pode ocorrer de que uma significação desse tipo seja fixa demais – Ramos (2013) fala em uma significação cristalizada, congelada. A análise visaria tanto que o sujeito veja a quais construções simbólicas ele está amarrado, quanto fazer “deslizar” desses sentidos, quer dizer, questioná-los, expandi-los, brincar com sua estrutura etc. “O que é essencial é que ele veja, para além dessa significação, a qual significante – não-senso, irreduzível, traumático – ele está, como sujeito, assujeitado” (Lacan, 1985, p. 237).

Outra via de contribuições da semântica cognitiva à psicanálise passa por seu interesse na construção perspectivada do significado e na relação entre linguagem e imaginação. Quando Freud (2006c) analisa a expressão “uma criança é espancada”, ligada a intensas experiências afetivas de seus pacientes, ele destaca o modo como a cena oculta diversas informações sobre os participantes da cena e sobre a atividade que se realiza entre eles. Uma análise de inspiração cognitivista poderia destacar como a voz passiva (Langacker, 1991), o artigo indefinido (Langacker, 1991) e os conceitos próximos ao nível básico (Rosch, 1999) são escolhas linguísticas contribuem para a apresentação de uma cena marcada pelo desconhecimento do sujeito sobre o que ali se passa.

Afinal, na perspectiva cognitivista, as marcas linguísticas de um enunciado revelam os processos representacionais daquele que fala, como o pensamento e a imaginação, e podem contribuir diretamente para o conhecimento do processamento psíquico de informações (Tenbrink, 2015). Do ponto de vista psicanalítico, as escolhas linguísticas não carregam marcas só daquilo que estava proeminente na consciência do sujeito, mas indicam também os pontos onde o trabalho do recalque, ao impedir o acesso a determinados conteúdos inconscientes, censura, forma, e deforma o texto da consciência.

Uma exploração em profundidade de questões como essas conduziria à necessidade de análises mais extensas, com material clínico, considerando como a construção dinâmica de significados se sobrepõe e se amarra com a dinâmica de interações que constitui um encontro psicanalítico. O enquadre clínico produz um recorte *sui generis* sobre a intersubjetividade, em que o contexto relativamente controlado permite discernir o jogo e a tensão entre aquilo que é rudimentar a toda interação humana e as mais variadas funções da linguagem: narrativa, poética, cômica, performativa. Para avançar nesse projeto, se imporia a necessidade de uma cooperação entre recursos metodológicos e teóricos de ambos os campos.

4. O problema da interação

Do mesmo modo que a linguística oferece uma teoria da linguagem que, apostamos, poderia contribuir à psicanálise; a psicanálise talvez ofereça certa *teoria da interação* que poderia contribuir à linguística. Um primeiro convite para tanto pode ser encontrar em uma entrevista de George Lakoff (1998). Lakoff é conhecido por enfatizar sobremaneira a dimensão biológica – corporal, evolutiva e neurológica – da constituição de nossos aparelhos conceituais e de nossa linguagem. Nessa entrevista, perguntaram a Lakoff se, além dos efeitos da realidade corpórea sobre a cognição e sobre a linguagem, também haveria o caminho inverso, de que a linguagem ajudaria a constituir nossos sistemas cognitivos. Sua resposta é curiosa: ele diz que interações interpessoais são um contexto central para entender a constituição mútua entre cognição e linguagem, mas que *são um objeto mais difícil de estudar*.

Uma criança ao nascer interage com seus pais imediatamente. Há interação pessoal, interação física, todo tipo de interação, imediatamente. Não é que a interação interpessoal seja menos importante. É simplesmente que sabemos menos sobre como descrevê-lo. Sabemos menos sobre como ela funciona na linguagem e no pensamento na atualidade (Lakoff, 1998, p. 93, tradução nossa).

O ponto deixado em aberto por Lakoff por sua dificuldade é justamente o ponto pelo qual se interessa a psicanálise. Em mais de um século de psicanálise, muito foi construído sobre como descrever interações interpessoais, sobre seu funcionamento, e mesmo sobre suas relações com a linguagem e com o pensamento. Em particular, as interações de um bebê com seus cuidadores, de uma criança com suas figuras de referência, estão entre os processos mais discutidos na tradição psicanalítica. Esse parece o tipo de problema em linguística que poderia se beneficiar de uma cooperação com a psicanálise.

Consideremos, primeiro, que a interação específica propiciada pela psicanálise tem a condição de ressaltar usos e efeitos da linguagem que não são facilmente observáveis em qualquer contexto. Desde sua origem, a psicanálise afirma os limites do eu consciente na descrição dos sentidos e da experiência (e, poderíamos acrescentar, do sistema conceitual) de um sujeito falante – o que origina desafios metodológicos significativos. Do ponto de vista lacaniano, a particularidade da situação “intersubjetiva” da psicanálise está em que um dos participantes trabalha de modo a não ocupar a posição de “sujeito”. Isso tem como consequência que o outro sujeito apareça enquanto tal: na medida que a interação analítica é guiada sobremaneira pelo discurso de um dos participantes (segundo certas hipóteses de método), o material linguístico produzido ali pode ser escutado como se referindo, fundamentalmente, à constituição simbólica de um dos falantes. Acrescido o fato de que um processo psicanalítico seja capaz de levar um sujeito a falar sobre algumas de suas interações constitutivas mais originárias, temos aí um dispositivo capaz de produzir um material de pesquisa muito singular.

Segundo, a psicanálise pode ser lida como uma demonstração de que o sistema conceitual humano é repleto de inconsistências e conflitos (Thá, 2004), e que, em um certo sentido, os conflitos de um determinado sujeito são pilares fundamentais no que diz respeito à estruturação geral de como esse sujeito concebe suas relações. Em certos domínios ou circunstâncias, como nos sonhos e nas chamadas “formações do inconsciente”, os processos cognitivos podem abandonar princípios lógicos ou de composição (temporal, espacial, causal etc.) que respeitam normalmente na vigília. E, desde Freud, é preciso reconhecer que as simbolizações humanas mobilizadas nas interações entre sujeitos são sempre sobredeterminadas por múltiplos sentidos, de maneira que mesmo interações aparentemente insuspeitas podem ser atravessadas por conflitos e desejos capazes de deixar marcas – como apagamentos, substituições etc. – no “texto” produzido em seu contexto.

Terceiro, a psicanálise lacaniana tem como um de seus temas centrais o complexo papel desempenhado pela linguagem na dinâmica constitutiva que se dá entre um sujeito e o Outro. O Outro pode ser entendido aqui tanto como o grande Outro que representa, no sistema simbólico, a “sede da linguagem” ou “lugar do código” quanto como o conjunto de figuras que vem a ocupar esse lugar na história singular de um sujeito, como, por exemplo, uma mãe que transmite a “língua materna”. Lacan destaca os paradoxos que decorrem de que o sujeito, para simbolizar a si mesmo, tenha de recorrer aos significantes vindos do Outro, alienando-se assim na linguagem. Correm paralelamente: a constituição de seu sistema simbólico e um jogo de reconhecimento que se estabelece entre um novo ser falante e aqueles que o introduzem na língua. Daí que “o desejo do homem é o desejo do Outro”, e que naquilo que nos é mais íntimo, encontremos algo exterior, concepção da qual Lacan derivou o neologismo “extimidade” (1988).

Em Langacker já encontramos que a dimensão interacional “depende criticamente das mentes corporificadas que se engajam em interações, e não pode ser propriamente entendida ou descrita sem uma caracterização detalhada das concepções que abrigam, inclusive de suas concepções da interação e das concepções do interlocutor” (Langacker, 1999, p. 15). E a complexidade das relações entre

sujeito e Outro na constituição e no uso do aparato linguístico é ainda mais sensível em uma onda recente de trabalhos de linguistas, a qual pode ser bem exemplificada pelo artigo recente de Geeraerts (2021). Esse artigo põe em relevo que, mesmo no contexto de uma análise estritamente linguística da troca entre um falante e seu interlocutor, se impõe o problema de que o próprio falante pode conceber o sistema conceitual do Outro de diferentes maneiras – de que há uma imbricação delicada entre sujeito falante e Outro. Esses tópicos se tornam realmente candentes quando se trata de pensar sobre o papel decisivo do Outro, sede da linguagem, na constituição do sistema conceitual do sujeito. Nesse sentido, é curioso e significativo conceber que uma estrutura relacional paradoxal esteja na base de toda nosso sistema conceitual (ou, ao menos, de nossa conceituação sobre relações intersubjetivas).

Os linguistas cognitivos mostraram como uma série de esquemas topológicos constituem a base conceitual de grande parte dos significados construídos pela linguagem: dentro-fora, cima-baixo, parte-todo etc. (Rohrer, 2010). Ora, sabemos da insistência de Lacan em brincar com figuras topológicas “contraintuitivas”, como a banda de Möbius e a garrafa de Klein. Talvez, a manobra do psicanalista de situar essas construções paradoxais no fundamento de nossa subjetividade não seja, afinal, tão diferente do que fizeram os cognitivistas. Lendo-o dessa forma, a contribuição de Lacan para o modelo cognitivista da linguagem poderia ser resumida como a adição de algumas formas topológicas não-usuais na base de nossa conceituação (inter)subjetiva. Essa topologia atípica se desdobra em um sistema de negatividades (ligado a seu conceito de Real) que sugere tanto a impossibilidade de que nosso sistema linguístico-conceitual (Simbólico-Imaginário) recubra perfeitamente um sistema de interações (desejantes), quanto a impossibilidade de um pleno encontro entre sujeitos (desejantes), dado que suas interações são necessariamente mediadas por esse mesmo sistema linguístico-conceitual.

Conclusão

Os desafios e potenciais da colaboração entre psicanálise e linguística contemporânea são vastos, refletindo uma história de aproximações e desencontros entre essas disciplinas. A evolução da linguística em direção às ciências cognitivas é contrária, em alguns sentidos, à evolução que a psicanálise tem na esteira de Lacan. Entre os obstáculos evidentes, há o temor de uma diluição dos métodos e conceitos da psicanálise diante do enfoque cognitivista. É verdade que a epistemologia lacaniana, como tradicionalmente concebida, não se presta facilmente a trânsitos interdisciplinares como esse. No entanto, uma e outra disciplina encontram hoje desafios que podem motivar um trabalho de encontro, como é sensível no problema da significação, na questão do papel do Outro na constituição do sistema simbólico de um sujeito ou mesmo no tópico da relação entre natureza e linguagem.

Embora Lacan tenha privilegiado o significante, é evidente que uma abordagem abrangente da significação é necessária para lidar com a complexidade dos fenômenos semânticos encontrados na clínica psicanalítica. A linguística cognitiva oferece um arcabouço teórico e metodológico que

pode complementar e enriquecer a compreensão psicanalítica da linguagem e da significação. Enquanto a linguística oferece uma base teórica para compreender a linguagem e sua relação com a cognição, a psicanálise oferece uma teoria das interações humanas e de seus efeitos na constituição do sujeito; nesse quadro, a importância da interação interpessoal na formação dos sistemas cognitivos e linguísticos sugere um ponto de convergência entre as duas disciplinas.

É possível imaginar uma colaboração mais estreita, em que ambas explorariam conjuntamente como os elementos linguísticos contribuem para a construção de significados no contexto específico do setting analítico, estabelecendo os fundamentos teóricos da escuta analítica. Ao dialogar com a base teórica da linguística cognitiva, a psicanálise pode encontrar um equilíbrio entre a ênfase na linguagem trazida por Lacan e o singular naturalismo de Freud, na direção de uma compreensão mais profunda das dinâmicas psíquicas e linguísticas que constituem a experiência humana.

Neste artigo, buscamos destacar paralelos epistêmicos e possibilidades de contribuições teóricas mútuas, com a esperança de inspirar futuras investigações e colaborações inter- e transdisciplinares entre psicanalistas e linguistas. Diante da riqueza de interesses comuns e da promessa de avançar no entendimento dos fenômenos complexos da linguagem em uso e das relações intersubjetivas, parece se justificar suficientemente o interesse de uma cooperação renovada e enriquecedora entre esses domínios do conhecimento, o que inclui o desafio de enfrentar os muitos pontos de dificuldade e tensão que restam em aberto entre os campos.

Referências

ARRIVÉ, Michel. *Linguagem e psicanálise, linguística e inconsciente*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BEIVIDAS, Waldir. *Inconsciente e sentido: psicanálise, linguística, semiótica*. Annablume, 2009.

BEIVIDAS, Waldir. Psicanálise e semiótica: situação em 2020. *Estudos Semióticos*, v. 16, n. 1, pp. 11-29, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/esse/article/view/167071>. Acesso em: fev. 2024.

BOLOGNESI, M.; BICHISECCHI, R. Metaphors in dreams: Where cognitive linguistics meets psychoanalysis. *Language and Psychoanalysis*, v. 3, n. 1, pp. 4-22, 2013. Disponível em: <http://www.language-and-psychoanalysis.com/article/view/1585>. Acesso em: fev. 2024.

BUCHHOLTZ, M.; SPIEKERMANN, J.; KÄCHELE, H. Rhythm and Blues—Amalie's 152nd session: From psychoanalysis to conversation and metaphor analysis—and back again. *The International Journal of Psychoanalysis*, v. 96, n. 3, pp. 877-910, 2015. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26173891/>. Acesso em: fev. 2024.

BURKE, M.; TROSCIANKO, E. (org.) *Cognitive literary science: Dialogues between literature and cognition*. Oxford University Press, 2017.

CAMPOS, Érico Bruno Viana. Representação psíquica e teoria da linguagem nos textos iniciais freudianos: um estudo da monografia sobre as afasias. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, v. 20, pp. 105-115, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/kDhg977vt9LgGMNTDtPrPZh/>. Acesso em: fev. 2024.

- CASONATO, Marco. Psicoanálise: semântica del transfert. *Reti, saperi, linguaggi*. v. 4, n. 2, 2012. Disponível em: <https://boa.unimib.it/handle/10281/39435>. Acesso em: fev. 2024.
- CASONATO, Marco. *Immaginazione e metafora: psicodinamica, psicopatologia, psicoterapia*. Gius. Laterza & Figli Spa., 2015.
- CASPI, T. Towards psychoanalytic contribution to linguistic metaphor theory. *The International Journal of Psychoanalysis*, v. 99, n. 5, pp. 1186-1211, 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33951787/>. Acesso em: fev. de 2024.
- CUÉLLAR, David Pavón. Untying real, imaginary and symbolic: A Lacanian criticism of behavioural, cognitive and discursive psychologies. *Discourse*, 24, 2004.
- DARRIBA, V. A falta conceituada por Lacan: da coisa ao objeto a. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, v. 8, n. 1, pp. 63-76, jan. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/agora/a/WjZpc7V4rQJTg89TvMwfTzS/>. Acesso em: maio 2024.
- DAVIDOVICH, M. M., WINOGRAD, M. Psicanálise e neurociências: um mapa dos debates. *Psicologia em Estudo*, v. 15, pp. 801-809, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/XZdQkNQg93FT6PtYHwBsGLn/>. Acesso em: fev. 2024.
- DEWS, Peter. *Logics of disintegration: poststructuralist thought and the claims of critical theory*. Verso Books, 1987.
- DUNKER, Christian I. L.; PAULON, Clarice P.; MILÁN-RAMOS, J. Guillermo. *Análise psicanalítica de discurso: perspectivas lacanianas*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2016.
- DUNKER, Christian I. L. *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FAUCONNIER, G.; ALMEIDA, M. L. L.; LISBOA JR., J. L. F. Semantics and Cognition: an interview with Gilles Fauconnier. *Diadorim*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, pp. 198-228, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/diadorim/article/view/38222>. Acesso em: fev. 2024.
- FAUCONNIER, G. Methods and generalizations. Em: REDEKER, G.; JANSSEN, T. (org.), *Cognitive Linguistics: Foundations, Scope, Methodology*. Mouton de Gruyter, Berlim, 1999.
- FELMAN, S. On reading poetry: reflections on the limits and possibilities of psychoanalytical approach. Em: Smith, J. H. (org.). *The Literary Freud: Mechanisms of Defense and the Poetic Will. Psychiatry and the Humanities, vol. 4.*, Yale University Press, 1980.
- FONTES, F. O estilo laciano e a polissemia dos conceitos. *Fractal*, v. 27, n. 3, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/fractal/article/view/5085>. Acesso em: maio 2024.
- FORRESTER, John. *Language and the Origins of Psychoanalysis*. Springer, 1980.
- FRANCEINFO. *Autisme : ce que dit le rapport qui désavoue la psychanalyse*. 2012. Disponível em: https://www.francetvinfo.fr/france/autisme-la-psychanalyse-une-nouvelle-fois-mise-a-l-amende_70275.html. Acesso em: maio 2024.

FREEMAN, Margaret H. The fall of the wall between literary studies and linguistics: Cognitive Poetics. *Cognitive linguistics: Current applications and future perspectives*, pp. 403-428, 2006. Disponível em: <https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/9783110197761.5.403/pdf>. Acesso em: fev. 2024.

FREUD, Sigmund. Estudos sobre histeria. Em: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Volume I. Imago*, 2006a.

FREUD, Sigmund. Conferência IV. Em: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Volume XV. Imago*, 2006b.

FREUD, Sigmund. Uma criança é espancada: uma contribuição ao estudo da origem das perversões sexuais. Em: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Volume XVII. Imago*, 2006c.

GABBI JR., Osmyr. Faria. *Freud: racionalidade, sentido e referência*. Campinas, Unicamp, 1994.

GEERAERTS, Dirk. Second-order empathy, pragmatic ambiguity, and irony. Em: DA SILVA, Augusto Soares (org.). *Figurative Language–Intersubjectivity and Usage*, Philadelphia, John Benjamins Publishing Company, pp. 19-40, 2021.

JUIGNET, Patrick. Lacan, le symbolique et le signifiant. *Cliniques méditerranéennes*, v. 2, pp. 131-144, 2003. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-cliniques-mediterraneennes-2003-2-page-131.htm>. Acesso em: fev. 2024.

KIHLSTROM, J. F. Unconscious processes. Em: REISBERG D. (ed.). *The Oxford Handbook of Cognitive Psychology*. Oxford, 2013.

KÖVECSES, Z. Metaphor and Psychoanalysis: A cognitive linguistic view of metaphor and therapeutic discourse. *Psyart Journal*, 2001. Disponível em: https://psyartjournal.com/article/show/kvecses-metaphor_and_psychoanalysis_a_cognitive_. Acesso em: fev. 2024.

KRUTZEN, H. *Para uma nova definição do espaço clínico: Topologia em expansão*. São Paulo, Annablume, 2018.

LACAN, Jacques. *Séminaire 5 : Formations*, 2024a. Disponível em: <http://staferla.free.fr/S5/S5.htm>. Acesso em: fev. 2024.

LACAN, Jacques. *Séminaire 2 : Le moi*, 2024b. Disponível em: <http://staferla.free.fr/S2/S2.htm>. Acesso em: fev. 2024.

LACAN, Jacques. *Séminaire 3 : Psychoses*, 2024c. Disponível em: <http://staferla.free.fr/S3/S3.htm>. Acesso em: fev. 2024.

LACAN, Jacques. *O seminário, livro II: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.

LACAN, Jacques. *O seminário, livro 7: A ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

- LAKOFF, George. Cognitive semantics: In the heart of language an interview with George Lakoff. *Fórum Linguístico*, 1(1), 83-119, 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/6916>. Acesso em: fev. 2024.
- LANGACKER, Ronald W. *Concept, image, and symbol*. Walter de Gruyter Inc., 1991.
- LAURENT, Eric. *Lost in cognition: psychoanalysis and the cognitive sciences*. Londres, Karnak, 2014.
- LEPESQUER, Marcus. O imaginário como estrutura semiótica dos sintomas positivos da psicose paranoica: uma interface entre semiótica cognitiva e psicanálise. *Estudos Semióticos*, v. 16, n. 1, pp. 98-121, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/esse/article/view/161243>. Acesso em: fev. 2024.
- LYOTARD, J. F. *Discourse, figure*. University of Minnesota Press, 2011.
- MACHADO, Bruno Focas Vieira. Saussure, o discurso e o real da língua: entre linguística e psicanálise. *Alfa: Revista de Linguística*, v. 55, n. 1, 2011. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4177>. Acesso em: fev. 2024.
- MILLER, J.-A. Suture (Elements of the Logic of the Signifier). *Screen*, v. 18, n. 4, pp. 24-34, 1977.
- NYCKEES, V. La cognition humaine saisie par le langage: De la sémantique cognitive au médiationnisme. *Corela. Cognition, représentation, langage*, (HS-6), 2007. Disponível em: <https://journals.openedition.org/corela/1538>. Acesso em: fev. 2024.
- PARKER, I. Jacques Lacan, barred psychologist. *Theory & Psychology*, v. 13, n. 1, pp. 95-115, 2003.
- PAVÓN-CUÉLLAR, D. Untying real, imaginary and symbolic: A Lacanian criticism of behavioural, cognitive and discursive psychologies. *Discourse*, 24, 2009.
- POLITZER, Georges. *Crítica dos fundamentos da psicologia*. Unimep, 2004.
- POSSENTI, Sírio. Apresentação. Em: MUSSALIN, F., BENTES, A. N. (org.), *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras*. 2. ed. São Paulo: Cortez, v. 1, pp. 11-14., 2001.
- PRADO JR.; Bento. Georges Politzer: sessenta anos da “Crítica dos fundamentos da Psicologia”. Em: PRADO JR., B.; MONZANI, L. R.; GABBI JR., O. F. (org.), *Filosofia da Psicanálise*. Brasiliense, 1991a.
- PRADO JR., Bento. Lacan: Biologia e Narcisismo ou A costura entre o real e o Imaginário. Em: PRADO JR., B.; MONZANI, L. R.; GABBI JR., O. F. (org.), *Filosofia da Psicanálise*. Brasiliense, 1991b.
- ROHRER, Tim. Embodiment and experimentalism. Em: Geeraerts, D., Cuyckens, H. (org.), *The Oxford Handbook of Cognitive Linguistics*. Oxford University Press, 2010.
- ROSCH, E. *et al.* Basic objects in natural categories. *Cognitive psychology*, v. 8, n. 3, pp. 382-439, 1976.
- ROSENBAUM, B. The Unconscious: How does it speak to us today? *The Scandinavian Psychoanalytic Review*, v. 26, n. 1, pp. 31-40, 2003.
- SAFATLE, V. *A paixão do negativo*. Unesp, 2006.

SCARANO, R. C. V.; PERTILE, G. H. A questão da identificação em O estágio do espelho e sua relação com a alteridade em Jacques Lacan. *Analytica: Revista de Psicanálise*, v. 10, n. 19, pp. 1-21, 2022. Disponível em: <http://www.seer.ufsj.edu.br/analytica/article/view/3893>. Acesso em: maio 2024.

SILVEIRA, Léa. Lacan entre Politzer e Lévi-Strauss: Estratégias para pensar inconsciente e desejo sem psicologismo. Em: CARVALHO, M.; TOURINHO, C.; SAVIAN FILHO, J.; CAVALEIRO DE MACEDO, C. C.; CARONE, A. M. (org.) *Fenomenologia, Religião e Psicanálise*. Coleção XVI Encontro ANPOF: ANPOF, pp. 380-400, 2015.

SIMANKE, Richard T. A psicanálise freudiana e a dualidade entre ciências naturais e ciências humanas. *Scientiae Studia*, v. 7, pp. 221-235, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ss/a/GV77NSd8QvpBYNNxNkYTXFq/>. Acesso em: fev. 2024.

SOKAL, A. D. *The Sokal hoax: The sham that shook the academy*. University of Nebraska Press, 2000.

STOCKWELL, P. *Cognitive poetics: An introduction*. Routledge, 2019.

TENBRINK, T. Cognitive discourse analysis: Accessing cognitive representations and processes through language data. *Language and Cognition*, v. 7, n. 1, pp. 98-137, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/langcog.2014.19>. Acesso em: fev. 2024.

THÁ, Fábio. *Categorias conceituais da subjetividade*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Paraná, 2004. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/24462>. Acesso em: fev. 2024.

PROCESSOS INTERSUBJETIVOS DE CONCEPTUALIZAÇÃO DA REFERÊNCIA ESPACIAL NA INTERAÇÃO ENTRE CRIANÇA COM TRISSOMIA DO 21 E TERAPEUTAS

INTERSUBJECTIVE PROCESSES OF CONCEPTUALIZATION OF SPATIAL REFERENCE IN THE INTERACTION BETWEEN A CHILD WITH TRISOMY OF CHROMOSOME 21 AND THERAPISTS

Jan Edson Rodrigues Leite¹

Paulo Vinícius Ávila-Nóbrega²

Marianne C. Bezerra Cavalcante³

RESUMO

A proposta de análise da referência espacial neste artigo considera a linguagem, uma complexa rede de semioses, como uma arena intersubjetiva de negociação dos sentidos a partir de contingências do falante, do contexto de uso da língua, do processo sociocomunicativo e dos domínios conceptuais vinculados à cognição espacial. Como um fenômeno cognitivo, a espacialidade requer uma abordagem dos mecanismos envolvidos no processamento das informações espaciais, de sua organização em estruturas conceptuais e do acesso a essas estruturas por meio da codificação linguística. A consideração das questões intersubjetivas na descrição desse fenômeno também requer que se abandone a análise abstrata do processo em um “falante idealizado” em favor de situações reais de uso da fala, em um contexto terapêutico, por crianças cujo desenvolvimento linguístico-cognitivo é neuroatípico. Discutimos nesse trabalho as noções de referência, referenciação e conceptualização, como fundamentais para compreender o conceito de referência espacial. Em seguida analisamos os processos de atencionalidade, atenção conjunta e comunicação intersubjetiva na aquisição da linguagem da criança, para então descrever os mecanismos de desenvolvimento do raciocínio espacial infantil. Por fim, propomos uma metodologia de análise da conceptualização da referência espacial, destacando o papel da interação nas atividades de construção intersubjetiva dos significados linguísticos.

PALAVRAS-CHAVE: Referência espacial. Conceptualização. Atencionalidade. Intersubjetividade. Trissomia do Cromossomo 21.

ABSTRACT

The analysis of spatial reference in this article considers language, a complex network of semiosis, as an intersubjective arena for negotiating meanings based on contingencies of the speaker, the context of language use, the socio-communicative process and the conceptual domains linked to spatial cognition. As a cognitive phenomenon, spatiality requires an approach to the mechanisms involved in the processing of spatial information, its organization into conceptual structures and access to these structures through linguistic coding. The consideration of intersubjective issues in the description of this phenomenon also requires that we abandon the abstract analysis of the process in an “idealized speaker” in favor of real situations of language

¹ Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Laboratório de Estudos Neurocognitivos sobre a Compreensão da Linguagem (LACON), jan.edson@academico.ufpb.br, <https://orcid.org/0000-0001-9054-0673>.

² Grupo de Estudos Interdisciplinares: Linguagem, Interação e Multimodalidade (GEILIM). PROFLETRAS campus III da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), pvletras@servidor.uepb.edu.br, <https://orcid.org/0000-0001-5622-065X>.

³ Universidade Federal da Paraíba (UFPB), marianne.cavalcante@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0003-1409-7475>.

in use, in a therapeutic context, by children whose linguistic-cognitive development is neuroatypical. In this paper, we discuss the notions of reference, referencing and conceptualization, as fundamental to understanding the concept of spatial reference. We then analyze the processes of attention, joint attention, and intersubjective communication in children's language acquisition, to then describe the mechanisms of development of children's spatial reasoning. Finally, we propose a methodology for analyzing the conceptualization of spatial reference, highlighting the role of interaction in the activities of intersubjective construction of linguistic meanings.

KEYWORDS: Spatial reference. Conceptualization. Attention. Intersubjectivity. Trisomy of Chromosome 21.

Introdução

A construção sociocognitiva da referência espacial em contextos de interlocução entre falantes é o tema privilegiado deste artigo. As questões de referência têm sido tratadas pela tradição linguística sob o prisma da semântica vericondicional que adota uma concepção de linguagem como espelho e representação da realidade. Não obstante a precisão matemática conferida pelas análises formais dos dados linguísticos, tais análises são insuficientes para demonstrar eficientemente os usos concretos da língua em situações comunicativas reais ou os processos situados de negociação do sentido das expressões linguísticas por sujeitos afetados por inúmeras variáveis contextuais, sociais, cognitivas e subjetivas.

Deste modo, a proposta de análise da referência espacial neste trabalho considera a linguagem, enquanto uma complexa rede de semioses, como uma arena intersubjetiva de negociação dos sentidos a partir de contingências do falante, do contexto de uso da língua, do processo sociocomunicativo e dos domínios conceptuais vinculados à cognição espacial. O fenômeno da espacialidade, além de linguístico, é também cognitivo, o que exige uma abordagem dos mecanismos envolvidos no processamento das informações espaciais, de sua organização em estruturas conceptuais e do acesso a essas estruturas por meio da codificação linguística. Construir sentidos e referências espaciais não é, entretanto, uma atividade individual, solitária, na mente de um falante. As ações coordenadas entre os sujeitos no processo comunicativo exigem que pensemos na cognição humana como um fenômeno social, situado, distribuído. Assim, a consideração das questões intersubjetivas na construção dos significados da língua apresenta um desafio analítico que extrapola a mera segmentação das estruturas linguísticas ou os testes de verificação das condições de verdade de sentenças. Por fim, a complexidade abstrata de descrição desse processo em um falante idealizado é substituída em nossa análise pela descrição concreta de uma situação real de uso da fala, em um contexto terapêutico, por crianças neuroatípicas cujo desenvolvimento linguístico é acessado por fonoaudiólogos.

Indagamos, nesse contexto, se a codificação dos locativos “em cima” e “embaixo”, duas relações espaciais aparentemente básicas e apreendidas precocemente no desenvolvimento cognitivo e sensório-motor de crianças típicas, é compreendida e produzida com mais ou menos facilidade por uma criança com trissomia do cromossomo 21. Nosso objetivo principal é verificar se os comprometimentos cognitivos decorrentes dessa atipia afetam os processos de conceptualização da espacialidade, através da análise da construção dos sentidos dos usos destes termos, em situações de interação comunicativa, e da análise dos mecanismos cognitivos empregados na negociação desses sentidos.

Para descrever a (de)codificação da referência espacial da criança com trissomia do 21, no contexto em que o processo ocorre, é necessário discutir o conceito de referência utilizado na semântica pelo viés da lógica matemática e compreender suas limitações fora dos sistemas formais. A proposição de um conceito alternativo – o de referenciação – cumpre a função precípua de considerar a língua em sua dimensão sociodiscursiva, interacional e pragmática. Entretanto, os mecanismos conceptuais para construção da referência são pouco explorados nas abordagens da referenciação. Para suprir essa lacuna, recorreremos ao conceito de conceptualização, na gramática cognitiva, e o relacionamos aos mecanismos da cognição espacial para explicar a codificação da espacialidade nas construções linguísticas.

Este artigo se organiza em quatro seções principais: a discussão teórica dos conceitos de referência, referenciação e conceptualização; a consideração de processos de atencionalidade, atenção conjunta e comunicação intersubjetiva na aquisição e desenvolvimento da linguagem; a descrição do desenvolvimento cognitivo da criança e dos mecanismos de raciocínio espacial; a metodologia e a análise de dados que explicitam processos intersubjetivos de conceptualização da referência espacial por crianças com trissomia do cromossomo 21 e seus terapeutas. Finalizamos o artigo com uma discussão geral sobre a importância da consideração de processos de intersubjetividade na análise de dados linguísticos.

1. Referência, referenciação e conceptualização

A relação entre as palavras de uma língua – escritas ou faladas – e aquilo que elas significam para os falantes em interlocução tem sido abordada, mesmo antes de a Linguística assumir a dianteira da análise desse fenômeno, como uma questão de representação, ou seja, a propriedade da língua de traduzir, em códigos acessíveis ao falante, uma situação complexa do mundo real. O matemático Frege (1892 [1977]) propõe dois conceitos vinculados a essa propriedade: a referência (*Bedeutung*), ou o valor de verdade de um termo, verificado a partir da constatação da realidade objetiva daquilo a que o termo se refere; e o sentido (*Sinn*), aquilo que nomeia ou expressa um objeto, independente de ele ter valor de verdade.

Essa abordagem ratifica uma concepção de linguagem, a partir da qual o sentido das palavras e expressões se refere a entidades no mundo real e se pode se aplicar com certa adequação à lógica, à taxonomia e às descrições científicas de fenômenos naturais, não explica adequadamente os processos de construção de sentidos em interações cotidianas, por usuários naturais da língua.

Se o significado de uma palavra não é algo fixo e universal, mas depende do contexto em que é utilizado, dos propósitos comunicativos dos falantes, do conhecimento compartilhado por falantes e ouvintes e de fatores sociais e culturais presentes na comunidade linguística, será que a referência está realmente encapsulada em um fato real, objetivo, verificável no mundo externo à linguagem? E se for assim, o conceito de referência é suficiente para elucidar os significados construídos pelos falantes em interação?

Diversos mecanismos linguísticos permitem determinar a referência de uma palavra ou expressão: nomes próprios (“João”, “Brasil”) ou descrições definidas (“o homem alto”, “a casa vermelha”); pronomes anafóricos (“ele”); elementos de dêixis espaciotemporal (“aqui” “agora”), até elipses e indeterminações. No entanto, esses mecanismos nem sempre referenciam, de fato, uma situação objetiva. Em muitos casos, sua função é, na verdade, ativar sentidos circunscritos a domínios cognitivos ou modelos culturais parcial ou integralmente compartilhados entre os falantes – um caso de conceptualização; ou mesmo construir enquadres ou molduras sociocomunicativas para representar *ad-hoc* categorias textuais ou discursivas – um caso de referenciação.

Vejam duas classes de exemplos que ilustram esses mecanismos. A primeira diz respeito à referência anafórica pronominal. Tradicionalmente, o pronome anafórico faz referência a elementos mencionados no contexto linguístico, como em “Mamãe não é brasileira. **Ela** nasceu em Lisboa”. No entanto, exemplos clássicos como o de Marcuschi (Koch; Marcuschi, 1998): (1) “Os alunos da 1ª série já aprenderam as vogais; **ela** descobriu um método novo”; ou de Salomão (1999): (2) “Aí eu saquei que **ela** era **ela**” desafiam modelo analítico tradicional, visto que a chamada referência pronominal, nestes casos, exige acesso a um conjunto de informações, conceptualmente elaboradas, que permitam, no uso concreto da linguagem, inferir uma referência para o elemento esquemático do exemplo 1 (Ela = professora); ou comprimir relações conceptuais de função e valor para os pronomes sem referência do exemplo 2, para então construir um significado interpretável do enunciado: o indivíduo nomeado (valor = ela) mantém uma relação de identidade com o indivíduo conceptualizado esquematicamente (função = ela).

A segunda classe de exemplos diz respeito a dêixis (de espaço e tempo). A compreensão dos elementos dêiticos quase sempre impõe ao referente uma distância relativa do falante conceptualizador (doravante, EGO). Assim, termos como “aqui” marcam maior grau de proximidade com o espaço egocêntrico do falante, enquanto “ali” marcam menor grau de proximidade (ou maior distância espacial) entre o referente e seu centro dêitico. Do mesmo modo, “agora” indica uma “proximidade” temporal entre o EGO e o referente, situando-os em um mesmo tempo. No entanto, exemplos como (3) “<p>: Por isso, me passaram **lá** para trás na classificação” (Aureliano, 2023) ilustram como os dêiticos não apenas indicam referências espaciais, mas constroem significados à base de conceptualizações complexas.

No exemplo, **lá** codifica uma trajetória espacial, uma ordem descendente, na qual o conceptualizador (EGO=me) se encontra no nível mais inferior. Essa construção não aponta para uma referência precisa. Na ordem de classificação descendente, “lá pra trás” pode significar tanto a última posição na lista quanto uma posição na escala mais inferior, mas não necessariamente a última. Desse modo, “lá” pode não codificar uma referência espacial definida (topológica), mas projetar um nível de gradação em uma escala ordinatória.

Além disso, dadas certas contingências sociocomunicativas, cujas análises dependerão de contextos mais informativos, “lá”, no exemplo (3), pode codificar uma relação espacial esquemática

(conceptual), pela qual o conceptualizador intensifica a entoação do advérbio a fim de marcar uma projeção conceptual entre dois domínios: a) no primeiro, há uma lista de classificação, de natureza física e estática, e “lá” indica um nível específico dessa lista, associado à classificação final pretendida pelo falante; b) no segundo domínio, a lista de classificação se apresenta de forma mais dinâmica, atualizável, a partir da inclusão de outros candidatos. Neste caso, “lá” codifica o movimento de reclassificação do falante que muda da classificação pretendida à medida que outros candidatos transitam (passam) nessa escala ordinatória.

Os exemplos ilustram como o teste de verificação das condições de verdade de uma expressão pode ser considerado irrelevante para o processo referencial diante do efeito de tantas variáveis na construção do sentido pretendido pelos falantes. Para Marcuschi, “a referenciação na relação face a face é fruto de uma atividade colaborativa e não uma simples convenção linguística” (2001, p.38). O autor ainda enfatiza a necessidade de interlocução situada entre os falantes, a partir da qual a linguagem se oferece como conhecimento de um para outro. A hipótese sociocognitiva da linguagem, descrita por Salomão (1997, 1999), também põe em relevo a interdependência entre cognição, linguagem e contexto social na construção dos significados, atribuindo à intersubjetividade entre falantes um papel crucial na negociação multissemiótica do sentido e da referência.

A rejeição de uma abordagem vericondicional da referência na descrição linguística está acompanhada, no Brasil, da adoção do conceito de “referenciação” como uma alternativa analítica, que considera as limitações formais do pensamento fregeano para explicar as situações comunicativas concretas dos falantes em interação. Esse conceito, difundido principalmente por Marcuschi e Koch (2002), Marcuschi (2003) e Mondada e Dubois (2003), se caracteriza por sua natureza interacional. Mondada (2003), por exemplo, concentra-se no estudo da referenciação em contextos interacionais, considerando a influência do diálogo e da participação dos interlocutores na construção do sentido. Marcuschi (2005) também integra a perspectiva interacionista à análise da referenciação, reconhecendo o papel do interlocutor na construção do sentido. Outro aspecto da referenciação é sua natureza dinâmica. A referenciação é um processo constantemente negociado entre os participantes da interação.

Marcuschi (2005) destaca a relação entre a referenciação e os processos cognitivos, como a categorização, os processos inferenciais e a construção de representações mentais. Essa natureza cognitiva também é defendida por Koch (2003), que enfatiza o papel do conhecimento de mundo na referenciação, considerando que os interlocutores mobilizam seus conhecimentos para interpretar os referentes presentes no texto.

A referenciação apresenta uma natureza praxeológica (Mondada, 2001), segundo a qual os recursos linguísticos têm finalidades práticas no processo de construção intersubjetiva da referência. Koch (2003), por sua vez, aplica sua abordagem da referenciação à análise do discurso, investigando como os mecanismos referenciais contribuem para a construção da coesão e coerência textual.

Para Cavalcante e Santos (2012), os referentes não estão prontos no mundo, mas são passíveis de negociação de sentidos e construção conjunta de sua existência. As autoras seguem a premissa de que é necessário que o interagente faça o levantamento de hipóteses, associe informações, construa inferências e ative conhecimentos prévios (linguísticos, textuais, enciclopédicos, intertextuais, contextuais), que colaboram para a construção do texto e da referenciação, à medida que esse sujeito se insere em uma situação interacional.

Os sujeitos falantes possuem expectativas sobre o que se pretende dizer, ou como agir, em cenas interativas espontâneas, mas não possuem total domínio ou controle dos tópicos, uma vez que a interação não é construída apenas por um indivíduo, sobre quem haveria o *status* de controlador no diálogo. Isso é o que podemos observar, por exemplo, em contextos dialógicos naturalísticos com as crianças, seja os promovidos na própria família, seja aqueles em atendimentos terapêuticos. As cenas não são construídas tendo em vista apenas a experiência daquele que se dirige à criança. Muita coisa pode ser posta em xeque, a partir das “surpresas” que a criança pode trazer para o momento do engajamento conjunto. Ao indicar a localização de um brinquedo, por exemplo, em uma cena de atenção conjunta, nem sempre a criança atende à expectativa de referência do seu interlocutor (dentro, fora, em cima, embaixo de algo), pois pode incluir na codificação dessa referência dados de experiências anteriores com o mesmo objeto (sua localização passada), ou da relação dos interlocutores com aquele objeto (o brinquedo que o interlocutor já conhece em oposição ao brinquedo novo).

É na Linguística Cognitiva que a noção de sentido como uma construção sociocognitiva, experiencial e contingenciada pelos usos da língua ganha fôlego teórico, enquadrando a referência como um entre os vários processos mentais de construção e interpretação da realidade. As noções de conceptualização e *construal*⁴ (Langacker, 1987, 1990, 1999) são fundamentais na compreensão da relação entre estruturas linguísticas (gramática) e modelos cognitivos de percepção, codificação e descrição da realidade⁵.

Uma expressão linguística particular pode assumir um valor relativamente diferente a cada ocasião de uso. Para ilustrar essa situação, veja como a palavra “mesa” refere-se a um domínio diferente em sentenças como: (4) “Ele tem bons modos à mesa” e (5) “O eleitor dirigiu-se à mesa para votar”. Ainda que a base conceptual destes exemplos ative o conceito de um objeto físico, o sentido de ambos perfila em (4) hábitos vinculados a um padrão cultural e em (5) uma situação social específica esquematizada em um modelo sociocultural. A apreensão pelo falante do contexto de uso da expressão e do conhecimento sobre seu enquadre sociocomunicativo se qualifica como parte da conceptualização, ou seja, como um dos domínios cognitivos que podem ser contabilizados como parte do sentido daquela expressão.

⁴ Não existe uma tradução apropriada para *construal* em português. O conceito se refere à capacidade de conceber e retratar a mesma situação objetiva de maneiras alternativas. Uma espécie de cálculo de possibilidades interpretativas.

⁵ Não há uma relação direta entre língua (sua gramática e léxico) e a realidade objetiva. A apreensão da realidade é sempre mediada cognitivamente. Deste modo, a língua acessa ou aciona modelos mentais a partir dos quais compreendemos a realidade.

Portanto, cada expressão linguística – ou na terminologia cognitiva: cada construção (uma unidade simbólica) – impõe uma interpretação (*construal*) particular ao conteúdo que ela evoca. Assim, para descrever uma situação real, o falante deve decidir sobre quais aspectos da situação podem ser incluídos (recobertos) pela expressão intencionada, configurando o escopo e o nível de especificidade da construção. Por exemplo, o adjetivo “alto” pode ser usado para qualificar entidades (concretas e abstratas) que podem ser dispostas em uma escala de dimensão vertical (homem alto, árvore alta; *cobra alta). Seu nível de especificidade é baixo (esquemático) e sua compreensão é contextualmente dependente (“um homem é considerado alto quando mede 1,80 m”).

Uma das dimensões conceptuais de uma construção inclui a imposição de uma perspectiva sobre o sentido. Uma parte da perspectiva refere-se ao ponto de vantagem, ou seja, a adoção de um centro de referência para a descrição de uma situação. No caso das referências espaciais, o ponto de vantagem pode estar centrado no conceptualizador (sujeito) ou no objeto da conceptualização (referente). Uma sentença como (6) “A chaleira está à esquerda do forno” ativa, portanto, duas perspectivas: a chaleira está à esquerda do sujeito falante (ponto de vantagem do conceptualizador); a chaleira está do lado esquerdo do forno (ponto de vista do objeto de referência). A perspectiva pode ainda ser temporalmente relacionada. Uma perspectiva local, que tem por base a experiência perceptual do falante, está geralmente associada ao uso de verbos progressivos ou perfectivos, como em (7) “A água da chuva está apagando a tinta da cerca”. Já a perspectiva global, construída através de tempos verbais simples e imperfectivos, retrata uma situação com maior objetividade, a exemplo de (8) “A água da chuva aumenta o nível dos reservatórios”. Nota-se, portanto, que a dimensão da perspectiva é responsável por garantir que a conceptualização de uma construção linguística selecione índices de maior ou menor objetividade/subjetividade para compor a descrição de uma situação real. Além das características linguísticas das construções empregadas, mecanismos cognitivos de natureza intersubjetiva são postos em ação para o cálculo do sentido adequado à situação comunicativa.

A intersubjetividade é, assim, um processo fundamental na conceptualização da realidade e no manejo de modelos de interpretação do mundo. Sua importância reside no fato de que os sujeitos conceptualizadores exercem sua capacidade de compartilhar significados e experiências com outros indivíduos, negociando uma compreensão comum da realidade, para as finalidades comunicativas em questão. Deste modo, a conceptualização não é um processo individual e isolado, mas socialmente situado. Nossos *construals* são moldados por nossas interações com outros indivíduos, pela cultura em que estamos inseridos e pelas experiências que compartilhamos. Em nossa descrição dos processos intersubjetivos de conceptualização da referência espacial na interação entre crianças com trissomia do 21 e terapeutas, discutiremos, nas próximas seções, como a atencionalidade (Ávila-Nóbrega, 2017; 2023) e atenção conjunta (Tomasello, 2003) se destacam como requisitos interacionais para a construção dos sentidos nos processos intersubjetivos de crianças em fase de aquisição e desenvolvimento da linguagem. Em seguida, exploraremos os mecanismos cognitivos de construção da referência espacial nesses mesmos processos.

2. Processos atencionais na aquisição da linguagem

Como pontua Ávila-Nóbrega (2017; 2023), a atencionalidade diz respeito à partilha de expectativas no processo dialógico. Na atencionalidade, há congruências, acordos, alinhamentos, ancoragens, negociações, simultaneidade de ações, mesclas de gestos e fala/produção vocal. Entendemos que os sinais interativos que dão margem à atencionalidade são as nuances gestuais, as nuances verbo-vocais, os movimentos corporais etc., em torno de objetivos em comum, negociados, partilhados. No processo da atencionalidade, também podem ocorrer incongruências, desacordos, desalinhamentos, falta de simultaneidade de ações, pois estamos lidando com a linguagem e com a (inter)subjetividade. No entanto, embora esses acontecimentos existam no processo, isso não significa que não haja partilha de expectativas.

Nos desacordos e na falta de correspondência de um bebê ou uma criança bem pequena ao chamamento de um adulto, não há falta de partilha. Na linguagem, nem tudo é previsível, ou aleatório. Por exemplo, quando o adulto e o bebê/criança pequena estão brincando com um objeto e o adulto pede para si aquele objeto, se a criança não corresponder entregando nas mãos do adulto o que foi solicitado, isso não quer dizer que o processo dialógico e a atencionalidade não estejam sustentando aqueles sujeitos na cena interativa. A não correspondência imediata do sujeito em construção dá margem para o realinhamento dialógico.

Diferentemente do que se preconiza sobre a atenção conjunta como um processo atencional coordenado entre parceiros sociais (agentes intencionais) para compartilhar interesse em entidades, objetos ou eventos, que tem seu início por volta dos 9 meses e se desenvolve, gradualmente, até os 18 meses de idade (Eilan, 2005; Tomasello, 2003), na atencionalidade, nem sempre esses sujeitos têm tanta clareza sobre os objetivos do outro, ou reconhecem o outro como agente intencional a todo instante, ou correspondem um ao outro com alinhamento sempre que solicitados.

Em nossa proposta, a atencionalidade é o processo base tanto para uma cena dialógica considerada modelar, bastante alinhada, quanto para uma cena dialógica em que há, a princípio, o desencontro, desde que esse desencontro faça parte das possibilidades de realinhamento dos sujeitos. Na atencionalidade, a partilha de expectativa pode ser fluida, ou pode sofrer rupturas que dão margem para a reconstrução, a refacção, o recomeço, ou outras ações que se fazem necessárias para a negociação de sentidos. Não podemos afirmar, em nossos dados, que o gesto de apontar de um bebê ou que a direção do seu olhar para a mãe sejam um indício de intencionalidade compartilhada. No entanto, nos questionamos: o olhar silencioso de bebês acompanhando as ações do adulto não pode indicar a partilha de expectativas?

Crianças com distúrbios de linguagem, quando em silêncio, não partilham expectativas? Hoje em dia, a Clínica Fonoaudiológica, por exemplo, tem repensado seus dizeres e saberes a respeito do sujeito com distúrbio, exatamente devido ao fato de as contribuições de pesquisas em aquisição mostrarem que as partilhas de expectativas se dão de diversos modos que não apenas sustentadas pela fala, mas constituindo o que denominamos de envelope multimodal (Ávila-Nóbrega; Cavalcante,

2012a, 2012b, 2015; Ávila-Nóbrega, 2018). Essa categoria conceptual está construída sob a égide da perspectiva multimodal, que compreende a língua(gem) como estruturada em planos semióticos nos quais a produção vocal, a entoação, a voz, a face, o olhar, os gestos manuais e corporais compõem a significação (Cavalcante, 2023, p. 63). No envelope multimodal temos a co-atuação de pelo menos, três planos simultaneamente: a produção vocal, o direcionamento do olhar e a produção gestual. Isso implica dizer que há uma espécie de empacotamento, ou envelopamento, ou, ainda, um encapsulamento de sentido resultante da mescla desses planos. Assim, segundo essa perspectiva, os parceiros interativos não se colocam no mundo da linguagem por meio de uma linha de produção isolada, ou hierárquica, mas por meio de uma negociação sociocognitiva resultante do envelope multimodal (Ávila-Nóbrega; Cavalcante, 2012a, 2012b, 2015; Ávila-Nóbrega, 2018). E seu funcionamento dependerá do funcionamento da atencionalidade presente nas cenas de atenção conjunta que mostram o que chamamos de processos de referência multimodal. Na referência, os objetos de discurso (referentes) são negociados pelos interagentes, no dinamismo da linguagem, por meio do uso congruente dos muitos modos representados pelo envelopamento, ou seja, entendemos que a partilha de referentes do mundo não se dá apenas pelo aspecto verbal da língua (Ávila-Nóbrega, 2022).

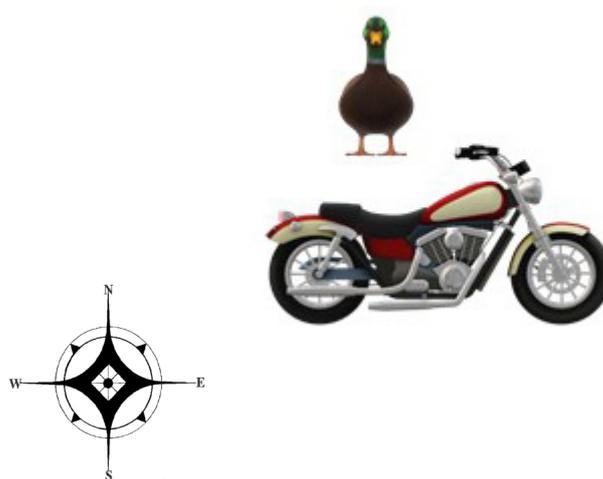
3. A referência espacial

O desenvolvimento do raciocínio espacial e dos mecanismos cognitivos para a (de)codificação da espacialidade envolve habilidades de ordem perceptual, executiva, linguística, bem como sociocultural. Essas habilidades e conhecimentos são parte do processo de conceptualização dos sentidos e usos de termos espaciais na língua e compõem a estrutura informacional da cognição visuo-espacial. Assim, pela percepção, acessamos os sistemas visuais e reconhecemos as propriedades geométricas dos objetos de referência, sua rotação no espaço, a distância entre objetos ou entre conceptualizador e objeto etc. A descrição linguística por sua vez, nos permite codificar as diversas relações espaciais, reconhecer o centro dêitico das relações, conceptualizar espaço em termos proposicionais ou figurativos etc. Nosso aparato conceptual, caracterizado por domínios, modelos e esquemas cognitivos, nos possibilita, por sua vez, relacionar perspectivas e pontos de vantagem, determinando o escopo e nível de especificidade dos sentidos espaciais e, de forma mais ampla, estruturar essas perspectivas em *frames* de referência (Levinson, 1996; 2003; Leite *et al.*, 2021, Leite, 2023) – enquadres ou esquemas espaciais responsáveis por categorizar as relações espaciais de acordo com contingências linguísticas e culturais, segundo as quais os padrões de descrição e as categorias culturais são codificadas pelos usos situados.

Um dos aspectos da compreensão espacial envolve relacionar as informações entre o que o sujeito *vê* (sua percepção visual) e as informações da língua que lhe permitem codificar e descrever a localização ou a relação entre os objetos percebidos. Para decidir como interpretar uma cena espacial, o indivíduo precisa acessar informações já esquematizadas em suas bases conceptuais sobre as

relações codificadas nos termos locativos da sua língua. Esses termos também codificam informações cognitivas como a perspectiva que o sujeito atribui à cena e o ponto de vantagem que ele aplica à relação espacial descrita. Assim, além das decisões perceptuais, conceptuais e linguísticas, o indivíduo também deve decidir quais coordenadas espaciais se aplicam a uma cena em um contexto físico geral. Para isso, ele escaneia o ambiente e delimita a relação entre entidades, orientando-se por um *frame* de referência que pode estar centrado no conceptualizador/observador da cena (relativo); no objeto da descrição (intrínseco) ou nas propriedades do ambiente (absoluto). (Levinson, 1996; 2003; Leite *et al.*, 2021, Leite, 2023; Leite; Feist, 2024; Majid *et al.*, 2004). Por exemplo, para localizar a mesma posição de um objeto em uma cena espacial (figura 1), um falante do português brasileiro pode dizer, entre outras coisas: a) um pato está **atrás** de uma motocicleta; b) um pato está **acima** de uma motocicleta; c) um pato está **à esquerda** de uma motocicleta; d) um pato está **a noroeste** de uma motocicleta. A codificação e interpretação de (a) e (b) estão ancoradas no ponto de vantagem do EGO, representando, portanto, Frames **relativos** de referência espacial. O raciocínio empregado para compreender (c) exige que consideremos o ponto de vantagem do Fundo (motocicleta) e apliquemos uma rotação mental para localizar a Figura (pato). Esse raciocínio exige que empreguemos o Frame **intrínseco**. A codificação presente em (d) não é recorrente no português, pois os termos locativos absolutos são utilizados para relacionar objetos de grande escala, o que não é o caso da figura 1. No entanto, para efeitos de ilustração, o Frame **absoluto** de referência espacial é empregado em contextos nos quais as coordenadas espaciais exigem o escaneamento do ambiente e a consideração de seus pontos fixos (relevo, cartografia etc.).

Figura 1: Localização Espacial



Fonte: Leite *et al.* (2023)

O desenvolvimento cognitivo da criança inclui a aquisição de mecanismos de codificação e compreensão espacial, ancorados em esquemas de atenção conjunta. No que diz respeito às relações projetivas de espaço, a distinção “frente-atrás” é adquirida no decorrer dos primeiros deslocamentos espaciais da criança e está associada aos esquemas imagéticos, de base sensorio-motora (Lakoff, 1987; Coste, 1981). A relação “embaixo” e “em cima” também é adquirida precocemente em termos sensorio-motores, como no esquema imagético de verticalidade. Já a relação “esquerda-direita” vai envolver uma construção simbólica mais complexa (Coste, 1981, p. 301) e sua aquisição é mais tardia em relação aos outros referenciais de orientação espacial.

Quanto à estruturação cognitiva da espacialidade em termos de *frames*, Piaget (1928) assevera que os bebês apresentam apenas *frames* egocêntricos (relativos) de referência para registrar suas memórias espaciais mais precoces. Acredolo (1988), entretanto, argumenta que a fase egocêntrica sugerida por Piaget dura apenas os primeiros seis meses de vida. Para o autor, aos 16 meses as crianças adquirem a capacidade de compensar sua própria rotação para descrever relações espaciais. Este aspecto do desenvolvimento infantil pode ser pensado como a aquisição de uma orientação não-egocêntrica, ‘absoluta’ ou ‘geográfica’ do *frame* de referência (Levinson, 2003, p. 29).

Nos estudos descritos por Johnston (1988), as crianças que adquirem o inglês, o italiano, o serbo-croata e o turco não produziram usos relativos de “frente / atrás” até cerca de 05 anos de idade. Em frases como (9) “a bola está na frente da árvore”, a relação espacial descrita refere-se à bola como posicionada em qualquer lado da árvore, independente da posição do observador. Já os usos intrínsecos dos *frames* espaciais aparecem um ano ou mais precocemente do que isso, por exemplo, em sentenças como (10) “[a bola está] na frente do homem”, em que a posição da bola está alinhada ao eixo anterior do homem. Outras diferenças transculturais para as estratégias cognitivas com o raciocínio espacial são descritas em várias línguas (Majid *et al.*, 2004, Haun *et al.*, 2004). Haun e colaboradores, por exemplo, apontam que para relações espaciais de pequena escala entre objetos, crianças europeias de 4 anos de idade empregaram mais facilmente um *layout* ambiental (absoluto) do que o egocêntrico.

3.1. Trissomia do 21 e espacialidade

A trissomia do 21 é uma condição genética que afeta o desenvolvimento físico e cognitivo de uma pessoa. Entre as diversas áreas que podem ser impactadas, a conceptualização da referência espacial se destaca como um desafio particular para crianças com essa condição.

Entre as dificuldades mais frequentes relatadas em crianças com trissomia do 21 estão os desafios visuo-espaciais, os déficits na memória de trabalho e os problemas específicos de linguagem. Os déficits visuo-espaciais incluem dificuldades em processar informações visuais e espaciais, como a percepção de profundidade e a discriminação entre figura e fundo; o atraso na aquisição de habilidades visuo-espaciais, como a coordenação mão-olho e a orientação espacial; uma maior propensão a erros de lateralidade e dificuldades em tarefas que exigem planejamento espacial, como desenhar ou

montar quebra-cabeças. Já os *deficits* na memória de trabalho compreendem limitações na capacidade de armazenar e manipular informações, o que pode dificultar a compreensão de conceitos espaciais complexos; dificuldades em seguir instruções multipasso ou lembrar de sequências espaciais; assim como maior necessidade de pistas visuais e instruções concretas para construir conceitos espaciais.

A linguagem desempenha um papel crucial na representação mental do espaço. Ao adquirirem termos como “dentro”, “fora”, “em cima”, “embaixo”, “perto” e “longe”, as crianças expandem seu vocabulário espacial e aprimoram sua capacidade de interagir e compreender o mundo ao seu redor. As crianças com trissomia do 21 apresentam dificuldades em compreender e usar termos espaciais, como “em cima”, “embaixo”, “frente” e “atrás”, o que pode limitar a capacidade de expressar-se sobre o ambiente; assim podem ter maior necessidade de apoio para a construção e uso do vocabulário espacial nas interações.

Compreender como esse processo ocorre em crianças com desenvolvimento neuroatípico e como os processos atencionais colaboram para a conceptualização intersubjetiva da referência espacial é uma das tarefas deste artigo. A seguir, apresentamos a metodologia proposta, seguida da análise de um recorte de dados.

4. Metodologia

Os contextos situacionais analisados para este trabalho são de momentos de atendimentos ocorridos na Clínica Escola de Fonoaudiologia da Universidade Federal da Paraíba, *campus* I, em João Pessoa, com a qual mantemos cooperação. A criança dos nossos dados frequentou os atendimentos semanalmente, como parte do projeto institucional “Letramento em Pauta: Intervenção Fonoaudiológica em sujeitos com Síndrome de Down”, no período de 2014 a 2016. A criança tem diagnóstico de Trissomia 21 do tipo translocação, ou seja, os desvios cromossômicos que a acometem atingem os cromossomos 21 e 14.

Nossa pesquisa é de cunho longitudinal. Os dados coletados são armazenados em mídia DVD ou *Google Drive* e fazem parte do acervo do Laboratório de Aquisição da Fala e da Escrita (LAFE) com o qual também temos cooperação científica. Nosso acervo conta com seis (06) cenas da criança com as terapeutas. Faremos a análise de duas cenas gravadas. Cada cena de atendimento tem uma média de duração de 30 minutos. Destacamos o fato de a transcrição dos diálogos ser do tipo ortográfica que se aproxima da pronúncia dos sujeitos.

Por questões éticas, utilizamos a sigla CB para nos referirmos à criança com T21. CB é do sexo masculino e estava com 06 anos à época da coleta. Além disso, utilizaremos as siglas P1 e P2, para nos referirmos às estagiárias de fonoaudiologia, nos momentos do engajamento. Os dados apresentados na pesquisa foram aprovados pelo Comitê de Ética na Pesquisa, da UFPB, sob o processo 46076215.8.0000.5188.

A criança selecionada para essa análise foi atendida na Clínica Escola de Fonoaudiologia da UFPB, junto com outros dois irmãos, filhos da mesma mãe, todos portadores de T21, conforme

documentos de matrícula das crianças no local. Sendo assim, foi realizada uma entrevista com a mãe dos sujeitos para entendermos a causa da síndrome nos três filhos, a qual ficou identificada como desvio genético da translocação nos cromossomos 14 e 21.

Quadro 1: Datas das Gravações e Coletas de Dados

DADOS DA CRIANÇA CB	
Nascimento: 09 de maio de 2008	
Gravações	
07-11-2014 (06 anos, 04 meses e 28 dias)	
14-11-2014 (06 anos, 05 meses e 05 dias)	
06-03-2015 (06 anos, 07 meses e 28 dias)	
10-04-2015 (06 anos, 08 meses e 01 dia) – vídeo em conjunto com CC	
06-11-2015 (07 anos, 04 meses e 27 dias)	

Fonte: Elaboração dos autores

Quadro 2: Informações sobre as Terapeutas

DADOS DAS TERAPEUTAS	
Idade à época das gravações	P1: 23 anos P2: 20 anos
Formação Acadêmica	P1: Graduação em Fonoaudiologia P2: Graduação em Fonoaudiologia

Fonte: Elaboração dos autores

5. Análises

O processo de referenciação ocorre quando há a compreensão de um agente atencional (re) elaborando os objetos de discurso que construirão os sentidos para que se alcance um objetivo. Exemplos disso ocorrem nas cenas em que as terapeutas introduzem brinquedos, cartazes, figuras, músicas, telefone celular etc., com o objetivo de solicitar à criança com T21 que se alinhe às expectativas interacionais, no momento do atendimento clínico. Na direção do que postula Hanks (2008, p. 205), “estudar a língua como prática é atender-se para como pessoas reais (indivíduos e grupos) se engajam na fala, na escrita e em outros meios”. Apresentamos a seguir as cenas com os contextos situacionais e os trechos para análise.

CB: 06 anos, 07 meses e 28 dias (06.03.15)

Contexto: P1 e P2 estão sentadas à mesa com CB. P1 está sentada ao lado esquerdo de CB. P2, sentada diante de CB, mostra figuras que indicam sentidos opostos (em cima, embaixo, quente, frio, limpo, sujo etc.). Ambas as profissionais fazem gestos e sons vocais para ilustrar as figuras apresentadas.

Figura 2: Interação criança - terapeutas



Fonte: Ávila-Nóbrega (2017)

Recorte 1 - CB

- | | |
|----|--|
| 1 | P2: Olha, CB. Olha, CB. Vou mostrar as duas imagens pra você, viu? (Olhando para |
| 2 | CB e mostrando duas figuras diferentes com as mãos levantadas em frente à criança) |
| 3 | P2: Primeiro, o gatinho tá em cima da mesa. Ele tá em cima. Onde é em cima? (coloca |
| 4 | com a mão direita a figura sobre o cartaz que está na mesa e permanece com a mão |
| 5 | esquerda levantada com a outra figura). |
| 6 | P1: (bate repetidas vezes com a mão esquerda sobre a mesa olhando para CB). |
| 7 | P2: (bate repetidas vezes com a mão direita sobre a mesa olhando para CB). |
| 8 | CB: (acompanha com o olhar os movimentos de P2. Em seguida, bate à mesa com a |
| 9 | mão direita repetindo o gesto de P1 e de P2 e continua olhando para P2). |
| 10 | P1: e embaixo? (inclina o corpo em direção à parte inferior da mesa). |
| 11 | P2: aí depois ele tá embaixo. Onde é embaixo? Ó! (coloca a figura com a mão direita |
| 12 | sobre o cartaz olhando para CB e leva o outro braço para a parte inferior da mesa). |
| 13 | P2: Ele tá embaixo da mesa, debaixo. Aqui, ó, embaixo. (Aponta a figura com dedo |
| 14 | indicador esquerdo olhando para a figura e depois coloca a mão esquerda novamente |
| 15 | na parte inferior da mesa). |
| 16 | CB: (coloca o braço direito na parte inferior da mesa e alterna o olhar entre o local e |
| 17 | P2). |
| 18 | P1: (movimenta o corpo acompanhando as ações de CB). |

Fonte: Ávila-Nóbrega (2017)

Vejamus que, nesta primeira parte do diálogo, há uma estratégia enfática de retomada dos termos “em cima”, “embaixo”, tanto por parte de P2, como pelas ações de P1. É importante destacarmos que essas estratégias não dizem respeito apenas ao aspecto verbal da linguagem. O direcionamento do olhar das terapeutas, a produção vocal e os movimentos corporais que elas fazem colaboram para que CB se engaje na interação fazendo a correspondência do sentido dos termos “em cima/embaixo”.

Por sua vez, CB, direcionando o olhar para P2, bate à mesa repetidas vezes, como uma forma de imitação gestual para corroborar onde está localizada a parte superior de algum lugar. Em seguida, inclina o corpo para a parte inferior da mesa, como uma estratégia para mostrar onde se localiza a parte de baixo. Os usos de linguagem que as terapeutas fizeram ativaram processos cognitivos de CB, por meio da repetição de termos e movimentos corpóreos.

A atividade de conceptualização da referência espacial, neste recorte 1, é claramente dependente de outras semioses além da verbal, caracterizando o sentido dos termos espaciais como construídos à base de informações não apenas fonológicas e lexicais, mas igualmente contextuais e pragmáticas.

A negociação do sentido dos termos espaciais “em cima” (linha 3) e “embaixo” (linhas 10, 11 e 13), presente nas construções: a) *o gatinho tá em cima da mesa*; b) *Ele tá em cima da mesa*; c) *Onde é em cima?*; d) *e embaixo?*; e) *depois ele tá embaixo*; f) *Onde é embaixo?* parte da aplicação de uma perspectiva sobre o objeto de referência (a representação pictórica do gatinho), segundo a qual o ponto de vantagem de P2 é introduzido com a expectativa de que CB reconheça e se alinhe a esse ponto de vantagem. P1 e P2 ratificam seu ponto de vantagem através de gestos e batidas na mesa com a finalidade de angariar a atenção conjunta de CB, que demonstra aceitar a referência espacial de “em cima” através da repetição da ação de bater na mesa; e a referência espacial de “embaixo” por meio de gestos e movimentos corporais. Pode-se assumir que o sentido para estes termos espaciais foi compreendido pela criança. No entanto, algumas nuances do processo conceptual podem favorecer perspectivas distintas para esse sentido, as quais só podem ser ratificadas no fluxo interativo.

Primeiramente, há duas referências espaciais em questão: uma relacionada à representação da localização do gato na figura mostrada à criança. Chamaremos esse domínio de espaço fictivo. As descrições iniciais de P1 (linha 1) e P2 (linha 11) dirigem-se à localização fictiva de uma Figura (imagem do gatinho) em relação a um Fundo (imagem da mesa). No entanto, a pergunta final da linha 1 (onde é em cima?) e da linha 11 (onde é embaixo?) abrem uma atividade conceptual (chamaremos de espaço da realidade) direcionada ao ambiente interacional entre a criança e as terapeutas. Nesse processo, a conceptualização espacial produz uma mescla em que o Fundo do espaço fictivo (imagem da mesa) se atualiza no espaço real, corroborado pela gestualidade e ações de P1 e P2 apontando e batendo na mesa real.

Em segundo lugar, quando CB bate também na mesa para mostrar que compreendeu o locativo “em cima” ele está se referindo a qual espaço (fictivo ou real)? O sentido para esse locativo somente será sancionado no decorrer do fluxo interativo. O que importa, na verdade, é que a referência espacial foi conceptualizada de modo a atender as necessidades comunicativas da cena em questão. “Em cima”

e “embaixo” como locativos ou como referências espaciais não possuem uma referência objetiva, pois se trata de um processo relacional atemporal entre duas entidades, um trajetor e um marco (Langacker, 1999) de tal modo que a mesma cena objetiva pode ser descrita a partir de conceptualizações distintas, como em (11-a) “O gato está em cima da toalha” e (11-b) “A toalha está embaixo do gato”.

Recorte 2 – CB

1	P1: Cadê? Cadê? Pega pra mim o gatinho, a figura que o gatinho tá em cima da mesa.
2	Em cima. (Olha para CB, arqueia as sobrancelhas, levanta o dedo indicador esquerdo
3	e depois aponta em direção às figuras na mesa).
4	CB: (alterna o olhar entre P1 e as figuras e depois aponta com o dedo indicador direito
5	para uma das figuras).
6	P1: Não! Que o gatinho tá em cima. (faz o movimento de negação com a cabeça e
7	alterna o olhar entre CB e as figuras).
8	CB: (alterna o olhar entre P1 e as figuras e em seguida aponta para a segunda figura).
9	P1: É, é essa. Ó! O gatinho tá em cima da mesa, tá vendo? (sorri, faz movimento com
10	a cabeça em sinal positivo, retira a figura de cima da mesa e mostra a CB).

Fonte: Ávila-Nóbrega (2017)

As estratégias usadas nesta parte da cena mostram a relação de reiteração emergindo, quando as terapeutas indagam CB a respeito da figura que mostra o animal sobre a mesa. A criança, por sua vez, mesmo não apontando para a gravura adequada, corresponde ao jogo interativo negociando as estratégias com o apontar com o dedo indicador direito e com o olhar.

Com o auxílio da multimodalidade que P1 usa, ao balançar a cabeça em sentido negativo, ao produzir vocalmente as sentenças negativas e ao alternar o olhar entre a criança e a figura, CB se reorganiza e corresponde aos objetivos de sua interactante apontando para a figura correta.

Notemos que, mais uma vez, as estratégias de referenciação não são usadas apenas com o aspecto verbal, mas com o direcionamento do olhar, com os movimentos corporais, com a entoação em *falsetto*, com os gestos e expressões faciais para orientar o sentido das palavras.

Mencionamos anteriormente que os sentidos são sancionados no fluxo interativo e que a conceptualização da referência espacial iniciada no recorte 1, poderia ser perfilada a partir de um domínio (ou espaço mental) fictivo ou a partir de um domínio da realidade. Na compreensão da criança sobre a referência de “em cima” e “embaixo” reconhecemos que o processo intersubjetivo de negociação de sentidos entre CB e P1/P2 aponta para um domínio mesclado em que a Figura do domínio fictivo (a representação do gatinho) é localizada em relação ao Fundo do domínio da realidade (a mesa concreta do ambiente de interação).

Vejam como esse processo é ratificado no recorte 2. Na linha 1, o comando de P1 “Pega pra mim o gatinho, a figura que o gatinho tá em cima da mesa” gera ambiguidades de sentido, às vezes

desfeitas, às vezes mantidas, que produzem um desalinhamento atencional entre criança e terapeutas. No início do trecho (“pega pra mim o gatinho...”) há um reparo imediato de P1 que corrige sua fala para “...a figura que o gatinho...” retomando, assim, o enquadre comunicativo a partir do qual o processo conceptual se realiza em um domínio de fictividade. Assim, a terapeuta impõe sobre a localização da Figura uma perspectiva associada ao seu ponto de vantagem que espera ser mantida pela criança, ou seja, o sentido em questão é “a figura [em] que o gatinho tá em cima da mesa” – o domínio fictivo da referência espacial. No entanto, sua gestualidade, apontando para a mesa em que as figuras se encontram, reforça a necessidade de desambiguação da referência, interpretada como “a figura do gatinho que está em cima da mesa”. Esta parece ser a interpretação de CB (linha 4 e 5), que aponta para uma das figuras colocadas sobre a mesa. No domínio da realidade, de fato, ambas as figuras estão em cima da mesa, o que torna a compreensão de CB algo plausível. No entanto, esta interpretação não se alinha à expectativa de P1 (linha 6) que dirige à atenção de CB à imagem em que, fictivamente, a Figura (gatinho) está em uma posição superior ao Fundo (mesa). Esse reparo não desfaz por si só a ambiguidade que se mantém na linha 6 “Que o gatinho tá em cima”.

O processo de construção conceptual da referência espacial na cena analisada demonstra, portanto, a importância da consideração de questões de interação, atenção e intersubjetividade para a explicação de como os mecanismos cognitivos são mobilizados para descrever as versões da realidade codificadas em categorias linguísticas. Alguns desses mecanismos podem apresentar funcionamento diferente em sujeitos neuroatípicos. Daí a importância da pesquisa linguístico-cognitiva com participantes de variadas idades, níveis de desenvolvimento e escalas de comprometimentos cognitivos.

Considerações finais

Investigar a espacialidade sob o prisma das interações com a criança neuroatípica revela que o processo apresenta tanta complexidade quanto em interações com uma criança neurotípica. Os processos sociocognitivos que envolvem a espacialidade nos colocam nesta complexidade própria da linguagem e das singularidades dos interactantes envolvidos, como no caso da criança com T21, redimensionando os processos de atencionalidade e as configurações dos envelopes multimodais na referenciação espacial mobilizados ao longo dos recortes mostrados, de modo a dar destaque à variedade de planos semióticos co-atuantes, em contextos de negociação de sentidos, como pudemos observar nas análises apresentadas.

A referenciação discursiva e conceptualização cognitiva se complementam como um quadro explicativo para a referência. De um lado, não se pode desconsiderar os processos socioculturais e as contingências comunicativas quando analisamos os usos linguísticos em contextos de alta variabilidade subjetiva. Por outro, a Linguística deve asseverar que os mecanismos analíticos dos fenômenos cognitivos garantam que essa variabilidade seja considerada, pois a língua é uma rede complexa de semioses que vai além do código. A conceptualização, nesse sentido, busca nessa rede

as bases conceituais para a estrutura linguística. No entanto, muito ainda há a avançar no que diz respeito a considerar a interação entre falantes e a intersubjetividade como um domínio cognitivo privilegiado nesse processo. Este artigo procurou relacionar linguagem e cognição às questões de multimodalidade, atencionalidade e intersubjetividade presentes na pesquisa linguística de natureza interacional. Esperamos que esse percurso se torne cada vez mais produtivo no campo da Linguística Cognitiva.

Referências

- ACREDOLO, Linda. Infant mobility and spatial development. In: J. Stiles-Davis, M. Kritchewsky and U. Bellugi (ed.) *Spatial cognition: Brain bases and development*, Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum, 1988, pp. 157-166.
- AURELIANO, Thalita Maria. *Conceptualização de advérbios locativos e verbos de movimento no português brasileiro*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Linguística. UFPB: João, Pessoa, 133 fls., 2023.
- ÁVILA-NÓBREGA, Paulo Vinícius; CAVALCANTE, Marianne Carvalho Bezerra. Aquisição de linguagem em contextos de atenção conjunta: o envelope multimodal em foco. *Revista Signótica*. v. 24, n. 2, pp. 469-491, jul./dez. 2012a.
- ÁVILA-NÓBREGA, Paulo Vinícius; CAVALCANTE, Marianne Carvalho Bezerra. Aquisição de linguagem e dialogia mãe-bebê: o envelope multimodal em foco em contexto de atenção conjunta. *Revista Investigações*, v. 25, n. 2, pp. 157-183, jul. 2012b.
- ÁVILA-NÓBREGA, Paulo Vinícius; CAVALCANTE, Marianne Carvalho Bezerra. O envelope multimodal em aquisição de linguagem: momento do surgimento e pontos de mudanças. In: CAVALCANTE, Marianne Carvalho Bezerra; FARIA, Evangelina Maria Brito de (org.). *Cenas em aquisição da linguagem: multimodalidade, atenção conjunta e subjetividade*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015. pp. 11-44.
- ÁVILA-NÓBREGA, Paulo Vinícius. *O sistema de referência multimodal de crianças com Síndrome de Down em engajamento conjunto*. 2017. 206f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, novembro de 2017.
- ÁVILA-NÓBREGA, Paulo Vinícius. *O estudo do envelope multimodal como uma contribuição para a Aquisição da Linguagem*. Curitiba: Editora Appris, 2018.
- ÁVILA-NÓBREGA, Paulo Vinícius. A perspectiva do sistema de referência multimodal para a interação na Síndrome de Down. *Estudos Linguísticos* (São Paulo. 1978), v. 51, n. 3, pp. 1153-1172, dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.21165/el.v51i3.3305>.
- ÁVILA-NÓBREGA, Paulo Vinícius. Reflexões sobre intencionalidade e atencionalidade como uma contribuição para a aquisição da linguagem. In: DIEDRICH, Marlete Sandra; OLIVEIRA, Giovane Fernandes; DEL RÉ, Alessandra (org.). *Língua, Discurso e suas Relações na Aquisição da Linguagem*. São Paulo: Pedro & João Editores, 2023.

CAVALCANTE, Marianne Carvalho Bezerra. Pistas multimodais nas interações com bebês. In: VIEIRA, Alessandra; DEL RÉ, Alessandra; HILÁRIO, Rosângela Nogarini. (org.) *E por falar em linguagem da Criança...* Porto Alegre, RS: Zouk, 2023. pp. 59-70.

CAVALCANTE, Mônica Magalhães; SANTOS, Leonor Werneck dos. Referenciação e marcas de conhecimento partilhado. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, SC, v. 12, n. 3, set./dez. 2012. pp. 657-681.

COSTE, Jean Claude. *A Psicomotricidade*. Tradução: De Álvaro Cabral, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 2. ed., 1981.

EILAN, Naomi. *et al. Joint Attention: communication and other minds*. Oxford: OUP, 2005.

FREGE, Gottlob. Sobre o Sentido e a Referência. In: *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1978. pp. 61-86.

HAUN, Daniel B. M. *et al. Cognitive Cladistics and Cultural Override in Hominid Spatial Cognition. Proceedings of The National Academy of Sciences*. v. 103, n. 46, pp. 17568-17573, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1073/pnas.0607999103>.

JOHNSTON, James. R. Children's Verbal Representation of Spatial Location. In: Stiles-Davies, J. *et al.*, (ed) *Spatial Cognition*, Erlbaum Language Sciences, v. 33, n. 6, pp. 195-206, 1988.

KOCH, Ingedore Villaça; MARCUSCHI, Luiz Antônio. Processos de referenciação na produção discursiva. *D.E.L.T.A.*, v. 14, pp. 169-190, 1998. (número especial).

KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina (org.). *Referenciação e Discurso*. São Paulo: Contexto, 2005. pp. 8-10.

LAKOFF, George. *Women, Fire, and Dangerous Things*. Chicago: University of Chicago, 1987.

LANGACKER, Ronald W. *Foundations of cognitive grammar*, vol. 1, Stanford, CA: Stanford University Press, 1987.

LANGACKER, Ronald W. Concept, Image, and Symbol. The Cognitive Basis of Grammar, *Cognitive Linguistics Research*. Berlin - New York, Mouton de Gruyter, 1990.

LANGACKER, Ronald W. *Grammar and Conceptualization*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1999.

LEITE, Jan Edson Rodrigues. Framing Space: Alzheimer's Disease and Object Location in Brazilian Portuguese. In M. Goldwater, F. K. Anggoro, B. K. Hayes, & D. C. Ong (ed.), *Proceedings of the 45th Annual Conference of the Cognitive Science Society*, 2023. Retrieved from: <https://escholarship.org/uc/item/3xr0c89v>

LEITE, Jan Edson Rodrigues; FEIST, Michele I.; TOSCANO, Mária Nunes. Comprehension of spatial reference and cognitive impairment due to Alzheimer's Disease. *Cadernos de Linguística*, [S. l.], v. 2, n. 4, p. e483, 2021. <https://doi.org/10.25189/2675-4916.2021.v2.n4.id483>. Disponível em: <https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/article/view/483>. Acesso em: 19 mar. 2024.

LEITE, Jan Edson Rodrigues; FEIST, Michele I. *Um enfoque cognitivo sobre as descrições espaciais no português brasileiro* (no prelo), 2024.

LEITE, Jan Edson Rodrigues; COSTA, Samara H. J; SILVA, Maria Beatriz L. M. *Processamento Linguístico Visual da Espacialidade no Português Brasileiro*. XXXI Encontro de Iniciação Científica da UFPB, João Pessoa, 2023.

LEVINSON. Stephen C. Space in Language and Cognition: Explorations 37. *In: Cognitive Diversity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

LEVINSON. Stephen C. Language and space. *Annual Review of Anthropology*. 25, pp. 353-382, 1996.

MAJID, Asifa; et al. Can language restructure cognition? The case for space. *TRENDS in Cognitive Sciences*, v. 8, n. 3, pp. 108-114, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.tics.2004.01.003>.

MARCUSCHI, Luiz Antônio; KOCH, Ingedore Villaça. Estratégias de referenciação e progressão referencial na língua falada. *In: ABAURRE, Maria Bernadete; RODRIGUES, Ângela Cecília Souza (org.). Gramática do português falado: novos estudos descritivos*. Campinas: Editora da UNICAMP/FAPESP, 2002. v. 8, pp. 31-56.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Atividades de referenciação, inferenciação e categorização na produção de sentido. *In: H.P.M. FELTES (org.), Produção de sentido: estudos transdisciplinares*. São Paulo: Annablume; Porto Alegre: Nova Prova; Caxias do Sul: Educs, 2003.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Anáfora Indireta: o barco textual e suas âncoras. *In: KOCH, Ingedore Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina (org.). Referenciação e Discurso*. São Paulo: Contexto, 2005. pp. 53-101.

MONDADA, Lorenza; DUBOIS, Daniele. Construção de objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. *In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães. et al. (org.). Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003. pp. 17-52.

MONDADA, Lorenza. Pour une approche conversationnelle des objets de discours. *In: Anais do II Congresso Internacional da ABRALIN*. Fortaleza: UFC/ABRALIN. 2001

PIAGET, Jean. *Judgment and Reasoning in the Child*. Ruttledge & Kegan Paul: London, 1928.

SALOMÃO, Maria Margarida. Gramática e interação: o enquadre programático da hipótese sociocognitiva sobre a linguagem. *Veredas*. Juiz de Fora, v.1, n. 1. jul./dez. 1997. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/nova-digitaliza%C3%A7%C3%A3o-artigo-Salom%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2022, às 04:32min.

SALOMÃO, Maria Margarida. A questão da construção do sentido e a revisão da agenda dos estudos da linguagem. *Veredas*, UFJF, vol. 3, n. 1. 1999. pp. 61-79.

TOMASELLO, Michael. *Origens culturais do conhecimento humano*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

A CONSTRUÇÃO DA INTERSUBJETIVIDADE NAS SOLICITAÇÕES DE PRIMEIRAS HISTÓRIAS NA MEDIAÇÃO JUDICIAL ONLINE: UM ESTUDO DE FALA-EM-INTERAÇÃO

THE CONSTRUCTION OF INTERSUBJECTIVITY IN FIRST-STORY REQUESTS OF ONLINE JUDICIAL MEDIATION: A STUDY OF TALK-IN-INTERACTION

Paulo Cortes Gago¹

Daniel Souza Cruz²

RESUMO

Estuda-se aqui a mediação como método adequado para solução consensual de conflitos, em que um mediador desempenha a função precípua de tentar restabelecer o diálogo entre as partes em conflito, para que elas possam, por si só, chegar a um acordo. Um elemento central para a construção da agenda de trabalho na mediação é a compreensão das posições e interesses das partes envolvidas no conflito, feito na etapa de reunião de informações, quando os medindos contam as histórias que os levaram à mediação, a partir de solicitação explícita do mediador. Considerando-se a intersubjetividade residir na sustentação de uma atividade em conjunto através de sequências organizadas de fala-em-interação, esta pesquisa objetiva compreender a solicitação de primeiras histórias, a partir de dados reais de mediação judicial *online*, utilizando a Análise da Conversa como ferramenta teórico-metodológica. A análise mostrou como a intersubjetividade é construída, em três momentos subsequentes de duas trajetórias distintas de solicitação, em que se destacam estratégias de negociação para a seleção do primeiro narrador, de projeção de expectativas de relevância nas narrativas e de reformulações de cerne sem transformações para a construção mútua de compreensão. Discutem-se questões aplicadas da pesquisa para a mediação.

PALAVRAS-CHAVE: Mediação judicial *online*. Solicitação de histórias. Intersubjetividade. Análise da conversa.

ABSTRACT

Mediation is studied here as a suitable method for consensual conflict resolution, in which a mediator performs the main function of trying to reestablish dialogue between the parties in conflict, so that they can, on their own, reach an agreement. A central element for the construction of the mediation work agenda is the understanding of the positions and interests of the parties involved in the conflict, carried out in the information gathering stage, when the mediators tell the stories that led them to mediation, based on an explicit request of the mediator. Considering intersubjectivity residing in the support of a joint activity through organized sequences of talk-in-interaction, this research aims to understand the request for stories, based on real data from online judicial mediation, using Conversation Analysis as a tool theoretical-methodological. The analysis showed how intersubjectivity is co-constructed, in three subsequent moments of two distinct request trajectories,

¹ Doutor em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio. Professor Titular pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pcgago@letras.ufrj.br, <https://orcid.org/0000-0003-4419-1219>. Pesquisa apoiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq - 317339/2021-4)

² Graduando em Letras Português-Inglês pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), danielsouzacruz@letras.ufrj.br, <https://orcid.org/0009-0003-6194-0426>. Bolsista de iniciação científica (CNPq). Pesquisa apoiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq - processo 154504/2023-8).

highlighting negotiation strategies for the selection of the first narrator, projection of expectations of relevance in the narratives and gist reformulations without transformations for the mutual construction of understanding. Applied research issues for mediation are discussed.

KEYWORDS: Online judicial mediation, Story requests. Intersubjectivity. Conversation analysis.

1. Introdução

O relatório Justiça em Números de 2023, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ, ano base 2022) mostra dados alarmantes: 31,5 milhões de novos processos ingressaram no sistema judiciário brasileiro, 10% a mais que no ano anterior, em recorde histórico dos últimos 14 anos. Um processo judicial em uma vara estadual de 1º grau, na fase de conhecimento, leva cerca de cinco anos, e na de execução, seis anos. O trâmite das ações judiciais apresenta congestionamento da ordem de 72,9%. O acervo total de processos em tramitação remonta a 84 milhões. Tal quadro mostra claramente a sobrecarga e morosidade processual da justiça brasileira, o que tem levado à formação da opinião pública, largamente difundida na mídia, de ineficiência da justiça e à necessidade de formas complementares de solução de conflitos.

É nesse contexto que surge a Resolução nº 125 de 2010 do CNJ, implementando os métodos adequados para solução de conflitos (MASCs), como a negociação, arbitragem, mediação e conciliação (Pantoja; Almeida, 2016), como uma questão de política judiciária nacional para o tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário, em prol da disseminação da cultura de pacificação social, prometendo maior rapidez e flexibilidade na resolução dos conflitos.

Estuda-se aqui a mediação, definida como “atividade técnica exercida por terceiro imparcial sem poder decisório, que, escolhido ou aceito pelas partes, as auxilia e estimula a identificar ou desenvolver soluções consensuais para a controvérsia” (Brasil, 2015, Art. 1). A mediação judicial tem como principal característica tratar de um conflito já judicializado, em que “as vozes das partes foram silenciadas e transformadas em pedidos jurídicos pelo representante legal de uma das partes” (Goulart, 2018, p. 68), situação que imprime a esse tipo de conflito, de certa forma, um grau maior de dificuldade no seu tratamento. A modalidade *online* da mediação judicial, introduzida no âmbito judiciário no contexto pandêmico de 2019, acontece, em princípio, nos mesmos moldes da presencial, diferindo-se pela sessão que ocorre em ambiente virtual, remoto, através de câmeras de computadores ou de aparelhos celulares. Ela vem, desde então, sendo praticada em paralelo às mediações presenciais, e tem ganhado bastante visibilidade como ferramenta promissora e eficaz na resolução de conflitos, entretanto é uma modalidade ainda pouco explorada na literatura.

A principal tarefa do mediador consiste em restaurar o diálogo entre as partes em conflito, para que elas possam, por si mesmas, chegar a uma autocomposição satisfatória para ambas. Um elemento central para a construção da agenda de trabalho na mediação, e do diálogo cooperativo, é a compreensão das posições e interesses das partes envolvidas no conflito. Isso é feito na etapa de reunião de informações (Azevedo, 2016), quando os mediandos contam as histórias que os levaram à mediação, a partir de solicitação explícita do mediador. Garcia (2019) mostra que há algumas formas

de se solicitar a história, com possíveis impactos para a mediação e, portanto, para a solução a ser implementada.

Compreendendo-se a intersubjetividade como criação e coordenação de um foco de atenção conjunta em torno de uma ação que se desenrola ao longo de turnos de fala (Sidnell, 2015), esta pesquisa tem como objetivo geral demonstrar como a intersubjetividade é construída entre os participantes durante o momento de solicitações de histórias da mediação judicial *online*. Como objetivos específicos, a pesquisa propõe-se a investigar: 1) como os mediadores fazem as solicitações das primeiras histórias? 2) como os mediadores recebem as histórias contadas pelos mediados? 3) quais práticas são realizadas pelos mediadores durante esse momento da mediação? 4) como a investigação com dados reais de fala-em-interação sobre esse tema pode contribuir, de forma aplicada, para a formação continuada de mediadores? Para responder a essas perguntas, usa-se aqui a ferramenta teórico-metodológica da Análise da Conversa, com análise de dois casos reais de mediação judicial *online* do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

2. Definindo a mediação judicial *online*

Ao longo da história, a mediação já foi considerada um método alternativo (ao sistema judiciário tradicional) de solução de conflitos, mas, hodiernamente, prefere-se a terminologia de Métodos Adequados para Solução de Conflitos (MASCs), junto com outros métodos, como a negociação, arbitragem e conciliação, a partir da visão de que cada tipo de conflito terá um método de solução mais adequado. Além disso, trata-se de relações de complementaridade entre os métodos, e não de exclusão. De toda forma, o termo MASC “designa os procedimentos em que não há a intervenção do juiz para impor às partes uma decisão, e que são pautados, em síntese, pela celeridade, informalidade, economia e pela busca de soluções criativas” (Pantoja; Almeida, 2016, p. 58).

Na mediação, centralmente, o mediador é um terceiro imparcial que não pode impor decisões às partes (como na arbitragem), nem fazer sugestões de solução. Seu papel limita-se a auxiliá-las a chegarem, elas próprias, a um acordo, que seja interessante para os dois lados, por isso a mediação é considerada um método autocompositivo. Segundo o Novo Código de Processo Civil (NCPC), artigo 165, § 3º, a mediação é indicada “preferencialmente nos casos em que houver vínculo anterior entre as partes”, ou seja, em relações continuadas. Nos casos de mediação judicial, principalmente naqueles em que há filhos envolvidos, as partes manterão vínculo forçosamente após o final do conflito. O principal objetivo da mediação é trabalhar o conflito que envolve as partes de maneira a restaurar o diálogo entre elas, no qual um acordo é desejável, mas não necessariamente precisa ocorrer (Ron-REN Júnior, 2022)³.

Quanto à modalidade de mediação *judicial*, Goulart (2018, p. 68) afirma ser uma “categoria *sui generis* de mediação”, pois carece de uma definição específica, seja na Lei da Mediação, ou no NCPC, entretanto, segundo a autora, uma mediação judicial pressupõe haver um conflito judicializado, mas

³ Consultar este autor ou Almeida, Pelajo e Jonathan (2016) para uma revisão de modelos de MASCs.

que não será resolvido pelo juiz, e sim por um mediador. Uma mediação judicial implica, portanto, a existência de um processo judicial em curso, que é interrompido pelo juiz, geralmente em sua fase inicial, logo após o recebimento da petição inicial, quando as partes são, então, convidadas para a mediação.

Goulart reflete que a mediação judicial “exige do mediador judicial a habilidade de facilitar a comunicação entre os envolvidos para que aumentem a disposição de negociar”, uma vez que “as vozes das partes foram silenciadas e transformadas em pedidos jurídicos pelo representante legal de uma das partes (em razão do endereçamento do conflito ao Judiciário)” (2018, p. 68). No Brasil, a realização do procedimento de mediação judicial não é obrigatória, como, por exemplo, na Argentina (Ron-Ren Júnior, 2022, p. 36), mas é indicada no Artigo 334, do NCPC, entretanto as partes podem recusar-se a participarem, e, nesse caso, o processo judicial segue o rito normal. Caso a mediação ocorra, uma ata é confeccionada, relatando o resultado da mediação, com ou sem acordo, e é anexada ao processo em curso, que é remetido ao juiz.

A mediação é informada por alguns diversos princípios, que garantem seu bom funcionamento, tais como os princípios da “independência, da imparcialidade, da autonomia da vontade, da confidencialidade, da oralidade, da informalidade e da decisão informada” (NCPC, Art. 166; Brasil, 2015), a partir dos quais se vislumbra uma série de vantagens da mediação sobre um processo judicial tradicional. Além disso, imprime-se maior pessoalidade ao processo, o que permite a melhor compreensão dos sentimentos e emoções dos envolvidos, oferece-se ambiente mais acolhedor, reduzindo a sensação de intimidação, muitas vezes associada às salas de audiência dos tribunais (Denardi; Nassaro, 2021, p. 8). Do ponto de vista educacional, a mediação é vista como uma oportunidade de prevenção de novos conflitos.

O setor de comércio eletrônico foi o primeiro a impulsionar as demandas de resolução de conflitos para o espaço digital, sendo o *e-bay* o pioneiro na experiência de *Online Dispute Resolutions* (ODR), i.e., Resolução *Online* de Conflitos, em 1999, com outros casos importantes acontecendo posteriormente (ver Andrade; Bragança; Dyma, 2020; Balestieri, 2022). Fato é que a relação cotidiana das pessoas com a internet já estava em mudança desde a década de 90, mas a emergência sanitária de Covid-19, caracterizada pela Organização Mundial da Saúde como uma pandemia, em 2020, fez com que o modo de vida de todos fosse adaptado ao universo virtual. Apesar de a Lei de Mediação, de 2015, em seu artigo 46, sugerir que “a mediação poderá ser feita pela internet ou por outro meio de comunicação que permita a transação à distância, desde que as partes estejam de acordo”, antes de 2017, a mediação *online* era praticamente uma utopia (Balestieri, 2022, p. 211). Entretanto, Balestieri (2022, p. 212) afirma que, diante desta nova perspectiva de viver experiências do mundo diário de forma *online*, a prática de solucionar conflitos *online* tornou-se uma opção muito mais eficaz de se realizar acordos, sem a necessidade de ir, presencialmente, ao judiciário.

É nesse contexto que a modalidade *online* da mediação judicial ganha notoriedade, como uma forma de manutenção dos procedimentos judiciais no período, em que sessões presenciais eram

inviáveis (Andrade; Bragança; Dyma, 2020). Assim, a mediação judicial *online* possui os mesmos objetivos e princípios de uma mediação judicial presencial, apenas diferindo quanto à espacialidade do encontro, que é em ambiente virtual, mas com os mesmos participantes: os mediadores, as partes e seus advogados, em geral por meio de uma ferramenta de videoconferência, como o *Microsoft Teams*. As mediações podem ocorrer em apenas uma sessão de mediação, ou em mais de um encontro, de acordo com a complexidade do caso. O mediador pode sugerir também encontros individuais (curtos) com cada parte. Ao final, é produzida uma ata, em conjunto, tal como no modelo presencial.

3. O modelo de mediação judicial

A escolha do modelo de mediação leva em conta diversos fatores, como o tipo de conflito, a formação do mediador (um mediador advogado tenderá mais a focar nos interesses e possibilidades de negociação, ao passo que um mediador psicólogo poderá focar na transformação das relações a partir do conflito), a atitude em relação ao conflito (se é algo positivo ou negativo), e, evidentemente, limitações institucionais. No caso dos dados desta pesquisa, o método de mediação utilizado pelo Tribunal de Justiça é o modelo linear, cuja principal referência traduz-se no Manual de Mediação Judicial (Azevedo, 2016). Junto com a *mediação transformativa*, e a *mediação narrativa*, eles constituem os três principais modelos de mediação (ver Almeida; Jonathan; Pelajo, 2016).

O modelo linear (Fisher; Ury; Patton, 2005 [1991] *apud* Jonathan; Pelajo, 2016), também conhecido como *facilitativo*, *tradicional* ou *de Harvard*, é baseado no Programa de Negociação da Faculdade de Direito de Harvard e define a mediação como um processo de negociação, assistida por um terceiro imparcial, o mediador, que tem por função primordial facilitar a comunicação e compreensão entre as partes, de forma neutra, de modo a promover um ambiente, em que as partes consigam analisar diferentes possibilidades para porem fim ao conflito, através de autocomposição conjunta, sensata e eficaz, que reflita o interesse mútuo dos envolvidos. O mediador deve diferenciar posição (as intenções declaradas) do interesse (o que motiva uma posição). No exemplo clássico da briga de dois irmãos por uma única laranja, cada um pode querer uma metade da laranja (posição), mas um irmão quer fazer suco, enquanto o outro quer fazer doce de laranja em calda (interesse). Nesse caso, a briga por cada metade não é a melhor solução, pois um irmão precisa da casca, e o outro, do miolo da fruta.

A estrutura da mediação linear e judicial é proposta com as seguintes etapas: 1) início da mediação; 2) reunião de informações; 3) identificação de questões, interesses e sentimentos; 4) esclarecimento das controvérsias e dos interesses; 5) resolução de questões, e 6) registro das soluções encontradas (Azevedo, 2016). Os nomes das etapas e suas descrições não são baseados em dados empíricos das ações de fato realizadas pelos participantes, mas o foco dessa pesquisa - a solicitação de histórias - localiza-se na etapa dois, que consiste na solicitação, pelo mediador, das motivações dos mediandos à mediação, na exposição dos relatos dos fatos, posições e percepções de cada um dos envolvidos no conflito, e na captação de questões e interesses das partes pelo mediador (Azevedo, 2016).

Analisando criticamente o modelo linear, Ron-Ren Júnior afirma que “o principal problema dessa visão de comunicação jaz na importância dada ao indivíduo e sua psiquê e nenhuma atenção à construção conjunta de sentidos e à *intersubjetividade* nas interações” (2022, p. 38, ênfase adicionada), justamente o foco de pesquisa aqui. Tampouco foca-se nas relações entre as partes e na complexidade do conflito. Aparentemente, esse modelo, voltado para o acordo, parece convergir com os interesses judiciais brasileiros, a despeito de seus problemas.

Ressalta-se, entretanto, que a mediação, enquanto uma prática, não é um conjunto fechado de procedimentos, e cada mediação apresenta variações, em função de cada mediador e das necessidades apresentadas pelas partes em cada encontro. Assim, embora as mediações judiciais em nossos dados espelhem, de certa maneira, o modelo linear, pode haver mescla com elementos de outros modelos, um pouco no espírito da concepção da mediação de Almeida (2014) como uma caixa de ferramentas: o artesão, de acordo com a tarefa que se coloca à sua frente, escolhe a melhor ferramenta para executar o serviço.

4. A solicitação da primeira história na mediação judicial

Como referido na seção 3, a narração das histórias ocorre na etapa de reunião de informações e é central para a construção da agenda de trabalho da mediação. Os manuais de mediação (Azevedo, 2016; Rosenblatt *et al*, 2014) recomendam a adoção de um critério objetivo para a seleção do primeiro mediando a falar, sem hierarquização de importância entre eles, e explicitação aos mediados do critério usado, podendo ser a escolha pelo requerente no processo judicial, ou por “quem se senta à direita” (Azevedo, 2016, p. 175), no caso de sessões presenciais. Além disso, deve-se garantir à outra parte o direito de falar depois. Azevedo (2016) refere, ainda, que outra forma possível de se iniciar a fase das histórias seria o mediador abrir o piso conversacional para autoescolha, perguntando às partes quem gostaria de se voluntariar para falar primeiro. Entretanto, segundo o autor, essa situação pode colocar o mediador em situação de ter de optar por um dos dois mediados, se os dois desejarem iniciar a história, o que pode provocar um sentimento de desfavorecimento na parte preterida, e trazer dúvidas sobre a imparcialidade do mediador.

Nos estudos interacionais de dados reais de mediação, Garcia (2019) observou, em dois programas de mediação de juizados especiais e um programa de mediação de divórcio, a ocorrência dos três tipos de solicitação. Nos casos de juizados especiais, a autora argumenta que a escolha pelo requerente no processo para iniciar a história promove, entre os mediados, uma melhor compreensão do procedimento e ajuda a ajustar as expectativas na interação, enquanto a seleção do requerente sem justificativa pode parecer, para os mediados, uma decisão aleatória e imparcial do mediador. Já nos casos de divórcio estudados, a autora mostra que os mediadores optavam por direcionar uma pergunta ao casal, para que eles decidissem quemalaria primeiro, como forma de não distinguir entre requeridos e requerentes, e sim tratar o casal em divórcio como uma unidade, ao invés de partes opostas em uma disputa.

É a partir da compreensão da relação entre os mediandos, as relações de poder entre a ordem das histórias solicitadas⁴ e o tipo de processo a ser mediado que o mediador pode manter o equilíbrio e o fluxo da mediação, além de demonstrar sua neutralidade para com o procedimento (Garcia, 2019). A falta de justificativas durante a seleção do primeiro mediando a falar pode estimular negativamente “as percepções dos participantes sobre a justiça do processo. Se um disputante não souber por que o outro disputante está sendo solicitado primeiro, ele poderá sentir que está sendo menosprezado” (Garcia, 2019, p. 91).

Pelo exposto acima, fica evidente que a escolha do primeiro falante pelo mediador é uma questão importante da mediação. Até o presente momento, desconhecem-se outros estudos interacionais que tenham se debruçado sobre esse foco.

5. Compreendendo a intersubjetividade na interação

O termo intersubjetividade remonta à filosofia de Edmund Husserl, e é entendido como “o intercâmbio de pensamentos e sentimentos, conscientes e inconscientes, entre duas pessoas ou “sujeitos”, facilitado pela empatia” (Cooper-White, 2020, p. 1183). O conceito tem vários usos nas ciências sociais e é discutido em disciplinas como a sociologia (BERGER; Luckman, 1967 *apud* Cooper-White, 2020), a psicologia social (Gergen, 2007 *apud* Cooper-White, 2020) e psicanálise (Aron, 1996 *apud* Cooper-White, 2020). Entretanto “a sua utilização mais profunda e complexa está relacionada ao conceito filosófico pós-moderno de construtivismo ou, na psicologia social, construcionismo social – a noção de que a realidade é coconstruída pelos participantes numa relação e na sociedade” (Cooper-White, 2020, p. 1184), como defende-se na posição interacionista, assumida aqui.

Tal posição assenta na premissa sociológica (Berger; Luckmann, 1967 *Apud* Cooper-White, 2020) de que a socialização desempenha papel central na definição do que é “realidade”, e argumentam que a compreensão da realidade do sujeito é construída, socialmente, através de seu cotidiano e por negociações com as realidades dos outros sujeitos, incorporadas às dele, expandindo, assim, seu sentido de realidade. Estritamente, a intersubjetividade é compreendida como a distância entre o sentido imediato de realidade experienciado corporalmente pelo *self* e sua consciência de que os *outros* operam no mundo a partir de experiências corporais paralelas, i.e., próximas às suas, mas, no fundo, distintas.

No campo da linguagem, a intersubjetividade é investigada por algumas áreas, com abordagens, que “às vezes usam definições conflitantes, que podem cobrir fenômenos bem distintos” (Brems, 2021, p. 354). Na linguística cognitiva, a intersubjetividade é frequentemente definida em relação à

⁴ Ver Cobb e Rifkin (1991) e Cobb (1993) para a relação entre histórias contadas na mediação e poder. Argumenta-se que a primeira história contada assume posição discursiva privilegiada em relação à segunda história, contada pela outra parte, promovendo um enquadramento inicial de eventos que pode predominar e influenciar o resultado das mediações. Garcia (2019) não considera o narrador de segundas histórias prejudicado por sua (segunda) posição, mostrando, com dados reais de interação de mediação, que a posição de narrador de segundas histórias contém determinadas vantagens, pois permite a ele selecionar elementos específicos da primeira história para responder ou contrapor-se, produzir respostas fortes às acusações, ou mesmo dispensar a necessidade de contar a mesma história.

noção de subjetividade, entendida como a expressão linguística do envolvimento do falante, através de escolhas lexicais, gramaticais e/ou interpretativas, destacando-se as noções de Traugott, Verhagen e Nuyts (Brems, 2021; Silva, 2022).

Do ponto de vista interacional, os processos de fazer sentido do mundo através da ação pela linguagem não podem ser “reduzidos a processos psicológicos, e o entendimento compartilhado não pode ser concebido como uma simples projeção de cognição” (Maynard; Heritage, 2023, p. 81). Assim, a intersubjetividade requer detalhes da ação situada na fala-em-interação. A Análise da Conversa etnometodológica formula a questão da intersubjetividade a partir da compreensão fenomenológica (Schütz, 1966), nos seguintes termos: “como podem dois ou mais atores partilharem experiências comuns do mundo natural e social e, de forma relacionada, como podem comunicar sobre elas?” (Heritage, 1984, p. 54).

Obviamente, a resposta (fenomenológica) é que duas pessoas jamais poderão compartilhar plenamente de uma mesma experiência, mas, seguindo Schutz (1966), isso é irrelevante, pois elas assumem que suas experiências do mundo social e natural são similares, e agem como se suas experiências fossem idênticas, para todos os fins práticos. Pode-se aprofundar essa discussão com um exemplo prático. Dois torcedores de times diferentes (e.g. flamengo e fluminense) assistem a uma partida de futebol, sentando-se em lugares diferentes: um, na arquibancada, e o outro, na cadeira de pista. A rigor, eles não possuem nem a mesma posição para assistir ao jogo, nem os mesmos interesses, e isso certamente influencia o que veem de fato, mas, como atores sociais, assumem, para todos os fins práticos, que viram a mesma partida de futebol. Segundo Schutz (1966), isso é possível devido a essas duas idealizações (da intercambiabilidade de pontos de vista e das congruências dos sistemas de relevâncias), fenômeno batizado por ele como *tese de reciprocidade de perspectivas*. Essa visão é fundamental, porque “é através da operação destes dois pressupostos que pode ser estabelecido um “mundo comum”, que transcende os mundos experienciais privados dos actores” (Heritage, 1984, p. 55), criado a partir de ajustes mútuos e contínuos das discrepâncias de perspectivas sobre objetos, ações e eventos do mundo (social e natural).

Guardadas as devidas ressalvas acerca da possibilidade real de compartilhamento da experiência, mostradas acima, compreende-se a intersubjetividade, interacionalmente, como compartilhamento de um mundo em comum, sustentação conjunta de atenção e envolvimento em uma sequência de ação, coordenação de ações, coordenação de posturas, etc. (ver Sidnell, 2015). Para Garcez (2008, p. 32), a intersubjetividade “tem a ver com os participantes estarem ambos em um mesmo plano de entendimento quanto ao que estão fazendo em conjunto naquela junção interacional local”. Coloca-se em foco, então, a interação como uma situação de engajamento mútuo (Goffman, 1961). Para a Análise da Conversa, a interação conversacional “é estruturada por uma organização da ação, que é implementada turno-a-turno. Por meio desta organização, um contexto de entendimentos intersubjetivos publicamente exibidos e continuamente atualizados é sistematicamente sustentado.” (Heritage, 1984, p. 259). Em outras palavras, a organização sequencial nos turnos de fala forma a

arquitetura da intersubjetividade (Heritage, 1984), objeto da próxima seção. Neste sentido, todos os trabalhos em Análise da Conversa que se dedicam ao estudo da organização sequencial investigam a construção da intersubjetividade, não cabendo aqui revisar a vastíssima gama de literatura a respeito, apenas indicam-se Drew & Heritage (1992) e Boden & Zimmermann (1991) como obras de referência sobre organização sequencial em ambiente institucional.

Na mediação, Rezende e Vincenzi (2015, p. 114) discutem a intersubjetividade do ponto de vista teórico-filosófico para defenderem a tese de que “o indivíduo padece de uma crise de reconhecimento quando busca a solução dos conflitos no poder Judiciário”. As autoras baseiam-se na teoria do reconhecimento intersubjetivo de Axel Honneth (2003 *apud* Rezende; Vincenzi, 2015), segundo a qual o indivíduo necessita do reconhecimento do outro para alcançar a plenitude de desenvolvimento psicológico, em um processo que passa por três estágios de reconhecimento: amor, direito e solidariedade. Para elas, o conflito representa uma busca por reconhecimento do outro, e a mediação coaduna-se como o melhor método para que os indivíduos alcancem o “reconhecimento intersubjetivo, [...] fazendo com que não haja um vencedor no conflito e sim colaboradores que chegam a um consenso do que atende a ambos” (Rezende; Vincenzi, 2015, p. 126).

6. Análise da conversa etnometodológica

A Análise da Conversa⁵ (doravante AC) é antes de tudo uma teoria sociológica, porque se volta, em primeiro lugar, para a descrição da ordem social, indagando-se como é possível a existência de um mundo social em comum, e como os seres humanos constroem esse mundo de maneira ordenada. Harold Garfinkel, fundador da etnometodologia, na qual a AC se baseia, parte do entendimento fenomenológico acima de que é na experiência do ator social que se encontra a ordem de relevância do fenômeno social. Garfinkel (2018, p. 74) propõe que “as atividades pelas quais os membros produzem e gerenciam situações de afazeres cotidianos organizados são idênticas aos procedimentos empregados pelos membros para tornar essas situações relatáveis”, ou seja, os métodos de raciocínio de senso comum dos atores sociais são aqueles que, ao mesmo tempo, constituem e relatam o mundo social, de maneira reflexiva, através dos quais a intersubjetividade é sustentada. O legado etnometodológico para a teoria sociológica reside na profunda conexão entre ação e contexto (Maynard; Heritage, 2023, p. 91): “tudo, desde palavras isoladas, frases, conversas e documentos até declarações prescritivas, manuais de instrução e reparo, leis e valores, exigem contextualização para sua realização e consequência social.”. Nessa perspectiva, a ordem social faz-se em um processo contínuo de criação e renovação. Essa proposta alinha-se a outras vertentes de Microsociologia emergentes à época (Goffman, 1961), que consideram o universo da interação social o *locus* de ocorrência da ordem social, chamado de *ordem interacional* por Goffman (1983).

Em artigo seminal para a AC, que descreve a sistemática da tomada de turno, Sacks, Schegloff e Jefferson (2003[1974]) reivindicam os turnos de fala-em-interação (e, conseqüentemente, a

⁵ Ver Silva, Andrade e Ostermann (2009) e Sidnell & Stivers (2013) para uma introdução à AC.

conversa) como uma forma de organização social, através das quais os seres humanos organizam diversas atividades da vida cotidiana, como elogiar alguém, abrir uma sessão de debate, batizar uma criança, comprar pão, reservar uma passagem, ou propor um acordo na mediação. A linguagem é, pois, uma forma de realizar-se uma ação. Seguindo Drew (2005) as pessoas, quando interagem, estão o tempo inteiro gerenciando alguma atividade. Tomando a conversa, então, como locus privilegiado de ocorrência e estudo do universo social, o objetivo central da pesquisa em AC é descrever os procedimentos usados pelos participantes de conversa para produzirem seu próprio comportamento e entenderem e lidarem com o comportamento do outro (Heritage; Atkinson, 1984).

Como Schegloff (2007, p. 1) aponta que “os turnos não se sucedem uns aos outros como contas idênticas de um colar”, cada turno de fala possui uma organização e formato próprio de suas unidades, através do qual uma determinada ação é realizada, que de alguma forma se conecta à ação precedente, no turno de fala anterior, e projeta, por sua vez, consequências para o turno seguinte, de resposta, de forma organizada e coordenada. Isso permite afirmar que vários turnos de fala podem estar unidos por uma mesma ação em andamento, em um tipo de organização chamada de *organização sequencial* (Schegloff, 2007).

Há um grupo de ações que ocorrem sempre em pares, e constituem-se na unidade básica para a construção de sequências: os pares adjacentes. Trata-se de ações que ocorrem sempre em pares, como *convite e aceitação/recusa*, *pergunta e resposta*, *proposta e aceitação/recusa*, que apresentam as seguintes características básicas, em sua forma mínima (não expandida): eles são 1) compostos de dois turnos; 2) executados por diferentes falantes; 3) posicionados adjacente, i.e., um depois do outro; 4) diferenciados em primeira parte do par (doravante PPP) e segunda parte do par (doravante SPP); 5) de tipo específico, i.e., não é qualquer SPP que pode seguir uma PPP, por exemplo, a ação responsiva a uma proposta de acordo não pode ser uma saudação. Em outras palavras, dada uma PPP, uma SPP é esperada, e sua não ocorrência fica registrada na interação como uma ausência, ou seja, algo que deveria ter ocorrido, por força da PPP, mas que não ocorreu, por exemplo, uma pergunta que ficou sem resposta, ou uma crítica não respondida.

As características da organização sequencial expressam, na verdade, um conjunto de questões derivadas. Primeiramente, o caráter normativo da ação nos turnos de fala, que conecta os participantes à moralidade da vida em sociedade. Além disso, as ações são sequencialmente ligadas entre si por relações de relevância, e que transcorrem no tempo, uma após a outra, em caráter incremental (Deppermann, 2015). Os turnos de fala representam também uma exibição pública da cognição, na medida em que os participantes demonstram uns para os outros em um turno corrente seu entendimento da ação anterior, método chamado de procedimento de prova do próximo turno. A análise da ação é feita com base no desenho emprestado a ela pelo participante, selecionando uma forma específica, dentre as formas possíveis de se concebê-la. Importa também na análise da ação sua posição, em uma sequência de ações. Concluimos com Heritage (1984, p. 256) que “as ações conectadas formam as bases da intersubjetividade”.

Uma noção central na análise de dados é a de *accounts*, traduzida aqui como prestações de contas, que podem ser entendidas como elocuições linguísticas com finalidade retórica, usadas pelos participantes de interações para se explicarem perante os outros participantes (ou a si mesmos), seja em função de comportamentos imprevistos e/ou desagradáveis que ocorreram, ou “para fornecer um relato de eventos, ações e assim por diante, que não envolvam comportamento desagradável” (Tileaga, 2015, p. 1).

Nas interações aqui analisadas, os participantes afirmam, contestam ou defendem conhecimento em seus turnos de fala e nas sequências interacionais, sendo possível distinguir-se dois conceitos: 1) o de *status epistêmico*, que se refere à posição relativa que um participante ocupa no território informacional em relação ao outro participante, devido a ter maior acesso, expertise ou direitos relativos em alguma área de conhecimento. Diz respeito, fundamentalmente a o que se sabe, como se sabe, direitos, responsabilidades e obrigações ligadas ao conhecimento, sendo algo, portanto, em boa medida, prévio à interação. Assim, o participante pode variar entre ter conhecimento (K+) ou desconhecimento (K-) sobre uma questão situada na interação; 2) já o conceito de *posição epistêmica* diz respeito à expressão dessas relações através do desenho e gerenciamento dos turnos de fala no momento-a-momento da sequência interacional, no aqui-e-agora do encontro (Heritage, 2013).

A conversa de mediação representa uma forma de conversa institucional (Drew; Heritage, 1992), uma vez que 1) os participantes estão envolvidos em alguma tipo de ação que mobiliza objetivos e identidades institucionalmente relevantes (e.g. mediador, mediando, advogado), 2) as interações sofrem algum tipo de restrição em relação ao que pode ser dito como contribuição conversacional aceitável no contexto, e 3) arcabouços inferenciais específicos são acionados para a interpretação das ações no contexto.

Por fim, para se fazer pesquisa em AC, é necessário registrar interações sociais que ocorreram em ambiente natural, sem a interferência ou manipulação artificial para fins de pesquisa (como as simulações), em áudio ou vídeo, para que possam ser posteriormente transcritas e analisadas, em análises chamadas de *não motivadas*, i.e., sem que o pesquisador vá aos dados com uma agenda prévia de busca que limite o seu olhar. Ao contrário, ele deve deixar que os dados revelem algum fenômeno, percebido por algum tipo de conduta que lhe chamou a atenção. As transcrições e os áudios/vídeos que as acompanham servem também como uma metodologia de prova e defesa de um ponto de vista analítico, na medida em que, quando disponíveis, representam uma forma de se garantir a validade das análises (Sacks, 1984, Almeida, 2018).

7. A prática de reformulação

Como se sabe, a linguagem é a principal ferramenta de trabalho do mediador com os mediandos. Talvez a técnica de linguagem mais valiosa da mediação, largamente difundida nos manuais de mediação e que comparece em nossos dados, seja a *técnica do resumo*, também chamada de *paráfrase*, *recontextualização* ou *resumo com conotação positiva* (Azevedo, 2016; Jonathan; Almeida, 2016).

Embora ela seja vista como “linguagem positiva e neutra” (*ibidem*, p. 150), é através dela que o mediador realiza operações sobre a fala dos mediandos. A recontextualização é definida como “uma técnica segundo a qual o mediador estimula as partes a perceberem determinado contexto fático por outra perspectiva.” (Azevedo, 2016, p. 234).

A importância dos resumos na fase dos relatos é central, pois é através dele que o mediador, não só recapitula o que foi dito, mas mostra que “está ouvindo as suas questões e as compreendendo” (Azevedo, 2016, p. 150), identificando interesses e posições, para montar a agenda da mediação. O resumo pode ser usado depois de cada relato, ou como um resumo único, após o relato das duas partes (Azevedo, 2016).

A técnica do resumo da mediação corresponde à prática interacional de formulação (ou reformulação, como veremos a seguir), desenvolvida por Garfinkel e Sacks (1970)⁶. A formulação é entendida pelos autores como a prática de “dizer-em-tantas-palavras-o-que-estamos-fazendo” (1970, p. 351), de forma que o participante da interação pode utilizar parte da conversa para “descrevê-la, explicá-la, caracterizá-la ou explicar, traduzir, resumir ou fornecer o cerne da conversa” (*ibidem*, p. 351). Como os autores mostram, a prática de formulação é um método de os participantes de interações demonstrarem publicamente sua compreensão de parte da conversa, ou da conversa como um todo, definirem, conjuntamente, o sentido do que estão fazendo no aqui-e-agora do encontro. Por isso, é elemento-chave na criação e sustentação da intersubjetividade na interação.

Heritage e Watson (1979) identificaram que uma formulação pode ser produzida por quem está relatando algo, ou por quem está ouvindo algo e oferece sua leitura do que ouviu. Aqui, tratamos das reformulações que os mediadores produzem sobre o que ouviram dos mediandos. Três propriedades centrais foram descritas: a preservação, a eliminação e a transformação. Isso significa que, ao produzir uma formulação que parafraseia partes produzidas nos turnos anteriores de uma interação, o mediador irá *preservar*, *excluir* ou *modificar* certos elementos da conversa (Gago, 2010; Ron-Ren Júnior, 2022). Há dois tipos de formulação: 1) do *cerne* do que foi dito, propondo focos de destaque na conversa; 2) da conclusão ou resultado do que foi dito. De todo modo, tanto o estudo de Heritage e Watson (1979), quanto o de Garfinkel e Sacks (1970) “entendem formulação fundamentalmente como uma prática utilizada pelos participantes para demonstrar, negociar e garantir o entendimento mútuo, isto é, a intersubjetividade” (Ron-Ren Júnior, 2022, p. 55). Ajustes conceituais recentes propõem denominar de *formulação* a atividade de colocar sentido em palavras, e *reformulação* a ação responsiva de formular um turno de fala anterior em suas próprias palavras (Deppermann, 2015, p. 70). Aqui, tratamos, então, das reformulações que os mediadores produzem sobre o que ouviram dos mediandos.

8. Metodologia e contexto da pesquisa

Esta pesquisa utiliza metodologia qualitativa, por compreender a centralidade dos processos

⁶ Ver Gago (2010) ou Ron-Ren Júnior (2022) para uma revisão da vasta literatura a respeito.

subjetivos, i.e., em que há sujeitos envolvidos nos processos de criação de sentido dos objetos sociais, como, no caso, as solicitações de histórias sobre os motivos de se entrar com uma ação na justiça. Foca-se no aspecto processual, na forma como os participantes constroem os sentidos nas sequências conversacionais na fala-em-interação, a partir de transcrições de dados em áudio e vídeo (Denzin; Lincoln, 2000).

Os dados analisados nesta pesquisa são oriundos de sessões reais de mediação judicial *online*, realizadas pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) Regional da Leopoldina, no Rio de Janeiro. As sessões foram gravadas em áudio e vídeo pelo grupo Interação em Contextos Institucionais (ICI) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com autorização do Cejusc e do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), além de possuírem o consentimento livre e esclarecido dos participantes do caso, i.e., dos mediadores, das partes e de seus advogados. As gravações foram feitas a partir de software de gravação de tela, visto que as sessões de mediação ocorreram no âmbito *online*, em aplicativo especializado em reuniões. Todas as gravações são identificadas e armazenadas no banco de dados. Posteriormente, o áudio da gravação é transcrito em fonte *courier new* 10, conforme as convenções do modelo Jefferson (ver Loder, 2008), no Anexo 1, em que detalhes interacionais relevantes, como pausas, prosódia, sobreposições, etc., são marcados.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFRJ e segue todas as orientações normativas, como a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018) e a resolução Conep 466/2012 e 566/2016 de normas de ética em pesquisa com seres humanos. Todas as transcrições apresentam nomes fictícios de lugares e de pessoas, para que a confidencialidade da identidade dos participantes seja mantida. Há restrições éticas sobre o uso de imagem aqui, por isso não foi incluído nenhum tratamento multimodal dos dados (Mondada, 2013, 2014), apesar de reconhecer-se sua importância.

A análise da solicitação de histórias pelos mediadores às partes, em um banco de dados de cerca de 50 casos de mediação judicial *online*, mostrou a ocorrência de três tipos de solicitação. Para esta pesquisa, dois casos de vara de família foram selecionados para representar dois dos três tipos de solicitação identificados no banco de dados. Além disso, os recortes interacionais, de cada um dos dois casos, abrangem três momentos, subsequentes nas transcrições: 1) a seleção do requerente pelo mediador; 2) a narrativa da primeira história, e 3) a recepção da primeira história pelo mediador. Os dois tipos de solicitação explorados ocorrem de forma que o mediador: 1) seleciona o requerente utilizando uma justificativa processual, e 2) propõe autoseleção às partes.

No primeiro caso (caso um), os participantes são uma mediadora (Med 1), uma co-mediadora (Med 2), a requerente do processo (Silmara), e o requerido pelo processo (Antoniél), e trata-se de um caso de reconhecimento de paternidade. Silmara e Antoniél não são casados, nem vivem união estável, e possuem uma filha, que não leva o nome do pai na certidão de nascimento. No processo, Silmara requer que o nome do pai seja registrado na certidão da filha deles e a mediação resulta em

acordo. O trecho selecionado para análise ocorre no intervalo temporal de 31:45 - 36:32 (min:seg), e tem duração total de 04:47.

No caso dois, os participantes são uma mediadora (Med), o requerente do processo (Jailson), e a requerida pelo processo (Cristal). Além disso, há referência ao filho deles (Pedro) e ao novo filho de Jailson com outra mulher (Martin). Trata-se de um caso de revisão (diminuição do valor) de alimentos: Jailson pagava alimentos no valor de 15% de seu salário a Pedro, e requer diminuição para 10%, segundo ele, para incluir seu novo filho nos alimentos que paga. A mediação resulta em acordo. O trecho selecionado para análise ocorre no intervalo temporal de 17:03 - 19:27, contendo 2:24 minutos.

9. Análise de dados

As interações de mediação costumam ser relativamente longas, por isso os excertos de cada caso, apesar de contíguos, sofrerão cortes para uma análise mais pontual dos fenômenos de construção da intersubjetividade a serem mostrados. Pela numeração de linhas, o leitor conseguirá acompanhar os cortes realizados.

9.1. Mediador seleciona requerente com justificativa processual

Como visto anteriormente, na mediação judicial há uma prática recorrente, e inclusive prevista e recomendada pelos manuais de mediação, de o mediador selecionar o requerente do processo para contar a primeira história, justificando tal seleção. É o que podemos ver com o excerto 1.1 a seguir, do caso um:

Excerto 1.1 (31':45"-32':32")

001 Med 1 ↑então↓ é:::: silmara, eu vô dá a palavra pra você::,?
 002 Med 1 porque foi você quem::↓ iniciô::, né,
 003 (.)
 004 Med 1 é:::: você foi quem: (.) <requereu, né, à justi:ça,? (0.3)
 005 Med 1 alguma coisa,=£>que a gente vai saber agora,<£
 006 (.)
 007 Med 1 £<o que é↓£
 008 (.)
 009 Med 1 £né:,£
 010 (0.6)
 011 Med 1 e eu queria que cê contasse pra nós, o quê que é isso, =<o
 012 Med 1 que que você foi buscar na justi:ça, né,
 013 (0.2)
 014 Med 1 e:::: e o que que você gostaria. (.) né, =que::- que a
 015 Med 1 justiça?, (.) desse pra você, né,

016 (.)

017 Med 1 baseado na história. né, =eu- eu vi que você é a

018 representante legal?, (0.3) da lí:gia.

019 (.)

020 Med 1 >ou seja,< você é mãe da lígia. °provavelmente.° né,

021 (0.6)

022 Med 1 e::: a gente DÁ a palavra pra você °nesse momento,.°=>pra

023 que< possa,? nos contá.

024 (0.2)

025 Med 1 tá bo:m?

026 (2.9)

027 Silmara °°ókey°°

A fala da mediadora inicia-se com um marcador discursivo⁷ (SCHIFFRIN, 1987) - “então!” (linha 001), cuja função é gerenciar o fluxo da conversa, marcando o final da ação anterior (a finalização do discurso de abertura, não mostrada aqui), e início da nova ação, no caso, a seleção de quem iniciará a contar sua história. Como a transcrição mostra, essa tarefa da mediação é complexa, desenrolando-se em vários turnos de fala, entre as linhas 001-025, compreendendo diversas ações. Primeiramente, a mediadora seleciona a medianda por seu primeiro nome, e, usando uma formulação no sentido de Garfinkel & Sacks (1970, p. 351) de “dizer-em-tantas-palavras-o-que-estamos-fazendo”, anuncia ação futura - a seleção de quem iniciará a narrar a história - usando uma justificativa processual - “silmara, eu vô dá a palavra pra você::,? porque foi você quem::! iniciô::, né,” (linhas 001-002).

Após micropausa (linha 003), a mediadora expande seu turno de fala, reformulando sua própria fala (a justificativa processual) em termos mais formais - “é::: você foi quem: (.) <requereu, né, à justi:ça,? (0.3) alguma coisa,=ℓ>que a gente vai saber agora,<ℓ ℓ<o que é!ℓ” (linhas 004-007), usando um verbo muito comum no mundo jurídico para se fazer os pedidos “requereu,” que demanda um complemento “alguma coisa,=”, formulado genericamente, e expressa a posição epistêmica da mediadora K- em relação ao cerne da demanda jurídica, ou seja, daquela que sabe menos, conforme prestação de contas formulada a seguir “que a gente vai saber agora,<ℓ ℓ<o que é!ℓ”. Os mediadores não sabem de que tratam os conflitos nos processos judiciais que dão origem à mediação.

A solicitação em si é realizada nos próximos turnos de fala, em várias elocuições. Chama a atenção o modo como ela é feita. A solicitação da história é feita nas primeiras elocuições - “e eu queria que cê contasse pra nós, o quê que é isso, =<o que que você foi buscar na

⁷ Schiffrin (1987) define um marcador discursivo como um elemento sequencialmente dependente, que separa unidades da fala.

justiça, né,” (linhas 011-012), e sugere como elemento norteador o ponto do processo judicial. Essa solicitação é acompanhada de outro pedido - o de formulação das expectativas de atendimento pela justiça - “e::: e o que que você gostaria. (.) né, =que:::- que a justiça?, (.) desse pra você, né, baseado na história. né,” (linhas 014-015).

Por fim, a mediadora transfere efetivamente o turno de fala à medianda - “e::: a gente DÁ a palavra pra você °nesse momento, .°=>pra que< possa,? nos contá.” (linhas 022-023), finaliza com uma *tag question* “tá bo:m?” (linha 025), no formato de pergunta, logo uma primeira parte de um par adjacente, que pede concordância com o projeto de turno de fala proposto à medianda, e projeta uma segunda parte de par no próximo turno, a resposta - “°°ókey°°” (linha 027), no caso, de concordância.

O excerto 1.2 (caso um), contíguo ao anterior, mostra o relato da medianda:

Excerto 1.2 (32':37-33':15")

029 Silmara <então,
 030 (1.0)
 031 Silmara eu dei entrada no processo, (0.3) só pelo simples direito da
 032 minha filha de ela ter o nome do pai↓
 033 (1.0)
 034 como ele não quis registrá (.) por livre:: e espontânea (.)
 035 Silmara von↓tade?, (0.5) eu tive ↑que: entrá (.) com um (.) processo.
 036 ((voz robótica por problemas de conexão))
 037 (5.2)
 038 e::: (0.3) ele teve:: nove anos pra poder registrá::?, >e
 039 Silmara ele não tinha tempo< pra podê fazê isso↓ ((voz robótica por
 040 problemas de conexão))
 041 (0.3)
 042 <então↓ eu (0.3) vi que por ele? (.) não ser feito tão- >tão
 043 Silmara rápido assim.< =eu procurei a justiça. =que também demorô um
 044 pouco,=<mas (.) chegô, né,

A medianda inicia seu turno de fala com um marcador no mesmo formato usado pela mediadora - “<então,” (linha 029), porém com a função de criar foco para o que se seguirá, visto que precede uma fala por vir sem que ela tenha anteriormente produzido fala⁸. Sua narrativa é curta composta por duas elocuições - “eu dei entrada no processo, (0.3) só pelo simples direito da minha filha de ela ter o nome do pai↓” (linhas 031-032), que atendem exatamente ao formato projetado na solicitação da mediadora, mostrado no excerto anterior: prestam contas do pedido feito à justiça. Após longa pausa (linha 033), sem a mediadora tomar o turno, o que sugere expectativa de continuação de fala pela medianda, esta toma novamente o turno, expandindo sua fala com novas

⁸ Desconhecem-se trabalhos a respeito desse marcador no português brasileiro. Acredita-se que ele possua mais de uma função na fala. Seria necessária uma coletânea de exemplos para estudo e aprofundamento das análises.

prestações de conta - “como ele não quis registrá (.) por livre:: e espontânea (.) vontade?, (0.5) eu tive ↑que: entrá (.) com um (.) processo.” (linhas 034-035). Usando da estrutura de participação tripartite da mediação, em que muitas falas são direcionadas à mediadora, mas possuem como alvo, na verdade, a outra parte, no caso, o pai de sua filha, a medianda explica sua atitude de entrada na justiça como extrema - “eu tive ↑que: entrá”, e como uma consequência de ação dele - “ele não quis registrá”.

Na linha 037, segue-se novamente uma pausa, ainda mais longa que a anterior, não preenchida pela mediadora, sugerindo a relevância de manutenção do turno pela medianda, que prossegue sua narrativa, adicionando mais prestações de contas, que colocam em relação de inconsistência o (longo) tempo decorrido até o presente momento de espera para a ação do pai e o motivo alegado por ele - “e::: (0.3) ele teve:: nove anos pra poder registrá::?, >e ele não tinha tempo< pra podê fazê isso↓” (linha 038-039). Conforme Stewart & Maxwell (2010) mostraram, narrativas na mediação tendem a construir uma imagem negativa do outro.

Após nova pausa (linha 041), a medianda toma novamente o turno, com nova prestação de contas, introduzidas por uma conjunção conclusiva - “<então↓ eu (0.3) vi que por ele? (.) não ser feito tão- >tão rapido assim.< =eu procurei a justiça.” (linhas 042-043), que articula mais uma vez o motivo de procurar a justiça. Repare-se, entretanto, a suavização na formulação do tempo de espera - “não ser feito tão- >tão rapido assim.<”, em relação à versão anterior (linha 038) - “ele teve:: nove anos pra poder registrá:::?,”, que formula a posição de tempo excessivamente longo de espera. Sua fala termina com outra prestação de contas que formula nova expressão crítica sobre o tempo, dessa vez tendo como agente da demora a justiça (e a mediação) - “=que também demorô um pouco”, e finaliza com avaliação positiva “,=<mas (.) chegô, né,” (linhas 043-044).

O excerto 1.3 (caso um) a seguir mostra como a mediadora recebe a história de Silmara:

Excerto 1.3 (33':46"-35':58")

059	Med 1	c:::er:::to↓
060		(1.1)
061	Med 1	é::::
062		(0.5)
063	Med 1	bom↓ é, silma:ra, é::: (0.3) eu::: entendi:,? que:: (.) é:::
064		você tem uma filha que é a lúgia.
065		(0.4)
066	Med 1	>né ↑isso?<
067		(1.3)
068	Med 1	a lúgia tem quan[tos a]nos?
069	Silmara	[isso↓]

- 070 (0.3)
- 071 Silmara °°lília bel.°°
- 072 (1.0)
- 073 Silmara <no:ve anos.
- 074 (0.6)
- 075 Med 1 <a lília tem nove anos.
- 076 (0.7)
- 077 e você::↓ é::: (.) foi até o judiciá::rio, né, (.) pedir:
- 078 Med 1 (0.7) pra que o seu: antonie::l, (0.2) né, (0.2) é:::
- 079 registrasse,? a lília, (.)né, como filha dele.
- 080 (1.2)
- 081 Med 1 é ↑isso?
- 082 (1.2)
- 083 Silmara °isso.°=
- ((27 linhas suprimidas - 34':24'' a 35':14''))
- 110 Med 1 e que você é::: parece [que você] vem pedindo a=
- 111 Silmara [°sim↓°]
- 112 Med 1 = e::le né, pra que::: o registro seja feito,
- 113 (0.5)
- 114 Med 1 e como isso não acontece:u, você buscô (0.5) é::: a- a
- 115 justiça pra que:↓ (0.5) é::: isso fosse realizado,
- 116 (.)
- 117 Med 1 né?
- 118 (0.8)
- 119 Med 1 >tá↓< a lília, [ela já] tem um registro,=
- 120 Silmara [°isso.°]
- 121 Med 1 = é isso? mas só- só tá no seu nome?
- 122 (5.0)
- 123 Silmara °°é.°° só é registrada no meu nome.
- 124 (0.7)
- 125 Med 1 tá certo.
- 126 (0.9)

127 é:::: (0.5) e você disse que você não::- não tá buscan:do
 128 Med 1 com essa ação , (0.4) qualquer outra coisa >que não seja?<
 129 especificamente O↓ (.) registro (.) da lúgia, né isso?
 130 (0.6)
 131 Med 1 >foi isso que eu entendi?<
 132 (1.2)
 133 Silmara sim↓ ((Silmara balança a cabeça em sentido vertical))
 134 (0.5)
 135 Med 1 >tá↓<=
 136 Silmara =>isso↓<

A mediadora passa recibo de ter recebido o final da história de Silmara “c:::er:::to↓” (linha 059), mantém o turno com um preenchido de pausa “é:::::” (linha 059), e usando um elemento que marca a transição para uma nova ação “bom↓” (linha 063), seleciona a medianda como sua ouvinte endereçada “silma:ra,” (linha 063), e começa a reformular seu entendimento de sua fala. Couper-Kuhlen & Selting (2018) mostram que reformulações podem ser precedidas de prefácios, do tipo “você está dizendo que”. Aqui, temos o prefácio “eu::: entendi:,? que::”, que marca a fala da mediadora como sua versão da fala da medianda. Como veremos, a mediadora reformula o cerne da fala de Silmara, mas o faz em etapas, pedindo confirmação de cada etapa, e em boa parte mantendo o que foi dito, mas também efetuando algumas transformações. Na primeira etapa, a mediadora “coloca na mesa” o “objeto” da disputa jurídica - “(.) é::: você tem uma filha que é a lúgia.” (linhas 063-064), e pede confirmação formulando uma primeira parte de par adjacente - “>né ↑isso?<” (linha 066), cuja confirmação vem com um pouco de atraso, já em sobreposição com uma próxima ação da mediadora - “[isso↓]” (linha 069). Entre as linhas 068-075, à prática de reformulação é inserida uma sequência de estabelecimento da idade da filha. A segunda etapa da reformulação é feita como uma adição à anterior (vide a conjunção aditiva - “e”), e traz o pedido feito à justiça - “e você::↓ é::: (.) foi até o judiciá:::rio, né, (.) pedir: (0.7) pra que o seu: antonie::l, (0.2) né, (0.2) é::: registrasse,? a lúgia, (.)né, como filha dele.” (linhas 077-079), repare-se no uso da referência ao pai como mediando - “o seu: antonie::l,”. Novamente, a mediadora pede e obtém confirmação para essa reformulação (linhas 081-083).

A próxima reformulação da mediadora, entre as linhas 110 e 117, trata da questão (moral) delicada do atraso no reconhecimento da paternidade, que é a explicação do uso da via judicial pela mãe para obter o reconhecimento. A reformulação é iniciada como uma adição - “e que você”, interrompida e autocorrigida para - “parece [que você] vem pedindo a= = e:::le né,”. Note-se a inserção do elemento modalizador “parece [que”, que distancia a mediadora da afirmação contida na elocução. Além disso, é usado o tempo no presente contínuo, via gerúndio, estendendo a ação até o momento presente da interação. A mediadora reformula a explicação bem próximo do que foi

dito pela mediana - “e como isso não acontece:u,” (linha 114), culminando sua fala com uma pequena narrativa de finalidade - “você buscô (0.5) é::: a- a justiça pra que:↓ (0.5) é::: isso fosse realizado, (.) né?” (linha 114-115). O pedido de confirmação dessa vez foi feito através de uma *tag question* - “né?” (linha 117), cujo formato de produção é mais fraco em termos de demandar explicitamente uma resposta do que a forma “>né ↑isso?<” (linha 066), vista acima. Aqui, não houve a confirmação, pelo menos verbal. Entre as linhas 119-125, a mediadora interpõe uma sequência à parte, que visa esclarecer a situação documental legal da filha, antes de prosseguir para a última etapa da reformulação, formatada como continuação “é:::”, que retoma o pedido legal à justiça, mas de forma modificada - “(0.5) e você disse que você não::- não tá buscan:do com essa ação , (0.4) qualquer outra coisa >que não seja?< especificamente O↓ (.) registro (.) da lúgia, né isso?” (linhas 127-129). A reformulação é prefaciada de modo a situar o autor da reformulação na voz da medianda - “e você disse que”, e usa de práticas de que limitam a abrangência do pedido à justiça, como o uso da estrutura negativa - “você não::- não tá buscan:do com essa ação”, “>que não seja?<” e intensificadores - “qualquer outra coisa”, “especificamente”, no caso da delimitação do pedido.

9.2. Mediador propõe autosseleção para as partes

Já a prática em que o mediador propõe uma autosseleção para as partes é mais incomum, e não recomendada pelos manuais, ainda que possa ser útil situacionalmente, como mostra Garcia (2019) nos programas de divórcio. O excerto 2.1 a seguir (caso dois) demonstra como esse tipo de solicitação é feita na mediação:

Excerto 2.1 (17':03"-17':44")

001		↓tá.=↑é:: ↑quem gostari:a (.) de começar? =>>eu gostaria que
002	Med	vocês- ↓as↓sim,<< EU re↑ce:bo (.) é as informações da mediação
003		↑hoje, >mas eu não recebo <u>NADA</u> < (.) >em relação ao caso.<
004		(.)
005	Med	eu não se::i- >eu só sei que é uma re- ação de revisão de
006		alimentos,< (0.3) mas eu não <u>sei</u> do que se trata.
007		(0.2)
008	Med	porque eu não ↑tenho acesso ao processo.
009		(0.4)
010	Med	↓eu- ↑o meu traBALho aqui (.) co↑meça a partir do reLAto
011		de vocês.
012		(1.2)
013	Jailson	é:::=
014	Med	=então, <quem gostaria de começá relatando, o moti↑vo>>pelo
015		qual vocês estão aqui.<
016		(1.0)

017 Jailson ↑e:u.
 018 (0.9)
 019 Jailson até porque: (.) >a mãe do meu filho só ta aí< porque eu
 020 (h)↑que(h)rof que ela teja aí.
 021 (0.4)
 022 Med [°↓tá.°]
 023 Jailson [°hehehe.°]
 024 (1.7)
 025 Med >entã:o,< >[ja↑ilson,< >po]de come↑cá.<
 026 Jailson [°eu não se°-]
 027 (0.7)

O início desse excerto mostra a mediadora encerrando a atividade anterior - “↓tá.=”, mantendo o turno de fala com um preenchedor de pausa - “↑é:.”, após o qual solicita diretamente a narração da história - “↑quem gostari:a (.) de começar?” (linha 001), através de uma pergunta com palavra-qu⁹, aberta, deixando a seleção de quem iniciará a primeira história a cargo dos mediantos. Pelo material sintático disponível na estrutura do turno, parece que a mediadora faria alguma pedido, ligado à narração - “=>>eu gostaria que vocês-” (linhas 001-002), que talvez formulasse alguma expectativa sua, mas esse projeto foi autointerrompido para lidar com questões ligadas à posição epistêmica em relação ao processo judicial - “EU re↑ce:bo (.) é as informações da mediação ↑hoje, >mas eu não recebo NADA< (.) >em relação ao caso.<” (linhas 001-002), em que assume uma posição de K- em relação aos mediantos, posicionados por ela, indiretamente, como K+, isto é, aqueles que sabem.

Após micropausa (linha 004), a mediadora mantém o turno, tratando de questões de episteme, primeiramente formulando explicitamente sua posição K- - “eu não se::i-”, autorreparada para o polo K+ - “>eu só sei que é uma re-”, novamente interrompendo a elocução para autorreparar e entregar o que possui de conhecimento da ação judicial - “ação de revisão de alimentos,< (0.3)”, terminando o turno de fala voltando para a posição K- no que diz respeito ao cerne da questão jurídica - “mas eu não sei do que se trata.” (linhas 005-006). Após nova pausa (linha 007), a mediadora expande sua fala e acrescenta uma prestação de contas que explica sua posição K- “porque eu não ↑tenho acesso ao processo.” (linha 008). Segue-se nova pausa (linha 009), sem que tenha havido tomada de turno pelos mediantos, a mediadora toma novamente o turno, e faz nova prestação de contas, dessa vez sobre a relevância das narrativas para mediação - “↓eu- ↑o meu traBALho aqui (.) co↑meça a partir do reLAto de vocês.” (linhas 010-011).

⁹ Stivers (2010) usa essa terminologia para as perguntas do tipo *quando, quem, por quem* etc., que usam um pronome interrogativo iniciado por *qu-*.

Após uma longa pausa (linha 012), Jailson se autosseleciona como próximo falante, e toma o turno com um preenchedor de pausa - “é::=” (linha 013), ao qual a mediadora engata fala contígua, iniciada por - “=então,” (linha 014), refazendo a solicitação de narração - “<quem gostaria de começá”, dessa vez de forma mais elaborada, com o complemento “relatando, o motivo>> pelo qual vocês estão aqui.<” (linha 014-015).

Após pausa de um segundo (linha 016), Jailson toma o turno, voluntariado-se - “↑e:u.” (linha 017), e produz uma prestação de contas - “até porque: (.) >a mãe do meu filho só tá< porque eu (h)éque(h)roê que ela teja aí.” (linha 019-020), estabelecendo relação entre direito de falar primeiro e quem iniciou o processo¹⁰. A mediadora aceita a voluntariedade de Jailson - “[°tá.°]” (linha 022), refaz a solicitação, agora com o mediando já autosselecionado e ratificado - “>entã:o,<>[ja↑ilson,<>po]de come↑çá.<” (linha 025).

No excerto 2.2 (caso dois), abaixo, contíguo ao anterior, o requerente apresenta sua história:

Excerto 2.2 (17':46"-18':25")

029 >eu num vô- eu não sei como é que< func- como é que vocês tão
030 Jailson acostumado, mas assim,< (0.2) eu e a mãe do meu filho a gente
031 não tem nenhuma, (0.5) é-, <discordân:cia> em relação >a nada
032 não.<=
033 =>ela-< (.)ela só tá aí presente hoje e eu só tô aqui presente
034 Jailson hoje, (1.1) porque eu tive um terceiro ↑fi:lho, (0.4) e: pra
035 mim encaixá o meu terceiro filho (0.3) >também<<legalmente>
036 na pensão- é:, >>assim, oferecimento de alimen:to<<, eu
037 precisaria diminuí, (0.5) é:: a porcentagem que é oferecida
038 pro- (0.3) pro filho que eu tenho com a cristal.
039 (0.5)
040 Jailson tendeu?
041 (0.2)
042 Jailson de quinze pra dez. =↑foi ↑só ↑isso, ↑foi ↑só ↑esse ↑pe↑dido.<
043 (0.3)
044 Jailson e:, (0.7) ela tava ciente disso, tendeu?
045 (0.5)
046 Jailson ↑só ↑isso.
047 (.)
048 é só uma concordância. =é <SÓ> (0.2) pra- pra- pra- que ela
049 Jailson <teje ciente,> (0.5) e:: ela concordando também >isso se
050 finalize.< =↑°só isso°.

¹⁰ Com base em mais evidências conversacionais nesse mesmo caso, e em outros no corpus de mediação, Ferreira (2024) relaciona o uso da referência - “a mãe do meu filho” e o uso do verbo volitivo produzido com risos - “eu (h)éque(h)roê que ela teja aí.” a questões de gênero na mediação.

O mediando prefacia sua narrativa com questões sobre sua posição epistêmica a respeito do contexto da mediação. As formulações negativas aqui - “>eu num vô- eu não sei como é que< func- como é que vocês tão acostumado,”, que são na verdade sua posição epistêmica K+ daquilo que sabe sobre mediação, mostram sua expectativa de ser contexto de conflito, leitura ratificada pela avaliação produzida em seguida da situação entre ele e a medianda - “mas assim,< (0.2) eu e a mãe do meu filho a gente não tem nenhuma, (0.5) é-, <discordância> em relação >a nada não.<=” (linhas 030-032). Com essa avaliação, o mediando propõe um entendimento desse encontro como não-conflitivo, como já contendo um acordo.

A narrativa em si é iniciada pela elocução - “=>ela-< (.) ela só tá aí presente hoje e eu só tô aqui presente hoje,” (linhas 033-034), e produzida como uma prestação de contas de uma proposta negocial - “(1.1) porque eu tive um terceiro ↑fi:lho, (0.4) e: pra mim encaixá o meu terceiro filho (0.3) >também<<legalmente> na pensão- é:, >>assim, oferecimento de alimen:to<<, eu precisaria diminuí, (0.5) é:: a porcentagem que é oferecida pro- (0.3) pro filho que eu tenho com a cristal.” (linhas 034-038), em desfavor da medianda. Note-se o autorreparo do termo leigo - “encaixá (...) legalmente> na pensão-” para o termo jurídico - “oferecimento de alimen:to”. O relato da proposta (de redução) ocorre em seguida - “de quinze pra dez.” (linha 042), e é finalizado com a elocução - “↑foi ↑só ↑isso, ↑foi ↑só ↑esse ↑pe↑dido.<” (linha 042), formulada como algo de porte pequeno, simples de resolver. Esse relato de posição é acompanhado de prestação de contas da posição epistêmica de K+ da medianda - “e:, (0.7) ela tava ciente disso, tendeu?” (linha 044). Note-se que saber de algo não é igual a concordar com algo.

A sequência é novamente encerrada - “↑só ↑isso.” (linha 046), reafirmando a simplicidade da situação. Após micropausa, o mediando toma novamente o turno e produz uma avaliação - “é só uma concordância. =” (linhas 048), uma prestação de contas de ratificação da simplicidade da situação - “é <SÓ> (0.2) pra- pra- pra- que ela <teje ciente,> (0.5)”, e prospecta os próximos passos - “e:: ela concordando também >isso se finalize.< =↑°só isso°.” (linhas 048-050), com conclusão bem sucedida.

O excerto 2.3 (caso dois) ilustra a recepção da história de Jailson pela mediadora:

Excerto 2.3 (18':39"-19':27")

062	Med	↓tá.
063		(.)
064	Med	e- ↑qual o ↑nome do filho de vo↑cês?
065		(0.5)
066	Jailson	pedro.
067		(.)
068	Cristal	°pedro.°

069 (0.5)
 070 Med o pedro.
 071 (0.2)
 072 Med e ↑qual a i↑DAde do pedro?
 073 (0.6)
 074 Cristal Oi: [to a:] ↓nos.
 075 Jailson [>↑oito.<]
 076 (2.3)
 077 Med °° ↓tá. °°
 078 (.)
 079 E HOje, é::: (0.3) você:: (.) oferece <quin:ze por cento> e o
 080 Med que você TÁ (0.3) >pedindo é PRA (.) diminuí pra DEZ
 081 por cento.<
 082 (.)
 083 Med >é ↑isso?<
 084 (0.2)
 085 Jailson °isso. °

A mediadora inicialmente passa recibo do final da história de Jailson - “↓tá.” (linha 062), formula duas perguntas a Jailson sobre o filho (linhas 064-075), quando começa, então, a reformular o cerne da fala do mediando - “E HOje, é::: (0.3) você:: (.) oferece <quin:ze por cento> e o que você TÁ (0.3) >pedindo é PRA (.) diminuí pra DEZ por cento.<” (linhas 079-081). A reformulação da mediadora concentra-se, estritamente, na posição negocial de Jailson, deletando de sua fala o relato de posição da mãe de seu filho, e também as suas prestações de conta sobre os motivos da proposta. Por fim, pede confirmação do entendimento que acaba de produzir - “>é ↑isso?<” (linha 083), confirmado por Jailson “°isso. °” (linha 085).

10. Discussão final

Foi objetivo aqui mostrar a construção da intersubjetividade através das solicitações de histórias pelos mediadores, das narrativas e de suas reformulações pelos mediadores, em dois casos reais de fala-em-interação na mediação judicial *online*. Os dados mostraram duas trajetórias distintas na forma de se executar uma mesma tarefa institucional e, portanto, de se construir a intersubjetividade. No que toca à solicitação, duas formas distintas ocorreram: o mediador seleciona o requerente do processo para iniciar os relatos, usando a justificativa processual; e o mediador implementa a autoseleção pelas partes, sem justificativa processual. No primeiro caso, vimos que o mediador projeta expectativas de relevância para a resposta do mediando, propondo um roteiro para a sua narrativa. Nas duas

solicitações, o mediador usou a prática de relatar sua posição epistêmica de K- em relação ao conflito judicial para solicitar a produção das narrativas dos mediandos.

As narrativas assumiram contornos distintos também: a primeira história foi produzida levando em conta as relevâncias propostas pelo mediador, enquanto a segunda história foi produzida pelo *script* do próprio mediando. Nas duas narrativas, houve uso de prestações de contas.

Quanto à recepção das histórias, no primeiro caso, embora a mediadora tenha preservado em boa parte a fala da medianda, usou a prática de dividir a reformulação em partes, obtendo consensos parciais da medianda em cada etapa. Essa técnica pode ser especialmente relevante em narrativas conflituosas, e com muitas transformações feitas pelas reformulações, para se obter consensos locais, e fazer avançar a mediação. No caso dois, a reformulação transformou a fala do mediando, mas preservando sua posição negocial.

Todas as análises mostram como os participantes calibram, momento a momento na interação, a construção da intersubjetividade, através da forma como desenham e projetam suas ações, e respondem às ações dos outros, usando práticas concretas de linguagem, como as solicitações, as prestações de contas, a negociação de posição epistêmica, as reformulações, etc. As estruturas sequenciais foram responsáveis por manter o foco de atenção conjunta dos participantes em cursos específicos de ação.

Fundamentalmente, essa pesquisa expõe o valor das transcrições de dados de fala-em-interação para mostrar a realidade da mediação e como ela é praticada pelos próprios mediadores. Acreditamos ser possível tirar proveito da análise de tais práticas para discutir várias questões do procedimento institucional, e contribuir, assim, com a pesquisa empírica, a formação continuada de mediadores e com a mediação como um serviço público – e interacional – oferecido à população.

Referências

ALMEIDA, Fábio Ferraz de. *Police interviews with suspects in police stations in England*. 2018. 187 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Communication, Media, Social and Policy Studies, Loughborough University, Loughborough, 2018. Disponível em: <https://hdl.handle.net/2134/36618>. Acesso em: 28 mar. 2024.

ALMEIDA, Tania. *Caixa de ferramentas em mediação: aportes práticos e teóricos*. São Paulo: Dash, 2014.

ALMEIDA, Tania; PELAJO, Samantha; JONATHAN, Eva. (coord.). *Mediação de Conflitos: para iniciantes, praticantes e docentes*. Salvador: Editora JusPodivm, 2016. pp. 241-256.

ANDRADE, Juliana Loss de; BRAGANÇA, Fernanda; DYMA, Maria Fernanda. Mediação online: evolução, tecnologia e desafios de acessibilidade. In: LIMA, Amanda Viera de et al. *Estudos sobre mediação no Brasil e no exterior*, vol. 3. Santa Cruz do Sul: Essere nel mondo, 2020, p. 163-174. Disponível em: <https://iris.unica.it/handle/11584/331027>. Acesso em: 28 mar. 2024.

AZEVEDO, André Gomma de (org.). *Manual de Mediação Judicial*. 6. ed. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2016.

BALESTIERI, Alessandra. Mediação Online. In: PELAJO, Samantha et al. (org.). *Mediação de Conflitos: temas atuais*. Brasília: OAB Editora, 2022. pp. 211-224.

BODEN, Deirdre; ZIMMERMAN, Dom. (org). *Talk and Social Structure: Studies in Ethnomethodology and Conversation Analysis*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1991.

BRASIL. *Lei nº 13.140*, de 29 de junho de 2015. Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 29 jun. 2015. Seção 1, p. 1.

BRASIL. *Lei nº 13.709*, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Dispõe sobre a proteção de dados pessoais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Seção 1, p. 1.

BRASIL. *Lei nº 13.105*, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 mar. 2015.

BREMS, Lieselotte. Intersubjectivity and intersubjectification. In: WEN, Xu; TAYLOR, JohnR. *The routledge handbook of cognitive linguistics*. London; New York: Routledge, 2021. pp. 333-343.

CNJ (Conselho Nacional de Justiça). *Justiça em números 2023: ano-base 2022*. Brasília: CNJ, 2023.

CNJ (Conselho Nacional de Justiça). Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010. Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.

COOPER-WHITE, Pamela. Intersubjectivity. In: LEEMING, David A. (org.) *Encyclopedia of psychology and religion*. 3. ed. New York: Springer, 2020.

COBB, Sara. Empowerment and Mediation: A Narrative Perspective. *Negotiation Journal*, v. 9, n. 3, pp. 245-259, 1993.

COBB, Sara; RIFKIN, Janet. Practice and paradox: Deconstructing neutrality in mediation. *Law and Social Inquiry*, v. 16, pp. 35-62, 1991.

COUPER-KUHLEN, Elizabeth; SELTING, Margreth. Further practices with language (Online Chapter F). In: COUPER-KUHLEN, Elizabeth; SELTING, Margreth. *Interactional Linguistics: Studying language in social interaction*. Amsterdam: John Benjamins, 2018. Disponível em: <https://www.cambridge.org/highereducation/books/interactional-linguistics/00F4D2480B28BF06701D05CEF7C23F99/resources/student-resources/6F1649154A080C7ADA3F03CD92D827D8>. Acesso em: 28 mar. 2024.

DENARDI, Eveline Gonçalves; NASSARO, Luana Varzella Mimary. Modelos de mediação: facilitativo, transformativo, circular narrativo e avaliativo. *Direito Unifacs: Debate Virtual*, n. 252, pp. 1-22, jun. 2021. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/7260>. Acesso em: 28 mar. 2024.

DENZIN, Norman Kent; LINCOLN, Yvonna Sessions (org.). *The Sage handbook of qualitative research*. 4. ed. California: Sage, 2011.

DEPPERMAN, Arnulf. Retrospection and understanding in interaction. In: DEPPERMAN, Arnulf; GÜNTNER, Susanne. (org.). *Temporality in interaction*. Amsterdam: John Benjamins, 2015. pp. 57-94.

DREW, Paul. Conversation analysis. In: FITCH, Kristine L.; SANDERS, Robert E. (org.). *Handbook of Language and Social Interaction*. New Jersey: Lawrence Erlbaum, pp. 71-102, 2005.

- DREW, Paul; HERITAGE, John. *Talk at Work: interaction in institutional settings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- FERREIRA, Juliana Lopes. *Gênero sob a perspectiva da fala-em-interação na mediação familiar judicial*. Projeto de Tese (Doutorado Interdisciplinar em Linguística Aplicada). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa Interdisciplinar de Linguística Aplicada. 2024.
- GAGO, Paulo Cortes. A prática de formulação na mediação familiar judicial. In: ZYNGIER, Sonia; VIANA, Vander (org.). *Avaliações & Perspectivas: Estudos Empíricos em Letras*. Rio de Janeiro: PUBLIT soluções editoriais, 2010. pp. 185-204.
- GARCEZ, Pedro M. A perspectiva da Análise da Conversa etnometodológica sobre o uso da linguagem em interação social. In: LODER, Leticia Ludwig; JUNG, Neiva Maria (org.). *Fala-em-interação social: introdução à Análise da Conversa Etnometodológica*. Campinas: Mercado de Letras, 2008. pp. 17-38.
- GARCIA, Angela. *How mediation works*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.
- GARCIA, Angela. The role of interactional competence in mediation. *Conflict Resolution Quarterly*, v. 28, n. 2, 2010.
- GARFINKEL, Harold. *Estudos de Etnometodologia*. Petrópolis: Vozes, 2018 [1967].
- GARFINKEL, Harold; SACKS, Harvey. On formal structures of practical actions. In: MACKINNEY, John C.; TIRYAKIAN, Edward A. (org.). *Theoretical Sociology: Perspectives and developments*. New York: Appleton-Century Crofts, 1970. pp. 337-366.
- GOFFMAN, Erving. *Encounters: Two Studies in the Sociology of Interaction*. Harmondsworth (England): Penguin Books, 1961.
- GOFFMAN, Erving. The Interaction Order. *American Sociological Review*, 48, pp. 1-17, 1983.
- GOULART, Juliana Ribeiro. *Concretização do acesso à justiça: a mediação judicial e o reconhecimento do ofício do mediador judicial no Brasil*. 2018. 156 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Departamento de Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/192800>. Acesso em: 28 mar. 2024.
- HERITAGE, John. Epistemics in conversation. In: HERITAGE, John; STIVERS, Tanya. (org.). *The handbook of conversation analysis*. Oxford, UK: Wiley-Blackwell, 2013. pp. 371-394.
- HERITAGE, John; ATKINSON, John Maxwell. Introduction. In: ATKINSON, John Maxwell; HERITAGE, John. (org.). *Structures of Social Action: Studies in Conversation Analysis*. Cambridge, U.K.: Cambridge University Press, 1984. pp. 1-16.
- HERITAGE, John; WATSON, D. Rodney. Formulations as conversational objects. In: PSATHAS, George (org.). *Everyday Language: Studies in ethnomethodology*. New York, Irvington Press, 1979. pp. 123-162.
- HERITAGE, John. Epistemics in Conversation. In: SIDNELL, Jack; STIVERS, Tanya. (org.). *The handbook of conversation analysis*. Oxford, UK: Wiley-Blackwell, 2013. pp. 370-394.

- JONATHAN, Eva; ALMEIDA, Rafael Alves de. Dinâmica da mediação: etapas. In: ALMEIDA, Tania; PELAJO, Samantha; JONATHAN, Eva. (coord.). *Mediação de Conflitos: para iniciantes, praticantes e docentes*. Salvador: Editora JusPodivm, 2016. pp. 241-256.
- JONATHAN, Eva; PELAJO, Samantha. Diferentes Modelos: Mediação Linear (Harvard). In: ALMEIDA, Tania; PELAJO, Samantha; JONATHAN, Eva. (coord.). *Mediação de Conflitos: para iniciantes, praticantes e docentes*. Salvador: Editora JusPodivm, 2016. pp. 189-202.
- LODER, Letícia Ludwig. O modelo Jefferson de transcrição: convenções e debates. In: LODER, Letícia Ludwig; JUNG, Neiva Maria. (org.) *Fala-em-interação social: introdução à Análise da Conversa Etnometodológica*. Campinas: Mercado de Letras, 2008. pp. 127-161.
- MAYNARD, Douglas W.; HERITAGE, John. Ethnomethodology's Legacies and Prospects. *Annual Review of Sociology*, v. 49, pp. 59-80, 2023.
- MONDADA, Lorenza. *Conventions for multimodal transcription*, 2014. Disponível em: https://franzoesistik.philhist.unibas.ch/fileadmin/user_upload/franzoesistik/mondada_multimodal_conventions.pdf. Acesso em: 10 jan. 2021.
- MONDADA, Lorenza. Video as a tool in sociology and anthropology. In: MÜLLER, Cornelia *et al.* (org.). *Body, language, communication: an international handbook on multimodality in human interaction*. Berlin: De Gruyter Mouton, 2013. pp. 978-988.
- PANTOJA, Fernanda Medina; ALMEIDA, Rafael Alves de. Os Métodos “Alternativos” de Solução de Conflitos (ADRs). In: ALMEIDA, Tania; PELAJO, Samantha; JONATHAN, Eva. (coord.). *Mediação de Conflitos: para iniciantes, praticantes e docentes*. Salvador: Editora JusPodivm, 2016. pp. 55-70.
- REZENDE, Ariadi Sandrini; VINCENZI, Brunela Vieira de. A intersubjetividade e o reconhecimento do indivíduo através da mediação sob a perspectiva de Axel Honneth. *Revista de Formas Consensuais de Solução de Conflitos*, Minas Gerais, v. 1, n. 2, pp. 114-129, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2525-9679/2015.v1i1.1010>. Acesso em: 28 mar. 2024.
- RON-REN JUNIOR, Rony Caminiti. “A gente não tem como voltar no passado”: As práticas de (re)formulação por mediadores de conflito em sequências de reclamações e acusações. 2022. 153 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.
- ROSENBLATT, Ana *et al.* *Manual de Mediação para a Defensoria Pública*. 1. ed. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 2014.
- SACKS, Harvey. *Lectures on conversation*. Oxford: Basil Blackwell, v. 1 e 2, 1992.
- SACKS, Harvey. Notes on methodology. In: ATKINSON, John Maxwell; HEITAGE, John (org.). *Structures of Social Action: Studies in Conversation Analysis*. Cambridge, U.K.: Cambridge University Press, 1984.
- SACKS, Harvey; SCHEGLOFF, Emanuel Abraham.; JEFFERSON, Gail. Sistemática Elementar para a organização da tomada de turnos para a conversa. *Veredas*, v. 7, n. 1-2, 2003. Tradução de SACKS, Harvey; SCHEGLOFF, Emanuel A.; JEFFERSON, Gail. A Simplest Systematics for the Organization of Turn-Taking for Conversation. *Language*, v. 50, 1974.

- SCHEGLOFF, Emanuel. *Sequence organization in Interaction: a primer in Conversation Analysis*. New York: Cambridge University Press, 2007.
- SCHIFFRIN, Deborah. *Discourse markers*. New York: Cambridge University Press, 1987.
- SCHUTZ, Alfred. *Collected Papers*, v. 3. Amsterdam: The Hague, Martinus Nijhoff, 1966.
- SIDNELL, Jack. The architecture of intersubjectivity revisited. In: ENFIELD, Nick J.; KOCKERMAN, Paul; SIDNELL, Jack (org.). *The Cambridge handbook of linguistic anthropology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015. pp. 364-399.
- SIDNELL, Jack; STIVERS, Tanya. (org.). *The handbook of conversation analysis*. Oxford, UK: Wiley-Blackwell, 2013.
- SILVA, Augusto Soares da. Evidencialidade/mediatividade, modalidade epistêmica e (inter)- subjetividade. *Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, n.º Especial, v. 1, pp. 263-294, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.21747/16466195/ling2022v1a11>. Acesso em: 28 mar. 2024.
- SILVA, Caroline Rodrigues.; ANDRADE, Daniela Negraes P.; OSTERMANN, Ana Cristina. Análise da conversa: uma breve introdução. *ReVel*, [S.l.], v. 7, n. 13, pp. 1-21, 2009. Disponível em: http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_13_analise_da_conversa.pdf. Acesso em: 28 mar. 2024.
- STEWART, Katherine A.; MAXWELL, Madeline M. *Storied conflict talk: Narrative construction in mediation*. Amsterdam: John Benjamin, 2010.
- STIVERS, Tanya. An overview of the question–response system in American English conversation. *Journal of Pragmatics* v. 42, pp. 2772–2781, 2010.
- TILEAGA, Cristian. Account Giving and Soliciting. In: TRACY, Karen; ILIE, Cornelia; SANDEL, Todd (ed.). *The International Encyclopedia of Language and Social Interaction*. London: John Wiley & Sons, 2015.

Anexo 1

Tabela 1: Convenções de transcrição do modelo Jefferson

texto	Acento ou ênfase de volume
TEXT0	Trecho falado mais alto
°texto°	Trecho falado mais baixo
>texto<	Fala mais comprimida ou acelerada
>texto	Início de fala mais comprimida ou acelerada
<texto>	Fala mais desacelerada
<texto	Início de fala mais desacelerada
[texto]	Falas distintas que ocorrem ao mesmo tempo
£texto£	Fala risonha
(h)	Partículas de riso
haha	Risos vocalizados (variações: hehe / hihi/ hoho / huhu)
.h	Inspiração audível
h	Expiração audível
.	Descida de entonação
?	Subida de entonação
,	Entonação contínua
,? ou ¿	Subida de entonação mais forte que , e menos forte que ?
:	Prolongamento de som ou sílaba
_:	Descida inflexionada
:	Subida inflexionada de entonação
-	Corte abrupto na locução / autointerrupção
=	Contiguidade na fala de um mesmo falante ou distintos
↑	Subida acentuada na entonação
↓	Descida acentuada na entonação
(0.4)	Pausas em décimos de segundo
(.)	Micropausa de menos de dois décimos de segundo.
(texto)	Transcrição duvidosa
()	Som / locução inaudível.
((texto))	Comentários do transcritor

Fonte: Elaboração dos autores, baseada em Loder (2008).

SOBRE ENTREVISTAS DE PESQUISA, INTERSUBJETIVIDADE E A IMPORTÂNCIA DE NÃO SE NEGLIGENCIAR A SITUAÇÃO

ABOUT RESEARCH INTERVIEWS, INTERSUBJECTIVITY AND THE IMPORTANCE OF NOT NEGLECTING THE SITUATION

Liana de Andrade Biar¹

RESUMO

Meu propósito neste artigo é o de refletir sobre a relevância da relação intersubjetiva que se estabelece entre pesquisador/a e colaboradores/as na cena da entrevista de pesquisa. Meus argumentos estarão ancorados na Análise de Narrativa, mas se identificam com qualquer outra perspectiva construcionista de pesquisa e performativa de linguagem. Ao longo do artigo, apresento diferentes posições teóricas sobre as entrevistas de pesquisa e explico por que uma dimensão situada deveria ser considerada na pesquisa social qualitativa como um todo. Me servirei de uma lente goffmaniana para analisar dados oriundos de diferentes pesquisas narrativas realizadas por mim e por meus orientandos no sistema prisional do Rio de Janeiro. Em todas as análises, procuro mostrar como as respostas de entrevistados/as são contextualmente relativas e não podem ser alienadas da sequência interacional em que foram produzidas.

PALAVRAS-CHAVE: Entrevista de pesquisa. Intersubjetividade. Estigma. Pressuposições sociais.

ABSTRACT

My purpose in this paper is to reflect on the relevance of the intersubjective relationship established among researcher and collaborators in the research interview scene. My arguments are anchored in Narrative Analysis, but they are identified with any other constructionist perspective on research and performative perspective on language. Throughout the text, I present different perspectives on research interviews and explain why a situated dimension should be considered in qualitative social research as a whole. I will use a Goffmanian lens to analyze data from different narrative research carried out by me and my students in the Rio de Janeiro prison system. In all analyses, I show how interviewee responses are contextually relative and cannot be alienated from the interactional sequence in which they were produced.

KEYWORDS: Research interview. Intersubjectivity. Stigma. Social assumptions.

1. Introdução

Meu propósito neste artigo é refletir sobre a relevância da relação intersubjetiva que se estabelece entre pesquisador/a e colaboradores/as na cena da entrevista de pesquisa². Embora as reflexões aqui condensadas possam ser úteis a qualquer pesquisa que se apoie em dados gerados em entrevistas, devo dizer, desde o princípio, que meus argumentos estarão primariamente ancorados desde a visada da Análise de Narrativa que tenho praticado (Biar *et al.*, 2021), uma área que se alinha teoricamente com os estudos sociointeracionistas da fala-em-interação (cf. Fabrício, 2020).

¹ Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO), lianabiar@puc-rio.br, <https://orcid.org/0000-0002-8673-8668>.

² A noção de intersubjetividade está sendo invocada aqui desde uma perspectiva interacionista, para nomear a sincronia que se estabelece entre indivíduos em interação e na qual se produzem sentidos sobre a realidade e as ações humanas (cf. Riessman, 2008).

Em breve resumo, a Análise de Narrativa configura-se como uma vertente de análise discursiva interessada em conciliar a emergência de histórias nas interações humanas e a relação indexical que estas estabelecem com posições sociais, dimensões históricas, culturais e embates discursivos que extrapolam a própria história (Biar *et al.*, 2021). Nessa abordagem, entende-se que histórias são narradas em práticas discursivas que tanto refletem quanto moldam diferentes níveis de contexto (De Fina; Georgakopoulou, 2008). Adota-se no campo uma perspectiva interacional que nos faz refletir acerca do que os atores sociais reproduzem e reforçam, mas também do que contestam e modificam ao narrar. Ou melhor: ao co-narrar.

Um aspecto fundamental da Análise de Narrativas é que não se pode perder de vista a relação entre os/as interlocutores/as e a maneira como estes/as cooperam na seleção, construção e avaliação dos elementos narrativos e seus significados. Ainda de acordo com De Fina e Georgakopoulou (2008), este é o coração dessa vertente teórica: narrar é sempre uma prática conjunta e produto de muita negociação.

Do ponto de vista metodológico, a área frequentemente lança mão das entrevistas qualitativas como recurso de geração de dados³. Uma preocupação central do campo a esse respeito tem sido evitar destacar as narrativas produzidas por entrevistados/as de seu contexto local de emergência, e considerar cuidadosamente os efeitos da presença física ou virtual do/a entrevistador/a sobre os dados que se produz, bem como seu papel ativo em cada lance interacional do encontro (cf. De Fina; Perrino, 2011). Isso porque, no trabalho com narrativa, estão em jogo no mínimo dois cronotopos⁴: aquele que compõe o domínio espaço-temporal da história que está sendo contada, também chamado de “mundo narrado” (Perrino, 2005), e aquele que diz respeito à situação em que a narrativa está sendo produzida, ou o “mundo narrativo” (*idem*).

A entrevista de pesquisa deve então ser analisada como um dentre os variados “mundos narrativos”, que passamos a compor enquanto pesquisadoras/es com nossos/as colaboradores/as de pesquisa. Nestes mundos estabelecem-se relações que, parafraseando o famoso artigo de E. Goffman (1964), não devem ser negligenciadas. Ao longo deste artigo, meu principal objetivo será explicar por que essa dimensão situada parece tão central para estudos com dados gerados em entrevista e, adicionalmente, por que ela deveria ser considerada na pesquisa social qualitativa como um todo.

Essa discussão não é nova, mas, nos últimos anos, tenho colecionado cenas de pesquisas minhas e de meus/minhas orientandos/as que iluminam especialmente esses pontos. Trago aqui alguns desses exemplos, que frequentam assiduamente minhas aulas de metodologia, especialmente as sessões sobre como analisar entrevistas. Meu esforço neste artigo será o de reunir diferentes argumentos teóricos, somá-los a uma proposta analítica concreta e oferecer exemplos de aplicação.

Por predileção teórica, me servirei de uma lente goffmaniana para ilustrar os diferentes excertos, privilegiando uma “lâmina interacional” (Biar, 2012) de análise. Por conta das limitações

³ Aliás, o campo da pesquisa qualitativa em geral investe massivamente nas entrevistas como prática de geração de dados (Denzin; Lincoln, 2003).

⁴ Uso o conceito de cronotopo aqui conforme formulado por Bakhtin e incorporado na área de Análise de narrativas (De Fina, 2021): indissociabilidade entre tempo e espaço que se usa na construção narrativa.

de espaço, selecionei para isso dados gerados em diferentes pesquisas narrativas em torno do sistema prisional do Rio de Janeiro – um contexto especialmente tensionado e que nos serviu de campo nos últimos anos.

Início o artigo apresentando abordagens tradicionais e contemporâneas da entrevista de pesquisa, sublinhando as ascendências teóricas da perspectiva de que me sirvo na análise de dados. Em seguida, a partir de uma revisão assentada na obra de Goffman, defino as categorias que usarei como lente para revisitar os exemplos de pesquisa selecionados. Após tecer em minhas considerações finais algumas vantagens da análise proposta, apresento uma lista de pontos que me parecem especialmente importantes de se considerar por aqueles que se iniciam na prática de geração de dados a partir de entrevistas qualitativas.

2. Entrevista de pesquisa

Uma consulta básica ao infame *Chat GPT*⁵ retorna a seguinte definição para o termo ‘entrevista de pesquisa’: “um método de coleta de dados qualitativos no qual um pesquisador faz perguntas a um entrevistado com o objetivo de obter informações sobre um determinado tópico”. Como se sabe, esse aplicativo gera as suas respostas a partir do *webscraping* de várias fontes da internet, acadêmicas e não acadêmicas. Embora tenhamos muitas razões para desconfiar do tipo de respostas que obtemos nesta e em outras fontes da internet, uma busca como essa pode dar a ver conceitos, crenças e usos do termo, os quais, se não forem mais frequentes, são certamente de grande circulação no vasto universo da internet e do senso comum.

Não apenas lá, mas em muitas áreas do fazer científico, as entrevistas têm sido vistas como mero procedimento de obtenção de dados, em que não se costuma considerar o papel constituinte do entrevistador no que ali se passa. Em um sem número de manuais de metodologia e relatórios de pesquisa, percebe-se uma perspectiva onto-epistemológica, nem sempre explícita, mas definitivamente pervasiva, assentada, por um lado, em “construções ideológicas modernas” (Fabrício, 2016) de fundo representacionista e, por outro, em uma visão objetivista de conhecimento científico.

Nessa linha, costuma-se, em relação às entrevistas:

(i) projetar-lhes o conhecido modelo comunicativo “telementacional” (Harris, 1988: 205), em que se aposta na eficiência e transparência da linguagem em relação ao pensamento e na alternância de papéis ativos e passivos entre os/as interlocutores/as. Em tal modelo, atribui-se para os/as respondentes um tipo de racionalidade universal que lhes permite compreender sem ruídos questões pré-formuladas que servem como estímulo a respostas verdadeiras, transmitidas de forma linear, eficiente e colaborativa;

(ii) confiar que as respostas e histórias produzidas pelo/a entrevistado/a revelam genuinamente um “*self* integrado”, consistente e perene, compatível com a imaginação ocidental moderna (Gubrium; Holstein, 2003);

⁵ Trata-se de um aplicativo de inteligência artificial, popular em 2024, capaz de responder instantaneamente a perguntas e questões formuladas por seus usuários. A Consulta foi realizada em 20 de março de 2024.

(iii) concebê-las como um recurso (Rapley, 2001) de pesquisa extrativista em que cabe a o/a entrevistador/a pré-estabelecer os tópicos a serem abordados e distribuir os turnos de fala, reduzindo-se ao máximo os efeitos da interação de modo a incrementar a confiabilidade da coleta de dados (Briggs, 1983);

(iv) acreditar na prerrogativa do/a pesquisador/a de, uma vez coletadas e analisadas as respostas, julgar, conforme seus próprios parâmetros, a adequabilidade dos dados;

(v) conferir controle a o/a pesquisador/a no que diz respeito à representação da fala (muitas vezes glosada ou editada) nos relatórios de pesquisa.

Nos estudos do discurso e da interação, suposições como essas poderão ser problematizadas com base em princípios bem sedimentados na sociologia interacionista e na antropologia contemporânea. Falarei brevemente desses princípios antes de apresentar algumas redefinições que, baseadas neles, foram propostas para a entrevista.

Vem do projeto interacionista (Blumer, 1937; Goffman, 1964; Hymes, 1971, entre outros) a proposta de observação dos encontros interpessoais como *loci* privilegiado de investigação dos fenômenos sociais e linguísticos, reconhecendo a centralidade desses encontros, e da troca entre os interlocutores, na interpretação da realidade. Nesse sentido, as atividades semióticas estão sempre fincadas em situações sociais concretas nas quais se desenrolam outras ações interpretativas que produzem dinamicamente ordens, significados e relevância para a própria situação e também para o que é dito e feito nela. Já na antropologia, temos principalmente com Clifford e Marcus (1980) o marco emblemático de um movimento autorreflexivo sobre o texto etnográfico. Como bem condensa Coelho (2016), a tônica do livro é o giro para dentro que ele propõe ao campo, quando passa a pensar a etnografia fora da lógica representacionista. Se antes se concebia o trabalho do/a pesquisador/a como o de observador/a de uma realidade cultural social que está “lá fora” pronta para ser apreendida e descrita, agora esse trabalho passa a ser pensado como texto limitado pelo contato sempre subjetivo com o campo, que produz uma perspectiva idiossincrática sobre ele.

Nos dois movimentos intelectuais sumariamente descritos acima, a noção de intersubjetividade é central (Schutz, 1979). O sentido das nossas ações no mundo não é fixo, estável ou individual, mas produzido conjuntamente em processos relacionais. Isso faz emergir nas reflexões metodológicas subsequentes uma concepção de prática de pesquisa como uma atividade social como tantas outras da vida (Cicourel, 1964), em que pesquisadores e colaboradores, como atores sociais que são, entram em relação em encontros legítimos e singulares. Na ação de pesquisar, via etnografia, entrevistas ou ambos, os sujeitos envolvidos se constituem mutuamente, trocam experiências fragmentadas que assumem forma e sentido únicos, mas provisórios e sempre passíveis de transformação.

É nesse espírito que Briggs (1983) propõe que pensemos sobre que tipo de evento interacional e entrevista é. A partir de uma antropologia semioticamente orientada (Briggs, 2007), o autor argumenta em favor de se tomar as entrevistas de pesquisa como um objeto de análise em si mesmo, tendo em vista a pragmática complexa em que ela está envolta e as ideologias comunicativas reforçadas por

elas. Do modo aproximado, Mishler (1986) ressalta a necessidade de se analisar a entrevista como um evento de fala, dentro do qual o discurso é conjuntamente formulado. Mesmo quando diante de um roteiro prévio, entrevistador/a e entrevistados/as constroem, influenciados/as um/a pelo outro/a, formas de perguntar e responder sensíveis ao encontro. As análises precisam então levar em conta as relações que se estabelecem, biografias envolvidas, imagens de si projetadas, visões de mundo em disputa, e nunca ignorar a influência desses fatores sobre os formatos tanto das respostas quanto das perguntas. Em tentativa de síntese, Santos e Bastos (2013, p. 11) apresentam a entrevista qualitativa “como um evento interacional em que os participantes [entrevistados e entrevistadores] utilizam elementos discursivos diversos a fim de criar e manter a interação social (...) produzir avaliações sobre o mundo e [gerenciar] suas identidades sociais”.

De Fina e Perrino (2011), no campo da Análise Narrativa, reforçam o ponto de Mishler segundo o qual a presença e a influência do/a entrevistador/a devem ser tornadas relevantes em qualquer análise do discurso do/a entrevistado/a. No lugar de se pensar as narrativas como objetos discursivos *retirados* de entrevistas, as autoras propõem que se pense nelas como intimamente *vinculadas* à entrevista. Narrativas de entrevistados/as respondem necessariamente a propósitos locais relativos ao tempo, espaço e especificidades da audiência (Bauman, 1986) e, enquanto dados para análise, não devem ser extraídas da sequência de onde emergem e com qual se relacionam dialogicamente. De Fina (2009) propõe também que nos voltemos para a noção de gêneros discursivos para pensar no pertencimento contextual das narrativas. Segundo a autora, costuma-se olhar para entrevistas como se elas formassem uma categoria homogênea, embora, na prática de pesquisa, possamos identificar cenários, formatos, relações interpessoais e audiências (inclusive imaginadas, isto é, aquelas que não estão lá, mas são previstas pelos interlocutores quanto projetam a circulação da pesquisa) bem diferentes entre si.

Nesse exercício de olhar para o local, há que se ter o cuidado de não perder de vista certas questões que extrapolam o encontro, mas também o constituem. Como nos lembra Rocha *et al.* (2004), a entrevista é uma prática discursiva de demandas institucionais, composta por pessoas que frequentemente vêm de posições sociais e discursivas diferentes. As entrevistas estão assim saturadas de relações de poder que configuram restrições, permissões e formas de fazer o discurso circular. Deve-se observar como as dinâmicas interacionais interagem com formas de exclusão, inclusão e perpetuação de papéis sociais (De Fina e Georgakopoulou, 2008).

Em resumo, vê-se nessa revisão a necessidade de se tomar a entrevista como uma cena sociológica em que todos os participantes estão negociando forma e conteúdo, manejando impressões, lidando com relações de poder que estão postas, mas podem também ser negociadas. Esses são eventos não raramente modulados por conflitos e embaraços de diversas ordens; uma arena, portanto, de embates importantes, como se verá a seguir. Minha contribuição a partir de agora focalizará esse último ponto com auxílio de parte do instrumental interacionista ofertado na obra de E. Goffman. Após iluminar alguns dos conceitos dos quais me sirvo, encaminho quatro breves análises em que

assimetrias, constrangimentos e provocações não puderam ser ignorados nas explicações sobre os dados gerados.

3. Uma lente goffmaniana para análise da interação com entrevistados

Iniciei este texto contrastando dois cronotopos que em geral se articulam na cena da entrevista: o evento narrado e o evento narrativo. A seção anterior nos conduz a pensar que, no lugar de invisibilizar o evento narrativo, se deve focalizá-lo com a devida atenção, porque nele se desenrolam dinâmicas situadas de uma ordem interacional fundamental para compreender os dados gerados em entrevista.

Vem de Goffman (1983a) a noção de ordem interacional da qual me socorro aqui. Distinguindo-se do domínio macroestrutural – a ordem social (ou o “macro”) –, o conceito de ordem interacional (ou o “micro”) se refere às regularidades que guiam a interação social. No projeto teórico de Goffman, é nítida a tomada desse domínio micro como um objeto substantivo em si mesmo (Goffman, 1983a, p. 2), e uma janela de acesso para o estudo da sociedade com um todo.

O ponto central de Goffman, parece ser, conforme leitura recente de Fabrício (2020), que as dimensões micro e o macro não são independentes, mas também não se complementam de modo óbvio; elas “se acoplam de modo frouxo e movediço”. Nesse sentido, existem, para a ordem interacional, formas e processos próprios que podem vir a consolidar ou desafiar as ordens sociais mais estáveis. Encontrar a articulação entre os dois planos é um ponto importante das análises interacionistas e também um caminho para a análise de entrevistas. A situação de pesquisa pode vir a acirrar ou colapsar, por exemplo, diferenças consolidadas da ordem social, tais como as assimetrias raciais, de gênero, idade, classe e profissão, em face do modelo idealizado em que se espera que um entrevistador – independentemente de seus marcadores sociais – conduza a atividade e defina os turnos e tópicos da conversa. Como nota Briggs (1983), certos componentes da vida “de fora” da entrevista podem ficar em segundo plano quando os/as participantes se amoldam em seus papéis de pesquisador/a e colaborador/a. Do mesmo modo, também é possível que os/as participantes não aceitem a supressão de relações externas promovida pela situação de entrevista. Tudo isso terá de ser negociado em interação e emergirá como produto de processos intersubjetivos.

3.1. Pressuposições sociais

Parte significativa do que se desenrola na ordem interacional depende de compreensões sobre como agir em interação. Goffman (1983b) chama de pressuposições sociais aquilo que diz respeito às normas que organizam o formato da fala – e do comportamento simbólico em geral – e guiam suas interpretações. A ideia hoje já tem lugar cativo e está bem desenvolvida dentre os estudiosos da fala-em-interação: a fala é governada por regras e entendimentos comuns. Então, entrevistas de pesquisa tanto quanto quaisquer outras formas de interação cotidiana ou institucional mobilizam, por parte dos/as interlocutores/as, uma série de suposições complexas de natureza sociológica sobre como agir.

Apesar de reconhecer a semelhança e o potencial de noções pragmáticas como as de condições de felicidade e máximas conversacionais, de Austin e Grice, Goffman aponta certo etnocentrismo inerente a tais abordagens, as quais, segundo autor, se baseiam apenas em modelos de comunicação familiares aos seus pensadores, e carecem de análises contextualmente complexas e culturalmente diversas. Esses modelos tradicionais não são suficientemente eficazes na previsão de detalhes microscópicos que repousam sobre pelo menos dois tipos de elementos.

Em primeiro lugar, esses detalhes dizem respeito ao que é apropriado segundo definições de situações sociais tipificadas – os conhecidos enquadres. De acordo com Goffman (1974), a noção de enquadre diz respeito a como participantes de uma dada interação definem o que está acontecendo no aqui-agora interacional (que tipo de situação é esta?). Enquadres são culturalmente específicos e dinâmicos: suas definições são sempre negociáveis e passíveis de transformação. São dinâmicos, além disso, em outro sentido: estamos sempre nos movendo entre enquadres no curso das interações. Como os enquadres não estão dados, mas vão sendo tacitamente acordados entre os interlocutores, num único encontro, não é raro que nos vejamos diante de uma disputa de enquadres, ou que percebamos uma mudança da definição do que está acontecendo. Mostrarei um exemplo disso adiante.

Em segundo lugar, esses detalhes dizem respeito também a variáveis mais difusas, essas sim capturadas pela noção de pressuposições sociais: as singularidades de cada encontro; certas especificidades que têm a ver com o grau de intimidade/familiaridade entre interlocutores/as; as relações de poder instanciadas entre eles na interação; as possibilidades de contestação dessas relações; as diferentes necessidades de consideração, tato e polidez para com o outro em um dado contexto; as biografias e experiências prévias individuais ou conjuntas dos interlocutores; a duração do estado de fala, e tudo mais que, de acordo com Goffman, costumamos considerar de modo implícito quando tomamos parte em uma interação. São esses então os conhecimentos comuns – como já dito, relativos, razoavelmente instáveis – sobre o como-agir-apropriadamente-em-interação.

Seguindo essa linha, para se analisar a ordem interacional da entrevista de pesquisa é preciso considerar: se entrevistador/a e entrevistado/a já se conhecem; quão íntima e duradoura é essa relação; que tópicos são considerados apropriados, interditados ou íntimos demais nessa situação; os lugares de cada interlocutor/a na ordem social e no enquadre das entrevistas, que tipo de consideração os/as participantes devem uns aos outros nessa circunstância etc.

3.2. Estigma

Pensemos aqui mais especificamente no modo como uma entrevista de pesquisa frequentemente põe em relação um/a pesquisador/a e outros indivíduos desconhecidos um do outro e que se distanciam socialmente em termos de seus marcadores sociais. A seguir, por exemplo, explorarei flashes de pesquisas realizadas em contexto prisional, e que contaram com colaboradores/as em situação de muita vulnerabilidade social, acusados/as de diferentes tipos de crime. Em termos goffmanianos, poderíamos estar, em situações sociais como essas, diante de um estigma (Goffman, 1988). O conceito

está associado à noção de pressuposições sociais, mas Goffman aqui coloca sua lupa mais próxima dos encontros em que se impõe sobre interlocutores um tipo de diferença que os/as envolvidos/as não podem deixar de notar.

Mas o estigma não é pensado pelo autor de forma essencializante, como alguma característica que está dada e que distribui, por sua própria natureza, status e poder nos encontros. O estigma será sempre relativo aos encontros; um produto da violação de expectativas sobre o que acontece em interação⁶. Se, na vida em sociedade, sempre fazemos certas projeções sobre como nossos/as interlocutores/as deveriam se comportar, isso também é verdade em relação a como eles deveriam ser ou parecer. A discrepância entre essas expectativas e os atributos que nossos pares efetivamente exibem no contato face-a-face é que produz o estigma, um elemento contingente que se impõe à atenção em uma dada situação e que reclassifica o elemento discrepante de forma negativa, como um defeito ou uma desvantagem. Goffman, em seu trabalho, se esforça para traçar uma distinção entre circunstâncias ordinárias, em que um elemento da apresentação de um ator social não se impõe de maneira especial, e aquelas em que o estigma comparece. Entretanto, nos termos de autor, a distinção entre ordinariedade e a extraordinariedade – ou desvio – nos encontros não diz respeito a pessoas ou atributos em si, “e sim [a] perspectivas geradas [*processualmente*, acrescento] em situações sociais” (Goffman, 2012 [1988], p. 149). É importante lembrar que, conforme as noções de ordem discutidas acima, o estigma que se vê na ordem interacional em geral atualiza assimetrias estabilizadas na ordem social, mas não necessariamente. Pode acontecer que um mesmo atributo produza uma informação estigmatizante em um tipo de encontro, e não em outro, ou que esse estatuto seja disputado no decorrer dos lances interacionais. Por serem *produzidos* na interação, não podemos categorizar estigmas de forma essencializante.

Se, no projeto goffmaniano, todo contato humano serve de palco no qual as pessoas forjam um sentido de si mesmas (o *self*) via um monitoramento mútuo das impressões, diante de um estigma, isso precisa ser feito de forma mais aguçada, com uso mais consciente de estratégias de consideração, conhecidas como trabalho de face⁷. A partir do trabalho de face, os/as participantes da interação gerenciam a informação estigmatizante e ajustam as expectativas do encontro enquanto agem em conjunto. Ainda segundo Goffman: “Quando normais [*sic*] e estigmatizados realmente se encontram na presença imediata uns dos outros, especialmente quando tentam manter uma conversação, ocorre uma das cenas fundamentais da sociologia porque, em muitos casos, esses momentos serão aqueles em que ambos os lados enfrentarão as causas e efeitos do estigma” (Goffman, 2012 [1988], p. 23).

Como dito anteriormente, as análises que se seguem estarão voltadas para momentos de tensão interacional destacados de diferentes pesquisas, minhas e de orientandos/as. Todas elas se

⁶ É sempre bom lembrar, a esse respeito, que a obra *Estigma* de Goffman é parte do projeto interacionista da sociologia norte-americana, um parente da teoria da rotulação. Nessa empreitada, o desvio e o estigma são vistos como alguma coisa que é negociada a partir de interações muito complexas, resultados de processos de rotulação.

⁷ A noção de face se refere ao valor social positivo que uma pessoa efetivamente reivindica para si mesma através da linha que os outros pressupõem que ela assumiu durante um contato particular (Goffman 2011 [1967], p. 14).

debruçam sobre encontros face a face em contextos delicados. Meu objetivo ao rever estes excertos será identificar os pressupostos sociais que parecem compartilhados pelos interlocutores, observar as dinâmicas da ordem interacional e sua relação com os papéis sociais previamente ocupados, assim como os modos como eventualmente se manejam informações estigmatizadas. Ao fazer isso, espero iluminar de que modo a análise dos dados gerados em entrevistas não pode prescindir do exame da própria entrevista, enquanto evento de fala.

4. Contornando as tensões

Há vários anos, em minha tese de doutorado (Biar, 2012), entrevistei internos do sistema prisional fluminense, especificamente os condenados por tráfico de drogas, atentando para as suas histórias de vida e narrativas de adesão ao crime. Na ocasião, parti do conceito de estigma (1988) e neutralização (Becker, 1963) para descrever a minha interação enquanto pesquisadora com esses colaboradores de pesquisa, observando recursos interacionais mobilizados para conciliar as expectativas sobre as entrevistas com a extraordinariedade do desvio latente naquele contexto. Um dos recursos interacionais descritos nesse trabalho foram as técnicas de controle da informação estigmatizante.

Ao conduzir as entrevistas, eu acreditava que minha função como pesquisadora era sempre manter a face dos entrevistados condizente, não com uma linha de ação típica, ou estereotipada, de desviantes estigmatizados, mas como participantes ratificados e legitimados de uma pesquisa social. Além disso, o encontro misto – esse que põe face a face indivíduos com grandes assimetrias em termos de seus estereótipos – é frequentemente marcado pela potencialidade de linhas de ação consistentes com medo, pena, hostilidade ou humilhação, por exemplo. Para resguardar o equilíbrio interacional de tais ameaças, era preciso renunciar a certas ações, e realizar outras que poderiam ser consideradas custosas e desnecessárias em outros contextos. Enfim, o fluxo interacional estava permanentemente vigiado para que a imagem positiva reivindicada pelo *self* dos internos, bem como a sincronia típica dos encontros sem hierarquização de status social, tivesse espaço para emergir.

No excerto abaixo, reproduzo uma das entrevistas realizadas no campo. As entrevistas foram marcadas com os participantes da pesquisa após algumas semanas de interação com eles no espaço escolar de uma unidade prisional.

Excerto 1: João⁸

Liana	hh hh então tá bom. é:: João, como é que:: como é que foi tudo, João? Como é que cê::.. Quê que: basicamente aconteceu na sua vida assi::m
João	A minha infância ela é:: muito contraditória à vida que eu levo. Eu sempre fui um:: assim jovem, na minha:: juventude, no caso na adolescência, na minha:: infância, né? como estamo::s, assim, como a senhora está me perguntando, sempre tive uma família bem estruturada, uma família bem organizada, uma família:: bem orientada. Ma::s, o que acontece? Me faltava algo...°entendeu?°. Creio eu que pra muitas pessoas falta algo, né? No caso faltava pra mim algo material... que:: no caso, é:: como é que eu vou explicar? Haveria possibilidade da minha família me dar... isso que eu precisava, mas↑, devido a eu ser uma pessoa muito jovem, muito nova, minha família achou que eu não poderia ter aquilo naquele momento. Foi isso que:: fez eu entrar nessa vida.

Nessa entrevista, os papéis de entrevistadora e entrevistado estão bem delimitados. Ambas as faces estão manejadas tal como são nossas expectativas culturais sobre uma interação em que se aborda um tópico delicado. Parece haver certo zelo das duas partes em encobrir ou interditar a informação criminal que acirraria os estigmas. Certas escolhas discursivas dão este tom zeloso à interação.

Destaco, em primeiro lugar, a pergunta feita por mim. Nesse momento, em meu roteiro semiestruturado de perguntas, constava o tópico: como você entrou para o tráfico? No entanto, na sequência de abertura da entrevista, enquanto eu ainda estava negociando a confiança necessária para a fluidez das histórias, a pergunta não pôde ser formulada de tal maneira. Quero sublinhar aqui um certo constrangimento interacional, nas hesitações, falsos começos, indiretividade e evitação da informação estigmatizante que trago na formulação da minha pergunta. O trecho sugere que uso como estratégia para proteção de face do meu entrevistado o encobrimento de um conteúdo potencialmente gerador de obstáculos para uma apresentação positiva de si. Também, nesse sentido, cabe notar que o apagamento da ação na própria sintaxe da pergunta implica, logicamente, uma não atribuição de agência a João, projetando, para a adesão criminal, um sentido de acaso.

Mas não só na minha pergunta que se vê esse tipo de estratégia de evitação. A resposta de João é também extremamente cuidadosa. Em primeiro lugar, toda a narrativa que ele desenvolve pode ser lida como um *account* (De Fina, 2009), porque surge da demanda de explicar um comportamento social

⁸ Todos os nomes de entrevistados são pseudônimos. Nos excertos foram utilizados as seguintes convenções de transcrição: os sinais de ponto-final (.) indicam pausas breves; três pontos (...) indicam pausas mais longas; o sinal de dois pontos duplicado (::) indica alongamento de vogal; o sinal de “maior que” (>palavra<), indica fala mais rápida; dois círculos sobrescritos (°palavra°) indicam fala mais baixa; aspirações condizentes com risadas são indicadas por hh hh; por fim, parênteses duplos ((palavra)) indicam comentários da transcritora sobre sinalizações gestuais.

não normativo. Além disso, escolhas como “a vida que eu levo” e “entrar nessa vida” exigem um trabalho de inferência porque estão ancoradas na situação e sua interpretação depende de informações biográficas compartilhadas pelos interlocutores (por exemplo, o fato de João ser ainda atualmente uma liderança do tráfico). O uso de tais expressões parece alinhado com a indiretividade da pergunta inicial, como se o acordo tácito presente nessa interação fosse não nomear a ação criminal para, de certa forma, não materializar o conteúdo estigmatizante, evitando mais tensões do encontro. Além disso, João adia o quanto pode a informação-chave para o ponto da história: a causa da sua entrada para o tráfico.

Nessa coreografia em que nós dois nos engajamos, o que parece estar em jogo são normas de consideração e proteção que extrapolam as assimetrias sociais entre nós: enquanto sinto que João precisa ter oportunidade de se apresentar sob uma luz favorável; João sente que eu tenho direito a não ser confrontada por uma informação que ele sabe desafiar os parâmetros regulares de normalidade. Tudo que é dito e feito nessa entrevista precisa então ser analisado à luz de nossas diferenças, mas também dessa ordem interacional.

5. Acirrando as tensões

No próximo exemplo, prosseguimos em ambiente prisional, visitando uma pesquisa realizada com mulheres presas por tráfico de drogas e que se encontram atualmente em regime semiaberto no Rio de Janeiro (Biar *et al.*, 2021; Nascimento *et al.*, 2016). Dessa vez, procurei entender como tais mulheres construíam suas narrativas de entrada para o tráfico, focalizando especialmente as relações de causa e efeito mobilizadas e a sua associação a diferentes sistemas de coerência (Linde, 1993). Os resultados dessa pesquisa mostraram – e nota-se isso recorrentemente na literatura sobre mulheres no crime –, que as entrevistadas elaboravam suas explicações a partir da menção a uma relação amorosa disruptiva, que lhes retirava a agentividade. O “desvio”, então, nesse caso, é apontado direta ou indiretamente como consequência dessa relação. Nesse movimento, as entrevistadas normalmente se apresentavam sob os signos da “juventude”, “fraqueza”, “irracionalidade”, “ingenuidade”, “emoção” – todos índices recorrentes de um discurso hegemônico de feminilidade (compare-se, por exemplo, com os signos de “força”, “racionalidade”, “maturidade”, frequentemente atribuídos à masculinidade). A adesão frequente a esse discurso passivo e pervasivo da feminilidade produzia o efeito de absolver essas mulheres em relação às atividades no tráfico, ao mesmo tempo em que atuavam, no plano interacional, dirimindo tensões criadas pela situação de entrevista em função do estigma criminal.

Vejam, porém, o que acontece no excerto transcrito a seguir, retirado de uma entrevista realizada com Aline, interna do sistema prisional no Rio de Janeiro, que se encontrava, na ocasião do encontro, trabalhando junto a uma organização de apoio à empregabilidade de mulheres presas. A entrevista foi realizada por dois alunos de Iniciação Científica. No pequeno trecho que reproduzo abaixo, apenas um deles conversa com Aline. Os participantes se conheceram no momento da entrevista.

Excerto 2: Aline

Vinicius	Você... é:: como é... deixa eu tentar reformular. >O que que aconteceu pra você ser presa?<
Aline	Eu? Tráfico.
Vinicius	Tráfico. >Meu.Deus.do.céu.que.tenso.< Tudo bem. Tráfico. Mas você trabalhava assim... ativamente, vo- >como é que era isso?<
Aline	Eu trabalhava ativamente mesmo, traficava mesmo.
Vinicius	Traficava mesmo. Você:: mandando, fazendo coisas?
Aline	Mandando, fazendo, >fazendo tudo<.

Assim como no exemplo anterior, esses dados podem ser analisados a partir de outras dimensões discursivas, mas, por conta do foco deste artigo, privilegiarei, da interação entre Vinicius e Aline, apenas aspectos relativos à ordem interacional, procurando iluminar como a dinâmica entre entrevistador e entrevistada pode se fazer também relevante para reflexão sobre o tipo de dado gerado para a pesquisa.

Nota-se, nos alongamentos, pausas, reformulações e falas aceleradas da pergunta elaborada por Vinicius, o mesmo desconforto visto no exemplo anterior. Trata-se de um tópico delicado, com potencial ameaçador da face da entrevistada. Até aqui, tudo corre de maneira análoga ao que acontece no excerto 1. O cuidado na pergunta de Vinicius contrasta, no entanto, com a firmeza da resposta de Aline, que, ao contrário de João, recusa a indiretividade proposta, e definitivamente não oferece *accounts*. A hesitação de Vinicius e a diretividade de Aline formam um padrão que se repetirá em mais dois pares de pedido de confirmação-resposta na sequência da interação. Vinicius então repete a palavra “tráfico”, produzindo uma ênfase dramática e uma avaliação sobre seu potencial estigmatizante: “tensa”. Depois disso solicita um esclarecimento e elaboração de Aline sobre as suas funções no tráfico. Diferentemente do que costumava acontecer nas entrevistas com as demais participantes da pesquisa, Aline não aponta uma causa externa para a sua entrada no universo do crime, e se constrói como ativa em relação a suas ações, além de nomeá-las explicitamente.

Embora a entrevistada recuse uma narrativa longa, os papéis de entrevistador/entrevistada da ordem interacional estão bem assentados, e Aline produz um pequeno relato de ações recorrentes que parece desafiar outras expectativas de Vinicius sobre a interação. Um desconforto interacional – patente no aparente desconcerto de Vinicius e tranquilidade de Aline – fica, então, evidente. O entrevistador pede, novamente de modo hesitante, outro esclarecimento, a que se segue nova narrativa breve de ações recorrentes e explicitamente nomeadas, em relação às quais Aline se posiciona como sujeito.

Mas o que exatamente parece desconcertar Vinicius? Em termos de pressuposições sociais, alguma coisa não saiu como o esperado, provavelmente a expectativa de que Aline facilitaria as coisas e afrouxaria, no lugar de acirrar, o estigma criminal. É interessante observar o trabalho interacional

que Aline dá a Vinícius ao apontar tão diretamente o motivo da sua prisão. Na interação em tela, essa parece ser uma resposta “despreferida” (Ostermann, 2017), isto é, parece que uma regra interacional foi quebrada. Por conta de normas sociais mais macro e de nossas experiências prévias em relação a esse tipo de encontro, o que se esperava da Aline, uma “criminosa”, uma mulher, é que ela mitigasse sua agência sobre a entrada para o tráfico e correspondesse aos estereótipos de vulnerabilidade.

Entretanto, aqui, a face ameaçada parece ser a de Vinícius, que tem suas expectativas não-atendidas, e precisa manejar – sozinho – as consequências da fissura promovida por Aline. Seu nítido constrangimento é pista disso. Em outras palavras: se o esperado para Vinícius era se deparar com uma narrativa que tornasse a experiência desviante da entrevistada justificável ou ao menos compreensível, a recusa de Aline em cumprir com esse mandato dá a Vinícius um trabalho “extra”, patente na maneira como ele parece não se conformar com as respostas já dadas por Aline.

A cena fica ainda mais interessante quando se pensa que essa dinâmica interacional com Aline inverte a distribuição de poder típica do enquadre. De um ponto de vista mais macro, vemos também um trabalho político importante na apresentação que Aline faz de si: no lugar de aderir a um discurso hegemônico da feminilidade, a entrevistada o desafia, apresentando uma possibilidade alternativa de estar no mundo e lidar com o estigma criminal.

6. Subvertendo os papéis

O terceiro *flash* de pesquisa vem da dissertação de mestrado de Vitoriano (2015), que teve como cenário uma instituição socioeducativa para menores em conflito com a lei no Rio de Janeiro/Brasil. O objetivo geral da pesquisa era gerar entendimentos, a partir de atividades pedagógicas com potencial exploratório (cf. Miller *et al.*, 2020) – dentre elas a entrevista de pesquisa –, sobre a qualidade de vida nessa instituição, especialmente na escola da unidade. Cris, a pesquisadora, era uma jovem professora que já vinha realizando trabalho educacional voluntário na instituição. Abaixo, reproduzimos uma breve interação que antecede uma entrevista de pesquisa. Nessa cena, os participantes estão no final de uma aula sobre língua materna. Essa não era a primeira vez que Cris conduzia atividades com os alunos internos. Instantes antes da sequência que se vê a seguir, alguns alunos e Cris apagam juntos o quadro. A professora pretendia iniciar uma entrevista com um deles ao fim dessa atividade. O gravador já estava ligado.

Por conta do que vai acontecer na interação, é importante informar que a criminalidade do Rio de Janeiro, especialmente o tráfico de drogas, é dividida em grandes facções rivais, cada uma delas responsável pela atividade em determinadas áreas da cidade. Uma dessas facções é conhecida como “Comando Vermelho”. Em áreas de disputa territorial entre facções (inclusive prisões), vestir roupas vermelhas significava manifestar apoio ao Comando Vermelho. Por essa razão, essa cor é oficiosamente proibida a visitantes e funcionários de instituições prisionais. Também é importante saber que a instituição onde essa interação acontece, abrigava apenas menores infratores de uma facção rival do Comando Vermelho, conhecida como Terceiro Comando.

Excerto 3: Julio

Julio	>Coé, mano<. Apaga aqui, professora ((referindo-se à letra de música escrita no quadro)), vai ficar horrível
Cris	Hã?
Julio	Meio vermelho isso daí? ((apontando para a blusa de Cris))
Cris	É rosa. Isso aqui é um rosa. É que já está velho já, mas é rosa.
Outro aluno	Toma, professora ((segurando o apagador)).
Cris	Põe ali em cima da minha mesa.

Nas primeiras linhas, vemos Júlio orientado para o enquadre de aula, referindo-se à Cris como “professora”. Mas, a partir de um certo momento, parece haver uma mudança nesse enquadre. A pergunta introduzida por Júlio muda abruptamente o tópico e cria uma demanda de justificativa da parte de Cris. A implicatura dessa pergunta depende também da ativação de uma informação compartilhada por todos no contexto: os conflitos e proibições relacionadas ao uso de roupas vermelhas. Júlio está pedindo a Cris que “esclareça” a cor da sua blusa. A pergunta é feita sem nenhum tipo de preâmbulo ou hesitação, e, curiosamente, é prontamente respondida por Cris, de forma enfática e pausada.

Descontextualizadamente, não temos como cravar a força ilocucionária do turno de Júlio: teria sido dúvida legítima? Uma provocação? Uma ameaça? A partir da resposta de Cris, entretanto, podemos notar o seu efeito. O que se opera na ordem interacional é uma redistribuição de papéis. A hierarquia do espaço escolar dá lugar a um outro tipo de hierarquia. Temos agora um interno/*insider* de uma instituição correcional, ligado a uma determinada facção, questionando uma *outsider*. Apesar de ser professora e pesquisadora naquele espaço, Cris prontamente presta conta de sua vestimenta.

Em uma metalinguagem goffmaniana, vemos que a pergunta de Júlio promove uma mudança no enquadre de aula, um realinhamento dos participantes e uma inversão da assimetria que costuma estar presente na relação professora/aluno ou entrevistadora/entrevistado (patente também no *account* produzido por Cris). Vemos também como a entrevistadora é confrontada com uma regra do contexto “macro”, que incide sobre a ordem interacional dessa cena, e provavelmente influencia o tipo de envolvimento que virá a seguir na entrevista.

7. Estranhando a resposta

No último exemplo, a pesquisa toma como campo os arredores de uma cadeia regular masculina do Rio de Janeiro, onde, uma vez por semana, nos dias de visita, uma fila grande de pessoas aguarda o horário para entrar na condição de parentes visitantes de homens presos. Essas filas, em geral, são compostas quase exclusivamente por mulheres negras, pobres, mães e moradoras de zonas periféricas do estado, que enfrentam uma jornada longa e por vezes degradante para estar ali. A dissertação de Albuquerque (2017) descreve tal cenário e relata entrevistas realizadas por ela com essas mulheres.

Nessas entrevistas foram contadas muitas histórias vicárias (Norrick, 2013), nas quais as colaboradoras narravam os crimes de seus pares. No exame dos dados, Albuquerque se interessou por descrever os recursos discursivos usados por essas mulheres para construir seus familiares sob uma luz favorável – por vezes inocentando-os. Naturalmente, ao fazer isso, como em efeito bumerangue, elas também construíam a si mesmas.

No excerto 4, Natália, uma jovem pesquisadora, entrevista Sílvia, mulher da classe trabalhadora casada com um interno acusado de estupro de uma filha gerada em casamento anterior. Assim como no exemplo 2, essa pesquisa é marcada pela falta de familiaridade entre as participantes, que se conheceram no momento da entrevista e há um importante contraste social entre as duas. Ademais, novamente está posta uma situação social em que narrativas sensíveis são demandadas.

A entrevista já estava em andamento há alguns minutos quando a sequência a seguir é construída. Sílvia até aqui havia contado por que razão o marido estava preso e se mostrava incrédula em relação à acusação de estupro. Segundo a entrevistada, a denúncia de estupro era descabida por várias razões, especialmente porque seu marido não teria o “perfil de estuprador”. Antes do trecho destacado, Sílvia seguia argumentando pela inocência do marido. Natália solicita então um esclarecimento sobre a ocasião em que seu marido fora preso:

Excerto 4: Sílvia

Natália	Qual foi sua reação? Você acreditou, na ho::ra?
Sílvia	Nenhum momento eu acreditei, sabe por quê? Por que eu sofri um estupro e eu sei a dor disso.
Natália	É?
Sílvia	Né? E ele que me deu vida, ele que me deu luz, é por isso que eu luto por ele
Natália	É.
Sílvia	É. Eu tenho maior amor por ele, ele não é isso.

Muitas coisas parecem importantes no excerto acima, inclusive uma informação de bastidores, o que faz dele talvez o mais difícil de analisar. A informação é que Natália teve muitas dúvidas sobre como aproveitar essa entrevista, visto que dela emergira uma informação íntima, inesperada e não solicitada. Segundo Natália, a situação havia sido um pouco constrangedora, e nos intrigava – a ela, pesquisadora, e a mim, supervisora da pesquisa – a maneira abrupta e direta como Sílvia contou sobre o estupro que sofreu, um tema tão delicado.

Temos nesses dados, me parece, um paradoxo inerente à atividade de entrevista de pesquisa e um conflito mais marcado de expectativas sobre a pesquisa. Uma situação social produzida e interpretada pelos participantes como um “encontro entre estranhas”, está também dentro de um enquadre institucional em que geralmente se solicitam informações íntimas. Entretanto, o estranhamento de Natália, assim como o meu, parecem pistas para o fato de que entrevistadora e entrevistada parecem operar com expectativas ou agendas diferentes em relação a essa entrevista.

Natália, uma estranha para Sílvia, solicitava uma informação íntima (a circunstância de prisão do marido), mas talvez não tão íntima quanto a narrativa entregue por Sílvia; era compreensível que Sílvia construísse para o marido uma imagem positiva, que amenizasse o estigma sobre ele, mas não que isso implicasse colocar a própria face em risco, trazendo à tona da interação uma informação estigmatizante sobre ela mesma. Que circunstâncias autorizam essa narrativa? O que sustenta a sua reportabilidade e por que ela gera estranhamento, apontando para uma quebra de expectativas? Haveria entre Sílvia e Natália uma diferença cultural sobre o que é constrangedor, e, portanto, sobre o que pode ou não pode ser dito? O enquadre de entrevista está sendo compartilhado? As participantes estariam projetando nesse enquadre normas diferentes?

Não temos respostas para todas essas perguntas, mas sabemos que associações entre enquadres e modos de interação (por exemplo, onde dizer coisas íntimas) variam entre classes e subgrupos (Briggs, 1983), e aí pode estar a explicação para o desconforto de Natália. Além disso, há que se considerar que esse é o único dos quatro excertos que põe em cena duas mulheres em interação, e sabemos que a identificação de gênero talvez tenha tido algum peso na iniciativa de Sílvia de compartilhar uma história de estupro. O drama apresentado por Sílvia reivindica solidariedade e alinhamento por parte de Natália; além disso, pode ter em vista uma outra audiência – pública, imaginada –, que poderia vir a questionar a defesa que Sílvia faz do marido. De qualquer forma, o episódio parece útil para se pensar nas diferentes forças que interagem sobre a entrevista, capazes de alterar sua dinâmica e forçar novos acordos.

8. Precisamos de mais um texto sobre entrevista?

No campo do discurso e da interação, poucas abordagens são completamente ingênuas em relação às dinâmicas intersubjetivas da entrevista. Muitas das ideias aqui trabalhadas remontam à década de 1980, ou seja, estão há quase 50 anos frequentando os diálogos acadêmicos do campo. Ainda assim, pouco se vê nas análises de entrevistas de pesquisa um olhar interacional que efetivamente atente para o trabalho conjunto realizado. Isso diz muito sobre a vitalidade de ideologias representacionistas na pesquisa social e sobre a necessidade de uma vez mais bater nessa tecla.

Na análise dos excertos acima, procurei dar relevo a alguns dos aspectos da ordem interacional dos encontros de pesquisa aqui revisitados. Por predileção teórica, destaquei como uma lente goffmaniana, atenta às pressuposições sociais, ao trabalho de face e ao manejo do estigma, ajuda a flagrar as estranhezas e cuidados próprios de encontros em que grandes diferenças sociais se destacam. Naturalmente, outras categorias ou caminhos analíticos poderiam ser empregados com o mesmo propósito. Meu objetivo com isso foi menos o de fornecer uma interpretação fechada dos dados do que fomentar a reflexão sobre o tanto que pequenas sequências de uma dada dinâmica interacional ajudam a iluminar o processo de geração e explicar a configuração dos dados da pesquisa.

Acredito que esses sejam exemplos de onde se extraem boas razões para desconfiar das respostas dos/as entrevistados/as enquanto imagens precisas sobre o que eles/as pensam, sentem ou viveram, e considerá-las relativas a fatores outros, como os sociointeracionais. Também se mostram úteis para

pôr à prova o controle do/a pesquisador/a sobre a atividade da entrevista, já que mostram ações e escolhas dos/as participantes demandadas por circunstâncias específicas da ação cooperativa.

Olhar para respostas dos/as entrevistados/as sem aliená-las da sequência interacional nos faz notar ainda um tipo de agentividade que passaria despercebida de outra maneira. Já falamos brevemente sobre como, numa concepção tradicional de entrevista, os/as entrevistados/as costumam ter poucos direitos sobre como suas falas serão representadas pelos/as pesquisadores/as (Briggs, 1983). Reparar nos pequenos movimentos nas atividades de perguntar e responder podem estar apontando para formas interessantes de resistência a essa desvantagem. Ao manejar estigmas, administrar conflitos e impor uma agenda própria, nossos/as entrevistados/as provocam pequenas fissuras em matrizes normativas e relações de poder naturalizadas. E isso não deveria passar em branco.

9. Encaminhamentos finais

Concluo este artigo apresentando algumas indicações práticas para o trabalho com entrevistas, que espero serem úteis para quem se envereda pela primeira vez por esse caminho. A lista abaixo, naturalmente, não é exaustiva, e se apoia nos princípios teóricos explicitados ao longo do texto:

1. Não importa se você sente que falou demais, falou de menos, se o roteiro de perguntas não foi seguido à risca ou se você sente que seu modo de perguntar induziu certas respostas. Se, em outras abordagens de pesquisa, uma questão fundamental foi a padronização dos estímulos de modo a provocar respostas também padronizadas e comparáveis, esta está longe de ser uma preocupação de uma abordagem orientada para a interação, como é o caso da Análise de Narrativa. Assim como em qualquer outro evento de fala, espera-se que todos os envolvidos interajam e afetem uns aos outros. O importante é considerar todas as escolhas, assim como os seus efeitos, na análise dos dados.

2. Em diferentes desenhos de pesquisa, você pode se perguntar se é adequado ou não entrevistar amigos/as, familiares ou pessoas que você conheça de outros contextos. A preocupação que devemos ter é a de deixar essa relação devidamente explicitada na seção metodológica do trabalho, como parte da descrição do contexto de pesquisa, e considerá-la na hora de interpretar o que acontece em interação.

3. Não deixe de gravar e transcrever sem edições a entrevista de pesquisa. O olhar para os detalhes interacionais representados graficamente possibilita enxergar pontos de interesse que possivelmente passam despercebidos ao ouvido enquanto estamos concentrados/as na atividade de entrevista. Lembre-se de que cada hesitação, silêncio e escolha léxico-gramatical é pista relevante para a análise. Além disso, a prática de transcrição de dados ainda nos dá a vantagem adicional de nos familiarizar bem com os dados.

4. É fundamental que tanto a fala dos/as entrevistados/as quanto a dos/as entrevistadores/as seja analisada. Para isso, tente não extrair resposta do seu contexto e não apagar da pesquisa as perguntas elaboradas por você. Repare nas formas de perguntar e responder como parte de uma mesma ação conjunta. Como nos lembra Mishler (1986), pergunte-se sobre o seu próprio papel em relação ao modo como as respostas são desenvolvidas e como ganham sentido.

5. Pergunte-se também sobre como o cenário em que se desenvolve a entrevista pode ajudar a dar forma ao que se conta. Pense, a esse respeito, no excerto 1 apresentado neste texto. Uma entrevista realizada fora da cadeia poderia ter eliciado narrativas diferentes? Como ambientes mais ou menos formais, ou mais ou menos familiares aos participantes podem se refletir nos rumos da conversa? Que outros fatores dessa natureza seriam relevantes?

6. Como lembra Briggs (1983), é preciso observar as normas que parecem operar sobre a entrevista no grupo estudado. Nossos/as entrevistados/as não necessariamente compartilham conosco expectativas sobre o que dizer e como agir em entrevista, e, além disso, podem ter agendas próprias para participar da pesquisa. Da mesma forma, tópicos que parecem óbvios para os/as pesquisadores/as podem significar outras coisas para nossos/as entrevistados/as. Por isso, não pressuponha compartilhamento de conceitos.

7. Observe os constrangimentos e desconfortos interacionais que porventura ocorram durante as entrevistas. Eles podem estar mais visíveis quando há grandes assimetrias de poder e status, mas costumam estar por toda parte. Esses momentos são especialmente ricos para observar pressuposições sociais e quebras de expectativas.

8. Embora essa questão tenha sido apenas lateralmente tratada neste artigo, pense também em como certos marcadores sociais como raça, classe, gênero, faixa etária, etc. podem estar informando o que acontece nas suas entrevistas. Não se esqueça de considerar como a entrevista, ou seja, a ordem interacional, pode estar atualizando uma dinâmica de poder e exclusão sustentada por essas assimetrias da ordem social.

9. Outra questão importante é estar sensível a como os/as entrevistados/as querem ser conhecidos por você ou pelos/as interlocutores/as que imaginam para pesquisa. Os grupos e pessoas que entrevistamos podem chegar à situação de pesquisa com demandas e agendas próprias, que devem ser levadas em conta, não só porque são relevantes para análise, mas também porque ajudam a pensar sobre as políticas de representação da pesquisa e tensionar a posição privilegiada do/a pesquisador/a.

10. Entrevistas podem ser imprevisíveis e surpreendentes quando deixamos espaço para isso. Não é um problema alterar os rumos e perguntas em função de um dado desviante em relação às nossas expectativas. Não perca a oportunidade de se surpreender com os dados e enxergar seu problema de pesquisa por novos ângulos propiciados pelos/as participantes.

Referências

ALBUQUERQUE, N.C. *Mulheres na fila de visitação: a constru o discursiva da inocência de parentes presos em narrativas vicárias*. 2017. 165f. Disserta o (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

BAUMAN, R. *Story, performance and event: contextual studies of oral narrative*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

BECKER, H. S. *Outsiders: Studies in the sociology of deviance*. New York: Free Press Glencoe, 1963.

- BIAR, L.A. “Realmente as autoridades veio a me transformar nisso”: narrativas de adesão ao tráfico e a construção discursiva do desvio. 2012. 246f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2012.
- BIAR, L. *et al.* A pesquisa brasileira em análise de narrativa em tempos de “pós-verdade”. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 21, n. 2, pp. 231-251, 2021.
- BLUMER, H. Social psychology. In: SCHMIDT, E. P. (org.). *Man and society*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1937, p. 144-198.
- BRIGGS, C. L. Questions for the ethnographer: A critical examination of the role of the interview in fieldwork. *Semiotica*, v. 46, n. 2-4, pp. 233-262, 1983.
- BRIGGS Anthropology, Interviewing, and Communicability in Contemporary Society. *Current Anthropology*, v. 48, n. 4, pp. 551-580, 2007.
- CICOUREL, A. V. *Method and measurement in sociology*. New York: Free Press of Glencoe, 1964.
- CLIFFORD, J.; MARCUS, G. (org.). *A escrita da cultura: poética e política da etnografia*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2016 [1986].
- COELHO, M, C. Sobre tropas e cornetas: apresentações à edição brasileira de writing culture. In: CLIFFORD, J.; MARCUS, G (org.). *A escrita da cultura: poética e política da etnografia*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2016. pp. 7-26.
- DE FINA, A. Doing narrative analysis from a narratives-as-practices perspective. *Narrative Inquiry*, v, 31, n. 1, pp. 49-71, 2021.
- DE FINA, A. Narratives in interview — The case of accounts: For an interactional approach to narrative genres. *Narrative Inquiry*, v.19, n. 2, pp. 233-258, 2009.
- DE FINA, A; GEORGAKOPOULOU, A. Introduction: Narrative Analysis in the shift from texts to practices. *Text & Talk*, v. 28, n. 3, pp. 275-281, 2008.
- DE FINA, A.; PERRINO, S. Introduction: Interviews vs. ‘natural’ contexts: A false dilemma. *Language in Society*, v. 40, n. 1, pp. 1-11, 2011.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. *The landscape of qualitative research: Theories and issues*. Thousand Oaks, Sage, 2003.
- FABRÍCIO, B.F. mobility and discourse circulation in the Contemporary world: the turn of the referential Screw. *Revista da Anpoll*, n. 40, pp. 129-140, 2016.
- FABRÍCIO, B. F. *Sociolinguística Interacional: perspectivas inspiradoras e desdobramentos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020.
- GOFFMAN, E. The Neglected Situation. *American Anthropologist*, v. 66, n. 6, pp. 133-136, 1964.
- GOFFMAN, E. *Frame analysis: An essay on the organization of experience*. Harvard University Press, 1974.
- GOFFMAN, E. The Interaction Order. *American Sociological Review*, v. 48, n. 1, pp. 1-17, 1983a.

- GOFFMAN, E. Felicity's condition. *American Journal of Sociology*, v. 89, n.1, pp. 1-53, 1983b
- GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- GUBRIUM, J.; HOLSTEIN, A. From the individual interview to the interview Society. In: GUBRIUM, J.; HOLSTEIN, A. (org.). *Handbook of interview research: context and method*. London: Sage, 2003. pp. 3-32.
- HARRIS, R. *Language, Saussure and Wittgenstein: how to play games with words*. London: Routledge, 1988.
- HYMES, D. H. Sociolinguistics and the ethnography of speaking. In: ARDENER, E. (org.). *Social anthropology and language*. London: Routledge, 1971. pp. 47-94.
- LINDE, C. *Life stories: the creation of coherence*. Oxford: OUP, 1993.
- NASCIMENTO, C. V. S. et al. A neutralização do estigma em narrativas de entrada para o tráfico: adesão e resistência a estereótipos de feminilidade. *Revista Brasileira de Iniciação Científica*, v. 3, pp. 5-24, 2016.
- MILLER, I. K. et al. Teachers as practitioners of learning: the lens of exploratory practice. *Educational Action Research*, v. 28, pp. 1-15, 2020.
- MISHLER, E. *Research interviewing: context and narrative*. Cambridge: Harvard University Press, 1986.
- NORRICK, N. R. Narratives of vicarious experience in conversation. *Language in Society*, v. 42, n. 4, pp. 385-406, 2013.
- OSTERMANN, A.C. 'No mam. You are heterosexual': Whose language? Whose sexuality? *Journal of Sociolinguistics*, v. 21, n. 3, pp. 348-370, 2017.
- RAPLEY, T. J. The art(fulness) of open-ended interviewing: Some considerations on analyzing interviews. *Qualitative Research*, n. 1, v. 3, pp. 303-323, 2001.
- RIESSMAN, C. K. *Narrative methods in the social sciences*. Thousand Oaks, Sage, 2008.
- ROCHA, D. et al. Entrevista em situação de pesquisa acadêmica: reflexões numa perspectiva discursiva. *Polifonia*, v. 8, n. 8, pp. 1-19, 2004.
- SANTOS, W. S.; BASTOS, L. C.; *A entrevista na pesquisa qualitativa: perspectivas em análise da narrativa e da interação*. Rio de Janeiro: Quartet Faperj, 2013.
- SCHUTZ, A. *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- VITORIANO, C. V. 'Aqui na escola é assim': explorando o contexto socioeducativo. 2015. 165f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

DIACRONIA DE PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DE TEXTOS EM CARTAS DE LEITOR PAULISTAS*DIACHRONY OF TEXT CONSTRUCTION PROCESSES IN READER'S LETTERS PUBLISHED IN THE STATE OF SÃO PAULO**Eduardo Penhavel¹**Alessandra Regina Guerra²**Joceli Catarina Stassi-Sé³**Michel Gustavo Fontes⁴**Solange de Carvalho Fortilli⁵***RESUMO**

Este artigo insere-se no quadro teórico-metodológico da abordagem diacrônica de processos de construção textual formulada no interior do *Projeto para a História do Português Brasileiro*, uma abordagem que aplica princípios da Perspectiva Textual-Interativa ao estudo diacrônico do texto. O trabalho tem os seguintes objetivos: descrever como os processos de organização tópica, parentetização e repetição se desenvolvem diacronicamente em cartas de leitor paulistas e formular a hipótese de que a diacronia desses processos estaria ligada a uma alteração na finalidade sociocomunicativa e a uma alteração no estilo das cartas. O material de análise é composto por cartas de jornais paulistas publicadas nos séculos XIX e XX. Os resultados destacam as seguintes mudanças no uso desses processos: expressiva queda do percentual de emprego da unidade tópica de interpelação, pela qual o escrevente dirige um pedido a um destinatário; drástica diminuição da incidência de parênteses com foco no interlocutor; forte redução de repetições com foco na interatividade. Conforme se argumenta no artigo, os dados sugerem que, historicamente, as missivas passariam da finalidade de discutir um tema como sustentação de uma solicitação para a finalidade de discutir um tema como expressão de opinião e migrariam de um estilo textualmente mais interativo para um estilo menos interativo. Essas duas alterações estariam entre as motivações das mudanças nos processos textuais analisados. Ao correlacionar a diacronia desses processos com alterações na finalidade sociocomunicativa e no grau de interatividade das cartas, o artigo procura, em última instância, evidenciar a relação intrínseca que existe entre linguagem e intersubjetividade.

PALAVRAS-CHAVE: Perspectiva Textual-Interativa. Diacronia do texto. Tópico discursivo. Parentetização. Repetição.

¹ Docente da Universidade Estadual Paulista (Unesp), eduardo.penhavel@unesp.br, <https://orcid.org/0000-0003-0718-1142>.

² Pesquisadora do Núcleo de Pesquisas em Sociolinguística de Araraquara (SoLar), sediado na Universidade Estadual Paulista (Unesp), alessandrareginaguerra@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0002-9665-0002>.

³ Docente da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), jocelistassise@hotmail.com, <https://orcid.org/0000-0001-7847-4247>.

⁴ Docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), michel.fontes@ufms.br, <https://orcid.org/0000-0003-2376-8648>.

⁵ Docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), fortilli@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0002-8348-4359>.

ABSTRACT

This paper is developed within a diachronic approach that has been formulated as part of the *Project for the History of Brazilian Portuguese*. Such approach is based on Textual-Interactive Perspective and focuses on the diachronic study of text construction processes. The purpose of the article is to describe how the processes of topic organization, parenthetical insertion and repetition evolve in reader's letters published in São Paulo State, and to propose a hypothesis according to which the diachrony of these processes is related to a historical change in the purpose and the style of such letters. The corpus is composed of letters published in newspapers, in the 19th and 20th centuries. The results show the following changes in these processes: expressive reduction in the percentage use of interpellation, a topic unit by which a writer makes a request to an addressee; drastic decline in the incidence of parentheses with focus on the interlocutor; strong decrease in the frequency of predominantly interactive repetitions. In addition, the results suggest that: the letters move from the purpose of discussing a subject as basis for a request to the purpose of discussing a subject in order to express opinion; the letters change from a more interactive style to a less interactive one. These two changes are argued to be among the motivations of the changes in the textual processes under analysis. By correlating these processes with purposes and interactive behaviors of the letters, the paper elucidates the intrinsic relationship that holds between language and intersubjectivity.

KEYWORDS: Textual-interactive perspective. Diachrony of text. Discourse topic. Parentheses. Repetition.

Introdução

Desde a década de 1990, vem sendo desenvolvido no Brasil um projeto de pesquisa intitulado *Projeto para a História do Português Brasileiro* (PHPB), que engloba uma série de projetos regionais, dentre os quais o *Projeto de História do Português Paulista* (PHPP) (Castilho, 2018). No âmbito desses dois projetos, formulou-se um novo quadro teórico-metodológico, que, situado na interface entre Linguística Textual e Linguística Histórica, dedica-se ao estudo diacrônico de processos de construção de textos. Dentre outros pressupostos, essa abordagem define, como princípio basilar, o entendimento de que a diacronia dos processos de construção de textos é parte da história dos gêneros textuais.⁶

Inserido nessa abordagem, o presente trabalho tem os seguintes objetivos: (i) descrever a trajetória diacrônica de três processos, a saber, organização tópica, parentetização e repetição, examinando como esses processos se desenvolvem no gênero carta de leitor, particularmente em cartas de jornais paulistas publicadas entre os séculos XIX e XX; (ii) demonstrar que as três trajetórias exibem uma orientação diacrônica em comum, apresentando hipótese sobre como elas fariam parte de um possível percurso de mudança do gênero, especificamente no que diz respeito a sua finalidade sociocomunicativa e a seu estilo.

A justificativa do trabalho encontra-se no fato de que a análise oferecida pode contribuir para a descrição da história do português paulista e brasileiro, no que tange não só à diacronia dos processos selecionados, mas também ao histórico do gênero textual em tela. Além disso, a discussão fornecida pode subsidiar a reflexão sobre a pertinência e a viabilidade da abordagem diacrônica de processos textuais, bem como sobre novas pesquisas a serem propostas e sobre possíveis reformulações e

⁶ Parte da referida abordagem diacrônica foi formulada em projeto de pesquisa temático financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp; processo nº 11/51787-5). Os resultados apresentados no artigo decorrem de pesquisas realizadas também no contexto desse projeto.

desdobramentos do modelo. Ademais, enquanto cada trabalho já publicado com base nessa abordagem focaliza um único processo, este artigo tem a singularidade de analisar, conjuntamente, três processos, permitindo uma melhor avaliação da amplitude da abordagem e de sua coerência no tratamento de diferentes fenômenos.

Em particular, o trabalho confere especial ênfase a uma premissa central do quadro teórico-metodológico em que se assenta. Como tratado adiante, a abordagem diacrônica em pauta ancora-se largamente no quadro da Perspectiva Textual-Interativa (PTI), a qual assume, como um de seus pilares, o pressuposto de que a estruturação do texto se realiza de forma intrinsecamente ligada ao seu processamento interacional. Ou seja, um fundamento central da PTI é descrever a estruturação textual tendo em vista as condições enunciativas e contextuais imbricadas na interação verbal entre sujeitos. O presente trabalho configura-se, justamente, em torno do propósito de correlacionar a estrutura textual a fatores interacionais, no caso à finalidade *sociocomunicativa* do gênero selecionado e ao seu comportamento estilístico, este abordado em termos de grau de *interatividade*. Assim, o artigo procura não só efetivar o referido pressuposto teórico, mas também evidenciar uma característica essencial da linguagem humana, a intersubjetividade, propriedade que, dentre outras acepções, é apreendida na PTI, em linha com Traugott (2003), no sentido da atenção que um locutor dispensa, na estruturação textual, às variáveis que condicionam a interação, via enunciados linguísticos, com um interlocutor.

Em consonância com seus objetivos, o artigo está organizado da seguinte forma: a seção 1 abaixo resume os pressupostos teórico-metodológicos da abordagem diacrônica e apresenta o *corpus* de investigação; a seção 2 sintetiza a trajetória de cada processo e, relacionando-as entre si, formula hipóteses acerca de seu vínculo com a história do gênero em questão; na sequência, são elaboradas as considerações finais e elencadas as referências bibliográficas.

1. Pressupostos teórico-metodológicos e material de análise

A abordagem diacrônica aqui adotada (Penhavel; Cintra, 2022) é desenvolvida principalmente a partir dos pressupostos teórico-metodológicos da PTI (Jubran; Koch, 2006; Jubran, 2007), ramo brasileiro da Linguística Textual (LT), especializado no estudo (sincrônico) da construção do texto, mediante a análise de processos de construção textual tais como organização tópica, referenciação, parafraseamento, repetição, parentetização, uso de marcadores discursivos, dentre outros.

Jubran (2007, p. 313), discutindo os fundamentos epistemológicos da PTI, situa a perspectiva em relação às três principais fases que Koch (2004, p. 3) reconhece no desenvolvimento da LT. De acordo com esta autora, a LT, entre meados das décadas de 1960 e 1970, tem uma orientação sintático-semântica, procurando aplicar à análise de textos métodos semelhantes aos adotados em gramáticas sentenciais, com vistas à formulação de gramáticas textuais. Nessa fase, o foco incide sobre análises interfrásticas, voltadas à descrição de mecanismos gramaticais com função conectiva que poderiam conferir a um conjunto de enunciados o estatuto de texto. Ainda para Koch (2004, p. 13), a partir

de metade dos anos de 1970, a LT assume uma orientação pragmática e, nos anos de 1980, incorpora uma orientação sociocognitivista e interacionista. Segundo Jubran (2007, p. 313), a PTI afasta-se da primeira fase da LT, firmando-se sobre uma integração de princípios das duas fases seguintes.

A PTI associa-se à LT pragmática especialmente no que diz respeito à concepção de que a língua e os textos constituem uma forma de interação social e de realização de ações no mundo. Nessa fase, a língua deixa de ser vista como sistema autônomo. Admite-se que a língua deve ser observada em situações comunicativas reais de uma sociedade e que a atividade verbal envolve uma complexa rede de interconexões com outras atividades não linguísticas. Na mesma direção, o conceito de texto passa a ser visto no processo de interlocução, como atividade sociocomunicativa, para a qual concorrem não só fatores linguístico-textuais como também interacionais (Jubran, 2007, p. 313).

No quadro da LT sociocognitivista e interacionista, a PTI ancora-se, sobretudo, na consolidação do entendimento de que o fenômeno textual não pode ser desvinculado da dimensão interacional, do plano da intersubjetividade, bem como no reconhecimento de que a produção e a interpretação de textos são diretamente dependentes do acionamento, pelos interlocutores, de todo um conjunto de sistemas cognitivos (tipos de conhecimento). Jubran (2007, p. 313) ressalta que, para a PTI, interessa mais de perto o conhecimento sociointeracional, que abrange o conhecimento ilocucional (relativo a tipos de objetivos ou atos de fala e que permite colocar em prática os propósitos comunicativo-interacionais dos interlocutores) e o metacomunicativo (que se refere justamente ao funcionamento dos processos de construção textual e ao seu uso em função de tais propósitos).⁷

Congregando as diretrizes em questão, a seguinte definição sintetiza os principais pontos do conceito de texto assumido na PTI, conceituação que entende o texto como:

[...] manifestação verbal constituída de elementos linguísticos selecionados e ordenados pelos coenunciadores, durante a atividade verbal, de modo a permitir-lhes, na interação, não apenas a apreensão de conteúdos semânticos, em decorrência da ativação de processos e estratégias de ordem cognitiva, como também a interação (ou atuação) de acordo com práticas socioculturais (Koch, 2009, p. 27).

É nesse contexto que a PTI se caracteriza como uma perspectiva que estuda a construção textual, focalizando a estruturação do texto (a formulação e a organização globais de conteúdo informacional) e o seu processamento interacional. Mais especificamente, a PTI estabelece um conjunto de pressupostos teórico-metodológicos, cabendo aqui destacar os seguintes:

- (i) os processos de construção textual têm suas propriedades definidas no uso, nas situações concretas de interlocução, envolvendo as circunstâncias enunciativas; trata-se da compreensão de que a análise completa desses processos depende sempre do contexto específico em que ocorrem;

⁷ Como esclarece Jubran (2007), o conhecimento sociointeracional abrange também o conhecimento comunicacional, que diz respeito a normas gerais de comunicação (como as máximas conversacionais) e a conhecimentos que possibilitam, por exemplo, a seleção das informações necessárias para o cumprimento de propósitos comunicativo-interacionais. Também explica a autora que, além do conhecimento sociointeracional, outros sistemas cognitivos acionados na produção e na interpretação de textos são, por exemplo, o conhecimento de mundo dos interlocutores, o conhecimento de estratégias socioculturalmente determinadas como as de preservação de face e polidez, dentre outros tipos de conhecimento.

- (ii) os fatores interacionais são constitutivos do texto e inerentes à expressão linguística, de modo que a PTI concebe e descreve, de forma integrada, a estruturação do texto e seu processamento interacional, entendendo que todo processo opera simultaneamente nesses dois planos;
- (iii) a atuação de um processo no plano da estruturação do texto e sua atuação no plano interacional, embora sempre coocorram, normalmente mantêm entre si uma relação inversamente proporcional, pela qual quanto mais o processo focaliza a estruturação do texto, mais decresce seu correlato interacional, e vice-versa;
- (iv) a construção do texto caracteriza-se por regras não de caráter determinístico (restrições), mas de caráter probabilístico (tendências de uso).

A abordagem diacrônica em questão adota todo o quadro teórico-metodológico da PTI e o amplia, incorporando-lhe princípios específicos para tratamento diacrônico dos processos de construção de textos. A expansão diacrônica da teoria parte, em grande medida, da visão de língua/texto como forma de interação social e de realização de ações no mundo. Para a PTI, segundo Penhavel e Cintra (2022, p. 24), está implicada nessa visão a premissa de que, a cada texto empírico, os processos de construção textual são empregados em conformidade com a ação realizada por esse texto. A abordagem diacrônica funda-se, então, nessa visão de língua/texto e na respectiva premissa destacada, acrescentando-lhes a assunção de que são os gêneros textuais o domínio de organização linguística que define as ações realizadas pelos textos, o que seria especificado pela finalidade sociocomunicativa de cada gênero. A abordagem estabelece, assim, a concepção de que, em cada texto real, os processos se atualizam em função da ação/finalidade que caracteriza o gênero desse texto; entende, portanto, que o uso dos processos (o modo como se materializam nos textos) varia conforme os gêneros.

A partir dessa concepção, a abordagem postula que, se o uso dos processos está vinculado aos gêneros, então, ao longo do tempo, esse uso está sujeito a alterações, de acordo com mudanças que venham a ocorrer nos traços característicos dos gêneros. A abordagem chega, assim, a um de seus princípios teórico-metodológicos centrais: a diacronia dos usos dos processos é parte da história dos gêneros, de tal forma que o estudo diacrônico de um dado processo deve ser sempre circunscrito à esfera da história de um determinado gênero.

A noção de gênero textual da abordagem é a que se encontra em Koch (2003, p. 54) e Marcuschi (2002, p. 22, 2008, p. 161), a qual é amplamente ancorada em Bakhtin (2003, p. 261). Trata-se da noção de que os gêneros são espécies de texto relativamente estáveis, caracterizadas em termos de conteúdo temático, estilo, estrutura composicional e finalidade sociocomunicativa, esta última tomada como propriedade central definidora de um gênero, em torno da qual os demais aspectos se configuram. Penhavel e Cintra (2022, p. 25) destacam o vínculo que a diacronia dos processos textuais mantém com a história da finalidade dos gêneros, bem como de sua estrutura composicional. Nossos dados também apontam nessa direção, ressaltando ainda a conexão entre a diacronia dos processos textuais e a história do *estilo* dos gêneros, aqui entendido, em linha com a referida noção

de gênero, como um padrão de emprego de recursos linguísticos (fonológicos, morfossintáticos, lexicais, textuais) que particulariza um gênero em relação a outros (no que tange a esses recursos) e que instaura nos textos de cada gênero, dentre outros aspectos, um dado grau de explicitação textual do plano da interatividade, promovendo, em diferentes gêneros, materializações textuais mais, ou menos, explicitamente interativas; nessa linha, outros aspectos estilísticos incluem demais padrões linguísticos ligados ao eixo da relação entre locutor e interlocutor, como grau de formalidade do texto, grau de expressividade emotivo-valorativa etc.

Como definido em Penhavel e Cintra (2022, p. 30), a abordagem diacrônica em questão prevê o emprego de metodologia empírica, baseada em análise de dados levantados em *corpus* de investigação. Para isso, nossa pesquisa partiu do material disponível na plataforma de *corpora* do PHPB/PHPP, que, no momento de nosso levantamento de dados, contava, dentre outros materiais, com 21 cartas de leitor do jornal *A Província de S. Paulo*, publicadas em 1875, e 51 cartas do *Correio Paulistano*, distribuídas entre 1854 e 1893.⁸ Selecionamos parte dessas cartas para compor uma amostra do século XIX e adicionalmente coletamos um material próprio, para constituir uma amostragem do século XX, estabelecendo, assim, um recorte sincrônico oitocentista e um recorte novecentista para a comparação diacrônica.⁹

Na amostra oitocentista, incluímos 20 cartas do jornal *A Província de S. Paulo*, tomando-o como um dos periódicos mais importantes do estado; isto é, selecionamos quase a totalidade das cartas desse periódico integrantes do *corpus* do PHPB/PHPP.¹⁰ Completamos a amostra com mais 20 cartas do *Correio Paulistano*, considerando-o, com base em Pilagallo (2012, p. 33), como sendo também um dos principais jornais paulistas do período; para escolha dessas 20 cartas (dentre as 51 cartas oitocentistas desse periódico reunidas na plataforma), selecionamos as mais concentradas em torno de 1875, compreendendo, assim, textos publicados no intervalo entre 1863 e 1887. A amostra do século XIX ficou composta, portanto, pelo total de 40 missivas, quantitativo que se mostrou metodologicamente viável para análise e que possibilitou a detecção de padrões de uso dos processos em estudo.¹¹

A amostra novecentista foi constituída também por 40 cartas, provenientes do jornal *O Estado de S. Paulo*, por nós extraídas do acervo digital do periódico. Foram coletadas cartas publicadas a partir da edição do jornal de 25 de setembro de 1977, data em que o periódico institui nova prática

⁸ A plataforma de *corpora* do PHPB/PHPP pode ser acessada em <https://phpp.fflch.usp.br/corpus>.

⁹ Para composição da amostragem novecentista, optamos por levantar uma coletânea própria de cartas, não utilizando o material da plataforma, que, na ocasião, disponibilizava um quantitativo relativamente baixo de exemplares, concentrados no primeiro ano do século XX (16 cartas publicadas em 1901).

¹⁰ O jornal *A Província de S. Paulo* é o mesmo atualmente intitulado *O Estado de S. Paulo*, tendo a mudança de nome ocorrido em 1890, devido à Proclamação da República.

¹¹ Precisamente, as 40 cartas da amostra do século XIX incluem todas as cartas oitocentistas do jornal *A Província de S. Paulo* reunidas em Castilho da Costa (2010), mais as cartas de Barbosa e Lopes (2006) identificadas, no trabalho destes autores, pelos seguintes números: 240, 241, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 265, 268, 269, 270.

editorial de publicação de cartas (podendo representar momento significativo na trajetória desses textos) e que coincide justamente com espaço de mais ou menos um século em relação à amostra anterior.¹² Começando com a edição dessa data, selecionamos novas edições, com espaço de cinco dias entre uma e outra (estabelecendo os dias 25/09, 30/09, 05/10 e assim por diante, ou dias adjacentes a eles, em não havendo circulação do jornal nesses dias pré-estabelecidos). Foram coletadas todas as cartas de cada dia definido, até a obtenção de 40 exemplares dessa sincronia, o que recobriu espaço equivalente a aproximadamente um mês.¹³

Na seção seguinte, sintetizamos nossa análise dos três processos em pauta, realizada a partir de dados levantados nas duas amostras acima discriminadas.

2. Trajetória diacrônica dos processos de construção de textos

2.1. Organização tópica

De acordo com a PTI, a organização tópica é o processo nuclear de construção de textos, o “fio-condutor” (Jubran, 2006a, p. 33) da construção textual. É a estruturação de um texto em partes e subpartes, no que diz respeito aos tópicos (temas, assuntos) abordados. Como vem sendo reconhecido em diversos estudos (Guerra; Penhavel, 2010; Oliveira, 2016; Garcia, 2018; entre outros), o processo pode instaurar-se de duas formas básicas: a estruturação de um texto mediante a abordagem de um único tópico; a estruturação de um texto por meio do desenvolvimento integrado de dois ou mais tópicos. Neste segundo caso, o texto inteiro tratará de um mesmo tópico amplo, o tópico global, e estará organizado em dois ou mais fragmentos, cada um desenvolvendo uma especificação temática do tópico global, isto é, um subtópico do tópico global; cada um desses subtópicos poderá compreender a abordagem de dois ou mais tópicos ainda mais específicos (seus próprios subtópicos) e assim por diante, formando uma estrutura tópica hierárquica, abstrata, subjacente à materialidade textual.

O processo de organização tópica prevê que, na materialidade de um texto, cada tópico – tópico global, subtópicos de diferentes níveis, assim como o único tópico de um texto – é desenvolvido por um conjunto de enunciados. Cada um desses conjuntos de enunciados constitui um *segmento tópico* (SegT), sendo nomeado de *SegT mínimo* cada SegT que desenvolve um dos subtópicos mais específicos da hierarquia tópica de um texto.¹⁴ Quando um texto aborda apenas um tópico, conterà um único SegT, que coincidirá com o próprio texto inteiro – mais exatamente, nesse caso o texto todo será equivalente à unidade do SegT mínimo.

¹² Conforme nota da edição de 25/09/1977 do jornal, em sua página 2, as cartas de leitor, até então sem local fixo na configuração do jornal, passam a ser publicadas, a partir dessa data, sempre nessa página, em coluna própria.

¹³ As 40 cartas da amostra novecentista compreendem todas as cartas dos seguintes dias de 1977 (com exceção da última destas edições, da qual foram suficientes as três primeiras cartas, para completar o total de 40 exemplares): 25/09, 30/09, 05/10, 11/10, 15/10, 20/10, 25/10, 30/10, 05/11. Essas cartas podem ser acessadas no acervo digital do jornal: <https://www.estadao.com.br/acervo>.

¹⁴ No caso de um texto com mais de um tópico, uma vez que esse texto envolve uma estrutura tópica hierárquica, o fragmento textual que desenvolve um dado tópico é, naturalmente, a soma dos fragmentos que desenvolvem eventuais subtópicos de tal tópico.

São distinguidos dois níveis de funcionamento da organização tópica: o nível intertópico, que é o relacionamento entre tópicos e entre seus respectivos SegTs; e o nível intratópico, a combinação de (sub)grupos de enunciados dentro de SegTs mínimos, isto é, a estruturação interna de SegTs mínimos. Quando um texto abrange dois ou mais tópicos, ele acionará tanto a organização intertópica (para o relacionamento entre seus tópicos/SegTs), quanto a intratópica (para a estruturação interna de seus SegTs mínimos). Quando um texto desenvolve apenas um tópico, será implementado apenas o nível da organização intratópica (para a estruturação interna do único SegT mínimo desse texto, que, no caso, coincidirá com o próprio texto inteiro). Em nosso material de análise, cada uma das cartas de ambas as sincronias desenvolve um único tópico, formando, pois, um único SegT mínimo, de modo que todos os textos implementam apenas o nível da organização intratópica.

Nossa pesquisa revelou que as cartas oitocentistas analisadas seguem uma regra geral (um padrão) de organização intratópica, regra essa que prevê a construção de SegTs mínimos (no caso, a construção das próprias cartas inteiras) mediante o encadeamento das unidades de *abertura*, *explicação*, *avaliação* e *interpelação*, nessa ordem sequencial, podendo cada SegT mínimo – ou seja, cada carta inteira – conter as quatro unidades, três, duas ou uma delas (com exceção da ocorrência única da abertura); esse esquema intratópico foi constatado em percentual expressivo das cartas (82,5% dos textos, isto é, o esquema foi encontrado em 33 exemplares, do total de 40), o que permite considerá-lo como regra geral.¹⁵ A carta em (1) organiza-se segundo essa regra:

- (1) [ABERTURA] Companhia de Navegação Paulista || Senhores Redactores. – Li por duas vezes, no 1
jornal de vossassenhorias, reclamações sobre a irregularidade dos vapores desta companhia e da 2
desconsideração com que se tratava os Paulistas [...]. || Vi no Diario uma defesa, em favor da 3
companhia [...]. Chegou, porém, a minha vez de examinar de que lado está a razão e verifiquei 4
infelizmente que está da parte dos queixosos que tem vindo á Provincia. || 5
- [EXPLICAÇÃO] Tendo de ir á côrte indaguei de alguns amigos quando haveria vapor para lá e me 6
foi dito que sahia a 11 do corrente, o que por mim foi verificado tambem no Diario de Santos [...]. 7
|| Assim, disponho a minha viagem, sahi de Campinas e ao chegar á São Paulo, soube aqui que em 8
uma noticia do Diario de hoje se dizia ter o vapor adiado a viagem para amanhã!!!! || Em vista do 9
que, sabendo que em Santos ha febre amarella, deixei-me ficar nesta cidade, perdendo a viagem para 10
Santos e fazendo despeza com hotel, etc., etc. || 11
- [AVALIAÇÃO] Na verdade, como disse o primeiro informante na Provincia, a companhia de 12
Navegação Paulista só é Paulista no nome. || Estas transferencias, para quem mora no centro são 13
muito desagradaveis e causam dispendios desnecessarios. || 14
- [INTERPELAÇÃO] Queiram vossas senhorias publicar estas poucas linhas que tem o merito de 15
auxiliar a verdade de seus anteriores informantes e pôr de aviso aos caipiras como este seu creado. 16
São Paulo, 11 de Março de 1875. (*A Provincia de S. Paulo*, 11 de março de 1875). 17

¹⁵ As cartas que não atendem à regra geral (no caso do material oitocentista, os demais sete exemplares) exibem formas diversificadas de organização intratópica, não configurando padrões de uso.

Cada uma dentre as unidades de abertura, explicação, avaliação e interpelação é formada por um, ou mais de um, enunciado, e constitui uma fase de desenvolvimento do tópico da carta, sendo o tópico uma determinada situação abordada em todo o texto e normalmente tomada pelo escrevente como um problema.

A abertura introduz o tópico. A unidade propicia uma síntese (ora mais vaga, ora mais precisa) da situação tratada na missiva.¹⁶ Em (1), ilustram a unidade as linhas 1-5, quando o escrevente sintetiza que existiria uma situação de irregularidade nas saídas das embarcações de dada companhia e de desconsideração da empresa com os clientes, situação focada no restante do texto, constituindo o tópico, e tomada como um problema.

A explicação relata a própria situação-tópico ou uma situação relacionada à situação-tópico. Em (1), pode-se identificar essa unidade nas linhas 6-11. Nesse fragmento, o escrevente relata que teria adiado uma viagem e enfrentado os percalços consequentes, situação que se relaciona à situação-tópico, ilustrando-a, no caso. A avaliação é dedicada a expressar um posicionamento do escrevente sobre a situação-tópico em si ou sobre algum aspecto ou desdobramento dessa situação. Ocorre avaliação em (1), nas linhas 12-14, com o escrevente qualificando negativamente a situação-tópico, como se pode notar, de modo mais evidente, no trecho “Estas transferencias [...] são muito desagradáveis e causam dispendios desnecessários”.

Por fim, a interpelação (crucial para os efeitos deste artigo) é uma unidade na qual o escrevente está expressamente focado em tentar levar alguma instância a realizar uma ação que ajude a resolver a situação-tópico. Em (1), pode ser reconhecido como interpelação o trecho nas linhas 15-17, em que o escrevente faz uma solicitação, a de que o redator publique sua carta, como contribuição para a resolução do problema em pauta.¹⁷

A interpelação recobre solicitações (caso mais comum), súplicas, recomendações, enfim, ações linguísticas que podem ser reunidas sob a função geral de tentar levar alguma instância a realizar uma ação. A interpelação prototípica caracteriza-se pelo predomínio da *sequência textual injuntiva*, e, nesse sentido, seu principal recurso linguístico é o foco em enunciado que realize ato de fala diretivo de comando, como em (1). Os diretivos caracterizam-se justamente como “tentativas [...] do falante de levar o ouvinte a fazer algo” (Searle, 2022, p. 21), o que abrange geralmente as interrogações (perguntar, questionar etc.) e os comandos (pedir, ordenar etc.), sendo estes últimos os que marcam a interpelação prototípica.

A carta em (2), ainda do século XIX, também ilustra as unidades da regra geral:

¹⁶ A síntese pode estar concentrada numa expressão nominal, num enunciado ou estar diluída ao longo da abertura. Também é comum a unidade conter cumprimentos ao redator e/ou uma contextualização da situação em pauta.

¹⁷ Guerra (2022) identifica recursos linguísticos caracterizadores das unidades da regra geral. Neste artigo, focamos a relação da diacronia da organização tópica com a história do gênero textual selecionado (e com a diacronia da parentetização e da repetição), não detalhando a caracterização das unidades, o que pode ser lido naquele trabalho.

- (2) [ABERTURA] *Senhor Redactor*: || Vocemecê é homem da imprensa, vive sempre preocupado com as poesias e não ha de saber do que se passa no mundo de chilra prosa em que eu e minhas comadres vivemos. Pois, eu quero sempre dar-lhe uma prosinha do meu mundéo para que *vossa mercê* faça uma pequena idéa dos transtornos em que vivemos. ||
- [EXPLICAÇÃO] O meu Chico, as pequenas familias e eu, estamos avesados ao feijão e não passamos sem elle [...]. Mas agora [...] estão os *senhores* vendeiros desavergonhados como nunca se viu; pois eu não sei como [...] esses judéos do inferno pedem tanto dinheiro pelo nosso estimadissimo feijão. [...] || Dantes quatro vintens de feijão era quasi um balaio, agora é um fiapinho [...]. ||
- [AVALIAÇÃO] Ora isto assim não se póde mesmo aturar. Diz-me um dos meus filhos [...] que esta careza é por via desses atravessadores. Não sei que historia é essa [...] seja como fôr eu não sei com que malevolencia se ha de agora atravessar o feijão. Que vão atravessar paraguayos, raça de judas. ||
- [INTERPELAÇÃO] Em fim de contas eu o que quero é providencias sérias. [...] por isso rogo a *vossa mercê* que atice a policia nesses miliantes e dê com elles no chelindró. [...]. (*Correio Paulistano*, 24 de abril de 1865). ||

O material do século XX também exhibe uma regra intratópica, observada no percentual expressivo de 77,5% das missivas (31 de 40 exemplares), sendo possível reconhecê-la como a mesma regra do século anterior, porém com alterações diacrônicas. A carta em (3) exemplifica a regra no material novecentista:

- (3) [ABERTURA] Sr. Redator || Em vista das recentes declarações do Governador do Estado e do Secretário da Segurança Pública a respeito do movimento estudantil, sinto-me na obrigação como membro da Juventude da ARENA e estudante de Direito de prestar alguns esclarecimentos e avivar certas lembranças. ||
- [EXPLICAÇÃO] Com a indicação do General Geisel para a Presidência da República, a juventude foi incentivada a participar da política. A esse chamamento responderam milhares de jovens que se filiaram a ambos os partidos. Veio 1974 e o MDB obteve uma vitória triunfal nas eleições. O governo e a ARENA uma vitória moral, pela lisura do pleito e pelo respeito a seus resultados.. Em janeiro de 1975 começa a cair a censura aos principais órgãos de imprensa. [...]. Chegamos então, arenistas e emedebistas, já meio sem fôlego às vésperas das eleições municipais de 1976. [...]. Mas eis que em abril veio a tromba d'água sobre todos e, principalmente, sobre os jovens. Foi quando o governo fechou o Congresso [...]. Foi a partir daí que ganharam evidência os movimentos estudantis. [...]. ||
- [AVALIAÇÃO] Agora o que vejo, são milhares de jovens como eu, reivindicando e gritando slogans que sinceramente não posso tachar de comunistas. Mas por que gritam e saem às ruas? Por não terem onde atuar, por onde reivindicar. [...]. (*O Estado de S. Paulo*, 15 de outubro de 1977). ||

Em (3), a situação-tópico pode ser entendida como a imagem negativa do movimento estudantil. Desse modo, as linhas 1-4 constituem abertura. Aí, o escrevente introduz/sintetiza a questão, ao

afirmar que, a respeito do movimento estudantil, sentir-se-ia obrigado a prestar esclarecimentos e avivar lembranças. As linhas 5-12 formam uma explicação, pois elaboram um relato ligado à situação-tópico, no caso, narram a história do movimento. As linhas 13-15 são uma avaliação, ao se concentrarem no julgamento da situação-tópico, veiculando reflexões que justificariam o movimento e contestariam sua imagem negativa. A carta em (4), também do século XX, novamente segue a regra em pauta, contendo explicação e interpelação:

- (4) [EXPLICAÇÃO] Sr. Redator || De uns tempos para cá, um trecho da R. Silvia (Bela Vista) a partir da R. Dr. Seng, ficou mão de direção no sentido cidade-bairro. Acontece que nessa esquina, a Dr. Seng é curva e rampa e lá existe um hospital (obviamente zona de silêncio), e todos os carros, caminhões, motos, geralmente com o escapamento aberto produzem a famosa “poluição sonora”. ||
- [INTERPELAÇÃO] Venho pedir ao Diretor de Trânsito, Dr. Scaringela, que faça com que toda a R. Silvia volte a ter a mão de direção como sempre teve, no sentido bairro-cidade [...]. (*O Estado de S. Paulo*, 11 de outubro de 1977).

Ao mesmo tempo em que as cartas novecentistas seguem o que se pode reconhecer como a mesma regra de organização intratópica das cartas oitocentistas, há também mudanças significativas, que se verificam nos percentuais de uso das unidades de abertura e interpelação. Explicação e avaliação mantêm frequências essencialmente estáveis: no material do século XIX, a frequência de emprego da unidade de explicação, em relação ao total de cartas que seguem a regra geral, é de 75,8% (isto é, no total de 33 cartas que seguem a regra, 25 delas empregam a explicação), e a frequência da avaliação é de 69,7% (23/33); no século XX, os percentuais dessas unidades são, respectivamente, 87,1% (27 exemplares, do total de 31 que seguem a regra novecentista) e 83,9% (26/31). Já a frequência da abertura cai de 45,4% (15/33) para 19,3% (6/31), e a da interpelação diminui de 63,6% (21/33) para 29% (9/31).

As tendências de conservar explicação e avaliação e de reduzir o uso de abertura e interpelação se confirmam quando são considerados também os dados de Oliveira (2016), que aplica o mesmo tipo de análise tópica a cartas de leitor paulistas do século XXI. A autora detecta um padrão intratópico que pode ser visto como continuidade da regra dos séculos XIX e XX, consolidando as tendências por nós percebidas, já que o padrão constatado pela autora nas cartas do século XXI: (i) conserva explicação e avaliação, em frequências altas (aparecendo essas unidades, respectivamente, em 82,2% e 93% das cartas que atendem ao padrão intratópico do período); (ii) elimina a abertura; (iii) mantém a interpelação, porém, em percentual muito baixo (ocorrendo essa unidade em apenas 6,9% dos textos que seguem o padrão).¹⁸

Esses fatos atestados sobre a organização tópica nos levam a delinear (reconstruir), em caráter de hipótese, um trajeto histórico que a finalidade sociocomunicativa das cartas teria percorrido – e

¹⁸ Também no material de Oliveira (2016), cada carta desenvolve apenas um tópico, equivalendo a um único SegT mínimo.

que estaria justamente entre as causas de tais fatos. Note-se que a explicação e a avaliação focalizam a *discussão* do tópico: a explicação faz um relato sobre o tópico, e a avaliação argumenta a respeito (normalmente com base na unidade de explicação). A permanência diacrônica dessas duas unidades, em frequências altas, indica, portanto, que um traço que seria elementar e que se manteria na finalidade das cartas seria o objetivo de *discutir um tópico*. A interpelação, por sua vez, envolve normalmente uma solicitação. A alta incidência dessa unidade em cartas oitocentistas sugere, pois, que a finalidade dessas missivas abrangeria também o objetivo de fazer uma solicitação, integrado ao de discutir um tópico. A finalidade dessas cartas poderia ser caracterizada essencialmente como *discutir um tópico para sustentar uma solicitação a respeito*. Em contrapartida, a redução diacrônica de uso (quase eliminação) dessa unidade indicaria que a finalidade das cartas atenuaria (quase perderia) o objetivo da solicitação e passaria a focar o objetivo, em si, da discussão, isto é, a finalidade passaria a ser *discutir um assunto como forma de manifestar opinião*. Também a eliminação da abertura é condizente com essa hipótese de mudança de finalidade. Dedicada à introdução do tópico, a abertura não é uma unidade voltada primordialmente à argumentação, tornando-se suscetível à eliminação diante de uma progressiva focalização do objetivo de expressão de opinião.

Em suma, nossa hipótese é a de que, do século XIX ao XX/XXI, as cartas conservariam a finalidade de discutir um tópico, o que estaria refletido na manutenção relevante da explicação e da avaliação. Porém, essa discussão deixaria de ser principalmente a base para uma solicitação e passaria a figurar, sobretudo, como expressão de opinião, motivando o desfavorecimento da interpelação, bem como a eliminação da abertura.

Os dados diacrônicos sobre a organização tópica ainda indicam que a essa mudança de finalidade estaria associada uma alteração fundamental no que tange ao estilo das cartas: o gênero passaria de um estilo mais interativo, mais apelativo, com maior presença, na superfície dos textos, de marcas explícitas de intersubjetividade, para um estilo menos interativo. Ou seja, na trajetória das cartas, a finalidade de discussão e solicitação estaria associada a um texto no qual a interação locutor-interlocutor se introjeta mais explicitamente na superfície textual, em consonância com o objetivo de solicitação, dirigida pelo escrevente a um dado destinatário. Por sua vez, a finalidade de discussão como expressão de opinião, não envolvendo uma demanda explícita endereçada a um dado interlocutor, estaria atrelada a uma materialização textual mais centrada no próprio conteúdo tópico, menos diretamente focada na relação locutor-interlocutor.¹⁹

As trajetórias dos três processos em análise sugerem que o gênero teria passado por essa mudança estilística, a qual, enfim, seria justamente um dos fatores dessas trajetórias. No caso da organização tópica, a redução de uso da interpelação, principal alteração que estaria vinculada à mudança de finalidade delineada, aponta também para tal mudança estilística. Uma das principais características da interpelação é o foco no uso de ato diretivo de comando, conforme explicado. Por outro lado,

¹⁹ A ideia de um estilo mais e de um menos interativo não significa qualquer visão de que a língua possa ser usada independentemente da relação locutor-interlocutor. Na verdade, a ideia segue o princípio da PTI da gradiência textual-interativa dos fenômenos de construção de textos, o qual, sem deixar de reconhecer a natureza sempre intersubjetiva da linguagem, concebe a possibilidade de focalização do plano textual ou do interacional a cada instância de um processo de elaboração de texto.

cada uma das demais unidades se caracteriza por conter atos assertivos, de forma amplamente predominante, muitas vezes exclusiva, como se nota nos exemplos de (1) a (4).²⁰ Penhavel e Zanin (2020, p. 90) desenvolvem uma discussão detalhada argumentando que, do ponto de vista da PTI, pode-se considerar que atos diretivos tendem a evidenciar o plano interativo mais do que o fazem os assertivos. Admitindo essas tendências, podemos, então, reconhecer que a diminuição no emprego (quase perda) da interpelação (unidade assentada em diretivo de comando) representa uma atenuação (explícita e substancial) do teor interativo das missivas.

Os autores admitem o caráter normalmente mais interativo dos diretivos por se tratar de atos pelos quais *o falante* tenta levar *o ouvinte* a fazer algo (Searle, 2002, p. 21). Investigando cartas de redator, apuram os autores que, nesses textos, o redator do jornal, por atos diretivos, faz requisições aos assinantes (como a cobrança de assinaturas) e recomendações (como a leitura de matérias). Já o estatuto menos interativo dos assertivos atrela-se a sua definição como atos pelos quais *o falante se compromete* com a verdade de uma afirmação (Searle, 2002, p. 19). Nas cartas de redator, tais atos servem para justificar posicionamentos editoriais do próprio jornal. Similarmente, em nossas cartas, por meio de assertivos, *o escrevente formula sua própria opinião* sobre um tópico, enquanto, mediante diretivos, realiza a tarefa mais explicitamente interativa de *dirigir uma solicitação a um destinatário*. Daí a ideia de que a redução diacrônica no uso da interpelação estaria associada à mudança estilística em questão.

A seguir, mostramos que também as trajetórias da parentetização e da repetição são compatíveis com a hipótese de alteração estilística das cartas.

2.2. Parentetização

Nos termos de Jubran (2007, p. 321), a parentetização consiste na inserção, no decorrer de um texto, de “informações paralelas ao desenvolvimento do tópico sobre o qual os interlocutores centram a elaboração de suas falas”. O processo se define em relação a dois traços principais: (i) o *desvio tópico*, uma vez que uma inserção parentética promove a suspensão de um tópico, encaixando breves segmentos em seu interior, e (ii) sua *dimensão pragmática*, já que os parênteses materializam no texto, em diferentes graus, a atividade interacional. Para o presente trabalho, analisamos o material das duas sincronias em pauta, observando as configurações formais e as funções dos parênteses, aspectos centrais na descrição do processo.

Com base em Jubran (2006b, p. 308), levamos em conta, na caracterização da configuração formal dos parênteses, três ordens de traços textuais: (i) as marcas gráficas de delimitação parentética; (ii) as fronteiras sintáticas de ocorrência dos parênteses; (iii) a constituição formal dos segmentos parentéticos. Nossa análise revela que, em relação a esses aspectos, a parentetização exhibe comportamento similar na comparação entre as duas amostras observadas.

²⁰ Como na definição de interpelação, referimo-nos à taxonomia de atos de fala de Searle (2002), em que assertivos e diretivos são tipos básicos de atos (ao lado de compromissivos, expressivos e declarativos).

Em relação às marcas gráficas, ajudam a delimitar as inserções parentéticas, em cada uma das amostras, essencialmente vírgulas, havendo também casos de travessão e o próprio uso dos sinais de parêntese. As ocorrências em (5) e (6), dos materiais oitocentista e novecentista, respectivamente, ilustram parênteses delimitados por vírgulas (destacados em negrito):

- (5) [...]. Poucas horas depois, os srs. Fonseca, Sant'Anna e José Fernandes, **empregados da companhia de Melhoramentos**, procuraram-me e propuzeram a venda do escravo, que não pôde effectuar-se por não chegarmos a accordo sobre preço. [...]. (*A Província de S. Paulo*, 21 de setembro de 1875).
- (6) Sr. Redator || Enviamos ao general Golbery do Couto e Silva, **ministro chefe do Gabinete Civil**, carta em que pedimos o apoio de S Exa para os seguintes projetos de proteção aos animais e que se encontram em tramitação na Camara e no Senado Federal [...]. (*O Estado de S. Paulo*, 11 de outubro de 1977).

No que tange às fronteiras sintáticas, Jubran (2006b, p. 311) identifica as seguintes posições de ocorrência de parênteses: entre constituintes frasais, entre unidades frasais, entre a primeira e a segunda parte de pares adjacentes, entre segmentos textuais com estruturas anacolíticas. Nossa análise apurou que as amostras das duas sincronias apresentam inserções parentéticas entre constituintes frasais e entre unidades frasais (não se verificando as outras opções); os dados analisados revelam ainda parênteses no início e no fim de unidades frasais. Ambos os parênteses em (5) e (6) situam-se, por exemplo, entre constituintes frasais.

Quanto à constituição formal, Jubran (2006b, p. 319) elenca a ocorrência de parênteses constituídos por sintagmas nominais, frases simples, frases complexas, marcadores discursivos e pares adjacentes. Nosso levantamento identificou, nas duas sincronias, parênteses dos três primeiros tipos, não sendo verificados os dois últimos tipos.²¹ Como ilustração, os exemplos em (5) e (6) mostram, em ambos os séculos, parênteses formados por sintagma nominal.

Como mencionado, os dados sugerem, ao longo do período observado, comportamento estável da parentetização quanto à configuração formal. De fato, as mudanças de finalidade e estilo delineadas acima em relação ao gênero carta de leitor, a nosso ver, não tenderiam a implicar alterações nos aspectos formais analisados. Ademais, certos traços das cartas de leitor que são básicos do gênero e que se mantêm no período contribuiriam para a atestada estabilidade formal dos parênteses.

A esse respeito, é relevante notar que o gênero, em todo o período, situa-se no domínio da escrita, com meio de produção gráfico e concepção discursiva escrita (ver Marcuschi (2008, p. 192)), expressa-se como texto monologal, envolve razoável grau de planejamento e tem como suporte o jornal escrito. Tal perfil certamente colabora para a ausência de parênteses formados por marcadores discursivos e pares adjacentes, mais típicos de gêneros ligados à fala e com diálogo entre interlocutores – tendo em vista os tipos de marcadores que Jubran (2006b, p. 320) aponta como inserções parentéticas (como *entendeu?*, *está claro?*, *você vê*). No mesmo sentido, no que respeita a

²¹ Nas duas sincronias, ocorreram também parênteses formados por sintagmas adjetivais e preposicionados.

suas fronteiras, os parênteses levantados não envolvem rupturas sintáticas dos segmentos em que se encaixam, fato compatível com traços como a filiação do gênero carta de leitor ao domínio da escrita, seu grau de planejamento e seu suporte, aspectos que, ao mesmo tempo, tendem a ser desfavoráveis, por exemplo, à ocorrência de parênteses entre segmentos textuais com estruturas anacolúicas, opção, de fato, não identificada nas amostras. Ainda, o meio de produção gráfico, sempre caracterizador do gênero, explicaria a continuidade das mesmas marcas de delimitação parentética ao longo do período em análise.

Por outro lado, no que tange às funções dos parênteses, embora a análise indique alguma estabilidade diacrônica, desvela também a existência de alteração significativa, compatível com nossa hipótese de mudança estilística das cartas. Jubran (2006b, p. 326) distingue quatro classes de parênteses em termos de suas funções:

- (a) parênteses com foco na elaboração tópica: expressam especificações acerca do tópico em pauta, focalizando o próprio conteúdo tópico, as formulações linguísticas sobre o tópico ou a estrutura tópica do texto. Realizam funções como esclarecimento, ressalva, explicitação do significado de palavras e marcação de retomada de tópico;
- (b) parênteses com foco no locutor: inserções pelas quais o falante se introjeta no texto que produz, focalizando representações suas acerca de seu papel de locutor-instanciador do discurso e estabelecendo o foco enunciativo a partir do qual são perspectivados os tópicos abordados no texto. Desempenham funções como manifestação atitudinal do locutor em relação ao tópico, qualificação do locutor para discorrer sobre o tópico e indicação da fonte enunciativa do discurso;
- (c) parênteses com foco no interlocutor: materializam a presença do interlocutor no texto e fazem referência a condições enunciativas que garantem a possibilidade de intercâmbio verbal. Incluem funções como evocar conhecimento partilhado do tópico, chamar a atenção do interlocutor para um elemento do tópico e atribuir qualidades ao interlocutor para a abordagem do tópico;
- (d) parênteses com foco no ato comunicativo: promovem um grau máximo de desvio tópico e focalizam o ato comunicativo que está em processo, colocando em primeiro plano a própria situação de interação verbal. Compreendem funções como sinalização de interferências de dados externos ao ato comunicativo e negociação de turnos.

No contexto deste trabalho, um aspecto crucial dessas classes, conforme estabelecidas por Jubran (2006b, p. 326), é o de que, da classe *a* em direção à *d*, elas se relacionam conforme um contínuo que parte de uma funcionalidade mais textual, centrada na organização informacional do texto, e segue *um progressivo aumento de foco no plano interacional*. As classes de *a* a *d* representam, nessa ordem, um gradativo aumento da “manifestação explícita das circunstâncias situacionais da interlocução” (Jubran, 2006b, p. 325). Segundo a autora, a disposição das classes nessa ordem reflete uma gradação que parte de

maior proximidade ao tópico discursivo e menor explicitação verbal do pragmático no texto (classe a), passando por classes intermediárias (b e c), em que se acentua na superfície lingüística do texto a presença do locutor e do interlocutor, provocando um desvio para a instância de enunciação, até chegar ao afastamento tópico máximo e à aproximação maior do ato interacional em si (classe d) (Jubran, 2006b, p. 326).

Ou seja, de *a* a *d*, dispõem-se classes cada vez mais interativas de parênteses.

Nas amostras das duas sincronias em pauta, não ocorrem inserções parentéticas da classe *d*, mais comuns, de fato, em gêneros em que há diálogo e em que locutor e interlocutor se encontram face a face, compartilhando o mesmo ambiente comunicativo, o que não se aplica às cartas de leitor. As outras três classes ocorrem em ambas as amostras. Os parênteses em (5) e (6), acima, pertencem à classe *a* e realizam a função de esclarecimento. Já as ocorrências em (7) e (8), respectivamente dos materiais oitocentista e novecentista, encaixam-se na classe *b*, a primeira exercendo a função de manifestação atitudinal do locutor em relação ao tópico e a segunda, a de qualificação do locutor para discorrer sobre o tópico:

- (7) [...]. Mal informado (**porque não me assiste o direito de chamal-o malevolo**) andou o *Diario*. Eu não ponho obstaculos á liberdade do escravo Franklin, exijo apenas por ella o seu preço razoável [...]. (*A Província de S. Paulo*, 21 de setembro de 1875).
- (8) [...]. **Como brasileiro, acostumado a ver a falta de cerimônia com que pessoas, empresas e mesmo organismos oficiais agridem a natureza em nosso País, com enormes prejuízos para a atual e para as futuras gerações**, não vislumbrei no discurso do Sr. Sérgio Cardoso de Almeida se-não generalidades óbvias, acusações não fundamentadas, exaltações subjetivas, declarações de intensões e garantias não explicitadas. [...]. (*O Estado de S. Paulo*, 05 de outubro de 1977).

Por sua vez, as inserções em (9), do século XIX, e (10), do século XX, são ambas da classe *c* e assumem as funções de chamar a atenção do interlocutor para um elemento do tópico e evocar conhecimento partilhado, respectivamente:

- (9) [...]. O compadre passa um vidão, mora no meio da abundancia, sente o aroma das flores, e das arvores, bebe boa e cristalina agua (**Não repare, poetissimo compadre**), **neste estylo que é muito geral nesta cidade**).²² || Como ia dizendo, come boa carne de porco, ou de gorda vitella, passeia no seu pomar [...]. (*Correio Paulistano*, 21 de janeiro de 1864).
- (10) Sr. Redator: || **Como V. Sa. sabe** a maioria dos investimentos tem preferência pelas Cadernetas de Poupança do que aplicar seus recursos na Bolsa de Valores. [...]. (*O Estado de S. Paulo*, 20 de outubro de 1977).

²² A divergência entre a abertura e o fechamento dos sinais de parêntese verifica-se na própria carta original.

Embora cada uma das amostras contenha parênteses das classes *a*, *b* e *c*, nossa análise identificou que esses materiais exibem diferença significativa entre si no que diz respeito aos percentuais de ocorrência dessas classes. No material oitocentista, em relação a um total de 81 ocorrências de parênteses identificadas, as classes *a*, *b* e *c* verificam-se nas seguintes frequências percentuais, respectivamente: 46,9% (38 de 81 ocorrências), 30,9% (25/81) e 22,2% (18/81). Na amostra novecentista, relativamente a um total de 102 parênteses, essas classes exibem os seguintes percentuais, respectivamente: 70,6% (72/102), 28,4% (29/102) e 1% (1/102).

Esses dados não deixam de indicar alguma estabilidade funcional do processo de parentetização, já que, em ambas as sincronias, predominam inserções da classe *a*. No entanto, destaca-se uma mudança: do século XIX para o XX, nota-se *significativa diminuição do teor interativo da parentetização*. O emprego de parêntese com foco no interlocutor (a classe mais interativa das três presentes nas amostras) cai de 22,2% para 1% (havendo, na amostra do século XX, uma única ocorrência, transcrita em (10)). Trata-se não só de uma redução de 21,2 pontos percentuais, em si já expressiva, mas também (e principalmente) de uma queda que resulta, praticamente, na eliminação desse tipo de parêntese no material novecentista. Além disso, o percentual da classe *a* tem aumento maior do que esses 21,2 pontos, enquanto a frequência da classe *b* diminui, o que significa que o percentual que deixa de incidir sobre a classe *c* não se distribui entre as classes *a* e *b*, mas se concentra totalmente na classe *a*, que é menos interativa que a classe *b* e, na verdade, a menos interativa dentre todas as classes. Também o resultado particular da classe *b* atesta a mesma mudança em destaque. A princípio, sendo os percentuais da classe muito próximos entre si na comparação das duas amostras (30,9% e 28,4%), pode parecer que a representatividade da classe seria a mesma nos dois materiais. Porém, o índice de 30,9% da classe *b* no século XIX encontra-se consideravelmente mais próximo do percentual de 46,9% da classe predominante desse período (encontrando-se a 16 pontos percentuais abaixo desse percentual dominante), enquanto o índice de 28,4% da classe *b* no século XX distancia-se, de forma mais proeminente, do percentual de 70,6% da classe dominante dessa sincronia (ficando 42,2 pontos abaixo desse índice prevalente). Ou seja, a classe *b* perde relevância diante da classe *a* na passagem da sincronia oitocentista para a novecentista.

Com efeito, esses fatos sugerem uma significativa atenuação diacrônica do teor interativo da parentetização (em favor de seu caráter focado no tópico). A mudança é depreensível de todos os fatos apontados, especialmente da expressiva redução de uso (quase eliminação) de parêntese com foco no interlocutor. Segundo Jubran (2006b, p. 345), parênteses dessa classe “preenchem uma função fática e são, sob esse aspecto, *acentuadamente interacionais*” (grifo nosso).

Portanto, ao identificar a mitigação diacrônica do caráter interativo dos parênteses, nossos dados mostram um aspecto da trajetória da parentetização que, a exemplo do percurso da organização tópica, seria compatível com a mudança de finalidade acima delineada e, mais diretamente, com a correlativa alteração estilística, que envolveria exatamente a passagem de um estilo mais para um estilo menos interativo.

2.3. Repetição

Nossa pesquisa indica que, no transcorrer do século XIX ao XX, o funcionamento do processo de repetição mantém-se estável, na maior parte de seus aspectos, embora apresente uma mudança marcante, também indicativa de nossa hipótese de alteração estilística das cartas. Marcuschi (2006, p. 221), no contexto da PTI, define a repetição como “a produção de segmentos textuais idênticos ou semelhantes, duas ou mais vezes no âmbito de um mesmo evento comunicativo”, reconhecendo a configuração formal dos segmentos repetidos e suas funções como os dois principais aspectos na caracterização do processo. Assim, em nossa pesquisa, comparamos as repetições do material oitocentista com as da amostra novecentista, observando esses dois aspectos e considerando cada carta um evento comunicativo.

Com base no autor, levantamos os seguintes tipos de repetição, em termos de configuração formal: (i) repetição de palavras (simples ou compostas), incluindo substantivos, adjetivos, verbos, advérbios e pronomes; (ii) repetição de construções subordinadas, abrangendo a repetição de sintagmas, a repetição da junção de sintagmas, bem como a repetição de padrões estruturais de segmentos subordinados (paralelismo subordinado); (iii) repetição de construções oracionais, compreendendo a repetição de oração e de padrão (paralelismo) oracional.

Quanto a essas configurações, os resultados evidenciam um funcionamento estável da repetição no período em tela. Em ambas as amostras, ocorrem repetições dos três tipos. No material do século XX, as frequências dos tipos de repetição são similares às respectivas frequências da amostra do século XIX, verificando-se, nos dois casos, predomínio da repetição de palavras, índices um pouco mais inferiores de repetição de segmentos subordinados e índices muito baixos de repetição de orações – a nosso ver, a prevalência dos dois primeiros tipos é, de fato, esperada, já que construções oracionais, em geral contendo carga informacional maior e mais específica, seriam menos propensas à repetição. No material oitocentista, a repetição de palavras, a de construções subordinadas e a de construções oracionais ocorrem nas seguintes frequências, respectivamente: 56,9% (274 ocorrências do total de 482 repetições encontradas na amostra), 40% (193/482) e 3,1% (15/482). No material novecentista, as respectivas frequências são: 52,5% (223/425), 45,2% (192/425) e 2,3% (10/425).

Nos exemplos acima, podem ser vistas várias repetições. Em (1), do século XIX, encontra-se o sintagma “Companhia de Navegação Paulista” na linha 1, seguido de duas repetições da palavra “companhia”, nas linhas 2 e 4, e de uma repetição do sintagma inteiro (com ligeira variação) nas linhas 12-13. Em (3), da amostra novecentista, a palavra “jovens” aparece na linha 6, sendo repetida nas linhas 11 e 13, e o sintagma “o movimento estudantil”, usado na linha 2, é repetido (com pequena diferença) na linha 12. Já o fragmento em (11) ilustra a repetição de construção oracional. O caso inclui duas ocorrências da oração “somos a favor”, ambas repetições (com leve alteração) da oração “somos apenas a favor”, envolvidas também na instauração de paralelismo oracional, pela reiteração da estrutura “somos a favor de x”:

- (11) [...]. Existem inúmeras entidades, governamentais ou particulares, que cuidam dos problemas e das necessidades dos nossos semelhantes, mas quem se preocupa com os animais? Somos acusados de perseguir caçadores e pescadores, e de sermos contra a prática de esportes e contra o progresso em geral. Na realidade não somos contra coisa alguma. **Somos apenas a favor. Somos a favor da** preservação dos recursos naturais, do equilíbrio ecológico, do meio ambiente, e da melhor qualidade de vida para todas as pessoas. Em resumo, **somos a favor da** Natureza. Por isso defendemos os animais. [...]. (*O Estado de S. Paulo*, 11 de outubro de 1977).

Em termos de funções, Marcuschi (2006, p. 232) postula que as repetições podem atuar em diferentes planos da organização textual-interativa, dentre os quais cabe destacar os seguintes: (i) o plano da coesividade, no qual as repetições realizam funções como sequenciação e referenciação; (ii) o plano da topicalidade, em que exercem funções como introdução, continuidade e fecho de tópico; (iii) o plano da argumentatividade, no qual possibilitam, por exemplo, a reafirmação de argumentos; (iv) o plano da interatividade, em que colaboram para monitoração da tomada de turno, ratificação do papel de ouvinte, manifestação de polidez etc.

Assumimos que, em um texto, cada ocorrência de repetição atua, ao mesmo tempo, em todos esses planos, normalmente focalizando algum(ns) deles, assunção que pode ser depreendida em Marcuschi (2006, p. 250) e que se alinha a premissas teórico-metodológicas da PTI (ver seção 1 acima). Também com base nos pressupostos da abordagem, concebemos ainda que esses planos diferem-se entre si gradualmente, distribuindo-se ao longo de um contínuo que parte de um polo mais textual e menos interacional, para um polo inverso, menos textual e mais interativo, como no caso dos tipos de parêntese (seção 2.2 anterior). Nessa visão, os planos da coesividade e da topicalidade são os mais textuais, o da interatividade situa-se naturalmente no polo mais interacional, enquanto a argumentatividade ocupa posição intermediária, na medida em que a argumentação integra uma manipulação particular de conteúdo informacional (foco textual) com uma tônica na persuasão do interlocutor (foco interativo).²³

Nossos resultados mostram que, em termos de funções, o emprego da repetição no século XIX e seu uso no século XX mantêm várias semelhanças, mas exibem uma diferença substancial. Em ambas as sincronias, verificam-se repetições com foco na coesividade, repetições com foco na topicalidade, ocorrências com foco na argumentatividade e casos com foco na interatividade, havendo, nos dois períodos, maior incidência do primeiro desses tipos. Porém, na sincronia mais recente, nota-se drástica redução no índice de repetições com foco na interatividade. Na amostra oitocentista, os quatro tipos de repetição listados aparecem conforme as seguintes frequências, respectivamente: 41,1% (198/482), 28% (135/482), 5% (24/482), 25,9% (125/482). No material novecentista, as respectivas frequências ficam em: 48,3% (205/425), 41,2% (175/425), 8,2% (35/425), 2,3% (10/425).

²³ Na PTI, a pertinência de situar a argumentatividade em posição intermediária entre o polo mais textual e o mais interacional das repetições encontra respaldo, por exemplo, na teorização sobre a classe dos marcadores discursivos. Na caracterização desses elementos, Risso, Silva e Urbano (2006) distinguem três graus de interatividade que uma expressão linguística pode assumir: *fragilmente*, *secundariamente* e *basicamente* (fortemente) *orientadora da interação*. Nas expressões secundariamente orientadoras, os autores incluem, dentre outros recursos, justamente mecanismos envolvidos com a orientação argumentativa dos enunciados.

A carta em (1) acima permite ilustrar os dois primeiros tipos na amostra oitocentista. Recorde-se que o tópico da carta é a situação de irregularidade nas saídas das embarcações da *Companhia de Navegação Paulista* e de desconsideração da empresa com os clientes. Assim, ocorrências como as duas repetições da palavra “companhia” (linhas 2 e 4) e a repetição do sintagma “Companhia de Navegação Paulista” (linhas 12-13) incidem diretamente sobre o tópico, constituindo-se em repetições com foco na topicalidade. Já uma repetição como a da palavra “Santos” (linha 11) centra-se na função de coesão referencial – portanto, no plano da coesividade –, não remetendo diretamente ao tópico, nem expressando efeito argumentativo ou interativo especial. Similarmente, na carta em (3), cujo tópico é a imagem negativa *do movimento estudantil*, a repetição do sintagma “o movimento estudantil” (linha 12) tem foco na topicalidade, enquanto a repetição de “o governo” (linha 11) concentra-se na coesividade, novamente mediante coesão referencial.

O fragmento em (12), do século XIX, ilustra o foco na argumentatividade:

- (12) Ao publico || José Gomes da Rocha dá conhecimento ao respeitavel publico que, de ora em diante, assignar-se ha *José Gomes da Rocha Gondim*; e que assim procede porque já teve a honra de ser recolhido **á cadeia duas vezes**, pela sabia policia desta provincia, como autor de um assassinato, que a mesma exma. sra. d. policia diz que fôra perpetrado ha 10 annos, em Grãomogol, terra em que o abaixo assignado jámais pisou. || E mais avisa a trez pessoas, que tem egual nome, que se acoutelem da policia, porque tendo o abaixo assignado mudado o nome, deixa em perigo os que o não fizerem. || Sim, senhores! Fui **duas vezes á cadeia**, como assassino: e na ultima vez prenderam-me em Aiahy, algemaram-me, e remetteram-me para esta cidade, em cuja cadeia estive cerca de mez e meio, tendo deixado em Apiahy minha pobre mulher e filhos entregues ao mais exarcebado dessespero. [...]. (*A Província de S. Paulo*, 21 de setembro de 1875).

A repetição “duas vezes á cadeia” parece-nos reforçar a argumentação do escrevente de ser inaceitável, inacreditável, o fato de ele ter sido recolhido duas vezes à prisão pela coincidência de seu nome com o de outra pessoa (reforço também perceptível na reafirmação exclamativa que antecede a repetição: “Sim, senhores! Fui duas vezes á cadeia”). Do mesmo modo, em (11), da sincronia novecentista, as repetições envolvendo a oração “somos a favor” reforçariam a listagem de argumentos que sustentam a postura do escrevente de defesa dos animais – cabe relatar que a repetição de construção oracional, como em (11), normalmente está atrelada ao foco na argumentatividade, enquanto a repetição de palavras e de construções suboracionais distribuem-se por todos os planos.

Finalmente, no que tange ao emprego de repetições com foco na interatividade, verifica-se significativa diferença entre as cartas dos dois períodos. Como apontado, esse tipo de repetição tem frequência de 25,9% na amostra oitocentista, caindo para 2,3% – portanto, sendo quase eliminado – no material novecentista. Esse índice maior de repetição interativa naquela amostra advém predominantemente do reiterado uso de *expressões que fazem referência ao destinatário da carta*, especialmente (mas não só) ao redator do jornal, muitas vezes na função de vocativo. Trata-se da recorrência de pronomes pessoais de segunda pessoa, formas de tratamento e expressões nominais referenciais que rotulam o destinatário, como “senhor redator”, “compadre” etc.

Cabe aqui ressaltar que, por questões estruturais, parece natural que certos tipos de palavras e expressões sejam mais frequentes do que outros. Em uma língua, a diversidade de expressões que podem fazer referência aos interlocutores (especialmente a variedade de fórmulas tratamentais e pronominais) é, por óbvio, extremamente mais reduzida do que a diversidade de expressões que podem remeter a quaisquer outros referentes (a referentes, digamos, não pessoais). Daí poderia resultar uma tendência de, em um texto, haver maior incidência de repetições relativas aos interlocutores (principalmente de fórmulas tratamentais e pronominais), do que repetições de expressões relativas a outros referentes. A esse respeito, é importante esclarecer que a incidência de repetições relativas ao destinatário detectada no século XIX é especialmente relevante aqui não em oposição a outros tipos de repetição, mas em oposição ao índice (muito baixo, quase inexistente) dessa repetição no século XX.²⁴

Como exemplo do emprego de repetições interativas na amostra oitocentista, pode-se observar a carta em (1) acima, na qual aparece, na linha 2, a forma de tratamento “vossassenhorias”, repetida na linha 15. Na missiva em (2), da mesma amostra, emprega-se a forma pronominal “vocemecê” na linha 1, retomada nas linhas 3 e 12-13. O fragmento em (13) (da mesma carta usada em (9)) também mostra, novamente no material do século XIX, a repetição de expressão que se refere ao destinatário (agora mediante expressão nominal que o rotula), evidenciando, inclusive, a alta incidência desse tipo de repetição na amostra desse período:

- (13) [...]. O **compadre** passa um vidão, mora no meio da abundancia, sente o aroma das flores, e das arvores, bebe boa e cristalina agua [...]. Ora realmente felicissimo **compadre**, uma vidinha destas é para chegar com certeza á idade do defunto Mathuzalen [...]. Aqui corre o rio por outra fôrma. Levanta-se a gente pela volta das 8 horas, toma o seu café, mas um café, **compadre**, todo adubado com milho [...]. A respeito de pão dir-lhe-hei, impertinentissimo **compadre**, que só não temos o - Pão nosso de cada dia. || O jantar tem sempre lugar a hora da sua merenda, frugalissimo **compadre**, compõe-se de - todas las cosas e algumas cositas mais, tudo iguarias papafina. [...]. Uma coisa que não temos nesta nossa boa cidade do Apostolo das gentes, quem o acreditaria! é agua. Mas declaro-lhe, sequiozissimo **compadre**, que não faz falta. [...]. (*Correio Paulistano*, 21 de janeiro de 1864).

A repetição de expressão pela qual se faz referência ao destinatário da carta pode ser incluída na função descrita por Marcuschi (2006, p. 252) como ratificação do papel de ouvinte, do plano da

²⁴ Convém ainda reconhecer o provável efeito, sobre os dados em questão, resultante de correlações entre os diferentes processos textuais. Como mostrado em 2.1, as cartas do século XIX registram maiores índices das unidades intratópicas de abertura (que, por vezes, incluem saudações ao interlocutor) e interpelação, o que pode concorrer para aumento da frequência de formas endereçadas ao interlocutor (trata-se de exame que nossa pesquisa não chegou a efetivar, mas que se mostra como um passo prospectivo importante). De toda forma, caso se contabilizasse maior concentração de repetições interativas nas unidades de abertura e interpelação (do que em demais partes das cartas), o fato não seria incompatível com a tendência geral aqui focalizada de diminuição no teor interacional das missivas, de um século ao outro. Na verdade, tal constatação reforçaria o teor mais interativo da interpelação (acima destacado) e apontaria para um teor também mais interativo da abertura, justamente as duas unidades que têm frequências reduzidas no transcorrer do período observado. A nosso ver, o fato indicaria uma integração entre organização tópica e repetição e uma convergência dos dois processos para uma mesma tendência estilística do gênero.

interatividade, ou mereceria uma categoria própria dentro desse plano. Em qualquer das opções, é inequívoco o teor acentuadamente interativo desse tipo de repetição, na medida em que é uma forma de explicitação, na materialidade textual, da relação intersubjetiva, uma forma pela qual o escrevente pode construir um texto mais apelativo, instaurando maior proximidade com o destinatário. Desse modo, a repetição atua efetivamente para a elaboração de um estilo mais interativo nas cartas oitocentistas, atuação praticamente não acionada nas missivas novecentistas, nas quais é inexpressivo o índice do tipo de repetição em tela. Ou seja, também no processo de repetição, nota-se uma mudança compatível com a alteração estilística das cartas apontada pela diacronia da organização tópica e da parentetização.

Considerações finais

Neste artigo, procuramos descrever, de forma integrada, aspectos centrais da diacronia dos processos de organização tópica, parentetização e repetição, considerando como esses processos se desenvolvem em cartas de leitor paulistas. Os resultados apresentados indicam, dentre outros aspectos, que, no período observado: as unidades intratópicas de explicação e avaliação são continuamente usadas com alta frequência percentual, enquanto a interpelação sofre expressiva queda de percentual de uso; ocorre drástica diminuição da incidência de parênteses com foco no interlocutor; verifica-se forte redução no índice de emprego de repetições com foco no plano da interatividade. Conforme argumentamos, essas constatações permitem formular a hipótese de que, no decorrer do tempo, as missivas teriam experienciado significativa alteração de finalidade sociocomunicativa e de estilo: passariam do propósito de discutir um tema como sustentação de uma solicitação para o propósito de discutir um tema como expressão de opinião e migrariam de um estilo textualmente mais interativo para um estilo menos interativo. Essas duas alterações, diretamente vinculadas entre si, estariam entre as motivações das mudanças atestadas nos processos de construção textual analisados.

Em relação aos três processos, o artigo descreve trajetórias diacrônicas que se mostram coerentes entre si e compatíveis com uma hipótese comum sobre o caminho histórico do gênero textual em questão. Com efeito, o percurso delineado para o gênero, particularmente em termos de finalidade e estilo, é condizente com o que outros autores apontam acerca do histórico mais amplo de desenvolvimento do jornalismo impresso no Brasil. Para Gomes (2007, p. 88), é possível identificar três estilos predominantes que se sucedem na história do jornalismo impresso no país, no decorrer dos séculos XIX e XX: o *político-panfletário*, no qual o discurso jornalístico ora exhibe tom pomposo, ora é marcado por polêmicas pessoais, violência verbal, injúrias e grosserias, caracterizando-se, ainda, por emprego de vocativos, imperativos, repetições, interjeições, subjetivismo, adjetivação e pontuação enfática; o *literário-independente*, que, inserido num contexto de maior organização intelectual e cultural da sociedade civil, privilegia temáticas culturais e científicas, com linguagem caracterizada por detalhes descritivos, figuras de linguagem e poeticidade; o *telegráfico-informativo*, que, em contexto de modernização tecnológica, gráfica e editorial, é caracterizado por concisão, objetividade

da informação, adoção do estilo simplista telegrafês, em lugar do estilo detalhista literário, e por linguagem direta, com mais afirmações que demonstrações. Trata-se, portanto, de uma história em que a linguagem do jornalismo impresso passaria de um estilo mais emotivo e pessoalizado para um estilo mais objetivo, mudança com a qual, de fato, afina-se nossa hipótese de alteração de finalidade e estilo das cartas.

Desse modo, os resultados do artigo, além de poderem contribuir para a compreensão da história de cartas de leitor e do português paulista e brasileiro, colaboram no sentido de reforçar a pertinência da abordagem diacrônica adotada no trabalho, já que um de seus princípios teórico-metodológicos fundamentais (como relatado) é justamente o de que a diacronia dos processos textuais é parte da história dos gêneros.

Na mesma direção, os resultados do trabalho, como adiantado na seção inicial acima, apontam para a corroboração de uma das premissas mais fundamentais da PTI (teoria na qual nossa abordagem diacrônica assenta-se): o entendimento de que a estruturação textual funciona de forma intrinsecamente ligada ao processamento interacional do texto. Os processos de organização tópica, parentetização e repetição caracterizam-se, dentre outros aspectos, como estratégias de estruturação textual. Fazem parte do conjunto de recursos pelos quais enunciados são articulados entre si para a edificação do texto. E, como o artigo procurou argumentar, os três processos dão sinais de que vão atuando diacronicamente em conformidade com a dinâmica interacional das cartas. A estrutura tópica dá indícios de que varia conforme o *propósito sociocomunicativo* das cartas, o qual é um fator interativo, intersubjetivo, dialógico da atividade verbal, na medida em que tem a ver com a ação que se pretende que o texto realize em sociedade, entre interlocutores; no caso, a ação de um sujeito solicitar algo a outro ou expressar ao outro a sua opinião. No mesmo sentido, as trajetórias dos três processos mostram-se compatíveis com uma mudança estilística do gênero, particularmente uma alteração em termos da elaboração de cartas mais, ou menos, textualmente interativas, verificando-se aí, outra vez, uma associação entre os processos e a expressão textual das relações intersubjetivas.

Ou seja, o trabalho sinaliza que os processos textuais analisados comportam-se, diacronicamente, de forma intimamente conectada ao enquadramento intersubjetivo que vai caracterizando as cartas ao longo da história. Assim, o artigo indica a pertinência da referida premissa textual-interativa, evidenciando, em última instância, a relevância da relação entre linguagem e intersubjetividade.

Referências

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. 4. ed. Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARBOSA, Afranio Gonçalves; LOPES, Célia Regina dos Santos (org.). *Críticas, queixumes e bajulações na imprensa brasileira do século XIX: cartas de leitores*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. (org.). *História do português brasileiro: o português brasileiro em seu contexto histórico*. São Paulo: Contexto, 2018.

CASTILHO DA COSTA, Alessandra. *Corpus de jornais paulistas dos séculos XIX e XX: contribuição para o Projeto de História do Português Paulista (PHPP)*. São Paulo: PHPP, 2012.

GARCIA, Aline Gomes. *Estudo do processo de organização tópica em editoriais de jornais paulistas do século XXI*. 2018. 278f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/45d79e89-0b29-4e1e-958c-da2c863338e6>. Acesso em: 07 mar. 2023.

GOMES, Valéria Severina. *Traços de mudanças e permanência em editoriais de jornais pernambucanos: da forma ao sentido*. 2007. 313f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7563>. Acesso em: 08 mar. 2023.

GUERRA, Alessandra Regina. A organização tópica em cartas de leitor paulistas. In: PENHAVEL, Eduardo; CINTRA, Marcos Rogério (org.). *História do português brasileiro: diacronia dos processos de construção de textos*. São Paulo: Contexto, 2022, pp. 38-67.

GUERRA, Alessandra Regina; PENHAVEL, Eduardo. O processo de estruturação interna de segmentos tópicos mínimos em cartas de leitores de jornais paulistas do século XIX. *Confluência*, Rio de Janeiro, n. 37-38, pp. 137-61, 2010. Disponível em: <https://revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/688/455>. Acesso em: 06 mar. 2023.

JUBRAN, Clélia Cândida Abreu Spinardi. A Perspectiva Textual-Interativa. In: JUBRAN, Clélia Cândida Abreu Spinardi; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça (org.). *Gramática do português culto falado no Brasil: construção do texto falado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006a, pp. 27-36.

JUBRAN, Clélia Cândida Abreu Spinardi. Parentetização. In: JUBRAN, Clélia Cândida Abreu Spinardi; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça (org.). *Gramática do português culto falado no Brasil: construção do texto falado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006b, pp. 301-357.

JUBRAN, Clélia Cândida Abreu Spinardi. Uma gramática textual de orientação interacional. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de et al. (org.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. Campinas: Pontes, 2007, pp. 313-327.

JUBRAN, Clélia Cândida Abreu Spinardi; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça (org.). *Gramática do português culto falado no Brasil: construção do texto falado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Introdução à Linguística Textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *O texto e a construção dos sentidos*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (org.). *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002, pp. 19-36.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Repetição. In: JUBRAN, Clélia Cândida Abreu Spinardi; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça (org.). *Gramática do português culto falado no Brasil: construção do texto falado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006, pp. 219-254.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

OLIVEIRA, Gabriela Andrade de. *Estudo do processo de estruturação interna de segmentos tópicos mínimos em cartas de leitores de jornais paulistas do século XXI*. 2016. 194f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2016. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/handle/11449/144361>. Acesso em 07 mar. 2023.

PENHAVAL, Eduardo; CINTRA, Marcos Rogério. Abordagem diacrônica de processos de construção de textos. In: PENHAVAL, Eduardo; CINTRA, Marcos Rogério (org.). *História do português brasileiro: diacronia dos processos de construção de textos*. São Paulo: Contexto, 2022, pp. 17-37.

PENHAVAL, Eduardo; ZANIN, Isa Caroline Aguiar. O processo de organização intratópica em cartas de redator de jornais paulistas do século XIX. *Cadernos da Fucamp*, v. 19, n. 39, pp. 77-96, 2020. Disponível em: revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2249. Acesso em: 08 mar. 2023.

PILAGALLO, Oscar. *História da imprensa paulista: jornalismo e poder de D. Pedro I a Dilma*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

RISSO, Mercedes Sanfelice; SILVA, Giselle Machline de Oliveira; URBANO, Hudinilson. Traços definidores dos Marcadores Discursivos. In: JUBRAN, Clélia Cândida Abreu Spinardi; KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça (org.). *Gramática do português culto falado no Brasil: construção do texto falado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006, pp. 403-425.

SEARLE, John Rogers. *Expressão e significado: estudos da teoria dos atos de fala*. 2. ed. Tradução Ana C. Camargo e Ana Luiza M. Garcia. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs. From subjectification to intersubjectification. In: HICKEY, Raymond (ed.). *Motives for language change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, pp. 124-139.